

Edição 31 – Vol. 11, nº3
Set./Dez. 2019
ISSN: 1984-6150

Dossiê Temático: A Ciência na História: construindo e desconstruindo fronteiras

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –
Edição 31, v. 11, n. 3 (Set./Dez. 2019) – Belo Horizonte: Departamento de História,
FAFICH/UFMG, 2020.

Quadrimestral a partir de 2013
Títulos e resumos em português e inglês
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades>
<http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)

Periódicos Capes (Brasil)

Latindex (México)

Diadorim (Brasil)

Open Aire (U. E.)

PKP Index (Estados Unidos)

Livre! (Brasil)

Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.
31270-910 – Belo Horizonte/MG, Brasil

e-mail: temporalidades@gmail.com

homepage: www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Janeiro/2020.

Expediente

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Orestes Diniz Neto

Departamento de História

Chefe: Alexandre Almeida Marcussi

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Mauro Lúcio Leitão Condé

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Comissão Editorial 2019/2020

Allysson Fillipe Oliveira Lima
Ana Luisa Ennes Murta e Sousa
Gisele Gonçalves Dias Pinto
Henrique Rodrigues Caldeira
Kelly Morato de Oliveira
Laura Jamal Caixeta

Conselho Editorial Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)
Adriana Vidotte (UFG)
Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)
Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Bruno Tadeu Salles (UEG)
Carlos Alvarez Maia (UERJ)
Diego Omar da Silveira (UEA)
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Eduardo França Paiva (UFMG) Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)
Francismary Alves da Silva (UNIR)
George F. Cabral de Souza (UFPE)
Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)
Igor Salomão Teixeira (UFRGS)
Iranilson Buriti de Oliveira (UFCEG)
João Pinto Furtado (UFMG)
Jonas Marçal de Queiroz (UFV)
Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)
José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Kátia Gerab Baggio (UFMG)
Leandro Duarte Rust (UFMT)
Márcia Sueli Amantino (Universo)
Marco Morel (UERJ)
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)
Mílene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)
Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Samantha Viz Quadrat (UFF)
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)
Tiago Luís Gil (UnB)
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)
Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

Conselho Editorial Consultivo Internacional

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3-Sorbonne Nouvelle)
Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul Valéry, Montpellier III)
Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)
Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)
Hal Langfur (University of Buffalo)
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)
Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)
Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)
Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)
Seth W. Garfield (University of Texas)

Revisão

Allysson Fillipe Oliveira Lima
Ana Luisa Ennes Murta e Sousa
Gisele Gonçalves Dias Pinto
Henrique Rodrigues Caldeira
Kelly Morato de Oliveira
Laura Jamal Caixeta

Diagramação

Laura Jamal Caixeta

Capa

Crédito da Imagem: The Geographer, de Johannes Vermeer, 1669 (51,6 x 45,4 cm)

Fonte:

<https://sammlung.staedelmuseum.de/en/work/the-geographer>

Montagem por Gisele Gonçalves Dias Pinto

Open Journal Systems/Banco de Dados

Allysson Fillipe Oliveira Lima
Henrique Rodrigues Caldeira

Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e ao Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre a nossa disposição.

Adna Gomes Oliveira (UERJ)	Jean Carlos Moreno (UENP)
Alexandra Santos Pinheiro (UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados)	João Luis Pereira Ourique (UFPEL)
Ana Carolina Oliveira Alves (Unicamp)	João Pedro Lima Bellas (UFF)
Ana Marcela França de Oliveira (CONICET / CEAR)	João Victor Jesus Oliveira Nogueira (UFMG)
Antonella Bianchi Ferreira Ishii (PUC-SP)	Jorge Pagliarini Junior (Unespar)
Aruanã Antonio dos Passos (UTFPR)	José Endoença Martins (UFSC)
Augusto Leandro Rocha da Silveira (UNL - Universidade Nova de Lisboa)	Josias José Freire Júnior (IFB)
Augusto Nefali Corte de Oliveira (PUC-Rio)	Leandro Siqueira (UNIMES)
Bruna Reis Afonso (UFMG)	Leonardo Dallacqua de Carvalho (FIOCRUZ)
Bruno Balbino Aires da Costa (IFRN)	Lídia Maria de Abreu Generoso (UFOP)
Carlos Ziller Camenietzki (Université Paris- Sorbonne)	Lidiane Maria Maciel (Univap)
Caroline Tecchio (Unicentro)	Luiz Cambraia Karat Gouvêa da Silva (UNESP)
Chrystian Wilson Pereira (Udesc)	Luiz Carlos Bento (UFMS)
Daniele Brocardo (Unioeste)	Marcela Telles Elian de Lima (UFMG)
Daniel Ouriques Caminha (Udesc)	Márcia Helena Girardi Piva (Unicamp)
Deni Alfaro Rubbo (USP)	Marcio Antonio Both da Silva (Unioeste)
Edson Roberto de Jesus (PUC/SP)	Maria da Conceição Farias da Silva Gurgel Dutra (UFPB)
Elison Antonio Paim (UFSC)	Maria Leal Pinto (UFT)
Érica Sarmiento da Silva (UERJ)	Mariana de Moraes Silveira (UFMG)
Érika Pinto de Azevedo (UNIFAP)	Maurício Sousa (Unicamp)
Erivan Cassiano Karvat (UEPG)	Mauro Henrique Miranda de Alcântara (Instituto Federal de Rondônia - Infro)
Euler Conceição Tavares (UEA)	Murilo Chaves Vilarinho (UFG)
Fernanda Argolo Dantas (UFBA)	Nathalia Tomagnini Carvalho (UFMG)
Francismary Alves da Silva (UFSB)	Nilton Mullet Pereira (UFGRS)
Gildo Magalhães dos Santos Filho (USP)	Norma Domingos (UNESP)
Gilson Leandro Queluz (UTFPR)	Otávio Erbereli Júnior (USP)
Gisele Toassa (UFG)	Pablo Henrique Spindola Torres (UFRRJ)
Glauber Eduardo Ribeiro Cruz (UFMG)	Paloma Porto Silva (UFMG)
Guilherme Bianchi Moreira (UFOP)	Pedro Demenech (PUC-Rio)
Gustavo José Correia Vieira (PUCRS)	Rafael Henrique Santin (UEM/IFPR)
Helenice Aparecida Bastos Rocha (UERJ)	Raíssa Orestes Carneiro (UFPE)
Iderley Colombini (DIEESE-RJ)	Raquel Hoffmann Monteiro (USP)
Igor Camillo Rocha (UFMG)	Renata Romualdo Diório (USP)
Ironita Policarpo Machado (UPF)	Renan Dias Oliveira (USP)
Isabela de Oliveira Dornelas (UFMG)	Ricardo Gião Bortolotti (UNESP)
Ismar da Silva Costa (UFG)	Rodrigo Augusto de Souza (UFMS)
Jaqueline Andrade Calixto (UFU)	Rodrigo Cristino de Faria (USP)
	Rosilene Alves de Melo (UFCG)

Rute Guimarães Torres (UFMG)
Scheyla Tízatto dos Santos (UFSC)
Seth Garfield (University of Texas at Austin)
Silveria da Aparecida Ferreira (Unicesumar)
Thiago Gil de Oliveira Virava (USP)
Valdinar da Silva Oliveira Filho (UESPI)
Valeria Mara da Silva (UFMG)
Vivian Batista da Silva (USP)
Wagner Geminiano dos Santos (UFPE)
Walter Francisco Figueiredo Lowande
(Unicamp)

SUMÁRIO

Editorial: "A Ciência na História: construindo e desconstruindo fronteiras"..... 11-13
Henrique Rodrigues Caldeira e Laura Jamal Caixeta

Dossiê

Apresentação – Gustavo Rodrigues Rocha..... 14-22

A Criação inteira geme em dores de parto: desenvolvimento e natureza nas cartas encíclicas e apostólicas papais (1967-2015) / The whole Creation has been groaning as in the pains of childbirth: development and nature in papal encyclical and apostolic letters (1967-2015)..... 23-49
Gabriel Schunk Pereira

A História das Ciências como um campo historiográfico: Debate e discussões teóricas / The History of Sciences as a historiographical field: Debate and theoretical discussions..... 50-60
Bianca Rezende Godói

Crise na academia e avanço das pseudociências: a divulgação científica como tentativa de solução nos EUA / Crisis in the academy and advancement of pseudosciences: scientific dissemination as an attempt to solve the problem in the USA..... 61-77
César Haueisen Zimerer Perpétuo

Da fome às estrelas: 40 anos de ciência soviética / From the starvation to the stars: 40 years of Soviet science..... 78-103
Thiago Mauer

Estudos históricos do presente: um diálogo entre colonialismo e colonialidade / Historical studies of the present: a dialogue between colonialism and coloniality..... 104-134
Arthur Harder Reis

Formigas, ovos e formigueiros: uma análise sobre as propriedades terapêuticas e a utilidade dos animais em Paraguay Natural Ilustrado (1771-1776) / Hormigas, huevos y hormigueros: un análisis de las propiedades terapéuticas y la utilidad de los animales en Paraguay Natural Illustrated (1771-1776)..... 135-155

Rebeca Capozzi

Notas sobre colonialidade e violência nas obras de Pierre Clastres e Walter Mignolo / Notes on coloniality and violence in the works of Pierre Clastres and Walter Mignolo..... 156-170

Cairo de Souza Barbosa

O século XX e suas razões: Carl Sagan, Thomas Kuhn e Paul Feyerabend e suas distintas visões sobre o conhecimento científico / The twentieth-century and its reasons: Carl Sagan, Thomas Kuhn and Paul Feyerabend and their distincts visions about scientific knowledge..... 171-184

Alice Fernandes Freyesleben

Simulando as “mentes passadas”: a Historiografia Cognitiva entre a História e as Ciências Cognitivas / Simulating “past minds”: Cognitive Historiography between History and the Cognitive Sciences..... 185-216

Thales Moreira Maia Silva

Artigos Livres

A cidade de Buenos Aires e a construção da hegemonia porteña / La ciudad de Buenos Aires y la construcción de la hegemonía porteña..... 217-236

Felipe de Melo Alvarenga

Abordagem da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985) na segunda edição do livro didático História em Movimento / Approach of the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985) in the second edition of the History in Motion textbook..... 237-254

Rafael Fiedoruk Quinzani e José Iran Ribeiro

Assim na terra como no mar: as relações raciais ilustradas no Bom Crioulo de Adolfo Caminha (1895) / On earth as it is in sea: the racial relations illustrated in the Bom Crioulo of Adolfo Caminha (1895)..... 255-271

Vinicius Barbosa Lima

De onde eu venho, qual o meu passado e o que eu quero para o meu futuro? Memórias e identidades de Luíza Erundina de Sousa (1934 -) / Where do I come from, what is my past and what do I want for my future? Memories and Identities of Luíza Erundina de Sousa (1934 -)..... 272-293

Roger Camacho Barrero Junior

Memórias construídas: a Revolta Federalista e da Armada na correspondência de Santa-Anna Nery a Floriano Peixoto (França-Brasil, 1894) / Memories built: Federalist and Armada revolt in Santa-Anna Nery's correspondence with Floriano Peixoto (France-Brazil, 1894)..... 294-312

Waleska Sheila Gaspar

Memórias de migrantes rurais da Zona da Mata Mineira / Rural migrants' memories from Zona da Mata of Minas Gerais..... 313-328

Isadora Moreira Ribeiro, Sheila Maria Doula, Marco Paulo Andrade, João Paulo Louzada Vieira e Jeferson Henrique dos Reis Lopes

O ensino cívico através do livro Contos Cívicos de Theobaldo Miranda Santos / Civic education through the Civic book by Theobaldo Miranda Santos..... 329-344

Aline Aparecida Pauloski Alenski, Ernando Brito Gonçalves Junior

O ingresso de Siegfried Heuser na política / The entry of Siegfried Heuser in policy..... 345-359

Gustavo Henrique Kunsler Guimarães

O intelectual da Idade Média Central: escolástico, urbano, universitário e humanizado – uma aproximação histórica dos estudos no século XIII / The intellectual of the Central Middle Ages: scholastic, urban, university and humanized - a historical approach to studies in the thirteenth century..... 360-387

Bruno Alves Coelho

O Muro de Berlim: símbolo maior da Guerra Fria / The Berlin Wall: largest symbol of the Cold War..... 388-407

Charles Sidarta Machado Domingos, Laura Martins de Lima e Rafaela Gulgelmin Collovini

Possibilidades do sublime em Walter de Maria (1968-1977) / Possibilities of the sublime in Walter de Maria (1968-1977)..... 408-418

Ana Lúcia Guimarães

Progressão do conhecimento histórico: um olhar sobre a produção brasileira (2014-2019) / Progression of historical knowledge: a look at Brazilian production..... 419-431

Matheus Oliveira da Silva

Quando a espada “corta” a pena: censura moral no romance Terra Encharcada, de Jarbas Passarinho / When the sword “cuts” the feather: moral censorship in the novel Terra Encharcada, by Jarbas Passarinho..... 432-451

Francisco Américo Martins Moraes

Quando no Oeste construía-se uma Nação: os Povos Indígenas e a formulação de novos projetos nacionais (1937-1948) / When a Nation was being built in the West: Indigenous Peoples and the formulation of new national projects (1937-1948)..... 452-472

Thays Fregolent de Almeida

Surrealismo: gênese de uma leitura revolucionária / Surrealism: genesis of one revolutionary reading..... 473-491

Thayná Alves Rocha

Tradução

Medievalismo: uma breve introdução / Medievalism: a very short introduction..... 492-496

Eduarda Moysés Temponi e Luiz Felipe Anchieta Guerra

Resenha

Do singular ao plural: pensar e operar a multiplicidade temporal na/da história

SALOMON, Marlon (org.). Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos. Goiânia: Ricochete, 2018..... 497-502

Maicon da Silva Camargo

Entrevista

Entrevista com Bernardo Jefferson de Oliveira..... 503-506

Entrevista com Maria da Glória Oliveira.....	507-515
Interview with Ronald L. Numbers.....	516-520
Entrevista com Ronald L. Numbers (tradução em português)	521-525

Editorial

“A Ciência na História: construindo e desconstruindo fronteiras”

A população brasileira – e não só – consome hoje toneladas de informação diárias sobre ciência, tecnologia, saúde e ambiente. As novas mídias, como YouTube e WhatsApp, viabilizaram uma circulação massiva de conteúdos que respondem e produzem as preocupações do momento. Aquecimento global, financiamento acadêmico, infecções virais, alimentação saudável, medicina alternativa e uma profusão de outros temas aparecem nas vozes de especialistas, divulgadores, leigos e polemistas.

No meio dessa multidão de fatos, narrativas e controvérsias, verdade e autoridade científica são alguns conceitos postos à prova. O que distingue a ciência de outros saberes? Ou quem o faz? O que ela é ou deveria ser? Qual o seu lugar na sociedade? Quais seus legítimos valores, métodos, assuntos e agentes? Para responder essas e outras questões em perspectiva história, esta 31ª edição da *Temporalidades*, revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, traz o dossiê temático “A ciência na História: construindo e desconstruindo fronteiras”.

Agradecemos aos autores que contribuíram com artigos para a composição do dossiê e agradecemos ao Prof. Dr. Gustavo Rodrigues Rocha pela instigante apresentação da seção temática. Agradecemos também aos professores doutores Ronald L. Numbers, Maria da Glória Oliveira e Bernardo Jefferson de Oliveira pelas excelentes entrevistas que nos concederam, também acerca do tema especial desta edição.

Finalmente, agradecemos aos autores que contribuíram com a seção de Artigos Livres:

Recorrendo a documentos epistolares, Waleska Sheila Gaspar oferece em “Memórias construídas: a Revolta Federalista e da Armada na correspondência de Santa-Anna Nery a Floriano Peixoto (França-Brasil, 1894)” uma análise da repercussão internacional dos conflitos civis dos primeiros anos da República Brasileira.

Em “Possibilidades do sublime em Walter de Maria (1968-1977)”, Ana Lúcia Guimarães propõe uma aproximação da produção artística do californiano Walter de Maria com as investigações filosóficas de Edmund Burke e Immanuel Kant acerca do belo e do sublime.

Servindo-se da noção de “campo político” e outros conceitos da História Política, Gustavo Henrique Kunsler Guimarães, examina no artigo “O ingresso de Siegfried Heuser na política” a trajetória do político gaúcho, buscando compreender sua jornada de economista a deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro.

O artigo “Abordagem da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985) na segunda edição do livro didático *História em Movimento*”, de Rafael Fiedoruk Quinzani e José Iran Ribeiro, propõe uma análise das narrativas do passado presentes na obra, colocando em discussão a visão fatalista do Golpe de 64, a divisão entre “linha-dura” e “moderados” e as diferentes concepções de democracia em jogo no período.

O artigo conjunto de “Isadora Moreira Ribeiro, Sheila Maria Doula, Marco Paulo Andrade, João Paulo Louzada Vieira e Jeferson Henrique dos Reis Lopes”, “Memórias de migrantes rurais da Zona da Mata Mineira” parte de doze entrevistas para analisar narrativas de migrantes rurais da Zona da Mata mineira, considerando aspectos relacionados a memória, temporalidades e à relação campo-cidade.

Em “Surrealismo: gênese de uma leitura revolucionária”, Thayná Alves Rocha propõe uma aproximação do movimento surrealista francês dos anos 1920, sobretudo em sua expressão literária, com a produção teórica de Karl Marx e Leon Trotsky. O artigo reflete ainda sobre a prática literária e seus impactos nas trajetórias individuais e coletivas.

Partindo de um levantamento bibliográfico da produção acadêmica acerca da progressão do conhecimento histórico, “Progressão do conhecimento histórico: um olhar sobre a produção brasileira (2014-2019)”, de Matheus Oliveira da Silva, constata a escassez de reflexões nacionais sobre o tema e propõe maior diálogo entre a Teoria da História e as teorias da aprendizagem.

Francisco Américo Martins Moraes, em “Quando a espada ‘corta’ a pena: censura moral no romance Terra Encharcada, de Jarbas Passarinho”, oferece um estudo cuidadoso da única obra de ficção de Jarbas Passarinho, então ministro do governo Costa e Silva, analisando a atuação da censura sobretudo sobre o tema da homoafetividade presente no livro.

Em “O Muro de Berlim: símbolo maior da Guerra Fria”: Charles Sidarta Machado Domingos, Laura Martins de Lima e Rafaela Gulgelmin Collovini aproveitam a ocasião do 30º aniversário da queda do Muro de Berlim para oferecer uma análise do posicionamento brasileiro acerca do evento, conforme registrado pela grande imprensa.

Considerando experiências de classe, gênero e origem, “De onde eu venho, qual o meu passado e o que eu quero para o meu futuro? Memórias e identidades de Luíza Erundina de Sousa (1934 -)” traz as contribuições de Roger Camacho Barrero Junior para uma compreensão da trajetória da atual deputada federal e ex-prefeita de São Paulo, Luíza Erundina.

“Assim na terra como no mar: as relações raciais ilustradas no Bom Crioulo de Adolfo Caminha (1895)”, artigo de Vinicius Barbosa Lima, analisa as representações o sujeito negro no romance *Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha. O estudo relaciona a ideia de progresso, o cientificismo e o republicanismo à discussão da situação social da população negra no período.

No artigo “A cidade de Buenos Aires e a construção da hegemonia *porteña*: algumas notas historiográficas”, Felipe de Melo Alvarenga estuda a relação entre a cidade de Buenos Aires e as demais províncias argentinas, propondo uma genealogia da posição de destaque da atual capital do país.

Em “O intelectual da Idade Média Central: escolástico, urbano, universitário e humanizado – uma aproximação histórica dos estudos no século XIII”, Bruno Alves Coelho explora a esfera intelectual do ocidente medieval, atentando-se para as condições e métodos de aprendizagem e ensino escolásticos, dentro e fora das salas de aula.

Em “O ensino cívico através do livro Contos Cívicos de Theobaldo Miranda Santos”, Aline Aparecida Pauloski Alenski e Ernando Brito Gonçalves Junior analisam a obra do autor fluminense, examinando sua construção de personagens históricas e iluminando a dimensão política dos livros didáticos, em geral.

“Quando no Oeste construía-se uma Nação: os Povos Indígenas e a formulação de novos projetos nacionais (1937-1948)” apresenta as contribuições de Thays Fregolent de Almeida para se compreender as relações entre a “Marcha para o Oeste” e o projeto nacional do Estado Novo, com ênfase nas questões relativas às políticas indigenistas de então.

Excelente leitura e reflexão a todos,

Henrique Rodrigues Caldeira e Laura Jamal Caixeta

Dossiê Temático

A Ciência na História: construindo e desconstruindo fronteiras

Apresentação

Gustavo Rodrigues Rocha

Professor no Dept. de Física da UEFS
Pós-doutorando no Dept. de História da UFMG
grrocha@uefs.br

A História das Ciências enquanto disciplina e subcampo da História se institucionaliza, tomando a forma e o sentido como a entendemos hoje, principalmente, a partir da segunda metade do século XX.

No entanto, a obra pioneira de William Whewell (1794-1866), *History of the Inductive Sciences*, de 1837, já apontava na direção da criação de uma disciplina dedicada ao estudo da história das ciências, que o positivista Auguste Comte (1789-1857) já havia sugerido no início do século XIX. O próprio Whewell havia cunhado o termo “cientista” para ser referir àqueles que até então eram conhecidos como “filósofos naturais”, enquanto Comte havia criado a primeira classificação das “ciências positivas” até então conhecidas. Ernst Mach (1838-1916), por sua vez, lecionou a primeira cadeira de “história e filosofia das ciências indutivas”, entre 1895 e 1901, na Universidade de Viena.

A despeito de estudos pioneiros, como, por exemplo, aqueles de Pierre Duhem (1861-1916), Alexandre Koyré (1892-1964) e Ludwick Fleck (1896-1961), a história indutivista e positivista das ciências, como encontrada em William Whewell, Comte e Ernst Mach, manteve-se como a perspectiva dominante até meados do século XX, principalmente por se tratar, desde a virada do século, de um período em que a filosofia da ciência foi dominada pela perspectiva neopositivista.

Nos EUA, o pioneiro foi George Sarton (1884-1956), autor de *Introduction to the History of Science*, publicado no início da década de 1930, em três enormes volumes. Sarton fundou, também, em 1912, na Bélgica, o periódico *Isis*, dedicado à história das ciências, e, posteriormente,

incorporado à americana *History of Science Society*, fundada em 1924. Sarton fundou, além disso, em 1936, a revista *Osiris*.

Na Europa, o periódico *Centaurus* dedicado ao estudo da história das ciências e seus aspectos culturais foi fundado em 1950, atualmente administrado pela *European Society for the History of Science*. A *British Society for the History of Science*, por sua vez, foi fundada em 1947 e o seu periódico, *The British Journal for the History of Science*, começou a ser publicado em 1962.

O caminho para a chamada “virada historicista” na filosofia da ciência, muito associada ao livro de 1962 de Thomas Kuhn (1922-1996), que em larga medida redefiniu as tarefas das disciplinas História e Filosofia da Ciência (desafiando a perspectiva positivista indutivista até então dominante dessas disciplinas), já havia sido sugerida pela querela internalismo/externalismo. A querela tomou corpo a partir do Segundo Congresso Internacional de História da Ciência em Londres, em 1931, em torno dos debates a respeito do trabalho de Boris Hessen (1893-1936) sobre o *Principia* de Isaac Newton apresentado no congresso.

Todavia, a tentativa de se manter claramente separadas as tarefas da história, da filosofia e da sociologia das ciências – tendo essa última sido dominada até meados do século XX pela perspectiva funcionalista do sociólogo Robert Merton (1910-2003) – sobreviveu, em tentativas sempre renovadas, ainda por cerca de três décadas, como expressa, por exemplo, pela distinção entre o “contexto de descoberta” e o “contexto da justificação” proposta pelo filósofo Hans Reichenbach (1891-1953).

O filósofo da ciência Karl Popper (1902-1994) chamaria de “problema da demarcação” o problema de saber a estrutura da lógica da pesquisa científica capaz de nos fornecer os parâmetros de separação dos dois contextos apontados por Reichenbach.

Entretanto, dada as reflexões prévias acumuladas acima mencionadas e à mudança na própria imagem pública de ciência, além da mudança do seu próprio *modus operandi* desde 1945 e início da Guerra Fria (a chamada “*Big Science*”), o referido trabalho de Thomas Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, de 1962, promoveu uma série de discussões culminando na proliferação de novos departamentos, centros de pesquisa e programas de pós-graduação em Estudos de Ciências a partir da década de 1970.

Nessa acepção crítica pós-positivista, o chamado “problema da demarcação” se tornou inoperante (ou esquecido), talvez tenha se tornado mais complexo. Os cientistas sociais passaram a discorrer sobre o conteúdo cognitivo das teorias científicas.

No contexto da ameaça nuclear, da ciência pautada pelo crescente complexo industrial militar dos EUA e da URSS, da emergente consciência ambiental-ecológica, a ciência passou a ser considerada importante demais nas sociedades contemporâneas para que permanecesse exclusivamente como objeto de reflexão de técnicos cientistas e burocratas, e a imagem positivista-iluminista de ciência como sinônimo de progresso começou a perder prestígio.

É a partir desse momento que as reflexões críticas sobre as ciências se tornaram tão urgentes, importantes e proeminentes. A própria acepção de ciência, tomada até por volta dessa época, predominantemente, de maneira a-histórica, foi, efetivamente, historicizada, tornando-se objeto de estudo e investigação de historiadores profissionais.

No Brasil, a *Sociedade Brasileira de História da Ciência* foi fundada em 1983 e a *Revista Brasileira de História da Ciência* começa a circular em 1985. Os programas de pós-graduação em história e filosofia das ciências proliferaram no Brasil a partir da década de 1990. A *Associação de Filosofia e História da Ciência Cone Sul* foi fundada em 2000.

É nesse contexto que tem se tornado cada vez mais relevante que periódicos brasileiros tradicionais em História se dediquem também à subárea da História das Ciências, Medicina e Tecnologia.

Assim, é com enorme prazer que apresento aos leitores o Dossiê Temático “A Ciência na História: construindo e desconstruindo fronteiras” da *Temporalidades: Revista Discente* do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.

Aos leitores interessados em recapitular e aprofundar esse histórico da disciplina História das Ciências, Medicina e Tecnologia, o artigo de caráter introdutório de Bianca Rezende Godói, “A História das Ciências como campo historiográfico: Debate e discussões teóricas” é altamente recomendado. A partir de uma excelente bibliografia brasileira e estrangeira, Bianca apresenta aos leitores um histórico da disciplina, assim como alguns de seus temas e debates atuais.

O embate, supracitado, no espaço público e na divulgação científica, entre uma concepção positivista de ciência, comum entre técnicos cientistas e burocratas, e uma concepção crítica de ciência é o motivo da investigação do artigo de Alice Fernandes Freyeslebe, “O século XX e suas razões: Carl Sagan, Thomas Kuhn e Paul Feyerabend e suas distintas visões sobre o conhecimento científico”.

Ao contrastar e comparar a concepção de ciência nas obras de divulgação científica de Carl Sagan (1934-1996) (assim como as ideias expostas no panfleto *A concepção científica do mundo* dos neopositivistas) com as concepções levantadas e fomentadas por Thomas Kuhn e Paul Feyrabend nas décadas de 1970-80, Freyeslebe exemplifica, no seu cativante artigo, como esse embate tomou forma na esfera pública no último quarto do século XX.

O período mencionado do pós-guerra e da corrida nuclear e espacial é objeto de análise do artigo de Thiago Mauer, “Da fome às estrelas: 40 anos de ciência soviética”, no qual o autor delinea um breve histórico do cenário e caminho da Rússia pré-revolucionária até o seu desenvolvimento ao longo de 40 anos que tornou a URSS uma potência nuclear e espacial. A partir de autores já tornados clássicos na literatura sobre a ciência soviética, como Kojevnikov, Mauer nos brinda com uma síntese dessa história.

Aos leitores inclinados à História da Medicina, o fascinante artigo de Rebeca Capozzi, “Formigas, ovos e formigueiros: Uma análise sobre as propriedades terapêuticas e a utilidade dos animais em *Paraguay Natural Ilustrado* (1771-1776)”, nos oferece uma interessante análise do último capítulo desse manuscrito, *Paraguay Natural Ilustrado*, de autoria do padre jesuíta José Sanchez Labrador, cuja última parte trata dos insetos, tendo Rebeca se dedicado a investigar, em particular, o estudo do autor sobre as supostas propriedades terapêuticas das formigas.

A partir das noções de “apropriação” de ideias, saberes e práticas, do historiador Kapil Raj, e de “zona de contato”, da literata Mary Louise Pratt – termo que se refere, a saber, às relações desiguais de poderes e negociações entre narrativas compartilhadas por duas ou mais culturas –, Rebeca mostra como o *framework* explicativo de José Sanchez Labrador mesclou os saberes e práticas dos nativos com a ciência da época dos colonos (como a tradição paracelsiana nos estudos de química). Os remédios, produzidos de maneiras diversas a partir das formigas, podiam ser de uso interno ou externo.

De volta à história contemporânea, o contexto, supracitado, de mudança da imagem pública de ciência a partir das décadas 1960-70 incluiu, como visto, a emergência do ambientalismo e do movimento ecológico. É um período em que a jovem disciplina História Ambiental passou a dialogar com a História das Ciências.

A fim de se encontrar as conexões entre concepções históricas de natureza e suas consequências, por exemplo, a historiadora das ciências Carolyn Merchant publicou, em 1980, o

seu livro seminal *The Death of Nature*. A nossa imagem de natureza estava sendo repensada, reconsiderada, criticada, historicizada e reavaliada.

Nessa mesma direção, o instigante artigo de Gabriel Schunk Pereira, “‘A Criação inteira geme em dores de parto’: Desenvolvimento e natureza nas cartas encíclicas e apostólicas papais (1967-2015)”, historiciza as concepções de natureza e progresso material (desenvolvimento) da Igreja Católica ao analisar as cartas encíclicas publicadas pela Igreja Católica entre os anos de 1967 e 2015. Desde a publicação de *Primavera Silenciosa*, livro de Rachel Carson de 1965, e a formação do Clube de Roma, fundado em 1968, até o Relatório Brundtland, publicado em 1987, a Igreja Católica buscou atualizar sua imagem de natureza frente às preocupações contemporâneas.

O Papa Paulo VI publicou a primeira das encíclicas relacionada à questão ambiental em 1971. O Papa João Paulo II, por sua vez, em 1979, no auge da Guerra Fria, publicou a sua primeira encíclica alertando para os perigos de autodestruição da humanidade (encíclica de onde provém o subtítulo do artigo de Gabriel, uma referência bíblica a uma passagem de Paulo de Tarso). O Papa João Paulo II, nessa e em outras cartas encíclicas, colocou de forma clara, pela primeira vez, que o próprio homem é responsável pela degradação ecológica.

Na sequência, o artigo de Gabriel nos conduz até o momento presente, quando, através do Papa Francisco, a Igreja Católica tornou o apelo ecológico rotineiro no Vaticano, tendo o Papa Francisco, inclusive, abordado a crise ecológica diretamente como uma crítica ao modo de produção capitalista, apresentando-a, portanto, como uma crise socioambiental, cujo desafio seria compatibilizar desenvolvimento e sustentabilidade. Nesse ínterim de poucas décadas, portanto, a Igreja precisou reformar e repensar a sua imagem de natureza expressa no *Gênesis*: “Enchei a terra e dominai-a”.

Em termos de inovações em métodos, perspectivas e abordagens para a História das Ciências, os leitores interessados poderão, certamente, usufruir das direções apontadas, por um lado, pelos artigos de Arthur Harder Reis, “Estudos históricos do presente: Um diálogo entre colonialismo e colonialidade”, e Cairo de Souza Barbosa, “Notas sobre colonialidade e violência nas obras de Pierre Clastres e Walter Mignolo”, e, por outro, do artigo de Thales Moreira Maia Silva, “Simulando as ‘mentes passadas’: A historiografia cognitiva entre a História e as Ciências Cognitivas”.

Os primeiros dois artigos discorrem sobre uma tendência historiográfica surgida nas décadas de 1980-90 de diálogo entre Estudos Pós-Coloniais, Subalternos e Decoloniais e História das Ciências e da Tecnologia.

Barbosa aponta para o frutífero diálogo entre a díade colonialidade/modernidade e a geopolítica do conhecimento, por um lado, amplamente explorada na riquíssima obra de Walter Mignolo, e, por outro lado, a história das ciências e a epistemologia. O objetivo desse diálogo é descolonizar o pensamento periférico dominado pela epistemologia hegemônica do Norte global.

Analogamente, na obra de Pierre Clastres, como nos mostra Barbosa em seu artigo, o conceito de “epistemicídio” funciona como o paralelo simbólico da violência do etnocídio do “projeto civilizador moderno”, submetendo as cosmovisões ameríndias, por exemplo, à epistemologia canônica ocidental.

A preocupação de Reis, por sua vez, embora também perpassando pelo pensamento decolonial, se localiza no diálogo entre colonialismo e colonialidade, ou seja, por um lado, uma longa tradição da economia política que amadurece para pensar a periferia do sistema capitalista – tendo o autor se servido nesse quesito da obra de Caio Prado Jr –, e, por outro, a importante reflexão dos estudos decoloniais – tendo Reis se utilizado do aporte dos autores Quijano, Mignolo e Sousa Santos.

A fim de auxiliá-lo em sua intuição de relacionar colonialismo e colonialidade, além também de buscar a especificidade brasileira no processo de sua colonização, Reis se utiliza, para o primeiro objetivo, do aporte teórico de Arthur Ávila e Hayden White, e, para o segundo objetivo, de Paulo Freire e Marilena Chauí. Deixo ao leitor que tenha se sentido instigado pela proposta de Reis que se aprofunde no seu estimulante artigo, “Estudos históricos do presente: Um diálogo entre colonialismo e colonialidade”.

Finalmente, a inovação apontada por Thales Silva, em seu artigo “Simulando as ‘mentes passadas’”, é de outra natureza. A conexão apontada, nesse caso, é entre historiografia e ciências cognitivas. A chamada Historiografia Cognitiva, como nos mostra o autor, nasce do fascinante diálogo entre a História e as Ciências Cognitivas, tomando duas direções possíveis:

i) A aplicação, por historiadores, da psicologia cognitiva para abordar problemas hermenêuticos-historiográficos. É o caso do historiador Luther H. Martin, por exemplo, que em meio ao *boom*, popularização e proliferação das Ciências Cognitivas e suas abordagens na década

de 1990, começou a advogar seu programa de pesquisa visando, a partir de interpelações científico-cognitivas, transformar o campo da “História Cultural”.

ii) A utilização, por cientistas cognitivos, da História como alternativa ao laboratório e suas amostragens limitadas ao homem, branco, ocidental, moderno para se entender a cognição humana (e generalizar/universalizar esse entendimento). Nesse sentido, a partir de informações indiretamente fornecidas pelas “mentes passadas”, o cientista cognitivo pode modelar e estudar a cognição humana de maneira mais universal.

Por fim, o artigo, de tema muito atual, de César Hauseisen Zimerer Perpétuo, “Crise na academia e avanço das pseudociências: a divulgação científica como tentativa de solução nos EUA”, completa essa coleção de intrigantes ensaios, ilustrando algumas das questões, tanto históricas, quanto presentes, mais significativas da historiografia em História das Ciências, Medicina e Tecnologia.

Eu gostaria de concluir essa apresentação conectando alguns dos artigos desse Dossiê, assim como incentivando o leitor a seguir com a leitura, ao mesmo tempo que provocando a reflexão, a partir de uma perspectiva comparada desses artigos, sobre algumas das questões suscitadas no Dossiê, que ilustram dilemas comuns enfrentados por historiadores dedicados à História das Ciências, Medicina e Tecnologia.

O artigo de César Perpétuo coloca a questão a respeito de como enfrentar a ascensão de tendências anticientíficas e anti-intelectuais contemporâneas (como ilustradas por certas correntes de revisionismo histórico, negacionismo do aquecimento global, movimento antivacina e controvérsias artificialmente provocadas e promovidas entre criacionismo e darwinismo).

Todavia, gostaria de enfatizar que, quando comparamos e contrastamos essas importantes preocupações com as igualmente relevantes questões levantadas pelos artigos de Arthur Harder Reis e Cairo de Souza Barbosa, uma importante aporia surge que deve ser investigada pelos historiadores das ciências e da tecnologia. A aporia poderia ser colocada da seguinte maneira:

Como defender, com argumentos convincentes, as culturas minoritárias e subalternas do epistemicídio e, ainda assim, defender, de maneira plausível, a validade do pensamento científico ocidental moderno perante os ataques das tendências anti-intelectuais contemporâneas?

O artigo de Perpétuo nos mostra como a divulgação científica se colocou essa tarefa de combater as chamadas pseudociências, ilustrando essa tendência, na literatura de divulgação

científica, com o emblemático livro de 1995, *O mundo assombrado pelos demônios*, do popularizador e divulgador científico Carl Sagan.

No entanto, não seria esse o mesmo Carl Sagan cuja visão ingênua, deformada e positivista da ciência é criticada, como nos mostra o artigo de Alice Fernandes Freyeslebe, quando avaliada a partir da ótica dos melhores avanços e práticas dos Estudos de Ciências?

O chamado neoateísmo, reunindo os conhecidos “céticos” e agnósticos militantes que se envolvem em debates públicos, como Dawkins, Sam Harris, Hitchens e Daniel Dennet, promove a suposta defesa da ciência moderna ocidental contra o obscurantismo das tendências e dos movimentos anticientíficos.

Todavia, não seria a estrutura argumentativa desses divulgadores e intelectuais públicos muito próxima daquela dos antropólogos britânicos e franceses do século XIX que, ao classificá-las de “culturas primitivas”, inferiorizava as formas de cognição, saberes e práticas não modernos e não ocidentais?

A própria psicologia dos erros cognitivos, comumente apresentada em livros de “céticos”, como, do autor citado por Perpétuo, *Por que as pessoas acreditam em coisas estranhas: pseudociências e outras confusões de nossos tempos*, de 1997, de Michael Shermer, é uma herança direta das categorias criadas pelos antropólogos do século XIX, como, por exemplo, E. B. Tylor, J. G. Frazer e L. Lévy-Bruhl, e aplicadas às chamadas “culturas primitivas”.

As categorias antropológicas oitocentistas, calcadas na ideologia do progresso do colonialismo e imperialismo europeu e criticadas por historiadores no século XX, como “animismo”, “pensamento mágico-mítico”, “totemismo”, “fetichismo”, “pensamento associativo” ou, como chamou Lévy-Bruhl, “*participation mystique*”, foram diretamente ou indiretamente transplantadas da antropologia oitocentista para as diversas teorias e modelos da psicologia do desenvolvimento cognitivo do século XX.

Como combater o anti-intelectualismo e, concomitantemente, promover a justiça epistêmica e a pluralidade adequadas a proteger saberes, vivências e práticas não-ocidentais e não-modernas (e, portanto, não facilmente acomodáveis dentro do cânone epistêmico da sociedade ocidental moderna, cujo suposto universalismo foi desacreditado pelos estudos pós-coloniais, decoloniais e subalternos, sendo reconsiderado meramente como estratégia de dominação colonizadora)?

O “problema da demarcação”, como o chamado “retorno do reprimido” em psicanálise, parece retornar do esquecimento dos Estudos de Ciências (ou das abordagens excessivamente construtivistas ou meramente descritivistas dessas importantes investigações para se entender a natureza da ciência) para nos assombrar novamente no século XXI.

Qual seria o equilíbrio, em linguagem epistêmica, entre tolerância das diferenças, compreensão hermenêutica e a defesa de uma sociedade democrática contra o autoritarismo? Eu deixo a partir daqui que o leitor elabore suas próprias reflexões tendo como estímulo esse imperdível Dossiê Temático da *Temporalidades*: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.

“A Criação inteira geme em dores de parto”¹: desenvolvimento e natureza nas cartas encíclicas e apostólicas papais (1967-2015)

“The whole Creation has been groaning as in the pains of
childbirth”: development and nature in papal encyclical and
apostolic letters (1967-2015)

Gabriel Schunk Pereira

Mestrando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
gabrielschunk@hotmail.com

Resumo: O artigo trata das percepções acerca de desenvolvimento e natureza/meio ambiente presentes nas cartas encíclicas e apostólicas publicadas pelos papas da Igreja Católica desde 1967, quando a temática ambiental aparece pela primeira vez nessas publicações, até 2015, quando foi publicada a encíclica *Laudato Si*, a primeira inteiramente dedicada às questões ambientais. O objetivo é observar como discussões ambientais foram sendo inseridas nos documentos da Igreja e qual o espaço destinado a elas. Mais ainda, intentamos compreender como a concepção de desenvolvimento e natureza foi se alterando de uma noção estritamente antropocêntrica, seguindo uma das tradições judaico-cristã, até a proposta de uma ecologia integral feita pelo Papa Francisco. Concluimos que, a partir de uma reinterpretação da narrativa cristã da Criação, a Igreja Católica tem se esforçado para substituir a visão de domínio absoluto sobre as coisas criadas por uma responsabilidade humana perante elas, cujas tarefas são cuidá-las e guardá-las, recuperando uma percepção heterodoxa de natureza presente no anglicanismo do século XVIII.

Palavras-chave: Igreja Católica; desenvolvimento; natureza.

Abstract: This article deals with the perceptions about development and nature/environment present in the encyclical and apostolic letters published by the popes of the Catholic Church since 1967, when the environmental theme first appeared in these publications, until 2015, when the encyclical *Laudato Si* was published, the first entirely devoted to environmental issues. The goal is to observe how environmental discussions have been inserted into Church documents and how much space is devoted to them. Moreover, we try to understand how the conception of development and nature changed from a strictly anthropocentric notion, following one of the Judeo-Christian traditions, to the proposal of an integral ecology made by Pope Francis. We conclude that, from a reinterpretation of the Christian narrative of Creation, the Catholic Church has endeavored to replace the vision of absolute mastery over the things created by a human responsibility to them, whose tasks are to care for and guard them, recovering a heterodox perception of nature present in eighteenth-century Anglicanism.

Keywords: Catholic Church; development; nature.

¹ Versículo retirado da Bíblia. Romanos, 8:22.

Introdução

Entre os dias seis e vinte e sete de outubro de 2019, os bispos dos países que compõem a região amazônica² se reuniram no Vaticano para a realização do “Sínodo para a Amazônia”. O objetivo do encontro era discutir sobre o papel da Igreja Católica na região, bem como a realidade socioambiental da maior floresta tropical do mundo. O documento preparatório, publicado em 2018, já anunciava os temas que seriam debatidos e as críticas ao modelo exploratório de desenvolvimento imposto para a região, baseado no consumo e com incentivos à agropecuária – na forma de monoculturas agroindustriais – e mineração, além de obras de infraestrutura, como a construção de grandes hidrelétricas (AMAZÔNIA..., 2018, 5). Dentre os temas, estavam a situação das comunidades indígenas e ribeirinhas, a exploração internacional dos recursos naturais, o extrativismo insustentável, o desmatamento, a redução da biodiversidade e o papel da Amazônia no enfrentamento do aquecimento global (SÍNODO DOS BISPOS..., 2019, online).

O sínodo acabou ganhando ainda mais importância por ter acontecido apenas dois meses após o auge da grande crise de incêndios florestais na Amazônia brasileira. Contrapondo o discurso oficial do governo brasileiro, as queimadas registradas no mês de agosto de 2019 foram mais altas do que nos anos anteriores e estão intimamente ligadas ao desmatamento que, entre agosto de 2018 e julho de 2019, registrou aumento de 29,5% em relação ao período anterior, tornando-se o maior da década (QUAIS AS CAUSAS..., 2019, online).

Desde a ascensão de Francisco ao posto máximo da Igreja Católica, em meio aos embates ideológicos enfrentados contra outras alas no interior da Igreja, o discurso oficial da instituição romana acerca do desenvolvimento e a percepção de natureza vem sofrendo significativas alterações. Primeiro papa de origem latino-americana na história da Igreja, Jorge Mario Bergoglio, da ordem jesuítica, escolheu Francisco como nome papal. Tal escolha já fazia parte de uma mensagem que ganharia coro em suas futuras manifestações papais. Além de buscar uma aproximação com os pobres e marginalizados, o nome Francisco é uma alusão a São Francisco de Assis, o santo católico protetor dos animais e, desde 1979, proclamado santo patrono dos ecologistas pelo então papa João Paulo II.

² A floresta amazônica está territorialmente distribuída em nove países da América do Sul: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.

De fato, o papa argentino tem intensificado as manifestações em defesa do meio ambiente no Vaticano. O maior símbolo dessa nova fase é a carta encíclica *Laudato Si*, publicada no ano de 2015, sendo a primeira encíclica inteiramente dedicada a discutir as questões ambientais no mundo contemporâneo. As cartas encíclicas são um tipo de documento característico da Igreja Católica. Tratam-se de publicações pontificias onde os papas discorrem sobre as doutrinas, os ensinamentos e as orientações a respeito de alguns pontos específicos da Igreja e da vida cristã. Não somente, esse tipo de publicação também reflete acerca dos assuntos relacionados à doutrina social da Igreja e, de certa forma, renovam e atualizam os preceitos católicos em relação aos temas do mundo contemporâneo. Apesar de publicadas em nome do papa vigente, as encíclicas traduzem um posicionamento oficial da Igreja Católica como instituição e, por isso, não devem ser consideradas como um documento resultante de um labor individual dos papas, mas sim de um trabalho destes com cardeais, bispos e demais eclesiásticos. Por exemplo, há um esforço para a construção de consensos entre as alas divergentes e, principalmente, um cuidado para não desautorizar um ensinamento ou uma doutrina de um papa anterior a fim de manter o dogma da infalibilidade papal, no qual o papa está sempre correto em suas deliberações teológicas e institucionais. A tentativa, por vezes, é de revisar a fala daqueles papas dando uma nova roupagem, mais moderna e palpável para as demandas mundo atual.

Mas qual seria o discurso católico sobre natureza? Qual é a concepção de desenvolvimento adotada pela Igreja Católica? Uma das maneiras de entendermos a posição da Igreja frente os problemas contemporâneos socioambientais é analisando seus documentos oficiais. A Igreja Católica e os papas também se posicionam e se manifestam através de vários meios não oficiais, como os sermões e homilias, por meio das assembleias e conferências eclesiásticas ou junto às lideranças globais em encontros seculares. Entretanto, este artigo analisará as representações da Igreja sobre desenvolvimento³ e natureza⁴ partindo das cartas

³ Transferido - já naquele período de maneira equivocada - da seara biológica para a social no final do século XVIII, o conceito de desenvolvimento foi, ao longo do tempo, adquirindo inúmeros sentidos e usos que retratam dinâmicas e relações de poder no campo político e econômico. Aqui será compreendido como um conceito de natureza universalizante construído no pós-Segunda Guerra Mundial, liderado pelos Estados Unidos, no qual se pretendia introduzi-lo como um modelo e estágio de crescimento econômico para todas as nações. Em primeiro lugar, isso significou uma separação social, econômica, política e cultural entre as nações consideradas desenvolvidas e as ditas subdesenvolvidas. Em segundo lugar, estas nações deveriam perseguir o modelo econômico de crescimento ditado por aquelas, tornadas um marco de referência, até que deixassem o status de subdesenvolvimento. Em terceiro lugar, o conceito adquiriu, por sua natureza universal, um caráter (ou nova roupagem) neocolonial e imperialista ao justificar as inúmeras intervenções realizadas nos países subdesenvolvidos em nome do desenvolvimento, traduzido como um movimento ou destino histórico inexorável, onde “sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. Indica que estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta

encíclicas publicadas a partir da década de 1960, período em que a questão ambiental passou a ganhar força. Pretendemos identificar como as discussões sobre essas duas categorias se tornaram cada vez mais presentes nas manifestações da Igreja. Em segundo lugar, intentamos observar qual a percepção que se tem do mundo natural, seus significados e a relação a ser estabelecida com ele pela humanidade, procurando abarcar o que Donald Worster chamou de terceiro nível da História Ambiental, onde “aquele tipo de interação mais inteligível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tomam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991, p. 202). O recorte final do trabalho é a publicação da encíclica *Laudato Si*, onde consideramos que houve uma inflexão na narrativa e na concepção da Igreja sobre o mundo natural, aderindo a uma das tradições existentes na cosmologia judaico-cristã.

Sobre o discurso religioso

Segundo o historiador e cientista político Joanildo Burity, a fronteira entre público/privado vem sendo desconstruída e redefinida, provocando, como consequência, um “realinhamento na relação entre religião e política” (BURITY, 2001, p. 29). Com isso, a religião voltou a figurar no espaço da esfera pública, se articulando no espectro político sob a forma de grupos organizados, retornando a ser uma importante força social e política. Tentando evidenciar essa desconstrução da fronteira entre o público e o privado, o autor articulou alguns indicadores como credenciadores desse processo. Um deles faz referência aos movimentos culturais e sociais pós-68, que

[...] colocaram em xeque uma série de representações da política como espaço estatal, neutro e alheio a questões particulares, reconstruindo posições sociais e culturais antes ocultas na órbita do indivíduo, do pequeno grupo ou dos valores, como posições de sujeito políticas - questões como gênero, raça, meio

desejável” (ESTEVA, 2000, p. 64). Ver mais em ESTEVA (2000). As terminologias “países desenvolvidos” e “em desenvolvimento” presentes nas citações, portanto, serão entendidas nesses termos. Elas serão mantidas dessa forma pois é a maneira como os países são citados e classificados nas encíclicas papais, evidenciando as noções de desenvolvimento da segunda metade do século XX.

⁴ O conceito de natureza é carregado de vários significados e simbolismos e, por isso, é um dos conceitos mais complexos do pensamento humano, não sendo somente “uma ideia, mas muitas ideias, significados, pensamentos, sentimentos, empilhados uns sobre os outros, frequentemente da forma menos sistemática possível” (WORSTER, 1991, p. 210). Este artigo não pretende esgotar as explicações sobre os entendimentos de natureza, tampouco resumir ou generalizar os pensamentos e as representações cristãs, nem católicas, sobre o que é natureza. Segundo Worster (1991, p. 211), “devemos presumir que toda cultura contém um leque de percepções e valores variados”. Portanto, a análise está restrita às representações da natureza nas encíclicas papais publicadas entre 1967 e 2015. Entretanto, para efeitos práticos de análise, o conceito será entendido mais próximo do que é difundido no senso comum, “um consenso de que ‘natureza’ designa o mundo não-humano, o mundo que nós não criamos originalmente” (WORSTER, 1991, p. 201) e, ainda, “tudo o que não era humano, tudo o que não fora tocado ou estragado pelo homem: a natureza como os locais solitários, como o selvagem” (WILLIAMS, 2011, p. 103).

ambiente, cultura e subjetividade assumiram, então, um caráter de problema político e mobilizaram formas de ação coletiva em defesa de reconhecimento, justiça e participação (BURITY, 2001, p. 33).

Em outras palavras, o campo político ganhou novos “temas” para a discussão. Se o espaço reservado para o debate político era, até então, exclusivo para assuntos que não competiam à ordem individual, não abordavam o tratamento de minorias históricas ou assuntos por hora marginalizados pela sociedade civil, após os movimentos de 1968 não o era mais. Essas questões até o momento excluídas se tornaram objetos de discussões de natureza política e motivo para o engajamento de novos atores sociais e de novos grupos de atuação civil.

Um desses novos temas é a questão ambiental. Meio ambiente e ecologia passaram a ser palavras cada vez mais presentes no discurso de líderes de governos, instituições e da sociedade civil. O desenvolvimento sustentável tornou-se um paradigma e uma das principais preocupações de governantes. É claro que esse pensamento voltado para o meio ambiente não foi adotado pelos países e pessoas de um dia para outro. Na verdade, ainda não o foi nem está perto de ser acolhido. De certo, os questionamentos aos modelos de desenvolvimento que agridem o meio ambiente se fazem ouvir cada vez mais e propostas para alteração desse modelo são feitas aos montes. Enfim, cresceu-se a necessidade de busca por alternativas ao desenvolvimento que assegurassem o bom relacionamento do ser humano com o meio ambiente.

Por vários fatores, a década de sessenta ecoou essas preocupações com o meio ambiente, lançando críticas ao modelo de desenvolvimento desenfreado. O livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, lançado em 1962, é tido como um marco desse debate em torno das questões ecológicas. Carson (1962) alertava sobre os efeitos danosos de inúmeras ações humanas sobre o ambiente, sobretudo em relação ao uso desinibido de pesticidas e agrotóxicos. Em 1968, foi fundado o *Clube de Roma*, um grupo formado por cientistas, educadores, economistas e industriais, a fim de discutir os problemas enfrentados pela humanidade. Nas palavras de José Augusto Pádua,

a partir da década de 1960, ocorreu um movimento expansivo ainda mais surpreendente, quando o conceito de ecologia rompeu os muros da academia para transformar-se em um dos ícones centrais do imaginário social contemporâneo. Desde então ele passou a inspirar o estabelecimento de movimentos sociais e organizações não-governamentais, práticas sociais e ações coletivas, partidos políticos, políticas públicas em diferentes níveis e articulações importantes no campo das relações internacionais. Mais ainda, ele penetrou significativamente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, nas dinâmicas publicitárias e nos diversos aspectos da

arte e da cultura. Este processo atingiu inclusive um grau considerável de universalidade (PÁDUA, 2005, p. 60).

Um dos muros rompidos pelo discurso ecológico foi o da Igreja Católica. Preocupada com as relações entre questões sociais e a profissão de fé, a Igreja Católica tem um amplo histórico de atuação política. Sua movimentação implica, muitas vezes, em consequências que vão além da vida de seus seguidores, assumindo um papel de atuação que invade o espaço público. A atuação da Igreja, portanto, compreende os dois lados da fronteira entre o público e o privado. Mais importante é a força e o alcance dos discursos do Vaticano, que impactam a vida de milhões de indivíduos espalhados pelo mundo. A religião não atua somente no âmbito individual, produzindo efeitos também na esfera social. Isso porque o discurso religioso é normalmente estabelecido através de uma relação hierárquica entre o líder religioso e o fiel receptor (MELO, 2017, p. 133), que, por sua vez, tende a receber o discurso e replicá-lo à (m)oralidade. Ou seja, ele reproduz o discurso oralmente, como tarefa de evangelização, e também pelo comportamento, ao adotá-lo como moralmente correto, afinal a vivência cristã é também exemplo. “É comum, portanto, que os indivíduos recorram a ela para compreender seu lugar no mundo, para compreender a si mesmos e para balizar valores e comportamentos” (MELO, 2017, p. 134).

As manifestações discursivas aqui analisadas são as encíclicas. Esse tipo de literatura religiosa é o que materializa os ordenamentos da Igreja para os fiéis. Trazendo de questões espirituais a aspectos comportamentais, elas se tornaram um importante meio de comunicação entre a instituição romana e o restante da comunidade católica, sintetizando as práticas e reflexões cristãs no mundo e sobre o mundo aos leigos e líderes da Igreja. Em suma,

[...] o discurso religioso é aquele que se propõe a doutrinar um conjunto de fiéis leigos, propondo a eles orientações de ordem espiritual e comportamental a partir de um conjunto de princípios previamente definidos [...]. Esse discurso não se fecha, contudo, em si mesmo, mas se relaciona com as diversas práticas sociais e discursivas (MELO, 2017, p. 144).

O paradigma antropocêntrico

No mesmo momento em que o mundo se atentava para as questões ambientais, a Igreja Católica também foi demonstrando cada vez mais apreço por elas. Foi na década de 1960 que, pela primeira vez, o tema apareceu sendo debatido nas encíclicas publicadas pela Igreja. O

primeiro papa a fazê-lo foi Paulo VI⁵, papa de origem italiana, entronizado em junho de 1963, ficando até agosto de 1978, ano de seu falecimento, totalizando quinze anos de pontificado.

Desde a publicação da encíclica *Rerum Novarum* pelo papa Leão XIII⁶, em 1891, a Igreja, durante os finais do século XIX e todo século XX, reuniu uma série de publicações papais que acabou se constituindo na Doutrina Social da Igreja⁷, um conjunto de ensinamentos compartilhados pelos líderes da Igreja que versam sobre as questões da vida cristã em sociedade mediante as transformações impostas pela nova organização social moderna, como o surgimento das indústrias, a questão da propriedade privada, a consolidação do capitalismo liberal, a urbanização e, sobretudo, as relações entre capital e trabalho. Não obstante, a presente encíclica discorreu, principalmente, sobre a questão operária e as condições do trabalho.

Paulo VI publicou dois documentos que vieram a compor esse conjunto de doutrinas sociais da Igreja, a carta encíclica *Populorum Progressio*, de 1967, e a carta apostólica *Octogesima Adveniens*, de 1971. *Populorum Progressio* foi a primeira das encíclicas a citar algo relacionado ao meio ambiente. Lembrando o dever dos papas de “projetar nas questões sociais do seu tempo a luz do Evangelho” (PAULO VI, 1967, 2)⁸, Paulo VI discorreu sobre o desenvolvimento dos povos, uma preocupação latente no início da segunda metade do século XX, após o fim da Segunda Guerra Mundial, e no contexto de independência dos países afro-asiáticos. Nas palavras do então pontífice, a carta era um “apelo solene a uma ação organizada para o desenvolvimento integral do homem e para o desenvolvimento solidário da humanidade” (PAULO VI, 1967, 5) e que olhava para os novos países independentes com a “necessidade de acrescentar a esta liberdade política um crescimento autônomo e digno, tanto social como econômico, a fim de garantirem aos cidadãos o seu pleno desenvolvimento humano” (PAULO VI, 1967, 6).

⁵ Seu nome de nascimento é Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini. As citações, daqui em diante, sempre levarão em conta o nome escolhido para o exercício papal, nome pelo qual eles são amplamente reconhecidos pelo público crente e não-crente e, principalmente, por ser o nome presente nas publicações das cartas encíclicas, apostólicas e demais documentos da Igreja Católica.

⁶ Seu nome de nascimento é Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci-Prosperi-Buzzi. Foi papa entre março de 1878 e julho de 1903, somando 25 anos de papado. É conhecido por ter se manifestado veementemente, através das encíclicas, sobre questões econômicas e sociais, denunciando os modelos políticos e econômicos de seu tempo, o capitalismo e o comunismo, e construindo as bases para o pensamento social da Igreja.

⁷ O documento foi publicado em 2004 e está disponível para acesso na internet. O capítulo dez da terceira parte é destinado para a questão ambiental.

⁸ As cartas encíclicas e apostólicas possuem uma estrutura muito própria. As citações não virão acompanhadas do número de página, uma vez que as cartas disponíveis na internet não são paginadas. O número que aparece após o ano da publicação corresponde aos parágrafos ou tópicos abordados pelos papas, conforme aparecerem nos documentos.

Não é possível falar de desenvolvimento sem que discuta as matrizes e as bases desse desenvolvimento, bem como a relação que a ser estabelecida com o mundo natural. A encíclica *Populorum Progressio* sintetizou alguns princípios básicos desse desenvolvimento, bem como a noção de natureza e o papel destinado a ela nesse processo. Esses princípios, como veremos, ecoaram nas encíclicas papais que foram publicadas posteriormente. Em primeiro lugar, a carta assentou o próprio conceito de desenvolvimento. Este, por sua vez, deve ser construído em um projeto conjunto, sobretudo no que diz respeito ao papel das nações desenvolvidas no auxílio das nações em desenvolvimento, consolidando uma visão cristã do desenvolvimento como um dever pessoal e comunitário sustentado na solidariedade, um dos princípios da Doutrina Social da Igreja, sendo, portanto, um “dever muito grave dos povos desenvolvidos ajudar os que estão em via de desenvolvimento” (PAULO VI, 1967, 48). O discurso da Igreja vai ao encontro do modelo e conceito de desenvolvimento difundido ao final da Segunda Guerra pelas grandes potências, sobretudo no fato de que os países desenvolvidos seriam o modelo a ser seguido e, na maioria das vezes, esses mesmos países auxiliariam os países “em vias de desenvolvimento”.

O princípio da solidariedade e do crescimento comunitário trazido por Paulo VI se aproxima, em certo sentido, do conceito de desenvolvimento sustentável cunhado na *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, realizada em Estocolmo, Suécia, no ano de 1972, e formalizado no *Relatório Brundtland*, publicado em 1987. Se o conceito de desenvolvimento sustentável prevê atender “as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL..., 1991, p. 46), a ideia de crescimento comunitário e solidariedade consistia no fato de que

herdeiros das gerações passadas e beneficiários do trabalho dos nossos contemporâneos, temos obrigações para com todos, e não podemos desinteressar-nos dos que virão depois de nós aumentar o círculo da família humana. A solidariedade universal é para nós não só um fato e um benefício, mas também um dever (PAULO VI, 1967, 17).

Em contrapartida, o papel do mundo natural nesse processo entrou em consonância com uma percepção particular de natureza presente no mundo ocidental, segundo uma das tradições teológicas da cosmologia judaico-cristã, na qual ela aparece como submissa aos desejos e interesses do homem, embora essa concepção não fosse a única existente naquele momento. Essa é a percepção tradicional e ortodoxa em que o mundo fora criado para o bem do homem, onde as espécies de plantas e animais estavam subordinadas às necessidades, propósitos e prazeres humanos. O predomínio e a centralidade humana na Criação encontraram nas leis do Antigo

Testamento – e também na filosofia clássica aristotélica – sua justificação teológica e moral. Essa interpretação teológica contribuiu, em certa medida, para fundamentar a primazia humana sobre o mundo natural (THOMAS, 2010, p. 21-32). Tal visão foi reafirmada na *Populorum Progressio* e assim permaneceu na maioria das encíclicas seguintes, reforçando o paradigma antropocêntrico da relação entre sociedade e natureza. Com base nos escritos do livro do *Gênesis* sobre a Criação, a carta de Paulo VI trouxe a seguinte recomendação:

‘Enchei a terra e dominai-a’: logo desde a primeira página, a Bíblia ensina-nos que toda a criação é para o homem, com a condição de ele aplicar o seu esforço inteligente em valorizá-la e, pelo seu trabalho [...] completá-la em seu serviço. Se a terra é feita para fornecer a cada um os meios de subsistência e os instrumentos do progresso, todo o homem tem direito, portanto, de nela encontrar o que lhe é necessário. O recente Concílio [Concílio Vaticano II] lembrou-o: ‘Deus destinou a terra e tudo o que nela existe ao uso de todos os homens e de todos os povos [...]’ (PAULO VI, 1967, 22).

Contudo, foi na carta apostólica *Octagesima Adveniens*, publicada em 1971 por ocasião do octogésimo aniversário da encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII, que Paulo VI dedicou uma parte exclusiva, ainda que bastante reduzida, à questão do meio ambiente. Foi a primeira vez também que a expressão apareceu nas encíclicas papais no sentido mais próximo da compreensão e significado estritamente biológico de meio ambiente como o conjunto de elementos biológicos, físicos, químicos e sociais que se relacionam direta ou indiretamente entre si. Por muitas vezes nas próprias encíclicas, o conceito de meio ambiente é associado a própria ideia de natureza, como se fossem a mesma coisa, tudo aquilo que não foi construído pelo homem⁹.

Recuperando a encíclica *Rerum Novarum* e adicionando novos termos e debates às questões relacionadas à economia moderna, Paulo VI chamou atenção para “as novas dificuldades que põem em causa o próprio futuro do homem” (PAULO VI, 1971, 7). Dentre esses novos problemas, o pontífice citou a questão da urbanização atrelada ao desenvolvimento industrial e as alterações que provocam na natureza. Entretanto, denunciando uma visão antropocêntrica, os efeitos e problemas sociais oriundos dessa nova realidade econômica são pensados em relação ao homem e não em relação ao mundo natural *per se*, agora completamente dominado. O homem, diante desse novo mundo urbanizado e industrializado, “experimenta, assim, uma nova forma de solidão, não já frente a uma natureza hostil, que ele levou séculos a dominar, mas no meio da multidão anônima que o rodeia” (PAULO VI, 1971, 10).

⁹ O uso indistinto dos termos “natureza” e “meio ambiente” é criticado por Wolfgang Sachs pelo fato de que esse uso descuidado causa confusão e “impede a identificação do ‘meio’ como uma determinada construção da ‘natureza’ específica para nossa época”, além de que “raramente houve um conceito que representasse a natureza de uma maneira mais abstrata, passiva e vazia de qualidades do que ‘meio ambiente’” (SACHS, 2000, p. 127).

Ao falar especificamente do meio ambiente, primeira mensagem papal acerca do tema já era em tom alarmista, apontando a exploração desmedida da natureza e seu potencial catastrófico não só para o ambiente natural, mas para o próprio homem. Em contradição com a tese do domínio humano sobre a natureza citada no parágrafo anterior, Paulo VI apontou a incapacidade do controle humano sobre o ambiente e a produção de um cenário “insuportável”:

À medida que o horizonte do homem assim se modifica, [...] uma outra transformação começa a fazer-se sentir, consequência tão dramática quanto inesperada da atividade humana. De um momento para outro, o homem toma consciência dela: por motivo da exploração inconsiderada da natureza, começa a correr o risco de destruí-la e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação. Não só já o ambiente material se torna uma ameaça permanente, poluições e lixo, novas doenças [...]; é mesmo o quadro humano que o homem não consegue dominar, criando assim, para o dia de amanhã, um ambiente global, que poderá tornar-se-lhe insuportável (PAULO VI, 1971, 21).

Segundo Santos (2016), há três ideias de ambientalismo que conformam, a partir dos problemas identificados por cada uma das vertentes, diferentes soluções e estratégias de atuação. São elas o ambientalismo esotérico, o racionalista e o moralista. Segundo o autor, a atuação da Igreja se enquadra no ambientalismo moralista, “o qual sustenta que os problemas ambientais são problemas morais” (SANTOS, 2019, p. 79). Ainda dentro do ambientalismo moralista, há duas correntes, a intramundana e a extramundana, “na qual o planeta seria posse de um ser superior que, como um mandamento religioso, confiou o seu cuidado a nós” (SANTOS, 2019, p. 79). Comum a ambas está o fato de que a solução para evitar a degradação ambiental em curso reside na mudança do comportamento humano, na adoção de valores éticos e morais que respeitem e zelem pela conservação do mundo natural. O papel da Igreja na crise ambiental, portanto, seria o de um guia na moralização da sociedade, reaproximando-a de Deus. A partir disso, Paulo VI cunhou o conceito de *ecologia moral*, “que passaria a figurar em grande parte dos pronunciamentos sobre ecologia feitos por seus sucessores” (SANTOS, 2019, p. 89), associando os aspectos físicos e morais da crise ecológica contemporânea.

O domínio absoluto e a responsabilidade do zelo

Após a morte de Paulo VI, a Igreja Católica teve um de seus mais breves pontificados. Eleito em agosto de 1978, João Paulo I - Albino Luciani - faleceu trinta e três dias depois de assumir a cadeira de São Pedro. Seu sucessor, João Paulo II¹⁰, foi escolhido em outubro do mesmo ano e teve o segundo pontificado mais longo da história da Igreja com pouco mais de

¹⁰ Seu nome de nascimento era Karol Józef Wojtyła.

vinte e cinco anos de duração. Seu mandato também é emblemático por ter sido o primeiro papa não-italiano desde o século XVI.

Alguns meses depois de eleito, em março de 1979, João Paulo II publicou sua primeira carta encíclica, *Redemptor Hominis*. O documento era sobre Jesus Cristo como redentor do mundo e do homem e sobre o significado do amor divino. Na carta, a Criação foi citada como o maior símbolo do amor divino para com a humanidade, onde o mesmo “Deus da criação revela-se como Deus da redenção” (JOÃO PAULO II, 1979, 9). A outra preocupação da encíclica era em relação à situação contemporânea da humanidade perante o mundo criado e doado a ela por Deus, devendo a Igreja “estar bem ciente [...] das ameaças que se apresentam contra o homem” (JOÃO PAULO II, 1979, 14). Tal apreensão estava conectada com os temas também tratados por Paulo VI: o progresso, o desenvolvimento e a dignidade da vida humana.

O tema do desenvolvimento e do progresso anda nas bocas de todos e aparece nas colunas de todos os jornais e nas publicações, em quase todas as línguas do mundo contemporâneo. Não esqueçamos, todavia, que este tema não contém somente afirmações e certezas mas também perguntas e angustiosas inquietudes. Estas últimas não são menos importantes do que as primeiras. (JOÃO PAULO II, 1979, 15)

Para o papa polonês, o mundo estava marcado pelo predomínio da tecnologia e da técnica, mas que, diante do desenvolvimento de ambas, também era necessário desenvolver responsabilidade moral e ética. Não há uma negação do progresso e desenvolvimento, vistos como “autênticos sinais da grandeza do mesmo homem” (JOÃO PAULO II, 1979, 15), mas o pontífice alerta que ambos não podem vir desacompanhados de um questionamento básico: “este progresso [...] torna de fato a vida humana sobre a terra, em todos os seus aspectos, mais humana?” (JOÃO PAULO II, 1979, 15). Contrapondo-se ao versículo do Gênesis que autoriza a dominação do homem sobre a Criação, um dos primeiros parágrafos da encíclica trouxe um versículo do livro dos Romanos que se tornaria um dos mais utilizados pela Igreja para alertar os fiéis acerca da urgência das questões ambientais. O pontífice polonês ainda fez uma advertência sobre os riscos e consequências da utilização de armas nucleares.

Não nos convencem, porventura, a nós homens do século vinte, as palavras do Apóstolo das gentes [Paulo de Tarso ou São Paulo Apóstolo], pronunciadas com uma arrebatadora eloquência, acerca da ‘criação inteira que geme e sofre, em conjunto, as dores do parto, até ao presente’, [...] acerca da criação que ‘foi submetida à caducidade’? O imenso progresso nunca antes conhecido, que se verificou particularmente no decorrer do nosso século, no campo do domínio sobre o mundo por parte do homem, não revela acaso ele próprio e ainda por cima em grau nunca antes conhecido, aquela multiforme submissão ‘à caducidade’? Basta recordar aqui certos fenómenos, como por exemplo a

ameaça do inquinamento do ambiente natural nos locais de rápida industrialização, ou então os conflitos armados que rebentam e se repetem continuamente, ou ainda as perspectivas de autodestruição mediante o uso das armas atômicas [...] (JOÃO PAULO II, 1979, 8).

Mas, diante da situação em que a natureza geme e sofre em dores de parto, qual o estado do ser humano no mundo? João Paulo II dedicou algumas linhas para discutir a responsabilização do próprio homem diante dos problemas do mundo contemporâneo e que a grande ameaça da autodestruição da humanidade resulta das próprias vontades e realizações humanas.

O homem de hoje parece estar sempre ameaçado por aquilo mesmo que produz [...]. E nisto assim parece consistir o capítulo principal do drama da existência humana contemporânea na sua mais ampla e universal dimensão. O homem, portanto, cada vez mais vive com medo. Ele teme que os seus produtos, naturalmente não todos e não na maior parte, [...] possam ser voltados de maneira radical contra si mesmo; teme que eles possam tornar-se meios e instrumentos de uma inimaginável autodestruição, perante a qual todos os cataclismas e as catástrofes da história, que nós conhecemos, parecem ficar a perder de vista (JOÃO PAULO II, 1979, 15).

Apesar de não ter proposto uma alteração radical na percepção de natureza ou na forma como a humanidade lida antropocentricamente com o mundo natural, João Paulo II avançou em alguns pontos quando o comparamos com Paulo VI. Em primeiro lugar, ele dedicou muito mais espaço e atenção para a temática ambiental - como veremos nas próximas encíclicas -, mas, principalmente, foi a noção de que o próprio homem é responsável pela degradação ecológica que apareceu como algo novo nos discursos papais. Em segundo lugar, o papa de origem eslava ressignificou os termos do “enchei-a [a terra] e dominai-a” presente na narrativa cristã da Criação e que sustentou o discurso de dominação e submissão da natureza pelo homem. Apontou a exploração desmedida dos recursos naturais como um dos principais fatores que ameaça a sobrevivência humana no longo prazo, bem como o papel de “guarda” da natureza, atribuindo uma responsabilidade ao ser humano em relação ao mundo natural que vai além da visão utilitarista. A partir de então, o discurso católico começa a migrar para uma outra tradição teológica, a heterodoxa, existente na vertente anglicana do cristianismo desde o século XVIII. O próprio Keith Thomas (2010, p. 31) aponta a ambiguidade da tradição judaico-cristã que, “além da ênfase no direito do homem a explorar as espécies inferiores, apresentava outra doutrina diferente, do homem como gerente ou lugar-tenente de Deus e responsável pelas Suas criaturas”. Nas palavras de João Paulo II:

Parece que estamos cada vez mais cômicos do fato de a exploração da terra, do planeta em que vivemos, exigir um planeamento racional e honesto. Ao mesmo tempo, tal exploração para fins não somente industriais mas também militares,

o desenvolvimento da técnica não controlado nem enquadrado num plano com perspectivas universais e autenticamente humanístico, trazem muitas vezes consigo a ameaça para o ambiente natural do homem, alienam-no nas suas relações com a natureza e apartam-no da mesma natureza. E o homem parece muitas vezes não dar-se conta de outros significados do seu ambiente natural, para além daqueles somente que servem para os fins de um uso ou consumo imediatos. Quando, ao contrário, era vontade do Criador que o homem comunicasse com a natureza como ‘senhor’ e ‘guarda’ inteligente e nobre, e não como um ‘desfrutador’ e ‘destrutor’ sem respeito algum (JOÃO PAULO II, 1979, 15).

Essa nova interpretação acerca da Criação reapareceu na encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* - a Solicitude Social da Igreja -, publicada em 1987. Isso demonstra que a simbólica alteração no discurso da narrativa criacionista cristã não foi fato isolado e se consolidou como uma nova visão da Igreja sobre o mundo físico e natural criado por Deus. Nessa carta encíclica, o pontífice polonês estabeleceu um diálogo direto com a encíclica *Populorum Progressio*, de Paulo VI, onde pretendeu recuperar as concepções de progresso e desenvolvimento discutidas pelo papa italiano vinte anos antes, em 1967, bem como os outros temas tratados à época, como a própria questão ambiental. Recuperando esses debates, João Paulo II objetivou “acentuar, com o auxílio da investigação teológica sobre a realidade contemporânea, a necessidade de uma concepção mais rica e mais diferenciada do desenvolvimento” (JOÃO PAULO II, 1987, 4).

Ao retratar o panorama do mundo nos finais dos anos 1980, algumas preocupações ainda perduravam no discurso papal. Mesmo com o bloco soviético em crise e passando por reformas políticas e econômicas, os temores da Guerra Fria ainda ecoavam nos corredores do Vaticano. A acumulação de armas atômicas como resultado da corrida armamentista ainda gerava grande tensão mundial e o diagnóstico do então papa católico era de que “o panorama do mundo atual [...] parece destinado a encaminhar-nos mais rapidamente para a morte” (JOÃO PAULO II, 1987, 24). Em contrapartida, em um timbre pouco mais otimista, também identificou alguns “sinais positivos do tempo presente”. Dentre os sinais citados estava o fato que a humanidade vinha adquirindo “uma maior consciência dos limites dos recursos disponíveis e da necessidade de respeitar a integridade e os ritmos da natureza e de tê-los em conta na programação do desenvolvimento” (JOÃO PAULO II, 1987, 26), o que ele chamou de “preocupação ecológica”.

A alteração da narrativa da Criação não previu uma mudança na concepção antropocêntrica, mas atribuiu uma nova responsabilidade para a humanidade na relação com a natureza, a de zelar pela Criação. A Criação pressupunha a exigência de uma tarefa original para o homem e para a mulher, a de “dominar sobre as outras criaturas e de cultivar o jardim”. Apesar

do domínio sobre o mundo natural ser atribuído ao homem por Deus, tal arbítrio não era mais considerado como algo irrestrito e ilimitado.

O homem, deste modo, passa a ter uma linha de afinidade com as outras criaturas: é chamado a utilizá-las, a cuidar delas e, sempre segundo a narração do Gênesis (2, 15), é colocado no jardim, com a tarefa de o cultivar e guardar, estando acima de todos os outros seres, postos por Deus sob o seu domínio (cf. *ibid.* 1, 25-26). Mas, ao mesmo tempo, o homem deve permanecer submetido à vontade de Deus, que lhe prescreve limites no uso e no domínio das coisas (cf. *ibid.* 2, 16-17)¹¹ (JOÃO PAULO II, 1987, 29).

Sobre o novo conceito de desenvolvimento, João Paulo II acrescentou, o que não havia sido feito por Paulo VI, o que seria o caráter desse modelo de desenvolvimento. Para o papa polonês, esse modelo deveria vir acompanhado de um aspecto moral que reúne alguns elementos básicos que definiriam os critérios da relação entre a sociedade e a natureza. O critério essencial é o “respeito pelos seres que formam a natureza visível” (JOÃO PAULO II, 1987, 34), construído, por sua vez, a partir de algumas considerações. A primeira delas é a de que tomamos “consciência de que não pode fazer-se impunemente uso das diversas categorias de seres, vivos ou inanimados — animais, plantas e elementos naturais — como se quiser, em função das próprias exigências econômicas” (JOÃO PAULO II, 1987, 34). Essa constatação representou um salto na percepção do discurso papal sobre a natureza. Ao alterar a expressão *recursos naturais* por *elementos naturais*, a concepção do mundo natural começou a sofrer mudanças, ao menos no discurso, tentando abdicar de uma visão essencialmente utilitarista, ainda que isso não tenha implicado necessariamente em uma transformação prática dessa percepção da natureza. O pontífice ainda reconheceu a importância vital de cada elemento da natureza e “as ligações mútuas entre todos, num sistema ordenado” (JOÃO PAULO II, 1987, 34) que seria o mundo natural.

A segunda questão já estava em acordo com o conceito de *desenvolvimento sustentável*¹², ainda em discussão na década de oitenta e estabelecido após a *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e*

¹¹ As referências entre parênteses que estão dentro da citação vêm do texto da própria encíclica e foram mantidas pelo autor. Isso se segue nas próximas citações.

¹² O conceito de desenvolvimento sustentável, desde então, comporta-se como o novo paradigma do desenvolvimento socioeconômico. Não obstante, sua concepção e ideologia é amplamente criticada, sobretudo pelo fato de que a premissa do desenvolvimento contínuo e ininterrupto não foi abandonada. Mais ainda, o conceito “fundamenta-se em uma concepção conciliatória com o capitalismo, que transparece uma ambígua relação entre [...] sua emergência como ideia pretensamente reparadora da atual crise socioambiental e de seu real sentido de reforço da lógica do capital” (VIZEU et al., 2012, p. 570). Este modelo de crescimento pautado na ilimitada e contínua acumulação de capital, que transforma incessantemente natureza em cultura, é insustentável. Portanto, a pretendida sustentabilidade e a manutenção do crescimento econômico com base na economia capitalista são incompatíveis. Percebe-se que o conceito surge para remodelar e revitalizar um sistema econômico em crise que prometia ser social e ambientalmente justo, mesmo sem abrir mão das prerrogativas fundadoras do modelo capitalista de produção.

Desenvolvimento, realizada em 1992. As discussões daquele período já davam conta de afirmar categoricamente sobre o limite dos recursos naturais e a possibilidade de manter o paradigma desenvolvimentista atrelada à conservação do meio ambiente e dos recursos naturais. “Usá-los como se fossem inexauríveis, com absoluto domínio, põe em perigo seriamente a sua disponibilidade, não só para a geração presente, mas sobretudo para as gerações futuras” (JOÃO PAULO II, 1987, 34). Reunidas, essas questões atentavam meticulosamente para a alteração da percepção de natureza discutida anteriormente. A exigência e o caráter moral do desenvolvimento

impõe limites, sem dúvida, ao uso da natureza visível. O domínio conferido ao homem pelo Criador não é um poder absoluto, nem se pode falar de liberdade de ‘usar e abusar’, ou de dispor das coisas como melhor agrada. A limitação imposta pelo mesmo Criador, desde o princípio, e expressa simbolicamente com a proibição de ‘comer o fruto da árvore’ (cf. Gen 2, 16-17), mostra com suficiente clareza que, nas relações com a natureza visível, nós estamos submetidos a leis, não só biológicas, mas também morais, que não podem impunemente ser transgredidas (JOÃO PAULO II, 1987, 34).

João Paulo II reiterou esses argumentos e conclusões em sua carta apostólica da celebração do dia mundial da paz, em 1990. A carta apostólica se propôs a discutir inteiramente a questão ambiental diante da urgência que ela demanda. O papa colocou o desrespeito à natureza como um dos grandes fatores que ameaçam a paz mundial. Sustentando a tese de que a crise ecológica é resultado de uma crise moral da humanidade, o pontífice polonês indicou que qualquer tentativa de mudança desse panorama ambiental exigia uma profunda reflexão dessa crise moral, bem como o enfrentamento conjunto do problema, e não apenas no modo como lidamos com os recursos naturais disponíveis.

É evidente que uma solução adequada não pode consistir simplesmente numa melhor gestão, ou num uso menos irracional dos recursos da terra. Muito embora se reconheça a utilidade prática de semelhantes providências, parece ser necessário examinar a fundo e enfrentar no seu conjunto a grave crise moral de que a degradação do ambiente é um dos aspectos preocupantes (JOÃO PAULO II, 1990, 5).

Na carta apostólica, o então pontífice trouxe um novo ponto até então negligenciado nas cartas anteriores. Da necessidade de uma minuciosa reflexão sobre a relação entre sociedade e natureza urgia, na visão do papa, uma demanda por educação ambiental. O papa ainda chegou a propor a maneira como esta deveria ser feita e qual seria seu real objetivo, a conversão do pensamento e comportamento. Nas palavras de João Paulo II

Há uma necessidade urgente, pois, de educação para a responsabilidade ecológica: responsabilidade em relação a si próprio, [...] em relação aos outros e [...] em relação ao ambiente. [...] [a sua] maneira de estruturar não pode apoiar-se na rejeição do mundo moderno, nem num vago desejo de retornar ao ‘paraíso perdido’. A educação autêntica para a responsabilidade implica uma verdadeira conversão na maneira de pensar e no comportamento (JOÃO PAULO II, 1990, 13).

Ao final, o papa fez uma importante constatação que contrasta com grande parte do discurso - ainda hoje vigente - sobre o papel das pessoas na crise ambiental. Diante de um modelo neoliberal e máxima individualização da sociedade, a responsabilização individual - e não um questionamento acerca do atual modelo socioeconômico e seu modo de produção - aparece como grande alternativa para a solução dos variados e complexos problemas ambientais. “Não jogue o seu canudo no mar e salve o planeta!”, “diminua o seu tempo no banho e economize a água do mundo”, “saiba o que fazer para diminuir os efeitos do aquecimento global” são imperativos em campanhas de conscientização, em *slogans* de produtos e marcas, dentre outras situações. O papa João Paulo II, entretanto, alertou que, diante da proporção adquirida pela crise ambiental, os esforços para reverter os danos à natureza devem ser uma responsabilidade de todos, chamando a atenção, principalmente, dos líderes de Estado, de grandes corporações e da comunidade internacional. Apontou ainda a questão da manutenção da ordem e equilíbrio ecológico para a sobrevivência das futuras gerações.

A questão ecológica nos dias de hoje assumiu tais dimensões, que nela está envolvida a responsabilidade de todos. Os vários aspectos da mesma, que procurei ilustrar, indicam a necessidade de esforços conjugados [...]. Inserindo a questão ecológica no contexto mais vasto da causa da paz na sociedade humana, melhor nos damos conta quanto é importante prestar atenção àquilo que a terra e a atmosfera nos revelam: existe no universo uma ordem que deve ser respeitada; e a pessoa humana, dotada da possibilidade de livre escolha, tem uma grave responsabilidade na preservação desta ordem, também em função do bem-estar das gerações futuras. A crise ecológica - uma vez mais o repito - é um problema moral (JOÃO PAULO II, 1990, 15).

João Paulo II considerou o problema ambiental como problema de toda a sociedade por que os bens criados por Deus são designados para toda a humanidade. Em sua encíclica *Centesimus Annus*, de 1991, em referência ao centenário da publicação da *Rerum Novarum*, o pontífice propôs uma releitura da encíclica leonina acrescentada das “coisas novas que nos circundam”. Numa condenação do socialismo como um regime que não assegura o direito à propriedade privada, tal qual o fez Leão XIII, a encíclica dedicou inúmeras linhas para estabelecer a defesa da propriedade privada, conectando-a com a doutrina cristã católica. O princípio que

embasa o argumento era o da destinação universal e comum dos bens criados. O direito de propriedade privada, entretanto, foi respeitado. Contudo, esse respeito era assegurado quando o uso dessa propriedade era subordinado ao destino originário comum da Criação. Ou seja, quando o benefício do uso não se restringia apenas ao indivíduo proprietário, mas também aos indivíduos mais próximos. A Criação, por sua vez, tornou-se o ponto de partida do desígnio universal dos bens criados para sustentar as carências e necessidades da vida humana. Na sustentação do argumento, todavia, mais uma vez a terra - ou natureza - aparece como algo a ser dominado. A gênese da propriedade privada, portanto, está no momento primeiro em que o homem e a mulher, através do trabalho, apropriaram-se da terra e exerceram seu domínio sobre ela.

A origem primeira de tudo o que é bem é o próprio ato de Deus que criou a terra e o homem, e ao homem deu a terra para que a domine com o seu trabalho e goze dos seus frutos (cf. Gen 1, 28-29). Deus deu a terra a todo o gênero humano, para que ela sustente todos os seus membros sem excluir nem privilegiar ninguém. Está aqui a raiz do destino universal dos bens da terra (JOÃO PAULO II, 1991, 31).

O trabalho - a grande questão da *Rerum Novarum* -, por sua vez, é resultado do uso da inteligência e sabedoria humana, em que um outro tipo de propriedade, a do conhecimento e da técnica, consolidada no desenvolvimento da ciência, conduz o homem “a descobrir as potencialidades produtivas da terra e as múltiplas modalidades através das quais podem ser satisfeitas as necessidades humanas” (JOÃO PAULO II, 1991, 32), bem como a maneira pela qual a humanidade submete o mundo natural. Contudo, o trabalho degenerado subverte o sentido da Criação, desestabilizando a aliança firmada entre Deus e a humanidade na Criação.

Na raiz da destruição insensata do ambiente natural, há um erro antropológico, infelizmente muito espalhado no nosso tempo. O homem, que descobre a sua capacidade de transformar e, de certo modo, criar o mundo com o próprio trabalho, esquece que este se desenrola sempre sobre a base da doação originária das coisas por parte de Deus. Pensa que pode dispor arbitrariamente da terra, submetendo-a sem reservas à sua vontade, como se ela não possuísse uma forma própria e um destino anterior que Deus lhe deu, e que o homem pode, sim, desenvolver, mas não deve trair. Em vez de realizar o seu papel de colaborador de Deus na obra da criação, o homem substitui-se a Deus, e deste modo acaba por provocar a revolta da natureza, mais tiranizada que governada por ele (JOÃO PAULO II, 1991, 37).

Um novo paradigma? A Ecologia integral de Francisco

Com a chegada de Jorge Mario Bergoglio ao papado, o apelo ecológico tornou-se rotineiro no Vaticano, como na carta encíclica *Laudato Si* - título referente ao cântico de louvor proferido por São Francisco de Assis às criaturas -, que faz uma reflexão profunda sobre o

cuidado do mundo. Na carta, o Papa Francisco fez uma leitura sobre os principais problemas ambientais contemporâneos. Nela, o mundo é tratado como “a casa comum” e os problemas ambientais são abordados através de uma forte crítica ao modo capitalista de produção e o consumismo (COCA, 2016). Fala-se na necessidade de uma “conversão ecológica global”, chamado imposto por João Paulo II (FRANCISCO, 2015, 5), que consistiria numa mudança de comportamento frente ao meio ambiente, tendo por motivação um impulso de fé.

Diante da estrutura características das encíclicas, é perceptível como os papas sempre recorrem às encíclicas anteriores para iniciarem seus textos, colocando-os sempre conectados com o pensamento da Igreja e com a Tradição da instituição romana. O papa argentino, por exemplo, iniciou o texto recuperando os discursos dos seus antecessores, de Paulo VI a João Paulo II. Para Francisco, o tema é urgente e alertou que a “destruição do ambiente humano é um fato muito grave, porque [...] Deus confiou o mundo ao ser humano” (FRANCISCO, 2015, 5). A significativa alteração na percepção de natureza pensada por Francisco tem a ver com o que ele chamou de *ecologia integral*. Ela significa abrir mão do comportamento de dominador absoluto que a humanidade construiu durante séculos e entrar em contato com a essência do ser humano e sua relação com a natureza. A *ecologia integral* requer que estejamos em um vínculo completo com os outros seres, desenvolver nossas relações de parentesco e respeito, nos abrindo para o deslumbramento com a formosura estética da Criação e, assim, alterar o modo como nos relacionamos com o mundo natural. Em última instância, contemplar a beleza das criaturas é contemplar também Deus, o seu criador.

Se nos aproximarmos da natureza e do meio ambiente sem esta abertura para a admiração e o encanto, se deixarmos de falar a língua da fraternidade e da beleza na nossa relação com o mundo, então as nossas atitudes serão as do dominador, do consumidor ou de um mero explorador dos recursos naturais, incapaz de pôr um limite aos seus interesses imediatos. Pelo contrário, se nos sentirmos intimamente unidos a tudo o que existe, então brotarão de modo espontâneo a sobriedade e a solicitude. A pobreza e a austeridade de São Francisco não eram simplesmente um ascetismo exterior, mas algo de mais radical: uma renúncia a fazer da realidade um mero objeto de uso e domínio (FRANCISCO, 2015, 11).

Concordando com João Paulo II, Francisco lembra que o desafio exige a participação de todos. Apesar dos esforços do movimento ecológico global, isso ainda foi considerado insuficiente, já que muitos líderes governamentais se recusam a apoiar seriamente a causa ambiental, seja por negacionismo ou desdém.

Infelizmente, muitos esforços na busca de soluções concretas para a crise ambiental acabam, com frequência, frustrados não só pela recusa dos poderosos, mas também pelo desinteresse dos outros. As atitudes que dificultam os caminhos de solução [...] vão da negação do problema à indiferença, à resignação acomodada ou à confiança cega nas soluções técnicas. Precisamos de nova solidariedade universal (FRANCISCO, 2015, 14).

A encíclica conta com seis capítulos. No primeiro, intitulado *O que está a acontecer à nossa casa*, o papa católico discorre sobre os aspectos da atual crise ecológica, citando os inúmeros problemas de ordem ambiental que a humanidade vive. Apoiado em pesquisas científicas - e incentivando o diálogo entre ciência e Igreja -, Francisco discorre minuciosamente sobre cada uma dessas questões, como a poluição oriunda da queima de combustíveis fósseis e a relação com as mudanças climáticas, ocasionadas pela ação humana, citando as possíveis consequências desse fenômeno. Criticou a cultura do descarte, sobretudo a de lixos eletrônicos, hospitalares e radioativos, e transformação da terra em “depósito de lixo”.

Em seguida, falou sobre o esgotamento dos recursos naturais, começando pela água e o descompasso existente, em alguns lugares do mundo, entre procura e oferta de água potável, bem como a qualidade da água disponível e a relação com as doenças decorrentes da falta de saneamento básico. Aliado à falta de qualidade, Francisco ainda critica a mercantilização desses bens, como as tentativas de privatizar o acesso à água, bem fundamental e universal, e os riscos de conflitos armados resultantes da disputa por esse recurso. Logo depois, apontou as consequências da extinção da biodiversidade, resultado da destruição de florestas e outros habitats, que são “recursos extremamente importantes não só para a alimentação mas também para a cura de doenças e vários serviços” (FRANCISCO, 2015, 32) e “contêm genes que podem ser recursos-chave para resolver, no futuro, alguma necessidade humana ou regular algum problema ambiental” (FRANCISCO, 2015, 32). Mas se a *ecologia integral* pressupõe uma nova relação com a natureza que não o paradigma recursista, o papa pondera que

não basta pensar nas diferentes espécies apenas como eventuais ‘recursos’ exploráveis, esquecendo que possuem um valor em si mesmas. Anualmente, desaparecem milhares de espécies vegetais e animais [...] perdidas para sempre. A grande maioria delas extingue-se por razões que têm a ver com alguma atividade humana (FRANCISCO, 2015, 33).

No segundo capítulo, *O Evangelho da Criação*, Francisco discutiu sobre como “a ciência e a religião, que fornecem diferentes abordagens da realidade, podem entrar num diálogo intenso e frutuoso para ambas” (FRANCISCO, 2015, 62). Diante da complexidade da questão ambiental, as soluções para ela devem vir das diferentes maneiras de interpretar a realidade, recorrendo às

diversidades socioculturais e diferentes epistemologias. Foi nessa parte da carta que Francisco retomou a ressignificação da narrativa da Criação feita por João Paulo II e se debruçou sobre ela, discorrendo sobre como a interpretação da história bíblica foi deturpada e mostrando qual seria a correta interpretação do excerto bíblico. A relação entre o ser humano e natureza era harmoniosa até a ruptura pelo pecado, onde a “harmonia entre o Criador, a humanidade e toda a criação foi destruída por termos pretendido ocupar o lugar de Deus” (FRANCISCO, 2015, 66). Francisco também se lançou em defesa da tradição judaico-cristã, acusada de, como vimos, justificar o domínio sobre a terra.

Não somos Deus. A terra existe antes de nós e foi-nos dada. Isto permite responder a uma acusação lançada contra o pensamento judaico-cristão: foi dito que a narração do Génesis, que convida a ‘dominar’ a terra (cf. Gn 1, 28), favoreceria a exploração selvagem da natureza, apresentando uma imagem do ser humano como dominador e devastador. Mas esta não é uma interpretação correta da Bíblia, como a entende a Igreja. Se é verdade que nós, cristãos, algumas vezes interpretamos de forma incorreta as Escrituras, hoje devemos decididamente rejeitar que, do fato de ser criados à imagem de Deus e do mandato de dominar a terra, se deduza um domínio absoluto sobre as outras criaturas. É importante ler os textos bíblicos no seu contexto, com uma justa hermenêutica, e lembrar que nos convidam a ‘cultivar e guardar’ o jardim do mundo (cf. Gn 2, 15). Enquanto ‘cultivar’ quer dizer lavrar ou trabalhar um terreno, ‘guardar’ significa proteger, cuidar, preservar, velar. Isto implica uma relação de reciprocidade responsável entre o ser humano e a natureza. [...]. Por isso, Deus proíbe-nos toda a pretensão de posse absoluta [...]. Assim nos damos conta de que a Bíblia não dá lugar a um antropocentrismo despótico, que se desinteressa das outras criaturas (FRANCISCO, 2015, 67 e 68).

O discurso passou a ser sobre a necessidade de reconhecer o valor essencial dos outros seres, também criaturas divinas, diante de Deus, além de respeitar as leis internas da natureza e seu ordenamento divino. Na encíclica de Francisco, o antropocentrismo foi colocado em xeque, e, a partir dela, a Igreja e o próprio Catecismo não dizem “de forma simplista, que as outras criaturas estão totalmente subordinadas ao bem do ser humano, como se não tivessem um valor em si mesmas e fosse possível dispor delas à nossa vontade” (FRANCISCO, 2015, 69). Foi colocado “em questão, de forma muito direta e insistente, um antropocentrismo desordenado” (FRANCISCO, 2015, 69), além de pontuar que a “interdependência das criaturas é querida por Deus [...] e nenhuma criatura se basta a si mesma” (FRANCISCO, 2015, 86). Gerou-se, assim, “a convicção de que nós e todos os seres do universo, sendo criados pelo mesmo Pai, estamos unidos por laços invisíveis e formamos uma espécie de família universal” (FRANCISCO, 2015, 89). Isso é *ecologia integral*.

No capítulo três, *A raiz humana da crise ecológica*, o papa argentino descreveu o papel da humanidade no desenvolvimento da crise ambiental. Segundo ele, grande parte da atual crise decorre da vigência do paradigma tecnocrático. Mesmo tendo reconhecido as possibilidades criadas pelo desenvolvimento tecnológico e que a “ciência e a tecnologia são um produto estupendo da criatividade humana que Deus nos deu” (FRANCISCO, 2015, 102), o papa alertou sobre o poder que se acumula nas mãos de quem controla tais tecnologias. Uma nova cultura e comportamento ecológico deveria ser capaz de resistir ao avanço do paradigma tecnocrático. Sabendo que o desenvolvimento de novas tecnologias não são o suficiente para reverter os danos ambientais, o ser humano deve repensar eticamente sobre a finalidade de suas criações, entendendo que “a interpretação correta do conceito de ser humano como senhor do universo é entendê-lo no sentido de administrador responsável” (FRANCISCO, 2015, 116). Não se trata aqui de impedir ou limitar a criação de novas tecnologias. Cabe somente que se submeta tais novidades ao escrutínio ético e moral. “Na realidade, a intervenção humana que favorece o desenvolvimento prudente da criação é a forma mais adequada de cuidar dela, porque implica colocar-se como instrumento de Deus para ajudar a fazer desabrochar as potencialidades que Ele mesmo inseriu nas coisas” (FRANCISCO, 2015, 124).

A alternativa frente ao modelo vigente é proposta no quarto capítulo, chamado *Uma ecologia integral*. Indo além de apontar críticas e citar os problemas ambientais, Francisco sintetizou um novo programa que defende a superação de um paradigma humanista para que deixemos de enxergar a natureza como algo separado do homem, mudando completamente a percepção de natureza do Ocidente, que dissocia ontologicamente sociedade e natureza.

Quando falamos de ‘meio ambiente’, fazemos referência também a uma particular relação: a relação entre a natureza e a sociedade que a habita. Isto impede-nos de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida. Estamos incluídos nela, somos parte dela e comparamo-nos (FRANCISCO, 2015, 139).

Para que superemos essa crise ecológica, devemos entendê-la conjuntamente com a crise social. “Não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise socioambiental” (FRANCISCO, 2015, 139). Trata-se da interação entre essas duas ordens.

Essa crise socioambiental compreende a extinção não só de espécies da fauna e flora, mas também de culturas, epistemologias e cosmologias - a sociobiodiversidade - capazes de fornecer exemplos para uma nova relação com a natureza. Para Francisco, “a ecologia envolve também o cuidado das riquezas culturais da humanidade” (FRANCISCO, 2015, 143), que não devem ser

excluídas enquanto pensamos nossa relação com o ambiente. Diante de uma globalização homogeneizadora, o “desaparecimento duma cultura pode ser tanto ou mais grave do que o desaparecimento duma espécie animal ou vegetal” (FRANCISCO, 2015, 145).

Na *Laudato Si* é perceptível uma adesão do catolicismo ao conceito de desenvolvimento sustentável, embora essa adesão esteja condicionada à solidariedade intergeracional. Ao final do quarto capítulo, o papa católico ainda fez um apelo à justiça intergeracional, alertando que o bem comum compreende também a vida das próximas gerações, que possuem direito à terra.

Já não se pode falar de desenvolvimento sustentável sem uma solidariedade intergeracional. Quando pensamos na situação em que se deixa o planeta às gerações futuras, entramos noutra lógica: a do dom gratuito, que recebemos e comunicamos. Se a terra nos é dada, não podemos pensar apenas a partir dum critério utilitarista de eficiência e produtividade para lucro individual. Não estamos a falar duma atitude opcional, mas duma questão essencial de justiça, pois a terra que recebemos pertence também àqueles que hão-de vir (FRANCISCO, 2015, 159).

O principal motor responsável por essa mudança radical na relação entre sociedade e natureza encontra na política o seu campo de ação. A elaboração e adesão global de um projeto comum atribui aos grandes líderes mundiais, sobretudo os das nações desenvolvidas, um importante papel nesse processo. A encíclica *Laudato Si* foi uma carta direcionada em grande medida aos ministros de Estado e muitos analistas atribuem a ela, na pessoa do papa Francisco, os acordos sobre o clima realizados, meses depois de sua publicação, em Paris. Até aquele momento, o papa alertara que os encontros mundiais sobre meio ambiente “não corresponderam às expectativas, porque não alcançaram, por falta de decisão política, acordos ambientais globais realmente significativos e eficazes” (FRANCISCO, 2015, 166). Um dos campos de ação propostos pela carta de Francisco foi a substituição dos combustíveis fósseis por fontes limpas e renováveis de produção de energia, um dos grandes objetivos do Acordo de Paris.

A Igreja liderada por Francisco também não se exime de responsabilidades. Sabendo das suas limitações no campo de atuação política, o papa repete que “a Igreja não pretende definir as questões científicas nem substituir-se à política, mas convido a um debate honesto e transparente” (FRANCISCO, 2015, 188). Estabelecendo um diálogo entre as religiões e a ciência, lembrou que as ciências empíricas não explicam completamente a vida e reivindicou para os textos religiosos clássicos a capacidade de contribuir para a abertura de novos horizontes. “Será razoável e inteligente relega-los para a obscuridade, só porque nasceram no contexto duma crença religiosa? [...] o fato de aparecerem com uma linguagem religiosa não lhes tira valor algum

no debate público” (FRANCISCO, 2015, 199). Dessa forma, Francisco defendeu a posição de que as religiões podem e devem participar dos debates públicos, não ficando restritas ao espaço privado, mas atravessando a fronteira e se inserindo, também, nas discussões do espaço público. Em seguida, o Sumo pontífice colocou o trabalho técnico dos cientistas aliado ao trabalho espiritual das religiões, pois “qualquer solução técnica que as ciências pretendam oferecer será impotente para resolver os graves problemas do mundo, se a humanidade perde o seu rumo, se esquece as grandes motivações que tornam possível a convivência social, o sacrifício, a bondade” (FRANCISCO, 2015, 200). O avanço tecnológico e científico de nada adiantaria se o homem não adotar um comportamento social que busca alcançar o bem comum. As religiões, então, teriam um importante papel na formação e condução moral desse novo homem.

Francisco finalizou o documento reivindicando a necessidade de “converter o modelo de desenvolvimento global”, não intencionando, como alguns setores acusam, “parar [...] o progresso e o desenvolvimento humano” (FRANCISCO, 2015, 191). Entretanto, é preciso

nos convencer que, reduzir um determinado ritmo de produção e consumo, pode dar lugar a outra modalidade de progresso e desenvolvimento. Os esforços para um uso sustentável dos recursos naturais não são gasto inútil, mas um investimento que poderá proporcionar outros benefícios económicos a médio prazo (FRANCISCO, 2015, 191).

Nessa realidade, não há espaço para remendos ou soluções parciais e “os meios-termos são apenas um pequeno adiamento do colapso” (FRANCISCO, 2015, 194).

Considerações finais

O catolicismo exige, em sua doutrina, que, além de sua fé, o católico deve praticá-la através das obras. A Igreja recomenda que o fiel tenha sempre ações que conduzem a vivência social para o bem comum. Caminhando nessa linha de raciocínio, cuidar do ambiente, uma criação divina, significa estar induzindo as relações sociais para o bem comum. As falas e documentos escritos pelos Papas alertaram sempre para a necessidade de zelo para com as obras de Deus e levam os seres humanos a refletirem, de modo especial, sobre o seu modo de vida e as consequências que causam em seu meio natural.

Estando conectada com o mundo em sua volta, foi também nas décadas de sessenta e setenta que a Igreja começou a citar com maior veemência em seus documentos temas concernentes à ecologia, ao desenvolvimento sustentável e à natureza. Vimos, entretanto, que isso representa uma mudança, dentro da própria tradição cristã, em direção a uma tradição

heterodoxa do cristianismo de vertente anglicana. O que há na Igreja Católica é uma transferência para uma tradição teológica já existente que explicava essa relação não pelo paradigma do domínio, mas da responsabilidade pela Criação, substituindo a tradição da dominação pela da gerência do mundo natural. Como mostra Thomas (2010, p. 218), essa tradição nasceu do debate em torno da crueldade animal, onde os clérigos que a condenavam “baseavam-se sobretudo na doutrina, que consideravam implícita no Antigo Testamento, da gerência do homem sobre a criação”. A base intelectual utilizada por eles

nasceu da tradição cristã (heterodoxa) segundo a qual o homem devia cuidar da criação divina. Foi reforçada pela dissolução da velha tese de que o mundo existia exclusivamente para a humanidade; e finalmente se consolidou graças à ênfase na sensação e no sentimento como os fundamentos autênticos para a consideração moral. Dessa maneira, por uma sutil dialética, a tradição antropocêntrica foi reajustada até introduzir os animais na esfera de preocupação moral (THOMAS, 2010, p. 256-7).

Desde Paulo VI, os temas ambientais foram se tornando cada vez mais comuns e ganhando mais espaço nas encíclicas papais. Nessas publicações, podemos observar como a percepção de desenvolvimento e natureza foi sendo alteradas nos discursos da Igreja Católica, entrando em consonância com as narrativas contemporâneas, mudando radicalmente a concepção antropocêntrica da Criação, reinterpretando de maneira significativa, a partir de João Paulo II, mas sacramentada com Francisco, a narrativa católica da Criação. Se outrora a humanidade teve à sua disposição a terra e as outras criaturas para exercer seu domínio, agora ela dispõe de uma tarefa crucial diante da Criação, a de guardar e cuidar, indo além do utilitarismo e recursismo que marcou durante séculos essa relação.

É preciso ter um pouco de cuidado ao apontar a narrativa cristã do domínio absoluto como a causa dos problemas ambientais contemporâneos. Ela não explica, por exemplo, a exploração dos recursos naturais no mundo antigo ou mesmo nos lugares em que o cristianismo não é muito influente, como no mundo oriental (THOMAS, 2010, p. 31). De certo, ela contribuiu para a construção de uma visão antropocêntrica. Todavia, não podemos excluir o modo de produção capitalista que transforma incessantemente natureza em cultura, a maximização do lucro como objetivo da atividade laborativa, a industrialização e a utilização de combustíveis fósseis das máquinas a vapor do século XVIII, heranças da Revolução Industrial, e depois com o petróleo e seus derivados a partir da Segunda Revolução Industrial. Também há a adoção da visão mecanicista cartesiana do mundo natural durante a dita Revolução Científica, que resultou na “morte da natureza”, como bem retratou Carolyn Merchant (1989). Para alguns

outros filósofos do período, como Bacon, por exemplo, “[...] o fim da ciência era devolver ao homem o domínio sobre a criação que ele perdera em parte com o pecado original [...]” (THOMAS, 2010, p. 35). Ademais, a concepção de progresso acumulativo e infinito criada pela filosofia iluminista ainda hoje reflete no imaginário ocidental de desenvolvimento.

É notável como a Igreja Católica não tem exercido um papel unicamente espiritual, mas vem se tornando uma significativa expoente da importância de seus fiéis, mas não somente, atentarem-se para a expansão industrial e capitalista e a degradação ambiental que a acompanha. Além da crítica ao sistema econômico vigente na maior parte do mundo, a Igreja tem adotado com Francisco uma postura de rechaço à ambição dos governos de terem como objetivo maior o desenvolvimento econômico a qualquer custo. Entendendo a sociedade como um corpo social indissociável do meio ambiente, a comunidade católica se vê diante de uma crise ecológica e reivindica que todas as áreas assumam responsabilidades para que se alcance modelos ecologicamente sustentáveis tão logo possível.

A reflexão a respeito dos temas ecológicos não pode ficar à margem do desafio do diálogo entre a fé, a razão e as ciências. Pois é neste sóbrio diálogo que cada ciência, inclusive a teologia, deve apresentar suas conclusões e por consequência suas contribuições (SILVA et al, 2015, p. 56).

Por fim, é perante a questão ambiental que instituições como a Igreja Católica enxergam uma oportunidade de atuação, a fim de ter um novo e importante papel diante das questões contemporâneas. No caso da questão ambiental, a ênfase no caráter moral da crise ecológica diz respeito ao lugar que a Igreja teria nas reflexões sobre o tema. Ao reivindicar a moral como um problema na relação entre os grupos humanos e natureza, a Igreja aponta que o cerne da crise ecológica não pode ser somente técnico, porque se assim for a Igreja não pode contribuir em nada. Logo, a crise ecológica é também uma questão moral, como apontou Paulo VI, João Paulo II e o próprio Francisco. Conforme aponta Santos (2019, p. 89), o fato de o problema ecológico ser considerado um problema de ordem técnica e econômica “incomodava a Igreja Católica não só por motivos doutrinários, mas também por motivos estratégicos, pois a Igreja poderia exercer pouca ou nenhuma influência nas soluções desse tipo de problema”.

Fontes:

FRANCISCO. **Laudato Si'**. Roma: 24 de maio de 2015. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_encyclica-laudato-si.html

JOÃO PAULO II. **Centesimus Annus**. Roma: 01 de maio de 1991. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html

JOÃO PAULO II. **Redemptor Hominis**. Roma: 04 de março de 1979. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_04031979_redemptor-hominis.html

JOÃO PAULO II. **Sollicitudo Rei Socialis**. Roma: 30 de dezembro de 1987. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html

JOÃO PAULO II. **XXIII Dia Mundial da Paz**. Roma: 01 de janeiro de 1990. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_19891208_xxiii-world-day-for-peace.html

PAULO VI. **Octogesima Adveniens**. Roma: 14 de maio de 1971. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.html

PAULO VI. **Populorum Progressio**. Roma: 26 de março de 1967. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html

Referências bibliográficas:

AMAZÔNIA: novos caminhos para a Igreja e uma Ecologia Integral. **Bollettino**: Sala Stampa Della Santa Sede, Vaticano, 08 jun. 2018. Disponível em: <http://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2018/06/08/0422/00914.html#po>. Acesso em 07 de janeiro de 2020, às 15h10.

BURITY, Joanildo A. Religião e Política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. **Revista de Estudos da Religião**, n. 4, 2001, p. 27-45.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1964.

COCA, Estevan. A Igreja Católica, o meio ambiente e a governança global. **Mundorama** - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais. Número 103, 2016. Disponível em <http://www.mundorama.net/2016/03/16/a-igreja-catolica-o-meio-ambiente-e-a-governanca-global-por>. Acesso em 28 de novembro de 2016, às 15h33.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2ª edição. Editora da Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1991.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: _____ (org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradução: Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000 [1992].

MELO, Mônica Santos de Souza. Considerações sobre o domínio de prática discursiva religioso. In: MELO, Mônica Santos de Souza (org.). **Reflexões sobre o discurso religioso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2017.

MERCHANT, Carolyn. **The death of nature**: Women, Ecology, and the Scientific Revolution. 2nd edition. Harper and Row Publishers. New York: 1989.

PÁDUA, José Augusto. Herança romântica e ecologismo contemporâneo. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 33, 2005, p. 58-75.

QUAIS AS CAUSAS E OS TIPOS DE QUEIMADAS NA AMAZÔNIA. **Nexo Jornal**, São Paulo, 19 nov. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/11/19/Quais-as-causas-e-os-tipos-de-queimadas-na-Amaz%C3%B4nia>. Acesso em 07 de janeiro de 2020, às 15h25.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: _____ (org.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Tradução: Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000 [1992].

SANTOS, Renan William. Direitos da natureza e deveres religiosos: tensões entre a ecologia católica e movimentos ambientalistas seculares. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 39, v. 2, 2019, p. 78-99.

SANTOS, Renan William. Uma velha moral reciclada. **Anais do 40º Encontro Anual da APOCS**. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/spg-3/spg28/10524-uma-velha-moral-reciclada-a-retorica-conservadora-no-engajamento-ambientalista-da-igreja-catolica-1/file>. Acesso em 16 de janeiro de 2020, às 15h04.

SILVA, Cassiano A. O. da.; GAMA, Cyro L. M.; NASCIMENTO, Kelly T. L. Meio ambiente e fé católica: um discurso em busca de uma práxis pastoral. **Revista Último Andar**, n. 26, 2015, p. 48-58.

SÍNODO DOS BISPOS SOBRE A AMAZÔNIA: entenda o que está em discussão. **G1**, Rio de Janeiro, 06 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/10/06/sinodo-da-amazonia-comeca-neste-domingo-entenda-o-que-esta-em-discussao.ghtml>. Acesso em 29 de outubro de 2019, às 19h33.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e os animais (1500-1800)**. Trad.: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

VATICANO. **Doutrina Social da Igreja**. Libreria Editrice Vaticana: Vaticano, 2004. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html. Acesso em 28 de outubro de 2019, às 15h42.

VIZEU, Fábio; MENEGHETTI, Francis K.; SEIFERT, Rene E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 3, set. 2012.

WILLIAMS, Raymond. Ideias sobre a natureza. In: _____. **Cultura e materialismo**. Tradução: André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

A História das Ciências como um campo historiográfico: Debate e discussões teóricas

The History of Sciences as a historiographical field: Debate and theoretical discussions

Bianca Rezende Godói

Graduada em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

biancarezende.historia@hotmail.com

Recebido em: 02/11/2019

Aprovado em: 18/12/2019

RESUMO: Estando imersa a constantes debates e contestações, a História das Ciências, ainda hoje, é vista por muitos historiadores como não pertencente ao campo da História. Por estar interdisciplinarmente ligada a outras áreas do conhecimento, e, devido a isso, possuir uma metodologia própria, várias visões e argumentações permeiam este ramo da Historiografia. Com o objetivo de apresentar e analisar esse campo científico, o presente artigo, didático e introdutório, busca trazer discussões teóricas sobre a História das Ciências, procurando não apenas explicar as características e singularidades dessa área, mas também levantar e responder algumas perguntas como “O que é História das Ciências?”; “Quais os impactos da Ciência em nossa sociedade?”; “Esse é realmente um campo pertencente à História?”; “Os estudos sobre essa área do conhecimento sofreram mudanças desde sua concepção?”.

PALAVRAS-CHAVE: História das Ciências; Conhecimento científico; Abordagens historiográficas.

ABSTRACT: Being immersed in constant debate and contestation, the History of Sciences, even today, is seen by many historians as not belonging to the field of History. Because it is interdisciplinarily linked to other areas of knowledge, and, because of this, having its own methodology, various views and arguments permeate this branch of historiography. In order to present and analyze this scientific field, this didactic and introductory article seeks to bring theoretical discussions on the History of Sciences, seeking not only to explain the characteristics and singularities of this area, but also to raise and answer some questions. such as “What is the History of Science?”; “What are the impacts of science on our society?”; “Is this really a field belonging to History?”; “Have studies on this area of knowledge changed since its inception?”.

KEYWORDS: History of Sciences; Scientific knowledge; Historiographical approaches.

Introdução: A História das Ciências e suas abordagens historiográficas

Existe um campo da História, nem sempre reconhecido ou valorizado por alguns historiadores, chamado “História das Ciências”. Neste campo historiográfico, o historiador tem como objeto o conhecimento científico, buscando compreender historicamente acontecimentos que marcaram a Ciência e analisá-los, no seu tempo, como fenômenos sociais, econômicos e culturais. De acordo com Pestre (1996):

as produções científicas são tratadas como sistemas de proposições e ações, como cosmologias constituídas localmente pelos humanos a fim de dar conta do mundo que é o deles. O papel do historiador consiste, então, em decodificar e descrever essas cosmologias, colocar em evidência as condições culturais, políticas e sociais que governaram sua constituição. [...] A explicação histórica tem como função harmonizar o cosmológico e o social, o científico e o contextual, dar conta do “conteúdo das ciências” pelo seu “continente”, sendo que seu enfoque trata as produções científicas igualmente a todas as outras produções culturais geradas pelos humanos. (PESTRE, 1996, p. 8-9).

Mesmo com uma trajetória de várias décadas, a História das Ciências continua sem o reconhecimento de muitos historiadores, que não a consideram parte integrante da História. Essa também é considerada ainda, por muitos cientistas, como pertencente aos seus domínios. Isso se dá em razão da errônea afirmação de que para se fazer História das Ciências é necessário “saber ciência”. Essa crença cientificista foi criticada por inúmeros historiadores das Ciências, que afirmam que, apesar de este campo possuir uma metodologia própria, não aplicável nem ao ramo da História e nem ao ramo das Ciências, deve considerar-se um campo de estudos da História. Mas, afinal, o que é História das Ciências? Apesar de ser difícil criar uma definição única para esse ramo da História, a História das Ciências tem-se desenvolvido bastante atualmente e tem sua natureza debatida há muito tempo.

A História das Ciências abrange a história do homem e seu esforço de compreender e usar a natureza. A busca por compreender o mundo que nos rodeia, desde seu surgimento, é algo que cativa o homem. Explicar os fenômenos naturais, entender o céu, a terra, o mar e suas mudanças repentinas são curiosidades que sempre passaram pela razão humana. Estudar as Ciências, portanto, é um desejo muito antigo que vive dentro dos homens. E sendo a História, de acordo com Bloch (2001), “o estudo dos homens no tempo”, porque não estudar os desejos e as curiosidades do homem em relação à Ciência ao longo do tempo?

Tendo relação com o que está acontecendo no mundo e no momento em que se pesquisa, a História das Ciências não é, pois, algo imutável. Ela pode mudar com o tempo,

acompanhando assim os diferentes contextos sociais, econômicos e culturais de diferentes épocas. Portanto, na Ciência não se tem uma verdade absoluta, pois, sendo este campo também pertencente à História, está em mudanças e transformações constantes.

A História das Ciências é, também, uma disciplina heterodoxa, ela atua ao lado de inúmeras outras disciplinas, sendo a interdisciplinaridade uma de suas características. Segundo Taton (1959):

Relacionando-se concomitantemente com as ciências, a filosofia e a história geral, a história das ciências encontra-se numa situação totalmente particular, isto é, na própria fronteira das ciências humanas, das ciências puras e das técnicas. Sua posição privilegiada numa zona de tão fecundas confluências transforma-a num instrumento cultural de alto valor. Surge assim como um dos principais fundamentos do novo humanismo científico, cuja aplicação se tornou tão necessária, pelo rápido desenvolvimento e a especialização cada vez mais precoce dos estudos científicos e técnicos. (TATON, 1959, p. 9).

O historiador, dessa forma, deve se valer de outros campos do conhecimento para produzir este estudo da História, trabalhando assim, de forma interdisciplinar. A História das Ciências é, portanto, uma atividade crítica, que pretende analisar historicamente os homens e seu conhecimento científico produzido ao longo do tempo. O estudo desse campo é também de grande importância no que tange à divulgação das Ciências ao público leigo no ramo. Como já dito, a Ciência sempre despertou interesse nos homens. Estudar e divulgar a Ciência de forma acessível a este público é também um papel relevante desempenhado pelo historiador em sua missão de transmitir conhecimento histórico.

Levando em consideração as supostas análises até então, afinal, a quem pertence a História das Ciências? Pertence a todos que tenham interesse e disposição pela área. Mas não um interesse por “mera curiosidade”, e sim um interesse comprometido com a verdade e com as análises críticas da Ciência em seu tempo.

O conhecimento científico e sua valia para o desenvolvimento da sociedade

O conhecimento científico foi extremamente importante para o surgimento e florescimento da sociedade moderna. Nesse sentido, é importante ressaltar que a Revolução Científica trouxe inúmeras consequências e mudanças para o desenvolvimento dessa nova sociedade.

Os grandes avanços posteriores foram diretamente influenciados por essa reestruturação científica, talvez sendo impossíveis suas existências sem as mudanças ocorridas nesse período da

História. O impacto desta Revolução talvez esteja no fato de ela não ter acontecido de maneira isolada, pois se deu em consequência da nova sociedade que emergia na época. Uma sociedade burguesa preocupada com seu desenvolvimento pessoal e sua imersão no corpo social. Sobre esta nova sociedade emergente, Moreira (2011) irá citar alguns de seus aspectos, como:

[...] o crescimento da população europeia com o conseqüente crescimento das cidades, o aumento do comércio, os descobrimentos marítimos, a utilização e desenvolvimento da imprensa que permitiu um muito maior e mais rápido fluxo de ideias. (MOREIRA, 2011, p. 1).

É também com essa Revolução que a Ciência irá mudar seus moldes e ser repensada, adequando-se à nova sociedade burguesa que estava emergindo, preocupada com as novas relações de trabalho, com o capitalismo nascente e com a ascensão social.

Seguindo essa linha de pensamento, a Ciência é parte da sociedade, e é, inclusive, influenciada por ela. Seus produtos trazem novas ideias e fomentam novas mentalidades, estimulando diferentes e novas criações. A curiosidade e a necessidade moveram a ciência, e a ciência moveu o homem.

Muitos curiosos estudaram as Ciências e fizeram descobertas importantes para a História, que foram fundamentais para o desenvolvimento da sociedade. Um importante personagem a se ressaltar foi Leonardo da Vinci. Este foi uma figura importante para o Alto Renascimento, que fez grandes estudos no campo da Anatomia Humana. Nascido no século XV em Florença, berço cultural da Itália em seu tempo, Leonardo da Vinci desenvolveu muitos estudos sobre o esqueleto humano e suas partes, seus músculos, nervos, coração, sistema vascular, órgãos sexuais e outros órgãos internos. Um de seus maiores feitos em suas descobertas na área da Anatomia Humana foi o desenho do “Homem Vitruviano”, que se tornou um ícone cultural. Esse desenho é considerado um símbolo da simetria básica e das proporções matemáticas do corpo humano, marcado como uma das grandes realizações do Renascimento italiano. Nascimento indica que no “Homem Vitruviano” mostram-se “os pontos máximos de elevação dos membros para a manutenção da harmonia corporal, corroborando deste modo os aspectos matemáticos, artísticos e científicos que compõem um simples ato componente da assistência de enfermagem.” (NASCIMENTO, 2003, p. 2).

Outro grande cientista também vale a pena ser destacado, pois suas contribuições científicas mudaram de forma impactante a História. Thomas Edison, já no século XIX, trouxe grande avanço e desenvolvimento tecno-científico para sua época com a criação da primeira lâmpada incandescente com filamento de carvão. Esse novo produto muda completamente a vida

e o cotidiano da sociedade de seu tempo, pois, com a luz, as pessoas passam a ter a possibilidade de prolongar seus dias, o que virá a ter influência também nas suas relações de trabalho. Sobre estas mudanças no trabalho, White e Keith (1990) irão ressaltar que:

[...] no final do século XIX, mais precisamente no ano de 1879, Thomas Edison inventa a lâmpada elétrica, possibilitando o aumento em larga escala dos trabalhos noturnos e permitindo a utilização de equipamentos e oferta de bens/serviços por 24 horas. (WHITE, L.; KEITH, B., 1990, p. 6).

Thomas Edison também teve um papel determinante na indústria cinematográfica, com a criação do cinematógrafo, a primeira câmera cinematográfica bem-sucedida. Com essa invenção, a sociedade é agraciada com mais um avanço cultural pelo cinema, que une o lazer e a criticidade. Sobre o surgimento do cinema, Carlos (2009) afirma que:

Apenas no século XIX, com o aperfeiçoamento da câmara escura e da captação de imagens, é que o cinema se torna realidade e foi Thomas Alva Edison quem possibilitou toda esta evolução. Sendo ele percussor da nova tecnologia que foi fundamental para sua realização e distribuição para todo mundo. (CARLOS, 2009, p. 11).

Ainda no século XIX, surge um importante cientista no campo das Ciências da Natureza, chamado Charles Darwin. Este foi um grande naturalista britânico, que fundou a “Teoria da Evolução das Espécies”. Esta teve alta repercussão e choque com as entidades religiosas da época, mas marcou de modo irreversível as formas de enxergar a vida e a natureza. Em seu livro *A Origem das Espécies*, escrito em 1859, Darwin aponta que a Evolução ocorre por meio de uma Seleção Natural, em que a natureza seleciona as espécies mais aptas à sobrevivência no meio ambiente, e extingue as que não se adaptam (o que leva à evolução). Sobre a Seleção Natural, o próprio Darwin (1859) em seu livro *A origem das espécies* declara:

Estou plenamente convencido que as espécies não são imutáveis; estou convencido que as espécies que pertencem ao que chamamos o mesmo gênero derivam directamente de qualquer outra espécie ordinariamente distinta, do mesmo modo que as variedades reconhecidas de uma espécie, seja qual for, derivam directamente desta espécie; estou convencido, enfim, que a selecção natural tem desempenhado o principal papel na modificação das espécies, posto que outros agentes tenham nela partilhado igualmente. (DARWIN, 1859, p. 17).

A Evolução por Seleção Natural foi um argumento poderoso e contrário às noções da criação divina. Aproximando a evolução entre humanos e animais, Darwin remove o homem de sua posição privilegiada no centro do universo, o que é revolucionário para seu tempo.

De modo geral, as descobertas destes e de muitos outros grandes cientistas trouxeram mudanças profundas na realidade e no imaginário de suas épocas, assim como trouxeram contribuições que refletem até os dias de hoje, além de abrir novos campos de estudos na Historiografia das Ciências.

Debate e discussões teóricas sobre a História das Ciências

Construída em debate (e também embate) disciplinar com a história, a filosofia e a sociologia, a história da ciência tem proposto questionamentos teóricos, alguns respondidos de diferentes maneiras ao longo do tempo, outros ainda não totalmente solucionados. (BATISTA, 2019, p. 356).

Após as abordagens historiográficas e análises introdutórias feitas até então sobre a História das Ciências, e antes de iniciarmos uma discussão mais aprofundada sobre o tema, vale a pena discutir um pouco mais sobre a Ciência em si e o contexto histórico em que ela se desenvolveu. Muitos autores realizam debates a respeito de sua consolidação, tendo muitos deles visões diferentes sobre o assunto, não sendo este tema, então, homogêneo entre os Historiadores. O autor Zilsel, por exemplo, defende que:

Plenamente desenvolvida, a ciência é encontrada apenas na civilização moderna europeia e americana. (...). Resultados obtidos por antigos matemáticos, astrônomos e físicos e por médicos medievais árabes influenciaram grandemente o começo da ciência na Europa moderna. (ZILSEL, 2018, p. 113).

Assim, segundo este autor, as profissões liberais contribuíram em grande medida para o avanço da ciência e do conhecimento científico na sociedade moderna. O autor também discute, embasando-se no contexto de seu desenvolvimento, sobre a sociedade daquele momento, que foi essencial para o progresso da Ciência. Sobre este assunto, Zilsel ainda afirma que:

Algumas características gerais da sociedade pré-capitalista que são condições necessárias para o surgimento da ciência, são bem conhecidas. A sociedade pré-capitalista é uma sociedade de cidadãos comerciantes e produtores de manufaturas. (...) A tecnologia progride rapidamente neste período (período de invenções, das máquinas). Isto estabelece tarefas para a Mecânica e para a Química e favorece o pensamento em geral. A competição econômica dissolve a sociedade coletiva feudal e especialmente as guildas medievais. Isto destrói a mentalidade coletiva e o pensamento tradicional da Idade Média, promove o pensamento individual e é o pressuposto para a crítica científica. (ZILSEL, 2018, p. 113).

Seguindo essa visão, imersa na sociedade moderna, a Ciência foi fruto do seu tempo e das demandas emergidas de sua época. Já outros autores, com visões diferentes sobre a temática, como o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein, promovem também debates sobre a Ciência.

Sobre a obra “Investigações Filosóficas” de Wittgenstein, B. J. Oliveira e M. L. L. Condé nos mostram que este autor possui uma visão diferenciada sobre a Ciência:

Em uma perspectiva wittgensteiniana, a ciência é um empreendimento que possui suas regras próprias elaboradas a partir dos jogos de linguagem de uma determinada comunidade científica. Esses jogos de linguagem possuem não apenas a dimensão linguística, mas também o caráter pragmático das ações a ele referidas. Esse conjunto de jogos de linguagem, isto é, práticas, regras, teorias, experimentos etc, a partir dos quais a ciência se desenvolve, poderíamos dizer, compõem a gramática da ciência. (OLIVEIRA; CONDÉ, 2002, p. 8).

Após discutirmos um pouco sobre a Ciência, e percebermos que existem diferentes visões acerca do contexto histórico em que essa ganha força, nos debruçaremos a debater o campo da História das Ciências em si, como um campo teórico e historiográfico. Os primeiros escritos sobre esse ramo da História se darão no século XVII e possuem características próprias. Analisando a obra de Carlos Alvarez Maia, intitulada “*História das Ciências, uma história de historiadores ausentes: condições para o aparecimento dos sciences studies*”, Augusto de Carvalho Mendes irá elucidar que:

Segundo Maia, as primeiras obras de história da ciência surgiram no século XVII como atas de academias de ciência. Os meios científicos da época eram permeados pela ideia do progresso constante e necessário do espírito humano e a história escrita nesse meio era um reflexo fiel de tal concepção. Essas histórias legavam ao esquecimento os eventos que não fossem considerados bem-sucedidos, aqueles incômodos fatos que testemunhavam que os sucessos são acompanhados de fracassos e que não seguem uma lógica predeterminada. Faziam um verdadeiro filtro ideológico, registrando apenas os sucessos, racionalizando o processo histórico e dando uma coerência ao desenvolvimento das ciências que, na realidade, elas nunca possuíam. (MENDES, 2014, p. 362-363).

A História das Ciências, nem sempre institucionalizada como um campo propriamente dito da História, irá tornar-se parte da Historiografia na década de 60, quando George Sarton, químico e historiador belga, a legitima como disciplina da História. Sobre a fundação da disciplina História das Ciências, Amélia de Jesus Oliveira nos mostra que:

George Sarton tem sido sempre lembrado como um dos responsáveis pela institucionalização da disciplina de História da Ciência. Até o início dos anos 60, a crítica lhe é extremamente favorável e elogiosa, cedendo lugar a considerações restritivas que enfatizam a ausência de uma abordagem filosófica e analítica em seus escritos. Essas restrições se intensificam no contexto da nova historiografia da ciência, tal como anunciada por Thomas Kuhn. (OLIVEIRA, 2016, p. 126).

A passagem nos mostra que, mesmo sendo o “institucionalizador” da disciplina História das Ciências (afirmação esta que não é homogênea entre os debates dos Historiadores da

Ciência), oficializando esta como um campo pertencente à História, George Sarton recebeu muitas críticas, principalmente a respeito de uma de suas principais obras: *“Introduction to the History of Science”*, um de seus estudos mais citados, considerado monumental e um marco na História das Ciências.

Apesar de esta obra ser criticada por alguns historiadores, como pelo físico e filósofo da ciência estadunidense Thomas Kuhn, a *“Introduction”*, como ficou conhecida, também recebeu muitos elogios à sua época, como um manual importante e pioneiro para o entendimento do campo da História das Ciências:

Hélène Metzger, em textos de 1931 e 1936, afirma que a obra do historiador belga “faz pensar e desperta ideias” e deve ser lida com “alegria e reconhecimento”, já que “nada do que Sarton escreve pode ser indiferente ao historiador da ciência”. Para Millás Vallicrosa, Sarton prestou um “insubstituível serviço” para os historiadores da cultura, mostrando preocupação com todo o contexto investigado e o “desejo justiceiro em prol do legado da ciência medieval”, que pode ser considerado um dos “seus méritos mais ilustres e honrosos”. Num artigo publicado originalmente em 1956, Koyré menciona a contribuição das “grandes obras” de Sarton para a compreensão da ciência medieval. (OLIVEIRA, 2016, p. 127).

Revelando a importância desse estudo, C. D. Hellman (1958) também irá afirmar que: “Por suas palestras, livros e artigos, bem como através de seus alunos e seus colegas em todo o mundo, George Sarton espalhou sua interpretação da história da ciência. O caminho que marcou não será esquecido tão cedo”. (HELLMAN, 1958, p. 644).

Mesmo recebendo inúmeros elogios com sua obra monumental e introdutória, muitos autores como Thomas Kuhn irão ter uma visão mais crítica ao “manual” de Sarton, enxergando nele algumas questões a serem discutidas e contestadas. Analisando este contexto, A. J. Oliveira irá retratar que:

Kuhn, que identificou a mudança ocorrente e a divulgou nos anos 60, tornou-se uma referência para o julgamento da obra de Sarton. Helge Kragh (1989), por exemplo, evoca a obra kuhniana para falar sobre a concepção histórica de Sarton que, em seu ponto de vista, é, segundo padrões modernos, “um tanto ingênua e surpreendentemente a-histórica. (OLIVEIRA, 2016, p. 128).

O próprio George Sarton irá reconhecer que seu manual, sendo realmente pioneiro e introdutório, seria uma obra para consulta e entendimento do campo da História das Ciências, deixando bem claro seu objetivo principal com tal produção:

Para estabelecer a história da ciência como uma disciplina independente, nosso primeiro passo deve ser o de definir esses estudos, explicar cuidadosamente o conhecimento que eles implicam, os métodos que devem ser usados para

promovê-los e finalmente, fazer um balanço do que já foi feito e chamar a atenção para o que resta a ser feito. Minha introdução será tal pesquisa preliminar. (SARTON, 1921, p. 24).

Desta forma, podemos enxergar a obra de George Sarton com propósito para estudo e consulta, sendo ela referência para “estabelecer a história das ciências como uma disciplina independente e organizada” (SARTON, 1921, p. 23-24). Nesse contexto, no que tange a importância da “Introduction” como obra basilar, A. J. Oliveira ainda acrescenta que: “Segundo Sarton, poucos cientistas e historiadores percebiam a importância do estudo da história da ciência e, por esse motivo, era necessário fornecer uma base para as pesquisas históricas ainda não existentes”. (OLIVEIRA, 2016, p. 130). Diante disso, esta mesma autora ressalta que George Sarton:

De eminente historiador, ele passou a ser visto somente como um trabalhador incansável na criação da disciplina de História da ciência. É dessa forma que a análise que recai sobre seu trabalho como historiador nos permite acompanhar a gradativa mudança que ocorre no desenvolvimento da história da ciência. (OLIVEIRA, 2016, p. 129).

Alguns autores também irão marcar o campo da História das Ciências, como é o caso de Thomas Kuhn. Nas palavras de B. J. Oliveira e M. L. L. Condé: “Thomas Kuhn é tido como um divisor de águas na história das ciências”. (OLIVEIRA; CONDÉ, 2002, p. 2). Kuhn será então um intercessor, que irá trazer uma nova metodologia de análise para a História das Ciências:

Kuhn sempre marcou a diferença entre a historiografia mais antiga e uma nova proposta historiográfica, segundo a qual a história é “um empreendimento explicativo, que leva à compreensão e deve, portanto, não apenas expor os fatos, mas também as conexões entre eles”. (KUHN, 2000, p. 15 apud OLIVEIRA, 2016, p. 133).

Sobre as análises de Kuhn acerca da História das Ciências, Oliveira e Condé irão afirmar que: “A tradição em que Kuhn se insere foi marcada pela ideia de que o desenvolvimento da ciência se faz por descontinuidade, isto é, através de revoluções científicas (...) Não apenas a ciência moderna se constituiu a partir de uma revolução, mas toda ciência é revolucionária”. (OLIVEIRA; CONDÉ, 2002, p. 7-8). Os mesmos autores ainda ressaltam que:

O delineamento de sua posição no atual debate metodológico da historiografia da ciência revela não só alguns compromissos implícitos em seu trabalho de historiador, como também ajuda-nos a identificar dilemas que permanecem sem compreensão satisfatória aos estudos sobre a ciência. (OLIVEIRA; CONDÉ, 2002, p. 10).

Podemos perceber, após todo esse debate sobre a Ciência e sua efetivação como um campo da História, que esta área sofreu influências e foi debatida e analisada por diversos autores especialistas no campo. A História das Ciências e suas abordagens historiográficas sofreram, então, mudanças e permanências, que vêm sendo debatidas até os dias de hoje pelos historiadores comprometidos a esta área do conhecimento.

Considerações Finais

Como pôde ser visto, a busca pelo conhecimento científico são características inerentes ao ser humano, e são estes atributos que ajudam a mover o homem a novas descobertas que esclarecem, auxiliam e explicam o mundo em que vivemos.

A Ciência, na atualidade, se encontra cada vez mais popular e divulgada, contribuindo para que os indivíduos tenham conhecimento não só acerca das investigações e pesquisas científicas atuais, mas também acesso à cultura e consciência sobre o mundo que os cerca.

A Ciência, mesmo sendo parte integrante da vida e do desenvolvimento dos homens, nem sempre foi considerada como um campo específico da História. Ainda hoje, muitos Historiadores a consideram como campo pertencente a outras áreas do conhecimento, não entrando necessariamente nas abordagens historiográficas ou no ofício do Historiador.

Com o anseio de ter esclarecido um pouco mais sobre esta temática e apresentá-la ao leitor leigo e iniciante, buscou-se mostrar que a História das Ciências é sim um campo científico pertencente à História e às análises críticas do Historiador, pois a Ciência influenciou diretamente nossa sociedade e conseqüentemente aos homens que nela se integram.

Objetivou-se também explicar como e quando a disciplina da História das Ciências se efetivou como um campo oficializado da História e quais autores, como George Sarton, foram precursores no assunto e assumiram posições introdutórias e esclarecedoras sobre os estudos deste campo científico.

Além disso, foi almejado também explanar como a História das Ciências sofreu mudanças e permanências desde sua efetivação, perpassando sobre análises e revisões de uma imensa bibliografia especializada, muitas vezes de contestação as análises pioneiras, como é o caso de Thomas Kuhn.

Após este breve, mas didático debate e discussões teóricas acerca do campo da História das Ciências, espera-se que o leitor estudioso e iniciante nesta área do conhecimento possa ter

tido uma pequena noção introdutória deste ramo da História. Faço, então, deste artigo um convite, para que após um primeiro entendimento e encontro com a História das Ciências, os leitores possam continuar a aprofundar seus estudos sobre esse campo cativante e instrutivo da História.

Referências Bibliográficas:

BATISTA, Rodolfo Luís Leite. **“O debate sobre o problema da historicidade da ciência durante o século XX”**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. v.26, n.1, jan.-mar. 2019, p.356-358.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARLOS, Gabriella Marinho Ribas. **A inserção das marcas em filmes cinematográficos: Merchandising e Roteiro de filme**. Brasília, 2009.

DARWIN, C.R. **On the origin of species by means of natural selection or the preservation of favoured races in the struggle of life**. London: Murray, 1859.

HELLMAN, C. D. George Sarton: **Historian of Science and New Humanist**. Science, 128, p. 641-644, 1958, p. 644.

KRAGH, H. **An Introduction to the Historiography of Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 18.

MENDES, Augusto de Carvalho. **MAIA, Carlos Alvarez. História das Ciências, uma história de historiadores ausentes: condições para o aparecimento dos sciences studies**. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 362-364, jul | dez 2014.

MOREIRA, R. (s.d.) **A Revolução científica do século XIX**. Lisboa: Departamento de Física – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2011.

NASCIMENTO, Maria Aparecida de Luca; BRITO, Isabela Jorge de; DEHOUL, Marcelo da Silva. **A arte de Leonardo da Vinci subsidiando a ciência e o ideal do cuidado de enfermagem**. Rev. bras. enferm. ,vol. 56, n.5, 2003.

OLIVEIRA, Amélia de Jesus. **“História e filosofia da ciência na obra de George Sarton”** - Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 126-138, jan | jun 2016.

OLIVEIRA, B. J.; CONDÉ, M. L. L. **Thomas Kuhn e a nova historiografia da ciência**. Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências. Vol. 04, n. 02, p. 1-11, 2002.

PESTRE, Dominique. **Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens**. UNICAMP, Campinas, v.6, n.1, 1996, p.1-56.

SARTON, G. **Introduction to the History and Philosophy of Science** (Preliminary Note). Isis, v. 4, n. 1, p. 23-31, 1921, p. 23-24.

TATON, R. **A ciência moderna**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, v. 3. 1959.

WHITE, L., & KEITH, B. **The Effect of Shift Work on the Quality and Stability of Marital Relations**. Journal of Marriage and the Family, 1990.

ZILSEL, E. **As raízes sociais da ciência**. In Khronos, Revista de História da Ciência, nº 6, dezembro 2018 p. 113 – 116. 2018. Disponível em <<http://revistas.usp.br/khronos>>.

Crise na academia e avanço das pseudociências: a divulgação científica como tentativa de solução nos EUA

Crisis in the academy and the advancement of pseudosciences: scientific dissemination as an attempt to solve the problem in the USA

César Haueisen Zimerer Perpétuo

Doutorando em História
Universidade Federal do Espírito Santo
cesarhzp@hotmail.com

Recebido em: 27/10/2019

Aprovado em: 26/11/2019

Resumo: O objetivo do artigo será o de realizar um estudo acerca da história da divulgação científica entre a segunda metade do século XX e o início do século XXI nos Estados Unidos, focando na produção intelectual dos autores mais importantes do período e mostrando como ele pode ser dividido em duas fases: a primeira seria marcada pela tentativa de aproximação da ciência com o público leigo através da crítica à pseudociência e a segunda marcada pelo movimento neoateísta que surgiu a partir dos eventos que levaram à queda das torres gêmeas no dia 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Para realizar essa discussão, o objetivo é mostrar como as proposições dos principais divulgadores científicos estadunidenses acabam por dialogar com ideias sobre verdade, poder, conhecimento e discurso, e como essa divulgação científica pode ser uma resposta encontrada por cientistas para resolver as anomalias de uma crise que vem afetando a academia.

Palavras-chave: Pseudociência; crise; divulgação científica.

Abstract: The aim of the article will be to conduct a study on the history of scientific dissemination between the second half of the twentieth century and the beginning of the twenty-first century in the United States, focusing on the intellectual production of the most important authors of the period and showing how it can be divided in two phases: the first would be marked by the attempt to bring science closer to the lay public through a critique of pseudoscience, and the second would be marked by the neoateist movement that emerged from the events that led to the collapse of the WTC on September 11, 2001 in the United States. To conduct this discussion, the goal is to show how the propositions of the main US scientific disseminators end up dialoguing with ideas on truth, power, knowledge and discourse, and how this scientific dissemination can be an answer found by scientists to solve the anomalies of a crisis that has been affecting the academy.

Keywords: Pseudoscience; crisis; scientific dissemination.

Nos últimos anos tem se observado um extensivo crescimento de discussões acerca do que muitos estão chamando de “movimentos anti-intelectuais”. Tais movimentos aparentemente possuem forte relação, ao menos no Brasil, com o avanço de um conservadorismo que tem visto progressos na academia com certo desdém. Assim, não tem sido estranho presenciar o surgimento e avanço de discussões defendendo o terraplanismo, movimento antivacina, negação da evolução ou negação do aquecimento global, por exemplo.

Nas ciências humanas, em especial na História, temos visto a tendência de relacionar o avanço desses movimentos com o atual momento político em que vivemos no país. O historiador e professor da Universidade Federal de Ouro Preto, Valdeir Araújo, por exemplo, veio em um de seus meios de comunicação com o público¹ buscar explicar o que está acontecendo. Ele parte de uma análise de um artigo de Jurandir Malerba (2014, p. 27-50) em conjunto com um recente documentário sobre terraplanismo² lançado em 2018 para defender uma evidente crise da ciência que tem afetado todos os meios acadêmicos. Para Araújo, essa crise é fruto do capitalismo contemporâneo, que tem destruído comunidades e vínculos, criando nas pessoas um sentimento de solidão, como se elas não pertencessem a lugar algum. Essas pessoas, então, buscariam nesses “grupos de crença” (terraplanismo, para usar o exemplo do documentário) interações sociais básicas.

Com as redes sociais, essas comunidades crescem rapidamente. Por trás delas estão diversas instituições conservadoras que, possuindo interesses próprios, incentivam direta ou indiretamente esses grupos. A ciência acabou por se tornar um símbolo de algo progressista, pois está constantemente questionando posturas e postulados vigentes e, portanto, se torna algo a ser combatido por grupos conservadores. O surgimento dessas “pseudociências” (SHERMER, 2011) para Araújo, estaria relacionado a uma aliança entre a “direita alternativa” (a direita atual que busca ignorar as destruições provocadas pelo capitalismo contemporâneo) e a indústria cultural (alguns canais de televisão e internet que propagam pseudociência). Assim, cria-se uma avalanche de desinformação: a sociedade, já conservadora, órfã de instituições tradicionais fracassadas e resistente a tendências progressistas, se deixa facilmente influenciar por meios de comunicação que espalham desinformação e ideias pseudocientíficas, pois essas contestam uma onda progressista que acompanha o desenvolvimento científico.

¹ Me refiro aqui ao canal privado do professor no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=BilfWqf_Sl0

² Me refiro aqui ao documentário “A terra é plana” (Behind the Curve), lançado nos EUA dia 15 de novembro de 2018 e criado por Daniel J. Clark.

Apesar de concordar, em grande parte com essa análise, meu objetivo aqui é mostrar que nas ciências duras (naturais e exatas) essa discussão já é antiga, e o surgimento de pseudociências e movimentos anti-intelectuais é creditado a um outro motivo: o simples afastamento do público leigo em relação à ciência moderna³.

A partir da década de 1960, principalmente nos Estados Unidos, vimos o amplo crescimento de uma área da ciência dedicada a tentar estreitar a relação do público leigo com os principais desenvolvimentos e descobertas científicas que eram realizadas: a divulgação científica. Isso começou a acontecer ao mesmo tempo em que vimos o surgimento e propagação de uma nova ciência, a *Big Science*.

Minha intenção com esse artigo, é tentar mostrar que podemos estar vivendo um momento de “crise” intensa na academia e na relação que o público leigo tem com ela e com suas descobertas e desenvolvimentos. Quando digo “crise”, me refiro ao conceito na sua forma utilizada por Thomas Kuhn em *A Estrutura das Revoluções Científicas* (2017).

Thomas Kuhn foi um famoso historiador da ciência que revolucionou o meio cunhando o conceito de “paradigma” e estabelecendo a noção de que a ciência não é totalmente crítica, apenas em alguns momentos cruciais na história. Ao estudar a história da ciência, Kuhn enxergou uma espécie de estrutura na qual o desenvolvimento científico sempre seguia. A ciência assim teria quatro fases: 01) Fase pré-paradigmática; 02) Ciência Normal; 03) Crise; 04) Revolução Científica.

A fase pré-paradigmática acontece apenas uma vez para qualquer disciplina científica ou conhecimento em construção, já as outras fases podem acontecer várias vezes. É o momento em que um paradigma ainda não foi estabelecido e descobertas ainda estão sendo feitas para estabelecer aquele campo ou disciplina como um produtor de conhecimento formal.

Na fase de Ciência Normal, é onde temos um paradigma já bem estabelecido. Ou seja, é onde todas as teorias, métodos e técnicas são aceitas como verdade pelos cientistas ou autoridades vigentes naquela disciplina ou campo científico. Dessa forma, eles nem ao menos querem criticar ou acham uma perda de tempo retornar a discussões já consideradas ultrapassadas. Kuhn não necessariamente estabelece isso como algo ruim, ao contrário, é justamente por existir momentos como esse que a ciência consegue progredir ao invés de permanecer para sempre debatendo as

³ Acredito ser importante aqui deixar claro que quando me refiro à “ciência” estou falando principalmente das ciências duras. O conceito de ciência é amplo e debatido até hoje, assim, para este artigo, o conceito de “ciência” utilizado será o de que “ciência é aquilo de obedece e segue o método científico”. Debateremos um pouco sobre o conceito de ciência mais à frente.

mesmas coisas, entretanto reconhecer essa fase é perceber que essa noção de ciência como algo constantemente crítico é uma ilusão, pois os cientistas não são críticos em relação ao paradigma já estabelecido.

No entanto, paradigmas não duram para sempre e anomalias começam a aparecer. Uma “anomalia” seria um problema no paradigma que os cientistas não conseguem resolver. No início a anomalia é provavelmente ignorada, ou acredita-se que rapidamente alguém conseguirá resolvê-la utilizando os métodos e teorias do paradigma estabelecido, porém quando a anomalia persiste e ninguém consegue resolver temos o nascimento de uma “crise” e aí passamos para a terceira fase da estrutura. É esse o momento em que os cientistas se tornam críticos do paradigma estabelecido, começam a duvidar da verdade e questionar os preceitos vigentes. Quanto mais tempo uma crise durar, mais críticos se tornam os cientistas e mais abertos a novas teorias eles serão.

A partir daí, para sair de uma “crise” só poderá acontecer duas coisas: 01) Em algum momento as anomalias conseguem ser resolvidas dentro do próprio paradigma. Isso implica em um retorno à fase de ciência normal. 02) Um novo paradigma emerge para resolver a anomalia. Se esse novo paradigma for aceito, alcançamos a quarta fase: Revolução Científica. É nessa fase, então, que acontece uma mudança de paradigma [*paradigm shift*] e como esses momentos de troca de paradigmas são muito notáveis, as pessoas em geral pensam que a ciência é composta de várias revoluções e, portanto, é uma atividade extremamente crítica. Mas a verdade é que revoluções são a exceção, não a regra. A regra é a “ciência normal”. A mudança de paradigma implica em reconhecer que a própria ideia de o que é boa ciência muda de um paradigma para outro, o que torna a ideia de progresso científico difícil de ser corroborada pela falta de um padrão neutro para comparar uma ciência com a outra.

O que quero ressaltar aqui nesse artigo, então, é a ideia de que o que podemos estar vivendo nos dias de hoje é uma crise da academia como produtora e legitimadora de conhecimento. Os movimentos anti-intelectuais que estão surgindo ou ganhando força são uma anomalia que surgiu e que o paradigma atual não está conseguindo resolver. Por isso, ou as tentativas que vem sendo feitas vão resolver o problema e voltaremos ao estado da academia que já conhecemos, ou será necessário realizar uma mudança radical em como a academia se organiza, uma revolução, fazendo nascer um novo paradigma.

Reconheço que Thomas Kuhn se referia à ciência e disciplinas científicas quando elaborou sua estrutura, o que faço aqui é uma adaptação para a nossa realidade que acho perfeitamente

plausível com o que vem sendo mostrado. Há tempos vem se falando em uma crise na academia, e um afastamento do público leigo daquilo que vem sendo produzido nas áreas de pesquisa em geral. Não é incomum ver artigos surgindo que falam de uma “crise na história” ou em outras áreas como um todo, assim como é ainda menos incomum ver trabalhos feitos por pessoas que não são da área atingirem mais popularidade do que os feitos por especialistas, por conterem uma linguagem mais acessível (vide os inúmeros “guias politicamente incorretos” escritos por jornalistas, por exemplo).

Esse constante afastamento entre especialistas e leigos nas mais diversas áreas do saber, seria responsável por criar uma sociedade completamente discordante em relação a conhecimentos estabelecidos. Ora, não deve ser estranho entender por que mesmo a maioria esmagadora dos especialistas e intelectuais brasileiros sendo críticos fervorosos do governo atual, a maioria da população leiga não só apoia esse governo como ataca os especialistas, descreditando o seu conhecimento ou alegando que ele veio a partir de uma origem duvidosa. Também não é estranho quando em áreas que deveriam apresentar fatos científicos, ainda assim vemos pessoas que duvidam veementemente desses fatos. Deveria ser inconcebível em uma sociedade como a nossa existirem pessoas que acreditam que a Terra é plana ou que a vacina causa autismo, mas quando percebemos que essas pessoas possuem um afastamento gigantesco dos conhecimentos estabelecidos, somado a um problema cultural que elitiza a forma como esse conhecimento é criado, podemos tentar entender como essa “crise” surgiu.

Se reconhecemos, então, que existe uma crise acadêmica que afasta o público leigo das pesquisas, conhecimentos e descobertas realizadas por especialistas na academia, e que as anomalias que estão causando essa crise envolvem os vários problemas políticos, culturais e educacionais que se fazem cada vez mais comuns nos dias de hoje, resta debater o que vem sendo feito para resolver essas anomalias.

Nas humanidades, acredito que pouco tem se discutido ainda em relação a esse assunto, pelo menos se nós compararmos a um esforço constante que vem sendo feito pelas ciências duras através da divulgação científica.

A Divulgação científica como combate a anomalias

A ciência é um dos grandes motores da humanidade. É através dos seus métodos que desenvolvemos novas tecnologias, aumentamos a expectativa de vida humana através da medicina, democratizamos o ensino e a comunicação, criamos novas formas de entretenimento e diminuimos

as distâncias com novos meios de transporte. Estudar ciência é estudar como o nosso mundo realmente funciona e passar essa noção para o público era o principal desejo dos maiores divulgadores científicos norte-americanos na segunda metade do século XX. A pretensão desses divulgadores era a de tentar “levar a verdade” para o público leigo, tentando mostrar para eles como o saber científico, e apenas ele, poderia realizar essa busca pela verdade e, ao fazer isso, a ciência teria vencido as muitas pseudociências que ainda existiam e prejudicavam o desenvolvimento do mundo humano moderno.

Em 1961 o termo *Big Science* apareceu pela primeira vez. Foi publicado em um artigo intitulado *Impact of Large-Scale Science on the United States* por Alvin M. Weinberg (1961, p.161) e tinha como objetivo descrever uma nova fase da ciência nos Estados Unidos que consistia em uma série de mudanças em larga escala feitas no campo científico após a segunda guerra mundial, quando o alto investimento em grandes projetos, principalmente financiados pelo governo, foi responsável por grandes descobertas que mudariam o mundo para sempre. Como Weinberg explica, a ciência realizada em pequena escala⁴ ainda era imprescindível e, de fato, permanece importante até hoje, mas com o aparecimento da *Big Science*, a própria fisionomia da ciência e o seu contato com o público leigo foi transformado. Não mais seria possível ignorar os seus avanços e em poucas décadas o mundo iria sofrer uma revolução tecnológica tão vasta como nunca antes visto em sua história:

Quando a história olhar para o século 20, ela irá enxergar a ciência e tecnologia como o seu tema: ela encontrará nos monumentos da *Big Science* – os grandes foguetes, os aceleradores de alta energia, os reatores de pesquisa em alto fluxo – símbolos de nosso tempo assim como ela vê no Notre Dame um símbolo da Idade Média. [...]. Nós construímos nossos monumentos em nome da verdade científica, eles construíram o deles em nome da verdade religiosa. (WEINBERG, 1961, p.161)

Entretanto, o contato do público leigo com a ciência não poderia ser mais distante. De fato, desde a revolução científica que ocorre entre os séculos XVI e XVIII, a ciência nunca teve um compromisso muito grande em se tornar palatável para os iletrados ou para quem simplesmente não se interessasse por suas descobertas. Os cientistas, ao menos em sua maioria, não sentiam obrigação nenhuma em tornar os seus estudos e pesquisas altamente complexas em algo simples o suficiente para que o cidadão comum pudesse compreender (WEART, 2008). Isso gerou um

⁴ Ciência em pequena escala, segundo Weinberg, seria aquela realizada em laboratórios fechados e que não se preocupava com grandes invenções como foguetes, armamentos grandiosos ou algo do tipo. Exemplos práticos são pesquisas sobre curas de doenças ou sobre anatomia de novas espécies de animais.

fenômeno peculiar: aos poucos a sociedade tornou-se altamente dependente da ciência e tecnologia, mas que ao mesmo tempo não entendia praticamente nada sobre tais coisas. Tal fenômeno não é exclusivo da segunda metade do século XX, pelo contrário, no início da década de 1930, o famoso intelectual e revolucionário bolchevique Leon Trotsky escreveu as seguintes palavras sobre a Alemanha:

Não é apenas nas casas dos camponeses, mas também nos arranha-céus das cidades, que o século XIII vive ao lado do XX. Cem milhões de pessoas usam a eletricidade e ainda acreditam nos poderes mágicos de sinais e exorcismos [...]. As estrelas de cinema procuram médiuns. Os aviadores que pilotam mecanismos milagrosos criados pelo gênio do homem usam amuletos em seus suéteres. Como são inesgotáveis as suas reservas de trevas, ignorância e selvageria! (MANDEL, 1995, p.110)

No entanto, foi a partir dos desenvolvimentos científicos que aconteceram após a Segunda Guerra Mundial que essa distância entre o público leigo e a ciência se tornou ainda mais evidente e passou a ser combatida por cientistas e intelectuais que hoje chamamos de divulgadores científicos. A *Big Science* havia levado o homem à lua, trazido para o mundo grandes foguetes, satélites e os primeiros computadores, mas o público leigo continuava a se apoiar em misticismos e superstições. O objetivo dos divulgadores científicos era, de certa forma, bem direto: tentar explicar a ciência e como ela funciona (seus métodos e práticas) da forma mais simples possível para o público leigo. Para isso utilizaram a mídia e meios de comunicação de fácil acesso para tentar alcançar essas pessoas.

Os divulgadores científicos aos poucos ganharam espaço na mídia e, até os dias de hoje, vêm buscando incessantemente mostrar a importância da ciência na vida das pessoas e como ela interfere em todos os âmbitos da sociedade, seja nas relações políticas, na economia, na educação, nas artes ou na saúde. Eles não são uma invenção da segunda metade do século XX, mas ganharam uma importância nunca antes vista nas últimas décadas. Nomes como o do astrônomo americano Carl Sagan, por exemplo, se tornaram famosos e ganharam status de celebridade, suas obras se tornaram campeãs de venda e influenciaram milhões de pessoas ao longo dos anos.

As duas fases da divulgação científica moderna nos EUA

Na realidade, a maioria dos divulgadores científicos acreditam que a ignorância científica que provoca o afastamento do público leigo da ciência é um problema tão grave que afeta até mesmo o entendimento desse público em relação a conceitos básicos como o de “método científico”, “teoria científica” e até mesmo o próprio conceito de “ciência” em si.

Karl Popper, por exemplo, estabeleceu as novas diretrizes do que hoje consideramos ser o “método científico” moderno. Suas ideias ganharam destaque após ele realizar uma pesada crítica aos métodos estabelecidos pelo Círculo de Viena no final da década de 1920 por um grupo de cientistas, lógicos e filósofos que concentrava seus esforços em torno de um projeto intelectual. Tal projeto era o desenvolvimento de uma filosofia da ciência baseada em uma linguagem lógica e a partir de procedimentos com alto rigor científico. O grupo buscava a formulação de critérios que permitissem distinguir o que poderia ou não ser considerado ciência a partir da ideia de “verificabilidade”, ou seja, aquilo que não tivesse possibilidade de ser verificado deveria ser retirado do saber científico. O modelo a ser seguido era o da física, e apenas aquilo que pudesse ser comprovado a partir de observações e experimentações poderia ser considerado ciência. Este método ficou conhecido como “método indutivo” (OUELBANI, 2009).

Em *A Lógica da Pesquisa Científica*, Popper (2013) combateu o princípio da “verificabilidade” com veemência. Para ele o que deveria determinar se algo é verdadeiro ou não, ou se algo pode fazer parte do saber científico ou não, é a “falseabilidade” (POPPER, 2013, p.69), isso porque, no método proposto pelo Círculo de Viena, a ciência seleciona os fenômenos que serão investigados para a comprovação de algo que já se supõe previamente, ou seja, uma intenção é colocada antes da verificação. Já no método proposto por Popper, para comprovar se algo é verdadeiro, é necessário provar como esse algo poderia vir a ser mentira, assim, ao invés de se preocupar em mostrar que uma teoria era verdadeira, ele se preocupava em provar que ela era falsa. Se uma teoria resistir a esse processo de refutação, ela poderia ser considerada como verdade. Este método ficou conhecido como “método dedutivo”.

O que vale ressaltar é que, ao contrário do campo especializado que discute estes métodos incessantemente e busca novas maneiras de realizar ciência, a maioria do público leigo não compreende o método científico na sua totalidade e como ele funciona, isso leva ao surgimento de um grande número de pessoas que acham que pseudociências, como astrologia ou alquimia, por exemplo, possam ser consideradas como ciência, apesar de nenhuma das duas passarem pelos critérios de qualquer método científico já proposto pela ciência moderna. Quanto ao conceito de “ciência”, Carl Hempel, Thomas Kuhn e Paul Feyerabend se destacaram ao longo do século XX em um longo debate sobre o que é a ciência, como ela foi construída e o que ela poderá vir a se tornar no futuro. Kuhn, por exemplo, se considerava um historiador da ciência e buscou mostrar que na verdade existiram duas concepções diferentes de ciência ao longo do século XX: a “perspectiva formalista” que acredita que a ciência é uma atividade completamente racional e

controlada e a “perspectiva historicista”, na qual a ciência é entendida como uma atividade concreta que se dá ao longo do tempo e que em cada época histórica apresenta peculiaridades e características próprias. A partir daí, Kuhn defende a perspectiva historicista no trabalho do historiador da ciência:

Preocupado com o desenvolvimento científico, o historiador parece então ter duas tarefas principais. De um lado deve determinar quando e por quem cada fato, teoria ou lei científica contemporânea foi descoberta ou inventada. De outro lado, deve descrever e explicar os amontoados de erros, mitos e superstições que inibiram a acumulação mais rápida dos elementos constituintes do moderno texto científico. (KUHN, 2017, p. 60).

Hempel, entretanto, possui uma visão considerada um pouco mais tradicional em relação ao conceito de ciência. Ele a divide em classificações específicas como “ciências empíricas” e “ciências abstratas” (HEMPEL, 1965). O primeiro grupo se aplica às ciências da natureza, e se usa de um procedimento científico (geralmente o método indutivo) para comprovar as hipóteses levantadas. Já nas ciências abstratas é dispensada a lógica natural e a necessidade de procedimentos sensíveis ao mundo da experiência. A concepção de ciência em Hempel é especialmente importante por ser considerada hegemônica nas décadas de 1950 e 1960, ou seja, em pleno acordo com o desenvolvimento da *Big Science*.

Paul Feyerabend se tornou influente a partir da década de 1970 quando mostrou uma visão anarquista de ciência que ia contra os conceitos estabelecidos por Carl Hempel e Karl Popper. Em suas obras *Contra o Método* (FEYERABEND, 2011a) e *A Ciência em uma sociedade livre* (FEYERABEND, 2011b), ele defende que a ciência não deveria possuir regras metodológicas universais pois elas serviriam apenas para limitar o trabalho dos cientistas e restringir o progresso científico. Dessa forma, Feyerabend acaba por cunhar o termo “anarquismo teórico”, ao defender que a ciência se beneficiaria mais se os cientistas não estivessem presos a métodos e técnicas para realizar os seus trabalhos.

Será que a ciência como a conhecemos hoje, uma "busca pela verdade" no estilo da filosofia tradicional, criará um monstro? Não será possível que uma abordagem objetiva que desaprova contatos pessoais entre entidades irá prejudicar as pessoas, torná-las miseráveis, hostis, criando mecanismos moralistas desprovidos de charme e humor? "Não será possível", pergunta-se Kierkegaard, "que minha atividade como um objetivo [ou crítico-racional] observador da natureza enfraqueça meu potencial como ser humano?". Eu suspeito de que a resposta para muitas dessas questões seja afirmativa e eu acredito que a reforma das ciências para torná-las mais anárquicas e mais subjetivas (em um sentido Kierkegaardiano) é urgentemente necessária. (FEYERABEND, 2011a, p.154)

As ideias propostas por estes intelectuais são de suma importância para entender os conceitos estabelecidos ao longo do século XX e por qual motivo existe uma discrepância entre a visão de ciência do público leigo e do especializado. Um exemplo claro dessa discrepância é o conceito de “teoria científica” utilizado pela ciência para designar o grau máximo de comprovação de uma hipótese, mas que o público leigo acredita que, por ser uma “teoria”, trata-se de algo que ainda está em discussão e não foi estabelecido.

A teoria da evolução proposta por Darwin é um exemplo claro dessa dinâmica. A maioria do corpo científico já considera as ideias darwinistas como fato (comprovado tanto em campo quanto em laboratório), tanto que elas são a base de estudos biológicos na área de genética, epidemiologia, controle de pragas e pesquisas medicinais, por exemplo. Entretanto, ainda existe um enorme grupo de pessoas que não possuem contato com a ciência e que rejeitam a teoria da evolução por “ser só uma teoria”. Essas pessoas se utilizam do significado popular da palavra “teoria” e assumem que, se a teoria da evolução é uma teoria, ela pode ser verdade ou não. Entretanto, na ciência, o conceito de “teoria” é diferente, é o nome dado ao sistema organizado de ideias e conceitos que explicam um conjunto de fenômenos (ou leis) que podem ser testados por meio de experiências reprodutíveis. Uma teoria científica é o maior grau de comprovação que uma hipótese pode alcançar, sendo considerada o conhecimento atual mais seguro sobre o tema que trata. Enfim, o principal objetivo dos divulgadores científicos norte-americanos era tornar todas essas ideias e conceitos (além de muitas outras, é claro) palatáveis para um público leigo.

A história da divulgação científica moderna nos Estados Unidos pode ser dividida em duas grandes fases principais: em um primeiro momento ela se foca em tentar estreitar a relação da ciência com o público leigo e, principalmente, em combater as chamadas pseudociências; em uma segunda fase, ela se confunde com um movimento nascido nos Estados Unidos e que hoje é popularmente conhecido como neoateísmo. Entretanto, é necessário ressaltar que o campo da divulgação científica é amplo, compreende intelectuais de diversas áreas diferentes como, físicos, astrônomos, biólogos, filósofos e jornalistas e em cada uma dessas áreas ela possui as suas próprias particularidades e características. O meu foco aqui será nos principais nomes, naqueles que conseguiram alcançar o grande público de maneira mais ampla, ganhando destaque na mídia e até mesmo fora do território norte-americano.

A primeira fase dessa divulgação científica, teria como principal alicerce o já citado Carl Sagan. Com doutorado em astronomia e astrofísica, Sagan publicou mais de 600 trabalhos acadêmicos e 20 livros autorais que vão desde a ficção científica até livros de divulgação científica

que servem como base de debates sobre a área até hoje. Talvez o seu livro mais famoso na área de divulgação seja *O mundo assombrado pelos demônios* (SAGAN, 1995), publicado em 1995, um ano antes de sua morte. Nessa obra, Sagan realiza um ataque feroz às inúmeras pseudociências que se desenvolveram ao longo da história da humanidade, creditando o seu surgimento e crescimento à ignorância científica. O afastamento do público leigo do conhecimento científico seria o motivo deste público acreditar em soluções fáceis e confortáveis, não embasadas em nenhuma evidência concreta.

Pode-se afirmar que a pseudociência é adotada na mesma proporção em que a verdadeira ciência é mal compreendida – a não ser que a linguagem falhe nesse ponto. Se alguém nunca ouviu falar de ciência (muito menos de como ela funciona), dificilmente pode ter consciência de estar abraçando a pseudociência. Está apenas adotando uma das maneiras de pensar que os seres humanos sempre empregaram. (SAGAN, 1995, p.32)

Em relação ao conhecimento científico nos EUA, Sagan ainda completa:

Os levantamentos sugerem que 95% dos norte-americanos são “cientificamente analfabetos”. A porcentagem é exatamente igual à de afro-americanos, quase todos escravos, que eram analfabetos pouco antes da Guerra Civil – quando havia penalidades severas para quem ensinasse um escravo a ler. É claro que existe um grau de arbitrariedade em qualquer determinação de analfabetismo, quer ele se aplique à língua, quer à ciência. Mas qualquer índice de analfabetismo próximo de 95% é grave. (SAGAN, 1995, p.21)

A crença em pseudociências e a rejeição do conhecimento científico não tem impacto apenas na imagem dos cientistas ou na quantidade de orçamento para pesquisa que eles possam vir a receber do governo, esse afastamento fez surgir ao longo do século XX diversos movimentos que tem impactos reais e diretos na vida das pessoas. A negação do aquecimento global, a vacina como causadora de autismo, o terraplanismo e a ignorância em relação ao verdadeiro impacto de pesquisas realizadas no espaço são apenas alguns exemplos de ideias altamente disseminadas que, se não forem combatidas, serão extremamente prejudiciais para o ser humano a curto e longo prazo. Além disso, como alerta Sagan, a ignorância científica se torna ainda mais perigosa quando ela se faz presente nas principais lideranças mundiais, pois tais figuras serão responsáveis por tomar decisões que possivelmente irão ignorar todo um histórico de descobertas realizadas pela ciência:

Como podemos executar a política nacional – ou até mesmo tomar decisões inteligentes sobre nossas próprias vidas – se não compreendemos as questões subjacentes? Enquanto escrevo, o Congresso está dissolvendo seu próprio Departamento de Avaliação de Tecnologia – a única organização que tem a tarefa específica de orientar a Câmara e o Senado sobre ciência e tecnologia. Sua competência e integridade têm sido exemplares durante todos esses anos. Dos 535 membros do Congresso dos Estados Unidos, raramente 1% chegou a ter

alguma formação científica significativa no século XX. O último presidente cientificamente alfabetizado foi talvez Thomas Jefferson.

Assim, como é que os norte-americanos decidem essas questões? Como é que instruem os seus representantes? Quem de fato toma essas decisões, e baseando-se em que fundamentos? (SAGAN, 1995, p.23)

Apesar dos esforços de Sagan, os danos causados pela ignorância científica ainda podem ser observados na política americana nos dias de hoje. O atual presidente norte-americano, Donald Trump, por exemplo, é um assumido negador do aquecimento global, chegando a dizer que “o conceito de aquecimento global foi inventado por e para os chineses com o objetivo de destruir a competitividade do setor industrial americano”⁵. O presidente Trump não só nomeou o advogado e conhecido cético das teorias de mudança climática, Scott Pruitt como principal administrador da Agência de Proteção Ambiental dos EUA, como em junho deste ano (2017) retirou os EUA do Acordo de Paris que está em vigor desde 2015 e que tinha como principal objetivo a diminuição da emissão de dióxido de carbono na atmosfera.

O exemplo do presidente norte-americano serve apenas para confirmar quão danosa pode ser a ignorância científica. Ela gera preconceito, desacelera o processo de desenvolvimento intelectual e tecnológico do mundo (ao questionar, sem base, a utilidade de pesquisas e experimentos) e pode gerar impactos diretos ao meio ambiente e à saúde humana. O esforço de divulgadores científicos para tentar tornar palatável a ciência para o público leigo é uma forma clara de tentar sanar esse problema.

Outros nomes famosos também compõem o panteão de divulgadores científicos da segunda metade do século XX, como por exemplo o físico teórico Stephen Hawking que publicou em 1988 o aclamado *Uma Breve História do Tempo*. Entretanto, Sagan foi, e talvez ainda seja, o mais famoso divulgador científico que o mundo já viu. Além dos inúmeros artigos e livros publicados, Sagan deu entrevistas para programas de rádio, de televisão e até apresentou o seu próprio programa de TV, intitulado *Cosmos*, que foi veiculado para mais de 500 milhões de pessoas ao redor do mundo na década de 1980, alcançando diversos países, inclusive o Brasil.

Essa primeira fase da história da divulgação científica é marcada, então, pela vagarosa, mas significativa aproximação dos cientistas com o público, começando a ocupar espaço na mídia e preparando a base para debates que permanecem ainda hoje. Esses cientistas lutaram para mostrar os problemas de continuar a negar as descobertas da ciência e se apoiar na ilusão da pseudociência.

⁵ Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38649836>. Acesso 26/11/2019.

A segunda fase teria início com o século XXI, mais precisamente após os eventos que sucederam o ataque às torres gêmeas, no dia 11 de setembro de 2001.

A segunda fase não é uma ruptura com a primeira. O objetivo máximo da divulgação científica ainda é (e provavelmente sempre será) o de tentar estreitar a relação do público leigo com a ciência. De fato, desde o advento de novos meios de comunicação como, por exemplo, a internet, se temos alguma mudança na relação entre o cientista e o público, no que diz respeito à divulgação científica, é que tal divulgação deixou de ser uma via de mão única, agora os cientistas insistem em se relacionar com o público mais diretamente, “a ideia é tentar criar um debate aberto para que todos possam participar” (DAVIES, 2008, p.413).

O diferencial que proponho entre a primeira e segunda fase é, então, o de que os grandes nomes da divulgação científica agora mudaram o seu foco para um ataque direto e feroz às religiões organizadas. A divulgação científica que se desenvolveu no século XX não deixou de existir. Programas educativos na TV, revistas, livros e documentários, continuam cumprindo a sua função, mas, a partir do século XXI, os divulgadores científicos que tiveram mais impacto, que mais publicaram, que mais venderam livros e que mais foram convidados para participar de debates e palestras em universidades ou em programas na mídia em geral, foram aqueles que focaram os seus esforços na crítica à religião.

Isso aconteceu após o 11 de Setembro de 2001, quando parte eloquente da mídia norte-americana começou uma campanha de ataques diretos ao islamismo e, para legitimar os seus discursos, buscou convidar conhecidos cientistas que já haviam criticado as religiões organizadas no passado. De fato, criticar religiões organizadas não é nenhuma novidade para divulgadores científicos, o próprio Carl Sagan já havia feito isso antes (SAGAN, 2008, p.189), mas, no geral, era uma crítica tímida e nem de longe caracterizava-se como o foco principal das suas publicações. No entanto, nomes de peso que se tornaram evidentes no século XXI, como o do biólogo britânico Richard Dawkins e o do filósofo e neurocientista americano Sam Harris, se tornaram campeões de vendas com obras que tinham o objetivo claro de criticar duramente todas as formas de religião organizada ou até mesmo a crença em qualquer entidade sobrenatural.

A partir de 2006, Richard Dawkins, Sam Harris e outros intelectuais que focaram os seus esforços em realizar uma pesada crítica às religiões organizadas, como Christopher Hitchens e Daniel Dennet, receberam o nome de neoateístas pela mídia norte-americana. Tal termo nunca foi

utilizado ou defendido por eles próprios, mas acabou ganhando o público e hoje é utilizado para designar todo um movimento antirreligioso e pró-científico nos EUA.

Dessa forma, a divulgação científica passou aos poucos a ser associada ao neoteísmo, visto que os defensores do novo movimento também são ávidos divulgadores da ciência e veem nela a única forma de explicação possível para o universo. Acreditam que a superstição, religião e o irracionalismo não devem apenas ser tolerados, mas combatidos, criticados e expostos por um argumento racional sempre que a sua influência surgir na economia, na educação e na política. Até mesmo divulgadores que não haviam publicado ou se posicionado diretamente em relação ao tema da religião, como o engenheiro mecânico Bill Nye ou o astrônomo Niel deGrasse Tyson, acabaram por se ver obrigados a entrar no debate e, hoje, também são relacionados ao movimento por grande parte da mídia e do público leigo.

A narrativa por trás da divulgação científica

Como nos explica Michel Foucault (FOUCAULT, 2016, p.171), desde o século XVII, mas principalmente no XVIII e XIX, o pensamento científico ganhou extrema força e acabou por influenciar praticamente todas as áreas do conhecimento ao redor do mundo. Os movimentos que surgiram a partir do Iluminismo foram potencializados pelas descobertas de Darwin e o método científico ganhou notoriedade e passou por tentativas de aplicação até mesmo nas humanidades. A história, por exemplo, viu o avanço do positivismo que permaneceu hegemônico nos EUA ao longo de todo o século XIX e início do XX, mas não foi apenas ela que se viu influenciada pela ascensão do saber científico:

Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro. Penso, igualmente, na maneira como as práticas econômicas, codificadas como preceitos ou receitas, eventualmente como moral, procuraram, desde o século XVI, fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção; penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade. (FOUCAULT, 1996, p.18)

Essa “vontade de verdade” debatida por Foucault faz parte da sua ideia de que todos os diversos discursos encontrados em uma dada sociedade, ou em um grupo social específico, exercem funções de controle, limitação e validação das regras de poder desta mesma sociedade. A vontade de verdade seria, então uma forma de exclusão que se apoia sobre um suporte institucional: é ao

mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 1996, p.17)

Através do discurso da busca pela verdade, o saber científico teria então ganhado força e se tornado hegemônico, dando-o autoridade para decidir aquilo que poderia ou não ser considerado a verdade e permitindo que divulgadores científicos ao redor de todo o mundo legitimassem os seus trabalhos através do argumento de que, ao levar o pensamento científico para um maior número de pessoas, estariam por consequência levando a verdade para as mesmas. O próprio Foucault viria a prever os impactos futuros que a vontade de verdade teria na ordem do discurso:

Dos três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso: a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade, foi o terceiro que falei mais longamente. É que, há séculos, os primeiros não cessaram de orientar-se em sua direção; é que, cada vez mais, o terceiro procura retomá-los, por sua própria conta, para, ao mesmo tempo, modifica-los e fundamentá-los; é que, se os dois primeiros não cessam de se tornar mais frágeis, mais incertos na medida em que são agora atravessados pela vontade de verdade, esta, em contrapartida, não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável. (FOUCAULT, 1996, p.19)

Ao mesmo tempo que concordo com o posicionamento de Michel Foucault, acho importante enxergarmos a postura dos divulgadores científicos como resultado de um longo processo de disputa que os cientistas passaram desde o surgimento da ciência moderna a partir do século XVII. Concordo que é essa vontade de verdade, então, que está por trás do discurso dos divulgadores científicos alvos dessa minha análise. Não devemos excluir as explicações dadas pelos mesmos, pois acredito que a ignorância científica é realmente fonte de diversos problemas como demonstrados por eles, mas, como Foucault nos mostra, também não devemos ignorar que existe uma grande disputa por poder através do discurso científico de que só a verdade pode trazer o progresso e evitar desastres futuros. Entretanto, acredito que esse discurso é fruto de uma constante disputa que os cientistas inevitavelmente tiveram que travar desde que a ciência começou a brigar por espaço. São muitos os exemplos que a história nos dá de cientistas que foram perseguidos, presos e até mortos por defenderem e propagarem ideias que iam contra o conhecimento e poder vigente de uma determinada época.

Giordano Bruno foi queimado vivo em 17 de fevereiro de 1600, condenado pela inquisição por defender o heliocentrismo. Galileu Galilei, só evitou a morte pois retirou o que disse frente à

inquisição, mas viveu o resto de sua vida em prisão domiciliar. René Descartes deixou de publicar suas próprias visões acerca do heliocentrismo após ter presenciado a condenação de Galilei. A maioria das obras desses e outros autores foram proibidas pelo *Index Librorum Prohibitorum* o que prejudicou bastante a sua propagação. Até 1925, no Tennessee, EUA, o ensino de qualquer teoria que negasse a história da criação divina do homem como é explicado na Bíblia era amplamente proibido, o que levava ao impedimento do estudo da obra de Charles Darwin nas escolas.

Esses são apenas alguns exemplos. Como Paolo Rossi (ROSSI, 2001) e Alexandre Koyré (KOYRÉ, 2006) nos mostram, a história da ciência foi construída sobre uma fundação de constantes e sangrentas disputas. Fazer ciência significava contrariar a autoridade vigente, destruir visões hegemônicas e, muitas vezes arriscar a vida para tal. Assim, me parece natural que ao longo dos anos os cientistas tentaram se apoiar na ideia de busca pela verdade, pois apenas essa verdade poderia desafiar uma ordem vigente e aparentemente intocável.

Concluindo, acredito que tanto a visão proposta por historiadores como Valdeci Araújo, quanto a visão dos divulgadores científicos a respeito do surgimento e crescimento de pseudociências são válidas. De fato, elas não se cancelam, mas sim se complementam. O avanço de um conservadorismo que busca novas instituições antiprogressistas somado a uma profunda ignorância de como a ciência funciona é, provavelmente o berço desses estranhos fenômenos anti-intelectuais que tem ganhado força nos últimos anos.

Referências bibliográficas:

- DAVIES, S. R. **Constructing communication: Talking to scientists about talking to the public.** *Science Communication*, número 29, 2008.
- FEYERABEND, Paul K. **Contra o método.** São Paulo: Editora Unesp 2011.
- FEYERABEND, Paul K. **A Ciência em uma sociedade livre.** São Paulo: Editora Unesp 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas.** São Paulo: Mastins Fontes, 2016.
- HEMPEL, Carl. **Aspects of Scientific Explanation and Other Essays in the Philosophy of Science.** Free Press, 1965.
- KOYRÉ, Alexandre. **Do mundo fechado ao universo infinito.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 2017.
- MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. In: **Revista História da Historiografia.** Mariana/MG: UFOP, 2014. Pp. 27-50.

- MANDEL, Ernest. **Trotsky as alternative**. Londres: Verso, 1995.
- OUELBANI, Melika. **O Círculo de Viena**. São Paulo: Parábola, 2009.
- POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2013.
- ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAGAN, Carl. **Variedades da Experiência científica: uma visão pessoal da busca por deus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SHERMER, Michael. **Por que as pessoas acreditam em coisas estranhas: pseudociências e outras confusões dos nossos tempos**. São Paulo: JSN Editora, 2011.
- WEART, S. R. **The Discovery of Global Warming**. USA, Harvard University Press, 2008.
- WEINBERG, Alvin M. **Impact of Large-Scale Science on the United States**. New York: Science, New Series, 1961. Vol. 134, No. 3473.

Da fome às estrelas: 40 anos de ciência soviética

From starvation to stars: 40 years of Soviet science

Thiago Mauer

Graduado em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

thiogomauer@hotmail.com

Recebido em: 17/09/2019

Aprovado em: 05/12/2019

RESUMO: Este trabalho visa realizar um breve apanhado histórico do cenário interno na Rússia que levou à disputa entre Estados Unidos e União Soviética de uma provável guerra nuclear ao desenvolvimento de uma ciência aeroespacial avançada, ciência que levaria a humanidade à conquista do espaço através de uma corrida entre as duas nações pela soberania nas estrelas. Em nosso levantamento abordamos o processo de transformação da ultrapassada ciência do agrário Império Russo na superdesenvolvida ciência cosmonáutica soviética em apenas 40 anos, abordando as contradições e os percalços que a ciência e a academia desse país sofreram em tão curto espaço de tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Korolev; Foguetes; Ciência Soviética.

ABSTRACT: This work aims to provide a brief historical summary of the Russian inside scenario that led to the dispute between the United States of America and Soviet Union from a probable nuclear war to the development of an advanced aerospace science which took man to the conquest of space through a race between both nations for the sovereignty of the stars. In our research we approach the process of transforming the outdated science of the agricultural Russian Empire into the overdeveloped Soviet cosmonaut science in just 40 years, focusing on the contradictions and mishaps that the science and the Russian academy had suffered in such a short period of time.

KEYWORDS: Korolev; Rockets; Soviet Science.

Introdução: da ciência socialista à ciência do socialismo real

O esperado da ciência de um país como a Rússia soviética, que se propunha ser “o farol da revolução socialista” e primeiro Estado proletário da história, é que todo o progresso tecnológico seja voltado não apenas para a melhora no processo produtivo, mas também para a emancipação do ser humano com relação ao trabalho, melhorando a qualidade de vida do cidadão trabalhador ao reduzir a carga laboral.

Obviamente, em tal cenário, se mostraria impossível a uma União Soviética cercada e ameaçada pelas potências capitalistas do início do século XX, a formação de um Estado verdadeiramente socialista, muito menos que sua ciência assumisse os caracteres desejados pelos comunistas e proposto por seus teóricos. A impossibilidade se faz latente se levada em consideração não apenas a devastação do Leste europeu devido à Primeira Guerra Mundial, mas também devido à coalizão de catorze países (entre eles os EUA, o Império Britânico e suas possessões, o Império Japonês e o Império Alemão) que invadiram o futuro país em defesa da burguesia e da nobreza local para impedir o sucesso da revolução, em episódio que ficou conhecido como Guerra Civil Russa (1917-1923).

Nesse período todos os esforços da população que buscava uma mudança social foram voltados à expulsão dos exércitos invasores, com a conversão da maior parte da força de trabalho da indústria nascente se voltando para produzir armas para defesa e na criação de um exército de camponeses, o famoso exército vermelho, liderado por Lev Davidovitch Bronstein, o Trotsky. Com necessidade de se defender das agressões, o partido e a Rússia revolucionária não tiveram outra opção senão abandonarem (supostamente apenas de forma momentânea) alguns dos princípios que defendiam, pragmaticamente buscando o sucesso revolucionário.

Nesse sentido, analisando o progresso da tecnologia socialista, ao tratar do desenvolvimento tecnológico da antiga União Soviética, Victor Wallis (2001) faz a crítica sobre as transformações que a revolução sofreu desde 1917 até a extinção do país, em 1991. O autor argumenta que, nos primórdios, os projetos desenvolvidos durante a administração Vladimir Lênin davam conta da transformação da vida humana em todos os seus aspectos, tal como defendia o partido, e que a utilização do modelo fordista-taylorista típico do capitalismo estadunidense nas linhas de produção ocorria devido às necessidades da fase de transição do capitalismo para o socialismo, o que a teoria marxista já levantava e que Lênin apresentava como necessário ao sucesso da revolução, em especial em uma país atrasado como a Rússia (LÊNIN, 2007). A rápida industrialização era vital para a sobrevivência da revolução, ações voltadas à libertação do trabalhador se mesclavam com políticas e práticas tradicionais capitalistas, em uma “administração científica” ciente de suas contradições enquanto os desenvolvimentos tecnológico e social não permitiam o relaxamento da força de trabalho, e que levava Lênin a cobrar disciplina de ferro nos processos produtivos fabril e rural.

Porém, com o passar dos anos e a estabilização do novo país após o fim dos conflitos bélicos e a centralização das decisões econômicas no Politburo (Comitê executivo do partido), em

especial após a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviética, em 1922, quando as repúblicas socialistas soviéticas ucraniana, bielorrussa e transcaucasiana se uniram à Rússia, e o rápido desenvolvimento industrial que levou a região da Idade Média ao *status* de potência global, a visão econômica do socialismo soviético substituiu o foco na melhoria das relações de trabalho por projetos grandiosos e nacionalistas (com a morte de Lênin e a ascensão de Joseph Stálin), voltados ao aparato bélico e à arquitetura monumental. Por conta do otimismo que o salto inimaginável que o país obteve através de sua economia planificada em poucas décadas e devido à

rapidez da industrialização do país [que] tanto requereu como obteve, em certos níveis, um sentimento de que se estava engajado em escalar alturas impossíveis. Apesar da intriga, derramamento de sangue, e humilhações do regime de Stalin, parte deste sentimento manteve-se vivo no período do pós-guerra, embora naquele momento seus traços sobreviventes fossem canalizados principalmente numa direção tecnológica, identificada pelos vôos espaciais (WALLIS, 2001. p. 138).

Até a metade do século XX era inimaginável que um Estado servil como o czarista, derrubado pela revolução de fevereiro (março, no calendário gregoriano) de 1917, e transformado em república socialista em outubro (novembro no calendário gregoriano) do mesmo ano, lideraria o mundo em sua corrida ao espaço sideral.

A surpresa se deu no ano de 1957, quando os soviéticos finalmente enviariam à estratosfera o Sputnik I, o primeiro satélite artificial da história. Sem conhecer limites, os soviéticos não pararam por aí, e logo na sequência enviaram Laika, uma cadelinha de raça indefinida que habitava as ruas de Moscou, para fora da órbita planetária, tornando-a o primeiro ser vivo a orbitar a Terra. Aqui daremos destaque às dificuldades e superações do conhecimento técnico-científico na antiga União Soviética, em muito dificultado pelas conturbadas decisões de Stálin, mas que levariam a humanidade a feitos que até então só eram imaginados na ficção científica.

Do Tsar a Stálin: a infraestrutura da ciência soviética

O Estado soviético surge na esteira de um dos maiores e mais atrasados impérios do mundo contemporâneo, o Império Russo. Territorialmente gigante, mal administrado e inserido em boa parte dos conflitos bélicos que atingiram o mundo no século XIX, o Império dos Romanov era agrário, com uma população quase que inteiramente rural e empobrecida. Essa Rússia ultrapassada era recém-saída de um regime legal de servidão, que fora abolido há pouco mais de 50 anos, em fevereiro de 1861, e possuía uma enorme diferença entre os mais ricos e os mais pobres, o que gerava conflitos absurdos e a tornava um caldeirão revolucionário. Por ser um império nobiliárquico, apenas uma pequena casta de nobres tinha acesso ao conhecimento, e deles partia

todo o conhecimento científico, militar e artístico do país. A desigualdade era tão grande que a própria literatura russa do período tendia a abordar essa característica econômica e a miséria humana, como vemos em obras de grandes autores da literatura mundial, como Fiódor Dostoiévski e Leon Tolstói.

Devido ao seu enorme território e às fronteiras com países bastante belicosos, o aparato militar fora, desde as invasões mongóis do século XIII, o foco central dos investimentos imperiais, e não poderia ser diferente que o conhecimento científico fosse também voltado para objetivos bélicos. Enquanto as elites russas debatiam se o país deveria se manter ainda como uma nação essencialmente agrícola ou se investiria na industrialização e urbanização, enquanto os vizinhos já haviam ou vinham passando por suas revoluções industriais, a Marinha imperial realizava engenharia reversa¹ em tecnologias francesa e britânica para desenvolverem a pólvora sem fumaça (KOJEVNIKOV, 2002), inovação tecnológica importantíssima devido às mudanças que as estratégias militares sofreram na virada do século, quando armamentos mais sofisticados passaram a ser utilizados.

Com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, que tinha como característica a chamada “guerra de trincheiras”, as atenções do império com o desenvolvimento científico para fins militares se ampliaram (ainda que as diferentes áreas de ciência russa estivessem menos integradas que os demais países europeus). Neste período as armas convencionais não logravam mais êxito em atingir seus alvos, escondidos sob a terra, e novas estratégias precisavam ser elaboradas para atingir os inimigos. A estratégia desenvolvida pelo Império Russo foi a *guerra química*, com a produção de bombas de gás-lacrimogêneo a partir de junho de 1915, o que levaria a um salto na ciência química do país para os anos seguintes, inclusive com o desenvolvimento, a partir de março de 1916, de uma forte indústria farmacêutica centrada em produzir medicamentos para a guerra (KOJEVNIKOV, 2002).²

Com as revoltas populares de março e novembro de 1917, que levaram à derrubada da dinastia Romanov e à instauração do primeiro Estado revolucionário socialista da história, sobre o comando da ala radical do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), os Bolcheviques; tivemos a alteração da ordem social e uma maior democratização da produção e do conhecimento

¹ Engenharia Reversa é o ato de tomar o produto de uma tecnologia desenvolvida por outrem e estudá-la para compreender seu funcionamento com o objetivo de replica-la.

² Segundo Kojevnikov (2002, p.247), até o final da guerra a Rússia desenvolveria mais de 15 milhões de máscaras de gás para diferentes ameaças químicas por parte do Reich alemão, o que demonstra trabalho conjunto entre essa ciência e a engenharia militar.

gerados no país, que saíram das mãos da extinta nobreza para as mãos dos trabalhadores e do partido, o que levaria a Rússia do mais completo atraso técnico-científico aos maiores feitos de engenharia dos cinquenta anos seguintes.

Em suas origens, a Revolução russa visava, no campo do saber, a popularização total do conhecimento e o acesso de todos a ele. Em uma Rússia recém-saída da era medieval, onde apenas as elites aristocráticas e a nascente burguesia tinham acesso à leitura, uma das primeiras medidas de Vladimir Lênin após o fim do antigo regime foi o de utilizar das pessoas alfabetizadas como professores para ensinarem a escrita aos demais, tornando em poucas décadas a União Soviética em um dos países com maiores índices de alfabetização do mundo (SANDLE, 199. p. 131). Em seus discursos, Lênin costumava enaltecer a necessidade do aprendizado contínuo e perpétuo, o que só seria possível através da socialização do conhecimento. Ainda nesse sentido, Lênin apoiou medidas que visavam preservar os institutos científicos da Rússia czarista, com o objetivo de impedir a perda de conhecimento que ocorrera durante a Revolução Francesa (1789), quando absolutamente tudo que lembrasse o antigo regime fora posto abaixo (SANTOS JUNIOR, 2012).

Ainda assim, um dos primeiros elementos que dificultariam o desenvolvimento científico soviético no futuro, quando de Stálin no poder, surge aqui, pois apesar do incentivo ao conhecimento e da centralização da tomada de decisões, que facilita a realocação de recursos em áreas de pesquisa e desenvolvimento onde há maior necessidade estratégica,

nenhum governo anterior na história foi tão aberto e energeticamente a favor da ciência, porém nenhum governo moderno se opôs tão ideologicamente à livre troca de ideias, um pré-requisito presumido do progresso científico. Nenhum governo na história estava tão comprometido com o crescimento material como o objetivo da ciência e a medida da legitimidade política; contudo, nenhum governo moderno havia renegado tanto intelectuais e empresários "burgueses" (McDOUGAL, 1997. p. 23).³

o que geraria a estrutura política e ideológica de caça às bruxas que seria utilizada mais tarde por Stálin durante o que ficou conhecido como *Grande Expurgo*.

Voltando às transformações do conhecimento pós-revolucionário, no âmbito acadêmico uma das medidas centrais e mais importantes foi o de oferecer acesso mais amplo à universidade, dando fim aos sistemas segregadores e critérios de seleção excludentes até então implementados.

³ “No previous government in history was so openly and energetically in favor of science, but neither had any modern government been so ideologically opposed to the free exchange of ideas, a presumed prerequisite of scientific progress. No government in history was so committed to material growth as the goal of science and the measure of political legitimacy, yet, no modern government had so anathematized ‘bourgeois’ intellectuals and entrepreneurs”. (Todas as traduções apresentadas em notas de rodapé são de nossa autoria.)

Dessa forma, os trabalhadores teriam acesso ao curso superior, independentemente de sua profissão, gênero e até mesmo idade. Essas “ações afirmativas soviéticas” visavam estabelecer um sistema de educação superior em massa, que fosse mais democrático e que, principalmente, fosse acessível a grupos outrora discriminados, como pobres, mulheres e minorias étnicas. Além disso, “Por 17 anos, entre 1918 e 1934, as autoridades educacionais soviéticas não reconheciam qualquer título, grau ou diploma acadêmico, que foram todos oficialmente abolidos como ‘medievais’” (KOJEVNIKOV, 2011, p. 8), sendo retomados apenas mais tarde, já no final da década de 1930, depois que a velha guarda de professores e intelectuais formados no antigo império já haviam se aposentado ou falecido.

Entretanto, a estrutura científica e acadêmica que os bolcheviques implantaram não era oriunda da própria ideologia marxista, mas fruto de conhecimento gerado ainda no Império, através de um cientista que foi integrado ao partido e teve grande influência no processo decisório científico em alto escalão, se tornando inclusive Secretário do *Conselho do Commissariado do Povo* e diretor da *Academia de Ciências da Rússia*. Nikolay Gorbunov desempenhou papel crucial no desenvolvimento das políticas para a ciência soviética, e tinha um conceito para a administração científica que

parecia tão genuinamente revolucionária que ele conseguiu inserir [no planejamento pós-revolucionário] a ideia de ligar a pesquisa à produção industrial, estabelecendo a “rede inteira de novos institutos científicos aplicados, laboratórios, estações experimentais e instalações de testes”⁴ (KOJEVNIKOV, 2002. p. 254).

Tal posicionamento encaixou-se perfeitamente na sociedade de transição entre o capitalismo e o socialismo implementado por Lênin e o partido, o que justifica sua adoção tão cedo na história soviética, e que seguiria ao longo de toda a história do país.

De outra forma, pragmaticamente falando, é provável que essas ações tenham sido fruto da necessidade da rápida modernização do país para que o mesmo pudesse enfrentar a ameaça estrangeira. De nação atrasada e composta de camponeses, essas medidas geraram mão de obra qualificada em tempo recorde, que permitiram a edificação do assombroso parque industrial que a URSS desenvolveu em tão curto período de tempo, entre a sua Constituição no ano de 1924 e a

⁴ “looked so genuinely revolutionary that he managed to insert a phrase about linking research to industrial production and establishing the ‘entire network of new scientific applied institutes, laboratories, experimental stations, and testing facilities’”.

Segunda Guerra Mundial, quando mesmo diante dos imensos desafios e baixas, conseguiu impedir e repelir o avanço nazista até ela própria liquidar com o Reich alemão, em 1945.

Parte do sucesso dessa diferenciação que ocorreu no sistema acadêmico soviético foi fruto do isolamento que o país sofreu, tanto auto induzido quanto devido ao boicote dos países ocidentais, que demorariam algum tempo até mesmo para reconhecer a existência da URSS. Os bolcheviques também criariam entre 40 e 70 novos institutos de pesquisa até o fim da guerra civil, contra apenas quatro nos 100 anos anteriores (KOJEVNIKOV, 2002. p. 258). Foi neste cenário de estranhamento entre os países capitalistas e o primeiro Estado proletário do mundo que teve início o caminho para o desenvolvimento tecnológico ímpar deste último, uma vez que a estrutura decisória desse era centralizada, enquanto que nos demais países a presença do capital privado e de seus interesses individualistas levavam a desenvolvimentos independentes e descentralizados. Assim,

conforme o isolamento internacional da ciência russa reduziu em 1921, a fundação de uma história governamental–patrocinada de um sistema institucional de pesquisa e desenvolvimento com padrão característico de uma “simbiose, ... a fusão da ‘pura’ ciência, tecnologia e engenharia” [...] já estava em curso⁵ (KOJEVNIKOV, 2002. p. 241).

Se no princípio o nascente Estado socialista soviético se viu na necessidade de trazer parte da *intelligentsia* do antigo regime para seu seio, após vencida a Guerra Civil e consolidado o novo regime, no ano de 1928, quando Lênin já se encontrava morto, se deu a Revolução Cultural, que visava apagar os antigos resquícios desnecessários e/ou perigosos para o socialismo. Com isso, os artistas, pensadores e cientistas que foram educados e formados durante o Império Russo e que, portanto, na visão dos dirigentes comunistas, estavam colonizados pelos imaginários burguês e aristocrático, seriam extirpados dos altos cargos e dos papéis de influência para a sociedade soviética.

Cientistas mais antigos foram substituídos por mais novos, crias da Revolução, adeptos do novo regime e cientistas mais radicais. Esse expurgo gerou um novo perfil para os cientistas socialistas, que agora vinham de outras nacionalidades da União, reduzindo o caráter russo do mundo acadêmico, além de recrutar para seus quadros um número maior de estudantes oriundos do proletariado, mulheres e judeus (que mais tarde também sofreriam com os expurgos stalinistas,

⁵ “as the international isolation of Russian Science eased in 1921, the foundation of a novel government-sponsored institutional system of research and development with a characteristic pattern of a ‘symbiosis, ...a fusion of “pure” Science, technology, and engineering’ [...] was already in place”.

que em sua proposta de “democratizar” os espaços entendia que os judeus estariam super-representados, e por isso deveriam ser afastados de determinadas posições) (BEYLER; KOJEVNIKOV; WANG, 2005). Contraditoriamente, como principal efeito de sua política, a revolução cultural acabou por minar a criatividade, a inventividade, a cultura e principalmente as tradições das nações periféricas, dando origem a uma *russificação* da cultura soviética, sob o comando de Stálin.

Enquanto esteve no comando do partido, Lênin, em todas as suas ações almejou preparar o caminho para a construção de uma sociedade de transição entre o capitalismo e o socialismo que fosse viável, com elementos dos dois modos de produção, mas ajustada para a vitória final da revolução do proletariado. Com sua morte, um vazio de poder surge no aparato estatal soviético, levando a sérias disputas políticas que, no fim das contas, levou à ascensão de Stálin ao poder. E é sob seu regime que ocorre um dos maiores paradoxos que os historiadores da ciência do século XX enfrentam: o rápido desenvolvimento tecnológico que a Rússia sofreu em apenas 40 anos de existência do Estado soviético, principalmente se se levar em conta que, durante 29 anos (1924-1953), o país foi governado com mão de ferro por esse líder que, embora carismático, era acusado de possuir características típicas da paranoia. Ademais, devido à era em que tal desenvolvimento ocorreu, durante um regime totalitário onde a disseminação de informações se fazia restrita, fica bastante complicado explicar como “a ciência e a tecnologia soviética de alguma forma obtiveram seus maiores avanços em um tempo em que o país foi atingido pelas duas mais destrutivas guerras mundiais, o levante da Revolução, a violenta Guerra Civil, o governo ditatorial de Stalin e as massivas repressões políticas” (KOJEVNIKOV, 2011. p. 6) sem parecer elogiar o terror e os expurgos da era stalinista, quando muitos cientistas e outros profissionais foram perseguidos no exercício de seu trabalho como conspiradores contrarrevolucionários e traidores da pátria.

A explicação mais plausível para o sucesso da ciência soviética em tão conturbado cenário foi a união entre o aparato científico e estatal do país, em especial no que diz respeito ao desenvolvimento militar, fruto da necessidade de defesa do país frente às agressões externas (militares durante as guerras civil e mundiais, e diplomáticas após a derrota nazista). Stálin também integraria a engenharia soviética aos campos de trabalho forçado do sistema Gulag⁶, aproveitando

⁶ Administração Geral dos Campos de Trabalho Correcional e Colônias, ou Gulag, era o nome dado ao sistema prisional soviético, com campos prisionais e de trabalho forçado espalhados por todo o território do país. Durante o Terror Stalinista os opositores ao regime e suspeitos de traição eram para lá enviados, muitos dos quais jamais retornariam, principalmente dos campos localizados na parte asiática do país. Ver: <http://www.gulagmuseum.org>. Acesso em 20 jun. 2017.

dessa mão de obra para a extração de minérios necessários ao desenvolvimento bélico, principalmente após os atentados nucleares cometidos pelos estadunidenses nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Após aquele episódio, não sobrou alternativa aos soviéticos senão desenvolverem similar tecnologia que lhes conferissem poder de barganha junto aos EUA, e foi assim que boa parte de toda a riqueza da nação passou a ser destinada/deslocada, através dos *planos quinquenais*, ao desenvolvimento de armamento de ponta (o que gerou uma corrida armamentista com os EUA) e levou à criação dos primeiros mísseis balísticos intercontinentais. Além do mais,

a URSS atribuiu à ciência uma importância política muito maior do que qualquer outro governo contemporâneo, por razões tanto ideológicas quanto pragmáticas. Como resultado, cientistas soviéticos tiveram uma forte influência de facto nas políticas e, em retorno, experienciaram um forte e mais diverso espectro de pressões políticas⁷ (BEYLER; KOJEVNIKOV; WANG, 2005. p. 31).

Como resposta a um cenário internacional que demandava medidas eficientes na área de desenvolvimento tecnológico, ainda antes da Segunda Guerra Mundial, na década de 1930, a Academia das Ciências da União Soviética (AH CCCP) foi elevada ao *status* de Ministério, o que a concedeu considerável grau de autonomia. Segundo John Gunther (1959. p. 285), tal fato colocou a AH CCCP como um dos órgãos mais influente de todo o país, atrás apenas do *Presidium*⁸ do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), e do Conselho de ministros.

Por necessidade econômica em um país essencialmente agrícola, as ciências da AH CCCP possuíam uma atenção particular às ciências do solo, com variados investimentos em pesquisa na área. Apesar disso, seguida de perto pela Biologia, a Física seguia sendo a principal das oito divisões que a Academia possuía, como não poderia deixar de ser diferente em um país com histórico de teóricos nas áreas de química e física, e que tinha no desenvolvimento da engenharia militar seu principal objetivo (GUNTHER, 1959. p. 287).

Apesar de todo o investimento e influência que possuía, a ‘paranoia’ stalinista atingia perigosos limites no mesmo período, e acabariam por podar parte da capacidade inventiva soviética, afetando, invariavelmente, esse órgão também. Se por um lado a AH CCCP possuía autonomia, por outra a estrutura da mesma estava elaborada para seguir as determinações do Estado, que entre 1936 e 1939 esteve focado no objetivo de Stálin em manter-se no poder, em um período de expurgos do líder comunista que seria nomeado de *Grande Terror*. Durante os expurgos

⁷ “the USSR ascribed to science a far greater political importance than did any other contemporary government, for both ideological and pragmatic reasons. As a result, Soviet scientists had a strong *de facto* influence on politics and, in return, experienced a stronger and more diverse spectrum of political pressures”.

⁸ O equivalente soviético ao Poder Executivo.

foi realizada uma “caça às bruxas” interna que levaria à prisão e execução de milhares de militares, cidadãos comuns e profissionais de vários meios por toda União e que, inevitavelmente, recairia sobre os cientistas da Academia também.

Os expurgos de Stálin visavam liquidar com as oposições burguesa (assim como a influência dos preceitos ocidentais no seio do pensamento soviético) e trotskista, visão política inspirada em Leon Trotsky, principal inimigo político de Stálin e que abordava esse como um traidor da Revolução de 1917. Apesar de seus objetivos, a repressão atingiu em sua maioria inocentes, pessoas que não realizavam oposição prática ao regime, enquanto buscava alcançar rivais políticos e líderes do partido com potencial para se tornarem ameaça. Também foram vítimas desse terror um imenso número de militares que, na concepção dos apoiadores do regime, poderiam levar a um golpe e apresentavam ameaça à integridade da nação. Sem coerência alguma, os expurgos atingiram de forma aleatória a sujeitos por toda a nação, independentemente de profissão, classe social ou posicionamento político, principalmente no campo das ciências, onde “as vítimas dos expurgos foram escolhidas mais seletivamente, como se fosse ao acaso, e era difícil de antecipar quem se tornaria vítima e quem seria poupado” (KOJEVNIKOV, 2011. p. 11).

Antes de qualquer coisa, vale lembrar que esses expurgos não foram exclusividade de Stálin ou da antiga União Soviética, mas fruto do seu tempo. Na década de 1930, enquanto a polícia secreta soviética apreendia de forma aleatória a suas mentes mais capazes, o III Reich alemão realizava apreensões bastante direcionadas, retirando de seus cargos e enviando a campos de concentração, trabalho forçado e, na década de 1940, campos de extermínio, a todo e qualquer judeu, cigano ou demais minorias não aceitas ou consideradas inferiores pela ideologia ariana do Nacional-Socialismo. Nem mesmo os Estados Unidos e seu discurso de “terra da liberdade e democracia” escaparam de expurgos. Na América, assim como no oriente, o foco era eliminar a ameaça ao regime instaurado, e nesse caso o inimigo estava personificado pelo “perigo vermelho” do comunismo e de outros radicais. Em 1938, o Congresso americano já demonstrava preocupação com esses “inimigos da liberdade”, e testes de fidelidade e atestados de ideologia passaram a ser cobrados de cidadãos estadunidenses mesmo quando da efetivação em qualquer cargo ou emprego, o que se tornaria ainda mais sério quando

novas leis federais expandiram o escopo do teste de lealdade. O Hatch Act, de 1939, impedia o governo de contratar membros de organizações comunistas, nazistas ou fascistas, e o Smith Act, de 1940, proibiu a defesa direta pela

derrubada do governo por força de violência por membros de qualquer grupo que endossasse tais ações⁹ (BEYLER; KOJEVNIKOV; WANG, 2005. p. 38).

Não é nem preciso dizer que, como na URSS, milhares de inocentes foram punidos, principalmente em áreas relacionadas à arte e ciências, devido a uma ‘paranoia’ *macarthista*, um delírio social patrocinado pelo Estado que via comunistas ocupando todos os espaços da sociedade. Qualquer sujeito que apresentasse alguma crítica ao cenário político estadunidense estaria sob risco de sanções, que afetaram também a liberais e grupos contrários a participação em guerras.

Retornando à União Soviética, outra forma de expurgo foi voltada àqueles cientistas que ficaram conhecidos como os *cosmopolitas*, pensadores que defendiam a troca de informações entre cientistas soviéticos e ocidentais, como forma de ampliar o conhecimento científico e não impor barreiras ao conhecimento. Na visão ultranacionalista do fechado regime stalinista, estes eram “amantes do ocidente”, um risco para a segurança nacional, e perigosos por não terem lealdade à nação, de forma que acabariam por passar informações privilegiadas às potências capitalistas (BEYLER; KOJEVNIKOV; WANG, 2005. p. 36).

Entre os exemplos mais conhecidos das vítimas do terror de Stalin está o que Alexei Kojevnikov acompanha: a trajetória de Lev Landau, um dos mais renomados físicos da história e ganhador do Prêmio Nobel de física de 1962. Se, em vários casos, inocentes foram acusados e condenados a penas duríssimas e descabidas, por correlações ideológicas inexistentes, no caso de Landau a polícia secreta o acertou em cheio ao considerá-lo inimigo do Estado stalinista. O mesmo era, com toda a certeza, um defensor do comunismo revolucionário, porém, como adepto das teses de Leon Trotsky, via em Stálin um câncer para a revolução, um traidor do proletariado, e por isso o odiava. Landau foi preso em 1938, quando o terror começava a diminuir, e apesar de ter confessado ter cometido sabotagem, teve sua vida poupada, provavelmente devido à sua importância elevada como cientista. Landau ficaria na prisão por apenas um ano, uma vez que a experiência do cientista com a superfluidez do Hélio (que lhe renderia o Nobel mais tarde) o tornava em uma peça essencial da físico-química local e seus projetos em desenvolvimento. Assim, Landau fora libertado, embora seguisse monitorado pela polícia secreta, e se manteria na ativa até o ano de 1953, quando Stálin morreu. Sentindo-se seguro, o teórico pôde se aposentar (KOJEVNIKOV, 2011).

⁹ “new federal laws expanded the scope of loyalty testing. The 1939 Hatch Act barred the government from hiring members of Communist, Nazi or Fascist organizations, and the 1940 Smith Act prohibited direct advocacy of the overthrow of the government by force of violence or membership in any group that endorsed such action”.

Igual sorte não teve Sergei Pavlovich Korolev, a secreta grande mente pensadora da aeronáutica e engenheiro-chefe das primeiras e mais importantes expedições espaciais soviéticas. No ano de 1938 ele foi preso em casa, sob os olhares ansiosos de esposa e filha, sendo levado em seguida para os porões da NKVD, sob a acusação de ter sabotado um foguete V-2 (sua própria recriação), com a intenção de impedir o progresso da tecnologia balística soviética. O irônico é que, o foguete que Korolev foi acusado de destruir, segue intacto ainda hoje no quartel-general da agência espacial soviética/russa (CADBURY, 2007. p. 79).

Jamais tendo traído a sua pátria e grande fã de Joseph Stálin, Korolev seria condenado a 10 anos de prisão no sistema Gulag, no pior de todos os campos de trabalho forçado do país, em *Kolyma*, no Ártico, onde cerca de dois em cada três prisioneiros faleciam antes de cumprir sua pena. Korolev cumpriu três anos de trabalhos forçados, sempre acreditando que Stálin viria para salvá-lo e que a sua prisão fora fruto de um erro de avaliação da polícia soviética. Em *Kolyma* ele passou fome, sofreu torturas e teve a mandíbula quebrada por administradores do campo em ao menos três oportunidades. Com a saúde altamente debilitada e contando com amigos no partido, Korolev foi transferido para próximo de Kazan, onde passou a trabalhar na engenharia de foguetes de combustível líquido até ser, finalmente, perdoado por Stálin pelos “crimes” que nunca cometeu (IDEM, 2007. p. 79-93).

Foi durante o período de vida de Korolev que houve o principal salto tecnológico da engenharia e da ciência soviética. Durante a Segunda Guerra Mundial, todos os esforços do país foram no sentido de suportar e repelir os ataques nazistas, com a existência de sua sociedade dependendo disso. Foi então que, junto ao desespero da guerra, tecnologias revolucionárias foram desenvolvidas ou aprimoradas naquele país, tais como o rádio, a utilização dos raios-X, a radioatividade e a aviação, principalmente através do *design* de suas aeronaves de guerra, as mais avançadas do planeta para o período.

A tecnologia bélica da URSS durante a Segunda Guerra Mundial teve diversos destaques. Enquanto os alemães lançavam mísseis balísticos de longo alcance, atirando foguetes projetados por Werner von Braun de Peenemünde até Londres (CADBURY, 2007. p. 3-16), a tecnologia balística russa dava seus primeiros passos com o lançador múltiplo de foguetes, conhecido como *Katyusha*, sendo uma das principais armas utilizadas pelo exército vermelho em combate contra os nazistas. Lançado em julho de 1941 sob a assinatura de Georgy Langemak (outra vítima dos expurgos stalinistas que havia sido perdoado de uma pena de morte em 1937), o *Katyusha*, também conhecido como “Órgão de Stálin” (McDOUGALL, 1997. p. 39), devido à sua aparência, já estreou

causando enormes estragos às forças alemãs e por isso recebeu incremento produtivo, passando a ser fabricado em larga escala por todo o período soviético. Essa tecnologia fora essencial durante a Batalha de Stalingrado, em outubro de 1942, quando uma bateria de *Katyushas* foi utilizada pela primeira vez em uma batalha urbana. *Katyusha* segue sendo utilizada ainda na atualidade pelas forças armadas da Federação Russa e de outros países.

Outro desenvolvimento tecnológico soviético durante o período da “grande guerra patriótica” que colaborou, e muito, para sua vitória e para a aeronáutica dos anos seguintes foi o *motor a jato*. Os aviões da classe *Yakolev Yak*, abriram o caminho para uma nova era da aviação e foram substituídos pelos ainda mais potentes aviões da classe *MiG* ao final do conflito. Fabricados pela *Mikoyan-Gurevich*, esses caças foram o grande trunfo da ciência militar soviética do período.¹⁰ A *Mikoyan* segue produzindo caças a jato e vendendo para vários países, prova do sucesso da empreitada científica comunista do período, uma vez que muitas das tecnologias desenvolvidas na época seguem sendo utilizadas na atualidade, mais de meio século depois.

Passado o período das agressões nazistas, e com o fim do terror interno das repressões stalinistas, deixou-se de cobrar a filiação ao PCUS para ser membro da AH CCCP, embora os mais importantes acadêmicos seguissem leais ao regime, e a Academia manteve sua “velha tradição de autonomia” (GUNTHER, 1959. p. 288). Apesar disso, pode-se afirmar que, na realidade, a ciência e a sociedade que se desenvolveram na União Soviética pós-guerras mundiais não mais seguiam os princípios que a Revolução estabelecera em 1917. Uma mudança administrativa e até mesmo de discurso, que colocava a revolução como encerrada e o *status* de socialismo científico já alcançado, acabou por colocar o país em um cenário onde

o desenvolvimento e a expansão não mais pretendiam uma reforma radical da estrutura da sociedade existente, mas ao contrário, sua intenção era preservar e reforçar a que já tinha sido formada. [Não havia mais as] tendências igualitárias e coletivistas anteriores (KOJEVNIKOV, 2011. p. 13).

Dessa forma, as tecnologias administrativas, militares e científicas não correspondiam mais a uma proposta verdadeiramente socialista. Esta visão faria da União Soviética apenas mais um império tentando manter e ampliar a sua área de influência. Sem dúvida o contexto e a estrutura de seguridade social desse país o diferenciavam dos demais países capitalistas ocidentais, porém sua falta de combatividade na defesa do socialismo tal qual proposto por Marx no século XIX e Lênin no início do XX, nos impede de chama-lo de Estado fiel aos preceitos de seus teóricos. Ainda

¹⁰ Os 10 melhores caças da segunda guerra mundial., 2014. Disponível em <http://www.instigatorium.com/os-10-melhores-cacas-da-segunda-guerra-mundial>. Acesso em 04 dez. 2019.

assim, já que houve uma clara alteração dos objetivos da União como país e de seu envolvimento com a tecnologia,

na medida em que estes objetivos se relacionam com a tecnologia, eles emergem claramente daquilo que se manteve deficiente na prática do primeiro período, a saber, compromisso com a igualdade social e com a saúde ecológica. Uma tecnologia socialista, então, é aquela que se baseia nestes dois requisitos, ambos favorecidos por uma abordagem mais coletiva da produção e do consumo (WALLIS, 2001. p. 141).

Entretanto, há autores que apresentam outra visão com relação às mudanças do país e justificam o novo posicionamento soviético frente às potências capitalistas e seu investimento massivo em questões tecnológicas. Em um momento no qual a URSS dava maior relevância ao desenvolvimento de novos armamentos que ao melhoramento de maquinário que libertasse o trabalhador de parte da força de trabalho o que, conseqüentemente, melhoraria sua qualidade de vida, é Reis Filho quem defende a necessidade estrutural desse posicionamento. Diferentemente de outros autores que apresentam as políticas soviéticas do pós-guerra, principalmente no que tange à política externa em seu relacionamento com os países ocidentais, ele afirma, mesmo diante das normativas antirrevolucionárias direcionadas aos partidos comunistas dos países europeus, que na realidade

a URSS não abdicava do triunfo do socialismo, considerado inevitável historicamente. Mas os caminhos nesta direção seriam menos lineares. O socialismo, segundo as novas orientações, iria demonstrar sua superioridade em todos os níveis [...] eles [os capitalistas] seriam vencidos, mas estariam tão enfraquecidos que não seria difícil sua neutralização. De preferência com um mínimo de derramamento de sangue (REIS FILHO, 2000. p. 20-21).

Algumas técnicas eram desenvolvidas pelos soviéticos com o objetivo de garantir a sonhada superioridade em todos os aspectos possíveis. Entre elas estava o desenvolvimento de tecnologia atômica para a geração de energia, tirando dessa o monopólio exercido para fins militares. A URSS já havia produzido seu primeiro artefato nuclear em 1949, e alcançara os EUA na tecnologia da bomba de hidrogênio em 1953, equiparando a capacidade de destruição dos dois países.

Fugindo um pouco das estratégias bélicas, no final dos anos 1950 os soviéticos começaram a se destacar como pioneiros da engenharia nuclear para bens pacíficos com a criação da primeira usina experimental de geração de energia atômica, em Obninsk. Apesar de pequena, gerando energia para apenas poucos vilarejos, esse era o primeiro passo que a humanidade dava para utilizar da energia nuclear para um fim que não o da destruição. Para lidar, em pequenas escalas, com a radioatividade em projetos experimentais, até mesmo a robótica passava a ser desenvolvida pelos

cientistas soviéticos, com a criação de um “homem mecânico” que exercia, através do controle de um operador a distância, todo trabalho que, de outra forma, seria fatal a um Ser-humano (GUNTHER, 1959. p. 289-290).

Com novos investimentos em tecnologia militar e em defesa, com valores aplicados que superavam em muito os correspondentes em países ocidentais avançados, a URSS entrou numa nova fase em contexto internacional, onde seus inventos e descobertas deixam para trás aqueles que o ocidente projeta, gerando um período de supremacia em que

a URSS surpreendia e fascinava o mundo com seus avanços tecnológicos, materializados no controle das mais modernas e destrutivas bombas (atômica e hidrogênio), e, sobretudo, com a liderança que tomava na corrida espacial, lançando o primeiro satélite de comunicação (O Sputnik), o primeiro homem ao espaço (Y. Gagarin), a primeira sonda à Lua (REIS FILHO, 2000. p. 22-23).

E é justamente nessa ciência, a cosmonáutica, que os soviéticos se destacariam. Com parte do conhecimento oriundo das experiências nazistas com o lançamento de foguetes e com a genialidade de Sergei Korolev, os comunistas tirariam os pés da humanidade do solo terrestre e dariam os primeiros passos rumo à conquista do espaço. Na visão de jornalista estadunidense de John Gunther, a explicação para o sucesso da empreitada científica soviética é que “os russos naturalmente podem gastar dinheiro com essa espantosa desenvoltura porque privam cruelmente suas populações dos benefícios materiais e conservam baixo seu nível de vida” (GUNTHER, 1959. p. 294).

Ainda assim, sem a pompa dos feitos estadunidenses, silenciosamente os foguetes lançados do Cazaquistão ganhariam os céus e colocariam o primeiro satélite artificial em órbita. Uma variedade de feitos pioneiros soviéticos se daria nos anos seguintes, até que ao final da década de 1960 os Estados Unidos tomassem a dianteira da corrida espacial, finalmente superando, após intenso investimento de capital, a década de supremacia e propaganda soviética no espaço-sidereal.

Ao cosmos, camaradas: a cosmonáutica soviética e o pós-guerras

Com o final da Segunda Guerra Mundial e a derrota dos nazistas, a União Soviética pôde concentrar-se novamente na reconstrução do país que tanto sofrera com inúmeras guerras em seus primeiros 30 anos de existência. A partir de 1945, em meio a tantos progressos, a principal tecnologia soviética que desponta de forma assombrosa para o restante do mundo é a dos lançamentos de foguetes.

Até então, os foguetes alemães de médio alcance eram o máximo que a humanidade tinha alcançado, e uma vez que os Estados Unidos tiveram, em um primeiro momento do pós-guerra,

menor interesse no desenvolvimento da tecnologia, uma vez que poderiam entregar ogivas nucleares em território soviético partindo de bases militares em países aliados nas proximidades dos grandes centros urbanos comunistas, a União Soviética tomou a dianteira e, em uma década, fez dessa sua principal arma política e propaganda ideológica a respeito do potencial da nação e do socialismo. O sucesso soviético foi tão grande que “Especialistas como o Dr. Edward Teller, criador da bomba de hidrogênio, declararam que talvez precisemos [os estadunidenses] de dez anos para emparelhar com os russos” (GUNTHER, 1959. p. 305). Assim, se levarmos em conta tanto os primórdios do desenvolvimento dessa técnica, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, quanto o tempo passado entre as bem-sucedidas primeiras empreitadas soviéticas (em 1957) e a chegada dos estadunidenses à lua (em 1969), podemos considerar que os soviéticos tiveram vinte anos de supremacia astronáutica/cosmonáutica diante do restante do planeta, ainda que, com altos investimentos e forte propaganda, os Estados Unidos diminuíssem a diferença dia-a-dia.

O ímpeto russo para se chegar ao espaço é mais antigo do que parece. Antes de mais nada vale lembrar que a Rússia, ainda em seus tempos imperiais, já possuía uma forte tendência imaginativa com relação à cosmonáutica. Uma filosofia voltada para o espaço e uma série de experimentos com pequenos modelos de foguetes já vinham sendo realizadas desde a virada do século XIX para o XX. O exemplo mais famoso de trabalhos com relação ao envio de sondas espaciais parte de Konstantin Tsiolkovsky (1857-1935), que em 1903 (ou seja, antes mesmo da invenção do avião) lançou um estudo matemático intitulado “A exploração do espaço cósmico por meio de dispositivos de reação”, mas que recebeu pouca atenção do governo czarista por conta de sua complexidade. Tal situação mudou com a Revolução de 1917, uma vez que o apreço do socialismo pela tecnologia, como parte integrante da visão marxista de “marcha da história”, levou os bolcheviques a prestarem maior atenção e suporte ao potencial técnico-científico dessa filosofia que ficou conhecida como *cosmismo*, e que ligava a natureza humana à existência do cosmos (Космос). Assim, com o novo regime, outros pensadores além de Tsiolkolsky, que o partido transformaria em pai da cosmonáutica, passaram a receber atenção e a ficar conhecidos no meio científico da nova academia soviética (SIDDIQI, 2000. p. 2-3).

Entretanto, superado o antigo regime, com a consolidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a ascensão de Joseph Stálin ao cargo máximo do partido, os pensadores ligados ao cosmos, assim como tantos outros, também acabariam por se tornar vítimas do terror stalinista e do grande expurgo que a NKVD realizou. Como em outras áreas, os expurgos dizimaram com uma geração inteira de mentes criativas soviéticas.

Ainda antes desse nefasto terror, em 1933, foi criado o *Instituto de Pesquisa em Jato Propulsores* (RNII), responsável pelo lançamento dos primeiros foguetes soviéticos de propelentes líquidos, os *GIRD* (ГИРА), com sucesso moderado e que lhe renderam atenção por parte das autoridades militares e do partido. Seguindo e ampliando seu escopo de pesquisas, no ano de 1937 o RNII fora rebatizado com o nome de *Instituto de Pesquisa Científica N° 3* (NII-3), e as pesquisas com balística e mísseis foram inseridas em sua agenda, conforme as necessidades militares que surgiam à época. Todas as pesquisas desenvolvidas pelo NII-3 ficaram sob o comando do engenheiro e projetista de foguetes, Sergei Korolev. No mesmo período em que houve a mudança, já com os primeiros sinais da Segunda Guerra Mundial e da ameaça nazista aumentando (motivo que levou o NII-3 a ganhar um viés mais militar) o terror stalinista alcançou seu ápice e atingiu o instituto.¹¹ Na primavera daquele ano, um dos principais nomes do NII-3 e forte influência dentro do partido, Marshal Tukhachevskiy, foi preso pela NKVD sob suspeitas de “conspiração trotskista anti-soviética”, e mesmo sob protesto de outras lideranças intelectuais, foi morto poucos dias depois por ordem do próprio Stálin (SIDDIQI, 2000. p. 10).

Como já mencionamos, não demorou para que Korolev fosse, também ele, vítima do terror stalinista, em 1938. A desconfiança geral do líder soviético o levou a crer que o desenvolvimento da tecnologia balística seria uma ameaça ao regime, uma vez que os engenheiros poderiam utilizar dessa arma para ataques ao próprio território da União. Para Stálin, muitos dos cientistas e desenvolvedores de importantes tecnologias bélicas faziam parte de uma oposição conspiratória trotskista que visava um golpe de Estado para tirá-lo do poder. Esse posicionamento minou parte do potencial soviético, que poderia ter tido maior facilidade no embate com os nazistas durante a guerra, com menos baixas, e poderia ter desenvolvido alta tecnologia ainda antes, de forma que

se não tivessem ocorrido prisões, nós [os cientistas soviéticos] poderíamos ter alcançado um nível técnico bastante elevado já no final dos anos 30. Como resultado das repressões nas forças armadas e na comunidade científica, o desenvolvimento do lançamento de foguetes parou nos foguetes de pólvora, e apenas quando os líderes aprenderam sobre os foguetes “V”, Stálin se interessou pelo lançamento de foguetes¹² (PASTUKHOVA Apud SIDDIQI, 2000. p. 27).

Os mencionados foguetes da classe V eram criações alemãs para ataques a distância, utilizados durante a Segunda Guerra Mundial. O principal deles, os foguetes V2, criações do

¹¹ History of the Rocket Research Institute, RNII, 2019. Disponível em: <http://www.russianspaceweb.com/rnii.html>. Acesso em 04 dez. 2019.

¹² “If there were no arrests, we would have reached a very high technical level as early as the late thirties. As a result of repressions in the army and scientific community, the development of our rocketry had stopped at powder rockets, and only when leaders learned about the ‘V’ rockets, Stalin took an interest in rocketry”.

engenheiro nazista posteriormente convertido aos interesses estadunidenses, Werner von Braun, possuíam alcance médio, e foram utilizados pelos alemães para os ataques à Londres e outras cidades a média distância. Seu funcionamento era baseado em uma estrutura de múltiplos estágios, com seções que carregavam o combustível necessário ao lançamento e o explosivo na ponta, com as seções anteriores sendo expelidas conforme o projétil atingia altura/distância.

Enquanto os alemães desenvolviam essas e outras mortais armas de guerra jamais vistas antes, a sorte começava a mudar para a cosmonáutica soviética que estava em frangalhos devido às prisões aleatórias da NKVD, que estava, à época, sob o comando de Nikolai Yezhov. A principal mente da projeção de foguetes da URSS quase morrera de fome, escorbuto e outras doenças infecciosas enquanto se mantinha no campo de trabalho siberiano de Kolyma, o mais mortífero do sistema Gulag, tendo sobrevivido devido ao pouco que ainda restava de sua influência, e que lhe conferia pequenos cuidados especiais. Apesar disso, Korolev foi severamente torturado e sofreu uma série de espancamentos, ficando com sua vida no limite diversas vezes.

Em 1938 o comandante e líder da NKVD que ordenara a prisão de Korolev e de outros milhares de inocentes, Nikolai Yezhov, foi ele próprio considerado culpado de conspiração contra a pátria por Stálin, sendo substituído por Lavrenti Beria, que apesar de ser conhecido por ter ordenado a morte de dezenas de milhares de pessoas durante os expurgos, foi, desde o início, simpático a Korolev. Após sua assunção, a sentença do engenheiro foi reduzida e convertida de trabalho forçado em Kolyma para uma prisão do tipo Sharashka, onde cientistas desenvolviam trabalho de pesquisa experimental, ainda dentro do sistema Gulag. Ali Korolev seria mantido até 1945, quando obteve o perdão pessoal parcial de Stálin e ainda foi promovido a tenente-coronel do exército vermelho. O perdão completo e a admissão por parte do Estado de que sua prisão foi um erro veio apenas após a morte do ditador georgiano, já em 1956 (CADBURY, 2007. p.84-90).

Após sua libertação, Sergei Korolev, ainda que secretamente, foi indicado como engenheiro-chefe para realizar a engenharia reversa nos foguetes V2 espoliados da Alemanha nazista após a Segunda Guerra Mundial. Von Braun e sua equipe principal de cientistas coligaram-se com o lado estadunidense, levando a maior parte do conhecimento balístico consigo. Von Braun e seus colegas, muitos dos quais seus subordinados, preferiram negociar com os EUA a cair em mãos soviéticas, onde poderiam ser mortos por serem membros do partido nazista. Assim, apenas alguns materiais, em sua maior parte abandonados, e engenheiros de segundo escalão da Alemanha ficaram ao alcance dos soviéticos (McDOUGAL, 1997. p. 45). Engenheiros e materiais que somente foram recrutados e/ou apreendidos após a equipe de Korolev vasculhar o território

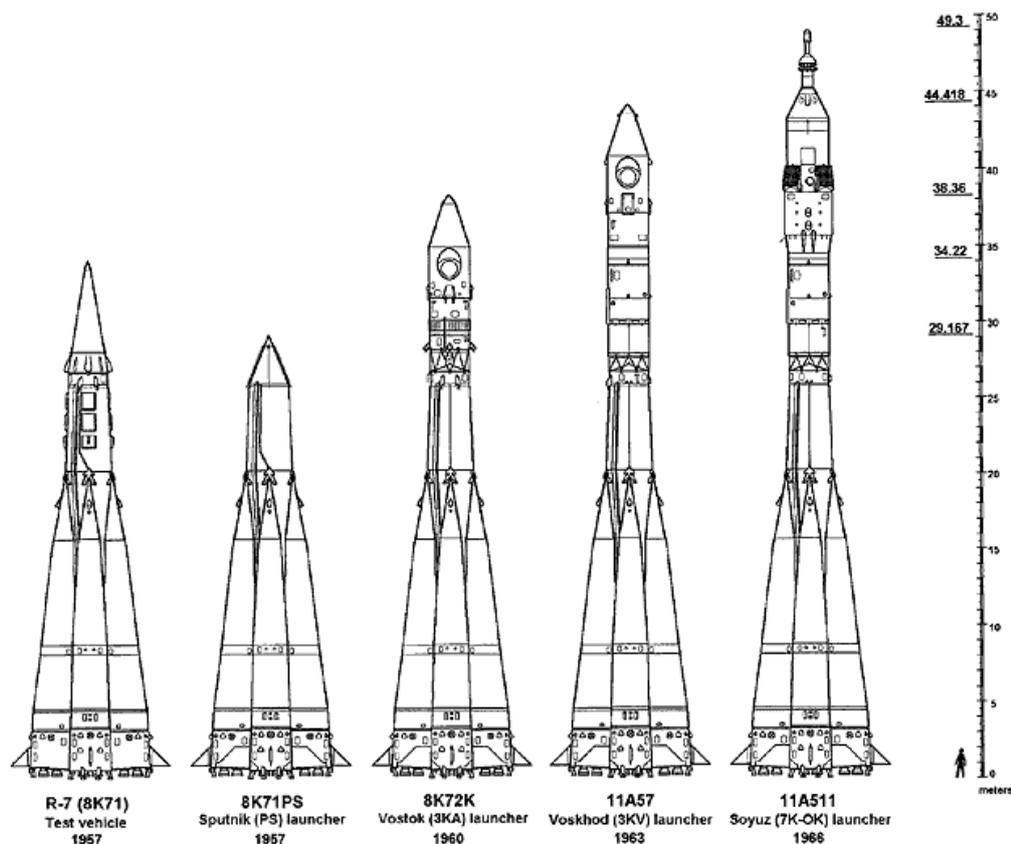
alemão ocupado pelo Exército Vermelho em busca de documentos e especialistas que explicassem o funcionamento dessa tecnologia. A ausência de engenheiros mais competentes entre aqueles recrutados dificultava o trabalho russo para produzir armamento similar ao dos nazistas, por isso demoraria um tempo maior para nivelar as tecnologias.

A partir de então, igualar e superar a tecnologia de Von Braun se tornou o principal objetivo militar da URSS, principalmente após agosto de 1949, quando finalmente o país testou com sucesso uma explosão nuclear em solo cazaque, empatando com os EUA na produção da arma mais destrutiva do mundo até então. Agora, restava apenas desenvolver a revolucionária forma de entregar a ogiva do outro lado do Pacífico, em solo estadunidense, caso se fizesse necessário.

Foi com genialidade e enorme esforço que Korolev e sua equipe de engenheiros soviéticos e alemães obtiveram sucesso na recriação dos mísseis balísticos criados por Von Braun. Após os primeiros testes, com o míssil de curto alcance soviético, o R-1, o engenheiro russo não se sentiu confiante na capacidade de lançamento da tecnologia alemã mimetizada, e tentou convencer as autoridades de que não seria com essa tecnologia nazista que a União Soviética chegaria ao objetivo final de criar mísseis intercontinentais, e que seria necessário desenvolver um outro *design* para obtê-lo, o que foi prontamente recusado por Stálin.

Após a morte de Joseph Stálin, que ainda acreditava no potencial da tecnologia alemã, houve uma severa alteração da estrutura administrativa do país quando ocorreu a ascensão de Nikita Krushev a Secretário Geral, o cargo principal do partido. Dentro da política de *desestalinização* do país prontamente iniciada, muitos dos antigos líderes e subalternos de Stálin foram alijados de seus cargos, alguns dos quais condenados a penas mais duras, como é o caso do salvador de Korolev, o líder da NKVD, Lavrenti Beria, que foi condenado à morte devido às atrocidades que cometera enquanto encarregado da polícia secreta, durante o governo Stálin. Com as mudanças, a própria estrutura militar sofreu alterações e, mais aberto ao diálogo, o novo líder soviético deu ouvidos aos apelos de Sergei Korolev com relação ao abandono da técnica de Von Braun e início dos trabalhos em um novo projeto autônomo. Assim, com autorização do partido, Korolev passou a desenvolver uma nova geração de foguetes, conhecido como família R, com foguetes laterais auxiliares acoplados (ver Imagem 1), levemente inclinados ao centro do foguete central. Esses seriam desacoplados após o projétil atingir determinada altura, sendo úteis enquanto possuíam combustível e livrando o projétil de seu peso quando não se fizessem mais necessários.

Figura 1 - Veículos soviéticos de lançamento espacial



Disponível em: https://socialepistemologydotcom.files.wordpress.com/2014/12/rus_2.png.

A partir de 1953, após o desenvolvimento da bomba de hidrogênio soviética por Vyacheslav Malyshev, mais pesada que a bomba atômica, Korolev foi pressionado a criar um foguete que suportasse um peso de 5 toneladas (ao contrário das 3 toneladas da bomba atômica), e recebeu verba e apoio logístico para a ampliação de seu projeto. Uma base de lançamentos de foguetes foi criada próximo a Stalingrado, junto ao mar de Aral, sob a supervisão do engenheiro-chefe dos foguetes R-7. *Kapustin Yar* demorou seis meses para ser construída, e de lá partiriam os primeiros voos dos foguetes da família R.

Aproveitando-se do investimento na construção da tão necessária base, Korolev solicita, em reunião com o próprio Nikita Krushev, para que a tecnologia dos foguetes seja utilizada para um objetivo mais nobre que apenas o militar, mas para enviar satélites artificiais ao espaço. Os satélites poderiam captar informações sobre a atmosfera e beneficiar os conhecimentos humanos sobre o planeta em que vivemos. Para convencer de vez o líder soviético, Korolev também defendeu que os satélites poderiam servir como espões aéreos, como olhos russos nos céus, dando uma vantagem estratégica à URSS diante dos demais países. Krushev concordou com o projeto, desde que o mesmo não afetasse o objetivo principal, o de construção de mísseis intercontinentais

para defesa contra ameaças estadunidenses (CADBURY, 2007. p. 147-152). A partir de então, com a engenharia reversa e sem a emergência latente de uma ameaça militar estrangeira, todos os caminhos da indústria e da ciência de foguetes da União Soviética levaram ao objetivo de colocar a humanidade em uma nova era, tal qual propunha Tsiolkovsky e que era sonho de Korolev desde sua infância.

Concluída essa difícil etapa, de exímia importância para se enviar um foguete ao espaço, inicia-se, no ano de 1956, os preparativos para o lançamento do primeiro satélite artificial da história, então conhecido como “Objeto D”. Seu nome seria singelo, Sputnik, “satélite” em russo, e se pretendia que o mesmo chegasse ao espaço sideral antes que os Estados Unidos enviassem um corpo terrestre até lá primeiro. Há pouco a ONU havia aprovado a criação do Ano Geofísico Internacional, celebrado em 1957 e voltado para os estudos dos fenômenos da Terra, e em razão desse evento, aquele ano seria perfeito para o envio do Sputnik aos céus. A celebração dos 40 anos da Revolução Russa e da chegada dos Bolcheviques ao poder seria outro estímulo para a empreitada. Iniciou-se uma corrida contra o tempo para enviar o satélite ao espaço.

Em 1º de junho de 1957, em conferência relacionada ao Ano Geofísico Internacional, em Washington, Alexander Nemeyanov, presidente da AH CCCP, informou que a União Soviética estava na iminência de enviar ao espaço a primeira lua artificial da história, que realizaria um voo relativamente baixo, pela parte superior da atmosfera, com o objetivo de captar informações úteis à compreensão dos fenômenos atmosféricos (GUNTHER, 1959. p. 288).

Obviamente o ocidente não acreditou na “ficção” que os soviéticos afirmavam estar prestes a realizar, sem saber que tal lançamento estava mais próximo que se podia imaginar. Por conta dos antagonismos e das primeiras intrigas da Guerra Fria, o lançamento de foguetes balísticos estava diretamente relacionado à defesa e às necessidades militares da URSS, de forma que, ao menos em questões orçamentárias, a prioridade era para o desenvolvimento de foguetes balísticos intercontinentais que pudessem levar ogivas ao território estadunidense em caso de uma guerra direta entre as duas nações, e não de colocar um satélite artificial no espaço.

Enquanto os soviéticos davam aporte à essa tecnologia revolucionária, os Estados Unidos

não tinham nenhuma razão para o desenvolvimento de mísseis intercontinentais. Disponham do monopólio das armas atômicas e, com seus bombardeiros instalados em bases ao redor da URSS, estavam aptos a transportar as bombas, volumosas e pesadas, a qualquer ponto do território soviético (MOURÃO, 1992. p. 103).

Essa diferença em focos tecnológicos explica de forma bastante coerente a desconfiança estadunidense quanto ao anúncio de Nemeyanov, uma vez que, dentro da soberba que a *Era de Ouro* do capitalismo dos Estados Unidos vivia, se eles não possuíam tal tecnologia, ninguém a tinha.

Apesar da falta de prioridade, a equipe de Von Braun realizava testes com foguetes da classe Júpiter que alcançavam alturas bastante elevadas, e pouco faltava para colocar um satélite estadunidense em órbita, o que só não ocorreu pois a permissão do Estado-Maior para seu lançamento não veio, uma vez que o Secretário da Defesa, Charles Wilson, proibiu o desenvolvimento de armamento com alcance superior a 200 milhas, ainda em 1956 (CADBURY, 2007. p. 153-154). Enquanto isso, os soviéticos não apenas não mediam esforços para aumentar a capacidade de seus foguetes, como anunciavam ao mundo sua intenção de chegar ao espaço sideral em breve. Em maio de 1957 foi realizado o primeiro teste com o foguete R-7 com pouco mais de 30 metros e com 400 toneladas de combustível. Seu lançamento acabou terminando em fracasso, uma vez que um dos quatro foguetes auxiliares fracassara, desgovernando o projétil.

O sucesso no lançamento só veio em 21 de agosto, após anos de testes e desenvolvimento do novo projeto, quando a sétima geração de foguetes criados pela equipe de Korolev, o R-7, alcançaria o *status* de primeiro foguete balístico intercontinental capaz de viajar até 8.800 km de distância (CADBURY, 2007. p. 131-141; MOURÃO, 1992. p. 104), dando não apenas a capacidade que a URSS tanto almejava de ataque direto aos Estados Unidos, mas também finalmente permitia que a humanidade lançasse projéteis à altura suficiente para vencer a gravidade e chegar ao espaço. A União Soviética estava pronta para finalmente enviar o Sputnik ao espaço (CADBURY, 2007. p. 155-161).

Agora, o foco dos soviéticos estava centrado nos esforços de uma equipe multidisciplinar formada para realizar a dura tarefa de compactar equipamentos de análise cósmica, densidade atmosférica, raios ultravioleta e detectores do campo magnético da Terra em um objeto que coubesse em tamanho e peso no topo do R-7 de Korolev. Quando terminado, o pequeno satélite Sputnik era um objeto de formato esférico com 58,5 centímetros de diâmetro e 83,6 kg e com quatro antenas acopladas para emissão de sinal de rádio (SIDDIQI, 2000. p. 162-164).

Com medo de que os Estados Unidos enviassem o primeiro satélite ao espaço antes, Korolev marcou o lançamento de seu próximo R-7 para o dia 4 de outubro de 1957. Ele e sua equipe passaram dias preparando o terreno para o lançamento. No dia 3 de outubro, com o foguete

já posicionado, autoridades começaram a chegar ao centro de lançamento, deixando a atmosfera bastante tensa. Com tudo preparado, iniciou-se a contagem regressiva,

Os segundos contaram a zero, e Nosov deu o comando da ignição. Chekunoy imediatamente apertou o botão de lançamento. Exatamente às 2228 horas e 34 segundos, horário de Moscou, os motores acionaram, e o propulsor de 272,830 quilogramas deslizou para cima pela plataforma, em uma chama de luz e fumaça. [...] embora o foguete tenha subido com graça, houve problemas. [...] uma turbina falhou [...] Resultando na separação do motor principal um segundo antes do momento planejado. A separação do estágio central, no entanto, ocorreu com sucesso a T+324.5 segundos, e os foguetes propulsores de 83,6 quilogramas caíram com sucesso em uma trajetória elíptica em queda livre. O primeiro objeto feito pelo homem entrou em órbita da Terra. Uma nova era tinha iniciado¹³ (SIDDIQI, 2000. p. 167)

Com o satélite fora de vista e o sucesso do lançamento, restava saber se a pequena e histórica esfera de metal também lograra êxito. Passado algum tempo, todos no centro de lançamento centraram sua atenção no rádio, aguardando para ouvir, pela primeira vez, a música das estrelas que confirmaria que Sputnik orbitava a Terra. A estação de rádio foi então acionada, e após alguns instantes, todas as testemunhas do lançamento ouviram em alto e bom som um “*beep, beep, beep*” vindo de sua criação em órbita planetária. Eles foram os primeiros a ouvir aquela prova da engenhosidade humana, mas pelos próximos 21 dias, o planeta inteiro seria testemunha do progresso da ciência socialista.

Com medo de que os estadunidenses pudessem atentar contra a vida do grande mentor do maior feito, até então, da história da humanidade, o governo soviético seguiu camuflando e escondendo o nome de Sergei Korolev como o grande projetista que era. No dia seguinte, quando a rádio Moscou anunciou o lançamento do Sputnik, apresentou o feito como realizado por uma equipe multidisciplinar que contava com nomes como o Professor Kapitsa (físico), Landau (químico), Igor Kurtchatov (físico), V.I. Veksler (físico), Dubno, M.V. Chuleikin (físico) e L.I. Mandelchtam (físico) (GUNTHER, 1959. p. 303 e 304), sem a menor menção ao gênio por trás da empreitada. Korolev só seria reconhecido publicamente pelo seu engenho após a sua morte, em

¹³ “the seconds counted to zero, and Nosov shouted the command of liftoff. Chekunov immediately pressed the launch button. At exactly 2228 hours, 34 seconds, Moscow time, the engines ignited, and the 272,830-kilogram booster lifted off the pad in a blaze of light and smoke. [...] although the rocket lifted off gracefully, there were problems. [...] A turbine failure [...] resulted in main engine cutoff one second prior to the planned moment. Separation from the core stage, however, occurred successfully at T+324.5 seconds, and the 83,6-kilogram PS-I [foguetes propulsores] successfully fell into a free-fall elliptical trajectory. The first human-made object had entered orbit around the Earth. A new era had begun”.

1966, quando Moscou recebeu seu corpo em um velório que contou com mais de um milhão de pessoas, a fim de finalmente conhecer seu grande e misterioso herói (CADBURY, 2007. p. 296).

O mundo esteve em choque naqueles dias diante do lançamento do Sputnik. Todos os jornais do planeta e os líderes mundiais não falavam em outro assunto. Como se celebrava o Ano Internacional Geofísico, uma série de reuniões com lideranças e cientistas de todo o planeta se encontravam para abordar o tema. Na ONU, os líderes soviéticos exultavam diante de seu grande feito de engenharia, e convidavam, de forma sutilmente provocativa, que os outros viessem conhecer o espaço sideral, localidade que já começava a ficar familiar aos comunistas. Em uma dessas reuniões da ONU o líder soviético, Nikita Kruschev, disse: “Nossos satélites estão girando em torno da terra e esperam que os satélites americanos e de outros países juntem-se a eles e fundem uma comunidade de sputniks” (GUNTHER, 1959. p. 302), já projetando um futuro que começava a se desenhar.

Foi assim que, quarenta anos após os trabalhadores russos se rebelarem contra a fome e a guerra e terem passado pelo desespero de uma invasão nazista e três décadas de ditadura stalinista, o ideal socialista soube que nem mesmo o céu era o limite, e o mundo, estupefato, observou a outrora atrasada Rússia e o desacreditado regime comunista lançar o Sputnik I, abordada nos jornais brasileiros da seguinte maneira: “O satélite artificial é a maior vitória da ciência humana até os nossos dias” (CORREIO DO POVO, 1957, p. 1).

Conclusões

Longo foi o caminho percorrido pela Rússia soviética desde a Revolução, em novembro de 1917 e o lançamento do Sputnik I, em outubro de 1957. A União Soviética sofreu com uma variedade de guerras civis até a consolidação do país, para então sofrer com mais uma devastadora guerra, a Grande Guerra Patriótica, como intitulam a Segunda Guerra Mundial, que arruinou as áreas mais férteis de seu vasto terreno e ceifou mais de 20 milhões de vidas.

Apenas doze anos se passaram desde que esse conflito ocorreu quando a União Soviética finalmente mostrou ao mundo o potencial de sua engenharia, causando verdadeiro *frisson*. A reconstrução do país ocorreu em tempo recorde, como nenhum país, principalmente isolado do mundo, fizera antes, e enquanto trabalhava nisso, realizava o maior feito de engenharia da história. Com isso o regime comunista dava mostras de superioridade frente ao capitalismo ocidental, que apesar de gozar do seu auge econômico, via o rival realizar um feito que jamais imaginaram que eles fossem capazes de alcançar.

O país sofreu milhões de baixas pela fome, infringida principalmente pelas potências ocidentais que criticam ainda hoje sua forma de governo, e que invadiram seu território durante a fase de consolidação do país. A URSS ainda tivera um líder que, embora carismático, tomou decisões políticas que acabaram por liquidar com parte da intelectualidade e da mão de obra de seu país. Alguns argumentam que a mão de ferro de Stálin fora um mal necessário, e que o país só sobrevivera aos conturbados anos de guerra e pós ela devido ao seu caráter autoritário, enquanto que outros culpam o líder georgiano pela alta perda de vidas, uma vez que os expurgos ceifaram a vida de parte importante da *intelligentsia* do país. Apesar disso, a Rússia e as outras catorze repúblicas da nação superaram os desafios, sobreviveram e conquistaram o espaço sideral.

Fato é que a ciência soviética foi vítima de todos esses males que assolaram o país também, e ainda assim conseguiu alcançar feitos até então impensáveis. Os envios do Sputnik I e da Laika para o espaço em 1957, assim como da Luna 1 para a Lua, em 1959, e de Iuri Gagarin ao espaço, em 1961, são testemunhos do caráter inventivo dos cientistas soviéticos e o caráter batalhador, senão bélico, do povo daquele país, em especial do grande engenheiro por trás de todos esses feitos, Sergei Pavlovitch Korolev, o herói sem nome.

Não fosse o empenho de toda uma geração e de uma estrutura governamental centralizada, que permitia a uma cúpula tomar decisões concernentes a todos, a União Soviética não teria sobrevivido até o ano de 1991, quando suas contradições internas a levaram ao seu fim, quando essa se encontrava firme e consolidada. A ciência e todo o desenvolvimento tecnológico que o país tivera, durante todos esses anos, serviu para tornar seu sistema mais competitivo frente ao capitalismo ocidental e aumentasse a sua produção industrial, permitindo que mesmo isolada do mundo e com poucos aliados, o primeiro Estado proletário da história resistisse firme.

Embora a dificuldade que a historiografia encontra em explicar o sucesso da empreitada soviética rumo ao espaço, principalmente devido ao obscuro cenário de um regime totalitário como foi a URSS stalinista, esperamos, com esse trabalho, contribuir para a compreensão em língua portuguesa desse contraditório período histórico, e ter demonstrado que há muito mais por trás dessa história de superação da ciência soviética, desde a sobrevivência dos atores envolvidos dentro de um período conturbado para aquele país, até a própria sobrevivência da União Soviética como nação, e que o lançamento do Sputnik foi uma das formas encontradas pelo regime soviético para mostrar ao mundo todo que eles existiam, estavam ali, permaneceriam por um bom tempo e que possuíam tecnologia o suficiente para responder a qualquer ameaça.

Referências Bibliográficas:

- BEYLER, Richard; KOJEVNIKOV, Alexei; WANG, Jessica. Purges in Comparative Perspective: Rules for Exclusion and Inclusion in the Scientific Community under Political Pressure. In: **Osiris** – The History of Science Society. pp. 23-48. Chicago: 2005.
- CADBURY, Deborah. **Space Race: The Epic Battle Between America and the Soviet Union for Dominion of Space**. New York: Harper Perennial, 2007.
- CORREIO DO POVO. Porto Alegre: Grupo Caldas Júnior, 06 out. 1957, p. 1.
- GUNTHER, John. **A Rússia por dentro**. Porto Alegre: Editôra Globo, 1959.
- KOJEVNIKOV, Alexei. A grande ciência de Stalin: tempos e aventuras de físicos soviéticos no exemplo da biografia de Lev Landau. In: **Revista Brasileira de História da Ciência**. pp. 6-15. Rio de Janeiro, v.4, n.1. Jan-Jun., 2011.
- KOJEVNIKOV, Alexei. The Great War, the Russian Civil War, and the Invention of Big Science. In: **Science in Context**, 15(2). pp. 239-275. Londres: Cambridge University Press, 2002.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Centauro Editora, 2007.
- McDOUGAL, Walter A. - **The Heavens and the Earth: A Political History of the Space Age**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1997.
- MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. 35 Anos de Corrida Espacial. In: **Revista Geográfica Universal**, n° 214, Outubro de 1992.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **O Século XX: O tempo das crises, revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SANDLE, Mark. **A Short History of Soviet Socialism**. London: UCL Press, 1999.
- SANTOS JUNIOR, Roberto Lopes dos. Análise histórica da evolução e desenvolvimento dos campos da Ciência e da Tecnologia na antiga União Soviética e Rússia (1917-2010). **Revista Brasileira de História da Ciência**. pp. 279-295. Rio de Janeiro, v.5, n.2, Jul-Dez, 2012.
- SIDDIQI, Asif Azam. **Challenge to Apollo: The Soviet Union and the Space Race, 1945-1974**. NASA, 2000.
- WALLIS, Victor. “Progresso” ou progresso? Definindo uma tecnologia socialista. In: **Crítica Marxista**, n° 12. Pp. 133-146. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.

Estudos históricos do presente: um diálogo entre colonialismo e colonialidade¹

Historical studies of the present: a dialogue between colonialism and coloniality

Arthur Harder Reis

Graduando em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

arthurharder55@gmail.com

Recebido em: 15/10/2019

Aprovado em: 10/01/2020

Resumo: O presente artigo objetiva subsidiar novos estudos acerca do período colonial brasileiro e do pensamento decolonial a partir de uma associação entre colonialismo e colonialidade. Para tanto, recorro como referencial do colonialismo o livro *Formação do Brasil contemporâneo* de Prado Júnior. Quanto à colonialidade, em sua variedade, utilizo Quijano, Mignolo, Sousa Santos e outros autores que abordam a financeirização da vida e o atual momento do neoliberalismo. Como aporte historiográfico, o conceito de passado prático provém das considerações de Arthur Ávila e Hayden White. Concluo que a colonialidade e o colonialismo possuem diversas conexões, ilustradas pela desumanização da vida, e que, portanto, como fortalecimento teórico os estudos do giro decolonial devem, antes de naturalizar o “colonial” como categoria dada, historicizar o presente e recorrer ao passado prático a fim de potencializar seus estudos e ampliar as possibilidades epistêmicas, metodológicas e teóricas, engendrando também consequências internas à História disciplinada.

Palavras-chave: Passado prático; Colonialismo; Colonialidade.

Abstract: The present article aims to subsidize new studies about the Brazilian colonial period and the decolonial thinking through an association of colonialism and coloniality. For such, I resort as a referential to colonialism the work *Formação do Brasil Contemporâneo* by Prado Júnior. As for coloniality in its variety, I utilize Quijano, Mignolo, Sousa Santos and other authors that address the financialization of life and the current moment of neoliberalism. As historiographic contributions, the concept of practical past comes from the considerations of Arthur Ávila and Hayden White. I conclude that the coloniality and colonialism hold several connections illustrated by the dehumanization of life, and that, therefore, as a theoretical strengthening, the studies of the decolonial turn must problematize the "colonial" as a given category, historicize the present and resort to the practical past in order to potentialize their studies and amplify epistemic, methodological and theoretical possibilities, also engendering internal consequences to disciplined History.

¹ Deixo aqui meus agradecimentos aos pareceristas anônimos pelos pertinentes comentários e valiosas sugestões ao texto.

Keywords: Practical past; Colonialism; Coloniality.

Aplicada de manera específica a la experiencia histórica latinoamericana, la perspectiva eurocéntrica de conocimiento opera como un espejo que distorsiona lo que refleja. Es decir, la imagen que encontramos en ese espejo no es del todo quimérica, ya que poseemos tantos y tan importantes rasgos históricos europeos en tantos aspectos, materiales e intersubjetivos. Pero, al mismo tiempo, somos tan profundamente distintos. De ahí que cuando miramos a nuestro espejo eurocéntrico, la imagen que vemos sea necesariamente parcial y distorsionada. Aquí la tragedia es que todos hemos sido conducidos, sabiéndolo o no, queriéndolo o no, a ver y aceptar aquella imagen como nuestra y como perteneciente a nosotros solamente.

De esa manera seguimos siendo lo que no somos. Y como resultado no podemos nunca identificar nuestros verdaderos problemas, mucho menos resolverlos, a no ser de una manera parcial y distorsionada. (QUIJANO, 2019, p.282)

Em *As veias*, o passado sempre aparece convocado pelo presente, como memória viva de nosso tempo. Este livro é uma busca de chaves da história passada que contribuem para explorar o tempo presente, que também faz história, a partir do princípio de que a primeira condição para mudar a realidade é conhecê-la. Não se oferece aqui um catálogo de heróis vestidos como para um baile de máscaras e que ao morrer pronunciam frases solenes compridíssimas, mas sim indaga o som e as pegadas dos passos multitudinários que pressentem nossos passos agora. (Galeano 2018, p.371)

Introdução

O presente ensaio tem por objetivo tecer reflexões acerca do “colonial”, presente tanto nos estudos pós-coloniais e/ou decoloniais. O disparador da discussão aqui empreendida foi o questionamento *Introducción: pensar lo colonial* (2018), de Mario Rufer, Laura Catteli e Alejandro de Oto, introdução à Revista *Tabula Rasa* (n. 29), cujo dossiê - convocado por esses autores – se pautava na seguinte questão: “¿Qué es lo colonial en los estudios poscoloniales y en el giro decolonial?” (2018, p.11)²

² Questionam, aprofundando esta questão, o que seria o colonial enquanto categoria de análise. A reflexão sobre este conceito e sua praticidade não como termo dado, mas como algo construído também no nível do discurso. Todavia, esta é uma questão, por excelência, difusa. Vê-se que “lo cierto es que comprobamos que había costado mucho leer lo que sugeríamos como disparador: una reflexión sobre la categoría de ‘lo colonial’, y el campo que la construye y mantiene en circulación” (2018, p. 14), afirmam Rufer, Catteli e de Oto - talvez os textos que esperassem se assemelhava com que Joan Scott fez em 1985.

Não objetivo, todavia, responder esta questão de modo categórico ou normativo,³ mas antes realizar um exercício de aproximação entre o colonialismo⁴ e a colonialidade.⁵ Uma genealogia que implicaria certa linearidade entre a colonialidade e o colonialismo foi eliminada em razão das limitações deste ensaio, cuja ênfase é apontar a importância e as possibilidades entre o “passado prático” (WHITE, 2018), os estudos históricos do presente e a pesquisa histórica em uma perspectiva decolonial;⁶ e, portanto, não traçar sistematicamente estas conexões. Por fim, reflito sobre os deslocamentos do fazer historiográfico no marco da perspectiva decolonial.

Esclarecendo o debate

Nesta esteira, Verdesio (2018) assinala a importância do fator econômico no processo de colonização e, a um tempo, critica a ausência desse fator em muitas investigações que abusam do termo “colonial”.⁷ O apagamento e a distância dos estudos coloniais aos estudos pós-coloniais e decoloniais⁸ significa um enfraquecimento teórico, decorrente da falta de reflexão destinada

³ Faço das claras palavras de Benito Schmidt (2019, p. 35), quanto aos meus objetivos, as minhas: “Ressalto que não tenho a pretensão de oferecer conclusões prontas e acabadas. Objetivo, sim, delinear um programa coletivo de investigação e incentivar os e as colegas a também se preocuparem com essa pauta, tanto elegendo, para as suas pesquisas, objetos a ela relacionados[...]”.

⁴ O período sob administração colonial direta, Prado Júnior esboça esse quadro em *Formação do Brasil contemporâneo*. Trata-se do “período colonial” já consagrado pela historiografia tradicional, porém entendido aqui a partir da referida análise caiopradiana e de Fernando Novais (2019). Mais sobre o termo, e outros conceitos-chaves dos estudos pós-coloniais, ver: Ashcroft, Griffiths e Tiffin (2007).

⁵ Colonialidade os processos que ocorrem na contemporaneidade, de manutenção da dominação política, econômica, social e epistêmica. Um “novo padrão de poder mundial” erigido a partir do colonialismo (QUIJANO, 2010, 2019). Mais sobre o assunto, ver o propeidético artigo de Maldonado-Torres (2019).

⁶ Notamos a importância desta perspectiva no seguinte excerto do Grupo de Estudios sobre Colonialidad (2012, p.15), vê-se que, quanto às possibilidades de investigações históricas: “A pesar de los intentos de algunos autores por historizar algunas de las nociones teóricas y por visualizar cómo los ‘diseños globales’ de la colonialidad tienen consecuencias en las ‘historias locales’, las investigaciones históricas siguen siendo escasas. Darle continuidad a las mismas permitirá penetrar y comprender de manera cada vez más adecuada las dinámicas y las reconfiguraciones temporales de la colonialidad a lo largo de su particular historicidad”.

⁷ Ballestrin, contudo, afirma que “Já a desconsideração dos aspectos econômicos em detrimento dos aspectos culturais não pode ser afirmada, uma vez que a própria noção de colonialidade está assentada na denúncia ao capitalismo e que a produção passada e presente de muitos dos seus autores carregam as influências de teorias preocupadas com a exploração/opressão econômica – libertação, dependência, “sistema-mundo” (2013, p. 111). Não me interessa aqui a discussão se, de fato, o aspecto econômico está em primeiro ou segundo plano, mas sim a evidência deste fator como central para as tentativas de interpretação do colonial brasileiro e de nossa modernidade; e ganha ainda mais peso pela opção a Caio Prado Júnior e seu referencial marxista. Ademais, Galeano em 1970, assim como Prado Júnior (2004, 1987), apontava a permanência do aparato colonial econômico sobre roupagens outras e seu forte poder de opressão e inferiorização da população nativa em função dos interesses econômicos - ponto chave para a compreensão do *continuum* colonialismo-colonialidade. Para uma discussão acerca da dicotomia entre cultura x economia, e a necessidade superá-la ver Grosfoguel (2010, p. 469-479).

⁸ Para uma discussão panorâmica sobre tais correntes, ver: Grupo de Estudios sobre Colonialidad (2012).

(paradoxalmente?) ao *colonial*; entende-se, portanto, que uma naturalização deste termo deve ser evitada.

Proponho, portanto, que o colonial seja uma categoria de análise⁹ que se vincule de modo direto com uma realidade específica (do presente e do passado) a ser estudada, e, neste sentido, possa contribuir para a interpretação de fenômenos da modernidade/colonialidade. Um movimento de aproximações e reflexões, continuidades e rupturas, uma análise que contemple o colonialismo e a colonialidade. Algo como estudos históricos do presente.

No entanto, não significa uma interpretação genealógica ou teleológica, mas antes, uma complexa “temporalidade palimpséstica” e uma totalidade histórico-social que, articulada pelo aspecto econômico, o transcende e não atua de forma unilinear ou como um organismo sistemático e orgânico; por excelência não é uma totalidade fechada em si: se desenvolve de modo próprio a partir da *colonialidade do poder*. Neste movimento, as considerações de Ávila (2018a, 2018b e 2018c) e White (2018) fornecem um aporte historiográfico fundamental, ao passo que a relação presente-passado ocorre a partir da indagação crítica ao passado para (re)pensar o presente.

Deve-se ressaltar que optamos por uma perspectiva de teor econômico, porém enfatizando as devidas ressalvas, do colonialismo, haja vista a opção por *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* e as considerações de Verdesio já mencionadas - além disso, o aspecto econômico em *As veias abertas da América Latina* de Eduardo Galeano (2018) permeia esta reflexão.

Ademais, enfatizo que não busco aqui uma investigação empírica sobre o período colonial em si. Mas antes subsidiar e incentivar reflexões que contemplem o colonialismo e a colonialidade, uma vez que comumente as investigações decoloniais “esqueçam” o colonialismo substancialmente, e as próprias investigações coloniais possam adquirir novos rumos.¹⁰

Algumas considerações acerca do colonialismo brasileiro

⁹ Entende-se o sentido de categoria de análise no presente texto, a partir da abordagem de cada problemática considerando a marca colonial em dado objeto de estudo – neste caso, a partir de *Formação do Brasil contemporâneo*, a marca colonial na contemporaneidade, relacional aos estudos decoloniais, reside na importância central aos aspectos econômicos em detrimento, direto ou indireto, de determinadas vidas humanas. A categoria de análise em questão opera reconhecendo, por óbvio, a diferença colonial.

¹⁰ Um caminho possível seria problematizar a ideia do “índio” e de “raça” notando como estes aspectos foram construções fundamentais e imprescindíveis à dominação colonialista, conforme Quijano (2019, p. 261). Conferindo-lhes, portanto, maior relevo nas páginas sobre o período colonial. Até enriquecendo, por exemplo, a discussão, presente em Novais (2019, p. 124), sobre a “preferência” ao escravizado africano.

Luciana Ballestrin (2013) suscita uma importante questão em *América Latina e o giro decolonial*, após revisar e elencar pontos, em linhas gerais, sobre o pós-colonialismo e o decolonialismo, ao final afirma que:

Entretanto, uma questão importante que não povoa o imaginário pós-colonial e decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade é a discussão sobre e com o Brasil. Esse é um ponto problemático, já que a colonização portuguesa – a mais duradoura empreitada colonial europeia – trouxe especificidades ao caso brasileiro em relação ao resto da América. O Brasil aparece quase como uma realidade apartada da realidade latino-americana. É significativo o fato de não haver um(a) pesquisador(a) brasileiro(a) associado ao grupo, assim como nenhum cientista político – brasileiro ou não. Também o grupo foi atingido pelo “complexo de Colombo” (Melman, 2000). Assim, ele privilegia a análise da América hispânica em detrimento da portuguesa e chama pouca atenção aos processos de colonialidade e subimperialismo dentro do continente, à exceção dos Estados Unidos. (BALLESTRIN, 2013, p.111)

Pensar a especificidade brasileira, portanto, é a um tempo desafiador e fértil, haja vista a pouca quantidade de trabalhos nesta área sob uma perspectiva assumidamente decolonial. A partir de *Formação do Brasil Contemporâneo*, busco pensar, sumariamente, o colonialismo brasileiro e sua relação com os processos da modernidade, estes por sua vez não desconectados ou independentes da colonialidade - em suas diferentes faces (SANTOS, 2019; QUIJANO, 2010, 2019; MIGNOLO, 2003).

Caio Prado Júnior buscou no livro em questão meios para entender o Brasil e, assim, novas possibilidades para um futuro construído a partir da realidade brasileira (FERREIRA, 2008; LIMA, 2008, KAYSEL, 2012).¹¹ Se pensar este autor como um pioneiro de um processo de decolonização possa constituir incompatibilidade teórica,¹² decerto sua proposta preza uma

¹¹ Nota-se a percepção da continuidade de traços coloniais, “Eis aí a grande questão com que se preocupa Caio Prado Júnior, a partir da qual ele delimita seu objeto de estudo: a presença marcante do passado colonial em todas as dimensões (geográfica, econômica, social e política) do Brasil-nação de 1942, visto como ‘um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas, que não tomou forma’ (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 11). Daí a necessidade identificada pelo autor de mergulhar nos três séculos de colonização em que se constituíram os fundamentos de nossa nacionalidade, para colher dados indispensáveis à compreensão do Brasil contemporâneo” (LIMA, 2008, p. 118).

¹² Prado Júnior parte de uma releitura do marxismo à luz da realidade brasileira, antes de uma, propriamente, empreitada decolonial. Contudo, seu valor é significativo ao passo que sua obra forma um importante arcabouço para uma análise concreta do colonialismo brasileiro sob uma perspectiva econômica. Sua concepção marxista permite seu uso de forma flexível, preocupa-se mais com a utilidade e adequação prática-teórica e menos com uma análise apriorística e inócua, vê-se que: “É nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. *Método de interpretação*, e não receituário de fatos, dogmas, enquadramento da revolução histórica dentro de esquemas abstratos preestabelecidos” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 19, grifo do original). A escolha por Prado Júnior não foi ao acaso, deve-se a sua intensa produção intelectual sobre o colonialismo e a incansável busca no passado de meios de entender criticamente o presente.

reconfiguração do Brasil a partir do Brasil.¹³ Considerando sua marca colonial, em que pese, sobretudo, o aspecto econômico formativo do país, o “sentido da colonização” para a gênese da modernidade/colonialidade - a saber, no que aqui exploro, a desumanização da vida.

Nos lembra Verdesio (2018, p.99-100) que:

Para explicar mejor mi sugerencia, pasemos primero a señalar otro de los puntos débiles de buena parte de los trabajos de la opción decolonial: a pesar de que lo colonial aparece en el propio nombre de esa corriente de pensamiento, rara vez es parte importante de los trabajos que se producen en su marco. Es paradójico que una corriente fundada y liderada por uno de los grandes promotores del modo de producción conocido como estudios coloniales casi nunca ofrezca estudios concretos donde lo colonial propiamente dicho sea parte de la investigación. Parecería que esse pasado colonial se diera por supuesto, que fuera visto como algo dado, como algo que todo el mundo conoce y sobre lo cual ya no es necesario hablar. Pero esa actitud puede llevar a una serie de errores de apreciación de los legados coloniales que siguen vigentes hoy, pues no todos provienen de las mismas situaciones coloniales.¹⁴

Se os aspectos discursivos, culturais, da construção e manutenção de imaginários coletivos, da forma de ser e saber, das ausências e construções nos/dos arquivos, e afins, considerando a marca colonial e a partir dela, no caso da América Latina já foram abordados significativamente, quanto ao Brasil ainda carecem de mais estudos.¹⁵ Veja-se entre Mariatégui e Prado Júnior (KEYSEL, 2012) a diferença entre as especificidades da América Portuguesa e Espanhola (em especial o Peru) e conseqüentemente do caso latino-americano, este último

¹³ Se buscarmos referenciais que contemplem, certo modo, o pensamento decolonial entre os intelectuais brasileiros, Manoel Bomfim, embora não nestes termos, no início do século XX pode configurar essa figura primária. Contudo, significativamente Darcy Ribeiro empreende estudos consistentes a partir deste ponto. Ver: Miglievich-Ribeiro e Romera (2018).

¹⁴ Verdesio (2018, p. 99-100) exemplifica logo em seguida: “Como ya he señalado en otros trabajos, cuando se trata de entender la vigencia de la matriz colonial en países como Uruguay (y en lugares como la Patagonia, que ocupa buena parte de los territorios de Chile y de la Argentina) a la luz de la versión inicial de la colonialidad del poder, fuertemente inspirada en el colonialismo que tuvo lugar en la zona andina, es muy probable que surjan cortocircuitos interpretativos, pues lo que ocurrió en esos otros territorios tiene mucho más que ver con el colonialismo de settlers que con la explotación a través de instituciones como la encomienda y el repartimiento (Verdesio, 2017, 2012). Es decir, tiene mucho más que ver con estrategias que privilegiaron el desplazamiento, exterminio y/o asimilación de los indígenas que con la explotación de vastas masas de indígenas que generan plusvalía para unos pocos europeos (Verdesio 2017, 2012)”.

¹⁵ Por exemplo, Ballestrín (2013) já assinalara a maior duração da empreitada portuguesa, Moya (2018, p. 40-47) contribui ao passo que aponta certas particularidades da experiência escravocrata brasileira (aproximando a da cubana) em relação às experiências dos demais países da colonização espanhola. Para não mencionar o já supracitado, por Ballestrín, “complexo de Colombo”.

apresentado, em maior ou menor grau, como uma unidade – que por sua vez, como afirma Ballestrin, exclui a América Portuguesa e, assim, o Brasil.¹⁶

Se na configuração do presente ensaio, como já dito, a ênfase constitui os aspectos econômicos, esquecer outros aspectos importantes que marcaram e constituíram o Brasil durante o período colonial (o colonialismo em vigência) e a “independência” adiante (a colonialidade em vigência) seria um sinal de incompletude.¹⁷ Todavia, destacamos outros aspectos importantes que, indubitavelmente, tornam a experiência brasileira mais inteligível. São eles o *verdeamarelismo* brasileiro conforme Chauí (2000) e a “inexperiência democrática” e o caráter recente “de pensar o Brasil a partir do Brasil” apontadas por Paulo Freire (2011) – estes, por sua vez, ocasionados pela forma de exploração econômica e de racialização, e outros processos, que o Brasil foi submetido (QUIJANO, 2019; PRADO JÚNIOR, 2011).

Chauí (2000) pensa o *verdeamarelismo* enquanto ideologia, responsável pela imagem do *brasileiro* na sua dimensão social, econômica, política e popular. Conforme a autora “o verdeamarelismo foi elaborado no curso dos anos pela classe dominante brasileira como imagem celebrativa do ‘país essencialmente agrário’ e sua construção coincide com o período em que o ‘princípio da nacionalidade’ era definido” (CHAUÍ, 2000, p.32).¹⁸ Se a dimensão econômica - essencialmente agrário - já fora assinalada, o *verdeamarelismo* continha, também, o princípio de uma sociedade pacífica, ordeira e colaborativa, integrada pela união e rica por seus recursos naturais. E assim se constituía o mito fundador do Brasil.

¹⁶ Entretanto, de modo essencialista é correto afirmar que o “sentido da colonização” americana, nos trópicos, é pautado pelo mesmo objetivo. Nos seus desdobramentos encontra feições e meios de se concretizar distintas, “a maneira pela qual Mariátegui demonstra como os cultivos da costa peruana derivam dos interesses dos mercados metropolitanos de Londres e Nova York tem fortes semelhanças com a noção caio-pradiana de ‘sentido da colonização’ como origem e dinâmica da grande exploração. Em ambos os casos se apontam como os interesses mercantis externos determinam o desenvolvimento de certas atividades produtivas, além de condicionarem sua estrutura, ritmos de ascensão e crise” (KEYSEL, 2012, p. 54).

¹⁷ Ferlani (2010, p. 39) aponta que: “O relevo dado ao caráter comercial da colonização do Brasil, embora correto, deixa em segundo plano outras motivações presentes na empreitada portuguesa da América”. Faço tal menção a título de assinalar outras abordagens possíveis que contemplem os estudos decoloniais e a mirada crítica ao passado.

¹⁸ Mais adiante a autora aborda algumas tentativas de romper com o *verdeamarelismo* e sua visão sobre o país, como o ISEB, o movimento modernista e outros. No entanto, ressalta que essa visão se mantém viva, obviamente não igual, mas preservando ainda traços importantes: o povo pacífico, ordeiro, a integração de uma nação forte “por natureza” e a riqueza da terra, em termos extrativistas, como “propulsor econômico”, veja-se as commodities (CHAUÍ, 2000, p. 31-45). Nota-se hodiernamente evidentes traços deste discurso, emblemática é a bancada ruralista, a saber: com expressiva representação. A última, certo modo, formatada de forma semelhante com as características da agricultura brasileira voltada ao comércio exterior expostas por Prado Júnior (2011) e reforçada com o “Ato Proibitório - alvará de 5 de janeiro de 1785” comentado por Novais (2019, p. 302-308).

Ainda, no campo mitológico e ideológico, “[...] o verdeamarelismo opera com uma dualidade ambígua. De fato, o Brasil de que se fala é, simultaneamente, um dado (é um dom de Deus e da Natureza) e algo por fazer (o Brasil desenvolvido [...])” (2000, p.42). Em seguida, Chauí afirma que o Brasil resulta “da ação de três agentes exteriores à sociedade brasileira”.¹⁹ Destaco o Estado que, mesmo após a República, manteve conservada sua imagem “de exterioridade e anterioridade”. Isto é dizer a manutenção do “mito fundador”, um país que mesmo após proclamada a República ou a recente redemocratização ainda preserve um Estado distante, exterior e quase que sobrenatural em relação às camadas pobres, trabalhadoras, iletradas e campesinas da população. Questão essa que não é de menor importância, Quijano (2010, p. 125), neste sentido afirma que:

a produção de um imaginário mitológico é um dos seus mecanismos mais característicos. A ‘naturalização’ das instituições e das categorias, que ordenam as relações de poder que foram impostas pelos vencedores/dominadores, tem sido, até agora, o seu procedimento específico.

Paulo Freire (2011, p.90-112) aborda um dos desdobramentos desta conformação subjetiva entre povo e Estado assentada em bases colonialistas, tal como expõe Chauí (2000). Trata-se da in experiência democrática brasileira, que antes de institucional é cultural. Próximo dos termos que pensa o educando, torna-se plenamente possível afirmar, em metáfora, que o Brasil foi um “país-objeto” em detrimento de um “país-sujeito” (FREIRE, 2018).²⁰ Marcado pela ausência do diálogo em favorecimento do paternalismo, da retirada deliberada do homem e da mulher comum da esfera pública (PRADO JÚNIOR, 2012), da inexistência de um autogoverno,

E seria sobre esta vasta in experiência caracterizada por uma mentalidade feudal, alimentando-nos de uma estrutura econômica e social inteiramente colonial, que inauguraríamos a tentativa de um estado formalmente democrático. (FREIRE, 2011, p.106)²¹

¹⁹ “Os dois primeiros [Deus e Natureza] não são só exteriores, mas também anteriores a ela; o terceiro, o Estado, tenderá a ser percebido com a mesma exterioridade e anterioridade que os outros dois, percepção que, aliás, não é descabida quando se leva em conta que essa imagem do Estado foi construída no período colonial e que a colônia teve sua existência legal determinada por ordenações do Estado metropolitano, exterior e anterior a ela” (CHAUÍ, 2000, p. 42).

²⁰ Se pode-se parecer que o país-sujeito ocorre em função da ausência de ações políticas dos brasileiros, deve-se ter em conta que justamente certas ações daqueles que detinham o poder político foram essenciais para essa colocação.

²¹ Quijano (2019, p. 289) acrescenta que: “En esos países, al comenzar la Independencia, principalmente aquellos que fueron demográfica y territorialmente extensos a principios del siglo XIX, aproximadamente poco más del 90% del total de la población estaba compuesta de negros, indios y mestizos. Sin embargo, en todos estos países, durante el proceso de organización de los nuevos Estados, a dichas razas les fue negada toda posible participación en las decisiones sobre la organización social y política”.

Ademais, seguindo a análise de Prado Júnior (2012) a ausência de participação popular - de parte significativa da população - é processo comum no período da administração colonial portuguesa e nos anos seguintes da Independência e do Império. Contudo, assim como salienta trata-se de um processo de exclusão e dominação sistemática a fim de, entre outros, evitar justamente a presença do homem e da mulher comum nas decisões políticas. Contribuindo, portanto, as diferentes formas de opressão, sobremaneira a exploração econômica. Nota-se em Chauí (2000) e Freire (2011), ainda que não nos seus pormenores, a gênese de um importante traço da colonialidade a partir da experiência colonial brasileira. O controle do poder político-estatal por parte ínfima da população, excluindo por aspectos econômicos e raciais, como não nos deixa esquecer Quijano (2019), a grande maioria da população; e que, por conseguinte, mitigaria os processos de “independência” e fortaleceria o “sentido da colonização” de Prado Júnior (2011).

Quanto ao pensar o Brasil sob a perspectiva brasileira, ponto essencial para uma perspectiva decolonial, Freire, em 1967, afirma que:

Até o ISEB, a consciência dos intelectuais brasileiros ou da grande maioria daqueles que pensavam e escreviam dentro do Brasil tinha como ponto de referência tanto para o seu pensar como para a própria avaliação do seu pensar a realidade do país como objeto do pensar europeu e depois norte-americano. Pensar o Brasil, de modo geral, era pensar sobre o Brasil de um ponto de vista não brasileiro. Julgava-se o desenvolvimento cultural do Brasil segundo critérios e perspectivas nos quais o país era necessariamente um elemento estrangeiro. É evidente que este era fundamentalmente um modo de pensar alienado. Daí a impossibilidade de um engajamento resultante deste pensar. O intelectual sofria de uma nostalgia. Vivia mais de uma realidade imaginária, que ele não podia transformar. [...] O ISEB, que refletia o clima de desalienação característico da fase de trânsito, era a negação desta negação, exercida em nome da necessidade de pensar o Brasil como realidade própria, como problema principal, como projeto. Pensar o Brasil como sujeito era assumir a realidade do Brasil como efetivamente era. Era identificar-se com o Brasil como Brasil. (FREIRE, 2011, p.129-130)

Caio Prado Júnior situa-se, nesse sentido, como uma importante possibilidade de pensar o Brasil. Se é verdade que utiliza a teoria marxista (europeia) para a realidade brasileira, assim o faz em uma tentativa de interpretação à realidade brasileira,²² é dizer que a compreensão do

²² “O legado deixado por Caio Prado Jr. e Mariátegui para o marxismo latino-americano é uma postura intelectual que prioriza não a fidelidade a determinados conceitos originais, mas a necessidade de compreender as particularidades da realidade social. Ambos partindo do marxismo de matriz comunista foram capazes de, ao priorizar o enraizamento nas condições concretas de seus países, romper seus estreitos limites. Assim, as obras

Brasil enquanto realidade própria, é ponto do pensamento deste autor. Além da fundamental - e nos lembra Verdesio (2018) um tanto ausente nos estudos decoloniais - compreensão da importância do fator econômico na empresa colonial. E, portanto, coerente aos objetivos do presente texto.

Uma ressalva necessária: a questão da totalidade histórico-social

Se tomarmos como pressuposto inicial de que o fator econômico seria por si só o aspecto explicativo de maior importância do colonialismo estaríamos, portanto, fadados à análises fragmentadas e que, inevitavelmente, apagariam outros tantos fatores de importância que ajudariam a interpretar o colonial e sua relação com a colonialidade; haja vista as diferentes formas de opressão que se cruzam, se confundem e são, ainda que ligadas, exteriores ao fato econômico e não plenamente compreendidas a partir de uma perspectiva monolítica econômica (GROSGOUEL, 2010). Ademais, tendo em vista os riscos interpretativos de compreensões orgânicas ou sistêmicas tratadas por Quijano (2010), o conceito de totalidade-histórico social contribui para expandir as considerações de Prado Júnior e inseri-las dentro de uma rede mais ampla, ainda tomando como válidas suas asserções.

Tomaremos como ponto de partida a concepção de Quijano (2010)²³ de totalidade histórico-social:

Uma totalidade histórico-social é um campo de relações sociais estruturado pela articulação heterogênea e descontínua de diversos meios de existência social, cada um deles por sua vez estruturado com elementos historicamente heterogêneos, descontínuos no tempo, conflituosos. Isso quer dizer que as partes um campo de relações sociais não são só partes. São-no em relação ao conjunto do campo, da totalidade que este constitui. Conseqüentemente, movem-se geralmente dentro da orientação geral do conjunto. Mas não o são na sua relação separada com cada uma das outras. E sobretudo cada uma delas é uma unidade total na sua própria configuração porque tem igualmente uma constituição historicamente heterogênea. Cada elemento de uma totalidade histórica é uma particularidade e, ao mesmo tempo, uma especificidade e, eventualmente, até uma singularidade. Todos eles se movem dentro da tendência geral do conjunto, mas têm ou podem ter uma autonomia relativa e que pode ser, ou chegar a ser, eventualmente conflituosa com a do conjunto.

desses dois autores representaram passos importantes para que o pensamento de Karl Marx, o qual nunca se preocupou com a América Latina, pudesse fazer sentido na região” (KEYSEL, 2012, p. 60).

²³ “À partida, é necessário reconhecer que todo fenómeno histórico-social consiste na expressão de uma relação social ou numa malha de relações sociais. Por isso, a sua explicação e o seu sentido não podem ser encontrados senão em relação a um campo de relações maior que o que lhe corresponde. Este campo de relações, em relação ao qual um determinado fenómeno pode ter explicação e sentido, é o que aqui se assume como conceito de totalidade histórico-social” (QUIJANO, 2010, p. 95).

Nisso reside também a moção de mudança histórico-social. (QUIJANO, 2010, p. 97-98)

Haja vista o pressuposto que permitirá a reflexão do colonial enquanto categoria de análise, deve-se entender que neste sentido, as múltiplas formas de opressão e dominação resultantes do processo colonial não são tão somente um todo-conjunto, constituem, portanto, elementos heterogêneos que articulados apresentam-se “descontínuos, e conflituosos numa estrutura comum, num determinado campo de relações, implica pois, requer, relações recíprocas, determinações múltiplas e heterogêneas” (QUIJANO, 2010, p.94). Escapando de interpretações economicistas ortodoxas que instrumentalizam, por exemplo o aspecto racial, outras formas de opressão como resultado de uma “opressão maior”, a saber a capitalista.

Os pontos de interesse nesta questão são: 1) o conceito de totalidade histórico-social é fundamental ao apontar a necessidade de interpretar “um todo”, por suas variáveis internas que escapam deste “todo-explicador”²⁴; 2) a *colonialidade do poder* permite apontar que dentro de um dado período histórico-social há nas relações sociais diferentes hierarquias de poder, organizadas por diferentes bases (raciais, de gênero, de sexualidade, classe, epistêmicas) que por vezes se cruzam ou operam de forma particular, logo, não atuando de modo unilinear ou unidirecional; não constitui estágios do capitalismo que cada sociedade está fadada a passar, torna-se um emaranhado de situações difusas e conexas.²⁵

Nesta esteira, Ella Shotah em entrevista a Santos e Schor (2013), afirma que:

Acho que um importante conceito é o de “temporalidades palimpsésticas”, que significa que o mesmo lugar nacional/transnacional pode ser simultaneamente colonial, pós-colonial e paracolonial. A relação com o povo

²⁴ Com efeito, o controle do Estado-nação nos processos de independência (suposto todo explicador) como forma de romper com o sistema-mundo e a divisão internacional do trabalho é falho: por ser reducionista, não contempla questões outras que constituem a colocação desse Estado-nação nesta posição subalterna, que transcendem a divisão internacional do trabalho. Ou seja: “Así, ambos elementos, raza y división del trabajo, quedaron estructuralmente asociados y reforzándose mutuamente, a pesar de que ninguno de los dos era necesariamente dependiente el uno del otro para existir o para cambiar” (QUIJANO, 2019, p. 263). Há, ademais, questões constituintes como a colonialidade do ser, do saber que, embora articuladas pela dominação econômica: “[...] movem-se geralmente dentro da orientação geral do conjunto. Mas não o são na sua relação separada com cada uma das outras. E sobretudo cada uma delas é uma unidade total na sua própria configuração porque tem igualmente uma constituição historicamente heterógena” (QUIJANO, 2010, p. 97-8). Ou seja, não é sobre negar ou hierarquizar as diferentes formas de colonialidade, mas antes entendê-las como peças integrantes de um conjunto, que, todavia, são específicas e singulares, importantes à compreensão em sua totalidade da modernidade/colonialidade.

²⁵ Por exemplo, Angela Davis (2016) descreve como o estupro às mulheres negras escravizadas ocorria como mecanismo de dominação e inferiorização, este processo, por sua vez, organiza-se de forma independente (ou seja, não diretamente necessária) da opressão capitalista, com uma lógica própria que opera em conjunto com a dominação racial e de gênero.

indígena na maior parte das Américas e em Estados de assentamentos coloniais como a Austrália é ainda fortemente colonial, uma história de despossessão que continua. Olhe o impacto da represa de Belo Monte sobre o povo indígena na Amazônia, ou de represas similares no Canadá e até na Índia, onde o desenvolvimentismo nacional vai contra os interesses dos povos indígenas. Então você tem a dimensão neocolonial com a hegemonia econômica dos EUA e do Norte Global, que lentamente define diante da “ascensão do Resto” (*rise of the Rest*). Agora o Brasil dá dinheiro ao FMI e Angola ajuda Portugal! Como Lula disse, “*c’est tres chic!*” Esse tipo de mudança econômica remodela a hegemonia. E então nós encontramos o “paracolonial” em fenômenos que existem tanto à parte como ao lado do colonial. (SANTOS e SCHOR, 2013, p.709)

Deparamo-nos com um tempo que mistura diferentes temporalidades (não unilinear, portanto), no entanto, não como algo separado de si, como se certos locais estivessem “parados no tempo” e outros “alcançado o progresso”. É dizer que estas diferentes realidades-temporais constituem um único-temporal, o da modernidade/colonialidade. Contudo, estaríamos diante de uma situação que não permite pensar alternativas e meios de escapar desta totalidade difusa e complexa?

De todos os modos, no entanto, para que uma estrutura histórica estruturalmente heterogênea tenha o movimento, o desenvolvimento, ou se se quiser o comportamento de uma totalidade histórica, não bastam tais modos de determinação recíproca e heterogênea entre os seus componentes. É indispensável que um (ou mais) entre eles tenha a primazia – no caso do capitalismo, o controle combinado do trabalho e da autoridade – mas não como determinação ou base de determinações no sentido do materialismo histórico, mas estritamente como eixo(s) de articulações do conjunto. (QUIJANO, 2010, p.94)

Deste modo, *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* e a rica contribuição de Fernando Novais (2019) ao tratar do “Sistema Colonial”²⁶, permitem iluminar, utilizando de ambos como elementos do colonial enquanto categoria de análise, o aspecto econômico do Brasil sob o colonialismo em si. Este eixo articulador, tratado por Quijano, no caso brasileiro a partir da obra de Caio Prado Júnior e Novais, passa, como veremos mais adiante, por um processo de “desumanização do humano” e “humanização do capital”, em função da “acumulação primitiva” - algo também próximo de Boaventura Santos (2019) e da imprescindível racialização apresentada por Quijano (2019).

²⁶ “[...] a *colonização* do Novo Mundo na Época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, *instrumento de acumulação primitiva* da época do capitalismo mercantil. [...] Completa-se, entretanto, a conotação do sentido profundo da colonização: *comercial e capitalista*, isto é, *elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno*” (NOVAIS, 2019, p. 87, grifo do original).

O colonialismo enquanto “desumanizador”

Já dizia Quijano (2010, p.93), refletindo sobre a primazia capitalista sobre o poder societal, e não negando sua importância,²⁷ que

sem dúvida que o caráter capitalista deste padrão de poder tem implicações decisivas sobre o caráter e sentido das relações intersubjetivas, das relações de autoridade e sobre as relações em torno do sexo e dos seus produtos. Mas, primeiro, só se se ignorar a heterogeneidade histórica dessas relações e do modo em que se ordenam em cada meio e entre eles, seria possível admitir a unilênica e a unidirecionalidade dessas implicações. E, segundo, neste momento do debate deveria ser óbvio que embora o atual modo de controlar o trabalho tenha implicações sobre, por exemplo, a intersubjetividade societal, sabemos do mesmo modo que para que se optasse pela forma capitalista de organizar e controlar o trabalho, foi sem dúvida necessária uma intersubjetividade que a tornasse possível e preferível.

Portanto, busco explorar, ainda que de forma incipiente e embrionária, este processo de intersubjetividade societal que para além de preferir o capitalismo, o faz de modo que a acumulação do capital ocorra, sem escrúpulos; se necessário a partir da inferiorização de determinadas vidas humanas.²⁸ O que, aliás, configura uma marca-em-comum das diferentes sociedades coloniais e relaciona-se diretamente com os processos de racialização e opressão por gênero - processos estes cujas raízes remontam ao colonialismo e que persistem no presente sob a forma da colonialidade.²⁹

As empreitadas coloniais, neocoloniais, imperialistas operam a partir desta lógica acumulativa e desumanizadora, conforme Césaire (2010, p.31) “nenhum contato humano, somente relações de dominação e de submissão que transforma o homem colonizador em vigilante [...] e ao homem nativo em instrumento de produção. Cabe-me agora levantar uma equação: colonização = coisificação”. Caio Prado Júnior aponta que quanto à colônia - “destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio

²⁷ “Em primeiro lugar, é verdade que a experiência do poder capitalista mundial, eurocentrado e colonial/moderno, mostra que é o controle do trabalho o fator supremo neste padrão de poder: este é, em primeiro lugar, capitalista” (QUIJANO, 2010, p. 93)

²⁸ Digno de nota é a seguinte questão: a desumanização de determinadas vidas humanas é, também, marca central para a exclusão de formas de conhecer distintas da “ocidentalocêntrica”, com efeito o “epistemicídio” (SANTOS, 2019, RIBEIRO, 2019) é resultado, neste sentido, da inferiorização do outro, da Alteridade – sendo, portanto, parte importante da estrutura de dominação. Ver também: Miglievich-Ribeiro (2016).

²⁹ Ver os efeitos deste processo de racialização gestado durante o colonialismo na modernidade/colonialidade em Sueli Carneiro (2011) e Abdias Nascimento (2016). E nos lembra Quijano (2019, p. 263) que: “La distribución racista del trabajo al interior del capitalismo colonial/moderno se mantuvo a lo largo de todo el período colonial”. Quanto ao gênero e colonialidade, Lugones (2008) apresenta o conceito “Sistema Moderno/Colonial de Gênero”, também as considerações de Maldonado-Torres (2019, p. 39-41).

européu” (2011, p.28) - a presença do aspecto econômico como guia das ações da empresa colonial possibilitou que o processo de formação brasileira origina-se de uma dinâmica social, cujas relações entre os diferentes grupos e classes, contatos entre as “raças”, ocupação territorial, relações de trabalho deram-se a partir da entidade, tão interior e exterior à realidade, da produção de gêneros para o comércio exterior: a base a qual se conformou o colonialismo. Neste sentido, segundo Novais (2019, p.76), “as colônias se deviam constituir em fator essencial do desenvolvimento econômico da metrópole” tornando-se, como se sabe, um instrumento (e tudo o que ali residia como “colonizado”) aos interesses das Metrôpoles.

Ou seja, somada ao *verdeamarelismo* e à distância das massas em qualquer representação expressivamente popular nas formas de governo, a “inexperiência democrática”³⁰ (CHAUI, 2000; FREIRE, 2011) contribuiu para formar uma nação cuja prioridade plena, por meio da agência das classes detentoras do poder econômico e político (PRADO JÚNIOR, 2012), fosse guiada por interesses econômicos. Este processo, menciono alguns exemplos mais adiante, ainda persiste na modernidade/colonialidade: a desumanização da vida gestada na empresa colonial é marca significativa das relações sociais contemporâneas - emblemática é a racialização realizada no colonialismo ao “negro” (QUIJANO, 2019) e a situação contemporânea desta população afetada por aquilo que Foucault conceitua como “biopoder”.³¹ Em termos de pesquisa histórica nota-se a potencialidade de explorar, para constata-la ou não, a *intersecção* (com rigor histórico e o “colonial” bem definido) entre colonialismo e o “outro lado” da modernidade: a colonialidade.

O hiato existente no presente texto entre estes períodos (sob administração colonial direta e o tempo presente) é, como já dito na introdução, deliberado, haja vista que necessitaria de extensa pesquisa e não caberia no que aqui proponho. Perceba-se, entretanto, que essa análise partiria de um referencial decolonial, ao pensar o Brasil considerando sua marca colonial (em *continuum*), combinaria o passado prático e os estudos históricos do presente, verificaria as situações de semelhança e diferenças, investigaria os processos que se deram neste período que permitiram sua continuidade (como o imperialismo e a imperealidade, ainda pouco trabalhados a partir deste marco), proporcionaria novas interpretações e locais de enunciação.

³⁰ Dentre as diferentes formas de negação da participação popular, o modo de governo brasileiro assentou-se a partir de bases autoritárias, paternalistas, ditatoriais, populistas: em suma, anti-democráticas.

³¹ “Essa estratégia Michel Foucault nomeou de biopoder, que permite ao Estado decidir quem deve morrer e quem deve viver. E o racismo seria, de acordo com Foucault, um elemento essencial para fazer essa escolha. É essa política de extermínio que cada vez mais de instala no Brasil, pelo Estado, com a conveniência de grande parte da sociedade”, conforme Sueli Carneiro (2011, p. 134).

Deste modo, exemplos de desumanização da vida, de parte da população, em função da importância conferida aos aspectos econômicos³² são abundantes. Durante o livro citado de Prado Júnior, existem diversos pontos que explicitam essa constante. Restrinjo-me a poucos exemplos que demonstram esse efeito do *sentido da colonização* já que “todos os capítulos começam e terminam voltando sempre ao sentido da colonização. Eles provam o sentido da colonização e o sentido da colonização os explica” (NOVAIS, 2011, p.414). Todavia, aos críticos do “Paradigma Pradiano”, como Fragoso e Florentino e a ideia do *Arcaísmo como Projeto*, deve-se ressaltar que tais considerações que visam ir contra o Sentido não o anulam e, tampouco, seu papel neste ensaio; uma vez que o fator desumanizante da colonização e sua motivação sobremaneira econômica mantém-se mesmo com tais formulações e, em uma análise profunda, ainda que com certas incompatibilidades empíricas, o Sentido é essencial à compreensão do colonialismo brasileiro (SOUZA, 2008).³³

Feita tal ressalva, voltemos aos exemplos, e evitando uma possível listagem *ad nauseam*, vejamos em especial os capítulos Povoamento, Grande lavoura, Agricultura de subsistência, Mineração e Administração.

Antes, faz-se necessário retomar o questionamento inicial, que permite pensar o colonial enquanto categoria de análise:

¿Hablamos de *modalidades de gestión y administración* de poblaciones que operan desde *jerarquías* más o menos estables *ligadas a la raza, al género, a la gestión del capitalismo en el período colonial y de la división internacional del trabajo después de las revoluciones industriales?* ¿Entonces *qué son esas modalidades coloniales y cuáles son sus mecanismos concretos de persistencia en cuerpos, lenguajes o signos?* (RUFER, CATELLI, DE OTO, 2018, p.14, grifo nosso)

E situá-lo em um contexto específico, fundamental para sua renovação e utilidade (DE OTO, 2018), que Ricupero (2011, p.429) após ter refletido sobre o Brasil contemporâneo afirma que:

Mesmo assim, *Formação do Brasil contemporâneo* continua a nos interpelar. Até por ainda serem frequentes situações em que trabalhadores são tratados como pouco mais que instrumentos de trabalho. Persiste, além disso, a exclusão de

³² Ávila (2018a, p. 23-27) discorre sobre este processo aliado a uma perspectiva historiográfica. Lander (2014) traça um amplo panorama que aborda diversas esferas da vida, em alguns casos nula, importância conferida (por governos, organizações multilaterais, grandes corporações...) à vida humana.

³³ Ademais, “no plano histórico mais propriamente dito, foi o capital escravista-mercantil - uma forma evanescente do capital - o elemento que, no período que vai dos descobrimentos até a abolição, realizou, em porções da América tropical, a negação concreta do Sentido da Colonização para enfim realizá-lo” (SOUZA, 2008, p. 200). Uma discussão panorâmica sobre este debate pode ser encontrada em Vitorino (2014).

boa parte da população do mercado de produção e consumo, perpetuando, de certa maneira, a condição de ‘desclassificados’. E até num setor de ponta, como o moderno *agrobusiness*³⁴, não é difícil encontrar ecos da grande exploração colonial. Numa outra perspectiva, um momento otimista do país, como o atual, é alimentado pela exportação de commodities, produtos primários que não nos deixam esquecer que o ‘sentido da colonização’ não está tão longe quanto poderíamos desejar.

E, mais adiante:

Em termos mais fortes, talvez se possa até apontar para um paradoxo: apesar de parte significativa do contexto intelectual e político que viu nascer o livro ter desaparecido, sua análise permanece relevante. Mais importante, Caio Prado Jr. continua a ter o que nos dizer, porque os problemas do Brasil que analisou ainda são, em grande parte, os problemas que enfrentamos. (RICUPERO, 2011, p.430)

Uma vez feitas essas considerações, isto é, esboçando suas permanências concretas em dado contexto específico, o primeiro dos casos ilustrativos refere-se ao capítulo Povoamento (p.33-55). Caio Prado Jr. aponta o(s) movimento(s) de povoamento do Brasil durante os três séculos em questão. Se as questões geográficas, certamente importantes para o povoamento, constituem um fator importante, outra categoria desempenha fator determinante. As possibilidades econômicas que dada região oferece aos colonos, que repetidamente lembrado pelo autor buscavam oportunidades de enriquecimento, influenciariam na ocupação de dada região. Para além de oportunidades de sobrevivência e vantagens de instalação que certa região possibilita, o que seria completamente natural, as possibilidades referidas exercem significativa influência. Se assim procede com a instalação das Grandes Lavouras, seu ápice situa-se na Mineração. O autor aponta como a descoberta de jazidas de ouro proporcionou um grande deslocamento, e, por conseguinte povoamento, de regiões como Minas Gerais, Goiás e Matogrosso.

Ao redor dos focos de mineração instalavam-se núcleos urbanos para suporte desta onda de ocupação do interior, ainda que rala e situada nessas regiões. Evidente, portanto, como o fator econômico é responsável por determinar certos focos (significativos) de ocupação do território e, mais ainda, ao lembrar que após a escassez de ouro para extração essas cidades desapareciam quase por completo, isto é, sua existência dava-se exclusivamente em função da

³⁴ Vale destacar que no intervalo de 8 anos (2011-2019) o famoso agronegócio que se refere Ricupero cresceu de forma contundente, adquirindo grande importância e influência na economia e política brasileira. O *verdeamarelismo* abordado mais acima a partir de Chauí (2000) e o já referido “Ato Proibitório” de 1785 ecoam no imaginário brasileiro.

atividade econômica. Neste sentido, este processo adquiriu tal relevo que Eduardo Galeano (2018, p.80-86) aponta a existência de cidades fantasmas que após o ciclo da mineração sucumbiam em esquecimento e esvaziamento, como Potosí na Bolívia e cidades em Minas Gerais no Brasil. Mais sensível, porém neste sentido, é o relato feito por Helena Morley (2016) em *Minha vida de menina* sobre a cidade de Ouro Preto. Neste ponto, pode-se observar o critério estabelecido para um movimento intenso de deslocamento e povoamento destas regiões;³⁵ a saber: a possibilidade de enriquecimento.

Já vistos o Povoamento e a Mineração, cabe destacar agora a Agricultura de subsistência (p.164-177) que como todas as atividades que não se enquadram no funcionamento direto do *sentido da colonização* ocupam aspecto de suporte e de menor importância na organização social, política e econômica da colônia (PRADO JÚNIOR, 2011; NOVAIS, 2019). De modo sintomático, o autor em uma única frase revela todo o caráter que aponta a primazia da economia, da produção de gêneros para o comércio exterior, sobre a vida humana, veja-se: “Como se vê, até a alimentação de seus habitantes é, no Brasil colônia, função subsidiária da exportação” (PRADO JÚNIOR, 2011, p.173). Ademais, tal é a dimensão econômica na organização, e subjetivação de seus habitantes, da colônia que, não raro, quando os gêneros de exportação atingiam as altas nos preços, a produção de alimentos caía consideravelmente, ocasionando períodos de fome generalizada e escassez de alimentos em razão das supostas possibilidades de enriquecimento.

Tratemos agora da Grande Lavoura (p.135-164) e da Administração (p.316-362), ambas, no mesmo trilho de pensamento, se adequando a primazia do fator econômico. Recorro, novamente, a uma frase sintomática referente a administração colonial:

Um governador [...] resumia em 1805 este pensamento numa confissão crua e nua: ‘Nada me interessa com mais fervor’, escrevia ele ao governo do reino, ‘do que a fiscalização da Real Fazenda. Diminuir as suas despesas o quanto é possível, fazer arrecadar ansiosamente tudo que possa pertencer-lhe sem dano dos vassallos, e esquadrinhar novos recursos para aumentá-la são os objetivos do meu maior desvelo’. (idem, p.357-8).

E não muito distante procedia a Grande Lavoura, a produção voltada ao exterior de gêneros (tais como cana-de-açúcar, tabaco, algodão...) com o máximo de aproveitamento possível. Neste sentido, já é demais sabido o processo imprescindível da mão de obra

³⁵ Tal situação é de tão grande peso que engendrou sérias preocupações à Coroa Portuguesa, haja vista o intenso fluxo de pessoas que rumavam em direção às minas. Ver: Wilcken (2010, p. 114-6).

escravizada para o funcionamento e manutenção destas propriedades. A objetificação da vida humana em favor da produção e acumulação. Ainda sobre a Grande Lavoura,³⁶ nota-se que sua estrutura, com ligeiras mudanças, ainda se perpetuou até o processo de migração rumo aos centros urbanos no início do século XX (GARCIA, 2003)

Buscando verificar se e como esse processo de “desumanização” em função de aspectos econômicos perpetua-se na contemporaneidade, aceitando a sugestão de Rufer, Catelli e de Oto já citada - “que são essas *modalidades coloniais* e quais são seus *mecanismos concretos de persistência* [...]” (ênfase própria) - encontrou-se o neoliberalismo no plano econômico e na sociabilidade colonial/metropolitana desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos (2019), com a qual me ocuparei mais adiante.

Desdobramentos perversos: “o colonialismo enquanto ‘desumanizador’”

O processo de desumanização da vida é uma constante em *Formação do Brasil contemporâneo*, mas, também, na modernidade/colonialidade, sobretudo àqueles que ocupam a sociabilidade colonial (SANTOS, 2019). A ilustração nítida da relação entre colonialismo e colonialidade.³⁷

Para Santos, nesta esteira, “dois mundos, apesar de radicalmente diferentes, coexistem nas nossas sociedades ‘pós-coloniais’, tanto no norte global geográfico quanto no sul global geográfico” (2019, p.45). Os dois mundos divididos pelas sociabilidades coloniais e metropolitanas, resultado do colonialismo, consistem em desumanizar certas vidas humanas (aquelas que ocupam a sociabilidade colonial) enquanto outras vidas são dignas de valor, ou plenamente humanas. Os mais atingidos pela exclusão abissal, no ocidente, são os que sofrem da

³⁶ Ferlini (2010, p. 235-6, grifo nosso), sobre as propriedades de menor expressão, aponta que também não escapavam da lógica colonialista: “Dessa forma, na colonização do Brasil, não se tratava de impedir a pequena propriedade [reduzida nas análises coloniais, segundo a autora, pelo mito do grande latifúndio] em si, *mas de impedir a pequena propriedade desvinculada ao processo de produção hegemônico, dominado pelo capital mercantil*”.

³⁷ Que persiste já em longa data: “Assim, enquanto *na Europa* dos séculos XVI, XVII e XVIII transitava-se da servidão feudal para o trabalho assalariado, que passou a dominar as relações de produção a partir da Revolução Industrial, *no ultramar*, isto é, no cenário da europeização do mundo, o monstro da escravidão mais crua reaparecia com uma intensidade e desenvolvimento inéditos” como aponta Novais (2019, p. 116). Isto é dizer, *grosso modo*, que não existe *modernidade* sem *colonialidade*.

sociabilidade colonial, que, justamente, estiveram mais próximos do colonialismo enquanto colonizados.³⁸

Manifestando-se concretamente pela influência econômica nas decisões políticas, estas realizadas em função e por parte mínima da população, os “donos do poder”, que ocupam este cenário e exercem inegável influência sobre grande parte da população. Porém, o que seria, de fato, essa “influência econômica” que contribui para, assim como no *sentido da colonização*, conferir maior importância à economia do que às vidas humanas? – nota-se: algumas vidas humanas.

Entendo como o processo vigente de financeirização da economia e da vida (conforme os autores abaixo) que, promovida por instituições econômicas internacionais multilaterais, como o BIRD ou o FMI, afeta diversas esferas da vida concreta das pessoas. Variando da despolitização do termo gênero, para a teoria feminista por excelência transformador, em uma tentativa de “esvaziar” quaisquer rupturas com as bases da colonialidade, conforme Bedía, (2005) e Lagarde (1996, p.13-38); na educação formal e a fabricação, no sentido de *fabricar objetos*, de sujeitos adequados às necessidades do mercado neoliberal, consoante a Libâneo, Oliveira e Toschi (2012); Han (2017) aponta a nova configuração de sociedade em que estamos submetidos a partir da lógica neoliberal, a saber a *sociedade do cansaço*; na erosão de governos autônomos e o enfraquecimento da democracia, estes sujeitos aos “gostos” do mercado econômico-financeiro mundial, segundo Matias (2010); seja no que D’Souza (2010) vai chamar de apropriação de teorias transformadoras para melhorar a governança mundial exercida por essas instituições; no que Ávila (2018a) aponta em suas contribuições recorrendo a Mbembe e a necropolítica e a Butler e as vidas que importam; no “perverso” sentido que a globalização assumiu ao operar em favor da economia e do mercado, em detrimento do desenvolvimento pleno de condições favoráveis à vida humana em nível global, como exposto por Milton Santos (2011); e, por fim, também sintomático é o panorama esboçado por Lander (2014).

Tais exemplos expostos longamente cumprem o objetivo de apontar que, de fato, há um amplo movimento de desumanização da vida, nas mais variadas formas, que, em hipótese, tem íntima relações com situações concretas condicionadas pelo colonialismo, inevitavelmente pelo

³⁸ Três exemplos são dados pelo autor da exclusão abissal e a existência das opressões na sociabilidade colonial, da desumanização de vidas na contemporaneidade tão comum aos processos coloniais ou se quisermos, em Rufer, Catelli e de Oto (2018), “modalidades coloniais”. Ver Santos (2019, p. 41-9).

capitalismo, que se perpetuam no “novo padrão de poder mundial”, da modernidade/colonialidade. Como já supracitado, este processo de conexão entre a desumanização original do *sentido da colonização* e na modernidade/colonialidade não será abordado significativamente neste ensaio. Cabe, contudo, mencionar que Forte (2013) apresenta uma visão relacional entre colonialismo e capitalismo na obra de Prado Júnior buscando compreender o “sentido da colonização” como “estrutura de longa duração”, contemplando, ainda que carecendo de maior aprofundamento, esta conexão que não esboço aqui.

Ademais, Galeano (2018), em uma perspectiva histórica, exemplifica de diversos modos essa continuidade da desumanização da vida que pode ser entendido como este “elo perdido do giro decolonial”, na expressão de Ballestrin (2017); que expandindo a discussão e em crítica ao grupo Modernidade/Colonialidade³⁹ acrescenta o conceito de *imperealidade* (citando Stoler) como possibilidade de interpretação da concreção da colonialidade, em uma relação entre colonialidade do ser, do poder e do saber com uma imperealidade do ser, do poder, e do saber.⁴⁰ Prado Júnior (2004; 1987, p.270-287) reflete sobre a continuidade da essência econômica, tal como no “sentido da colonização”, no Brasil da segunda metade do século XX, articulando o imperialismo com o colonialismo permitindo, portanto, perceber a continuidade da marca colonial em termos econômicos.

A modernidade/colonialidade e o passado prático

Debrucemo-nos neste momento em alguns deslocamentos do fazer historiográfico. Com efeito, os processos de colonização em sua totalidade, em seu sentido amplo que Prado Júnior (2011) busca interpretar, de fato, ainda estão presentes na configuração dos países afetados por

³⁹ Pelo seu distanciamento dos processos imperialistas que, segundo a autora, constitui uma importante contribuição interpretativa da colonialidade na modernidade por meio da “imperealidade”. Vê-se: “Daí que uma imperialidade do poder, do ser e do saber não foram trabalhadas e que a ideia de descolonização não pressupõe uma desimperialização. A explicação de como a colonialidade é reproduzida não consegue ser demonstrada porque prescinde de uma força correspondente que a estimule e a perpetue, podendo sugerir, se não espontaneidade, uma ausência de atenção que enfraquece o alcance explicativo de como a colonialidade global é formada, quais são seus agentes, para que serve e a quais interesses precisos está servindo” (BALLESTRIN, 2017, p. 520). Nesta esteira, surge uma possibilidade interessante de estudos históricos do presente, o passado prático e os estudos decoloniais; em hipótese, investigar em termos concretos como (e se) estes processos relacionaram-se historicamente, a marca do colonialismo no surgimento da imperealidade, a colonialidade como condição para o imperialismo e a consequente imperealidade (uma vez que assim como a colonialidade está para o imperialismo, a imperealidade está para o imperialismo), a imperealidade enquanto possibilidade de coexistência com a colonialidade...

⁴⁰ Se em *América Latina e o giro decolonial* (2013), Ballestrin não evidencia a ausência do aspecto econômico nos estudos do grupo M/C e do giro decolonial em *Modernidade/Colonialidade sem “imperealidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial* (2017) reconhece a necessidade de uma chave interpretativa ligada aos estudos econômicos, a partir da compreensão do “elo perdido” (o imperialismo e imperealidade) que, em sua ausência, não permite a interpretação concreta da colonialidade em suas três dimensões.

ela e, também, naqueles que o são responsáveis. A análise do colonialismo, busca uma contribuição ao pensamento decolonial, na medida em que procura explorar continuidades e aspectos formativos da modernidade/colonialidade, não de modo distante dos três séculos de colonização – cuja crítica consta no início do presente texto - mas sim, diretamente, a partir dele, de forma situada e orientada, sendo este fator importante para o valor dos estudos decoloniais e sua contribuição para a reversão desta situação, como afirma de Oto (2018). Refletindo, intentando a forma situada e orientada, em Chauí (2000) e Freire (2011) a gênese de processos fundamentais, conforme Quijano (2019), à colonialidade do poder em uma perspectiva brasileira.⁴¹

Para tanto, o passado prático,⁴² enquanto suporte historiográfico é essencial:

Trabalhando nestes termos, e voltando a Mbembe, o fundamental seria tornar o presente estranho a si mesmo, em um movimento capaz de distanciar a atualidade dela própria e, com isso, desnaturalizá-la e historicizá-la criticamente, perguntando-nos sobre em quais presentes vivemos, como eles são construídos e figurados e as maneiras pelas quais nos são apresentados como “naturais” e “dados”. Com isso, penso, talvez seja possível neutralizar a “fé historiadora” em prol de uma reativação, mesmo que tênue diante das condições que nos são dadas, da “fé histórica” que desconjunta o tempo para, quem sabe, permitir a libertação dos seres humanos das histórias lhes impostas como “inevitáveis” e da “política do possível” que nos congela em um presente tirânico. (ÁVILA, 2018a, p. 34)

Nesta esteira, urge voltar-se ao colonial, com base em uma perspectiva histórica e historiográfica, nos estudos do giro decolonial ou pós-coloniais. Por mais que se assente sobre as vivências coloniais, o colonial, como dito, nestas análises é secundário, algo dado e naturalizado. Pensar, portanto, o presente, este tão opaco e a-histórico (ÁVILA, 2018b, 2018c), a partir de uma mirada crítica ao (“esquecido”?) passado é fundamental. Notemos que:

De um simples ‘instrumento de classificação’, geralmente utilizado inconsequentemente, passa-se a uma noção performativa do tempo histórico, ou seja, para as maneiras como atores sociais específicos manipulam, ordenam, organizam, flexionam, apagam, definem e usam as linhas temporais. Em outras palavras, somos participantes ativos e ativas na construção de determinadas noções de tempo histórico, historiadores e historiadoras inclusos, e não

⁴¹ Embora reconhecidamente limitado, uma vez que serviu como exemplo à compreensão de uma, dentre outras partes constituintes, da desumanização da vida e da ligação entre colonialismo e colonialidade, a partir de uma abordagem política (Chauí e Freire) e econômica (Prado Júnior e Novais).

⁴² “Tudo isso em contraste com o ‘passado prático’ que é estabelecido a serviço do ‘presente’, é relacionado com este presente de um modo prático e do qual, então, podemos retirar lições e aplicá-las ao presente, para antecipar o futuro (ou, pelo menos, o futuro próximo) e fornecer razões, se não justificção, para as ações nele tomadas em nome de um futuro melhor do que a atual dispensação”. (WHITE, 2018, p. 17).

somente observadores passivos de sua passagem. Nomear determinada situação, evento ou processo como pretérita, por exemplo, significa intervir diretamente na sua representação e compreensão; afirmar que, por exemplo, a ‘escravidão não acabou’ ou que o ‘colonialismo é coisa do passado’ é dar a estes acontecimentos um lugar específico na nossa imaginação pública e nas respostas que fornecemos aos problemas de nossos presentes. (ÁVILA, 2018a, p. 33)

Portanto, ao nos virarmos sobre o colonial/colonialismo, a partir do passado prático em associação com as contribuições dos teóricos e das teóricas decoloniais, podemos pensar as “modalidades coloniais e [...] seus mecanismos concretos de persistência em corpos, linguagens ou signos[...]”. O recurso ao passado prático é indispensável, uma vez que tal análise implica, por excelência, em uma mirada crítica ao passado que no “passado histórico” não é possível (WHITE, 2018).⁴³ E, contudo, deve-se ressaltar que este movimento urge contemplar, como dito, o “passado prático” e as contribuições decoloniais (REIS, 2019).

Breve nota sobre os efeitos na produção historiográfica

Nesta esteira, uma análise crítica do passado⁴⁴ pode contribuir para, aliado aos estudos decoloniais (que bebem destas análises), formar teorias compatíveis com aspectos concretos da vida social. Quanto ao Brasil, o *sentido da colonização* demonstrado por Prado Júnior adquire nova forma concreta na ação destes atores, na agência destes órgãos que a um tempo são essencialmente de ordem econômica, isto é, do mercado, e obliteram em suas ações este aspecto. Fazendo-se perceber como processos e instituições “naturais”, a-históricos que encontram respaldo no “passado histórico”, uma vez que não são tensionados ou objetos da reflexão dita histórica. A compreensão, e aqui reside um ponto fundamental, de como os processos do presente se formaram historicamente, eliminando o véu de naturalização e não-historicidade dos atores sociais da modernidade que atuam como se fossem agentes “sobrenaturais”, que, supostamente, assim agem por razões inerentes à ordem natural e incontornável da sociedade

⁴³ “Essa transformação do tempo em si, de um tempo histórico-cronológico para o que parece ser um uma forma de temporalidade anacrônica por meio da qual grupos são expostos a lógicas e conflitos que são considerados como não mais existentes, é parte dos legados da colonização e um alvo central da crítica dos esforços decoloniais” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 28).

⁴⁴ “Uma teoria da história politicamente informada (crítica, portanto) poderia intervir, [...] de um lado, temos os relatos que conformam o mundo às novas razões neoliberais e neoconservadoras e que contribuem, exatamente por isso, com a continuidade de processos seculares de exclusão e dominação, dando-lhes a aparência de um ‘sentido comum’ ou de ‘naturalidade’, uma intervenção crítica pode operar a contrapelo e demonstrar como determinadas linguagens e enredamentos da realidade e da história, inclusive algumas daquelas empregadas pela própria historiografia disciplinada, estão comprometidas com a desumanização contínua de largos segmentos da população ou na naturalização de uma ordem de coisas que é tudo menos natural – instrumentos de exceção também” (ÁVILA, 2018a, p. 31-2).

moderna. Forma um elemento essencial aos estudos decoloniais e que só é possível a partir de uma visão crítica da história, deslocando os alicerces em que a disciplina se construiu.

O passado prático descolonizado e descolonizador, portanto, pode ser fundamental para iluminar novas possibilidades, fazer renascer a imaginação social e política de alternativas, refletindo criticamente a ordem social vigente (aqui brevemente explorada na esfera econômica), de maneira relacional com os estudos “mais ligados” ao presente, estes do giro decolonial (REIS, 2019).

Neste ponto do estudo, resalto a importância de novos “locus de enunciação”, ou seja, novos locais em que seja possível a “criação” (reconhecimento) de novos conhecimentos.⁴⁵ Seguindo Mignolo (2009; 2003, p. 125-130), adaptando às possibilidades historiográficas, um dos objetivos do presente texto é proporcionar novas formas de conhecer, interpretar e lidar com o passado que não as tipicamente ocidentais cunhadas pela historiografia disciplinada e imbricada com a gênese dos Estados-nações e do desenvolvimento do capitalismo (ÁVILA, 2017) ou, se preferirmos, para tanto “indisciplinar a historiografia” (ÁVILA, 2018b). Embora não negando suas contribuições (se é que seria possível), o “pensamento liminar”⁴⁶ permite – se necessário relacionar-se com a teoria ocidental à maneira “antropofágica” tal como Darcy Ribeiro (MIGLIEVICH-RIBEIRO e ROMERA, 2018) – deslocar a produção historiográfica nos moldes do passado histórico (WHITE, 2018).⁴⁷

Ou seja, não tratamos de gerar, tão somente, novas narrativas ou outras construções (a partir de perspectivas distintas) de um “fato” histórico, mas sim de um processo de “semiosis colonial” (MIGNOLO, 2009) ou de uma busca à ecologia de saberes – e, quiçá, mais radicalmente às epistemologias do Sul (SANTOS, 2010; 2019) -; ao passo que meramente mostrar que existem realidades outras que não as nossas seria um processo inócuo, de introduzir

⁴⁵ Em contraste com: “[...] o passado histórico era um passado construído por historiadores. Ele existia somente em livros e ensaios acadêmicos. Sua autenticidade – ainda que não sua realidade – era garantida por outros historiadores profissionais que aderiam às convenções da guilda sobre o manejo da evidência e a investigação de documentos e que possuíam a autoridade para determinar o que era ou não era uma história legítima”. (WHITE, 2018, p. 16-7). Ou, utilizar destas construções e suas metodologias a partir de um ponto “contra-hegemônico”, seguindo Santos (2019).

⁴⁶ Em exemplo: “‘O zapatismo’, afirmou o Subcomandante Marcos, ‘é e não é marxista-lenista. O zapatismo não é pensamento indígena fundamentalista ou milenarista; e tampouco é resistência indígena. É uma mistura de tudo isso que se cristaliza no EZLN” (MIGNOLO, 2003, p. 127).

⁴⁷ Novas questões surgem e indagam os historiadores preocupados com tais questões, constituindo, portanto, um vasto campo a ser explorado: “¿Hablamos de temporalidades que se imbrican desafiando al tiempo vacío del capital y de la nación, donde las nociones de cambio, proceso/progreso y continuidad deben ser repensadas desde otra gramática? ¿Entonces cuáles son esas figuras coloniales del tiempo presente y cómo desafían las nociones incómodas de tiempo histórico?” (RUFER, CATELLI, DE OTO, 2018, p. 14).

no discurso hegemônico o subalterno ou oprimido, e não romper com esse discurso em si (RUFER, 2010).⁴⁸ Pensar o passado e falar do presente pode ser uma importante ferramenta para futuros distintos, novos e que considerem a marca colonial para novos caminhos. Vê-se:

Los lazos entre el pasado, que me esfuerzo por entender, y el presente, que me motiva a hablar y a escribir, no siempre son obvios. De ahí la constante necesidad de nuevas interpretaciones (entender el pasado y hablar el presente) de textos, eventos, acciones e ideas. (MIGNOLO, 2009, p.177-8).

Garcia (2003, p. 154) estudando sobre “o itinerário diferencial de descendentes dos senhores e descendentes dos escravos” concluiu seu artigo com o seguinte parágrafo, uma lúcida síntese daquilo que procuro refletir e subsidiar aqui:

As lições da história secular revelam que futuros que não recriem as hierarquias e as distâncias sociais fundadas à época de casas-grandes e de senzalas, que não recriem os poderes dos homens cordiais, supõe que *nos debrucemos atentamente sobre as experiências dos que tentaram e tentam buscar praticamente e imaginar formas de convivência social em que a igualdade dos indivíduos seja regra quotidiana*. Se contribuirmos dessa maneira como parceiros de consolidação de tais rumos, permitiremos talvez que se esmaça a trágica imagem cunhada por Eduardo Galeano das “veias abertas da América Latina”, para poder trilhar de maneira confiante, em época de tão avassaladora ofensiva de uma “restauração conservadora” (cf. Pierre Bourdieu, 1998), as “vias abertas pela América Latina”. (GARCIA, 2003, p.183, ênfase própria)

Além deste movimento ser uma possível saída às dúvidas da História disciplinada contemporânea quanto ao seu sentido meio ao mundo da “sociedade do cansaço”, às atribuições que o mercado quer lhe impor e a sua possível recriação enquanto disciplina crítica e conectada com a sociedade e suas demandas (TURIN, 2018).⁴⁹ E, também, em deslocamentos no próprio ensino de história, uma perspectiva outra que procure, em uma associação necessária com o passado prático, retomando Quijano na epígrafe do texto, corrigir o “espejo que distorsiona lo que refleja” (PEREIRA, PAIM, 2018).

⁴⁸ Para Mignolo (2009, p. 174): “En conexión con el locus de enunciación, se debe intentar menos describir y narrar cómo se dieron e implementaron la colonización de las lenguas, las memorias y el espacio, y más identificar los espacios del medio producidos por la colonización como la locación y la energía de nuevos modos de pensar, cuya fuerza reside en la transformación y en la crítica de las ‘autenticidades’, tanto de las herencias occidentales como indígenas. Esta es la razón por la cual en mis trabajos me interesa más explorar nuevas formas de pensar acerca de lo que sabemos, que en acumular nuevo conocimiento bajo viejas formas de pensar”. A contribuição de Mignolo reside mais no que tange a epistemologia, ao passo que propõe uma outra forma de relação com o objeto estudado e consequentemente com o saber resultante.

⁴⁹ “Defender a universidade [abrangendo as humanidades] implica, em última instância, por meio das linguagens que lhe são próprias, defender também uma outra ideia de sociedade. Na conjuntura de fragmentação da esfera pública talvez também caiba pensar a universidade como um lugar possível de elaboração e ampliação de linguagens e, assim, como um elemento componente da esfera pública, não mais na figura do intelectual solitário, mas como centro canalizador de grupos e demandas sociais diversas” (TURIN, 2018, p. 203).

Compreender a história nestes termos implica, portanto, um conhecimento não apenas que relata e busca a “mimesis” do passado (passado histórico), mas como um conhecimento de caráter crítico (passado prático) e potencializador de mudanças (em oposição ao que vem sendo há muito, de permanências).⁵⁰ Nesta perspectiva, os estudos interseccionais entre colonialismo e colonialidade são possíveis, assim como nesta mesma base se erigiram os estudos decoloniais, críticos à “geopolítica do conhecimento” e à “diferença colonial”.

Considerações finais

Haja vista como o colonialismo pode ser interpretado a partir do passado prático, um importante suporte (um tanto ausente, mas não inexistente) nos estudos decoloniais, seu uso deve ser intensificado, ao passo que a contribuição historiográfica pode enriquecer teoricamente e abordar de modo particular certas questões presentes tanto nos estudos pós-coloniais e decoloniais.⁵¹ E, também, contribuir à formação de um sólido arcabouço teórico-metodológico ao entendimento do colonial, como propõe Ruffer, Catteli e de Oto (2018) em suas diferentes variações regionais ou analíticas.

Procurou-se aqui enfatizar o aspecto econômico em uma sumária abordagem ao colonial brasileiro, esboçando possibilidades de análise em que colonialismo e colonialidade estejam em uma única perspectiva. Uma *presentificação* do passado (a interpretação do hoje como resultado do ontem) e uma *preterização* do presente (a interpretação do ontem a partir do hoje). Se alcancei meu objetivo, deve estar claro ao leitor que (ilustrada pela “desumanização da vida”) o passado e o presente estão mais conectados do que pensamos (ou queremos). Portanto, historicizar criticamente o presente pode lançar luzes sobre alternativas possíveis e, inevitavelmente, problemas nefastos. Como nos lembra Ávila, já citado anteriormente, “Em outras palavras,

⁵⁰ “Por eso para los poderes establecidos es fundamental –y lo seguirá siendo– una defensa a ultranza de la historia nacional como identidad aggiornada en multiculturalismo, del archivo como consignación y de la ley como artificio de la convivencia. Porque es cierto que la historia puede ser indudablemente un arma crítica, que el archivo puede volverse contra el Estado que lo autoriza y evidenciar su violencia fundadora y constante, y que la ley ampara ante la desproporción y la inequidad. Pero eso es tan cierto como lo es el hecho de que esos tres dispositivos anudados (historia, archivo y ley) son los que aseguran que la conquista como una permanente reedición de la historia sea indemostrable y sea, sobre todo, imposible de nombrar como principio que organiza las condiciones del presente. Contra esa interdicción, contra ese tabú, es que deberíamos poder escribir con una imaginación temporal crítica y de algún modo post (o contra)-colonial” (ÁNÓN, RUFER, 2018, p. 128).

⁵¹ Como aspectos com maior diálogo com a história, o “início” da modernidade, estudos que adotem a abordagem decolonial nas análises das “administrações coloniais”, nas palavras de Quijano, como lembra Ballestrin (2013) os sub processos de imperialismo dentro da América Latina e outros que possivelmente surgiriam. No entanto, evitando que a história disciplinada atue como detentora da “verdade histórica” o diálogo com outras disciplinas seria fundamental.

somos participantes ativos e ativas na construção de determinadas noções de tempo histórico, historiadores e historiadores inclusos, e não somente observadores passivos de sua passagem”.

A indagação inicial de Rufer, Catelli e de Oto proporcionou a reflexão sobre a importância, ou não, de pensar em termos mais concretos o colonial para potencializar novos estudos ou repensar os clássicos. Uma mirada crítica e indagadora. Retomando a epígrafe do texto, Galeano (2018) vê no passado (colonialismo) a possibilidade de conhecer o presente (colonialidade), tão histórico quanto o *passado histórico*, nos termos de White (2018), e, portanto, “mudar a realidade”.

Refletir sobre o *colonial* nos estudos decoloniais ou pós-coloniais, a partir do aporte historiográfico do *passado prático*, pode ser de extrema importância ao potencializar a compreensão dos processos do colonialismo e da colonialidade. Naturalizar o colonial é teoricamente perigoso, ao passo que toca processos variados e distintos entre si.

Pensar o Brasil no cenário da modernidade/colonialidade é um desafio e um campo ainda pouco explorado, sobretudo a partir da ótica assumidamente decolonial. Portanto, novas investigações que adotem este desafio, apenas exposto aqui, de relacionar o colonialismo e a colonialidade serão fundamentais para uma melhor compreensão de ambos processos e, também, ao delimitar o que, em suas diversas particularidades, entendemos por “colonial” nos estudos pós-coloniais, decoloniais e até coloniais.

Para tanto, por fim, os caminhos aqui expostos poderão cativar outras reflexões que considerem essas questões. Encerro procurando abrir caminhos e ampliar possibilidades ao invés de oferecer respostas que não aceitam dúvidas.

O uso do passado prático conforme White (2018) e Ávila (2018a,b,c), em oposição ao passado histórico, aliado as reflexões decoloniais (tanto de Mignolo (2003, 2009) e a imprescindível produção decolonial do conhecimento, quanto de Quijano (2010, 2019) e o olhar decolonial ao passado) podem ser a base teórica para unir em uma perspectiva relacional a colonialidade e o colonialismo. Conectados e em muitos casos, como no aspecto econômico analisado por Verdesio (2018), carecendo de maior aprofundamento. Ainda mais importantes no cenário brasileiro exposto por Ballestrin (2013).

Referências Bibliográficas:

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **Post-Colonial studies: The Key Concepts**. 2º ed. New York: Routledge, 2007.

ANÑÓN, Valéria; RUFER, Mario. Lo colonial como silencio, la conquista como tabú: reflexiones en tiempo presente. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 29, p. 107 – 131, 2018. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero29/lo-colonial-como-silencio-la-conquista-como-tabu-reflexiones-en-tiempo-presente/>. Acesso em: 11 dez. 2019.

ÁVILA, Arthur Lima de. (Re)Politizando a teoria da história em tempos de exceção: Hayden White e a crítica do presente. **Artcultura**, v. 20, n. 37, p. 21 - 35, 12 dez. 2018a. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/47236>. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. **Revista maracanan**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 18, p.35-49, dez. 2018b. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31185>. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. O fim da história e o fardo da temporalidade. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p.243-266, 29 nov. 2018c. Universidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310252018243>. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. “Povoando o presente de fantasmas”: feridas históricas, passados presentes e as políticas do tempo de uma disciplina. *Revista Expedições*, Goiás, v. 7, n.2, p. 189-209, 04 mai. 2017. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/5498. Acesso em: 15 out. 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago., 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010333522013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2019.

_____. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 505-540, abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0011-52582017000200505&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2019.

BEDÍA, Rosa Cobo. El género en las ciencias sociales. **Cuadernos de Trabajo Social**, v. 18, p. 249 – 258, 3 nov. 2005. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/CUTS/article/view/8441>. Acesso em: 15 out. 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

D’ SOUZA, Radha. As prisões do conhecimento: pesquisa ativista e revolução na era da “globalização”. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

DE OTO, Alejandro. La analogía colonial. **Tabula Rasa**, Colômbia, Bogotá, n. 29, p.19-36, 1 jul. 2018. Colegio Mayor de Cundinamarca. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero29/la-analogia-colonial/>. Acesso em: 15 out. 2019.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. **Açúcar e Colonização**. São Paulo: Alameda, 2010.

FERREIRA, Bernardo. Do Brasil colônia de ontem ao Brasil nação de amanhã: “revolução da independência” e história do Brasil em Caio Prado Jr. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 489-509, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S001152582008000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2019.

FORTE, Vinicius Limaverde. Colonialismo como estrutura de longa duração constituinte do capitalismo: uma reflexão a partir de Caio Prado Júnior e Pablo González Casanova. **Realis**, Pernambuco, v. 3, n. 2, p. 216-229, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/8799>. Acesso em: 15 out. 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 65 ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GARCIA, Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p.154-190, jul-dez, 2003.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América latina**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE COLONIALIDAD. Estudios decoloniales: un panorama general. **KULA, Antropólogos del Atlántico Sur**, [s.l.], v. 6, p. 8-21, abr. 2012. Disponível em: http://www.revistakula.com.ar/numeros-antteriores/numero-6/kula6_1_gesco/. Acesso em: 12 dez. 2019.

HAN, Byung-chul. **Sociedade do cansaço**. 2º ed. ampliada. Petrópolis: Vozes, 2017.

KAYSEL, André. Os dilemas do marxismo latino-americano nas obras de Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui. **Revista brasileira Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 49-63, junho, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092012000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2019.

LAGARDE, Marcela. **Género y feminismo**. Desarrollo humano y democracia. Madrid: Ed. horas y HORAS, 1996.

LANDER, Edgardo. Crisis civilizatoria, límites del planeta, asaltos a la democracia y pueblos en resistência. In: BORSANI, María Eugenia; QUINTERO, Pablo (orgs.). **Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo**. Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2014.

LIBÂNIO, José; OLIVEIRA, João; TOSCHI, Mirza. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 10 ed., rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. Caio Prado Junior. “Formação do Brasil contemporâneo: Colônia”. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 1, n. 12, p.117-124, jan-

jun, 2008. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3847>. Acesso em: 15 out. 2019.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Colômbia, Bogotá, n. 9, p.73-101, jul-dez. 2008. Colegio Mayor de Cundinamarca. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S179424892008000200006. Acesso em: 15 out. 2019.

MATIAS, Eduardo Felipe. **A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global**. 4º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Processo de um Racismo Marcado. 3º ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NOVAIS, Fernando. Entrevista com Fernando Novais. In: PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 2º ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2º ed. Belo Horizonte: Editor Autêntica, 2019.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/ Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. El lado más oscuro del Renacimiento. **Universitas Humanística**, Bogotá, n. 67, p.165-203, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79118958009>. Acesso em: 15 out. 2019.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Linhagens pós-coloniais e possibilidades de ampliação do conhecimento: um debate epistemológico. In: BAUMGARTEN, Maíra. **Sociedade, Conhecimentos e Colonialidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

_____; ROMERA, Edison. Orientações para uma descolonização do conhecimento: um diálogo entre Darcy Ribeiro e Enrique Dussel. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n. 47, p. 108-137, jan-abr. 2018.

MORLEY, Helena. **Minha vida de menina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MOYA, José. Migração e formação histórica da América Latina em perspectiva global. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n. 49, p. 24-68, set-dez 2018.

PEREIRA, N. M.; PAIM, E. A. Para pensar o ensino de história e os passados sensíveis: contribuições do pensamento decolonial. **Educação e Fiosofia**, v. 32, n. 66, 21 dez. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/4015>. Acesso em: 13 dez. 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **A revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **História econômica do Brasil.** 34^o ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul:** Cortez Editora, 2010.

_____. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. **Espacio Aberto,** Venezuela, v. 28, n. 1, p. 255 – 301, jan-mar, 2019. Disponível em: <http://produccioncientificaluz.org/index.php/espacio/article/view/29720>. Acesso em: 11 dez. 2019.

REIS, Arthur. Sociologia e História: uma historiografia das epistemologias do Sul. **Rev. Disc. Planície Científica,** Campo dos Goytacazes, RJ, v. 1, n. 2, p. 1-15, dez. 2019. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/planiciecientifica/article/view/29425> . Acesso em: 10 dez. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** 2^o ed. São Paulo: Pólen, 2019.

RICUPERO, Benardo. Posfácio: História e política em *Formação do Brasil contemporâneo.* In: PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RUFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. **Memória social,** v. 14, n. 28, 2010. Disponível em: <https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/memoysociedad/article/view/8247>. Acesso em: 15 out. 2019.

_____; CATELLI, Laura; OTO, Alejandro de. Introducción: pensar lo colonial. **Tabula Rasa,** Colômbia, Bogotá, n. 29, p.11-18, 1 jul. 2018. Colegio Mayor de Cundinamarca. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero29/introduccion-pensar-lo-colonial/>. Acesso em: 15 out. 2019.

SANTOS, Boaventura. **O fim do império cognitivo:** a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SANTOS, Emanuelle; SCHOR, Patricia. Brasil, estudos pós-coloniais e contracorrentes análogas: entrevista com Ella Shohat e Robert Stam. **Rev. Estud. Fem.,** Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 701-726, ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200020>. Acesso em: 15 out. 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Livro vira-vira 2. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SCHMIDT, Benito Bisso. Complexificando a interseccionalidade: Perspectivas queer sobre o mundo do trabalho. **Mundos do Trabalho,** Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 31-41, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/19849222.2018v10n19p31> .Acesso em: 10 dez. 2019.

SOUZA, João Paulo A. de. Entre o sentido da colonização e o arcaísmo como projeto: a superação de um dilema através do conceito de capital escravista-mercantil. **Estud. Econ.,** São

Paulo, v. 38, n. 1, p. 173-203, Mar. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35945>. Acesso em: 09 jan. 2020.

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Tempo**, Niterói, v. 24, n. 2, p. 186-205, ago, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042018000200186&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 dez. 2019.

VERDESIO, Gustavo. Colonialidad, colonialismo y estudios coloniales: hacia un enfoque comparativo de inflexión subalternista. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 29, p.85-106, 1 jul. 2018. Colegio Mayor de Cundinamarca. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.phpscript=sci_abstract&pid=S179424892018000200085&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2019.

VITORINO, A. Escravidão e capitalismo: notas de leitura do modelo Sistema Colonial nos anos 1970. **Angelus Novus**, n. 6, p. 37-56, 12 set. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ran/article/view/88880>. Acesso em: 10 jan. 2020.

WHITE, Hayden. O passado prático. **Artcultura**, Uberlândia, v. 20, n. 37, p.9-19, 12 dez. 2018. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/47235>. Acesso em: 15 out. 2019.

WILCKEN, Patrick. **Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro 1808-1821**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

Formigas, ovos e formigueiros: uma análise sobre as propriedades terapêuticas e a utilidade dos animais em *Paraguay Natural Ilustrado* (1771-1776)

Hormigas, huevos y hormigueros: un análisis de las propiedades terapéuticas y la utilidad de los animales en *Paraguay Natural Ilustrado* (1771-1776)

Rebeca Capozzi

Mestranda em História das Ciências e da Saúde
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz
rebecapozzi@gmail.com

Recebido em: 26/11/2019

Aprovado em: 20/01/2020

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar como são delimitadas as propriedades terapêuticas atribuídas às formigas, descritas na obra *Paraguay Natural Ilustrado, noticias de la naturaleza del Pais. Com la explicación de fenómenos físicos penentrales y particulares: usos útiles, que de sus producciones pueden hacer varias artes* (1771-1776) escrita por P. José Sánchez Labrador (1717-1798), lavrador e missionário no Paraguai. José Sanchez, nascido na província de Toledo em 1717, ingressou como seminarista da Companhia de Jesus aos 15 anos de idade, no Noviciado de San Luiz de Sevilla. Viajou pela região do Grande Chaco e pelas bacias dos rios Paraná - Paraguai, no processo de evangelização das diversas etnias de nativos. Nessas viagens, estudou os solos e as rochas; as plantas e animais dessas regiões. Propomos aqui uma discussão sobre essa obra que se relacione com os campos de estudo de história da farmácia, da história dos animais e história das ciências.

Palavras-chave: José Sánchez Labrador; propiedades terapêuticas; formigas.

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo analizar cómo se delimitan las propiedades terapéuticas atribuidas a las hormigas, descritas en el trabajo *Paraguay Natural Ilustrado, noticia de la naturaleza del país. Con la explicación de fenómenos físicos penetrantes y particulares: usos útiles, que a partir de sus producciones pueden tener diversas artes* (1771-1776) escritas por el P. José Sánchez Labrador (1717-1798), agricultor y misionero en Paraguay. Joseph Sánchez, nacido en la provincia de Toledo en 1717, se unió a la Compañía de Jesús como seminarista a la edad de 15 años en el Noviciado de San Luiz de Sevilla. Viajó por la región del Gran Chaco y las cuencas del río Paraná - Paraguay, en el proceso de evangelización de los diversos grupos étnicos nativos. En estos viajes, estudió los suelos y las rocas; las plantas y animales de estas regiones. Proponemos aquí una discusión de este trabajo que se relaciona con los campos de estudio de la historia de la farmacia, la historia de los animales y la historia de la ciencia.

Palabras clave: José Sánchez Labrador; propiedades terapêuticas; hormigas.

Introdução

Durante os anos 1771 e 1776, o padre jesuíta José Sanchez Labrador escreveu seu manuscrito intitulado *Paraguay Natural Ilustrado, noticias de la naturaleza del Pais. Com la explicación de fenómenos físicos penentrales y particulares: usos útiles, que de sus producciones pueden hacer varias artes*, que permanece no Arquivo Geral da Companhia de Jesus em Roma (ARSI). Essa obra é dividida em quatro partes e contém mais de 100 ilustrações atribuídas ao autor. A primeira parte é dividida em três livros: diversidade de terras e corpos terrestres; água e várias coisas a ela pertencentes; e ar, ventos, estações do ano, clima destes países e enfermidades mais comuns. A segunda parte aborda a botânica. A terceira se divide nos seguintes livros: animais quadrúpedes; as aves e os peixes. A quarta e última parte da obra possui as partes intituladas: os animais anfíbios; os animais répteis; e os insetos (FLECK, 2015). Apesar de não ter sido o único trabalho escrito por Sánchez, *Paraguay Natural Ilustrado* é repleto de informações e estudos muito importantes para a história natural no século XVIII, assim como para a história da medicina do mesmo período. Neste trabalho, interessamos utilizar o último capítulo, sobretudo sua última parte, a qual trata sobre os insetos. Nele, são selecionados cerca de vinte insetos para serem estudados. Entretanto, escolhemos dentre eles as formigas, por conta das terapêuticas atribuídas a elas pelo autor na obra estudada, e pela multiplicidade de doenças que se acreditava que estas eram capazes de tratar, como por exemplo sarna, lepra, gota, dores da cabeça, úlceras, etc. Logo, é nosso objetivo entender como José Sanches delimita as propriedades terapêuticas da formiga, tendo em vista a teoria hipocrático-galênica em voga nesse momento.

Existe uma vasta historiografia que se debruça sobre a Companhia de Jesus, seus membros e suas obras. O jesuíta Sánchez Labrador foi largamente estudado e pesquisado, e se tornou consenso entre os intelectuais a sua importância na conexão estabelecida entre saberes locais, indígenas, e saberes europeus, mesmo que essa seja uma reflexão ainda pouco visitada. A importância dos colégios jesuítas espalhados pelo mundo, e ao mesmo tempo, interligados, faz com que as informações locais, registradas pelos membros da Companhia chegassem às regiões remotas, colocando o conhecimento natural e religioso em movimento. Um dos grandes nomes dessa literatura é a historiadora Eliane Cristina Deckmann Fleck, que chegou, inclusive, a publicar uma transcrição do livro *Paraguay Natural Ilustrado*, a qual nos serve de fonte para este trabalho. Fleck insere as discussões sobre o nascimento da ciência moderna no cerne de seus trabalhos, dos quais muitos refletem sobre os postulados, vida e obras de José Sanchez Labrador. Luiz Miguel Carolino, por outro lado, afirma a existência de uma “ciência jesuíta” ou até de uma “filosofia natural jesuíta”

(CAROLINO, 2009), ou seja, uma forma própria e específica pela qual esses padres enxergavam o mundo. Outros nomes dessa historiografia, como Di Liscia (2002), Millones Figueroa; Ledezma (2005), Del Valle (2009) e Asúa (2010) também se inserem nessa reavaliação da participação da Ordem e dos padres jesuítas na construção da ciência moderna (FLECK, 2016).

A atuação multifacetada da Companhia de Jesus fez com que fosse possível estabelecer uma revisão historiográfica a partir dessas novas questões relacionadas ao surgimento da ciência e o papel dos religiosos nesse processo. O campo da história das ciências é cada vez mais fundamental nesse movimento, por dar ênfase na correlação entre conhecimentos que, nesse período, estavam em constante contato. A documentação jesuítica produzida ao longo dos séculos de conquista auxiliou essas pesquisas, pois dizem respeito a diversos aspectos, como por exemplo sobre a conversão indígena, ou sobre a saúde, as enfermidades e as características naturais das regiões pelas quais passavam os religiosos. Apesar das visões destoantes sobre a assimilação das ideias ilustradas pelos jesuítas, os historiadores e historiadoras que estudam a Companhia de Jesus, e nesse caso, José Sanchez Labrador, acreditam que, em geral, os membros da Companhia se apropriaram das ideias ilustradas contemporâneas, mas também não deixavam de levar em consideração as observações e experiências vividas, tão caras à Ordem. Dentre os diversos posicionamentos dos autores que revisaram a relação dos jesuítas com a ciência do período, a historiadora mexicana Ivone Del Valle revela o fundamental papel que os jesuítas ¹ desempenharam na criação de redes de conhecimento e na formação de uma epistemologia muito particular no século XVIII. A autora também reforça a grande importância dos colégios da Companhia de Jesus para a circulação de ideias e práticas, apropriações e validações, tanto em relação aos saberes locais, indígenas, quanto aos europeus, em voga no período (BIEHL; JOAQUIM; FLECK, 2019).

Assim como o campo da história das ciências num geral, a área de estudos que se debruça sobre a história da farmácia e da química confere grande importância às atividades médicas e as boticas jesuíticas, que, espalhadas pelo mundo, faziam circular seus conhecimentos e receitas tão caras à saúde e à caridade. É interessante ressaltar que, na movimentação das receitas, registros e cartas entre jesuítas de diversos colégios do mundo, as plantas e animais, eventualmente, circulavam também entre esses diversos lugares e culturas, enriquecendo e ampliando o conhecimento dos irmãos da Companhia (LEITE, 2013). Heloísa Meireles Gesteira e Alessandra dos Santos Teixeira,

¹ Ledezma e Millones Figueroa também ressaltam essa questão. Os estudiosos acreditam que o projeto científico da Companhia de Jesus se constituía, entre os séculos XVII e XVIII, como uma alternativa clara e influente no mapa cultural da Europa. Ver mais em Fleck, Joaquim e Bichl (2016).

ao estudar as fazendas jesuíticas em Campos dos Goitacazes do século XVI ao XVIII, demonstram a importância dessas instituições para a circulação de ideias e conhecimento:

Espalhados pelos quatro cantos do globo, os jesuítas se envolveram com as atividades médicas nos diversos enclaves coloniais dominados pelos portugueses. Nos Colégios da Companhia, situados em Goa, São Paulo de Luanda, Rio de Janeiro, Salvador, São Luiz, além de hospitais, havia boticas onde se podiam encontrar remédios utilizados nos processos de cura entre os séculos XVI e XVIII. O mesmo ocorria nas fazendas e aldeias, onde alguns missionários também se dedicavam a prestar auxílio médico aos enfermos. Além da utilização dos recursos locais, dispunham dos remédios de boticas que eram utilizados na cura (GESTEIRA; TEIXEIRA, 2009, p. 119).

Uma série de elementos, como cartas, registros escritos e livros auxiliavam na circulação dos conhecimentos medicinais pelos quatro cantos do mundo. No caso desse estudo, os registros feitos por Sánchez também foram relevantes para o conhecimento da natureza e da qualidade de seus elementos ao império colonial da Espanha. Dentre as informações que circulavam nesses registros, a qualidade da fauna e flora das regiões conquistadas são vastamente investigadas. Nesse trabalho, interessa-nos estudar os aspectos da fauna do Paraguai, especificamente seus insetos e sobretudo os usos terapêuticos das formigas registrados na mesma obra. Nesse sentido, esse artigo tem por questão central compreender como são delimitados os usos terapêuticos atribuídos por Sanchez Labrador às formigas em *Paraguay Natural Ilustrado*.

José Sanchez: entre a Europa e a América do Sul

Durante as décadas de 40 e 50 do século XVIII, padre José Sánchez participou da conversão de indígenas junto a nove reduções. São elas: Yapeyu, Trinidad, Jesús, Loreto, San Ignacio Mini, San Ignacio Guazu, San Cosme y San Damián e San Lorenzo (FLECK, 2015). Durante sua atuação nessas reduções, conviveu com Guaranis, Zamucos, Chiquitos Mbayás e Guaycurus. A Província Jesuítica do Paraguai, da qual fazia parte Sánchez, iniciou sua instalação em 1691 e continuou até meados do XVIII. As missões de chiquitos pertenciam a tal Província, e tanto os jesuítas, quanto as autoridades espanholas acreditavam que os indígenas chiquitos eram seus aliados no processo de colonização espanhola do Paraguai. É preciso lembrar que esse momento era de tensão entre Portugal e Espanha, por conta da disputa territorial dessa região. Por conta disso, as missões funcionavam como uma importante instituição de fronteira, pois acabavam fazendo papel de barreira viva entre as ocupações, e ajudavam a impedir a invasão portuguesa. Ainda assim, a forte presença de colonos advindos de São Paulo, herdeiros do bandeirismo, continuavam a capturar indígenas, indo de encontro com o trabalho dos jesuítas nas reduções. É por conta disso, e por

conta da resistência dos povos indígenas das missões do Paraguai que não se pode deixar de levar em consideração a imprescindível atuação dos indígenas como atores políticos e produtores de conhecimento.

Antes de trabalhar na conversão dos povos indígenas com os quais teve contato, Sánchez estudou filosofia, teologia e atuou como professor dedicando-se sobretudo aos estudos de História Natural. O jesuíta nasceu no município de La Guardia, localizado na província de Toledo, Espanha, em 1714 ou em 1717. Em 1732 entrou para a Companhia de Jesus (SAINZ OLLERO, 1989) e sua formação foi feita inicialmente no Colégio de Valladolid e, posteriormente, na Universidade de Córdoba, onde obteve seu diploma. Em 1767, quando retornava de uma viagem, recebeu a notícia da expulsão dos jesuítas das colônias do império espanhol (FLECK, 2015). Por conta da expulsão, no ano seguinte chega à Itália e se estabelece em Ravena, onde ocupa cargo de superior de uma das casas da Companhia de Jesus da cidade. Permaneceu durante 30 anos na mesma situação, e nesse processo se dedicou à escrita das suas principais obras, dentre elas, *Paraguay Natural Ilustrado*, que ainda está conservado em manuscrito na Itália (FLECK, 2015), país em que o padre José Sánchez morre no ano de 1798.

Quando ocorreu a expulsão dos membros da Companhia de Jesus das áreas coloniais do império espanhol, suas propriedades foram confiscadas, em cumprimento ao decreto de 27 de fevereiro, assinado por Carlos III. A expulsão era parte de um conjunto de reformas da coroa espanhola, conhecido como Reformas Bourbonicas, que pretendia aumentar o controle do poder real sobre os domínios ultramarinos. Antes de Carlos III, d. José I, de Portugal, já tinha expulsado os jesuítas das colônias portuguesas em 1759, estabelecendo uma relação de subordinação do Clero com o Estado (SCHWARTZ; LOCKHART, 2002). No processo de expulsão, os padres do Vice-reinado do Rio da Prata foram os últimos a deixar as reduções pelas dificuldades de suas substituições, deixando suas residências em 1768. Os documentos encontrados com os jesuítas foram confiscados, pois acreditava-se que através deles poderiam encontrar resquícios e evidências de suas atividades. Logo, eles foram autorizados a viajar apenas com as vestes. Em condições precárias, foram direcionados para Córsega, de onde foram enviados, em sua maioria, para as cidades de Faenza, Ravena, Brisighella e Ímola (SAINZ OLLERO, 1989).

A obra escrita e publicada por José Sánchez Labrador reúne em torno de 127 ilustrações feitas pelo próprio autor, e é dividida em 4 partes ou tomos. Essa obra nunca foi publicada integralmente até hoje, e permanece no Arquivo da Companhia de Jesus em Roma. Muitos

estudiosos já produziram diversas pesquisas sobre essa obra. Ainda assim, ela se manteve inédita desde o século XVIII, pois:

Autores como José Luis Molinari (1938), Guillermo Furlong (1948), Aníbal Ruiz Moreno (1958), Hector Sainz Ollero, Hélio Sainz Ollero (1989), Francisco Suárez Casdona, Miguel Vázquez de Castro Ontañón (1989) e Mariano Castex (1963) limitaram-se a fazer publicações parciais de certos tomos, livros e capítulos do *Paraguay Natural Ilustrado*, sendo que na maioria das vezes, não indicaram as referências completas dos excertos selecionados (FLECK, 2015, p. 14).

Dentre suas 4 partes que completam a obra aqui estudada, a primeira divide-se em três, que contêm 588 páginas e dedicam-se a estudar os *Usos útiles que de sus producciones pueden hacer varias artes*. Já a segunda parte, que trata, em geral, da botânica, tem 500 páginas e os livros: *I. Botanica, o de las Plantas em general; II. Selvas, Campos y Pradarias del Paraguay; III. Los Arboles em particular; IV. Palmas, Tunas y Cañas; V. Ycipos, y Hierbas e VII. Algunos útiles y curiosos usos*, escritos em 1772. Na terceira parte, Sánchez Labrador começa a introduzir a fauna com os seguintes livros: *I. Animales Quadrupedos; II. Las Aves e III. Los Peces*. Por fim, em sua última e quarta parte, o religioso escreve 373 páginas ainda sobre a fauna, mas agora dedicando-se a outros animais nos livros: *I. De los Animales Amphibios; II. De los Animales Reptiles e III. De los Insectos* (FLECK, 2015). Nessa última parte, pode-se ler a respeito de vários insetos e as terapêuticas atribuídas a eles, como as aranhas, os grilos, os besouros ou até piolhos. Junto deles, Sánchez Labrador escreve sobre as propriedades terapêuticas das formigas, seus ovos e até seus formigueiros: Esses insetos têm muito espírito ácido, sal volátil e óleo: também seus ovos e seu formigueiro. Lei. Reg. Societitar Academ. Anni 1712. Esse espírito é um excelente remédio para controlar o corpo humano [...]” (FLECK, 2015, p. 585-586).

É possível perceber que os usos desses animais estão muito associados à alimentação, entretanto, a separação entre alimentação e remediação ainda no século XVIII era muito pequena (EDLER, 2013). É interessante ressaltar, entretanto, que em seu registro, não há especificidades em relação ao tipo de formiga que ele se refere. Ainda assim, afirma que elas podem auxiliar no tratamento de diversas enfermidades, como lepra e gota². Logo, para pensarmos a relação da fauna com a alimentação, e a partir dela, analisar as práticas terapêuticas dos animais, deve-se levar em consideração a história dos animais, sobretudo no que tange a relação entre humanos e animais,

² Não necessariamente a lepra e a gota citadas por Sánchez sejam as mesmas que nós conhecemos atualmente. Seria necessário fazer uma análise da história dessas doenças nesse período para compreendermos melhor qual entidade nosológica que elas representam.

pensando nas agências dos não-humanos, como as formigas, e a sua ligação com as teorias hipocrático-galênicas e com a história natural vigentes no período.

A medicina e as teorias hipocrático-galênicas

Durante os séculos XVII-XVIII, a medicina europeia continha diversas vertentes teóricas, como o *vitalismo*³, a *iatroquímica*⁴, o *galenismo*⁵ e a *iatromecânica*⁶ (EDLER, 2013, p. 96). Cada uma delas estabelecia uma forma de analisar e conhecer a natureza, bem como uma concepção e entendimento da saúde e da doença. Essas, por sua vez, eram, em geral, percebidas organicamente, através dos sintomas físicos de cada paciente, de forma que os diagnósticos e os tratamentos passavam a estar mais atrelados ao indivíduo enfermo. Nesse caso, as dores físicas e psíquicas eram explicadas através dos processos físicos específicos de cada corpo doente (EDLER, 2013). Uma das grandes mudanças que ocorreram na medicina ocidental foi a constituição da medicina hipocrática na Grécia Antiga. Hipócrates elevou a medicina ao seu patamar científico, estabelecendo doutrinas de trabalho para essa ciência. Segundo seus escritos, existem elementos imateriais que são constitutivos da natureza e corpo humano, e o desequilíbrio dessa ordem física, indicaria o estabelecimento de uma doença. As histórias clínicas e o olhar mais sistematizado do médico para seu paciente passaram a se tornar práticas fundamentais com Hipócrates e seu *Corpus Hippocraticum*⁷ (CH).

Durante o período helenístico, em Alexandria, já começaram a surgir as primeiras críticas aos trabalhos e tratados de Hipócrates, mas a grande exegese de Galeno, que é considerado ainda hoje um dos maiores intérpretes da obra de Hipócrates, foi uma das mais importantes interpretações para o fundamento do legado histórico da medicina hipocrática (REBOLLO, 2006). Além de comentar e analisar as obras de Hipócrates, Galeno também fez um compilado dos seus comentadores anteriores, e assim as teorias e tratados hipocráticos foram levados ao conhecimento público junto da filosofia natural galênica, que se esforçou para dialogar com as teorias de

³ Doutrina do século XVII que perdurou por séculos no discurso e na prática médica. Ela pressupunha a existência de um princípio vital do corpo humano, e que esses organismos são fundamentalmente diferentes dos objetos inanimados. Ver mais em Lara (2015).

⁴ Doutrina fundada por Jan Baptista van Helmont (1580-1644). Seus fundamentos estão no funcionamento do organismo humano a partir de processos e reações químicas.

⁵ Sistema difundido pelo médico Galeno (130 d. C- 210 d. C), que se baseava na teoria humoral, dos 4 humores do organismo. Teve como influência direta as ideias e postulados de Hipócrates, e ajudou a difundir-las.

⁶ Doutrina médica do século XVII que compreendia os fenômenos fisiológicos em termos mecânicos.

⁷ Coleção de tratados médicos hipocráticos. Para saber mais ver Rebollo (2006).

Hipócrates, Aristóteles e Platão, dando corpo ao chamado hipocratismo galênico (REBOLLO, 2006).

Em se tratando das bases teóricas da medicina hipocrática, suas concepções estão pautadas na fisiologia e na anatomia, sendo que não existia uma distinção tão grande entre elas: “A fisiologia contida no CH deriva de uma anatomia teorizada, fortemente comprometida com a filosofia natural do final do século V e primórdios do século IV a.C.” (REBOLLO, 2006, p. 54). A natureza particular do corpo, sua *physis* está em sua base, e ela é uma parte da *physis universal*, organizadora e princípio originário do corpo.

Enquanto princípio organizador do corpo, a *physis* projeta no ser as qualidades da harmonia, da ordem e da beleza, regendo a morfologia e as funções normais do corpo e de suas partes. Mas a *physis* também rege a doença e os seus sintomas, e é por esse motivo que a doença era, para a maior parte dos autores do CH, um fato natural e não sagrado (REBOLLO, 2006, p. 54).

Sua ação se dá por motivos ou de necessidade - do cosmo ou da natureza -, ou acaso. Logo, a *physis* pode alterar o destino da natureza que atinge a todos, ou pode transformar a natureza acidentalmente, inclusive inesperadamente, como é o caso da reação indesejada do organismo a algum medicamento. Cada um dos objetos naturais existentes dentro dessa lógica possui sua *dynamis*, ou um conjunto delas, que estão dentro da *dynamis universal*, e ela é objeto fundamental da observação do médico hipocrático. As *dynamis* se subdividem e são concebidas de três formas distintas, como:

Princípio de movimento (virtudes ou forças operativas) causado por forças qualitativas elementares (o quente, o frio, o úmido, o seco, o doce, o amargo, o salgado etc.); (2) como resultado da quantidade e intensidade de ação dessas forças qualitativas elementares; e (3) como resultado da interação entre matérias elementares (água, fogo, ar e terra) (ENTRALGO apud REBOLLO, 2006, p. 55).

A teoria humoral é baseada em muitas dessas concepções, pois os humores são resultantes das interações das *dynamis*. Sobre a teoria humoral, ela foi sistematizada de forma clara no texto de Aristóteles de nome *Da natureza do homem*. Seus elementos água, fogo, ar e terra, geram as qualidades dos corpos, que podem ser quente, frio, seco e úmido. A correspondência entre os quatro elementos, com as quatro qualidades também está diretamente ligada na teoria humoral com as quatro estações do ano (inverno, primavera, verão e outono). Os humores são resultantes dessas correlações, e o estado de saúde dos humanos depende do equilíbrio entre as qualidades, os elementos e as estações (REZENDE, 2009). Para encontrar o reequilíbrio desse corpo enfermo

através da cura, é preciso eliminar os humores em excesso ou que estejam alterados, corrigindo a chamada *discrasia*, que é a desordem dos humores, alcançando, assim, a *encrasia*, que é a harmonia deles (REZENDE, 2009). Essa teoria tem relação direta com as bases terapêuticas estabelecidas em *Paraguay Natural Ilustrado*, que, junto dos saberes e práticas indígenas no preparo e ingestão de certos animais, cria uma “mestiçagem terapêutica” (EDLER, 2013).

A História Natural e a História dos Animais

Antes de adentrar à análise da fonte, é preciso estabelecer algumas reflexões sobre a importância da história natural e da história dos animais para compreendermos melhor o papel desses seres na obra estudada. A partir de 1970, a historiografia passou por algumas mudanças de ordem metodológica. Essas mudanças produziram novas perguntas e objetos estudados pelos pesquisadores, muito influenciados por alguns movimentos sociais, como, por exemplo, o feminismo, que impactou os estudos de gênero, ou o ambientalismo, que ganhou força desde os anos 1960, gerando novos estudos sobre o meio ambiente. A partir da década de 1990, os estudos relacionados à história ambiental revisitaram as categorias de “natureza” e “cultura”, introduzindo novas discussões sobre a agência dos animais, dando cada vez mais atenção às suas práticas situadas (REES, 2017). Dentre as áreas que se debruçaram sobre os estudos acerca dos animais, a concepção de agência animal encontrou ressonância na arqueologia, antropologia, história da arte e na teoria política. Essa concepção se tornou um conceito historiográfico e epistemológico importante com o surgimento da “história vista de baixo” (REES, 2017). Em seu trabalho *Animal agents? Historiography, theory and the history of science in the Anthropocene* (2017), Amanda Rees discute algumas questões fundamentais sobre esse conceito, como: Onde a agência é encontrada? Consiste em uma vontade independente? Ela deve ser encontrada na ação ou na interação do agir? Os caminhos tomados por esses estudos, atualmente, são traçados a partir dessas reflexões, e por isso, a área de estudo sobre a história dos animais vem ganhando um papel relevante para a historiografia.

A autora ainda ressalta o lugar de destaque da história da ciência como campo em diálogo com a história dos animais, pois se aproxima das chamadas *deep sciences*, tendo maior possibilidade de desenvolver estudos interdisciplinares com desenvoltura e quebrar certas dicotomias, como a ideia de que alguns objetos de estudos são pertencentes às ciências naturais e outros às ciências humanas, que é um dos reflexos da velha distinção entre natureza e cultura, tão impregnada em nossas vidas e concepções de mundo. Neste trabalho, para analisar a relação do homem com os animais, e nesse caso específico, com as formigas, a história dos animais se faz fundamental, pois

auxilia na compreensão sobre qual o impacto delas na saúde e na terapêutica estabelecida às mesmas, levando em consideração sua interação com o meio e com outros seres.

Ainda sobre a interação dos animais com o meio, em *Paraguay Natural Ilustrado*, Sánchez escreve sobre essa relação, no sentido de demonstrar como alguns animais são responsáveis por descobrir certas utilidades e propriedades terapêuticas das plantas do Paraguai. Pode-se ler com detalhe sobre essa interação e sobre a importância desses animais à saúde tanto deles mesmos quanto dos humanos na segunda parte do livro, no tópico denominado *Reflexiones. Los animales han descubierto varias hierbas útiles*.

Não se pode negar que os animais com sua natureza sagacidade descobriram aos homens as virtudes de muitas plantas. Para o cervo, e cabritos monteses, é devido o conhecimento do Dictamo Crético. Comendo esta erva eles agitam os saltos, que o caçador os prega. A celidônia⁸, tão lucrativo à vista, descobriu as Andorinhas, curando com elas os olhos feridos de seus filhinhos. Para a felicidade dos partos um leão mostrou a eficácia do sábio. As cobras, que comem a erva-doce julgo, [etc.] metendo-se nessas ervas, ficam nuas [...] desta maneira, os animais ensinaram às faculdades ocultas de muitas outras plantas, o mesmo nome Botânico Poeta e outros escritores. O pato Macangua também nos mostrou o seu.” (FLECK, 2015, p. 211-212).

Em se tratando da história natural no alvorecer do século XVIII, existia um amplo consenso de que ela consistia na observação, coleta e descrição de flora e fauna, embora a forma pela qual isso deveria ser feito, e porque deveria ser feito, tenha mudado. Percebe-se uma unidade na história natural que permitiu que os naturalistas se vissem como parte de uma importante tradição. De fato, o sucesso dos naturalistas em estabelecer essa tradição levou uma historiadora a descrever a história natural como a “grande ciência” do final do século XVII e XVIII (FINDLEN 2006, p. 436). Certamente alguns valores correlacionados foram peça chave para manter a utilidade do conhecimento sobre a natureza como algo relevante tanto em termos econômicos quanto religiosos, isto é: a ênfase na observação e experiência como um pré-requisito e uma ajuda corretiva à razão; a ênfase no particular e não no abstrato; a ampla participação de uma gama de setores da sociedade; uma estreita relação com a exploração geográfica e crenças sobre a utilidade do conhecimento sobre animais, plantas e minerais. O ato de nomear e ordenar a vida, era importante nesse período. Ainda no século XVIII, a história natural não estabelecia uma relação tão clara entre o que era visível e invisível, ou entre a forma e a função (CASTAÑEDA, 1995). Sánchez, na parte

⁸ Vale adicionar que atualmente a celidônia é conhecida popularmente como erva andorinha.

terceira de seu livro, escreve sobre a história dos animais, zoologia, e história natural. Ao tratar dessa ciência, o religioso a descreve como:

Esta ciência lucrativa é dividida em tantas partes separadas, quantas são as classes de animais, cuja história é complexa. A primeira é a antropologia, a história do homem: a segunda, Tatreologia, história dos quadrúpedes. Terceiro, Laornitologia, ou tratado das aves; a quarta, a Anfibiologia, que finalmente tem a Anfíbios: a quinta a Ictiologia cuja hipótese são os peixes: a Entomologia, que é a sexta, tem como objeto as criaturas que tem asas, logo os Insetos: enfim entre a Zoofitologia, cuja meta são os Zoófitos, ou certos corpos marinhos, cuja naturalização é Animal, bem como que regularmente sua figura condiz com o Vegetal; Por esta razão, eles também são nomeados, animais de plantas, plantas animais [...] ⁹(FLECK, 2015, p. 389-390)

Mais à frente, o autor escreve sobre o que ele intitula “voz animal”, um termo muito interessante e que tem muita relação com a importância desses seres. A ideia de voz animal tem relação com os sentidos de todos os seres existentes, incluindo os zoófitos (corpos marinhos de conformações semelhantes às dos vegetais), pois, para Sánchez, todos tem teriam a capacidade de sentir. No entanto, assim como escreve Buffon, a ideia de animal é situada, genérica, e, quando imaginamos e pensamos em algum animal, em geral são animais próximos da vida humana, como o cachorro, que participa e interage com os humanos através da sua inteligência e vontade, “que denota mover e ser determinado de acordo com esta vontade; que são compostos de carne e sangue; que procuram e recebem alimento; e que são adornados com sentidos e sexos [...]” (FLECK, 2015, p. 390). Mas essas são representações ou ideias gerais sobre os animais, quando muitas são as possibilidades de agir e da vontade animal, que dão vazão à voz animal. Assim, como o autor acredita que a natureza é hierarquizada e opera em graus de sensibilidade, também acredita que deva existir animais com menos voz que outros, por assim dizer. Ou seja, um inseto, por exemplo, é menos animal que um cachorro, mas uma ostra é menos animal que um inseto, e assim por diante (FLECK, 2015). Nesse sentido, a vontade, se percebida pelos humanos, pode determinar esses graus. Assim, digamos que as formigas tenham uma voz menos audível que os cachorros, entretanto, fazem parte da vida cotidiana dos povos nativos e das missões jesuíticas no Paraguai, e nelas a observação e o registro de suas características, bem como de suas propriedades terapêuticas, pode, de alguma forma, mostrar a importância dada ao comportamento desses pequenos seres.

⁹ Atualmente a zoologia é dividida em outros ramos: entomologia (estudo dos insetos), carcinologia (estudo dos crustáceos), helmintologia (estudo dos vermes), malacologia (estudo dos moluscos), ictiologia (estudo dos peixes), herpetologia (estudo dos répteis e anfíbios), mastozoologia (estudo dos mamíferos), ornitologia (estudo das aves), etologia (estudo do comportamento animal), mirmecologia (estudo das formigas) e primatologia (estudo dos primatas).

Sánchez despense bastante empenho para explicar sobre as especificidades dos animais em relação aos vegetais, e a relevância dos primeiros para o conhecimento da natureza e do ambiente. Esse é um ponto central de seu tratado, sobretudo para compreender os usos desses seres no reconhecimento de novas plantas terapêuticas ou até mesmo no conhecimento das suas próprias propriedades terapêuticas.

As formigas, seus ovos e seus formigueiros e suas propriedades terapêuticas

Na quarta parte de *Paraguay Natural Ilustrado*, José Sánchez Labrador dedica-se a falar sobre os insetos e suas utilidades e qualidades para a medicina e para a saúde. Ainda que tenha selecionado em torno de 20 insetos em seu escrito, que são: as *abejas*, as *abispas*, os *alacranes*, as *arañas*, as *cantárides*, os *chinchas*, a *cientopias*, a *cigarra*, as *cochinillas*, as *cucarachas*, os *escarabajos*, *garrapatas*, os *grillos*, as *hormigas*, os *langosta*, os *lombrices*, as *moscas*, os *zancudos*, as *orugas*, os *piojos* e as *sanguijuelas* (JOAQUIM, 2014), o religioso demonstra que eles pareciam ter uma importância menor em relação aos outros animais para os médicos, pois eram pouco estudados, e inclusive depreciados pela sua pequenez.

Primeiramente, o autor explica a utilidade dos insetos tanto para a botânica quanto para a anatomia. Sua utilidade para a anatomia botânica está relacionada ao estudo de algumas folhas de plantas, e do próprio sentido do sangue dentro de seus organismos, até porque contraria algumas teorias antigas de que o sangue correria para as extremidades dos nossos corpos procurando as nossas artérias. Para a medicina, os insetos eram considerados bons por auxiliarem no caso de ossos quebrados e enfermidades internas. Um dos métodos que os médicos usavam quando utilizavam os insetos envolvia a sua secagem, transformando-os em pó, e esse pó era administrado em doses aos doentes, utilizando de diversos meios. Alguns médicos, por exemplo, usavam o óleo comum para ministrar esse pó e assim preparar e conservar esse substrato. Existiam várias virtudes encontradas nesses pequenos seres, como alega Sánchez. Uma delas era o sal, que neles seria mais penetrante e volátil do que em outros animais. Esses insetos também tinham uma espécie de bálsamo natural, que poderia produzir bons efeitos terapêuticos, pois possuíam enxofre mais efetivo que o comum. Os insetos aquáticos continham sal volátil muito quente, já os terrestres o continham também, mas era preciso ser temperado com óleo. (FLECK, 2015)

É possível visualizar a presença de alguns elementos da química do período nos apontamentos de Sánchez Labrador. Quando o jesuíta escreve sobre os sais que os insetos possuem, e mesmo o bálsamo natural que pode ser encontrado em alguns deles, está se baseando em uma tradição de estudos de química, como a tradição paracelsiana, que já estudava as

características dos elementos salinos. Vale ressaltar que o conceito de sal foi reestruturado por alguns químicos desde o século XVII como Wilhem Homberg (1652-1715) e Louis Lémery (1677-1743). Ronei Clécio Mocelin, em seu artigo *Conceitos nômades, a filosofia química na Ilustração* (2018), comenta sobre a relevância dos sais para as tradições químicas: “Os sais inauguraram uma racionalização da química a partir de relações de substituições e de deslocamentos ($A + BC \rightarrow AC + B$), nas quais os efeitos mais evidentes da ocorrência de uma operação eram as precipitações, os eflúvios aéreos e as mudanças de coloração” (HOLMES apud MOCELIN, 2018 p. 187).

Após as explicações gerais sobre a utilidade dos insetos para a medicina e para a saúde, Sánchez Labrador lista alguns insetos em ordem alfabética para explicar suas utilidades e suas propriedades terapêuticas. Em se tratando das formigas, é interessante ressaltar que outros autores, entre o século XVII e XVIII, tinham relatado algumas informações e características acerca delas, não apenas na região do Paraguai, mas em outras localidades. Um dos exemplos é o caso da França Equinocial no Maranhão, local em que o Frei Yves d'Évreux escreve seu relato de viagem, e em um dos capítulos de seus registros, ao falar das formigas, expressa o uso desses animais para a alimentação dos nativos, preparados de forma ritualística. No capítulo das caças dos ratos, das formigas e das lagartixas de sua obra *Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614* (1864), o padre escreve sobre diversos detalhes a respeito dos tipos de formiga existentes nessa região, com as quais conviveu, e dá muita ênfase nas suas experiências pessoais observando o cotidiano desses pequenos animais. Como se debruça sobre o processo de caça das formigas, também pode-se observar a importância da relação entre humanos e animais nos seus registros, que se iniciam explicando que as caças se dão em época de chuva, quando as formigas trocam de habitat. Quando os indígenas vão à caça, eles buscam as formigas mais grossas, que por sua vez são preparadas sem asa para a alimentação. Outro modo de caça que é narrado por d'Évreux é aquela feita pelas mulheres, que sentam-se na boca dos formigueiros, e por meio de uma cantoria, trazem as formigas para fora de suas casas. Os estudos já existentes¹⁰ sobre o religioso acreditam que quem traduziu esse canto a ele foi um intérprete que, muito provavelmente, já vivia na região há tempos e conhecia bem a língua dos tupinambás. Nas notas sobre a caça às formigas feitas pelas mulheres, existe a informação de que essas nativas não o faziam apenas como forma de acabar com

¹⁰ Essa informação pode ser acessada na versão brasileira de 2002 da mesma obra: D'Évreux (2002).

a destruição das plantações de milho, mas também porque as formigas torradas eram consideradas uma das grandes iguarias nutritivas, cuja receita foi ensinada a elas por colonos do Sul do Brasil.

Saint-Hilaire, um dos viajantes que percorreu o Brasil, também relatou o costume de se comer formigas assadas, das quais ele mesmo teve a oportunidade de provar: “ Eu mesmo comi um prato destes animais, preparados por uma mulher paulista, e não lhes achei mau gosto” (SAINT-HILAIRE *apud* CANDIDO, 2002, p. 414). O capitão-mor Martim Soares de Sousa também escreve sobre as formigas, e de forma mais clara explica seu proveito aos indígenas: “E estas formigas comem os índios, torradas sobre o fogo e fazem-lhes muita festa; e alguns homens brancos andam entre eles, e os mestiços as têm por bom jantar, e o gabam de saboroso [...]” (CANDIDO, 2002, p. 414).

Outro tratado de receitas também nos serve aqui para cruzar as informações sobre as formigas e suas propriedades terapêuticas. O tratado *Remédios varios e receitas aprovadas*, apesar da sua organização complexa que dificulta o entendimento do leitor, essa obra do século XVI contém segredos, que na época eram muito comuns e procurados, por ser um gênero muito indicado aos problemas da vida cotidiana. Além de receitas de remédios para a medicina veterinária, como alguns que ajudam a eliminar moscas, outros segredos inserem pedras, plantas e animais – nesse caso os insetos -, como as formigas. Elas são citadas em uma receita para cálculo renal, assim como em outra que tem relação com a queda de cabelos, cuja qual, com outros ingredientes, usa-se meia tigela de ovos de formigas (BARROS, 2016).

Essas informações que provêm de outros relatos e receitas nos ajudam a pensar sobre a transformação do uso das formigas, além de observar a grande quantidade de práticas e saberes locais existentes na América do Sul. Quando José Sánchez Labrador descreve as propriedades terapêuticas e utilidades das formigas, primeiramente diz que são insetos que contêm muito espírito ácido, sal volátil e óleo, e pode-se encontrar tais elementos em seus ovos e formigueiros. Esses elementos são bons remédios para estabelecer um equilíbrio no corpo humano e reestabelecer suas forças prostradas. Pode-se fazer, a partir da formiga e do que ela contém, o medicamento chamado *Aqua magnanimitaxis*, que serve contra dores de cabeça, sobretudo para a celebração, causada pela apoplexia, que provêm da fleuma abundante no organismo (FLECK, 2015). Aqui pode-se notar as influências da teoria humoral, proveniente das noções médicas hipocrático-galênicas, segundo a qual acreditava-se que os elementos primários do corpo humanos eram a água, o fogo, o ar e a

terra. Esses elementos geram as qualidades que são: quente, frio, seco e úmido, que organizadas dão origem aos humores. (REBOLLO, 2006).

Outro remédio que Sánchez acreditava ser muito bom era o óleo de formiga, que se aplicava no exterior do corpo. Para produzir esse remédio, as formigas com asas são eram consideradas as melhores. Mergulhava-se os insetos num vidro de azeite comum e levava-se ao sol por 40 dias. “Esse azeite tem a virtude de vivificar os espíritos, expulsar os flatos e curar as úlceras malignas” (FLECK, 2015, p. 586). Os ovos das formigas também eram considerados excelentes para expelir os flatos. Pode-se reparar que o tamanho, ou a especificidade da formiga também era usada como característica para direcionar seu uso, como as formigas grandes, que eram remédios muito bons para enfermidades como a Tinã, a sarna e a lepra. O uso correto delas, segundo Sánchez, devia ser desmanchando-as em sal e colocando essa mistura em cima das feridas. Os formigueiros também podem ser usados para produzir remédios, se um pedaço dele fosse fervido em água, o religioso afirma que auxiliava para aquecer, secar e fortalecer os nervos (FLECK, 2015). Esse remédio era utilizado em caso de Gout, Perlesia, Males de Madre e Xaqueca. Ainda sobre os formigueiros, o jesuíta relata que eles continham pedaços que exalam cheiro de âmbar e incenso, servindo também de exumério e perfume.

É possível observar através desses relatos feitos pelo religioso que os remédios, que eram produzidos de diversas formas, em geral, eram utilizados de forma interna e externa, dependendo da enfermidade tratada. No caso dos remédios de uso interno, seu uso e preparo se aproximavam muito do ato de cozinhar e alimentar-se. Por último, mas não menos importante, Sánchez escreve sobre a Goma Lacca, produto de certas formigas. Ela tinha muito óleo, pouco sal volátil e pouca terra, tendo a virtude de atenuar e desfazer as obstruções do fígado e do baço. Esse remédio extraído de certas formigas era recomendado conta a *hydropesia* e *tiricza*¹¹, provocando a urina e o suor, purificando, assim, o sangue. Novamente, podemos notar a ligação com a teoria humoral, cuja qual o excesso de algum humor deveria ser liberado através das excreções do corpo e pelo sangue. Nesse caso, a purificação do sangue escrita pelo religioso seria provocada através da urina e do suor do corpo enfermo.

O padre José Sánchez Labrador cita com frequência em seu texto alguns químicos, médicos e cientistas nos quais se baseia para fazer suas colocações a respeito dos insetos. Dentre eles podemos citar Robert James (1703-1773), Nicolás Lemery (1645-1715), Esteban Geoffroy (1672-

¹¹ Acúmulo de água e de bile no organismo.

1731) – cujo qual escreve sobre as formigas e foi fonte intelectual do religioso - e Jacques-Cristophe de Bomare (1731-1807) (JOAQUIM, 2014). Da mesma forma que estabelece um diálogo com esses cientistas europeus, também se apropria do conhecimento nativo da região onde se estabeleceu ao longo das missões que participou. O religioso estabelece uma relação com as autoridades médicas, mas ao mesmo tempo defende o valor de suas observações e experiências vividas nas missões. Logo, fica claro que se apropria de alguns saberes e práticas nativas quando, por exemplo, relata o preparo de um remédio à base de grilo, feito por dois sábios indígenas, cujo qual foi capaz de curar um nativo enfermo (JOAQUIM, 2014).

Assim, a noção de apropriação de Kapil Raj (2007) é fundamental aqui para se pensar a característica conectada ¹²da história dos saberes científicos e naturais, bem como das práticas, registradas na obra estudada. O autor defende uma ideia de que é na

[...]circulação dos homens e das práticas, das informações e dos saberes, dos instrumentos e dos objetos, que as ciências e as técnicas se desenvolvem. Estes mesmos processos permitem a sua apropriação e naturalização em diferentes localidades, originando práticas ancoradas nestes diferentes lugares conectados pelos seus trajetos (RAJ, 2007, p. 177).

As práticas ancoradas nos lugares conectados através da circulação de homens e ideias está intrinsecamente e profundamente ligada às apropriações de ideias, saberes e práticas. Nesse caso, em *Paraguay Natural Ilustrado*, José Sánchez Labrador apropriasse de algumas práticas e saberes locais e indígenas – apesar de nem sempre informar isso em seu texto -, como algumas formas de preparar os insetos, ou os remédios que eles preparavam, ou até mesmo a forma de aplicá-los no corpo humano. Com esses saberes, ele dialoga com as suas leituras das autoridades médicas e dos cientistas que influenciam suas posições intelectuais (JOAQUIM, 2014). Também é importante pensarmos, juntamente da noção de apropriação, na concepção de *zona de contato*, estabelecida por Mary Louise Pratt (1999). Em seu livro *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation* (1992), que foi traduzido posteriormente em 1999 para o português, tendo como título *Os Olhos do Império. Relatos de Viagem e Transculturação*, a autora apresenta os mecanismos ideológicos e semânticos através dos quais os viajantes criam um campo de discurso sobre o outro. Ao longo de sua análise sobre viagens para a África, América do Sul e México, a autora lança mão de seu conceito de *zona*

¹² Algumas modalidades historiográficas recentes, como a história conectada, misturada ou cruzada, tem estabelecido, nas últimas décadas, modificações nas concepções de história da ciência. Diversas disciplinas, como a história, a antropologia, a economia e a filosofia contribuem para repensar a natureza negociada, contingente e local dos enunciados e dos objetos que constituem a ciência moderna. Ver mais em Raj (2007) e Gruzinski (2003).

de contato, definido como “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação [...]” (PRATT, 1999, p. 27).

Logo, se aplicarmos esses conceitos aos registros sobre as propriedades terapêuticas das formigas e suas utilidades para a medicina e para a saúde, podemos entender que há uma conexão entre as ideias e práticas situadas dos indígenas que foram apropriadas pelo jesuíta e, em diálogo e negociação com suas referências médico-intelectuais, estabelece um conhecimento conectado e negociado, através da zona de contato estabelecida nas missões, entre os povos nativos e os jesuítas que encontravam-se no Paraguai.

Considerações finais

Ao ler e analisar sobre o uso e as qualidades das formigas em *Paraguay Natural Ilustrado*, podemos estabelecer um diálogo com diversos campos de estudo da história. Podemos aqui cruzar conhecimentos e estudos da história das ciências, de áreas como a história dos animais, a história ambiental, a história da farmácia e da medicina e a história natural. É, sobretudo, na necessidade de estudar as possibilidades de agência dos animais e sua relação com os humanos, que pensar as formigas nesse manuscrito tornou-se um objeto importante e relevante para a lacuna ainda existente não apenas no campo da história das ciências, mas na história *tout court*. O padre José Sánchez Labrador, tanto na terceira parte quanto na quarta parte de seus registros, escreve sobre história natural e, sobretudo, sobre os animais e sua importância e utilidade para descobrir algumas propriedades naturais de plantas e outros elementos da natureza. A chamada *voz animal* que Sánchez insere em sua obra é fundamental para perceber a relevância da relação entre os animais, o ambiente e os humanos para a medicina e para a saúde.

Em se tratando de um membro da Companhia de Jesus, José Sánchez Labrador está inserido num mundo cultural e intelectual bastante relevante para o nascimento da ciência moderna – como discutimos no início do artigo –, bem como para a circulação de saberes e práticas pelos quatro cantos do mundo. Nesse processo de circulação, as apropriações de saberes e práticas situadas em localidades onde os jesuítas atuaram, foram de extrema relevância para a ciência moderna e para os estudos e conhecimento natural mais alargado e conectado. Mesmo no caso específico que nos interessa neste trabalho, que é o dos insetos, o religioso alerta sobre as possibilidades de usos e virtudes desses pequenos seres para a anatomia, botânica e para a medicina. Em diversos momentos de seus escritos sobre os insetos que seleciona, pode-se observar a

influência da teoria humoral, como quando Sánchez escreve sobre as aranhas ou sobre os grilos. Essa conexão também está presente na descrição das propriedades das formigas, seus ovos e seus formigueiros. Juntamente dos saberes estabelecidos pelas autoridades médicas, sobretudo da medicina hipocrático-galênica, as práticas e saberes indígenas foram essenciais para o estabelecimento de novos conhecimentos sobre os usos de elementos da natureza e mesmo dos animais.

Sendo assim, seguindo Raj em seu conceito de *apropriação*, juntamente da noção de *zona de contato* de Pratt, é possível perceber que a região das missões onde atuou o jesuíta foi fundamental para estabelecer o contato dos religiosos com a natureza, os saberes e as práticas nativas, levando em consideração as hierarquias e os poderes situados dessas trocas, proporcionando a circulação dessas trocas e ideias, através dos escritos de Sánchez, efetuando a apropriação dos saberes e práticas indígenas no conhecimento natural dos jesuítas, e possivelmente de outros letrados interessados em filosofia e história natural. Nesse caso, o conteúdo dos escritos do religioso demonstra a relevância da dinâmica ambiental, e sobretudo da zoologia na história ambiental, para pensar em usos de animais como métodos terapêuticos. No caso das formigas, é possível perceber que elas não eram utilizadas, por exemplo, para tratar a dor de cabeça, apenas pelos grupos indígenas com os quais Sánchez teve contato no Paraguai, assim como foi demonstrado ao longo do artigo.

Portanto, através dos postulados da teoria humoral, em conexão com os saberes e práticas indígenas, em constante circulação através das cartas, textos e registros jesuítas, pelo mundo, as propriedades terapêuticas das formigas são estabelecidas. Levando consigo noções específicas de saúde, doença, cura e terapêuticas que fazem parte da medicina hipocrático-galênica, e nesse caso, estabelece conexão com formas de cura que procuram eliminar os humores alterados ou em excesso. Também é possível concluir que a relação e a observação do contato de humanos e animais, descrita através das experiências de Sánchez, mas também dos outros viajantes e religiosos que citamos, auxiliou o conhecimento natural sobre os animais a avaliar a importância fundamental dos mesmos para o contato com outros importantes elementos e usos da natureza na terapêutica e na cura de enfermidades.

Referências bibliográficas:

ASÚA, Miguel de. **La ciencia de Mayo. La cultura científica en el Río de la Plata, 1800-1820.** Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2010.

- BARROS, Anabela Leal de. **Remédios vários e receitas aprovadas: segredos vários**. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.
- CANDIDO, António. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2002.
- CAROLINO, Luís Miguel. **O paraíso do astrónomo: o Céu Empíreo segundo Cristoforo Borri (1583-1632)**. *Clio, Série Revista de Pesquisa Histórica*, n. 27-1, 2009.
- CASTANEDA, Luzia Aurelia. **História natural e as idéias de geração e herança no século XVIII: Buffon e Bonnet**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, 1995. Disponível Online em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010459701995000300003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em 23 de julho de 2019.
- DEL VALLE, Ivonne. **Escribiendo desde los márgenes: colonialismo y jesuítas em el siglo XVIII**. México, *Siglo XXI editores*, 2009.
- D'ÉVREUX, Yves. **Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614**. Publié d'après l'exemplaire unique conservé a la bibliothèque impériale de paris, 1864.
- _____. **Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613-1614**. São Paulo: Editora Siciliano, 2002, p. 207-211, 414.
- DI LISCIA, María Silvia. **Saberes, Terapias y Prácticas Médicas en Argentina (1750-1910)**. Madrid, Consejo Superior de Investiga Científicas Instituto de História, 2002.
- EDLER, Flavio. **Plantas nativas do Brasil nas farmacopeias portuguesas e europeias, séculos XVII-XVIII**. In: KURY, L. (org.) **Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI-XIX**, Rio de Janeiro: Editora Andrea Jakobsson, 2013, p. 94-137.
- FINDLEN, Paula. **Natural History**. In: PARK, Katherine; DASTON, Lorraine. **Early Modern Science**. *Cambridge History of Science*, n.3, 2006.
- FLECK, Eliane Cristina Deckmann. **A medicina da conversão: apropriação e circulação de saberes e práticas de cura (Província Jesuítica do Paraguay, século XVIII)**. **Revista de Estudios Marítimos y Sociales**, Año 1-, nº 11, 2017, p.34-80. Disponível online em: <http://estudiosmaritimossociales.org/remss/remss11/DeckmannFleck.pdf>. Visitado em 23 de julho de 2019.

_____. Saúde, doença e morte no Paraguay Natural Ilustrado, do padre jesuíta José Sánchez Labrador (1771-1776). **Revista M.**, v. 2, n° 3, 2017, p. 192-213. Disponível online em: <http://seer.unirio.br/index.php/revistam/article/view/8156>. Visitado em 23 de julho de 2019.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; JOAQUIM, Mariana Alliatti; BIEHL, Maico. En orden a sus virtudes y facultades medicinales: um estudo sobre o Paraguay Natural Ilustrado de José Sánchez Labrador S. J. **Corpus**, v. 6, n° 2, 2016. Disponível online em: <https://journals.openedition.org/corpusarchivos/1709>. Visitado em 29 de julho de 2019.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann (org.): **As artes de curar em um manuscrito jesuítico inédito do Setecentos. O "Paraguay natural ilustrado" do padre José Sánchez Labrador (1771-1776)**. Sao Leopoldo: Editora Oikos, Editora Unisinos, 2015. p. 572-590.

GESTEIRA, Heloisa Meireles; TEIXEIRA, Alessandra dos Santos. As fazendas jesuíticas em Campos dos Goitacazes: Práticas médicas e circulação de ideias no império português (séculos XVI-XVIII). **Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica**, n° 27-2, 2009.

GRUZINSKI, Serge. **O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio**”. Estudos Avançados, v. 17, 2003.

JOAQUIM, Maria Alliatti. Bastaba esta general insinuación de la utilidad, que saca la Medicina de los Insectos, para apreciarlos [...]um estudo das virtudes terapêuticas de insetos na obra Paraguay Natural, do padre jesuíta José Sanchez Labrador. **Revista Latino-Americana de História**, v. 3, n° 12, 2014, p.70-84. Disponível online em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6238527>. Visitado em 29 de julho de 2019.

LARA, Jorge Tibilletti de. Entre a saúde e a moléstia: Nilo Cairo e o vitalismo no início do século XX. **Cadernos PET-Filosofia**, n° 16, 2015, p.119-137. Disponível online em: <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/60756>. Visitado em 22 de julho de 2019.

LEITE, B. M. B. **Verdes que em vosso tempo semostrou. Das boticas jesuíticas da Província do Brasil, séculos XVII-XVIII**. In: Lorelai Kury (org.). (Org.). Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2013, p. 52-93.

MILLONES FIGUEROA, Luis y LEDEZMA, Domingo. (eds.). **El saber de los jesuitas, historias naturales y el Nuevo Mundo**. Madrid: Iberoamericana, 2005.

MOCELIN, Ronei Clecio. **Conceitos nômades: filosofia química na Ilustração**. Curitiba, São Carlos, *Doispontos*, v.15, n., 2018 p. 183-197.

PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império. Relatos de Viagem e Transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999.

RAJ, Kapil. Conexões, Cruzamentos, Circulações. A passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX. **Cultura**, v. 24, 2007. Disponível online em: <https://journals.openedition.org/cultura/877>. Visitado em 23 de julho de 2019.

REBOLLO, Regina Andrés. O legal hipocrático e sua fortuna no período greco-romano: de Cós a Galeno. **Sientle studia**, v. 4, 2006, p. 45-82.

REES, Amanda. **Animal agents? Historiography, theory and the history of science in the Anthropocene**. Disponível online em <https://www.cambridge.org/core/journals/bjhs-themes/article/animal-agents-historiography-theory-and-the-history-of-science-in-the-anthropocene/CF8362D3CAA3B027AC275C169EB76366>. Acessado em 22 de julho de 2019.

REZENDE, JM. **À sombra do plátano: crônicas de história da medicina** [online]. São Paulo: Editora Unifesp, 2009.

SAINZ OLLERO, Hector; SAINZ OLLERO, Helios; CARDONA, Francisco Suárez y ONTAÑÓN, Miguel Vásquez de Castro. **José Sánchez Labrador y los naturalistas jesuitas del Río de la Plata**. Madrid: Mopu, 1989.

SCHWARTZ, Stuart B; LOCKHART, James. **A América Latina e o espaço colonial**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

Notas sobre colonialidade e violência nas obras de Pierre Clastres e Walter Mignolo

Notes on coloniality and violence in the works of Pierre Clastres
and Walter Mignolo

Cairo de Souza Barbosa
Doutorando em História
PUC-Rio
cairobarbosa@gmail.com

Recebido em: 30/06/2018

Aprovado em: 11/11/2019

Resumo: A ideia do presente texto é discutir como Pierre Clastres e Walter Mignolo caracterizam a violência simbólica da colonialidade moderna a partir das noções de etnocídio e epistemicídio. Entendidos como dispositivos de controle do corpo e dos saberes nos processos de colonização, especialmente no caso da América Latina, veremos como os dois conceitos contribuem para a compreensão da experiência que, ao longo dos séculos de “processo civilizador”, serviu como alicerce fundamental à propagação de uma violência que, naturalmente, é física, mas também simbólica, capaz de garantir o controle de expressões culturais diversas e a dominação e submissão das cosmovisões ameríndias e afro-diaspóricas à epistemologia canônica ocidental.

Palavras-chave: Colonialidade; epistemicídio; etnocídio; violência

Abstract: The idea of this paper is to discuss how Pierre Clastres and Walter Mignolo characterize the symbolic violence of modern coloniality based on the notions of ethnocide and epistemicide. Understood as control devices of the body and knowledge in the colonization processes, especially in the case of Latin America, we will see how the two concepts give meaning to the experience that, over the centuries of “civilizing process”, served as a fundamental foundation for the spread of a violence that, of course, is physical, but above all symbolic, capable of ensuring the control of diverse cultural expressions and the domination and submission of Amerindian worldviews to western canonical epistemology.

Keywords: Coloniality; epistemicide; ethnocide; violence

Introdução

Eric Wolf (1982) procurou definir a questão central colocada e defendida na visão que se criou a partir do século XV, na expansão europeia: as sociedades sem escrita alfabética e que se expressavam em línguas diversas seriam destituídas de humanidade, portanto sem história, e por isso deveriam deixar-se colonizar, dominar. Este discurso que emerge no ambiente moderno é

índice do surgimento de um novo modo de produção da vida no contexto pós século XVI, que trouxe à baila uma infinidade de possibilidades sociais, políticas e econômicas diferentes das que existiam anteriormente. Por outro lado, era também o início da construção (ou de fortalecimento) de uma atmosfera de superioridade racial, cultural, étnica e civilizacional de um continente – a Europa – sobre os outros. A partir disso, foram se moldando uma infinidade de dispositivos de controle dos corpos, seja pela postura de ataque direto, seja pela submissão intelectual. O que se construiu, com isso, foram mecanismos de violência ligados tanto à ação mais incisiva e normativa, no plano prático, mas também caros à ordem simbólica.

De antemão, é importante partir de algumas definições breves e gerais sobre o que sejam modernidade e colonialidade. A ideia de uma oposição entre o “novo”/”atual” e o “velho”/”tradicional” ganha fôlego no contexto de amplas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que a crise do feudalismo trouxe à Europa. Para sondar essa transformação estrutural, Koselleck procura empreender um estudo sobre as mudanças no campo da linguagem, especialmente no conceito de história nesse recorte, que vai de 1500 a 1800. Para ele, esse período presenciou uma temporalização da história, em cujo fim se encontra uma forma peculiar de aceleração que caracteriza e dá qualidade diferente a essa “modernidade” surgida na virada dos séculos XV e XVI. Desde então, o homem teria adquirido uma consciência de que o transcorrer do tempo comporta uma série de mudanças, o que gerou um afastamento importante entre o espaço de experiência, o acúmulo de histórias do passado, e as projeções e expectativas, em dado presente, em relação às possibilidades de futuro postas na sociedade europeia do século XVI em diante (KOSELLECK, 2006).

Essa “primeira cascata de modernidade” teria início justamente no encontro europeu com o “Novo Mundo”. Surge, nesse contexto, um sujeito histórico ciente de si como um observador de primeira ordem da experiência prática, e que se autoproclama também como o único capaz de produzir saber no âmbito da história. De forma ainda mais complexa, o conhecimento passa a assumir uma forma de “interpretação da realidade” exterior à consciência, isto é, cria-se uma oposição entre sujeito e objeto, entre mundo do saber e materialidade. Gumbrecht considera que esse período fundacional abriu caminho para a uma epistemologia baseada no princípio do “campo hermenêutico”, ou seja, em que a autoridade de nomeação e produção de sentido está no sujeito, lido agora como ser universal dotado de uma consciência histórica capaz de dar nome à realidade exterior (GUMBRECHT, 2010).

A irrupção de uma experiência nunca vista até então se ancorava também nos acontecimentos que deram sentido à ideia de um mundo moderno: grandes navegações, reformas religiosas protestantes, renascimento cultural, revoluções (inglesa, industrial, francesa), secularizações, revoltas, novos grupos sociais, novos atores políticos, instituições, representações. Saía de cena o Feudalismo e a Idade Média e emergia, concomitantemente, um mundo que era chamado de moderno e que se auto referenciava como tal. Junto disso, muitas das narrativas das filosofias da história dos séculos XVII, XVIII e XIX, apesar de suas variedades e especificidades, indicavam que o progresso seria responsável por difundir a razão como valor universal. Como devir, não como forma acabada, o desenvolvimento dessa “virtude” necessitava, contudo, de mecanismos de coerção e garantia da “ordem”, a fim de conter todas as possibilidades de perversão e desvio da marcha histórica do progresso.

Essa “modernidade europeia”, que se fez a partir da temporalização da história, do afastamento entre experiência e expectativa, da construção de um sujeito histórico cognoscente e da solidificação de um campo hermenêutico capaz de interpretar a realidade, foi se construindo a partir de uma relação com o Outro, aquele que era diferente da identidade ocidental. Dessa contraface surge a colonialidade, uma expressão desse ser moderno, projetada nas regiões ocupadas na expansão colonial, que transcende os particularismos próprios da empreitada de dominação, criando uma dimensão lógica da existência social que não desaparece com a independência e a descolonização política no século XIX (QUIJANO, 1997). Em outros termos, a colonialidade é parte constituinte e constitutiva da modernidade, posto que foi na decorrência da expansão marítima europeia pós século XVI que germinou, em primeiro lugar, uma nova economia mundial pautada na lógica do capitalismo emergente; e que depois o próprio continente europeu pôde se autoconstruir do ponto de vista étnico, cultural e econômico, a partir da definição de um Outro com o qual não queria se identificar.

Se o europeu se autoproclama “vacionado”, do ponto de vista da consciência histórica, a nomear tudo o que existe no mundo material, esse sujeito cognoscente vai tentar, também, construir, para si e para o outro, o próprio sentido atribuído àquele que não pertence à sua identidade. Essa “projeção de si no Outro” (DUSSEL, 1993), típica da modernidade/colonialidade, é garantida a partir de um mecanismo fundamental: a violência. Dentre as diversas possibilidades, ressaltamos aqui dois tipos específicos: o etnocídio e o epistemicídio. Entendidos como motores fundamentais dos processos de conquista e subjugação do “Novo Mundo”, especialmente importantes no caso das Américas, tais conceitos encontram

em Pierre Clastres (2004, 2004a) e Walter Mignolo (2003, 2006, 2007, 2008) uma ressonância que indica o próprio oposto do “projeto civilizador moderno”. Para eles, as ideias de progresso e razão europeias, responsáveis por ditar o ritmo do controle, por parte do Estado-nação, sobre as colônias, deveriam ser contrapostas às suas contrafaces: a capacidade de destruição das expressões culturais diversas e variadas, submetendo as cosmovisões ameríndias e afro-diaspóricas à epistemologia canônica ocidental.

É preciso ressaltar, entretanto, que nosso foco de análise aqui recairá sobre a questão ameríndia¹. Optamos por esse recorte temático por conta das próprias discussões travadas tanto na obra de Pierre Clastres, mais fortemente, quanto na de Walter Mignolo. No caso de Clastres, tal opção se dá pelo fato de que as discussões orbitam em torno das sociedades que não tinham no Estado sua forma primordial de estruturação, ou seja, aquelas que no século XV, salvo engano, organizavam-se política e socialmente de maneiras diversas às europeias, sem com isso deixarem de ser sociedades complexas. No caso de Mignolo, alguns de seus textos tratam especificamente dos primeiros contatos entre europeus e nativos na América, pensando a dimensão simbólica e prática dos discursos originários da condição colonial.

Etnocídio e epistemicídio: colonialidade e violência

Pierre Clastres é figura pouco conhecida e discutida no campo da história. Nascido na França, em 1934, onde se dedicou à formação em filosofia, aproximou-se da antropologia após contato com a obra de Claude Lévi-Strauss e de Alfred Métraux. Seu livro mais famoso, *A sociedade contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política*, publicado em 1974, é obra incontornável da teoria política moderna. Seu interesse pela América do Sul, especialmente pela vida das sociedades consideradas “primitivas” pela Europa, fez com que realizasse pesquisas etnográficas de campo, a partir das quais pode estabelecer uma forte crítica à visão linear e progressiva da história ocidental pós século XVI. Parte de sua obra serviu ao esforço de desnaturalização da concepção que concede às sociedades com Estado a característica de “desenvolvidas” e “modernas”, e por isso tidas como mais avançadas frente às demais. Para contrapor essa visão,

¹ Na impossibilidade de analisar de forma mais aprofundada a questão afro-diaspórica, indicamos os seguintes trabalhos: CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Tese (doutorado) em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, 339p.; FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora EDUFBA, 2008; e PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo. **Necropolítica & Epistemicídio: as faces ontológicas da morte no contexto do racismo**. Dissertação (mestrado) em Metafísica. Brasília: Universidade de Brasília, 2018, 98p.

apostou na explicação dos modelos sociais não-hierarquizados, isto é, aqueles que buscavam na horizontalidade e na pluralidade o signo fundamental da existência de harmonias coletivas. Ao desenhar a oposição indissolúvel entre as sociedades tradicionais dos territórios do “além-mar” e o modelo de civilização que é levado à cabo pelos europeus ocidentais, Clastres pôde entender os mecanismos que levaram à sobreposição e ao domínio cultural do colono sobre o colonizado.

Walter D. Mignolo tem sido mais discutido e trabalhado, principalmente nos campos de estudos pós-coloniais e decoloniais, ainda que menos no Brasil e mais fortemente no cenário latino-americano. Argentino nascido em 1941, é formado em filosofia e em semiologia, campos que tenta conectar em suas obras. Sua discussão se concentra nos aspectos que fundam a modernidade, a saber, a colonialidade e a geopolítica do conhecimento. Até por isso, tem sido um dos intelectuais mais impactantes na “virada decolonial”², movimento que busca não somente a equiparação entre as epistemologias do sul global³ e as epistemologias hegemônicas do norte, mas que avança também na proposta de descolonizar o pensamento periférico resgatando cosmovisões, gestos e vivências dos modelos tradicionais não europeus, entendidos como “nativos” da própria América. Para ele, a história da colonização ocidental é a história do apagamento imperialista da pluralidade de cosmovisões por meio das imposições epistemológicas europeias.

Na obra dos dois autores, uma dimensão importante do argumento está ancorada na ideia de violência, que habitualmente é entendida como um ato que viola a existência ou a integridade de outrem. Sua forma mais usual é a física, aquela que afeta diretamente o corpo de um indivíduo. Especialmente no século XX, com suas guerras, conflitos, genocídios e uso sistemático do poderio bélico-militar como forma de resolução de entreveros geopolíticos e ideológicos, a palavra violência foi amplamente difundida na tentativa de dar nome às experiências empíricas que causaram mortes, desastres e tragédias de grandes proporções. Contudo, e não menos importante, o conceito de violência, já na segunda metade deste século, foi também ampliado e

² Em linhas gerais, tal perspectiva tenta ir além das diversas tendências “pós-coloniais” surgidas na segunda metade do século XX ao pensar não apenas a simples pluralização discursiva e científica das visões de mundo na contemporaneidade, mas também a possibilidade de construir uma nova geopolítica do conhecimento, uma nova visão desde a América. Para um debate mais aprofundado, cf. BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* [online]. 2013, n.11, pp. 89-117.

³ Partindo da percepção de Boaventura de que a modernidade/colonialidade construiu linhas abissais que dividem o mundo em norte e sul, cf. SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

recolocado em debate. O interesse parece ter se voltado também a outras formas de violação da integridade, da individualidade e da humanidade, não somente aquelas que prezam pela afetação física e corporal, mas também as que se colocam na ordem do simbólico e do psicológico.

Do ponto de vista do processo de colonização, por exemplo, é comum falar da violência física perpetrada ao longo do período de imposição dos valores civilizacionais europeus, que se imiscuíam na formação de um moderno sistema colonial cujas funções, tanto da metrópole quanto das colônias, constituíam a seiva própria da nova ordem global. Dividia-se o globo entre aqueles que, de um lado, supostamente estavam à frente na marcha do progresso; e de outro, aqueles que se encontravam em déficit, atrasados, cuja existência requeria doutrinação, imposição e, claro, controle. Comumente, destaca-se o papel da constituição das ferramentas de dominação, seja pelas leis, pactos, repressões etc., perdendo de vista alguns dispositivos próprios à empreitada colonizadora que foram, basicamente, invisíveis ou pouco candentes.

Por dispositivo entendemos, a partir de uma discussão foucaultiana, um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas que formam uma rede, que tem função estratégica e se instaura a partir de uma relação de poder. Nisto inclui-se a episteme, ou seja, a circunscrição que uma sociedade faz do que é aceito ou não como conhecimento válido do mundo (AGAMBEN, 2009).

Generalizando posteriormente a já bastante ampla classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem se dar conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar. (AGAMBEN, 2009, p. 41)

Um dispositivo, assim, funciona como um complexo enredado em diversas instâncias, que, a partir do poder, serve para estabelecer e delimitar relações entre os diversos indivíduos que compõem o todo social. Isso não se restringe a um ornamento jurídico ou às leis de um Estado-nação, por exemplo, mas também aos objetos do uso diário e até a própria linguagem. No caso do processo de colonização das Américas, por exemplo, os dispositivos de controle funcionaram na duplicidade da lógica da submissão do Outro: corpos e saberes. Na atuação pela “microfísica

do poder” (FOUCAULT, 1997), nas normatizações cotidianas, no ordenamento social complexo e nas dinâmicas comuns à vida pública, foi efetivamente levado à frente como forma de criar um mundo uno e homogêneo que atendesse à visão europeizante. Um mundo em que a dissonância, ao dissenso e ao diferente eram dispensados dois tratamentos: a aniquilação ou o apagamento.

Em algumas tradições dos estudos históricos, sociológicos, jurídicos e de ciência política, o conceito de etnocídio se aproximou, em diversas ocasiões, da noção de genocídio. Um dos maiores julgamentos de crimes humanitários da história, por exemplo, os chamados Tribunais de Nuremberg⁴, em 1946, utilizaram-se amplamente do conceito jurídico de genocídio como maneira de dar conta de uma forma de violência criminalizável perpetrada pela ordem coletiva, ou seja, não individual, sobre o Outro. Nessa leitura, o holocausto nazista foi lido como uma resposta destrutiva à condição coletiva dos judeus, ou seja, ao que representavam enquanto etnia/raça. Mas, nesse caso, ressalta-se muito mais os procedimentos, protocolos e expedientes da violência física e do extermínio corpóreo.

Na obra de Clastres (2004), o conceito de etnocídio auxilia na ampliação da compreensão da noção de violência para além dos marcos fundamentais da teoria/filosofia política moderna, dando conta também da destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos afetados, dominados e submetidos. Isto é, não se trata apenas de eliminar os povos fisicamente, mas também de empreender, junto da ferida corporal, um extermínio cultural com efeitos a longo prazo. Se não se tenta a extinção pura e simplesmente desta raça/etnia considerada inferior é porque há certa relatividade do mal na diferença: se o nativo não está no mesmo “estágio” que o homem branco europeu, por exemplo, há a necessidade de imposição, sobretudo pela via colonial, de uma forma civilizacional cujo objetivo, propagado como finalidade, é torna-los iguais. Como justificativa, o etnocídio seria praticado para o bem do “selvagem”, mas no fundo ele se sustenta axiomáticamente em torno da hierarquização das culturas, que sobremaneira toma a forma de um etnocentrismo.

O horizonte no qual se destacam o espírito e a prática etnocidas é determinado segundo dois axiomas. O primeiro proclama a hierarquia das culturas: há as que são inferiores e as que são superiores. Quanto ao segundo, ele afirma a

⁴ Constituiu-se como uma série de julgamentos realizados entre 1945 e 1946, em Nuremberg, Alemanha, a partir de um tribunal militar internacional, responsáveis por ajuizar e punir o alto escalão nazista por crimes de guerra e contra a humanidade durante a 2ª Guerra Mundial.

superioridade absoluta da cultura ocidental. Portanto, esta só pode manter com as outras, e em particular com as culturas primitivas, uma relação de negação. Mas trata-se de uma negação positiva, no sentido de que ela quer suprimir o inferior enquanto inferior para içá-lo ao nível do superior. Suprime-se a indianidade do índio para fazer dele um cidadão brasileiro. Na perspectiva de seus agentes, o etnocídio não poderia ser, conseqüentemente, um empreendimento de destruição: ao contrário, é uma tarefa necessária, exigida pelo humanismo inscrito no núcleo da cultura ocidental. (CLASTRES, 2004, p. 57)

Essa visão ocidental se faz exatamente a partir daquilo que Koselleck (2006) considera uma marca importante da história ocidental moderna: a temporalização da história. Significa dizer que, na disposição hierárquica das “civilizações”, o que está em jogo na verdade é uma forma de alocação das sociedades em escalas temporais lineares e teleológicas, cuja marcha em direção ao futuro passa, fundamentalmente, por um progresso das expressões culturais, materiais e sociais. Mas não basta proclamar a necessidade de direcionar historicamente o desenvolvimento de dadas sociedades; era preciso, também, que o Ocidente europeu, observador de primeira ordem e sujeito cognoscente e hermenêutico, se autocaracterizasse como aquele que se encontrava em “estágio avançado” nessa pretensa marcha em direção ao “oásis”. Nesse sentido, o etnocídio ocidental na colonização das Américas, uma forma de supressão da identidade do outro (no caso, o indígena) em função da identidade europeia, caracteriza-se como algo essencialmente etnocêntrico, porque se pensa e se quer como a única civilização possível capaz de servir de guia à marcha do progresso (CLASTRES, 2004).

Esse expediente de violência simbólica e física dependia fundamentalmente do Estado, enquanto centro gravitacional da sociedade, que cumpriu papel fundamental na direção do etnocídio, reduzindo a multiplicidade à unidade, alastrando o temor e o horror à diferença, incrementando dispositivos de controle e submissão do Outro ao Um, homogeneizando o que é substancialmente heterogêneo.

A violência etnocida, como negação da diferença, pertence claramente à essência do Estado, tanto nos impérios bárbaros quanto nas sociedades civilizadas do Ocidente: toda organização estatal é etnocida, o etnocídio é o modo normal de existência do Estado. Há portanto uma certa universalidade do etnocídio, no sentido de ser característico não apenas de um vago “mundo branco” indeterminado, mas de todo um conjunto de sociedades que são as sociedades com Estado (CLASTRES, 2004, p. 61)

Mas o Estado moderno tem uma qualidade específica que o torna um elemento fundamental à garantia do próprio “projeto civilizador”. Como uma instância que normatiza regras, leis e costumes, é ele próprio o motor que impulsiona uma narrativa filosófica de caráter

teleológico, cujo fim último seria, pela via do progresso, instaurar a ordem absoluta no mundo (SCHMITT, 2006, p. 34). Mas não somente isso: o que Clastres considera uma marca de distinção desse Estado moderno é que sua capacidade etnocida desenfreada se deve, sobretudo, à lógica da exploração do modo de produção capitalista que emerge com o fim do feudalismo e atinge seu ponto máximo na revolução industrial. Nesse caso, o indígena vira alvo primordial porque aumenta a necessidade de controlar as “sociedades que abandonavam o mundo à sua tranquila improdutividade originária; eis por que era intolerável, aos olhos do Ocidente, o desperdício representado pela não exploração econômica de imensos recursos” (CLASTRES, 2014, p. 62).

O conceito de etnocídio em Clastres apresenta uma forma específica de violência física e especialmente simbólica da colonialidade europeia. Inserido em uma lógica de temporalização da história, que confere às sociedades um parâmetro qualitativo frente à própria inserção nas lógicas de passado e presente, o “empreendimento ocidental” nas Américas, para ele, procurou projetar nas populações indígenas a condição de atrasadas em relação à “marcha do progresso”. Essa diferença de identidade não gerou essencialmente uma negação do “selvagem”, mas sim uma necessidade de interferir por completo na vida desse nativo, na dinâmica de vida dessas populações que haviam se moldado em lógicas culturais completamente diversas. O que o europeu pretendia com isso era atuar como um elemento de (re)direcionamento da própria visão de mundo que esse ameríndio possuía desde antes da invasão velho-mundista.

Para que essa interferência e esse redirecionamento tivessem substância e fossem duradouros era preciso, ademais, garantir algum mecanismo de perpetuação da lógica e dos protocolos legados pela dinâmica da dominação europeia. É por isso que, em paralelo ao etnocídio, desenvolveu-se um processo de contenção da cultura dos povos nativos colonizados que talvez seja ainda mais profunda. À luz da imposição de uma maneira única de ver e conhecer a vida e o mundo material, ligada exatamente à concepção de uma “episteme hermenêutica”, os europeus tentaram estabelecer um apagamento das cosmovisões indígenas. Essa operação é conhecida, do ponto de vista conceitual, como epistemicídio: uma forma de destruição de saberes e culturas não assimiladas pelo complexo europeu ocidental, isto é, “[uma] injustiça cognitiva que destrói territórios epistêmicos não hegemônicos, processo de invisibilidade das vozes que não são ocidentais” (NOGUEIRA JR., 2013, p. 5).

Inserido na tradição dos estudos sobre colonialidade, Walter Mignolo (2005) desenvolve uma discussão interessante sobre esse conceito a partir de uma análise do processo histórico de construção e consolidação da ideia de América Latina. Para ele, o paradigma moderno se fez a partir da estruturação de mecanismos de controle e domínio cognitivos em meio à expansão colonial, dando origem a uma geopolítica internacional do conhecimento. Essa relação de poder no campo epistemológico fez com que

los textos que se han escrito e los mapas que se han trazado sobre el lugar que ocupa América en el orden mundial no se apartan de una perspectiva europea que se presenta como universal. Es cierto que los autores reconocen que hay un mundo y unos pueblos fuera de Europa, pero también es cierto que ven a esos pueblos y a los continentes que habitan como ‘objetos’, no como sujetos, y en cierta medida, los dejan fuera de la historia. Dicho de otra forma, se trata de sujetos cuyas perspectivas no cuentan. (MIGNOLO, 2005, p. 17)⁵

Na concepção de Mignolo (2005), é possível diferenciar os termos “descobrimento” e “invenção” que deram sentido à empreitada colonial europeia nas Américas. Por “descobrimento” entende-se a ideia de que, ao chegar no “novo mundo”, os europeus foram responsáveis por descortinar a existência de toda uma região geográfica que não se encontrava integrada à “lógica ocidental”. Como consequência, desenha-se, por parte desse mesmo invasor, uma “invenção” da América, baseada na formulação, solidificação e difusão dos valores próprios da colonialidade. Não se trata, portanto, de ver apenas o imperialismo relacionado à imposição das formas sociais metropolitanas (instituições, órgãos, setores administrativos, instâncias políticas), mais visíveis em sua condição física e, talvez, objetiva. Antes, procura dar ênfase especial à dimensão subjetiva dos saberes e do conhecimento que foram apagados em nome de uma “invenção” ideológica ao longo da empreitada moderna.

A invisibilidade da existência das cosmovisões de indígenas e afro-diaspóricos estaria atrelada, assim, a um tipo de violência específica, fruto da própria invenção europeia da imagem da América, que se inicia na “descoberta do novo mundo” e se solidifica ao longo dos séculos seguintes. Ao produzir silêncios sobre esse Outro, a ideia de América Latina se constituiu por meio da classificação racial/étnica do mundo a partir de um critério hierárquico que levava em

⁵ “Os textos que se tem escrito e os mapas que se tem traçado sobre o lugar que a América ocupa na ordem mundial não se afastam de uma perspectiva europeia que se apresenta como universal. É certo que os autores reconhecem que há um mundo e povos fora da Europa, mas também é certo que veem esses povos e os continentes que habitam como ‘objetos’, não como sujeitos e, em certa medida, os deixam fora da história. Dito de outra forma, se trata de sujeitos cujas perspectivas não contam” (tradução nossa).

consideração apenas os valores ocidentais e cristãos. Nesse sentido, os saberes situados fora da lógica do “velho mundo” não eram tidos simplesmente como místicos ou falsos, mas sim como algo inexistente, como um vazio existencial. Em alguma medida, esse procedimento de dominação fez parte de toda a empreitada colonial e prosseguiu operando mesmo depois dos processos de independência continentais do século XIX (MIGNOLO, 2005).

Se a análise de Clastres leva em consideração a disposição teleológica do tempo moderno, em que os diferentes povos, sociedades e atores são enquadrados de formas diferenciadas na linha evolutiva da história, com Mignolo a questão central tem a ver com a noção de Ocidente moderno como “reino do sujeito cognoscente”, fruto do surgimento dessa “episteme hermenêutica” cartesiana. Nesse sentido, ele entende que a ideia de uma “razão soberana” vai fazer com que a Europa instrumentalize ideologicamente suas concepções através da ciência, tomada como forma primordial de sondagem do mundo na modernidade, e que passa a negar outras formas de conhecimento como válidas. Formou-se uma hegemonia epistemológica que, além de inviabilizar outras visões de mundo, operou para soterrar esses saberes alternativos. É por isso que o colonialismo se perpetua como uma “ferida”, como uma ideologia, que continua a ditar o ritmo da produção de conhecimento e do próprio locus de enunciação dos discursos, práticas e saberes dos latino-americanos.

O que está em jogo aqui, portanto, não é apenas a “ciência” como conhecimento e prática, mas toda a ideia de ciência no mundo moderno/colonial; a celebração da ciência na perspectiva da modernidade e a revelação, até há pouco silenciada, da opressão epistêmica que, em nome da modernidade, foi exercida enquanto forma particular da colonialidade. (MIGNOLO, 2006, p. 668).

A destruição destas formas de pensar consideradas “locais” se liga diretamente à forma de hierarquização do conhecimento tipicamente moderna e europeia, que se espalha para todo o resto do planeta desde as experiências de conexões continentais após o século XVI. Uma consequência disto é o desperdício absoluto, em nome dos desígnios do colonialismo, da riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e existencial de múltiplas faces que habita este mundo. Opera-se com a lógica da dominação/imposição, a partir da qual submete-se o Outro à visão monolítica do Um, o branco europeu, tornando este olhar hegemônico no cenário mundial. Mignolo, em perspectiva foucaultiana, afirma: “todo um sistema de conhecimento que foi desqualificado como inadequado para suas tarefas ou insuficientemente elaborado: saberes

nativos, situados bem abaixo na hierarquia, abaixo do nível exigido de cognição de cientificidade” (FOUCAULT *apud* MIGNOLO, 2003, p. 44).

Walter Mignolo entende o epistemicídio como uma forma de perpetuação do complexo epistemológico e metafísico europeu ao largo de toda a persistência da colonialidade, desde o século XVI até o século XX. Entendida como uma “diferença colonial”, essa narrativa sustentou a distinção dos povos europeus em relação a tudo o que era encontrado no “novo mundo”. Mas não se tratava de uma simples diferenciação que buscava equalizar os antagonismos culturais e sociais; antes, servia de justificativa à inferiorização e à dominação ocidental em meio à expansão da própria matriz capitalista europeia moderna. As cosmovisões indígenas, outras formas de conhecimento do mundo, foram subalternizadas e, em diversos casos, apagadas. É por isso que ele se identifica com uma tarefa benjaminiana de escovar a história latino-americana à contrapelo, para ver no passado o que de cosmovisão crítica se perdeu em meio aos escombros da “civilização” do Ocidente.

Considerações finais

Em geral, podemos perceber que tanto na obra de Mignolo, de forma mais explícita, quanto na de Clastres, como uma questão subterrânea, a modernidade é lida e entendida também a partir de sua contraface: a colonialidade. Um processo de imposição dos valores do ocidente pautado na lógica da violência. Para garantir o sucesso da empreitada colonial, os europeus elaboram formas diversificadas de exercício da dominação intelectual, cultural e física dos povos residentes nas regiões do “Novo Mundo”. No caso dos conceitos que aqui estudamos – epistemicídio e etnocídio –, entendidos enquanto formas de subjugação/destruição sistemática de práticas, costumes e saberes não europeus, é necessário pensá-los não apenas em relação à sua eficácia imediata na empreitada expansionista, mas também na capacidade de mobilização no sentido de garantir uma estrutura duradoura que opera para apagar ou encobrir a diversidade preexistente no território colonial, perpetuando o poder do colonialismo mesmo após as independências políticas das Américas. E no que legaram àqueles que sofreram tal violência.

Parte da complexidade deste poder simbólico reside no fato de que ele é exercido, em alguns casos, de maneira praticamente silenciosa e invisível. Um exemplo óbvio encontra-se nos primeiros contatos entre europeus e nativos no contexto da expansão comercial a partir do século XV. Ao optarem pelo silêncio diante da presença de diversos povos e culturas no território das Américas, as narrativas dos navegadores sobre esse encontro tomam o indígena não como um

sujeito histórico, mas como um objeto cultural ou objeto antropológico/etnográfico. Assim, operando em uma lógica de des-subjetivação e desumanização do Outro, configura-se “uma das formas eficazes da prática de violência simbólica, no confronto das relações de força, no jogo de poder que sustenta efeitos de sentido: o silenciamento que a acompanha”. (ORLANDI, 1990, p. 19).

Em Clastres e Mignolo, as noções de epistemicídio e etnocídio, se não podem ser definidos como formas de violência que emergiram na modernidade, são entendidas como tipos de dispositivos tipicamente utilizados no processo de construção deste “mundo moderno europeizante”. A despeito de não operar apenas da forma mais usual com a qual se delimitam atos de violência, é preciso entendê-los como uma camada mais profunda do projeto civilizador que não se preocupa apenas com o imediato, o direto, o objetivo. A contenção e, em alguns casos, a destruição de culturas e saberes não canônicos toma as rédeas de complementação da usurpação colonial e lega ao futuro das regiões ocupadas toda a sorte de esquecimento, apagamento, silenciamento daquilo que era, até a chegada dos exploradores, um conjunto de formas de vida completamente diversas das europeias. A dominação colonial, na esteira desta “racionalização do mundo”, insistia na necessidade de aperfeiçoamento e civilização. Ao deparar-se com a alteridade, o colono passa a compreender o Outro não pelo que ele tem de peculiar, específico ou idiossincrático, mas sim pelo que falta, pelo que tem de “danificado”, incompleto; em alguns casos, até pela potencialidade que tinha, no devir humano dessa modernidade, para ser também um tipo ideal “civilizado”. O “desbravador”, imbuído de um fetiche do “sentido de missão”, buscas silenciar, violentar ou eliminar completamente essas diversas formas de existências em nome de uma virtualidade ocidental que se auto proclama a única portadora do “passaporte” para ingressar no “império da razão”.

Do choque entre cosmovisões e epistemologias científicas saem ferramentas e dispositivos que pretendem garantir a continuidade do projeto moderno, mesmo que para tanto seja preciso utilizar-se da violência. A sofisticação da dominação se desenha, neste momento, como um salto além do controle físico; opta-se pela ordem simbólica como dimensão primordial, aquela capaz de legar às sociedades colonizadas o vírus colonial, que passa a se difundir sem precisar da presença de seu criador. O extermínio da diversidade operado pelo etnocídio e pelo epistemicídio, portanto, são a própria seiva do longo processo de construção de uma geopolítica global que pretende dar a cada um dos participantes uma função específica: uns receptores, outros emissores. Definitivamente, não é possível falar em modernidade sem seu par inseparável,

a colonialidade. Mas também não é possível mais compreender o mundo considerado “moderno” sem pensar seus mecanismos de manutenção, sejam eles físicos e/ou simbólicos.

O desenho do jogo fica evidente: de um lado, aqueles que definem os parâmetros aceitáveis; de outro, aqueles que não se enquadram nos modelos; a uns, a missão civilizadora; a outros, a opacidade e inexistência. O projeto de modernidade se constrói, portanto, a partir de seu par simétrico, a colonialidade. Se o centro é moderno, a periferia, o Outro, é considerado atrasado, não moderno. A identificação do “civilizado” se afirma na categorização da colônia como “bárbara” e “selvagem”, em estado de natureza. A este corpo estranho é destinada toda sorte de violência, exclusão e apagamento pelas mãos daquele que definiu o que é história, o que é cultura e quem vai ocupar cada lugar na hierarquia humana. A modernidade fermentou uma ideia de civilização do “ego” descobridor e do “uno” conquistador que encobriu o Outro, o não europeu e não ocidental (DUSSEL, 1993; GLISSANT, 2013) e operou com um apagamento da pluralidade de cosmovisões por meio de imposições epistemológicas, culturais e sociais. É essa a concepção de colonialidade como contraface da modernidade que se encontra, de formas muito diversas, nas obras de Clastres e Mignolo. O caminho e o meio se tornaram o próprio *télos*: a violência.

Referências Bibliográficas:

- AGAMBEN, Giorgio. O que é dispositivo. In: **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos, pp. 27-51, 2009.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. 2013, n.11, pp. 89-117.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Tese (doutorado) em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, 339p.
- CLASTRES, Pierre. Do etnocídio. In: **Arqueologia da Violência: pesquisas de antropologia política**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- _____. **A Sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2004a.
- DUSSEL, Enrique. **1492: O encobrimento do outro**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora EDUFBA, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Ed 34, 2010.

- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed-PUC-Rio, 2006.
- MIGNOLO, Walter. Novas reflexões sobre 'Ideia da América Latina': a direita, a esquerda e a opção decolonial. **Caderno CRH**, v.21, n.53, p. 239-252, 2008.
- _____. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- _____. La idea de América Latina. **La herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona, Gedisa Editorial, 2007.
- _____. Os esplendores e as misérias da 'ciência': colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortês, 2006.
- NOGUEIRA JR., Renato. O conceito de drible e o drible do conceito: analogias entre a história do negro no futebol e do epistemicídio na filosofia. **Revista Z Cultural (UFRJ)**, v. VIII, p. 34, 2013.
- ORLANDI, Eni. **Terra à vista, discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez, 1990.
- PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo. **Necropolítica & Epistemicídio: as faces ontológicas da morte no contexto do racismo**. Dissertação (mestrado) em Metafísica. Brasília: Universidade de Brasília, 2018, 98p.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.
- SCHMITT, Carl. **Teologia política**. Trad. de E. Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- WOLF, Eric. **Europa y la gente sin historia**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1987 [1982].

O século XX e suas razões: Carl Sagan, Thomas Kuhn e Paul Feyerabend e suas distintas visões sobre o conhecimento científico

The twentieth-century and its reasons: Carl Sagan, Thomas Kuhn and Paul Feyerabend and their distinct visions on scientific knowledge

Alice Fernandes Freyesleben

Doutoranda em História
Universidade Federal do Paraná
alice.freyesleben@gmail.com

Recebido em: 03/11/2019

Aprovado em: 09/12/2019

Resumo: O presente artigo busca identificar algumas das concepções sobre a ciência sustentadas pelo astrofísico norte-americano Carl Sagan (1934-1996). A proposta é analisar trechos de obras de divulgação científica populares que evidenciem a visão do autor sobre o que constitui a ciência, qual seria a sua função e seus objetivos. Para isso, as posições de Sagan serão cotejadas com as ideias expostas no panfleto *A concepção científica do mundo*, publicado pelo grupo de intelectuais chamado Círculo de Viena, em razão da influência que esse texto exerceu sobre os debates a respeito da ciência na primeira metade do século XX. Nesse sentido, as contribuições de Thomas Kuhn e Paul Feyerabend, dois dos principais teóricos da segunda metade desse século, aparecem tanto como base para pensar a relação entre a história e as práticas científicas, quanto como contraponto à imagem de ciência difundida pelo Círculo de Viena, que certamente impactou a geração de cientistas da qual Carl Sagan fez parte.

Palavras-chave: Concepção científica do mundo; Carl Sagan; Historicidade da ciência.

Abstract: This article aims to map some of the conceptions about science supported by the American astrophysicist Carl Sagan (1934-1996). The proposal is to analyze some excerpts from popular science communication works that highlight the author's view of what constitutes science, its function and objectives. For this, Sagan's positions will be compared with the ideas exposed in the pamphlet *The Scientific Conception of the World*, published by the group of intellectuals called the Vienna Circle, due to the influence this text had on the debates about science in the first half of the twentieth century. In this sense, the contributions of Thomas Kuhn and Paul Feyerabend, two of the leading theorists of the second half of this century, appear both as a basis for thinking about the relationship between history and scientific practices, and as a counterpoint to the image of science spread by the Vienna Circle which certainly impacted the generation of scientists of which Carl Sagan is part.

Keywords: Scientific conception of the world; Carl Sagan; Historicity of science.

Introdução

Nós só reconhecemos uma ciência: a ciência da história. (NOVELLO, 2018, p. 178)

Mundialmente famoso pela série *Cosmos*, exibida por redes de televisão do mundo inteiro em 1980, Carl Sagan foi um descendente de judeus vindos do Leste Europeu. Nascido em 1934 na cidade de New York, uma das maiores dos EUA, em um período em que o país tentava se recuperar da grave crise econômica que o havia assolado, Sagan concluiu o mestrado em física em 1956 e o doutorado em astronomia em 1960, ambos pela Universidade de Chicago. No tempo em que foi aluno, trabalhou em laboratórios de genética e de astrofísica com nomes importantes nessas áreas. Realizou pesquisas como bolsista na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e no Observatório Astrofísico Smithsonian, em Cambridge. Depois da publicação de sua tese sobre o efeito estufa na atmosfera de Vênus, foi convidado para fazer parte da equipe que desenvolveu a *Mariner 2*, sonda lançada em 1962 pela recém-criada NASA com o intuito de obter informações sobre a atmosfera de Vênus. Sua carreira deslançou junto com a corrida espacial e armamentista travada entre EUA e URSS, uma das faces da polarização político-econômica e tecnológica entre os mundos capitalista e socialista. Em 1963, com 29 anos foi convidado para ocupar o cargo de professor assistente de astronomia na Universidade de Harvard. E, em 1968, migrou definitivamente para a Universidade de Cornell, onde trabalhou até seus últimos dias como professor de astronomia. (DAVIDSON, 1999)

No limite deste artigo, mergulharemos em alguns dos principais debates filosóficos sobre as ciências que atravessaram o século XX, pois Carl Sagan tomou parte nesses debates e defendeu de forma enfática a exclusividade da ciência como forma de apreensão da realidade, tal como podemos perceber nesse trecho de sua autoria:

Suponho que ninguém afirmaria que a visão conservadora da soma de 14 mais 27 seja diferente da visão liberal, nem que a função matemática que é a sua própria derivada seja a função exponencial no hemisfério norte, mas alguma outra função no hemisfério sul. Qualquer função periódica regular pode ser representada com precisão arbitrária por uma série de Fourier tanto na matemática muçulmana como na hindu. Álgebras não comutativas [...] têm igual coerência interna e significação para os falantes das línguas indoeuropeias como os das húngaras. A matemática pode ser valorizada ou ignorada, mas é verdadeira em toda parte independentemente da etnia, cultura, língua, religião, ideologia. (SAGAN, 2006, p. 246)

Novas entidades

O paradigma diz-lhes [aos cientistas] qual o tipo de entidades com que o universo está povoado e qual a maneira como essa população se comporta. (KUHN, 2012, p. 42)

Partindo dessa epígrafe de Thomas Kuhn para pensar o século XX, podemos afirmar que esse período assistiu a uma ampliação sem precedentes na variedade de paradigmas em virtude do aumento na quantidade de “entidades” que passaram a povoar o mundo. Dito de outro modo, essa “nova modernidade”, que se distanciou gradativamente da “modernidade racional” do século XIX, trouxe consigo eixos de pesquisa completamente distintos de tudo o que havia sido formalizado pela tradição do pensamento ocidental até então. Já em 1916, Einstein reformulou a ideia do que se entendia por “tempo” e “espaço” e rompeu definitivamente com a hegemonia da visão de mundo newtoniana. A teoria quântica engendrou mudanças nas ideias básicas sobre a realidade e “lançou nova luz sobre as demandas de explicação científicas incorporadas na filosofia tradicional” (BOHR, 1995, p. 1).

Entre as “novas entidades” que passaram a habitar o mundo do século XX, as máquinas voadoras, como aviões, satélites, foguetes espaciais, criaram outro sentido de mobilidade. De forma análoga, o rádio, o cinema, a televisão e, por fim, já no final do século, a internet, revolucionaram gradativamente a velocidade e a natureza da comunicação entre indivíduos das diversas partes do globo.

Esse foi o mundo, em constante alargamento, conhecido, construído e questionado pelos autores cujas ideias serão discutidas no presente artigo. E, se por um lado, eles tiveram o prazer de conhecer “entidades” agradáveis e esclarecedoras, como os *quanta*, a relatividade geral e a restrita, o voo mecânico, o comportamento de deriva continental provocado pelas placas tectônicas, o genoma humano, a luta por direitos civis, entre outras “boas novas”; por outro, nossos autores foram apresentados também a “entidades” sombrias, como o poderio bélico nuclear capaz de destruir o planeta, a proliferação dos tecnofósseis, como o plástico e o concreto, a iminência do esgotamento de recursos naturais e as mudanças climáticas provocadas pelas emissões em larga escala dos gases aceleradores do efeito estufa (STEFFEN, W. et. al, 2011). Certas “entidades” mudaram de aparência, mas não de essência, como os regimes políticos marcados pelo autoritarismo. No século XX, em alguns casos, o poder abandonou seus antigos adornos monarquistas e assumiu formas como o stalinismo na Rússia ou o nazismo na Alemanha, entre outros.

Além disso, na medida em que o avanço científico se intensificou, as técnicas se desenvolveram e a própria vida em sociedade se modificou. Segundo alguns cientistas, como Carl Sagan, o espaço de Deus e de outras “entidades” metafísicas diminuiu. Essa foi a tônica das palestras que Sagan ministrou acerca da teologia natural – definida pelo autor como “tudo sobre o mundo que não é fornecido por revelações” (SAGAN, 2008, p. 17) –, durante as *Gifford Lectures* na Universidade de Glasgow, no ano de 1985¹:

[...] no curso dessa transformação [da sociedade], os deuses e anjos foram relegados a tempos mais remotos e a punhados de causalidades mais distantes. A história da ciência nos últimos cinco séculos fez muito isso [...]. Antes o florescimento de cada planta devia-se à intervenção direta da Divindade. Hoje entendemos um pouco sobre os hormônios das plantas, fototropismo, e praticamente ninguém imagina que Deus dê ordens diretas para que cada flor se abra. Assim, conforme a ciência avança, parece haver cada vez menos coisas para Deus fazer. (SAGAN, 2008, p.84)

Essa afirmação pode ser lida historicamente em sua relação de continuidade com as ideias expostas no panfleto *A concepção científica do mundo*. Publicado no emblemático ano de 1929 (portanto, cinquenta e seis anos antes da ocasião em Glasgow), com características de manifesto, o panfleto escrito por Otto Neurath, Rudolf Carnap e Hans Hahn defendia de forma veemente a necessidade de expulsão de qualquer “entidade” metafísica dos processos de conhecimento do mundo, que parecia cada vez mais explicável (ou seria construído) pelos cientistas. Tal era a posição desses e dos demais pensadores reunidos na rica cidade de Viena na passagem do século XIX para o XX, sob a liderança do físico alemão Moritz Schlick, um dos principais nomes do positivismo lógico, que em 1922 se tornou professor de filosofia da ciência na Universidade de Viena. Nessa época, Schlick promoveu encontros entre matemáticos, físicos e filósofos com o intuito de discutir ciência e filosofia. Assim, primeiramente fundou a Sociedade Ernst Mach, que logo passaria a ser conhecida como o Círculo de Viena. Segundo os próprios autores do panfleto, o Círculo não possuía “uma organização rígida” e sua principal característica era reunir “indivíduos com uma atitude científica igual e básica” (CARNAP; HAHN; NEURATH, 1986, p. 5). Isto é, independentemente do ramo da ciência em que atuavam, os membros do Círculo moviam-se orientados pelo “espírito de uma concepção científica do mundo” e praticavam a

¹ As *Gifford Lectures* são uma série anual de conferências dadas por um mesmo convidado. Tiveram início em 1888 e ainda hoje acontecem no âmbito das academias escocesas nas cidades de Aberdeen, Edinburgh e Glasgow. O intuito do evento é sempre o mesmo: promover o debate entre filosofia, ciência e religião. Muitos intelectuais importantes para a história do pensamento do século XX foram convidados para participar do evento, como por exemplo, Michael Polanyi, Hannah Arendt, Paul Ricoeur, entre outros. Disponível em <http://www.giffordlectures.org/> acesso em 10 out. 2019.

“pesquisa anti-metafísica dos fatos” (CARNAP; HAHN; NEURATH, 1986, p. 6). Em termos gerais, negavam a relevância de argumentos, explicações e dúvidas de natureza ontológica, religiosa, psíquica, mística e afirmavam que tais questões, por serem da ordem do “irracional” só poderiam gerar “falsas perguntas”. A ciência, por sua vez, por se situar no plano integralmente “racional”, não deixaria espaço para enigmas insolúveis. (CARNAP; HAHN; NEURATH, 1986, p.5-20)

Com relação à epistemologia, os participantes do Círculo de Viena inspiravam-se profundamente nas contribuições do *Tratado Lógico Filosófico* publicado por Ludwig Wittgenstein, em 1922. Os positivistas lógicos, como ficaram conhecidos os membros do Círculo de Viena, apropriaram-se da famosa máxima wittgensteiniana, “o que pode ser dito, pode ser dito claramente”, e defenderam que as perguntas relacionadas aos problemas da coisa-em-si – por exemplo, o que é a verdade? – não passavam de “doenças do pensamento” ou “problemas da linguagem” (CARNAP; HAHN; NEURATH, 1986, p.9). Dessa maneira, os adeptos da *concepção científica do mundo* defendiam o método de análise lógica – um tipo de redução por meio de enunciados considerados “puros” – como a principal ferramenta do conhecimento. O método de análise lógica era considerado por esses pensadores como superior ao método de confirmação empírica dos fatos. Essa posição distinguia definitivamente os positivistas lógicos do empirismo de Bacon ou de Berkeley, muito influentes no século XIX.

Com efeito, para compreender tal distinção é preciso voltar ao contexto científico da passagem do século XIX para o XX e lembrar que o alcance, complexidade e a natureza das teorias elaboradas nesse período, recolocaram a questão da confirmação experimental e a questão dos fundamentos científicos. Teorias como a da relatividade não podiam ser provadas através de experimentos observáveis, mas podiam ser logicamente verificadas. Assim, já nos primeiros anos do século XX, a lógica e não mais a empiria, reinava absoluta nos principais centros acadêmicos europeus como o critério elementar para na produção do conhecimento.

Outra contiguidade que pode ser traçada entre a perspectiva de Carl Sagan e dos positivistas lógicos é a separação categórica das questões, objetos de estudo e métodos de trabalho em dois grupos: de um lado existem os “problemas das ciências”, plausíveis de serem resolvidos pela análise lógica e pelo método experimental; de outro os “pseudoproblemas das pseudociências” relativos a experiências pessoais e singulares, a percepções subjetivas, sentimentos e, mesmo aos problemas epistemológicos relacionados com a essência do conhecimento. Tal similaridade pode ser exemplificada com a leitura de dois excertos: um

retirado do panfleto vienense de 1929 e outro da última obra escrita por Sagan, em 1996, *O mundo assombrado por demônios*. Eis, respectivamente, as passagens:

As qualidades vivenciadas subjetivamente - a vermelhidão, o prazer, - são, como tais, apenas vivências, e não conhecimentos. A óptica física inclui apenas o que também um cego pode, em princípio, compreender. (CARNAP; HAHN; NEURATH, 1986, p. 13)

Podemos tentar a quase inútil terapia psicanalítica pela fala com o paciente, ou podemos lhe dar trezentos a quinhentos miligramas de clazepina. Os tratamentos científicos são centenas ou milhares de vezes mais eficazes do que os alternativos. E mesmo quando os alternativos parecem funcionar, não sabemos realmente se desempenharam algum papel: melhoras espontâneas, até da cólera e esquizofrenia, podem ocorrer sem rezas e sem psicanálise. (SAGAN, 2006, p. 25)

Algumas passagens desses excertos merecem destaque, como a diferenciação entre “vivências” e “conhecimentos”, efetuada por Carnap, Hahn e Neurath, e a palavra “alternativo”, empregada por Sagan para descrever os tratamentos de saúde “não-científicos”. Ambas as passagens nos permitem entrever certa presunção “científica” por parte dos autores no que diz respeito ao valor das práticas e produtos humanos. Em outras palavras, eles demonstram crer que o “espírito anti-metafísica” (para usar o termo dos positivistas lógicos) que caracteriza o trabalho científico é o que separa o conhecimento “verdadeiro” dos embustes produzidos por outras formas “não científicas” de interrogar o mundo. Nada de metafísico, sobrenatural ou irracional como, por exemplo, preces e orações, a essência das sensações humanas, ou, até mesmo, a ação do inconsciente psíquico podem ser *objetivamente* apreendido. Portanto, nada disso tem valor para ciência, pois, fazendo uso das palavras de Carnap, Hahn e Neurath (1986, p. 10), “na ciência não há profundezas, a superfície está em toda parte.” Partindo dessa interpretação, é possível também refletir sobre a afirmação que abre a mais célebre obra de Sagan (2017, p. 30): “o cosmos é tudo o que existiu, existe ou existirá”. Assim como na ausência de profundidade da ciência definida pelos pensadores vienenses, também em Sagan fica latente a visão de que a tarefa da ciência é descrever o funcionamento do *cosmos* enquanto *dado* e não refletir sobre a essência desse dado. Nesse sentido, segundo a posição ideológica desses autores não há na ciência lugar para “entidades” fora das regras da razão e da lógica. “Esse é o limite do que é ciência” (CARNAP; HAHN; NEURATH, 1986, p. 13).

Outro aspecto que decorre desse tipo de visão universalizante acerca da ciência é a convicção na necessidade de difundir as verdades científicas para toda a humanidade. Em seus escritos, Sagan e os membros do Círculo de Viena evidenciam crer que os cientistas são os

responsáveis pelo progresso da humanidade. No panfleto vienense lemos que “o movimento da concepção científica do mundo” demanda que os cientistas respondam à “exigência presente” e tomem parte “nos esforços por uma transformação racional da ordem social e econômica” (CARNAP; HAHN; NEURATH, 1986, p.9). Sagan também destaca a especificidade da época presente, na qual o “mundo se transforma em velocidade sem precedentes” e sublinha a importância de se propagar o conhecimento científico para “adaptar, ajustar e controlar [...] o destino das coisas na Terra e em suas proximidades” (1977, p. 17).

Essa visão que entrelaça a universalização e a propagação da ciência ao progresso da humanidade tem origem na tradição iluminista. Já em Kant (1985; 2004) lemos que o caminho da humanidade é progredir como espécie até a sua maturidade através do uso da razão. Na perspectiva kantiana, a razão é a ferramenta que possibilita ao ser humano controlar suas tendências “antissociais” e construir uma sociedade civil cosmopolita definida pela paz equilibrada entre os Estados. Mas, embora a alusão ao iluminismo com sua defesa geral do racionalismo nos auxilie a compreender a historicidade da visão de ciência defendida pelos positivistas lógicos que serviu também de referência para toda uma geração de cientistas do século XX, como Carl Sagan, não podemos traçar uma linha de continuidade entre esses contextos históricos sem tomarmos algumas precauções. Afinal, como destaca de forma precisa o jornalista científico, John Horgan:

A ciência do século XX deu origem a um paradoxo maravilhoso. O mesmo progresso extraordinário que gerou as previsões de que em breve talvez conhecêssemos tudo o que pode ser conhecido também alimentou dúvidas quanto ao nosso verdadeiro poder de conhecer alguma coisa. Quando uma teoria sucede à outra tão rapidamente, como podemos estar seguros de que são válidas? (HORGAN, 1998, p. 48)

Assim, na sessão seguinte deste artigo, analisaremos o pensamento de Thomas Kuhn e Paul Feyerabend. Cada um ao seu modo, esses autores criticaram a convicção na objetividade e na verdade científica que constituiu a “concepção científica do mundo”, usando a análise histórica para demonstrar que nunca existiu algo como uma razão universal da ciência.

O fim dos “universais”

Minhas dúvidas aumentam quando me dou conta de que será sempre uma questão de decisão ou de convenção saber o que deve ser denominado ‘ciência’ e quem deve ser chamado ‘cientista’. (POPPER, 2013, p. 45)

O padrão acelerado de descobertas e o refinamento progressivo na articulação entre teoria e fenômeno que caracterizaram a ciência do século XX não foram suficientes para

consumar a perspectiva de melhora (compartilhada por muitos) nas condições de vida das diversas populações do planeta a partir da distribuição dos produtos científicos. Pelo contrário, à medida que as esperanças se mostravam frustradas tanto no mundo capitalista quanto no comunista, críticas sobre o caráter a-histórico e o etnocentrismo escondidos sob a rubrica de universalidade nos conceitos “Razão” e “ciência” se intensificavam. Um dos mais importantes críticos da “concepção científica do mundo” foi o filósofo da ciência vienense, Paul Feyerabend. Para ele:

[...] o “progresso do conhecimento e da civilização” - como está sendo chamado o processo de forçar costumes e valores ocidentais em todos os cantos do mundo – destruiu esses maravilhosos produtos da engenhosidade e compaixão humanas (outras estruturas de sociedades que não a ocidental) sem nenhuma olhadela sequer em sua direção. “Progresso do conhecimento” significa em muitos lugares, a matança de mentes. (FEYERABEND, 2011, p. 22)

Feyerabend (2011, p. 11) argumenta que é preciso destituir a ciência de seu pedestal, valorizar outros tipos de saberes e não apenas os saberes considerados “científicos”. Na percepção do filósofo, “nem a ciência nem a racionalidade são medidas universais de excelência” (FEYERABEND, 2011, p. 273). O que predomina é um etnocentrismo capaz de obscurecer a percepção de que “Razão” e “ciência” são “tradições particulares”, assim como qualquer outro tipo de tradição. Ao questionar a função da ciência, o autor destaca que antes de “científico”, “metafísico”, “religioso”, “falso” ou “verdadeiro” o conhecimento deve ser eficiente e humano. Ele precisa melhorar a vida das pessoas, sendo, portanto, essencial que elas participem de seu processo de construção e não o deixem apenas nas mãos dos “cientistas” (FEYERABEND, 2011, p. 21). Assim, o pensador austríaco destaca:

[...] não há apenas uma entidade chamada ‘ciência’, com princípios claramente definidos, mas que a ciência compreende grande variedade de abordagens (em alto nível teóricas, fenomenológicas, experimentais) que mesmo uma ciência particular como a física não passa de uma coleção dispersa de assuntos (elasticidade, hidrodinâmica, reologia, termodinâmica etc.), cada uma deles contendo tendências contrárias. (FEYERABEND, 2011, p. 13)

Desse modo, a ciência não pode ser compreendida fora da história. Só é possível pensar a “ciência” ou a “razão” em termos de contexto. Ou seja, apenas quando consideramos como um determinado ponto de vista é construído, compreendemos o princípio de racionalidade que o define. Assim, em lugar de uma progressão linear do conhecimento científico comandada pelo *logos* (palavra grega que designa o pensamento plenamente racional e presente a si, livre de “irracionalidades” como o inconsciente, ou crenças religiosas), na visão de Feyerabend, o

mecanismo mais adequado para a compreensão do funcionamento da ciência seria o conceito “racionalidade contextualizada”. Essa noção nos ajuda a perceber a historicidade da prática científica. Com efeito, décadas antes de Feyerabend publicar a icônica obra *Contra o método* (1975), na qual sistematiza suas críticas à universalidade da razão e da ciência, o filósofo e matemático francês, Gaston Bachelard havia destacado que não há ciência sem imaginação e que algo é racional apenas relativamente a um “corpo de noções” aceito em um determinado contexto histórico (BACHELARD, 1949, p. 18).

Partindo desse mesmo entendimento, Feyerabend procurou exemplificar por meio da análise de situações históricas que o racionalismo não é absoluto, ele é *funcional*. “Serve” para resolver aquilo que se considera um “problema” em uma época. Para o pensador austríaco:

A Igreja, na época de Galileu, não apenas conservou-se mais próxima à razão tal como esta era definida então e, em parte, mesmo hoje: também considerou as consequências éticas e sociais das ideias de Galileu. Sua indicação foi racional, e somente o oportunismo e falta de perspectiva podem exigir uma revisão. (FEYERABEND, 2011, p. 27-8)

Com efeito, tal leitura sobre a condenação de Galileu Galilei pela Igreja fez com que Feyerabend fosse considerado por muitos cientistas como “traidor da verdade” (HORGAN, 1998, p. 48). No entanto, o que o filósofo buscou destacar é que “o copernicanismo e outros ingredientes essenciais da ciência moderna sobreviveram apenas porque, em seu passado, *a razão foi frequentemente posta de lado*” (FEYERABEND, 2011, p. 145, grifo nosso). Em sua concepção, pressupor a prática científica como uma uniformidade de regras e princípios representa, de fato, um atraso no processo de aquisição do conhecimento. Segundo Feyerabend, “a ciência é um empreendimento essencialmente anárquico” e o “anarquismo teórico é mais humanitário e mais apto a estimular o progresso do que suas alternativas que apregoam lei e ordem” (FEYERABEND, 2011, p. 31). Dessa perspectiva, a pluralidade de pontos de vista – inclusive daqueles que refutam as verdades da ciência – é condição necessária ao conhecimento. O único princípio universal e a-histórico que serve à ciência é o princípio do “tudo vale” (*anything goes*), pois só ele “não inibe o progresso” (FEYERABEND, 2011, p. 37). Isto é, a uniformidade de pensamento prejudica o exercício da crítica de um indivíduo essencial ao conhecimento, seja ele cientista ou não. De tal modo, o autor reitera que “não há nenhuma ideia, por mais antiga e absurda, que não seja capaz de aperfeiçoar nosso conhecimento. Toda a história do pensamento é absorvida na ciência e utilizada para o aperfeiçoamento de cada teoria” (FEYERABEND, 2011, p. 59).

Em contrapartida, para o físico e filósofo da ciência Thomas Kuhn, a análise a contrapelo da história da ciência evidencia que a adesão profunda a uma maneira uniforme de ver o mundo garantiu o sucesso da prática científica. Ou seja, enquanto Feyerabend afirma que “os eventos, os procedimentos e os resultados que constituem as ciências não tem uma estrutura comum” (2011, p. 19), Kuhn destaca que a pluralidade de conceitos e perspectivas dificulta uma das mais importantes etapas da prática científica, a articulação entre fenômenos e teorias (KUHN, 2012, p. 16). Essa maneira uniforme de ver o mundo é o *paradigma* vigente em um determinado campo da ciência durante certo contexto histórico. De acordo com o autor:

[...] a natureza é demasiado complexa para ser explorada ao acaso mesmo de maneira aproximada. Tem que existir algo que diga ao cientista onde procurar e porque procurar, e esse algo, que pode muito bem não durar mais do que uma geração, é o paradigma que lhe foi fornecido com sua educação de cientista. (KUHN, 2012, p. 50)

Assim, de forma análoga a Feyerabend, Kuhn também critica contundentemente o suposto caráter universal e a-histórico da razão e da lógica no qual se pauta a “concepção científica do mundo”. Mas, enquanto a obra feyerabendiana, *Contra o método*, ganhou notoriedade pela defesa da pluralidade teórica e metodológica como o *modus operandi* na história da ciência, o célebre livro de Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*, argumenta, por outro lado, que a historicidade da ciência obedece a uma lógica paradigmática. Da perspectiva kuhniana, “preconceito e resistência são mais regra do que exceção” (KUHN, 2012, p. 24).

Sob tal ângulo, a posição rígida e por vezes inflexível de alguns cientistas como, por exemplo, quando Sagan se mostra convicto acerca da ineficácia da terapia psicanalítica ou de qualquer outro tratamento que ele considere “alternativo”, é parte do dogmatismo científico, o qual, paradoxalmente, torna a ciência a prática mais revolucionária que existe (KUHN, 2012, p. 25). Jamais se volta atrás na ciência: quando se chega ao ponto de se abandonar um paradigma, ele é abandonado para sempre. A historicidade da ciência para Kuhn é justamente marcada pela bipolaridade dessa atividade humana: ora dogmática, ora revolucionária. Ambos os polos são inseparáveis, pois um só existe em correlação com outro.

Preconceito e resistência devem ser entendidos como elementos inerentes ao processo de treinamento que um cientista recebe para trabalhar na sua profissão. Kuhn descreve que o longo caminho de formação na prática científica compreende, de modo geral, a leitura dos mesmos manuais didáticos, a submissão às relações de poder dentro das instituições de ensino e pesquisa, o reconhecimento por outros estudiosos que atuam na mesma área, entre tantos outros fatores

que coexistem nas diversas comunidades científicas (2017, p. 59-71). Esse processo educacional que leva à adesão de um paradigma, internaliza também certo modo de agir. Nessa lógica, para que um cientista possa resolver problemas e fazer avançar o conhecimento, ele precisa estar focado no que procura, no porque procura e em como procura, acredita Kuhn.

De toda forma, o que se deseja destacar aqui é que ainda que discordem sobre a forma como a prática científica funciona (ou deve funcionar), Feyerabend e Kuhn concordam que ela é sempre histórica. Dito de outro modo, os dois autores não concedem à ciência – ou aos que a praticam – o privilégio de uma posição mais próxima à “verdade” do mundo. Para ambos, a ciência é uma prática entre muitas e, portanto, é histórica, contextual. Percorrendo caminhos distintos, os dois autores chegam à conclusão de que a ciência é uma prática que serve para resolver problemas e que os problemas mudam historicamente. De fato, os métodos, teorias e resultados da ciência são refutados quando há inadequação em relação ao fenômeno que se busca explicar. Mas, não podemos esquecer que essa “inadequação” é sempre contextual. O que foi considerado adequado em um lugar, em um período, pode não ser em outro, como os autores demonstram por meio de exemplos da própria história da ciência. Na esteira dessas reflexões, outro pensador que se indaga sobre as relações entre prática científica e o contexto social é Bruno Latour. Para o antropólogo francês, nem “lógica”, “razão”, “experimentação” e “observação” são palavras autorreferentes. De acordo com Latour (2001, p. 23), a prática da ciência não passa de um processo de referenciamento especial que abrange caminhos complexos povoados por muitos tipos elementos humanos e não humanos.

Considerações finais

Compreender o processo de construção do conhecimento científico e a forma como esse tipo esse conhecimento foi e tem sido mobilizado se mostra mais complexo do que alguns cientistas do século XX presumiram, como Carl Sagan, nosso exemplo neste artigo. Nesse sentido, o trabalho do historiador da ciência é desconfiar dos discursos científicos, perceber seus pressupostos ideológicos, epistemológicos e metodológicos e contextualizá-los no quadro maior da época a qual pertencem. No caso do estudo sobre a obra de Carl Sagan, sua ambiciosa história do *Cosmos* pode nos contar muito mais acerca de seu contexto de produção do que acerca da história dos corpos celestes e do espaço sideral. Do mesmo modo, a retrospectiva realizada pelo astrônomo norte-americano sobre processo de aquisição do conhecimento científico, que remonta dos filósofos pré-socrático até os cientistas do século XX, nos diz mais acerca da concepção de ciência defendida pelo autor do que sobre a descoberta de verdades objetivas

universalmente aceitas e incontestáveis. De fato, o estudo histórico da prática científica, por vezes, consiste em perceber como determinado ponto de vista é construído. Situar historicamente a visão de Carl Sagan sobre o conhecimento científico demanda ir além do mapeamento dos referenciais bibliográficos que aparecem nas suas obras de divulgação científica. É necessário ultrapassar também seu trajeto biográfico e refletir sobre a tradição de pensamento na qual o astrônomo norte americano se inscreve. Tal tradição, que começa a se consolidar no século XVIII, entende o indivíduo como habilitado para responder as perguntas que são colocadas pela própria estupefação perante o mundo. Esse mundo é visto como um todo ordenado capaz de ser gerido e dominado. Assim, por meio do pensamento lógico-racional associado às evidências empíricas é possível conhecer as “verdades da natureza”. Nessa visão, tal processo de conhecimento seria geracional e cumulativo, pois, na medida em que aprimoramos o “modo poderoso e elegante de compreender o universo chamado ciência” (SAGAN, 2017, p.21), nos libertamos das falsas verdades do misticismo religioso e dos falsos problemas da metafísica. Por isso, tanto para os positivistas lógicos do Círculo de Viena, quanto para Sagan era preciso que todos estivessem comprometidos com a ciência, ela deveria ser um empreendimento coletivo, visto que, conforme novas tecnologias fossem sendo desenvolvidas, antigos erros teóricos poderiam ser corrigidos.

Mas, a antiga concepção na unidade da razão que reinava no meio científico europeu desde a época de Hume e de Kant fora fragmentada. Os antigos sistemas filosóficos de caráter universal, capazes de abarcar questões éticas, metafísicas, lógicas, epistemológicas e estéticas num grande todo perderam terreno no século XX. O progresso científico deixou de ser percebido como indissociável do progresso moral e político. “Talvez a ciência não se desenvolva pela acumulação de descobertas e invenções individuais”, questionou Kuhn (2017, p. 61). Talvez jamais tenha sido possível definir a ciência como uma tradição única e coerente, como um processo evolutivo, orientado pela razão rumo ao desvelamento de verdades. Nesse sentido, as contribuições de pensadores do século XX, como Kuhn e Feyerabend nos ajudam a compreender a relação entre história e ciência.

Ambos descrevem que os significados dos conceitos e práticas da ciência são construídos junto a um contexto específico e que o funcionamento da ciência muda com a história, embora discordem profundamente de como esse processo ocorre.

Em Kuhn, a ciência é interpretada como um processo marcado pela uniformidade de práticas e teorias que caracteriza um paradigma, “que durante algum tempo, fornece problemas e

soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 2017, p. 53). À medida que um paradigma deixa de responder aos problemas considerados científicos por uma comunidade de pesquisadores, ele é abandonado e substituído por outro que atenda as demandas daquele contexto histórico.

Já Feyerabend destaca que a prática científica é sempre atravessada por elementos irracionais, como a personalidade desbravadora de um pesquisador ou as limitações financeiras da pesquisa, por exemplo. Além disso, o pensador austríaco se opõe à tese de Kuhn sobre a unidade científica garantida pelo paradigma e afirma que a concretude da ciência exige que seus praticantes tenham liberdade de ação para responder aos novos problemas que vão surgindo da maneira que lhes parecer melhor em um determinado momento. “Podemos fazer avançar a ciência procedendo contra indutivamente”, defende o autor (FEYERABEND, 2011, p. 43). Portanto, a pluralidade de métodos e conjecturas teóricas seria inerente à prática científica. Mesmo o que é considerado como um fato “dado” em determinado contexto histórico é, na verdade, fruto “de negociações entre grupos diferentes” (FEYERABEND, 2011, p. 13).

Por fim, procuramos evidenciar que a história e a filosofia da ciência se confundem. Kuhn sustenta que a história da ciência sem a filosofia da ciência é cega e que a filosofia sem a história é vazia (KUHN, 2017, p. 69). São duas variações terminológicas relacionadas à pesquisa que procura entender a construção e a operação de um tipo de conhecimento dotado de características específicas, mas que variam historicamente. Além do mais, a análise histórica que mensura o fracasso ou sucesso de um objeto/produto científico depende sempre da posição ocupada pelo historiador que o estuda. Afinal, como brilhantemente observou Feyerabend, cientistas como Carl Sagan, “são como arquitetos que constroem edifícios de diferentes tamanhos e diferentes formas, que podem ser avaliados somente depois do evento, isto é, só depois de terem concluído sua estrutura. Talvez ela fique de pé, talvez desabe” (FEYERABEND, 2011, p. 21).

Referências bibliográficas

- BACHELARD, Gaston. **La Philosophie du Non**. Paris, Presses Universitaire de France, 1949.
- BOHR, Niels. **Física atômico e conhecimento humano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- CARNAP, R; HAHN H; NEURATH, O. “A concepção científica do mundo – o Círculo de Viena” Trad. De Fernando Pío de A. Fleck, in. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência** 10 (1986), pp. 5-20.
- DAVIDSON, Keay. **Carl Sagan: a life**. Nova York, NY: John Wiley & Sons, 1999.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Trad. Cezar Augusto Mortari. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

KANT, Immanuel. "Resposta à pergunta: O que é Esclarecimento?" In: KANT, Immanuel. **Textos seletos**. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita. [IaG] Trad. Artur Morão. In: KANT, I. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 2004.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. 13. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

_____. **A função do dogma na investigação científica**. BARRA, Eduardo S. O. (org.). Trad. Jorge Dias de Deus. Curitiba: UFPR. SCHLA, 2012.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**. Trad. Gilson César Cardoso. Bauru: EDUSC, 2001.

NOVELLO, Mario. **O universo inacabado: a nova face da ciência**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo; Cultrix, 2013.

SAGAN, Carl. **Variedades da experiência científica: uma visão pessoal da busca por Deus**. Trad. Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro**. Trad. Rosaura Eichemberg, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **The Dragons of Eden – Speculations on the evolution of human intelligence**. Nova York, NY: Random House, 1977.

_____. **Cosmos**. Trad. Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

STEFFEN, W; GRINVALD, J; CRUTZEN, P; MCNEILL, J. "The Anthropocene: conceptual and historical perspectives". In. **Philosophical Transactions - a journal from The Royal Society**, A (2011) 369, pp. 842-876, Jan. 2011.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; EDUSP, 1968.

Simulando as “mentes passadas”: a Historiografia Cognitiva entre a História e as Ciências Cognitivas¹

Simulating “past minds”: Cognitive Historiography between History and the Cognitive Sciences

Thales Moreira Maia Silva

Doutorando em Ciência da Religião
Universidade Federal de Juiz de Fora
rebecapozzi@gmail.com

Recebido em: 26/10/2019

Aprovado em: 09/12/2019

Resumo: Este artigo salientará algumas questões, tópicos e desafios atualmente enfrentados pela Historiografia Cognitiva. Como forma de ilustrar sua pluralidade e divergência internas, além da compreensão intuitiva de tal campo como uma subdisciplina específica da História, exibiremos um conjunto de perspectivas por meio das quais ele pode ser considerado como parte integrante das Ciências Cognitivas. Nesse contexto, explicitando o interesse comum dos historiadores na variação histórica e transmissão cultural, o presente artigo enfatizará sua capacidade particular de “testar”, no material histórico, hipóteses generalizantes acerca dessas dinâmicas. Finalmente, valendo-nos do Mediterrâneo antigo como exemplo, contrariamente à atual tendência no estudo cognitivo dos fenômenos humanos, a qual enfatiza o experimentalismo, advogaremos pela aplicação de técnicas de modelagem, as quais, no que diz respeito às dinâmicas culturais, parecem compor uma ferramenta metodologicamente mais adequada para a agenda de pesquisa cognitivo-historiográfica.

Palavras-chave: Historiografia Cognitiva; História da Ciência; Dinâmica cultural.

Abstract: This article introduces some questions, topics and challenges currently faced by Cognitive Historiography. To illustrate its divergence and plurality, in addition to the intuitive understanding of this broad research field as a specific sub-discipline of History, we will offer a set of perspectives on how to consider it as an integral part of the Cognitive Sciences. By exposing the common interest of historians in historical change and cultural transmission, this article stresses their specific role in “testing” general hypotheses regarding these dynamics against their data. Finally, using the ancient Mediterranean world as an illustrative example, in disagreement with the current trend in the cognitive study of human-level phenomena, which overemphasizes experimentalism, we will argue for the application of modelling techniques which, regarding the study of cultural dynamics, can be considered as a more methodologically appropriate tool for the cognitive-historiographical research agenda.

¹ O presente artigo se fundamenta, desenvolve e amplia significativamente uma parcela dos argumentos anteriormente expostos em dois seminários distintos, ocorridos, respectivamente, durante o 30º Simpósio Nacional de História (15 a 19 de julho de 2019) e no XXII Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (02 a 06 de setembro de 2019): “Experimentando com as Mentes passadas: o mundo antigo como um laboratório para a Historiografia Cognitiva” e “Uma análise cognitiva do sacrifício animal na cultural visual (imperial) romana”.

Keywords: Cognitive Historiography; History of Science; Cultural dynamics.

Conforme este texto introdutório tentará demonstrar, o campo da Historiografia Cognitiva não está, simplesmente, limitado à aplicação de *insights* e descobertas das Ciências Cognitivas² à escrita da História. A valer, seu surgimento também poderia ser interpretado como a inclusão de mais uma disciplina na ampla empreitada interdisciplinar de pesquisas já existentes acerca do comportamento e cognição³ humanos. Devido ao habitual interesse historiográfico em encadeamentos abrangendo períodos de tempo significativamente amplos e envolvendo uma grande quantidade de indivíduos, historiadores desfrutam de um acesso indireto único aos processos de transmissão cultural de longo prazo. Logo, a discussão de questões associadas às dinâmicas culturais pode representar uma contribuição ímpar da Historiografia Cognitiva para as Ciências Cognitivas. E, dado que o Mediterrâneo antigo, aparentemente, caracterizava-se como um ambiente de relativa liberdade nos processos de transmissão cultural, ele poderia ser utilizado por estudiosos como uma espécie de “laboratório” para o estudo cognitivo-historiográfico das dinâmicas culturais (KAŠE, 2016). Sob tal perspectiva, o uso de modelos computacionais pela Historiografia Cognitiva do Império Romano representaria um tipo específico de pesquisa guiada por hipóteses, o qual utiliza de dados histórico-arqueológicos advindos de tal “laboratório” na avaliação de um conjunto particular de teorias científico-cognitivas para a análise das dinâmicas culturais – isto é, o papel de mecanismos⁴ cognitivos, operando sob o nível dos indivíduos, em relação aos processos culturais de longo prazo, envolvendo agrupamentos ou populações inteiras.

Em suma, o questionamento acerca do que é a Historiografia Cognitiva pode, muito provavelmente, ser respondido de várias maneiras distintas. No presente texto, nosso foco está em sua compreensão de acordo com o contexto do estudo histórico das culturas e da análise cognitiva das dinâmicas culturais.⁵ Em termos de suas teorias, questões e métodos, tal contextualização da

² Alcinha genérica para um conjunto de esforços interdisciplinares visando a compreensão da mente e sua relação com o cérebro, corpo e vivência humanos.

³ No presente artigo o termo “cognição” e seus derivados são utilizados de acordo com sua definição padrão: a atividade ou processo mental de aquisição de conhecimento e entendimento por meio da reflexão, experiência e percepção sensorial.

⁴ Em termos biológicos, um mecanismo é um sistema de partes e processos de interação causal que produzem um ou mais efeitos (Cf. CRAVER, TABERY, 2019).

⁵ O estabelecimento do campo da Historiografia Cognitiva no contexto da “História Cultural” está associado à figura do historiador das religiões Luther H. Martin, o qual desde o início da década de 1990 tem considerado o potencial de uma variedade de abordagens naturalistas para o trato diacrônico das culturas (MARTIN, 1996). Ao longo das duas últimas décadas, Martin, gradualmente, implementou teorizações científico-cognitivas em combinação com tais abordagens em um grande número de artigos teóricos, em sua maioria relacionados a questões de teoria e metodologia no estudo histórico das crenças e comportamentos religiosos (Cf. MARTIN, 1996; 2005a; 2005b; 2012; 2014), e – em colaboração com um grupo de estudiosos simpáticos às suas interpelações – organizou uma série de conferências e

Historiografia Cognitiva a aproxima substancialmente do, cada vez mais popular, paradigma de pesquisa da (nova) Evolução Cultural (Cf. MESOUDI, 2016), com alguns estudiosos (até mesmo) considerando-a como uma de suas mais recentes ramificações (BULBULIA et al., 2014). No entanto, naquilo que tange ao estudo da dinâmica interna aos sistemas culturais, contrariamente às teorizações padrões da Evolução Cultural, as quais enfocam, particularmente, os mecanismos de imitação e o papel das predisposições cognitivo-comportamentais de aprendizagem social (RICHERSON, BOYD, 2005), historiadores cognitivos estão principalmente interessados nos vieses de conteúdo advindos dos padrões psicológicos (teoricamente) inatos dos indivíduos humanos (HEINTZ, 2014; MORIN, 2016). Esse segundo grupo de propensões representa aquilo que é comumente descrito na literatura especializada por meio do conceito de “atração cognitiva” e que, no presente texto, será melhor especificado em termos da possibilidade de modelagem computacional da estrutura conceitual da (assim chamada) “epidemiologia das representações”⁶. É, precisamente, partindo de tal panorama que se vê possível operar uma diferenciação entre dois “tipos ideais” generalizantes de compreensão daquilo que poderia ser entendido por Historiografia Cognitiva no contexto do estudo histórico e científico-cognitivo das culturas.

Historiografia Cognitiva como Historiografia cognitivamente alicerçada

O primeiro entre tais “tipos ideais” está na concepção da Historiografia Cognitiva como uma forma específica de escrita da História. Ou seja, o estudo de eventos e processos históricos baseado e orientado por descobertas das Ciências Cognitivas, especialmente por conclusões advindas da Psicologia Cognitiva. Nele, historiadores aplicam e, adicionalmente, desenvolvem diagnósticos científico-cognitivos almejando a resolução de questões historiográficas particulares e a abertura de novos caminhos para a pesquisa histórica tradicional. No caso das abordagens

seminários que, posteriormente, serviram como base para a publicação de relevantes obras temáticas (Cf. MARTIN, PACHIS, 2003; 2009; MARTIN, SØRENSEN, 2011; MARTIN, WHITEHOUSE, 2004). No entanto, sem nunca esconder o fato de que é um historiador por profissão, seus textos continuamente enfatizam que não “pretende[m] sugerir que as abordagens para a análise do passado histórico baseadas em teorizações científico-cognitivas podem ou devem substituir os métodos especializados tradicionalmente utilizados pela História” (MARTIN, 2007, p. 51). Até o presente momento, o resultado mais visível de tal agenda – cuja popularidade vem crescendo exponencialmente, especialmente entre historiadores do Mediterrâneo antigo – é o lançamento do *Journal of Cognitive Historiography*, cuja primeira edição foi publicada em janeiro de 2014.

⁶ Em síntese, instruções que possam gerar ressonância com propensões cognitivas tendem a ser atraídas por tais estruturas mentais, o que resultaria em certa estabilização das ideias nelas contidas e, por sua vez, facilitaria seu compartilhamento e divulgação pública (compondo aquilo que chamamos de “cultura”). Consequentemente, qualquer conhecimento significativo o bastante para se estabilizar e ser compartilhado publicamente pode, da mesma forma, ser considerado relevante o suficiente para ser registrado e conservado, também, na cultura material do grupo ao qual pertence. Seriam, exatamente, tais inscrições que teriam provido os meios culturais que possibilitaram a manutenção de contínuas tradições mnemônicas e reflexivas de exegese e transmissão cultural. Em outros termos, a “epidemiologia das representações” fornece uma elucidação dos fenômenos culturais por meio da maneira como representações mentais se distribuem internamente a uma determinada população (SILVA, SANTOS, 2017b, p. 34-35).

cognitivo-historiográficas para o estudo do Mediterrâneo antigo, por exemplo, as pretensões de seus proponentes variam entre a compreensão de teorizações das Ciências Cognitivas como (1) uma nova ferramenta para a resolução de questões hermenêuticas (deveras) convencionais (Cf. TAPPENDEN, 2016), (2) um novo paradigma para a análise do contexto imperial romano (Cf. CZACHESZ, 2017) ou (3) um enriquecimento e estímulo adicionais para interpelações científico-sociais pré-existentes, tradicionalmente estabelecidas pelos estudiosos da Antiguidade (URO, 2016, p. 31; 40). Seguindo tal lógica, mesmo quando o classicista norueguês Istvan Czachesz desenvolve uma série de teorizações cognitivas aparentemente antiquadas, quando comparadas ao atual “estado da arte” das Ciências Cognitivas (Cf. CZACHESZ, 2014; 2017, p. 122-140; 2018), em sua monografia mais recente ele salienta que sua principal intenção é, apenas, o uso de tais teorias na “busca pela oportunidade de obter novos *insights* acerca do material [histórico]” (CZACHESZ, 2017, p. 2). Similarmente, quando o historiador finlandês Risto Uro reconhece a possível contribuição do uso de técnicas de modelagem e do teste de hipóteses no estudo do Mediterrâneo antigo, ele, não obstante, segue integralmente a tradição das críticas científico-sociais convencionais (Cf. NEYREY, 2010), para as quais a formulação de modelos e conjecturas se limita àquilo que concerne, unicamente, ao recorte especificamente analisado, ou seja à história do Império Romano (URO, 2017, p. 524). Destarte, embora se baseiem em teorias advindas das Ciências Sociais contemporâneas, tais modelos e hipóteses não são formulados na tentativa de elucidar o comportamento social humano em termos gerais (um interesse característico das análises científico-sociais e cognitivas), mas, sim, instigados por um interesse em situar “os significados comunicados pelos textos [antigos] internamente aos seus [...] contextos” (ESLER, 1995, p. 3).

Obviamente, os historiadores cognitivos comumente listados sob esse “tipo ideal” diferem amplamente (entre si) naquilo que diz respeito à profundidade de suas incursões na literatura das Ciências Cognitivas e no quão arrojado é o emprego de suas teorias. No entanto, aquilo que é, manifestadamente, compartilhado por sua totalidade é o fato de que tais autores escrevem com uma certa audiência em mente – a valer, outros estudiosos com interesse na pesquisa histórica – em uma tentativa de demonstrar as possibilidades mais gerais dessas teorizações para a disciplina da História. Aqui, as abordagens das Ciências Cognitivas são frequentemente combinadas não apenas com interpelações científico-sociais, mas também com algumas tendências naturalistas recentes para o estudo das culturas e da própria história humana. Digno de nota, esse é, precisamente, o caso de uma das figuras fundadoras da Historiografia Cognitiva, o historiador norte-americano Luther H. Martin, que desde a década de 1990 vem advogando pela compreensão

das interpelações científico-cognitivas como apenas uma dentre um conjunto de tendências acadêmicas possivelmente capazes de transformar o amplo campo da “História Cultural” em uma empreitada historiográfica progressivamente mais plausível (MARTIN, 1996).⁷

Historiografia Cognitiva como Ciência Cognitiva histórica

Por sua vez, o segundo “tipo ideal” compreende a Historiografia Cognitiva como parte integrante das Ciências Cognitivas, evidenciando a questão de como a investigação de eventos e processos históricos pode contribuir para o nosso entendimento do pensamento e do comportamento humanos, conforme esses são analisados pelo estudo interdisciplinar da mente⁸ humana. Digno de nota, trata-se de uma perspectiva que está ancorada nas implicações mais amplas da chamada “revolução cognitiva” iniciada na década de 1950 como uma revisão substancial da produção do conhecimento (na época) difundido por áreas tais quais a Psicologia, a Linguística e a Ciência da Computação (GARDNER, 2003). Partindo desse desenvolvimento inicial, uma espécie de plataforma colaborativa emergiu entre tais disciplinas, bem como a Filosofia, a Antropologia e as Neurociências, fundamentando-se na compreensão do funcionamento da mente humana como análogo ao de um computador – ou seja, abordando-a conforme um dispositivo de processamento de informações (MILLER, 2003). A valer, não obstante nossa percepção da cognição humana tenha se alterado consideravelmente nos últimos trinta anos (Cf. NEWEN, DE BRUIN, GALLAGHER, 2018), tal princípio colaborativa continua a ser o fio condutor dos estudos científico-cognitivos contemporâneos. Partindo dessa perspectiva, o surgimento da Historiografia Cognitiva pode ser interpretado, simplesmente, como a recente inclusão de mais uma disciplina nesse esforço interdisciplinar: e, desse modo, a Historiografia Cognitiva poderia ser compreendida como a parcela das Ciências Cognitivas responsável pelo estudo da cognição e comportamento humanos a partir das informações indiretamente fornecidas pelas “mentes passadas”.

De acordo com tal entendimento, o trabalho de historiadores cognitivos é produzido com uma audiência de outros cientistas cognitivos em mente, tentando contribuir para o conhecimento mais geral acerca dos mecanismos mentais que impulsionam o pensamento e o comportamento humanos. E tais características fazem com que, em termos globais, essa segunda forma de se

⁷ Conforme mencionamos anteriormente, em seus estudos, Martin considera, adicionalmente, os potenciais da aplicabilidade da Memética, da Sociobiologia, da chamada “História Profunda”, da História Ambiental e da Teoria de Redes (Cf. MARTIN, 1996; 2005a; 2005b; 2012; 2014), operando internamente à “virada científica” na historiografia contemporânea – a tendência de certos autores a reconsiderar ou até mesmo recusar a “virada cultural” pós-estruturalista na escrita da História (BYNUM, 2009, p. 77-78).

⁸ No presente artigo o termo “mente” e seus derivados são utilizados de acordo com sua definição padrão: um conjunto de faculdades cognitivas comumente determinadas a partir dos pensamentos e da consciência de um indivíduo.

conduzir as pesquisas cognitivo-historiográficas seja excepcionalmente rara. Certamente, ao aplicá-las em seus estudos particulares, historiadores (comumente) fornecem um desenvolvimento adicional às teorias científico-cognitivas que adotam e, de fato, isso se dá de tal forma que acaba por enriquecer nossa compreensão dos aspectos mais gerais da cognição e condutas humanas (SLINGERLAND, 2014b, p. 125-127). No entanto, uma vez que os acadêmicos envolvidos em tal empreitada tipicamente escolhem um canal de publicação voltado para outros historiadores, adotando um estilo de escrita que é característico de sua própria disciplina, a relevância de seus *insights* dificilmente alcança o público científico *stricto sensu*. Em tais circunstâncias, o objetivo central desse segundo “tipo ideal” de pesquisa cognitivo-historiográfica tende a, simplesmente, se perder.

Entretanto, quando bem-sucedida, como a Historiografia Cognitiva estabelecida a partir desse segundo modelo poderia contribuir para o estudo científico do pensamento e comportamento humanos? De acordo com o sinólogo canadense Edward Slingerland, ao contrário dos participantes em experimentos psicológicos atuais, o trabalho com “mentes passadas” possui, entre outras vantagens, as seguintes características: (1) elas compõem um conjunto extraordinariamente diverso; (2) existe um número consideravelmente extenso delas; (3) embora indiretamente, acessá-las é relativamente fácil (especialmente porque muitas tradições textuais estão disponíveis em bancos de dados on-line totalmente pesquisáveis); e, devido às suas implicações, talvez o mais importante, (4) na História, não é necessária a consciência e aprovação dos indivíduos-alvo para que eles sejam estudados (SLINGERLAND, 2014b, p. 123). Para além desses quatro pontos, conforme tentaremos demonstrar, pode-se sugerir que, uma vez que os dados advindos das “mentes passadas” comumente envolvem períodos prolongados de tempo, eles também são uma fonte única de *insights* a respeito dos processos envolvidos na transmissão cultural de longo prazo. E, na prática, tal constatação pode representar a principal contribuição da Historiografia Cognitiva para as Ciências Cognitivas.

Experimentando com as “mentes passadas”

As duas primeiras vantagens do trabalho com “mentes passadas”, conforme o referenciado por Slingerland, enfatizam seu número e diversidade. Trata-se de um tópico de extrema importância para a incorporação da pesquisa cognitivo-historiográfica acerca das culturas no estudo científico-cognitivo das dinâmicas culturais, particularmente quando esse último opera internamente à estrutura de seu subcampo mais influente: a Ciência Cognitiva da Religião. Fortemente influenciada

pela Psicologia Evolucionista⁹, a Ciência Cognitiva da Religião baseia-se na noção de “mente paleolítica” (Cf. COSMIDES, TOOBY, 1997, p. 12), ou seja, a concepção segundo a qual o chamado “período histórico”, abrangendo os últimos milhares de anos, é demasiadamente curto para ter presenciado qualquer evolução de novas adaptações relevantes na mente humana, as quais poderiam ter sobrepulado o aparelho mental que (em tese) continuamos a possuir, e que é o resultado de milhões de anos de vivência de nossa espécie em pequenos grupos caçadores-coletores (COSMIDES, TOOBY, BARKOW, 1992, p. 5)¹⁰. Logo, as constatações empíricas relativas ao funcionamento geral da mente humana realizadas a partir da análise de contextos culturais específicos deveriam, supostamente, ser replicáveis em qualquer outra conjuntura cultural ao longo desses “últimos milhares de anos”. No entanto, a busca pela comprovação de tal argumento ainda carece de uma atenção acadêmica adequada. Conforme o enfatizado pelo antropólogo Joseph Henrich e seus colaboradores, aludindo ao chamado “problema WEIRD”, a grande maioria dos “experimentos científicos” psicológico-comportamentais é limitada pelo fato de que eles, simplesmente, não foram testados de maneira transcultural. Em vez disso, a maior parte dessas experimentações psicológicas foi conduzida unicamente em pequenas amostras de participantes provenientes de sociedades ocidentais (= W), educadas/letradas (= E), industrializadas (= I), ricas/desenvolvidas (= R) e democráticas (=D), valendo-se, muitas vezes, de calouros dos cursos de graduação em Psicologia – ou seja, de um grupo muito específico de seres humanos, o qual está longe de ser um bom representativo para os últimos milhares de anos de nossa espécie, em termos gerais (HENRICH, HEINE, NORENZAYAN, 2010).

Por conseguinte, não é de se espantar que os pioneiros da Ciência Cognitiva da Religião estivessem, desde a emergência da disciplina, conscientes de tal problema. Destarte, alguns dos primeiros experimentos do campo – voltados para o exame de hipóteses acerca da memorabilidade de conceitos “minimamente contraintuitivos”¹¹ – realizados pelos antropólogos Pascal Boyer e Charles Ramble, foram reproduzidos em três contextos culturais distintos: entre estudantes franceses da cidade de Lion, cidadãos comuns de Libreville, capital do Gabão, e monges tibetanos de Kathmandu, no Nepal (BOYER, RAMBLE, 2001). Todavia, o “problema WEIRD”,

⁹ Abordagem teórica para as Ciências Sociais e Naturais que examina a estrutura psicológica humana desde uma perspectiva evolucionista moderna.

¹⁰ Digno de nota, a Psicologia Evolucionista, desde sua origem, percorreu um longo trajeto de desenvolvimento e reinterpretação. No entanto, os conceitos apresentados neste volume introdutório continuam a exercer uma influência considerável em muitas das áreas sob a presença do discurso psicológico-evolucionista (Cf. CONFER et al., 2010, para uma perspectiva mais geral do atual “estado da arte” do campo).

¹¹ Conceitos que violam uma quantidade significativa, porém mínima, de expectativas categóricas ontológicas (SILVA, SANTOS, 2017a, p. 99).

logicamente, não se limita unicamente ao etnocentrismo ocidental das pesquisas contemporâneas, mas se entende, também, ao seu inerente presentismo e ao anacronismo de suas universalizações. Conforme o sugerido por Slingerland e outros historiadores, tudo indica que o estudo das “mentes passadas” é a única maneira de se superar tal adversidade. Portanto, para os casos nos quais possuímos à nossa disposição evidências substanciais a respeito de uma população de indivíduos históricos, suas condutas e concepções (por exemplo, sob a forma de um *corpus* textual específico), a Historiografia Cognitiva recomendaria que não hesitemos em usá-las para o teste de hipóteses, adequadamente realizado de uma maneira análoga à condução de um experimento – e isso pode representar uma contribuição valiosa para a pesquisa psicológica contemporânea, a qual (conforme o mencionado) é refém de seu etnocentrismo e presentismo característicos.

Por exemplo, em algumas de suas obras, o historiador da religião Anders Lisdorf, o psicólogo Maciej Chudek e (o supramencionado) Edward Slingerland decidiram por seguir esse tipo de trajetória de pesquisa, valendo-se do material advindo dos períodos de sua particular perícia histórica para a condução de um tipo específico de estudo, projetado com acadêmicos da Psicologia como público-alvo. Como forma de atingir seu objetivo, tais autores precisaram codificar seus dados e analisá-los por meio de métodos quantitativos que fossem compreendidos pela comunidade acadêmico-psicológica. Nisso, partindo da análise quantitativa de um amplo *corpus* de relatos prodigiosos (profecias negativas) procedentes da República Romana, o principal estudo de Lisdorf foi desenhado para examinar a hipótese da melhor memorização das (recém-mencionadas) representações “minimamente contraintuitivas” quando comparada com a memorização de conceitos amplamente incomuns (LISDORF, 2004). E o resultado de tal estudo foi publicado no conceituado *Journal of Cognition and Culture*, o qual geralmente se limita à publicação de análises experimentais baseadas em sociedades contemporâneas (não em populações antigas). Seguindo essa mesma lógica, Edward Slingerland, que, por formação, é um especialista no campo da “religião” e filosofia chinesas antigas, e Maciej Chudek analisaram quantitativamente um *corpus* digitalizado de textos oriundos da China Imperial pré-dinástica (antes de 221 a.C.) com o objetivo de testar uma hipótese, anteriormente proposta pelo psicólogo desenvolvimentista Paul Bloom (Cf. BLOOM, 2004), relativa à suposta intuitividade do dualismo mente-corpo (SLINGERLAND, CHUDEK, 2011). Ao contrário das opiniões amplamente difundidas a respeito do chamado “holismo chinês” (frequentemente compreendidas como uma evidência contrária à hipótese de Bloom), Slingerland e Chudek descobriram que, durante o período estudado, é possível observarmos um desvio progressivo no significado do termo crucial sob escrutínio, 心

(coração/coração-mente), o qual passou a ser progressivamente utilizado em contraste com 形/身 / 體 (corpo), tornando-se moderadamente associado àquilo que hoje compreendemos como nossas funções cognitivas superiores. Para os autores, tal tendência pode ser elucidada como resultante de um viés dualista emergindo, ao longo do tempo, no contexto cultural estudado, o que representaria um suporte diacrônico valioso para a hipótese psicológica mais geral desenvolvida por Bloom (SLINGERLAND, 2014a; SLINGERLAND et al., 2017).

Ambos esses exemplos são demonstrativos de um modelo característico através do qual historiadores podem ingressar no campo das Ciências Cognitivas de acordo com um paradigma análogo ao experimental.¹² Em tais estudos, as conclusões de seus autores foram possibilitadas graças ao interesse desses historiadores em hipóteses gerais referentes à cognição e condutas humanas, bem como pela adoção de métodos quantitativos. Entretanto, é altamente provável que o primeiro recurso (o interesse em hipóteses gerais) seja substancialmente mais crucial do que o segundo, pois muitos estudos históricos quantitativos não possuem relevância alguma quando compreendidos por meio da óptica das pesquisas mais generalistas acerca do pensamento e comportamento humanos. Com isso em mente, pode-se argumentar que, mesmo quando historiadores não se veem capazes de testar quantitativamente as hipóteses científico-cognitivas pertinentes, a formulação de suas questões de pesquisa de acordo com *insights* fornecidos por tais hipóteses mais gerais, na tentativa de, adicionalmente, explorá-las ou elaborá-las em relação aos dados históricos disponíveis, pode, não obstante, resultar em uma contribuição valiosa para as Ciências Cognitivas.

Outrossim, em relação ao uso de metodologias quantitativas, quando possível, não parece ser estritamente necessário que historiadores obtenham um entendimento avançado acerca de tais métodos. De acordo com Slingerland, uma estratégia muito mais frutífera se encontra na cooperação com especialistas de outras disciplinas, por meio da formação de equipes acadêmicas interdisciplinares (SLINGERLAND, 2014b, p. 128-129). Nesse tipo de contexto, aquilo que pode fazer com que historiadores se tornem colaboradores especialmente valiosos, aos olhos dos demais cientistas cognitivos, é a sua possibilidade de acesso especializado a uma extensa amostragem de

¹² Ambos os exemplos mencionados fazem parte daquilo que é comumente chamado de análise textual quantitativa, um método que, *stricto sensu*, não equivale a um experimento empírico, compondo apenas um esforço quantitativo para o teste de hipóteses. Também conhecidas como técnicas de “leitura distanciada”, metodologias como essas, lidando quantitativamente com textos digitalizados, já são amplamente utilizadas pelos Estudos Literários, especialmente para fins de otimização da visualização e processamento de um número extenso de dados textuais (Cf. MORETTI, 2013; CAO, CUI, 2016). No entanto, conforme esses e outros estudos recentes vêm demonstrando, tais métodos também podem ser usados para o trato de hipóteses científico-cognitivas a partir de materiais históricos específicos.

dados, capaz de ser considerada como representativa de toda uma população de “mentes passadas”. Adicionalmente, caso as informações referentes a essas “mentes passadas”, conforme seu exame por meio da perícia de historiadores profissionais, cubram um longo período de tempo, o apelo de estudiosos do passado, dentre os demais especialistas envolvidos nas Ciências Cognitivas, acabaria por se tornar ainda maior, uma vez que esses possuiriam, então, um acesso privilegiado a dados relativos a processos culturais de longo prazo, os quais dificilmente são disponibilizados pelo trabalho de psicólogos ou antropólogos.

O estudo antropológico das dinâmicas culturais

A transmissão cultural é um tópico amplamente estudado por diversas disciplinas contemporâneas, especialmente pela Antropologia. Digno de nota, a maioria das figuras fundadoras do estudo científico-cognitivo das culturas eram, originariamente, antropólogos cujo interesse se localizava, exatamente, em tal temática. Tais autores, tipicamente, iniciaram suas carreiras acadêmicas com a publicação de leituras interpretativas de descobertas obtidas em trabalhos de campo realizados entre sociedades tribais (por exemplo, Boyer viveu com populações do grupo étnico *Fang*, no Gabão, Camarões e Guiné Equatorial e o cognitivista britânico Harvey Whitehouse estudou o movimento *Pomio Kivung* o qual operava em Papua-Nova Guiné). Boyer, que anteriormente havia se interessado pela estabilidade das tradições em culturas orais, começou a considerar em seus estudos uma série de descobertas oriundas da Psicologia Cognitiva, relativas ao funcionamento da memória humana (BOYER, 1990). Posteriormente, ele direcionou sua atenção para a maneira pela qual os seres humanos aprendem novos conceitos. Baseando-se primariamente na literatura teórica advinda da Psicologia do Desenvolvimento, Boyer ulteriormente estabeleceu uma distinção teórica entre quatro tipos de representações mentais culturalmente difundidas, cujas diferentes funções ele procurou ilustrar valendo-se do material originariamente produzido em sua pesquisa de campo (BOYER, 1992).¹³ Paralelamente, o trabalho de Harvey Whitehouse também foi severamente influenciado pela literatura psicológica, particularmente a respeito da mesma temática da memória humana. Tal constatação já é evidente, por exemplo, em seu primeiro artigo, o qual contém os contornos mais grosseiros daquilo que

¹³ Boyer estabeleceu diferenças entre repertórios *ontológicos* (representações consistindo de suposições elementares acerca daquilo que existe no mundo), repertórios *causais* (representações referentes às conexões causais entre entidades e eventos), repertórios *episódicos* (representações relativas a uma certa variedade de tipos de eventos, tipicamente associados a atividades culturais específicas) e repertórios de *papéis sociais* (representações que atribuem propriedades especiais a indivíduos específicos) nas representações mentais que analisou (BOYER, 1992, p. 35-36). Segundo o autor, o estudo de todos esses quatro conjuntos de repertórios é crucial para a elucidação das concepções coletivamente compartilhadas. No entanto, em sua obra posterior, Boyer acabou por se concentrar, essencialmente, no primeiro dentre esses conjuntos.

(mais tarde) se tornaria conhecido como a teoria dos “modos divergentes de religiosidade” (WHITEHOUSE, 1992; Cf. WHITEHOUSE, 1995; 2000; 2004). Nesse texto, Whitehouse elaborou a hipótese de que a ocorrência de dois tipos divergentes de dinâmica ritual (os quais ele havia documentado em dois agrupamentos religiosos distintos de Papua-Nova Guiné) seria suscitada pela repetição de práticas rituais que se fundamentavam em dois tipos diferentes de estruturas de memória: “os diferentes tipos de ‘experiências religiosas’ disponíveis para os *Kivung* e para os *Baktaman* são o resultado de princípios divergentes de codificação, os quais, por sua vez, representam adaptações a diferentes demandas mnemônicas” (WHITEHOUSE, 1992, p. 792).

A terceira (e mais notável) figura com formação antropológica a exercer uma forte influência na constituição de uma ciência cognitiva das dinâmicas culturais foi o cientista social e cognitivo francês Dan Sperber. Para o autor, explicar as culturas significa ser capaz de responder ao questionamento de “por que e como algumas representações mentais serem contagiosas” (SPERBER, 1996, p. 1), o que implica em demonstrar como sua disseminação é o resultado de mecanismos cognitivos relativamente gerais atuando em situações específicas nas mentes individuais (SPERBER, 1996, p. 41). Como forma de compreender melhor tais processos, Sperber introduziu o (já discutido) modelo da “epidemiologia das representações”. Partindo de uma analogia médica, em um de seus textos introdutórios ele enfatiza que “[o que] a Patologia é para a epidemiologia das doenças, a Psicologia dos processos de pensamento é para a ‘epidemiologia das representações’” (SPERBER, 1996, p. 59). Logo, de acordo com Sperber, “uma ‘epidemiologia das representações’ não estuda [de fato] as representações, mas as suas distribuições – e, portanto, todas as modificações ambientais causalmente envolvidas nessas distribuições” (SPERBER, 1996, p. 75).¹⁴

O que (aqui) talvez mereça ser enfatizado é a lógica subjacente a esse tipo de pesquisa. Inicialmente, tais antropólogos estavam habituados à realização de trabalhos de campo, dos quais se afastaram para poder interpretar os dados neles coletados na tentativa de contribuir para uma discussão teórica mais ampla. Trata-se de uma prática que, tradicionalmente, era deveras comum em sua disciplina. Entretanto, é notável que tal interesse em tópicos mais gerais é particularmente raro de ser observado em estudos históricos – ou, pelo menos, é muito esporadicamente explicitado na escrita da História. Aparentemente, a tendência da disciplina indica que historiadores estão

¹⁴ As duas outras figuras fundadoras, associadas ao surgimento do estudo científico-cognitivo das dinâmicas culturais, o historiador da religião E. Thomas Lawson e o filósofo Robert N. McCauley, só se voltaram para a questão da transmissão cultural em seu segundo livro, no qual, baseando-se extensivamente no modelo epidemiológico de Sperber, elaboraram a chamada “teoria da competência ritual” (MCCAULEY, LAWSON, 2002, p. 39-45).

acostumados a permanecer em seu campo originário durante, praticamente, toda a sua carreira, ao mesmo tempo em que direcionam suas análises principalmente para outros estudiosos do passado que, por sua vez, realizam pesquisas em uma mesma área. A Historiografia Cognitiva vista como parte das Ciências Cognitivas visa alterar tal cenário significativamente, buscando interpretar os achados dos estudos históricos (também) como descobertas científico-cognitivas.

A ascensão do experimentalismo

Partindo desse quadro, durante a década de 1990, liderados por Boyer, a crescente geração de estudiosos da cultura operando inteiramente ao emergente subcampo da Ciência Cognitiva da Religião começou a marginalizar seu interesse anterior em questões relativas às dinâmicas culturais. E o principal motor para o estabelecimento de tal cenário foi a decisão, por tais pesquisadores, de conciliar a abordagem cognitiva para o estudo das crenças e práticas religiosas com os métodos psicológico-experimentais. Valendo-se de tal lógica, Boyer, progressivamente, passou a rejeitar as metodologias tradicionais da Antropologia, pois essas seriam insuficientes para a resolução de questionamentos empírico-psicológicos acerca dos processos culturais (BOYER, 1993, p. 6-7). Como resultado, durante a década seguinte, o estudo cognitivo das culturas, em termos gerais, e a Ciência Cognitiva da Religião, em particular, integrou-se efetivamente ao campo da Psicologia Experimental, o qual já havia começado a se transformar de acordo com seus próprios propósitos – isto é, como forma de lidar melhor com questões associadas à diversidade cultural e demais tópicos relacionados à validade ecológica de seus resultados (como no caso de evidenciar a gravidade do “problema WEIRD”). Simultaneamente, no entanto, essa reviravolta resultou no ofuscamento empírico da quase totalidade dos *insights* teóricos relativos ao estudo da transmissão cultural (centrais para o emergente campo da Historiografia Cognitiva e para a temática da dinâmica cultural), uma vez que (na época) não parecia ser possível objetiva-los em projetos experimentais.

Subsequentemente, um cenário acadêmico paradoxal acabou por se estabelecer, com vários estudiosos de orientação psicológico-experimental continuando a se referir extensivamente, nas partes teóricas de seus trabalhos, aos modelos anteriores, os quais lidavam com processos culturais de longo prazo (Cf. SØRENSEN, 2004), enquanto, ao mesmo tempo, não sugeriam como, ou simplesmente evitavam, analisar tais questões empiricamente. Internamente a esse contexto, quando o historiador dinamarquês Jesper Sørensen coloca em dúvidas se “eventos históricos particulares podem servir como circunstâncias evidenciais para predições realizadas por teorias sociais e/ou cognitivas” (SØRENSEN, 2014, p. 185), ele também considera válido enfatizar que:

Trata-se de algo mais complicado do que parece, pois não está claro como o material histórico pode testar hipóteses específicas, em vez da mera adequação e, em última análise, relevância de sua *aplicação* em um registro histórico em particular. De fato, tais esforços, geralmente, acabam utilizando casos históricos apenas como ilustrações (mais ou menos) bem fundamentadas de determinadas reivindicações teóricas. Dessa forma, casos históricos são mais propensos a funcionar como uma indicação da produtividade ou possibilidade de uma construção teórica específica, em vez de um teste minucioso. O teste rigoroso de hipóteses particulares é (sempre) melhor realizado em um ambiente laboratorial ou, talvez, em “condições experimentais naturais”, nos trabalhos de campo com sociedades vivas. (SØRENSEN, 2014, p. 186-187)

É difícil entender como Sørensen conceberia um modelo para o teste experimental, tanto laboratorial quanto natural, de hipóteses acerca de processos culturais de longo prazo, assim como a maneira pela qual tal dinâmica poderia ser estudada limitando-nos, apenas, à análise de “sociedades vivas”. Efetivamente, se, por exemplo, nosso objetivo for o teste de hipóteses relativas ao modelo epidemiológico de Sperber, as metodologias psicológico-experimentais, conforme sua condução em “sociedades vivas”, seriam, ao que tudo indica, insuficientes, independentemente das condições nas quais forem aplicadas – pois, em termos epidemiológicos, o impacto de alguns mecanismos cognitivos relevantes para os processos de transmissão cultural, só tende a ser revelado quando analisados a partir do nível de difusão transgeracional. Parece-nos que, restringir nossa consideração daquilo que seria uma metodologia científica adequada, meramente, aos ideais experimentalistas implicaria em uma compreensão extremamente limitada do que é o empenho científico-acadêmico. De qualquer forma, (aqui) o maior problema, muito provavelmente, reside na insuficiência de métodos específicos, em vez de teorizações particulares. Assim, a questão que necessita ser respondida é: quais dentre as alternativas metodológicas existentes aos ideais experimentalistas seriam-nos úteis para abordarmos científico-cognitivamente a temática dos processos culturais de longo prazo?

Recapitulemos (primeiro) que um dos maiores impulsos para o surgimento do próprio estudo cognitivo das culturas, partindo da Antropologia, foi o interesse pela dinâmica cultural, uma temática que, habitualmente, ocupa posição central no trabalho de historiadores (MARTIN, 2012, p. 167), mas que aparenta representar um conjunto muito restrito de questões quando confrontada pelas ambições da Psicologia Experimental. De fato, sob tal ponto de vista, a escrita da História parece estar (muito) mais próxima da prática antropológica do que de sua correspondente psicológica. Porém, conforme aludimos anteriormente, o subsequente desenvolvimento e ascensão do, cada vez mais popular, subcampo da Ciência Cognitiva da Religião, está intimamente relacionado ao desdobramento (justamente) de uma ramificação experimental da Psicologia

Evolucionista (Cf. COSMIDES, TOOBY, BARKOW, 1992) – uma conjuntura que sinalizou uma importante mudança “paradigmática” na ciência cognitiva das dinâmicas culturais e, por conseguinte, afetou a principal inspiração teórica da agenda de pesquisa cognitivo-historiográfica. Desde a sua criação, o quadro teórico-metodológico psicológico-evolucionista enfatizou a importância do estudo das adaptações biológicas como forma de obtermos um melhor entendimento de questões que eram, tradicionalmente, consideradas exclusivamente culturais. De acordo com algumas informações já mencionadas no presente texto, internamente ao “paradigma orientador” subjacente à Psicologia Evolucionista, encontra-se a ideia de que o cérebro humano, enquanto infraestrutura biológica, e a mente humana, como sua função, conservam-se virtualmente inalterados desde (pelo menos) o final do Paleolítico¹⁵, ou seja, ambos permanecem compostos por um conjunto característico de módulos funcionais, os quais, por sua vez, são o resultado de adaptações biológicas pré-estabelecidas em um passado distante (Cf. COSMIDES, TOOBY, BARKOW, 1992, p. 5). Destarte, o trabalho de psicólogos evolucionistas concentra-se, primariamente, em um longínquo recorte do trajeto evolutivo de nossa espécie, na tentativa de elucidar os processos e condições que levaram a seleção natural, atuando sobre os seres humanos, a trilhar o caminho específico que (teoricamente) “moldou” as bases de nossas crenças e comportamentos atuais.

A coerência dessa intrincada concepção – a qual pode ser sintetizada na, anteriormente referida, alegação teórica de que os índios contemporâneos possuem, intrinsecamente, “um aparelho mental da Idade da Pedra” – é, essencialmente, o único pressuposto a garantir qualquer plausibilidade para a especulação acerca de experimentos psicológicos baseados em dados indiretamente obtidos das “mentes passadas” por meio da análise de artefatos historicamente preservados. No entanto, a despeito de seu status incontroverso na Psicologia Evolucionista, em algumas subáreas das próprias Ciências Cognitivas, tal noção vem (desde sua concepção) enfrentando forte resistência. Nesse cenário, um exemplo particularmente relevante foi inspirado pelo desenvolvimento da Arqueologia Cognitiva, um ramo do campo arqueológico cujo surgimento data da década de 1980, particularmente a partir das pesquisas do arqueólogo e linguista britânico Colin Renfrew (Cf. RENFREW, ZUBROW, 1994), e que foi concebido como resposta

¹⁵ Período da pré-história humana que se estende desde a mais antiga utilização conhecida de ferramentas de pedra por hominídeos – aproximadamente, 3,3 milhões de anos atrás – até o final do Pleistoceno – aproximadamente, 11.650 anos AP (Cf. TOTH, SCHICK, 2007).

a uma interpretação específica da Arqueologia Processual¹⁶ que (na época) instigava um movimento de resignação acadêmica de quaisquer ambições científico-empíricas para o estudo do passado (MITHEN, 2000, p. 122-124). No início da década seguinte, após entrar em contato com inúmeros resultados advindos da pesquisa cognitivo-arqueológica acerca da mente humana, o psicólogo, e neurocientista canadense Merlin Donald elaborou uma inovadora e influente teoria a respeito da relação entre a fala, a memória e artefatos simbólico-materiais humanos (Cf. DONALD, 1991), na qual, todavia, segundo alguns de seus críticos, ele sobrevalorizou a relevância da linguagem e restringiu desproporcionalmente a influência da cultura material no desenvolvimento mental de nossa espécie (HAVELKA, 2008). Ainda assim, sua elaboração teórica introduziu às Ciências Cognitivas um conceito arqueológico fundamental, as formas de “armazenamento simbólico externo”, as quais podem ser concebidas como os vários artefatos da cultura material passíveis de serem examinados científico-cognitivamente pela Arqueologia. Nisso, em 1996, dando um desenvolvimento posterior às ideias de Merlin Donald, o arqueólogo britânico Steven Mithen, em seu livro *A pré-história da mente*, acabou por entrar em um debate direto com a Psicologia Evolucionista ao expor a tese de que a origem da mente humana “anatomicamente moderna” deveria ser compreendida de acordo com um processo progressivamente expansível de “fluidez cognitiva”, no qual o desenvolvimento do potencial de cooperação entre módulos cognitivamente distintos (internos ao aparelho mental de nossa espécie) teria sido complementado pelo surgimento do pensamento simbólico (MITHEN, 2002). Logo, de acordo com o autor “nesse aspecto, a cultura material desempenha um papel ativo [e contínuo] na formulação do pensamento e na transmissão das ideias, não sendo, meramente, um reflexo passivo de tais processos” (MITHEN, 2000, p. 123). Em maiores detalhes, Mithen conjecturou que, durante o Paleolítico, o funcionamento de nossas mentes passou por uma transformação primordial. Em sua opinião, originalmente, o aparelho mental humano possuía uma organização modular, com cada módulo tendo se desenvolvido para lidar com domínios específicos da vivência de nossa espécie – exatamente como o teorizado pela primeira geração de psicólogos evolucionistas, trabalhando com modelos mentais “massivamente modulares” – entretanto, em paralelo com o avanço da cultura material, a mente humana teria sofrido algo como uma “integração cognitiva”. Mithen conclui, então, que tal processo, em prosseguimento contínuo, poderia ser acompanhado por meio de

¹⁶ Um conjunto de perspectivas para a teoria arqueológica que alega ser possível, por meio do uso rigoroso do método científico, transpor os limites do registro arqueológico e elucidar satisfatoriamente informações valiosas acerca de como os indivíduos que utilizavam tais artefatos viviam.

metodologias arqueológicas, especialmente através da análise comparada de artefatos materiais pré-históricos e as constantes transformações em seus métodos de produção.¹⁷

Talvez ainda mais diretamente, a noção psicológico-evolucionista de “um aparelho mental da Idade da Pedra” historicamente estável é desafiada pelo conceito de “história genética” dos antropólogos americanos Gregory Cochran e Henry Harpending (COCHRAN, HARPENDING, 2009). Em seus estudos, Cochran e Harpending se focaram nas transformações que poderiam ter ocorrido no fundo genético¹⁸ humano durante o, relativamente curto, período dos últimos 10.000 anos, assim como quais influências tais alterações possivelmente causaram na cognição e comportamento humanos. Valendo-se de métodos estatísticos advindos da Genética Populacional, ambos defendem a tese de que uma leitura adequada das contingências presentes nesse recorte temporal moderadamente reduzido é o suficiente para que possamos constatar o estabelecimento recente de modificações fundamentais no fundo gênico de nossa espécie. Nesse sentido, a velocidade e a orientação de tais alterações genéticas, muito provavelmente, foram influenciadas por transformações ambientais e pela emergência de um novo modelo de vivência humana que, nos últimos milênios, perseverou e se potencializou internamente ao contexto da explosão populacional e desenvolvimento das grandes civilizações urbanas. Logo, contrapondo-se à grande maioria dos psicólogos evolucionistas, os estudos de Cochran e Harpending não estão apenas preocupados com a maneira pela qual a seleção natural, atuando no passado distante de nossa espécie, teria propiciado o afloramento de práticas complexas mais recentes, tais como a agricultura, mas, particularmente, “como as pressões de um novo estilo de vida, tal como o agrícola, possibilitaram que transformações significativas na composição genética das populações humanas se estabelecessem e se disseminassem”(COCHRAN, HARPENDING, 2009, p. x). Ao passo que a Psicologia Evolucionista, em suas estimativas mais conservadoras, geralmente trata as últimas três ou quatro dezenas de milhares de anos como um período relativamente estável e geneticamente insignificante para que qualquer nova adaptação mental tenha ocorrido nos seres humanos, a abordagem da “história genética” busca demonstrar como, nesses últimos poucos milênios, impactos acentuados em nosso fundo genético – e, em última instância, na configuração de nossas

¹⁷ A despeito de suas contribuições não serem uma unanimidade entre a comunidade acadêmica, o exemplo da Arqueologia Cognitiva representa um caso raro de “círculo virtuoso” entre o estudo do passado e as Ciências Cognitivas – um no qual as conclusões advindas da disciplina arqueológica contribuíram para a elaboração de hipóteses científico-cognitivas que, por sua vez, forneceram poderosos *insights* para o, subsequente, desenvolvimento da própria disciplina arqueológica. Trata-se de um processo também almejado por alguns defensores de uma agenda de pesquisa cognitivo-historiográfica “devidamente interdisciplinar” (Cf. SHRON, 2019).

¹⁸ O conjunto de todos os genes ou informações genéticas em uma população – normalmente naquilo que tange a uma espécie específica.

adaptações mentais – transformaram radicalmente o modo de vida dos indivíduos de nossa espécie. Obviamente, caso ratificadas, tais descobertas podem ser cruciais para a Historiografia Cognitiva, pois tão igualmente dúbio quanto interromper a evolução biológica humana em tempos pré-históricos excessivamente remotos – conforme é, frequentemente, certificado por psicólogos evolucionistas – é estabelecer o recorte temporal inicial para escrita da História no sentido tradicional do termo, ou seja, com base em uma problemática periodização que reflete a (suposta) superioridade das fontes escritas.¹⁹

Diante de tais constatações, partindo desse panorama reconfigurado, enriquecido com *insights* advindos de uma perspectiva cognitivo-evolucionista consideravelmente estendida, alguns questionamentos a respeito da relação entre a Historiografia Cognitiva e a evolução dos seres humanos poderiam, então, ser reconsiderados positivamente. Por exemplo, inspirado por tais possibilidades, o historiador das religiões Gabriel Levy tentou elucidar o surgimento de um controverso fenômeno conhecido como “inteligência asquenaze”, que alegadamente revela que, em testes de habilidades verbais e argumentativas, indivíduos asquenazim²⁰ tendem a alcançar uma média de resultados mais alta do que a do restante da população ocidental (LEVY, 2014a; Cf. 2014b). Além das tradicionais explanações culturais e históricas, uma possível explicação alternativa para tal fato, a qual Levy insinua cautelosamente, parte da observação de que as comunidades asquenazim foram expostas a um isolamento cultural expressivo desde, pelo menos, a Antiguidade tardia – o que, partindo do ponto de vista da Biologia Populacional, poderia ter levado a consequências semelhantes àsquelas verificadas após o isolamento geográfico de uma determinada população – e isso teria, presumivelmente, acelerando o processo de variação genética interna aos seus agrupamentos. Em outros termos, segundo o autor, as tradições particulares do judaísmo rabínico asquenaze teriam configurado uma espécie de nicho cultural característico, que valorizava acentuadamente a educação literária e a alfabetização de seus integrantes, e, historicamente, tal nicho teria impellido uma reprodução populacional empreendida em condições relativamente

¹⁹ Trata-se de uma constatação amplamente reconhecida pelos estudiosos do passado histórico. De fato, nesse aspecto, o historiador americano Daniel Lord Smail chama a atenção para o fato de que, quando a concepção do início de um “tempo sagrado no paraíso bíblico” foi amplamente abandonada no decorrer do século XIX, em vez de estender seu interesse à pré-história (ou “história profunda”), a grande maioria dos historiadores optou por reduzir sua abrangência acadêmica apenas aos últimos milênios, com referência às relíquias literárias historicamente preservadas – e que passaram, então, a representar o domínio primário da História. Nas palavras de Smail, “[...] o ‘sagrado’ foi habilmente traduzido em uma linguagem secular: o Jardim do Éden se tornou os campos irrigados da Mesopotâmia e a criação do homem foi reconfigurada como a narrativa da ascensão da civilização” (SMAIL, 2008, p. 4). Consequentemente, as esferas de competência do estudo acadêmico (ocidental) do passado foram divididas entre arqueólogos, concentrando-se nas chamadas culturas pré-literárias, e historiadores, com seus materiais-alvo sob a forma de textos.

²⁰ Uma população da diáspora judaica que originalmente se reuniu nas áreas compreendidas pelo território do Sacro Império Romano-Germânico em torno do final do primeiro milênio d.C.

isoladas, as quais, por sua vez, podem ter favorecido a predominância de indivíduos com maior aptidão para habilidades verbais e argumentativas. Com isso em mente, Levy indaga:

Em que medida o imperativo cultural pela educação infantil – notavelmente a instrução, desde uma idade muito precoce (antes da puberdade), almejando o domínio de uma segunda língua que, na maioria dos casos, dependia do aprendizado de um alfabeto estrangeiro – poderia gerar um efeito biocultural persistente? (LEVY, 2014a, p. 39)

Nesse sentido, mesmo sem conseguir desenvolver uma solução clara para a sua pergunta, o autor conclui que “a população asquenaze fornece um interessante caso de teste para entendermos melhor a relação entre cognição humana [em termos gerais] e as ‘mentes passadas” (LEVY, 2014a, p. 40). Em poucas palavras, Levy acredita que as abordagens científico-cognitivas contemporâneas para as dinâmicas culturais, crenças e comportamentos individuais superestimam a causalidade ascendente (indo dos níveis mais baixos de disposição humana para os mais altos) – ou seja, partindo de nossa (suposta) psicologia inata até os agrupamentos culturais. Portanto, o principal objetivo da elaboração de seu argumento está em tentar fornecer “os elementos de uma explanação [teoricamente] plausível para formas descendentes de causação que, ao mesmo tempo, faça justiça à nossa biologia e cognição” (LEVY, 2014a, p.40). Em suma, a obra pioneira de Levy demonstra, de uma maneira (provavelmente) extrema, mas ilustrativa e didática, a plausibilidade da inversão da relação entre teorizações evolucionistas e o estudo de processos históricos específicos, destacando a vital importância das contingências ambientais e da variação diacrônica na elucidação de determinados fenômenos humanos complexos – as quais, simplesmente, não podem ser satisfatoriamente abordadas pelos métodos empregados por uma agenda psicológico-experimentalista – e, assim, oportunamente abre-nos o caminho para uma nova perspectiva para o estudo histórico e científico-cognitivo das culturas.

A alternativa da modelagem computacional

Nesse enquadramento, com o passar dos primeiros anos da segunda década do atual milênio, as limitações dos experimentos psicológicos para o estudo científico-cognitivo das culturas, em termos gerais, e o estudo das crenças e comportamentos religiosos, em particular, tornaram-se plenamente reconhecidas por um grande número de pesquisadores. Em 2012, Edward Slingerland e o estudioso das religiões Joseph Bulbulia publicaram no periódico acadêmico *Numen* um artigo com o ostensivo título “*Religious Studies as a Life Science*” (BULBULIA, SLINGERLAND, 2012). Nele os autores advogam por uma maior integração dos estudos das concepções e práticas religiosas com as chamadas “ciências da vida”, entre as quais podemos listar as Ciências Cognitivas,

a Neurociência Social e Afetiva, a Ecologia Comportamental, a Psicologia Evolucionista e o estudo das dinâmicas evolutivas. Em sua exposição, Slingerland e Bulbulia alegam que a Ciência Cognitiva da Religião necessita se desassociar do, excessivamente estreito, discurso psicológico-experimental e, então, se transportar para um quadro teórico-metodológico mais amplo, conforme o composto pelo cenário interdisciplinar estabelecido entre as demais disciplinas das “ciências da vida”. Ao mesmo tempo, os autores enfatizam que essa (nova) perspectiva naturalista para o trato das religiões não pretende promover um abandono sistemático da *expertise* apresentada pelos especialistas das Ciências Humanas e Sociais, os quais tradicionalmente caracterizam a disciplina e grande parte do estudo acadêmico das culturas. Pelo contrário, aqui e em vários outros artigos (Cf. SLINGERLAND, 2008), esses e um grupo de demais autores atuando na interseção entre as Humanidades e as Ciências Naturais, argumentam que:

Quando se trata do estudo científico-acadêmico de fenômenos observados ao nível dos indivíduos humanos, estudiosos com a erudição fornecida pelas Ciências Humanas e Sociais necessitam estar no primeiro plano da elaboração de infraestruturas teóricas e *designs* experimentais, e nunca considerados como, meramente, provedores passivos de dados histórico-culturais. (SLINGERLAND, BULBULIA, 2011, p. 323)

Com tais considerações em mente, podemos nos questionar: que critérios, então, devem ser satisfeitos por uma Historiografia Cognitiva que almeja ser parte integrante das Ciências Cognitivas para que ela possa ser considerada como um segmento do discurso interdisciplinar das “ciências da vida”? Logicamente, tudo indica que isso não significa renunciar aos métodos, teorias e questões tradicionais das Humanidades, compondo uma nova escrita da História que seja limitada e circunscrita por metodologias, teorizações e demandas derivadas da Psicologia Experimental. Muito pelo contrário, (conforme já foi aludido anteriormente) aquilo que aparenta ser vital para o alcance de tal objetivo é o esforço pelo direcionamento da lógica de pesquisa historiográfica para que ela se torne orientada por hipóteses (BULBULIA, SLINGERLAND, 2012, p. 567-568; Cf. BULBULIA, WILSON, SIBLEY, 2014). Logicamente, é possível atingir tal meta por meio de muitas maneiras distintas, as quais divergem da adoção de métodos experimentais ou laboratoriais. No entanto, parece que tal conclusão ainda não foi totalmente “interiorizada” pela comunidade do estudo cognitivo das dinâmicas culturais (XYGALATAS, 2014).

Diante de tais constatações, talvez seja útil examinarmos um esclarecimento atualizado, recentemente realizado por Sperber, acerca daquilo que ele quer inferir ao valer-se da analogia epidemiológica. Nele, (novamente) comparando a relação entre Psicologia e epidemiologia cultural

com a correspondência entre Patologia e epidemiologia médica, Sperber desenvolve a noção da “ontologia naturalista” de seu modelo nos seguintes termos:

A epidemiologia possui seus próprios conceitos, mas não sua própria ontologia. Seus conceitos são definidos em termos daqueles utilizados por outras disciplinas: a Patologia Individual, a Ecologia e a Demografia. Por se basear em diversas outras disciplinas, a epidemiologia possui um relacionamento de relevância mútua com todas elas e de redução com nenhuma delas. Trata-se uma disciplina genuinamente soberana, com fortes relações com outras disciplinas e sem uma ontologia autônoma. E uma vez que as ciências das quais ela toma emprestado sua ontologia são consideradas ciências naturais, a epidemiologia também é, efetivamente, uma ciência natural. (SPERBER, 2011, p. 67-68)

Dado que, aqui e em outros textos, Sperber trata com grande atenção as várias implicações da analogia médica, é surpreendente notar que ele não parece ter estendido suas considerações para questões relativas à metodologia. De fato, parece-nos que Sperber é, inclusive, bastante cético quanto à testabilidade de seu modelo, já que ele o considera como (meramente) probabilístico (CLAIDIÈRE, SPERBER, 2007, p. 97). No entanto, a epidemiologia médica contemporânea depende de um conjunto de métodos sofisticados e bem estabelecidos de avaliação, baseados em técnicas de modelagem matemática e computacional, os quais muitas vezes se sobrepõem às metodologias utilizadas pela Biologia de Populações (BRAUER, CASTILLO-CHAVEZ, 2012). Portanto, se formos fieis à analogia fornecida pelo próprio Sperber, não há razões para que os métodos de modelagem matemática e computacional não possam (também) ser utilizados em cenários referentes à epidemiologia cultural. Em outras palavras, as metodologias empregadas por epidemiologistas médicos e biólogos populacionais prometem oferecer um conjunto de aparatos coerentes para o devido trato de hipóteses científicas baseadas no modelo epidemiológico-cultural de Sperber. Ou seja, o posicionamento inercial, de que o método científico ideal para o estudo das culturas é o psicológico-experimental, o qual foi responsável por levar alguns estudiosos ao ceticismo exacerbado acerca do estudo empírico-cognitivo das dinâmicas culturais, simplesmente, partiu de uma suposição equivocada. Pois tal forma de apuração representa apenas uma perspectiva demasiadamente restritiva das possibilidades metodológicas presentes nas “ciências da vida”. O que parece-nos ser mais basilar é, sobretudo, uma tentativa mais decidida de matematização de aspectos dos processos históricos de interesse, não necessariamente levá-los para um laboratório.

Certa inspiração para tal lógica de pesquisa pode ser encontrada no polêmico e ambicioso projeto da *Cliodinâmica*, conforme o proposto pelo biólogo populacional Peter Turchin. Segundo Turchin, os historiadores parecem ter desistido cedo demais da tentativa de formular e testar teorizações generalizáveis (TURCHIN, 2011, p.115). Com o potencial de catalisar o

desenvolvimento da escrita da História em mente, o autor acredita que pode ser-nos útil buscar alguma inspiração no trajeto acadêmico da Biologia Evolutiva. Aqui, uma das mais importantes “revoluções” na história da disciplina está associada ao advento da modelagem matemática (TURCHIN, 2011, p. 171-172). Partindo de tal técnica, tornou-se possível reformular hipóteses inicialmente expressas em termos gerais em previsões mais particulares, as quais podem, posteriormente, ser comparadas com o material disponível, derivado da observação. De acordo com o enfatizado por Turchin, na modelagem, previsões científicas não possuem relação alguma com o futuro, mas representam, principalmente, uma ferramenta para o teste de teorizações em relação aos materiais disponíveis (TURCHIN, 2011, p. 169). Logicamente, tais dados podem, muitas vezes, ser derivados de fontes históricas. Afinal, naquilo que diz respeito ao tópico central do presente texto, podemos sensatamente inferir que demais dados a serem utilizados no teste de hipóteses relacionadas aos processos culturais de longo prazo (em tese, processos históricos) simplesmente não estão disponíveis.

Voltando-nos, novamente, para o exemplo do estudo da Antiguidade, embora seja provavelmente impossível quantificar significativamente qualquer processo histórico específico relativo às crenças e condutas presentes no Mediterrâneo antigo, assim como testar, de maneira precisa, determinados conjuntos de hipóteses científico-cognitivas relativas às dinâmicas culturais, contrapondo-as aos dados históricos e arqueológicos pertinentes na análise de tal recorte (ou seja, através de uma avaliação estatística da equivalência entre nosso modelo e os dados que possuímos), trabalhar com tal lógica de pesquisa conforme um ideal a ser seguido é, não obstante, deveras estimulante e esclarecedor, pelo menos no planejamento de projetos de pesquisa. Pois, sinteticamente, em tais condições, torna-se possível trabalhar cognitivo-historiograficamente com hipóteses enfocando o papel da “atração cognitiva” nos processos de transmissão cultural das práticas sociais internamente a uma escala temporal significativamente ampla. Valendo-nos da terminologia utilizada pela “Historiografia Preditiva” de Turchin, tais hipóteses podem ser relacionadas à realidade histórica do mundo imperial romano por meio da formulação de previsões internas à nossa modelagem, as quais afirmariam, por exemplo, que fatores de “atração cognitiva” exerceram forte influência na orientação da trajetória de disseminação de antigos conjuntos de concepções e comportamentos. E isso pode ser efetuado por meio de uma exploração sistemática da confiabilidade de nossas previsões centrais fundamentada na análise detalhada das fontes históricas pertinentes. Finalmente, no que diz respeito à própria teoria epidemiológica, inspirada pela supracitada exploração das fontes históricas, uma adicional e valiosa investigação das

hipóteses-alvo pode ser realizada mediante à formatação de nossa modelagem em uma simulação baseada em agentes.

Nos últimos anos, o método de modelagem baseada em agentes tem gozado de uma popularidade crescente no estudo cognitivo das culturas, especialmente nos trabalhos de cientistas cognitivos da religião (Cf. NIELBO, BRAXTON, UPAL, 2012; LANE, 2013; CZACHESZ, LISDORF, 2014). Na realidade, tudo indica que tal metodologia é perfeitamente adequada para a pesquisa científico-cognitiva como um todo (SUN, 2006; LANE, SCHULTS, 2018). Na construção de uma simulação baseada em agentes, o pesquisador trabalha com uma “população” de indivíduos artificiais projetados para se comportar de acordo com certas regras. Nos estudos científico-sociais, tais regras são idealizadas para simular aquilo que sabemos a respeito da cognição e do comportamento humanos. Destarte, esses agentes artificialmente simulados possuem, tipicamente, algo como uma “memória” ou “percepção” algoritmicamente especificada que eles utilizam para “decidir” aquilo que irão fazer e como irão interagir com outros agentes e com seu ambiente em um estágio futuro da simulação. Ainda, o mais interessante de ser observado nesse tipo de empreendimento é que, por grupos sociais serem tratados como sistemas complexos, mesmo com regras individuais extremamente simples, faz-se possível emergir, no nível populacional, comportamentos coletivos extremamente rebuscados, os quais podem revelar características semelhantes às das sociedades do mundo real (SCHELLING, 1971). Em termos técnicos, trata-se de um tipo de simulação ascendente (*bottom-up*), pois a dinâmica do sistema em questão é representada (modelada) partindo da perspectiva de suas entidades (dos elementos que compõem tal sistema), em contraste com abordagens descendentes (*top-down*), as quais partem da simulação de um sistema como um todo. Na lógica, embora inicialmente os agentes sigam um conjunto de regras determinísticas, seu comportamento é autônomo e adaptativo. Ademais, tais indivíduos possuem a capacidade de “sentir”, “aprender”, “comunicar” e alterar suas condutas de acordo com as circunstâncias (BRUGHMANS et al., 2019, p. 8). Logo, modelos baseados em agentes são uma ferramenta ideal para a exploração do impacto de regras deveras simples, estabelecidas sob o nível individual, em processos complexos, observados no nível populacional. Logicamente, isso faz com que essa metodologia seja especialmente relevante para a análise do papel da “atração cognitiva” (percebida individualmente) nos processos de transmissão cultural das práticas sociais, conforme seu estabelecimento em longas escalas de tempo – isto é, a atuação, sob um modelo epidemiológico, dos mecanismos cognitivos operando no nível das mentes individuais em relação às dinâmicas culturais de longo prazo, envolvendo muitas mentes. Dito isso (e, não obstante), devemos ressaltar

que modelos computacionais não equivalem a um teste empírico-experimental de hipóteses gerais, mas são uma investigação heurística para fins de elaboração teórica. Nesse sentido, o interesse de historiadores e cientistas cognitivos pode, posteriormente, se voltar para o questionamento de se um modelo inspirado em um determinado ambiente histórico sob escrutínio pode contribuir para a, ulterior, exploração da confiabilidade de determinados prognósticos teóricos generalizantes.²¹

Digno de nota, em anos recentes a modelagem baseada em agentes tornou-se a técnica de simulação mais utilizada pela Arqueologia histórica. Conforme o constatado, ela oferece uma vantagem única quando comparada aos demais métodos de simulação, pois permite que os estudiosos do passado projetem algo como um ambiente artificial a partir de um conjunto de entidades que lhes é familiar: indivíduos ou grupos pretéritos e seus comportamentos e capacidades. Mas, conforme mencionamos anteriormente, ao mesmo tempo, a modelagem baseada em agentes possibilita a obtenção de resultados populacionais (representando um aglomerado complexo de trajetórias de agentes individuais) congruentes com as informações do registro histórico e arqueológico pertinente. Portanto, seu maior potencial para o estudo da Antiguidade está, mais uma vez, no fato de que esse tipo de simulação é particularmente adequado para modelos que enfocam o papel das condutas, concepções e habilidades individuais na formatação de tendências em larga escala que sejam localizáveis no material histórico-arqueológico. Nisso, a modelagem dos processos de interação social, transmissão cultural e cambio econômico do Mediterrâneo antigo possui um potencial característico adicional, visto que muitos dos modelos básicos para a análise de tais dinâmicas já foram minuciosamente desenvolvidos em outras disciplinas e, bem recentemente, foram eficientemente traduzidos para o âmbito da História e Arqueologia do mundo greco-romano (Cf. LAKE, 2014; BIANCHI, SQUAZZONI, 2015; HAMILL, GILBERT, 2016; KAŠE, HAMPEJS, POSPÍŠIL, 2018).

O mundo antigo como um “laboratório” para a Historiografia Cognitiva

Resta-nos desenvolver explicitamente quais seriam os proventos para uma perspectiva de Historiografia Cognitiva compreendida como parte integrante das Ciências Cognitivas em se voltar, em termos gerais, para o estudo do passado distante do Mediterrâneo antigo e, mais especificamente, para o desenvolvimento histórico das práticas sociais do mundo imperial romano.

²¹ Diante de tais possibilidades, não é de se surpreender que Harvey Whitehouse também tenha formado uma equipe de especialistas em modelagem computacional na tentativa de conceber um modelo baseado em agentes para o teste de certas previsões conjecturadas por sua teoria dos “modos divergentes de religiosidade” (WHITEHOUSE et al., 2012). Consequentemente, tal empreitada (novamente) reiterou o interesse de Whitehouse na dinâmica dos sistemas culturais, da mesma forma como ele é tradicionalmente compartilhado por antropólogos e historiadores.

Pois, partindo de um ponto de vista científico-empírico, não seria (muito) mais promissor estudar processos históricos mais recentes? Em suma, (aqui) iremos nos concentrar brevemente em três justificativas inter-relacionadas por meio das quais a escolha do contexto mediterrâneo antigo como recorte de estudo, particularmente sob o Império Romano, se revela uma opção deveras coerente.

Primeiramente, assim como em qualquer outro período pré-moderno, o Mediterrâneo antigo compunha um cenário amplamente livre do impacto da mídia impressa e de massa. (EISENSTEIN, 2005). Por exemplo, antes do advento da impressão em larga escala, por conjectura, havia uma correspondência muito mais acentuada e clara entre o número de cópias de um determinado texto em circulação e a demanda real por ele ou sua relevância social. Outrossim, nesse tipo de conjuntura, o compartilhamento de características arqueológicas complexas pode, frequentemente, ser considerado como representativo da existência de contato físico direto entre sítios distintos, quase determinadamente anulando as possibilidades de existência de qualquer vínculo virtual entre eles. Em outras palavras, quando em comparação com a contemporaneidade ou períodos históricos mais recentes, a qualidade efetiva das dinâmicas culturais antigas gozava de uma relevância muito maior para a sua distribuição. E isso implica que a transferência de informações, incluindo a transmissão cultural de representações sociais e formas de conduta, dependia diretamente dos movimentos espaciais dos indivíduos e da conectividade translocal das redes sociais existentes – ou seja, para que concepções e comportamentos fossem difundidos eles tinham que ser comunicados de maneira relativamente direta (SCHEIDEL, 2014; PRICE, 2012; WOOLF, 2016a; 2016b). Obviamente, já na Antiguidade, as possibilidades de os indivíduos se tornarem conscientes das mudanças culturais eram muito amplas, mas em tais dinâmicas, o papel das relações sociais efetivas era, muito provavelmente, particularmente relevante. Ainda, nesse tipo de ambiente, a disseminação de representações coletivas e formas de comportamento era, supostamente, muito mais diretamente afetada por fatores de “atração cognitiva” ou função social do que em ecossistemas compostos por sociedades tribais relativamente isoladas, conforme aqueles tradicionalmente estudados pelos antropólogos.

Em segundo lugar, além de sua expressiva conectividade econômica, o Mediterrâneo antigo, durante a época da expansão imperial romana, era também um período marcado, por um lado, por uma relativa unidade cultural e política (que perdurou por uma considerável extensão de tempo) e, por outro, uma eventual liberdade em questões socioculturais (VAAGE, 2006). Graças a tais propriedades, poderíamos esperar uma boa interação entre a popularidade efetiva de algumas concepções coletivas e formas de comportamento e como essas ideias e modelos de conduta seriam

epidemiologicamente afetadas por fatores distintos, tais quais sua função social e a atuação da “atração cognitiva” em sua disseminação. Logicamente, mesmo nas sociedades pré-modernas, instituições como o Estado ou a Igreja – ou até mesmo indivíduos influentes – muito certamente, exerciam um papel importante no estabelecimento daquilo que circulava entre as populações, entretanto, o impacto direto de tais atores era, tipicamente, limitado a apenas um número restrito de domínios (KAŠE, 2016). Novamente, sob tais condições, podemos (teoricamente) obter uma compreensão muito melhor da interação entre fatores motivacionais reais, revelando a qualidade coletivamente assimilada das transformações culturais e as possibilidades que elas efetivamente proporcionavam aos seus adotantes. Logo, torna-se possível tentar avaliar seu valor relativo para determinados processos de interesse historiográfico (no caso, referentes ao Mediterrâneo antigo).

Finalmente, valendo-nos (como ilustração) de um exemplo de interesse primordial para os cientistas cognitivos da religião, especialmente antes da chamada “virada constantiniana” (ou conversão de Constantino), o “mercado religioso” romano era, em si, um fenômeno altamente divergente, no qual, numerosas versões distintas de conceitos e práticas religiosas competiam para se estender por toda uma população de seguidores receptivos. E tal fato oferece-nos evidências extremamente úteis para, internamente a uma população satisfatoriamente bem registrada,²² compararmos o papel da “atração cognitiva” e das funções sociais nos processos de transmissão cultural (KAŠE, 2016). Ademais, isso significa que, apesar do fato de o material histórico ser muitas vezes deveras escasso, podemos cobrir (aqui) uma escala muito maior de espaço e tempo do que é possível quando enfocamos qualquer sociedade contemporânea. Sinteticamente, compenetrados em uma abordagem computacional baseada em hipóteses para a elucidação do mundo imperial romano, historiadores e cientistas cognitivos poderiam estudar a transmissão cultural de coisas, tais como novas concepções e práticas sociais, valendo-se de uma escala gigascópica – ou seja,

²² Nos últimos anos, várias fontes históricas cruciais para a compreensão desse período foram disponibilizadas virtualmente. Um número significativo de projetos agora oferecem mapas digitais de alta qualidade, exibindo a distribuição espacial de determinados conjuntos de materiais histórico-arqueológicos (Cf. *Digital Atlas of Roman and Medieval Civilization*; *Ancient World Mapping Center*. À-la-carte Map; *Pleiades*; *Pelagios*; *Epigraphic Database Heidelberg*; *Mantis*: A Numismatic Technologies Integration Service), enquanto outros permitem a pesquisa de textos completos em versões digitalizadas de antigas obras gregas e latinas (Cf. *Perseus Digital Library*) ou o exame de metadados a respeito de manuscritos antigos (Cf. *Trismegistos*: Leuven Database of Ancient Books). Algumas plataformas recentes até mesmo nos permitem modelar trajetórias de deslocamento pelo mundo romano, calculando distâncias, durações ou custos de locomoção (Cf. *Orbis*: The Stanford Geospatial Network Model of the Roman World). Embora tais ferramentas sejam projetadas para, primariamente, servir aos historiadores que tradicionalmente estudam o período em questão, elas também podem ser utilizadas como alicerce de nosso modelo cognitivo-historiográfico para a análise das dinâmicas sociais mediterrâneas.

processos que se estendem por, pelo menos, várias décadas e que se referem a milhares ou, até mesmo, milhões de indivíduos (Cf. KAŠE, 2014).²³

Observações finais

Ao longo deste texto introdutório, a indagação acerca das implicações da “atração cognitiva” na transmissão cultural das práticas sociais humanas nos direcionou para o campo da Historiografia Cognitiva, o qual contrastamos em duas formas: Historiografia Cognitiva como empreitada historiográfica respaldada e orientada pelas Ciências Cognitivas; e Historiografia Cognitiva como uma parcela integrante das Ciências Cognitivas, elucidando aspectos gerais do pensamento e comportamento humanos. Por meio de uma leitura panorâmica dessas diferentes abordagens para a efetivação de uma relação entre cognição e história, enfatizamos e traçamos os contornos da segunda maneira de se conceber tal conexão – Historiografia Cognitiva como um modelo de pesquisa orientado por hipóteses, visto como parte constituinte das Ciências Cognitivas – sugerindo, em seguida, o potencial dos métodos de modelagem matemática e computacional para a efetivação dessa modalidade de pesquisa acadêmica na elucidação de materiais histórico-arqueológicos. De acordo com a lógica de tal interpelação, hipóteses de interesse primário para um ou mais estudiosos em particular, não são formuladas em relação aos dados históricos concretos, os quais são (de fato) o objeto analisado, mas em relação a um fenômeno geral, concernente à cognição e condutas humanas, conforme essas são estudadas pelas Ciências Cognitivas e demais disciplinas das “ciências da vida”. Tais hipóteses (então) somente são direcionadas para o questionamento específico da “realidade histórica” pertinente quando são reformuladas sob a forma de previsões intrínsecas ao cenário investigado. Evidentemente, a condução desse modelo de pesquisa também contribui para nossa compreensão do próprio material histórico empiricamente trabalhado, mas esse não é seu objetivo principal. Assim, é importante reiterarmos e deixarmos bem claro que – desde a sua introdução – esse tipo de empreitada científico-acadêmica

²³ Faz-se necessário deixar bem claro que (conforme o anteriormente explicitado) o uso da simulação de populações e de teorias advindas das Ciências Cognitivas pela Historiografia Cognitiva deve ser tomado como uma “ferramenta heurística” (algo auxiliar e complementar, quando e se possível), mas nunca como uma eliminação ou substituição dos métodos e questões tradicionalmente trabalhados pela disciplina da História. Logo, uma agenda cognitivo-historiográfica conforme a descrita e parcialmente promovida pelo presente texto pretende-se valer de métodos quantitativos e teorizações científico-naturalistas, unicamente, no esforço por amparar científico-cognitivamente nosso entendimento acerca dos desenvolvimentos históricos – opondo-se, por conseguinte, a toda e qualquer tentativa de transformação desses processos e de seu estudo em um fenômeno exclusivamente biológico e qualitativamente tratável. Cf. SHRON, 2019 para uma recente problematização dos pressupostos teóricos da Historiografia Cognitiva contemporânea e algumas de suas prováveis implicações historiográficas e científico-cognitivas. *As informações presentes nessa nota se devem ao astuto parecer de um dos avaliadores anônimos da revista, ao qual estamos intensamente gratos.

tenta contribuir para a elucidação do pensamento e comportamento humanos, em termos gerais, ao menos na mesma medida que procura colaborar com nosso entendimento dos específicos contextos históricos antigos que compõem seu recorte espaço-temporal.

Sinteticamente, em relação às demais disciplinas das Ciências Cognitivas, a preeminência da Historiografia Cognitiva está em seu acesso indireto a processos culturais de longo prazo, os quais, de outras formas, dificilmente poderiam ser abordados por meio dos métodos psicológicos ou antropológicos padrões – uma vez que tais metodologias são (apenas) capazes de estudar fenômenos humanos em uma escala significativamente menor, de apenas alguns indivíduos ou pequenas amostras populacionais ao longo de um curto período de tempo. Por conseguinte, o uso da modelagem computacional pode ser tomado como uma das maneiras possíveis por meio das quais a História poderia, em termos gerais, enriquecer nossa compreensão da cognição e condutas humanas, conforme essas são apreendidas pelo estudo científico-social, cognitivo e evolucionista contemporâneos. Com isso em mente, parece-nos fundamental que pesquisadores com vasta experiência historiográfica passem a reconhecer ou pelo menos se conscientizar da provável relevância desse tipo de orientação mais generalizante para uma maior compreensão da história e, por sua vez, que acadêmicos com formação científico-naturalista percebam ou pelo menos considerem como o estudo histórico do Mediterrâneo antigo poderia contribuir substancialmente para a teorização científico-cognitiva acerca das práticas sociais humanas, sua eficácia e sua transmissão cultural. Finalmente, seria ainda mais satisfatório se esse tipo de pesquisa pudesse estimular pesquisadores de ambos os domínios acadêmicos mencionados a se envolverem em futuras cooperações e projetos colaborativos, uma prática ainda muito rara nas Ciências Humanas. Afinal, é indispensável reconhecermos que o advento da “era digital” tornou a realização de projetos interdisciplinares uma tarefa consideravelmente mais acessível do que antes. Novamente, por meio de tal panorama, com hipóteses e previsões explicitamente estabelecidas, o Mediterrâneo antigo poderia ser estudado não apenas como forma de obtermos uma melhor compreensão de processos históricos específicos, mas também na tentativa de, em termos gerais, alcançarmos uma percepção mais rebuscada do papel de diferentes fatores cognitivo-sociais na transmissão cultural das concepções e práticas dos indivíduos humanos, por toda a sua longa história.

Referências bibliográficas

BIANCHI, F., SQUAZZONI, F. Agent-Based Models in sociology. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Computational Statistics**, v. 7, n. 4, p. 284-306, 2015.

BLOOM, P. **Descartes' Baby**: How the science of children development explains what makes us human. New York: Basic Books, 2004.

BOYER, P. **Tradition as Truth and Communication**: A cognitive description of traditional discourse. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Explaining Religious Ideas: Elements of a Cognitive Approach. **Numen**, v. 39, n. 1, p. 27-57, 1992.

_____. Cognitive Aspects of Religious Symbolism. In: BOYER, P. (Org.). **Cognitive Aspects of Religious Symbolism**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 4-47, 1993.

BOYER, P. RAMBLE, C. Cognitive Templates for Religious Concepts: Cross-cultural evidence for recall of counter-intuitive representations. **Cognitive Science**, v. 25, n. 4, p. 535-564, 2001.

BRAUER, F., CASTILLO-CHAVEZ, C. (Orgs.). **Mathematical Models in Population Biology and Epidemiology**. New York: Springer, 2012.

BRUGHMANS, T. et al. Formal Modelling Approaches to Complexity Science in Roman Studies: A Manifesto. **Theoretical Roman Archaeology Journal**, v. 2, n. 1, p. 1-19, 2019.

BULBULIA, J. et al. Why Do Religious Cultures Evolve Slowly? The Cultural Evolution of Cooperative Calling and the Historical Study of Religions. In: CZACHESZ, I., URO, R. (Orgs.). **Mind, Morality and Magic**: Cognitive Science Approaches in Biblical Studies. London: Routledge, p. 197-211, 2014.

BULBULIA, J., SLINGERLAND, E. Religious Studies as a Life Science. **Numen**, v. 59, n. 5-6, p. 564-613, 2012.

BULBULIA, J., WILSON, M.S., SIBLEY, C.G. Thin and Thinner: Hypothesis-driven Research and the Study of Humans. **Numen**, v. 61, n. 2-3, p. 166-181, 2014.

BYNUM, C. W. Perspectives, Connections & Objects: What's Happening in History Now? **Daedalus**, v. 138, n. 1, p. 71-86, 2009.

CAO, N., CUI, W. **Introduction to Text Visualization**. New York: Springer, 2016.

CLAIDIÈRE, N., SPERBER, D. The Role of Attraction in Cultural Evolution. **Journal of Cognition and Culture**, v. 7, n. 1, p. 89-111, 2007.

COCHRAN, G., HARPENDING, H. **The 10,000 Year Explosion**: How Civilization Accelerated Human Evolution. New York: Basic Books, 2009.

CONFER, J.C. et al. Evolutionary Psychology: Controversies, Questions, Prospects, and Limitations. **American Psychologist**, v. 65, n. 2, p. 110-126, 2010.

COSMIDES, L., TOOBY, J. **Evolutionary Psychology**: A Primer. Center for Evolutionary Psychology. Santa Barbara: University of California, 1997.

COSMIDES, L., TOOBY, J., BARKOW, J.H. Introduction: Evolutionary Psychology and Conceptual Integration. In: BARKOW, J. H., COSMIDES, L., TOOBY, J. (Orgs.). **The Adapted Mind**: Evolutionary Psychology and the Generation of Culture. New York: Oxford University Press, p. 3-15, 1992.

CRAVER, C., TABERY, J. Mechanisms in Science. In: ZALTA, E.N. (Org.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Stanford University, 2019.

CZACHESZ, I. A Cognitive Perspective on Magic in the New Testament. In: CZACHESZ, I., URO, R. (Orgs.). **Mind, Morality and Magic: Cognitive Science Approaches in Biblical Studies**. London: Routledge, p. 164-179, 2014.

_____. **Cognitive Science and the New Testament: A New Approach to Early Christian Research**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

_____. Magic. In: URO, R. et al. (Orgs.). **The Oxford Handbook of Early Christian Ritual**. Oxford: Oxford University Press, p. 187-203, 2018.

CZACHESZ, I., LISDORF, A. Computer Modeling of Cognitive Processes in Biblical Studies: The Primacy of Urban Christianity as a Test Case. In: CZACHESZ, I., URO, R. (Orgs.). **Mind, Morality and Magic: Cognitive Science Approaches in Biblical Studies**. London: Routledge, p. 77-97, 2014.

DONALD, M. **Origins of the Modern Mind: Three Stages in the Evolution and Cognition**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

EISENSTEIN, E.L. **The Printing Revolution in Early Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

ESLER, P.F. Introduction: Models, Context and Kerygma in New Testament Interpretation. In: ESLER, P.F. (Org.). **Modeling Early Christianity: Social-scientific studies of the New Testament in its context**. London: Routledge, p. 1-20, 1995.

GARDNER, H. **A Nova Ciência da Mente**. São Paulo: Edusp, 2003.

HAMILL, L., GILBERT, N. **Agent-Based Modelling in Economics**. Chichester: Wiley, 2016.

HAVELKA, R. Syntéza kognitivní vědy o náboženství a kognitivní archeologie: Nová perspektiva studia pravěkých náboženských systémů? **Sacra**, v. 6, n. 1, p. 5-26, 2008.

HEINTZ, C. Cognitive History and Cultural Epidemiology. In: MARTIN, L.H., SØRENSEN, J. (Orgs.). **Past Minds: Studies in cognitive historiography**. London: Routledge, p. 11-28, 2014.

HENRICH, J., HEINE, S.J., NORENZAYAN, A. The Weirdest People in the World? **Behavioral and Brain Sciences**, v. 33, n. 2-3, p. 61-83, 2010.

KAŠE, V. Experimenty dějin: Kognitivní historiografie mezi dějepisectvím a kognitivní vědou. **Pantheon**, v. 9, n. 1, p. 93-112, 2014.

_____. Ancient Mediterranean as a Laboratory of Cultural Transmission. **GEHIR: Generative Historiography of Religion Project**, 10 mar. 2016.

KAŠE, V., HAMPEJS, T., POSPÍŠIL, Z. Modeling Cultural Transmission of Rituals in Silico: The Advantages and Pitfalls of Agent-Based vs. System Dynamics Models. **Journal of Cognition and Culture**, v. 18, n. 5, p. 483-507, 2018

LAKE, M.W. Trends in archaeological simulation. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 21, p. 258-287, 2014.

LANE, J.E. Method, Theory, and Multi-Agent Artificial Intelligence: Creating computer models of complex social interaction. **Journal for the cognitive science of religion**, v. 1, n. 2, p. 161-180, 2013.

LANE, J.E., SCHULTS, F.L. Cognition, Culture, and Social Simulation. **Journal of Cognition and Culture**, v. 18, n. 5, p. 451-461, 2018.

LEVY, G. Technology and Past Minds: The Case of Jewish Niche Construction. In: MARTIN, L.H., SØRENSEN, J. (Orgs.). **Past Minds: Studies in cognitive historiography**. London: Routledge, p. 29-44, 2014a.

_____. **Judaic Technologies of the Word: A Cognitive Analysis of Jewish Cultural Formation**. London: Routledge, 2014b.

LISDORF, A. The Spread of Non-Natural Concepts: Evidence from the Roman Prodigy Lists. **Journal of Cognition and Culture**, v. 4, n. 1, p. 151-173, 2004.

MARTIN, L.H. Biology, Sociology and the Study of Religion: Two Lectures. **Religio: Revue pro Religionistiku**, v. 5, n. 1, p. 21-35. 1996.

_____. Introduction: History, Memory and Cognition. **Historical Reflections/Réflexions Historiques**, v. 31, n. 2, p. 195-200, 2005a.

_____. Towards a Cognitive History of Religions. **Revista de Estudos Da Religião**, v. 4, p. 7-18, 2005b.

_____. The Promise of Cognitive Science for the Study of Early Christianity. In: LUOMANEN, P., PYYSIÉINEN, I., URO, R. (Orgs.), **Explaining Christian Origins and Early Judaism: Contributions from Cognitive and Social Science**. Leiden: Brill, p. 37-56, 2007.

_____. The Future of the Past: The History of Religions and Cognitive Historiography. **Religio: Revue pro Religionistiku**, v. 20, n. 2, p. 155-171, 2012.

_____. Evolution, Cognition, and History. In: MARTIN, L.H., SØRENSEN, J. (Orgs.). **Past Minds: Studies in cognitive historiography**. London: Routledge, p. 1-11, 2014.

MARTIN, L.H., PACHIS, P. **Theoretical Frameworks for the Study of Graeco-Roman Religions**. Thessaloniki: University Studio Press, 2003.

_____. **Imagistic Traditions in the Graeco-Roman World**. Thessaloniki: Vantias Editions, 2009.

MARTIN, L.H., SØRENSEN, J. (Orgs.). **Past Minds: Studies in cognitive historiography**. London: Routledge, 2014.

MARTIN, L.H., WHITEHOUSE, H. **Theorizing Religions Past: Archaeology, History, and Cognition**. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004.

MCCAULEY, R.N., LAWSON, E.T. **Bringing Ritual to Mind: Psychological Foundations of Cultural Forms**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MESOUDI, A. Cultural Evolution: A Review of Theory, Findings and Controversies. **Evolutionary Biology**, v. 43, n. 4, p. 481-497, 2016.

MILLER, G.A. The Cognitive Revolution: A historical perspective. **Trends in Cognitive Sciences**, v. 7, n. 3, p. 141-144, 2003.

MITHEN, S. Cognitive Archeology. In: WILSON, R.A., KEIL, F.C.K. (Orgs.). **The MIT Encyclopedia of the Cognitive Sciences**. Cambridge: MIT Press, p. 122-124, 2000.

_____. **A pré-história da mente: Uma busca das origens da arte, religião e da ciência**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

MORETTI, F. **Distant Reading**. London: Verso Books, 2013.

MORIN, O. **Why Traditions Live and Die**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2016.

- NEWEN, A., DE BRUIN, L., GALLAGHER, S. (Orgs.). **The Oxford Handbook of 4E Cognition**. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- NEYREY, J.H. Social-Scientific Criticism. In: AUNE, D.E. (Org.). **The Blackwell Companion to the New Testament**. Hoboken: Wiley-Blackwell, p. 177-191, 2010.
- NIELBO, K.L., BRAXTON, D.M., UPAL, A. Computing Religion: A New Tool in the Multilevel Analysis of Religion. **Method & Theory in the Study of Religion**, v. 24, n. 3, p. 267-290, 2012.
- PRICE, S. Religious Mobility in the Roman Empire. **Journal of Roman Studies**, v. 102, p. 1-19, 2012.
- RENFREW, C., ZUBROW, E.B.W. (Orgs.). **The Ancient Mind: Elements of Cognitive Archeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- RICHERSON, P.J., BOYD, R. **Not By Genes Alone: How Culture Transformed Human Evolution**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- SCHEIDEL, W. The Shape of the Roman World: Modelling Imperial Connectivity. **Journal of Roman Archaeology**, v. 27, p. 7-32, 2014.
- SCHELLING, T. C. Dynamic models of segregation. **Journal of mathematical sociology**, v. 1, n. 2, p. 143-186, 1971.
- SHRON, A. Extended evolutionary synthesis: Linking History and cognitive Science. In: ABRAMS, L., KNOBLAUCH, K. (Orgs.). **Historians Without Borders: New Studies in Multidisciplinary History**. London: Routledge, p. 58-94, 2019.
- SILVA, T.M., SANTOS, L.S. Religião, cognição e as ciências do cérebro: uma introdução. **Sacrilegens**, v. 14, n. 1, p. 90-109, 2017a.
- _____. Ciências cognitivas, história e o estudo comparativo das religiões: pela definição de um conceito formal e historicamente tangível de “religião”. **Sacrilegens**, v. 14, n. 2, p. 25-44, 2017b.
- SLINGERLAND, E. Who’s Afraid of Reductionism? The Study of Religion in the Age of Cognitive Science. **Journal of the American Academy of Religion**, v. 76, n. 2, p. 375-411, 2008.
- _____. Body and Mind in Early China: An Integrated Humanities-Science Approach. **Journal of American Academy of Religion**, v. 81, n. 1, p. 6-55, 2014a.
- _____. Toward a Second Wave of Consilience in the Cognitive Scientific Study of Religion. **Journal of Cognitive Historiography**, v. 1, n. 1, p. 121-130, 2014b.
- SLINGERLAND, E., BULBULIA, J. Introductory essay: Evolutionary science and the study of religion. **Religion**, v. 41, n. 3, p. 307-328, 2011.
- SLINGERLAND, E., CHUDEK, M. The Prevalence of Mind-Body Dualism in Early China. **Cognitive Science**, v. 35, n 5, p. 997-1007, 2011.
- SLINGERLAND, E. et al. The Distant Reading of Religious Texts: A “Big Data” Approach to Mind-Body Concepts in Early China. **Journal of the American Academy of Religion**, v. 85, v. 4, p. 985-1016, 2017.
- SMAIL, D.L. **On Deep History and the Brain**. Berkeley: University of California Press, 2008.
- SØRENSEN, J. Religion, evolution, and an immunology of cultural systems. **Evolution and Cognition**, v. 10, n. 1, p. 61-73, 2004.

_____. Past Minds: Present Historiography and Cognitive Science. In: MARTIN, L.H., SØRENSEN, J. (Orgs.). **Past Minds: Studies in cognitive historiography**. London: Routledge, p. 179-195, 2014.

SPERBER, D. **Explaining Culture: A naturalistic approach**. Oxford, Malden: Blackwell Publishers, 1996.

_____. A naturalistic ontology for mechanistic explanations in the social sciences. In: MARTIN, L.H. DEMEULENAERE, P. (Org.). **Analytical Sociology and Social Mechanisms**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 64-77, 2011.

SUN, R. Prolegomena to Integrating Cognitive Modeling and Social Simulation. In: SUN, R. (Org.), **Cognition and Multi-Agent Interaction: From Cognitive Modeling to Social Simulation**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 3-28, 2006.

TAPPENDEN, F.S. **Resurrection in Paul: Cognition, Metaphor, and Transformation**. Atlanta: SBL Press, 2016.

TOTH, N., SCHICK, K. Overview of Paleolithic Archaeology. In: HENKE, W., TATTERSALL, I. (Orgs.). **Handbook of Paleoanthropology**. New York: Springer, p. 1943-1963, 2007.

TURCHIN, P. Toward Cliodynamics – an Analytical, Predictive Science of History. **Cliodynamics**, v. 2, n. 1, p. 167-186, 2011.

URO, R. **Ritual and Christian Beginnings: A Socio-Cognitive Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

_____. Cognitive Science in the Study of Early Christianity: Why It Is Helpful – and How? **New Testament Studies**, v. 63, n. 4, p. 516-533, 2017.

VAAGE, L.E. (Org.). **Religious Rivalries in the Early Roman Empire and the Rise of Christianity**. Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, 2006.

WHITEHOUSE, H. Memorable religions: Transmission, codification and change in divergent Melanesian contexts. **Man**, v. 27, n. 4, p. 777-797, 1992.

_____. **Inside the Cult: Religious Innovation and Transmission in Papua New Guinea**. Oxford: Clarendon Press, New York: Oxford University Press, 1995.

_____. **Arguments and Icons: Divergent modes of religiosity**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2000.

_____. **Modes of religiosity: A cognitive theory of religious transmission**. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004.

WHITEHOUSE, H. et al. The Role for Simulations in Theory Construction for the Social Sciences: Case Studies Concerning Divergent Modes of Religiosity. **Religion, Brain & Behavior**, v. 2, n. 3, p. 182-224, 2012.

WOOLF, G. Movers and Stayers. In: DE LIGT, L., TACOMA, L. E. (Orgs.). **Migration and Mobility in the Early Roman Empire**. Leiden, Boston: Brill, p. 440-463, 2016a.

_____. Only Connect? Network Analysis and Religious Change in the Roman World. **Hélade**, v. 2, n. 2, p. 43-58, 2016b.

XYGALATAS, D. On the Way Towards a Cognitive Historiography: Are We There Yet? **Journal of Cognitive Historiography**, v. 1, n. 2, p. 193-200, 2014.

A cidade de Buenos Aires e a construção da hegemonia *porteña*: algumas notas historiográficas

La ciudad de Buenos Aires y la construcción de la hegemonía porteña: algunas notas historiográficas

Felipe de Melo Alvarenga

Mestre em História

Universidade Estadual de Campinas

f.m.alvarenga@hotmail.com

Recebido em: 28/10/2019

Aprovado em: 21/12/2019

Resumo: A relação entre a cidade de Buenos Aires e as demais províncias da Argentina é considerada até os dias atuais como uma relação conflituosa e complexa. Neste trabalho, busca-se construir uma genealogia histórica partindo destas relações dialógicas, mas permeadas de conflitos, durante o tempo. A hipótese sustentada neste artigo sugere que a cidade de Buenos Aires construiu certa hegemonia frente às outras províncias constituintes da Argentina. Parte-se de uma perspectiva de média/longa-duração, contemplando três temporalidades significativas que foram momentos históricos importantes para a construção desta hegemonia *porteña*, a saber: o legado colonial; o movimento independentista e revolucionário e o pós-independência; e o governo de Rosas. Em cada uma delas, apresentaremos alguns argumentos da literatura especializada para analisar a questão levantada, na tentativa de explicar historicamente a hegemonia de Buenos Aires e de contextualizá-la no tempo.

Palavras-chave: Buenos Aires; Argentina; Hegemonia.

Resumen: La relación entre la ciudad de Buenos Aires y las demás provincias de Argentina es considerada, en la actualidad, como una relación conflictuada y compleja. En este trabajo, buscamos construir una genealogía histórica partiendo de estas relaciones dialógicas, pero envueltas en conflictos, durante el tiempo. La hipótesis sustentada en este texto sugiere que la ciudad de Buenos Aires construyó cierta hegemonía frente a las otras provincias que constituyen el país argentino. Partimos de una perspectiva de mediana/larga duración, contemplando tres temporalidades significativas que fueron momentos históricos importantes para la construcción de esta hegemonía *porteña*, a saber: el legado colonial, el movimiento independentista y revolucionario y la posindependencia y el gobierno de Rosas. En cada una de ellas, presentaremos algunos argumentos de la literatura especializada para analizar la cuestión levantada, en el intento de desnaturalizar la hegemonía de Buenos Aires y de contextualizarla en el tiempo.

Palabras-clave: Buenos Aires; Argentina; Hegemonía.

Introdução

A cidade de Buenos Aires, fundada pela primeira vez em 1536 e refundada em 1580, é considerada atualmente uma das cidades mais importantes do território latino-americano. Mas esta “importância” não pode ser transplantada para outros contextos históricos tão facilmente: no século XVI e XVII, a cidade de Buenos Aires estava condenada a ser um porto fechado pelo monopólio comercial estabelecido pela Espanha, que somente beneficiava alguns comerciantes de Lima em sua intermediação com as metrópoles comerciais da Europa e com os outros mercados do Vice-reinado do Perú (GUTMAN; HARDOY, 2007, p. 39).

Isto é, a cidade de Lima, capital do vice-reinado do Perú, mantinha um controle político, econômico e administrativo frente aos outros territórios que compunham o dito vice-reinado. Buenos Aires seria mais uma cidade “*aislada*”¹, na qual sua mais importante atividade econômica era o próprio comércio e o contrabando. Foi somente a partir de 1776 que a cidade de Buenos Aires trilharia um caminho diferente do até então explicitado, processo esse que se desenvolveu até a capitalização da cidade em 1880, e que reverbera até os dias atuais.

Nessa cidade, se atualizam diversas noções de poder na sociedade argentina contemporânea. “Uma vez detentora de capitalidade, o papel da cidade [de Buenos Aires], que se constituiu voltada para fora, enquanto centro metropolitano, passou a confundir-se com o do país, atuando como uma espécie de vitrine republicana.” (ALVES, 2017, p. 12-13). Não foi à toa que foram visados diversos planos e projetos urbanísticos ao longo de sua história, principalmente em espaços públicos como a *Plaza de Mayo* que permanece, até hoje, como representação do microcosmos nacional e como metonímia da Argentina (ALVES, 2017; GORELIK, 1998; 2008, p. 189-205). O processo de modernização da cidade nos séculos XIX e XX passou também pela relação entre os intelectuais e a política, tendo sido proferidos diversos discursos relacionados à cidade de Buenos Aires e à identidade *porteña* que se construía no momento considerado (DEMENECH, 2012, p. 23-37; WASSERMAN, 2015, p. 63-79; MÄDER, 2016).

Nesse ínterim, procura-se neste artigo debater as particularidades do processo de constituição do território argentino. Busca-se resgatar a historicidade das relações construídas

¹ Margarita Gutman e Jorge Enrique Hardoy (2007) procuram resgatar a historicidade da “*ubicación*”, isto é, da localização cartográfica da cidade de Buenos Aires nos mapas desenhados. A conclusão que chegaram seria que a cidade de Buenos Aires não apareceu representada em vários mapas geográficos do século XVI. É somente com o mapa do geógrafo francês Guillermo Sanson, impresso na década de 1670, que Buenos Aires aparece junto com Santa Fé, Córdoba, Santiago del Estero, Tucumán, Salta, Esteco, Mendoza e San Juan.

entre a cidade de Buenos Aires e as outras províncias (assim como em relação aos outros espaços constituintes do futuro vice-reinado do Rio da Prata antes da independência), partindo de um eixo de análise e de observação que privilegie a visão *porteña* do processo histórico em questão. Minha hipótese central será a seguinte: durante todo este processo, de média/longa-duração histórica, a cidade de Buenos Aires construiu certa hegemonia frente às outras províncias e territórios que constituíram a Bacia do Rio da Prata. Hegemonia esta que reverbera e reflete na história do tempo presente do país em estudo: no cotidiano, na bancada parlamentar, na linguagem, nas relações sociais e, quem sabe, até mesmo nas expressões corporais dos *porteños* em relação aos outros argentinos na vivência da cidade de Buenos Aires (SENNETT, 2014).

Este trabalho busca compreender a genealogia desta hegemonia, desnaturalizando-a e analisando-a criticamente. Parte-se de três temporalidades significativas que foram momentos históricos importantes para a construção desta hegemonia *porteña*, a saber: o legado colonial; o movimento independentista e revolucionário e o pós-independência; e o governo de Rosas. Acreditamos que estes momentos foram cruciais para entendermos esta hegemonia, já bastante consolidada no processo de capitalização e de modernização da cidade de Buenos Aires na virada do século XIX para o XX (ALVES, 2017; DEMENECH, 2012). Em vista disso, em cada uma dessas temporalidades, sintetizaremos algumas conclusões históricas trabalhadas pela historiografia especializada sobre o tema, aproveitando também para discutir a relação entre a cidade de Buenos Aires e alguns intelectuais coevos que mobilizaram uma linguagem política e interpretativa sobre esta hegemonia em construção (WASSERMAN, 2015, p. 63-79; MYERS, 2016, p. 23-56). Ao elegermos a cidade de Buenos Aires como categoria de pensamento e objeto de pesquisa, arriscaremos na tentativa de “produzir uma ‘cidade latino-americana’” como uma construção sociocultural, como Adrián Gorelik nos propôs (2005, p. 111-133), oferecendo novos olhares sobre Buenos Aires e às suas relações com outras cidades e territórios argentinos.²

² Segundo a proposição de Adrián Gorelik: “É nesse sentido que este trabalho defende que a ‘cidade latino-americana’ se ‘produziu’ como construção cultural. Ela existiu enquanto houve vontade intelectual de construí-la como objeto de conhecimento e ação, enquanto houve teorias para pensá-la, e atores e instituições dispostos a tornar efetiva essa vocação (...). Nesse sentido, a ‘cidade latino-americana’ (...) não apenas ilumina aspectos pouco conhecidos desse período, como confere a eles nova inteligibilidade, oferecendo pistas de seus percursos, assinalando as instituições criadas, suas redes intelectuais e seus projetos de intervenção, como parte de um projeto histórico completo e coerente, no interior do qual talvez tenha sido formulada, com maior intensidade, a ideia de América Latina como ‘projeto’ (...). A ‘cidade latino-americana’ poderia ser pensada, assim, como a peça faltante que permite entender todo esse período como um ‘ciclo’ da imaginação social latino-americana, um ciclo que descreve um arco completo de posições: desde o otimismo modernizador da planificação até sua inversão crítica radical.” (GORELIK, 2005, p. 114-117).

O legado colonial

Para entendermos a forma como o legado colonial da América espanhola influenciou o processo de independência da Argentina e, mais especificamente, para analisarmos as particularidades desse legado na construção deste futuro país, faz-se necessário esclarecer algumas questões pertinentes ao processo histórico em estudo. As reformas *bourbônicas* foram uma série de medidas político-administrativas adotadas pelos governantes espanhóis da dinastia dos *Bourbons* no sentido de retirar os poderes das elites locais (*criollos*) nas suas possessões americanas e transferi-los a europeus vindos diretamente da península, os chamados espanhóis peninsulares (BRADING, 2004, p. 391-446). Posteriormente, isso contribuiu para que ocorresse um crescente descontentamento das elites locais, gerando uma aversão dos *criollos* aos peninsulares na América espanhola como um todo. E esse contexto não foi diferente na Argentina (LYNCH, 2004).

O vice-reinado do Rio da Prata foi criado pela Espanha em 1776 como uma das medidas adotadas por estas reformas *bourbônicas*. Esta nova institucionalização na América Espanhola serviu também como forma de proteção frente à expansão portuguesa, que era perigosa pelo fato de Portugal ser um aliado da Inglaterra, país este que já praticava intensas atividades de contrabando de produtos nos domínios espanhóis. Por isso, cabia à Espanha controlar o território para que esta situação não se reproduzisse (RINS; WINTER, 2008).

Outro motivo importante para a criação desse vice-reinado foi a importância econômica da região do Rio da Prata e adjacências, onde se desenvolvia a caça do gado *cimarrón* na região pampeana e a produção de couros nas zonas litorâneas, existindo um comércio direto com a Espanha, através do porto de Buenos Aires. O porto de Buenos Aires ganhou ainda mais importância com a exportação deste último produto como resultado do forte desenvolvimento da pecuária em toda a região. O couro adquiriu grande valor no mercado internacional, tendo em vista ser fundamental para a composição de equipamentos dos exércitos e de outros artigos industrializados (PASSETTI, 2012, p. 40-53).

No final do século XVIII, a pecuária fortaleceu-se ainda mais como a principal atividade econômica, com o surgimento da produção de carnes salgadas (charque) e de sebo, propiciando um aproveitamento melhor do gado, que antes era caçado e agora passava a ser criado, o que foi possibilitado pela conquista de novas terras no oriente do Paraná e do Rio da Prata, após a expulsão dos jesuítas no contexto das reformas *bourbônicas* (DONGHI, 2011). Além disso, as crescentes investidas dos colonos em territórios indígenas começaram a se avolumar. Os colonos

brancos avançavam nos terrenos nativos utilizando-se, para isso, de métodos pacíficos, mas também violentos contra as povoações já instaladas naquelas regiões (PASSETTI, 2012, p. 49-60).

Com a criação do vice-reinado do Rio da Prata, houve uma forte integração entre as regiões do sul do continente. Buenos Aires foi designada como a capital desse vice-reinado, marcando ali, o início de uma *centralização política e administrativa*. Isso foi uma particularidade diante das outras colônias ultramarinas hispânicas, visto que não podemos compreender o processo político-administrativo colonial desse vice-reinado sem analisarmos a grande importância que Buenos Aires adquiriu. Buenos Aires tornou-se a sede da administração burocrática do vice-reino, do Consulado, da Audiência (Tribunal de Justiça), do Tribunal Maior de Contas e da Junta Superior da Real Fazenda, entre outras instituições.

Além disso, a futura consolidação da hegemonia *porteña* deu-se com a abertura do porto de Buenos Aires para a comercialização direta com a metrópole, sendo considerado o principal entreposto destinado ao comércio externo. Paralelamente, esse porto possuía uma particularidade rentosa para os *porteños*, dado que se beneficiou da criação da *Aduana*, instituição destinada a fiscalizar e cobrar impostos dos demais portos existentes no vice-reinado. Isso provocou certo descontentamento das outras regiões do Rio da Prata, já que as elites *porteñas* se aproveitavam dos lucros que poderiam ser auferidos pelo interior.

Segundo Túlio Halperín Dongui (2011), a região do Rio da Prata foi uma das localidades que mais sofreu transformações econômicas com as medidas reformistas. A Coroa espanhola já estava orientando o comércio para o Atlântico, incentivando a economia de regiões como *Tucumán, Cuyo, Alto Peru* e *Chile*. Mas, para o autor, esta nova orientação econômica foi decisiva para o desenvolvimento de Buenos Aires, que teve um rápido aumento populacional e econômico, transformando-se no que ele denominou de uma “cópia ultramarina de uma cidade provinciana da *Andaluzia*” (DONGHI, 2011, p. 27).

Contudo, o processo de integração entre as regiões do Rio da Prata foi algo lento, devido ao “mal-estar” em relação à Buenos Aires e à sua elite *porteña*, que cresciam num ritmo superior ao das outras regiões. Isso acabou se tornando um processo de longa-duração, fundamental para entender o processo de independência e a forma como se constituiu a Argentina, país que ainda é caracterizado e determinado pela oposição entre provincianos e *porteños*. O “legado colonial” foi apenas uma parte desta história.

Movimento revolucionário e independentista

Os anos de 1806 e 1807 foram marcados pelos eventos conhecidos como *invasões inglesas* ao vice-reinado do Rio da Prata, especificamente ocorridas em Buenos Aires, cidade alvo da ação britânica que visava “furar” o protecionismo mercantil da Coroa espanhola. Com isso, a Inglaterra visava obter acesso ao mercado americano, pois, uma vez conquistada a embocadura do Rio da Prata, seria fácil exportar as mercadorias vindas de Londres para todo o Cone Sul.

Porém, o que se assistiu foi uma verdadeira resistência por parte dos habitantes de Buenos Aires e uma consequente expulsão dos ingleses do território desta cidade. É reconhecido que foi Buenos Aires a cidade que abrigou a maior concentração de *criollos* e milicianos na tentativa de expulsar os ingleses do território (RINS; WINTER, 2008, p. 12). Os episódios da Reconquista e da defesa de Buenos Aires são, para uma certa historiografia, um dos “mitos fundadores da nação”, na medida em que os anos de 1806 e 1807 representaram os anos de afirmação da nacionalidade a partir da reação da população frente às invasões inglesas³ e o início do processo revolucionário, que ocorreria três anos mais tarde (CAMARGO, 1996).

Entre 1807 e 1810, período ocupado por dois vice-reis, houve uma profunda crise do sistema colonial influenciada, sobretudo, pelo andamento da guerra europeia e pelo preâmbulo do movimento pela independência. O vice-reinado de Liniers foi reconhecido pelas autoridades metropolitanas em 3 de dezembro de 1807, porém nunca foi inteiramente aceito pelos *porteños*, uma vez que esses o viam como leal à Coroa da qual pretendiam separar-se.

As invasões inglesas acirraram a organização e a participação das milícias e dos *criollos*, que mostraram maior descontentamento frente à figura do vice-rei, residente em Buenos Aires. A partir disso, foi convocada a elaboração de um “*cabildo abierto*” pela elite nativa e *criolla* que tinha como principais propostas deliberativas a destituição do vice-rei e o estabelecimento de uma autoridade representativa de soberania popular.

A constituição desse *cabildo* era dividida em dois grupos: o conservador e o revolucionário. O primeiro consistia, principalmente, de apoiadores do vice-rei, enquanto o segundo, por sua vez, reunia os interessados em destituí-lo. Tal advento pode ser considerado uma particularidade deste processo, dado que os *criollos* e as milícias, tão engajados em defender

³ Caso semelhante pode ser elucidado com os eventos ocorridos na Bahia, antes, depois e durante o processo de independência do Brasil, onde a população local reagiu às investidas portuguesas, o que acabou por criar um significado político específico e particular frente a data comemorativa “nacional” da independência do Brasil no ano de 1822. Sobre os sentidos políticos destes eventos e as suas rememorações atualizadas no tempo, ver principalmente Wlamyra Ribeiro de Albuquerque (1999).

seu próprio território dos ingleses, resolveram estabelecer uma votação que deliberaria pela expulsão ou pela permanência do vice-rei. Saíram vencedores os revolucionários, com 132 votos, contra os 66 totalizados pelo grupo conservador (RINS; WINTER, 2008, p. 17).

No dia 25 de maio de 1810, se constituiu uma Junta de Governo marcadamente *criolla*, presidida por Cornelio Saavedra. Esse é o primeiro governo primariamente autóctone, que procurava atender os interesses dos americanos do Rio da Prata neste período histórico bastante conturbado. Dessa forma, pôde-se observar o enfraquecimento da autoridade peninsular, não só nos territórios do Rio da Prata, mas na América hispânica colonial como um todo. Contudo, ainda se reivindicava tal governo em nome de Fernando VII, mantido preso pela França napoleônica.

Há que se considerar que existiu uma disputa em torno da memória coletiva e nacional a respeito da independência. Segundo o historiador norte-americano Nicolas Shumway (2008), a revolução de 25 de maio é considerada pelos *porteños* como marco inicial da independência do território que futuramente seria reconhecido como Argentina. Porém, a independência nacional, *stricto sensu*, ocorreu somente seis anos depois, no dia 9 de julho de 1816, na cidade de Tucumán, na qual todas as províncias se encontravam representadas. Como diz o autor: “a partir de maio, os *porteños* inauguraram uma longa tradição de confundir Buenos Aires com todo o país.” (SHUMWAY, 2008, p. 48). Segundo Maria Elisa Noronha de Sá Mäder,

as revoluções de independência passaram a ser consideradas por muitos autores como um fenômeno de caráter puramente político – aqui entendido como a ruptura dos vínculos coloniais com a metrópole e também como a mera substituição no poder político dos peninsulares pelos *crioulos* –, e, portanto, de importância secundária no que diz respeito às permanências estruturais [do período colonial] (MÄDER, 2008, p. 229).

Segundo ela, tratar-se-iam de visões que adotam uma postura anacrônica e teleológica, na qual estaria pressuposta a existência de um nacionalismo que teria precedido o processo de construção dos estados nacionais, “levando à crença de que a maioria das nações americanas já existia desde o momento da independência.” (MÄDER, 2008, p. 230). Este anacronismo acabou por comprometer a identificação, pela historiografia, de que, na região do Prata, por exemplo, existiu uma coexistência conflitiva entre a soberania das cidades – os *pueblos* – e a tendência dos sucessivos governos centrais de Buenos Aires em estabelecer uma única soberania rio-platense em suas mãos “que de maneira alguma existia previamente.” (MÄDER, 2006, p. 20; CHIARAMONTE, 1993; 2017).

Para entender este apagamento das relações conflitivas entre as cidades do interior e o governo central de Buenos Aires, Shumway (2008) esboçou a ideia de que existiu um pensamento tipicamente localista que se desenvolveu sobrepondo-se ao pensamento nacional, sendo isto um marco para entender a relação hegemônica que Buenos Aires construiu com as outras províncias. Tal visão historiográfica é uma das leituras possíveis para o fenômeno conhecido como *caudilhismo*, que iria se desenrolar no decorrer do século XIX em praticamente toda a América Latina (GOLMAN; SALVATORE, 2005).

Apoiando-nos nas análises de José Carlos Chiaramonte (2004), buscaremos relativizar essa “busca pelas origens” no que tange ao nascimento da nacionalidade argentina, procurando compreender que tipos de entidades políticas existiram e se desenvolveram naqueles tempos revolucionários em lugar de interpretar quando foi construída a “nação argentina”. Uma pista para esta empreitada pode ser indicada na própria gestão do Estado argentino nestes primeiros tempos revolucionários, visto que esta gestão não se fundou em sentimentos de “identidade nacional”, mas sim em compromissos políticos entre organismos soberanos e entre as elites políticas localizadas na cidade de Buenos Aires e nas outras “províncias” (CHIARAMONTE, 2004; 2017).

* * *

Foi necessário para os organizadores da Junta fortalecê-la, para que se pudesse difundir os ideais da revolução e lograr a participação das províncias. Neste contexto, ocorreram diversas campanhas militares para o interior do vice-reinado, a fim de que fossem designados representantes que deveriam comparecer à Junta de Governo, localizada em Buenos Aires. Tal mobilização pode ser interpretada como o início da Guerra de Independência do vice-reinado do Rio da Prata, já que aí foram travados os primeiros choques contra os espanhóis peninsulares, que realizaram ações tipicamente contrarrevolucionárias, e até mesmo embates, mas também alianças com as populações indígenas que viviam nas regiões afetadas, sendo muitas destas povoações pacificadas e desterritorializadas (PASSETTI, 2012, p. 60-68).

Dentro de um contexto institucional da Junta, havia uma questão fundamental a ser decidida, caracterizada por uma dicotomia entre propostas político-ideológicas. De um lado, havia aqueles que defendiam o aumento do número de representantes da Junta, que agora incorporaria provincianos (resolvendo, dessa forma, os problemas que interessavam a todos os habitantes do território abarcado pelo vice-reinado), representados e/ou comandados por

Cornelio Saavedra. De outro, encontravam-se aqueles que defendiam uma proposta pragmática, dado o contexto da guerra. Essa proposta refrearia a participação de interioranos dentro da Junta, permitindo uma rápida resolução dos problemas e de decisões. Porém, essa proposta pode ser interpretada também como a “manutenção da supremacia de Buenos Aires”, visto que só os *porteños* participariam do processo de construção da Junta e do governo da região. Esse grupo era representado por Mariano Moreno.

É possível esboçar o panorama de uma discussão entre as duas propostas presentes neste contexto da Junta: unitarismo e federalismo. O segundo projeto será discutido posteriormente, ao desenvolvermos a discussão referente a José de Artigas. O primeiro projeto, por sua vez, estará representado pela figura de Mariano Moreno.

Estaba reservado a la gran capital de Buenos Aires dar una lección de justicia, que no alcanzó la península en los momentos de sus mayores glorias, y este ejemplo de moderación al paso que confunda a nuestros enemigos, debe inspirar a los pueblos hermanos la más profunda confianza en esta ciudad, que miró siempre con horror la conducta de esas capitales hipócritas, que declararon guerra a los tiranos, para ocupar la tiranía, que debía quedar vacante con su exterminio (MORENO, 2007, p. 96).

Tal personagem político pode ser considerado um paradigma para o projeto unitarista, que na Argentina possuiria uma particularidade, visto que estaria materializado em uma única cidade, Buenos Aires. Em outros territórios, é bastante difícil encontrar a defesa de projeto semelhante para a construção administrativa e política de uma nação. Shumway (2008) caracterizou Moreno como contraditório, tendo influências iluministas (era erudito e, por exemplo, grande admirador de Jean-Jacques Rousseau – sendo inclusive tradutor de muitas de suas obras), ao mesmo tempo em que possuía um pensamento tipicamente autoritário. Para ele, o choque entre opiniões era visto como negativo, dado que isso nunca caminharía em direção a um consenso. Além disso, era um grande defensor de uma institucionalização da violência política aos adversários do Estado ou da ideologia dominante. Nos critérios constitucionais de Mariano Moreno proferidos em 1810, constava que

Cada provincia se concentró en sí misma, y no aspirando a dar a su soberanía mayores términos de los que el tiempo y la naturaleza habían fijado a las relaciones interiores de los comprovincianos, resultaron tantas representaciones supremas e independientes, cuantas Juntas Provinciales se habían erigido. Ninguna de ellas solicitó dominar a las otras; ninguna creyó menguada su representación por no haber concurrido el consentimiento de las demás; y todas pudieron haber continuado legítimamente, sin unirse entre sí mismas (MORENO, 2007, p. 95).

Neste trecho, percebemos que Moreno não era grande apoiador do federalismo, visto que as diversas representações criadas não permitiam a “dominação” de uma “a las otras”, o que acabava por comprometer a construção da soberania de um Estado, que poderia desembocar na anarquia e na completa desorganização política. Em sua interpretação, a democracia seria construída a base de sangue derramado pelos mais fortes. Outra característica é seu caráter indiferente em relação às necessidades do interior do vice-reinado, ao mesmo tempo em que, em determinados momentos, defendia a igualdade e a liberdade dos povos (influências iluministas). Ele é considerado, por Shumway, o germe da intelectualidade unitarista *porteña* (SHUMWAY, 2008, p. 51-78).

Ao final, triunfa a tendência *saavedrista*, transformando a Junta de Governo em *Junta General*, incorporando as outras províncias.⁴ Mariano Moreno se exilou e morreu no exterior. Podemos interpretar que a Revolução de Maio de 1810 se iniciou em Buenos Aires, mas se expandiu para o interior. Seria o primeiro governo de representação nacionalizante, que buscava abordar o tema da independência. Apesar do reconhecimento de que alguns grupos *morenistas* organizaram diversos levantes a fim de manifestar suas insatisfações frente a ampliação da representação da Junta.

No entanto, a gestão de Saavedra foi perdendo credibilidade ao longo da Junta de Governo devido ao desgaste da guerra. Tais dificuldades resultaram na transformação do Executivo, que concentraria o poder nas mãos de três membros. Este advento conformou o que se convencionou a chamar de Triunvirato, buscando conduzir a população em meio à guerra. É uma etapa marcada pelo centralismo político, tendo novas discussões sobre quais representantes deveriam se encarregar do poder do Triunvirato. Há que se reconhecer que Buenos Aires estava sempre melhor representada no governo se comparada com a representatividade do resto das províncias. A tendência centralista se materializava ainda mais!

A guerra de independência se desenvolvia, tendo no período de 1812 a 1816 um espaço e lugar significativos. A *Logia Lautaro*, novo grupo que buscava lutar pela independência e organizar constitucionalmente o Estado argentino, é incorporada ao Exército pelo Triunvirato. Neste período, se forma o Segundo Triunvirato que irá se sustentar até o ano de 1814.

Mesmo com a reforma institucional que adquiriu forma pelo Triunvirato, os problemas não se findavam. Em 1814, uma nova forma de governo ganhou vida, com o nome de *Directorio*,

⁴ Vale destacar que Cornelio Saavedra pode ser classificado como um *federalista singular*, pois mesmo defendendo a autonomia das províncias, exigia que fossem pagas tarifas ao porto de Buenos Aires.

no qual uma única pessoa governava toda a extensão do que era o vice-reinado do Rio da Prata. O poder estava concentrado novamente pelos representantes de Buenos Aires, sendo bastante improvável que o *director* fosse um provinciano (dos sete *directores*, cinco deles eram *porteños*, um era proveniente de Misiones e outro nasceu em Arequipa, mas viveu a maior parte de sua vida em Buenos Aires) (RINS; WINTER, 2008, p. 35-50).

Essa evolução institucional, que buscava assegurar a coesão social do novo regime, caracterizada primariamente pela formação de Juntas, desenvolvendo-se em Triunviratos e culminando em *Directorios*, pode ser designada como o desenvolvimento paulatino do projeto unitarista, que, mais uma vez, foi materializado na cidade e no porto de Buenos Aires. No entanto, o período foi todo marcado por instabilidades, tendo em vista a multiplicidade de ensaios constitucionais e de formas de governo que foram experimentadas não só na região do Prata, mas em toda a América espanhola que se encontrava em processo de independência (CHUST, 2010). Em vista das dificuldades de fixar os limites e as fronteiras entre as unidades políticas nascentes que se atribuíam e disputavam entre si a soberania, e o variável balanço das forças em jogo, não é exagero caracterizar, como faz Maria Elisa Noronha de Sá Mäder, “este período como um gigantesco laboratório aberto à experimentação política. Por tudo isso pode ser pensado como o [laboratório] do advento da modernidade na era das revoluções liberais e das independências.” (MÄDER, 2008, p. 238).

* * *

Pretende-se agora analisar a expansão e a retração do projeto federalista, que foi bastante secundarizado pelos unitaristas e *porteños*, materializado na figura de José de Artigas, um caudilho líder da *Banda Oriental del Uruguay*, que fazia parte do território das Províncias Unidas do Rio da Prata. Artigas se tornaria o “herói nacional” dentro do contexto da independência do Uruguai, mesmo sem ter participação efetiva neste processo (que segundo Shumway, teria sofrido muito mais a influência externa da Inglaterra e do Brasil, do que necessariamente das atuações internas) (SHUMWAY, 2008, p. 82).

José de Artigas defendia radicalmente a concepção de uma democracia que incluísse classes menos favorecidas, como os humildes, os provincianos, os indígenas, os *zanzos* (cafusos), entre outros. Mantinha essas convicções no campo da política, sendo um defensor primordial do princípio federalista, buscando a autonomia política de cada uma das províncias do vice-reinado do Rio da Prata, e, dessa maneira, resistindo à tentativa de centralização do poder pelas mãos do governo de Buenos Aires. Como exemplo de seu radicalismo político, este personagem defendia,

inclusive, a distribuição agrária para as classes despossuídas de terra, por exemplo. Outro fator considerável é que em Artigas não há a aspiração de formar uma nação separatista, e sim de se livrar do comando espanhol. Via-se, dessa maneira, como um cidadão do Rio da Prata, da mesma forma que os *porteños*.

Nesse período se apresenta um contexto de instabilidade política, por conta de constantes invasões nas províncias. O Alto Peru (que consistia no território hoje conhecido como a Bolívia), por exemplo, estava em mãos espanholas. Na Banda Oriental estava ocorrendo uma invasão sob o comando de Portugal, e Artigas, como líder da região, estava encontrando dificuldades para a defesa deste território. Depois de uma série de problemas causados pelas decisões do Triunvirato (entre elas a restituição - posteriormente revogada - do comando da Banda Oriental para os espanhóis), criou-se um sentimento negativo frente ao Triunvirato por parte dos “uruguaios”, que rechaçavam a centralização do poder.

Em 1813, ocorreu uma Assembleia Geral Constituinte, preocupada com a emancipação e com a constitucionalização do país, assim como com a conformação dos símbolos nacionais, que buscava reafirmar a soberania do Estado *criollo*. Os representantes de Buenos Aires expulsaram os representantes da Banda Oriental, o que acabou por comprometer o seu sentimento de pertencimento ao Estado em formação, contribuindo para a retração do projeto federalista que buscava a autonomia das províncias. Como descrito por Shumway: “naquele momento, nenhum uruguaio confiava em Buenos Aires”. (SHUMWAY, 2008, p. 90).

Essa conjuntura influenciou diretamente a atuação de Artigas no que tange à sua ausência do Congresso Nacional de Tucumán, em 9 de julho de 1816, durante o *Directorio* de Juan Martín Pueyrredón. Foi exatamente neste Congresso que seria escrita a Declaração de Independência, emancipando o país, no qual todas as províncias estariam supostamente representadas. A ausência de José de Artigas, portanto, foi significativa, pois se comprova a própria perda da identidade dos *Orientales* frente à recém-constituída Argentina.

Mesmo assim, Artigas tentou angariar alianças políticas com representantes que também defendiam o federalismo. Dessa forma, surge a *Liga de los Pueblos Libres*, que era constituída pelas províncias do litoral: *Santa Fe*, *Entre Ríos*, *Corrientes* e a *Banda Oriental*. Em 1816, ocorreu uma segunda tentativa de invasão portuguesa à *Banda Oriental*, dessa vez bem-sucedida, que culminaria em doze anos de integração desse território ao Império Português. Nascia a província da Cisplatina, e o Congresso se pronunciaria neutro. O que “sobrava” de identidade entre os *Orientales* havia encontrado seu fim.

É importante ressaltar como a experiência da cidade de Buenos Aires, nesse período substancial de separação política frente à metrópole espanhola, se tornou um fator que não pode ser negligenciado pelos historiadores e pesquisadores. Praticamente os ideais e os interesses citadinos (neste caso, *porteños*) se sobrepuseram em relação ao projeto federalista que buscava arregimentar a autonomia das outras províncias e territórios constituintes do Estado argentino. Mais do que isso, o projeto unitarista buscou silenciar o impacto do projeto federalista para a região como um todo, a ponto de criar um sentimento de não-pertencimento, pelo menos por parte dos *federales* da *Banda Oriental del Uruguay*. A partir de então, os futuros “uruguaios” teriam que trilhar sua própria história. Em contraposição, o projeto unitário se fortalecia cada vez mais: a própria evolução do sistema político o confirmou.

No entanto, em 1820, esta história não permaneceria a mesma. Os caudilhos Estanislao López, de Santa Fe, e Francisco Ramírez, de Entre Rios, invadiram a cidade de Buenos Aires e dissolveram o “governo nacional”. Em 11 de fevereiro de 1820, cessou o *Directorio* e foi dissolvido o Congresso. Os projetos unitaristas e federalistas, e as suas respectivas atuações, inviabilizaram a conciliação política entre a cidade de Buenos Aires e as províncias do interior, não sendo possível estabelecer as bases da organização nacional.

Durante todo esse período, de 1810 a 1820, construiu-se historicamente a desconfiança e o descontentamento do interior do vice-reinado frente à cidade de Buenos Aires, ao mesmo tempo em que esta cidade reforçava a sua hegemonia frente aos demais territórios e províncias do Estado que se formava. E esse processo acabou por criar duas soberanias distintas que marcaram a formação do Estado argentino. Esta dualidade foi resumida nas palavras de José Carlos Chiaramonte (2017) no seguinte trecho:

Deste modo, o processo que se prolonga desde os começos do movimento de independência platina, em 1810, até a constituição de um Estado federal argentino, em 1853, verá a sucessão de duas ‘soberanias’ distintas: a das cidades [em especial, a de Buenos Aires], primeiro; e das províncias, depois. Províncias que ao constituírem a Confederação de 1831, limitaram a delegação, transitória, de soberania à representação exterior pelo Governador de Buenos Aires. O caráter soberano das cidades e, logo depois, das províncias teve expressão em um traço central da vida política do período, qual seja, o tipo de representação: em todas as reuniões para tentar organizar constitucionalmente um novo Estado, ou para regular assuntos diversos entre algumas das províncias platinas, os deputados (...) das províncias tinham caráter de *apoderados*, à semelhança dos ‘procuradores’ do Antigo Regime espanhol (CHIARAMONTE, 2017, p. 108).

O pós-independência e o governo de Rosas

¿Por qué pelean los anarquistas? ¿Quiénes son ellos? Se les atribuye la pretensión de establecer la ‘federación’ ¿Y hay alguno entre sus jefes que sepa siquiera pronunciar correctamente aquella voz? [...] Los federalistas quieren no sólo que Buenos Aires no sea capital, sino que, como perteneciente a todos los pueblos, divida con ellos el armamento, los derechos de aduana y demás rentas generales: en una palabra, que se establezca una igualdad física entre Buenos Aires y las demás provincias, corrigiendo los consejos de la naturaleza que nos ha dado un puerto y unos campos, un clima y otras circunstancias que le han hecho físicamente superior a otros pueblos [...] El perezoso quiere tener iguales riquezas que el hombre industrioso; el que no sabe leer, optar a los mismos empleos que los que se han formado estudiando; el vicioso, disfrutar del mismo aprecio que los hombres honrados⁵ (RINS; WINTER, 2008, p. 103).

A partir de 1820, as províncias da Argentina conseguiram a sua almejada autonomia, já que o governo central foi dissolvido. Na visão de Buenos Aires e no senso-comum *porteño*, esse período poderia ser considerado uma típica anarquia (como podemos perceber pela citação extraída acima), uma verdadeira entropia institucional na qual não havia ordem nem muito menos estabilidade política. Por outro lado, para as demais províncias, tal situação poderia ser considerada um verdadeiro intento de organização do Estado argentino à luz de um projeto federalista que finalmente concedera a autonomia para cada território.

Os embates entre os unitários e os federalistas não cessaram: esse período foi marcado por graves guerras civis nas quais a violência política era bastante comum. O fuzilamento político de Manuel Dorrego foi uma exemplificação disso. Esse embate atuara como um procrastinador da estruturação do Estado argentino (LIMA; NOGUEIRA, 2006).

Neste contexto, Juan Manuel de Rosas se tornou governador da província de Buenos Aires em 1829, conferindo assim, maior estabilidade política à Argentina e marcando uma vitória, ainda que temporária, do grupo federalista. Sendo assim, cabe investigar as edificações do período de Rosas no que diz respeito à formação do Estado-Nação e da identidade nacional argentina (WESCESLAU, 2012).

Por ser federalista, poderia se esperar que Rosas desenvolvesse uma política que conferisse maior autonomia às províncias. Porém, o período que correspondeu ao seu governo (1829-1832 e 1835-1852) foi marcado por uma centralização política em torno de Buenos Aires, e pelo desenvolvimento daquilo que Rosas pensava ser a melhor forma de governo: uma “*autocracia paternal*” (LYNCH, 1981, p. 304).

Conhecido como federalista, Rosas fazia de conta que aceitava ideias de uma democracia real, com províncias iguais e federadas. Mas de fato seu regime

⁵ *Gazeta de Buenos Aires*, 15 de diciembre de 1819.

agravou o domínio de Buenos Aires sobre o interior mais que qualquer um de seus predecessores unitários (SHUMWAY, 2008, p. 166).

Sendo assim, pode-se notar, então, que Rosas cumpria muito mais seu papel de caudilho de Buenos Aires que de governador federalista, já que foi uma figura importante para o fortalecimento da hegemonia da cidade em relação às outras províncias. Neste caso, seria um “equivoco persistente que se arraiga [na historiografia] o de chamar federais aos caudilhos e outras figuras políticas da época o que contribui para nos impedir de uma melhor análise da questão.” (CHIARAMONTE, 2017, p. 98).

A historiografia contemporânea percebeu que grande parte dos caudilhos que se diziam federalistas adotaram esse ideal simplesmente para não abdicarem de seu domínio local a um governo central, sem expressarem ideias de construção de um Estado pautado na cooperação entre as diversas províncias (GOLMAN; SALVATORE, 2005). Ironicamente, o governador Rosas, em 1837, decretou que todos os cidadãos deveriam usar a insígnia do federalismo, de cor vermelha. No entanto, tal política autoritária⁶ mostra apenas como o governo Rosas foi centralizador, e como a maioria dos caudilhos federalistas se chamavam assim apenas para fazerem frente aos unitários.

* * *

Buenos Aires está destinada a ser um dia a cidade mais gigantesca de ambas as Américas. Sob um clima benigno, senhora da navegação de cem rios que correm a seus pés, reclinada molemente sobre um imenso território e com treze províncias interiores que não conhecem outra saída para seus produtos, seria já a Babilônia americana se o espírito do pampa não tivesse soprado sobre ela e se não afogasse em suas fontes o tributo de riqueza que os rios e as províncias têm de levar-lhe sempre. Só ela, na vasta extensão argentina, está em contato com as nações europeias; só ela explora as vantagens do comércio externo; só ela tem o poder e as rendas. Em vão lhe têm pedido as províncias que lhes deixasse passar um pouco de civilização, de indústria e de povoação europeia; uma política estúpida e colonial se fez surda a esses clamores. Mas as províncias se vingaram, mandando-lhe em Rosas muito e demasiado da barbárie que elas tinham de sobra (SARMIENTO, 1997, p. 68).

Antes de qualquer coisa, é preciso ressaltar que Sarmiento não era *porteño* de nascença, porém a seguinte passagem do autor, em sua obra publicada primeiramente em 1845 (*Facundo*), é

⁶ Uma das políticas autoritárias adotadas no governo de Rosas dirigiu-se à pacificação da fronteira. As chamadas *Campanhas do Deserto* consistiram em várias expedições militares que ficaram conhecidas por seu caráter sangüinário. Segundo Gabriel Passetti, “chamar as campanhas de ‘do deserto’ trazia embutido o entendimento de que as terras nas quais ocorreram as ações militares eram desocupadas. O fator ‘deserto’ aplicado à nomenclatura de tais campanhas deveu-se a dois fatores: um político e outro geográfico. O primeiro relaciona-se a um ‘deserto de civilização’, como era visto pelos militares; e o segundo, ao clima seco e inóspito de partes daquela região” (PASSETTI, 2012, p. 73). Investir no “deserto” foi, na verdade, desterritorializar e exterminar a população indígena que já vivia nestas regiões.

de suma importância para analisarmos a visão que se tinha do interior da Argentina durante este período histórico. Sarmiento, logo, compartilhava das ideias dos intelectuais desta cidade que compactuavam com a mesma vociferação no que tange a uma visão *porteña* (de Buenos Aires) em relação ao interior da Argentina (MÄDER, 2006).

Como podemos perceber, Sarmiento interpretou o interior da Argentina como sendo o espaço, por excelência, da barbárie. Em contraposição, a cidade de Buenos Aires seria caracterizada como a irradiação da civilização e dos bons costumes europeus. Essa dualidade marcaria a interpretação de Sarmiento sobre a identidade nacional argentina, na qual a identidade da nação é construída concomitantemente e em relação à alteridade (MÄDER, 2006, p. 33; RIBEIRO, 2002). Na seguinte passagem, Sarmiento explicita melhor esta relação:

O homem da cidade veste o traje europeu, vive a vida civilizada tal como a conhecemos em toda parte; ali estão as leis, as ideias de progresso, os meios de instrução, alguma organização municipal, o governo regular, etc. Saindo do recinto da cidade tudo muda de aspecto: o homem do campo usa outro traje, que chamarei americano por ser comum a todos os povos; seus hábitos de vida são diferentes; suas necessidades, peculiares e limitadas; parecem duas sociedades distintas, dois povos estranhos um ao outro. Ainda há mais: o homem da campanha, longe de aspirar a se assemelhar ao da cidade, rechaça com desdém seu luxo e suas maneiras cortesias, e a roupa do cidadão, o fraque, a capa, a sela, nenhum sinal europeu pode se apresentar impunemente na campanha. Tudo o que há de civilizado na cidade aí está bloqueado (SARMIENTO, 1997, p. 74).

A formação de uma identidade comum do povo argentino, elemento importante para a construção da nação, não foi desenvolvida pela intelectualidade da época, a chamada “geração de 1837”, da qual Alberdi e Sarmiento eram dois importantes escritores. “Ao descrever os problemas nacionais, criaram o que se tornou um gênero pouco feliz da literatura argentina: a explicação do seu fracasso.” (SHUMWAY, 2008, p. 157). A geração de 1837, ligada ao pensamento unitarista e eurocêntrico, era bastante crítica da origem histórica e racial do povo argentino, como mostra a obra mais famosa desta geração – *Facundo* – escrita por Sarmiento (1997). Seus membros não viam em seu povo (o *gaucho*) o elemento necessário para se construir uma nação e defendiam uma política de imigração europeia. Acreditavam que o Estado se desenvolveria na medida em que houvesse progresso na sociedade argentina e que o governo de Rosas estaria indo na contramão deste progresso. As críticas feitas à população argentina, aos *gauchos* e sua história, dificultaram a formação de uma identidade nacional, aspecto importante no desenvolvimento de um Estado. Enquanto isso, a ausência de uma conciliação política ainda se

explicava pela antiga oposição entre a cidade de Buenos Aires e a soberania (limitada) das províncias, como resumiu Maria Elisa Noronha de Sá Mäder no trecho a seguir:

Acreditava-se, assim, que a devolução de sua soberania às partes constitutivas do Estado argentino – as províncias – e o consequente desempenho concreto das tarefas de governo neste nível representavam o único mecanismo pelo qual se poderiam submeter eficazmente as paixões e assim constituir um corpo de cidadãos virtuosos (...). Por fim, relacionada ao muitas vezes paradoxal discurso rosista de ordem, a conformação do sistema federal deveria ser garantida, a nível nacional, mediante o uso da força e da coerção, e concretizada nos diversos pactos interprovinciais e não sobre a base consensual de algum documento constitucional (MÄDER, 2006, p. 79).

Após a queda de Rosas, no ano de 1852, iniciou-se na Argentina a institucionalização do Estado argentino com a formação de uma Confederação, a chamada *Confederación Argentina*. A cidade de Buenos Aires não participou desta estruturação política e administrativa, se tornando autônoma durante quase dez anos. Este período é conhecido como a “secessão de Buenos Aires” (RINS; WINTER, 2008, p. 202). A cidade se tornava quase um país independente. Esse é mais um indicativo da força hegemônica que a cidade construiu ao longo de sua história. Porém, era quase impossível organizar o Estado argentino sem a participação de Buenos Aires. O seu porto e o seu peso político não poderiam ser negligenciados tão facilmente.

No dia 21 de setembro de 1880, ocorreria a capitalização e a federalização da cidade de Buenos Aires aprovada pelo Poder Legislativo, sendo a cidade porteña a capital do Estado argentino até os dias atuais. Este processo de capitalização representou, para Buenos Aires, a idealização de um projeto civilizatório que transformaria a cidade e englobaria o país de forma mais geral, na qual se buscava uma modernização pautada na construção simbólica de uma capital (ALVES, 2017; DEMENECH, 2012). “Esse simbolismo é de grande importância porque a própria ‘capitalidade’ aparece como central na necessidade de afirmação de uma imagem para a cidade [de Buenos Aires].” (ALVES, 2017, p. 40). Como representativa desta construção simbólica, temos a própria *Plaza de Mayo*, aquela que sediou a Revolução de 1810, como o espaço urbano por excelência destas disputas de projetos de poder na sociedade argentina e que é apropriada até os dias de hoje pela memória nacional (ALVES, 2017, p. 179).

Considerações finais

A hegemonia da cidade de Buenos Aires foi resgatada neste artigo a fim de melhor compreendermos como se estruturou a relação entre essa cidade e as outras províncias constitutivas da Argentina. Hoje em dia, é comum perceber interioranos e/ou provincianos que moram e vivem em Buenos Aires criticarem o modo de vida e a visão de mundo dos *porteños* no

dia-a-dia da cidade. Tal advento seria um reflexo de toda esta história, resgatada desde os tempos coloniais e que reverberou na própria conformação do Estado argentino ao longo do século XIX, influenciando até hoje a mentalidade dos habitantes deste país.

Explicar historicamente a genealogia dessa relação construída e realizar o exercício consequente de desnaturalizar essa “força” hegemônica que reverbera na (re)construção da Argentina até a atualidade é uma das formas encontradas também para “desconfiarmos” da identidade nacional, o que “não significa, portanto, desprezar sua importância. Mas tomá-la pela dupla condição, de parecer necessária, mas ser contingente, fruto de relações de força, e de carregar seu revés inseparável, a alteridade.” (LIMA, 2003, p. 207). Concluindo, a identidade nacional argentina só pode ser resgatada se levarmos em conta as relações de força exercidas pela cidade de Buenos Aires e a alteridade inseparável das outras “províncias” que também constituem o território argentino.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **Algazarra nas Ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1923)**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

ALVES, Ana Carolina Oliveira. **Dimensões políticas na Plaza de Mayo e a cidade de Buenos Aires como capital federal (1880-1910)**. 191fls. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Campinas, 2017.

BRADING, David Anthony. “A Espanha dos Bourbons e o seu império americano”. In: BETHELL, Leslie. (org.). **História da América Latina**. Vol. I. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 391-446.

CAMARGO, Fernando da Silva. **Britânicos no Prata: caminhos da hegemonia**. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

CHIARAMONTE, José Carlos. “El federalismo argentino en la primera mitad del siglo XIX.” In: CARMAGNANI, Marcello (Org.). **Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

_____. **Nación y Estado en Iberoamérica: el lenguaje político en tiempos de las independencias**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004.

_____. “Províncias ou Estados? As origens do federalismo platino”. In: **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, 2017, p. 73-114.

CHUST, Manuel. **Las Independencias Iberoamericanas en su laberinto**. Controversias, cuestiones, interpretaciones. Valencia: Publicaciones de la Universitat de València, 2010.

DEMENECH, Pedro. **O Limiar da Cidade: modernidade e *criollismo*** em Jorge Luis Borges. Dissertação (Mestrado em História). 136fls. Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, 2012.

DONGHI, Tulio Halperín. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GOLMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. **Caudillismos Rioplatenses**. Nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

GORELIK, Adrián. **La grilla y el parque**. Espacio público y cultura urbana en Buenos Aires (1887-1930). UNQ: Buenos Aires, 1998.

_____. “A produção da ‘cidade latino-americana’.” In: **Tempo Social**, v. 17, n.1, jun. 2005, p. 111-133.

_____. “O romance do espaço público”. **Arte & Ensaios**. EBA/UFRJ, n. 17, Rio de Janeiro, 2008, p. 189-205.

GUTMAN, Margarita; HARDOY, Jorge Enrique. **Buenos Aires: 1536 – 2006**. História urbana del Área Metropolitana. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 2007.

LIMA, Camila Imaculada S.; NOGUEIRA, Gabriel Parente. “A formação do Estado-Nacional Argentino e a construção da identidade nacional”. **Ameríndia**, ano 1, v. 1, 2006.

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, Marcas e Falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LYNCH, John. “As Origens da Independência da América Espanhola”. In: BETHELL, Leslie. (org.). **História da América Latina**. Vol. III. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 19-71.

_____. **Argentine Dictator: Juan Manuel de Rosas, 1829-1852**. Oxford: Clarendon, 1981.

MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. **Civilização e Barbárie: a representação da Nação nos textos de Sarmiento e do Visconde do Uruguai**. 232 fls. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense – Niterói, 2006.

_____. “Revoluções de Independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica”. In: **Revista de História**, n. 159, 2008, p. 225-241.

_____. (Org.). **História Intelectual Latino-Americana: itinerários, debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

MORENO, Mariano. “Los Criterios Constitucionales de Mariano Moreno, 1810, Fragmento.” In: CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, Provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)**. Biblioteca del Pensamiento Argentino. Parte I – Documentos. Buenos Aires: Emecé, 2007, p. 92-103.

MYERS, Jorge. “Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem” In: MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá (Org.). **História Intelectual Latino-Americana: itinerários, debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016, p. 23-56.

PASSETTI, Gabriel. **Indígenas e *criollos*: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)**. São Paulo: Alameda, 2012.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A Liberdade em Construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RINS, E. Cristina; WINTER, María Felisa. **La Argentina: una historia para pensar (1776-1996)**. Buenos Aires: Kapelusz, 2008.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo**. Civilização e barbárie. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

SHUMWAY, Nicolas. **A Invenção da Argentina**. História de uma Ideia. São Paulo: Edusp; Brasília: Editora UnB, 2008.

WASSERMAN, Claudia. “História Intelectual: origem e abordagens”. In: **Tempos Históricos**, v. 19, 2015, p. 63-79.

WESCESLAU, Wanda Cristina Rocha. “A formação do Estado nacional da Argentina: uma discussão sobre identidade e nacionalidade”. **Revista da PUC**. Minas Gerais. v. 13, n. 18, 2012.

Abordagem da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985) na segunda edição do livro didático *História em Movimento*

Approach of the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985) in the second edition of the *History in Motion* textbook

Rafael Fiedoruk Quinzani

Graduando em História
Universidade Federal de Santa Maria
rafael.quinzani@bol.com.br

José Iran Ribeiro

Doutor em História Social
Universidade Federal de Santa Maria
jiranribeiro@gmail.com

Recebido em: 31/08/2019

Aprovado em: 03/01/2020

Resumo: Neste artigo, iremos analisar o livro didático *História em Movimento*, em sua segunda edição, a fim de perceber a forma pela qual este material aborda o período referente à Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985). Para tanto, iniciaremos fazendo uma contextualização histórica do livro didático brasileiro nas últimas décadas, focalizando no Programa Nacional do Livro Didático e seu sistema de seleção prévia. Constataremos, na análise do material, que ainda permanece espaço para divergências a respeito das narrativas do passado, especialmente devido às referências a partir das quais os autores elaboraram o livro didático. A partir de nossos referenciais, traremos outra interpretação ao tema, refletindo a importância de não narrar o Golpe Civil-Militar como um determinismo, a impertinência da divisão entre militares supostamente “linha-dura” e “moderados” para a compreensão do período, e que a ideia de “democracia” dos militares era diferente dos ideais democráticos dos opositores.

Palavras-Chave: Livro didático de história; Ensino de História; Ditadura Civil-Militar Brasileira.

Abstract: In this article, we will analyze the textbook *History in Movement*, in its second edition, in order to understand the way in which this material addresses the period referring to the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985). To this end, we will begin by making a historical contextualization of the textbook in Brazil in the last decades, focusing on the National Textbook Program and its system of prior selection. In the analysis of the material we will find that there is still room for divergences in the narratives of the past, especially due to the references from which the authors prepared the textbook. From our references, we will bring another interpretation to the theme, reflecting the importance of not narrating the Civil-Military coup as a determinism, the impertinence of the division between supposedly “hardline” and “moderate”

military to understand the period, and that the idea of “democracy” from the military was different from the democratic ideals of the opponents.

Keywords: History textbook; History studies; Brazilian Civil-Military Dictatorship.

Introdução

Neste artigo, faremos uma análise do Livro Didático *História em Movimento*, visando refletir acerca da forma como é apresentada a História da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985). Para tanto, nos basearemos em referenciais historiográficos sobre o período, bem como obras que refletem sobre temas relacionados ao livro didático de História.

Material que ficou, durante muito tempo, afastado das discussões acadêmicas, o livro didático passou, nas últimas décadas, por um processo de ressignificação. Esta mudança de perspectiva contribuiu, assim como a retomada de um contexto democrático, para que fossem propostas novas formas de produzir e utilizar livros didáticos. Nesse sentido, destacaremos como o PNLD e o processo de avaliação prévia do Programa têm influenciado nas modificações pelas quais os livros didáticos têm passado. Em seguida, discorreremos sobre a obra, a editora e a metodologia para, em um terceiro momento, realizar a análise efetiva de como a coleção *História em Movimento*, em sua segunda edição (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013), aborda o tema da Ditadura Civil-Militar brasileira, dialogando a sua perspectiva com a da historiografia pertinente.

Perceberemos que, por um lado, o livro didático analisado é bastante fidedigno aos seus fundamentos bibliográficos. Porém, apontaremos alguns questionamentos a esta narrativa da história da Ditadura Civil-Militar. Uma das principais críticas é à diferenciação entre “duros” e “moderados”, que acarretou uma narrativa problemática, em especial, nas atitudes dos grupos militares supostamente “moderados”. Também foi possível constatar na coleção a crítica efetuada por Helenice Rocha (2017) às coleções de 2011 do PNLD, que tendiam a abordar de forma desproporcional a atuação popular, relevando o apoio para a “legitimação” do Golpe, mas não destacando grupos que defenderam os militares após o Golpe e foram contrários ao fim da ditadura. Além dessas críticas, destacaremos a abordagem de temas como o Golpe de 1964, a anistia e a reabertura sobre forma linear, desfavorecendo a percepção dos diversos projetos de sociedade e dos múltiplos desfechos históricos possíveis. Explicitaremos como essas narrativas dialogam com a bibliografia na qual o livro se baseia, já que parte apenas de autores sem

formação historiográfica ou em livros que, embora importantes clássicos da historiografia, não integram as novas perspectivas sobre o tema.

Desenvolvimento

A fim de melhor abordarmos algumas questões fundamentais, desenvolveremos nosso trabalho em três partes. Iniciaremos selecionando alguns elementos que consideramos fundamentais para compreender o livro didático e sua trajetória. Em seguida, apresentaremos algumas informações acerca da obra analisada, sua editora e a metodologia empregada neste artigo. Por fim, efetuaremos a análise do material.

Contextualização do livro didático de História: processos básicos de transformação nas últimas décadas

Até a década de 1960, os livros didáticos eram concebidos como simples reproduções de uma ideologia. Assim, são praticamente inexistentes análises sobre estes materiais no meio acadêmico até então. Mesmo na permanência desta concepção, o contexto ditatorial transforma o livro didático em importante frente de batalha. O livro continua sendo abordado, em parte significativa, enquanto simples reprodução de uma ideologia, mas, na medida em que se limitava a liberdade do autor, proibindo-se ideais que discordassem da visão reproduzida pelos grupos que apoiavam a ditadura, analisar livros didáticos tornou-se uma importante forma de denunciar as relações ideológicas do livro didático.

Assim, outros aspectos do livro didático de História continuavam desvalorizados. Compreendia-se que o professor era simples reprodutor do conteúdo, tal qual apresentado no livro. Além disso, o sistema interpretativo baseado unicamente na análise de conteúdo gerava, em grande parte das vezes, conclusões exageradas, levando a afirmativas que o livro não permitia deduzir com segurança. Tais conclusões, baseadas, em boa medida, em um marxismo ortodoxo, levavam, por vezes, à compreensão de que seria impossível que qualquer mudança estrutural ocorresse através do sistema de ensino e do livro didático. (MUNAKATA, 1997)

Porém, à medida que ocorre a abertura democrática, torna-se possível analisar outros aspectos do livro didático sem preocupações com censura ou perseguições. Assim, um dos trabalhos marcantes é o de Galzerani (1988), no qual a autora questiona o modelo interpretativo até então predominante, que não considerava a complexidade do livro didático e a diversidade de usos deste material. À reflexão da autora sobre a interpretação do livro didático e à concepção

renovada de seu uso são acrescentadas novas abordagens deste material, por exemplo, no trabalho de Bittencourt (1993), que seria uma das primeiras autoras a utilizar o embasamento da história cultural para a análise do livro didático. Assim, percebe o livro como um produto, relacionado com dimensões como a do Estado e do mercado editorial. Munakata (1997), por sua vez, traz uma nova visão sobre editores e autores de materiais didáticos, até então tratados, por vezes, como simples reprodutores de um sistema mercadológico e como personagens despreocupados com uma educação de qualidade. Da mesma forma, o trabalho seria fundamental para compreender o processo de produção deste tipo de material.

Por outro lado, a democracia acarretaria um novo tratamento dado à seleção de livros didáticos. Ao invés de disponibilizar aos professores livros didáticos de um único eixo ideológico, o PNLDD- Programa Nacional de Livros Didáticos busca abranger diversas interpretações históricas, ao mesmo tempo em que objetiva expandir o acesso ao material didático.

Porém, a multiplicidade de perspectivas teóricas não significaria que todos os materiais teriam uma melhoria qualitativa. Em outras palavras, mesmo com concepções diversas de História nos materiais didáticos, ainda estariam sendo propagados preconceitos, simplificações e outras incoerências.

Embora exista a preocupação com materiais de qualidade, a preocupação do mercado editorial com o lucro direciona as transformações nos materiais didáticos. Escrever e editar livros gera custos. Assim, as mudanças no livro são efetuadas em consonância com as demandas do mercado.

Nos primeiros anos do Programa, as demandas partiam, basicamente, do professor. Este selecionava o livro que visasse adequado para sua utilização e de seus alunos, enquanto o Estado adquiria o material. Somente a demanda docente, porém, não seria suficiente para que diversas problemáticas do livro didático fossem amenizadas adequadamente. É importante perceber que:

A escolha docente parece se referenciar em diversos aspectos como, por exemplo, as apreciações a respeito de suas práticas de uso de algum livro, as condições de trabalho docente nas diferentes realidades escolares, os níveis de leitura e letramento dos estudantes e até algumas questões sociais como o aumento da violência social no entorno de algumas escolas (SILVA, 2012, p. 814).

Assim, uma importante pesquisa efetuada em 1994 constatou uma série de problemáticas nas áreas específicas do conhecimento. De forma geral, a comissão sugeriu que o conjunto de livros didáticos analisados:

[...] expressa a visão da escola e do papel do professor como um mero repassador de informações estratificadas, obsoletas e errôneas, imune à concepção de que um mundo em mudanças vertiginosas de valores, da ciência e da tecnologia exige, acima de tudo, indivíduos com capacidade de resolver problemas novos para sobreviver, portanto, de pensá-los.

Sendo assim, arrolamos, a seguir [...] as propostas que julgamos de execução mais urgente, com suas justificativas:

- a. estabelecimento pelo MEC de um programa mínimo obrigatório de âmbito nacional, com os objetivos, conteúdos e orientação pedagógica em todas as disciplinas que constituem o currículo do 1º grau [...]
- b. instituição na FAE de uma instância de avaliação do livro didático com a constituição de um conjunto de consultores permanentes e ad hoc para o controle de qualidade do livro didático em diferentes níveis e nas várias áreas. Deverá ser estabelecido um padrão mínimo aquém do qual o livro não constará das listas para seleção e indicação a serem distribuídas entre a rede de professores. [...]
- c. campanha sistemática de divulgação dos resultados da avaliação do livro didático [...]
- d. incentivo a grupos qualificados de produção de livro didático para as quatro primeiras séries do 1º grau e/ou à publicação de material didático já produzido e inédito (BRASIL, 1994, p. 103-104).

A comissão sugeriu, portanto, que o PNL D adquirisse somente livros que respondessem a um nível mínimo de exigências. A produção e circulação dos materiais desclassificados não são proibidas, mas estes não devem ser adquiridos pelo governo, como aponta Sposito (2006). A autora entende a importância de que o Estado mantenha seu direito, enquanto comprador, de adquirir apenas materiais com algum nível de pertinência a um processo educativo de qualidade.

Com o estabelecimento da avaliação prévia dos materiais a partir de 1996, aliada às demandas do professor, de forma lenta, gradual e não linear, os livros didáticos de História têm mostrado importantes avanços em diversos aspectos. Assim, o Programa busca um relativo equilíbrio entre a qualidade do Livro enquanto material científico-pedagógico e a participação do professor, que, embora não possa escolher qualquer material do mercado, ainda contará com uma margem de opções a partir das quais poderá selecionar a que mais se adequar às suas demandas.

Estas considerações nos levam à suposição de que deverá haver uma qualidade mínima no material selecionado. Partindo desta hipótese, analisaremos a segunda edição do livro didático *História em Movimento*, aprovado no PNL D 2015, a partir da qual visamos compreender em que

medida o livro didático está em diálogo com o ambiente historiográfico e, se sim, qual matriz fundamenta sua interpretação histórica do período ditatorial.

Sobre a coleção, a editora e a metodologia

Apesar da aparente diversidade de editoras no País, alguns grupos concentram parte significativa do mercado. Neste sentido, a Editora Ática, responsável pela obra aqui analisada, foi adquirida em 1999 em uma parceria entre o Grupo Havas e o Grupo Abril. (FRANCO, 1999) Após alguns anos de cooperação entre ambos os grupos, o Grupo Abril adquire a parcela dos direitos que o grupo Havas possuía. (MACHADO; SAKATE, 2004) Porém, o Grupo Abril também seria adquirido pela Tarpon Investimentos em fevereiro de 2015, e pela Kroton Educacional em abril de 2018. Assim, algumas das principais editoras do País estão inseridas em redes de cooperação ou de controle. Embora estes esquemas de posse ou colaboração repercutam na maior ou menor adoção de algumas técnicas e abordagens, considerando as orientações, tecnologias e filosofias das empresas a que estão submetidas, é necessária cautela ao afirmar que a Ática siga determinado padrão nas obras que publica, pois a diversidade de abordagens nos seus livros é uma importante estratégia das editoras, a fim de buscar cobrir a ampla gama do mercado na educação.

A coleção analisada (*História em Movimento*), de autoria de Gislane Campos Azevedo Seriacopi¹ e Reinaldo Seriacopi², é destinada ao Ensino Médio. Na sua primeira edição, a coleção foi a 7ª coleção mais adquirida na área de História do PNLD 2012 (709.149 livros), e a segunda edição, aqui analisada, figurou como 9ª coleção mais adquirida do PNLD 2015 (376.129 livros). É, assim, um importante agente na formação de perspectivas históricas no país. Porém, apesar do seu impacto, possui significativamente menos trabalhos de análise que versam sobre este material em questão.

A busca por analisar as coleções mais difundidas no país ou em determinada região tem levado à concentração de análises sobre poucas obras. Destacadamente, análises de livros didáticos focam em livros de ensino fundamental (CAIMI, 2013) e nos que possuem as maiores

¹ Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora universitária, pesquisadora e ex-professora de História dos ensinos Fundamental e Médio das redes pública e particular de ensino (Cf. AZEVEDO & SERIACOPI, s. d.).

² Bacharel em Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e em Jornalismo pelo Instituto Metodista de Ensino Superior. Editor especializado na área de História (Cf. AZEVEDO & SERIACOPI, s. d.).

tiragens. (CHOPPIN, 2004) Assim, nossa análise aborda uma coleção com importante papel no ensino de História, mas que ainda permanece pouco explorada.

O parecer da comissão avaliadora do PNLD 2015 é bastante positivo em relação à obra, com algumas exceções, como a compartimentalização dos conteúdos relacionados à “História da África, História e cultura dos afrodescendentes e dos povos indígenas” (BRASIL, 2014, p. 60).

O parecer aponta que a coleção:

[...] apresenta os conteúdos de história organizados em unidades a partir de critérios temáticos, como por exemplo, “Direito e democracia” (v.1), “diversidade cultural” (v.2), “Ética” (v.3), valorizando uma visão processual da história e a importância da ação humana. Os capítulos seguem uma forma cronológica linear, intercalando a História Geral, de matriz europeia, a História do Brasil, da América, da África e da Ásia

[...] O projeto gráfico-editorial é adequado à faixa etária dos estudantes do Ensino Médio, e aos objetivos didático-pedagógicos da obra, contendo referências bibliográficas e indicação de leituras complementares. A coleção é de fácil manuseio, bem hierarquizada e sinalizada. Ressalta-se a existência de descanso visual em decorrência da suavidade das tonalidades das imagens e das diferentes cores que servem de base para a identificação de cada unidade. As imagens são apresentadas em interação com os textos, geralmente com legendas que por si mesmas podem ser consideradas textos complementares (BRASIL, 2014, p. 56 - 60).

Além destes elementos, também é destacado o esforço em conectar o conteúdo com as possibilidades interdisciplinares. Para tanto, alguns temas do conteúdo seguinte são trabalhados no conteúdo anterior. No caso da Ditadura de Segurança Nacional, por exemplo, o contexto do Golpe Civil-Militar é abordado ainda no capítulo *Brasil: anos de democracia*.

Como procedimento de análise, efetuamos a leitura do texto principal e dos outros elementos nos capítulos relacionados à temática da Ditadura Civil-Militar, discutindo os principais aspectos da abordagem histórica, pontuando de que forma se relaciona com a historiografia pertinente e com observações efetuadas por autores que promoveram análises de livros didáticos. Por fim, com base nas considerações efetuadas, refletimos como a bibliografia lida pelos autores influenciou na narrativa efetuada sobre a Ditadura Civil-Militar do Brasil.

A análise

Iniciamos nossa análise pelo Golpe Civil-Militar. O Golpe de 1964 é abordado ainda no capítulo sobre os “anos de democracia”, com o provável intento de buscar maior integração das temáticas. O enfoque da narrativa se dá na divisão que as reformas de base teriam gerado na

sociedade, o que culminaria na Marcha da Família com Deus Pela Liberdade. Assim, de acordo com os autores do material:

A passeata do dia 19 de março proporcionou o apoio político e social necessário para a derrubada do presidente. Assim, no dia 31 de março de 1964, o chefe do estado-maior do Exército, general Castelo Branco, colocou-se à frente de um golpe militar, contando com o apoio do governo dos Estados Unidos, de alguns governadores de estado [...], das lideranças udenistas, dos representantes dos meios de comunicação, dos empresários e de amplos setores das classes médias. Assim, Jango foi destituído do poder (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013).

Embora esta descrição contribua para perceber os agentes do Golpe, também abre espaço a interpretações que ignoram a resistência à ditadura. Remetemos, assim, à ideia de que “na grande maioria dos estudos, inclusive os mais recentes, o Golpe de 1964 é tratado como uma determinação histórica” (KONRAD; LAMEIRA; LIMA, 2013, p. 49). O material didático em questão, possivelmente devido às próprias bases referenciais em que constrói seus discursos, acaba, também, refletindo esta visão do Golpe como ação natural³.

Em relação aos desafios na produção de narrativas nos livros didáticos, é interessante a análise de Helenice Rocha acerca dos livros do PNL D 2011:

Conclui-se que existe descontinuidade no estabelecimento dos personagens sociedade civil e militares na narrativa sobre a ditadura militar brasileira. [...] existe uma tendência no conjunto das coleções de apresentar a sociedade à época de Jango dividida entre concepções ideológicas acerca de seu projeto. Durante a ditadura, os setores de vanguarda, ou de esquerda, permanecem existindo e agindo de diversas formas e os conservadores, ou de direita, desaparecem da cena pública, não sendo mais mencionados. [...] no fim da década de 1970 e 1980, toda a sociedade como que ressuscita – de forma coesa – participando de passeatas e manifestações públicas, fortalecendo movimentos sociais diversos, como sindicatos e associações, propondo e endossando ações pelo fim da ditadura (ROCHA, 2017, p. 261-262).

Assim, enquanto grupos civis participam do Golpe, tomado de forma natural, após o Golpe estes segmentos civis deixam de ser mencionados no livro didático, não se refletindo, por

³ Para reforçarmos a conjuntura indeterminada do Golpe em sua efetivação, vale lembrar que a sociedade brasileira já tinha resistido a dois golpes de grupos bastante semelhantes: em 1954 e 1961. No Rio Grande do Sul, em 1964, houve forte movimento em defesa do presidente. Tropas militares do III Exército, lideradas por Ladário Pereira Telles, colocam-se a favor de Goulart em Porto Alegre. Foram apoiadas, também, por significativa quantidade de forças populares. Os legalistas contavam com o apoio, também, de personalidades como Sereno Chaise, prefeito de Porto Alegre, e Leonel Brizola, político gaúcho prestigiado e liderança da Campanha pela Legalidade em 1961, que, na ocasião, garantiu a posse inicial do mesmo João Goulart (KONRAD; LAMEIRA; LIMA, 2013, p. 60-65). O presidente contava, também, com um forte aparato legal à disposição para ser acionado, o qual escolheu não utilizar, preferindo, ao menos em um primeiro momento, a fuga de Brasília. Foi somente após esta atitude que o senador Auro Soares de Moura Andrade, sem base constitucional e sob intensos protestos, declara “vaga a presidência da República” (OLIVEIRA, 2008).

exemplo, acerca do “possível consentimento social às ações atribuídas à linha dura dos militares: prisões, torturas, assassinatos, desaparecimentos inexplicados” (ROCHA, 2017, p. 259). Da mesma forma, também no fim do movimento, não há reflexões sobre grupos contrários à abertura democrática, restringindo-se aos supostos “linha-dura”.

O restante da temática da Ditadura Civil-Militar brasileira está inserido no capítulo *O Brasil sob a ditadura civil-militar* (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013, p. 182-199). A narrativa terá acentuada presença de uma perspectiva historiográfica que propõe diferenças fundamentais entre os militares “linha dura”, que desejariam a permanência dos militares no poder, e dos “moderados”, que acreditariam no retorno do poder aos civis. Porém, nossa base historiográfica sugere que ambos se unificavam na mesma base ideológica, na defesa da Doutrina de Segurança Nacional. Além disso, militares “moderados” também estavam comprometidos com os “porões” da tortura, permanecendo a opressão e mortes também nos governos ditos “moderados”. Além disso, a percepção de “democratização” dos militares “moderados” era a institucionalização de um modelo autoritário, ou seja, legitimar legalmente o sistema da ditadura, bastante diferente do que entendemos por democracia na atualidade. (NETTO, 2014) Esta dicotomia também é colocada na atividade 2, onde se solicita a caracterização e diferenciação entre os militares “duros” e “moderados” (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013, p. 195).

Vemos a consequência da adoção de uma separação entre “linha dura” e “moderados” quando é enfatizado o caráter temporário do AI-1 e da participação militar no governo:

Dois dias depois da instauração do AI-1, o general Humberto de Alencar Castelo Branco era promovido [...] e eleito de forma indireta [...]. Ligado à ala moderada das Forças Armadas, ele defendia a ideia de que os militares não deveriam permanecer por muito tempo no poder, devolvendo logo o cargo a um político civil. Como veremos mais adiante, isso não aconteceu (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013, p. 183).

O discurso em relação ao progressivo cerceamento de liberdades democráticas se baseia nas medidas econômicas, que, de acordo com o relatado no livro didático, embora positivas para o equilíbrio econômico do país, reduziriam o apoio popular, expresso nas eleições de 1965 (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013, p. 184), levando os militares da “linha dura” a pressionar o governo por maiores cerceamentos.

Porém, limitar o baixo apoio popular às medidas econômicas adotadas pode levar a equívocos interpretativos, ao não apontar, por exemplo, o descontentamento com o governo devido ao próprio cerceamento de direitos democráticos. Por fim, novamente, reiteramos as

semelhanças entre os diversos grupos militares envolvidos na ditadura, como no caso do general Castelo Branco. Não somente pressões de alguns militares explicam as atitudes autoritárias que o general tomava enquanto estava no poder.

De acordo com nossa percepção historiográfica, a abordagem dos “anos de chumbo” dialoga significativamente com a perspectiva que divide os militares de linha “dura” e “moderada”: seria neste período que os ideais propostos pela suposta “linha dura” estariam consolidados no poder, através do AI-5. Porém:

Para além dos binarismos, por vezes simplificadores, a verdade é que os anos 1970, particularmente o período que vai de 1969 a 1974, não foram anos de ouro *ou* de chumbo. Foram, muitas vezes, os dois ao mesmo tempo, ou ainda: se foram um *e* outro, é preciso perceber que há um enorme espaço entre quem os viveu como *anos de ouro* e quem os viveu como *anos de chumbo* (...)
No caso da ditadura civil-militar de 1964, isso significa observar que a simples oposição entre um *Estado opressor* e uma *sociedade vitimizada* encobre uma série de atitudes que permitem entender as lógicas pelas quais o regime se sustentou por 21 anos (CORDEIRO, 2009, p. 90-91. Grifos da autora).

Ao propormos uma crítica à ideia de “anos de chumbo”, não visamos recusar toda a violência estatal no Brasil do início da década de 1970, mas perceber que a violência empreendida pelo Estado não está reduzida aos cinco anos mencionados: está presente na ditadura desde 1964. Ao mesmo tempo, significa observar que o período entre 1969 e 1974 não significou “anos de chumbo” a todos os setores da sociedade, o que chama atenção para a permanência de grupos indiferentes, apoiadores ou coniventes com o sistema de ditadura vigente no período mencionado.

Apesar das críticas historiográficas, destacamos a seção *passado presente*, interessante material que apresenta algumas das pessoas que teriam sido mortas e torturadas na ditadura, o que é importante para um exercício de empatia que ultrapasse dados numéricos sobre mortos, torturados ou desaparecidos na ditadura.

Na abertura “lenta, gradual e segura”, percebemos que a ideia de um processo de redemocratização é naturalizada, além de expressar o desejo das “lideranças”, que somente não a fariam de forma mais intensa para buscar “mediar” interesses dos apoiadores e contrários à ditadura.

Ambos, “moderados” e “duros”, estavam formados sobre uma Doutrina de Segurança Nacional, ou seja, em uma concepção que definia uma guerra permanente e total entre o

comunismo e os países ocidentais. (BORGES, 2003) A reflexão sobre esta informação pode ajudar-nos a perceber que existem diversas formas de conceber uma “democracia”. Nesse sentido, entender que militares, sem a pressão constante de grupos populares, teriam conduzido o país ao mesmo modelo democrático que possuímos atualmente é, também, uma leitura linear e evolutiva do processo de abertura da Ditadura.

Também a ideia de anistia é explicada como unívoca, sem que haja menção à possibilidade da ditadura ter sido encerrada com o julgamento dos crimes cometidos por agentes do governo, podendo trazer a equivocada interpretação de que a única escolha a ser feita seria absolver os crimes de governo e dos grupos exilados ou não absolver nenhum:

Cedendo à pressão popular, em agosto de 1979 o Congresso aprovou a Lei da Anistia. A medida, que permitiu o retorno ao país dos exilados, implicou também o perdão aos crimes cometidos pelos agentes da ditadura envolvidos em torturas e assassinatos de presos políticos (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013, p. 193.).

Nesta questão, poderiam ser tratados, por exemplo, os constantes interesses militares, que, de forma autoritária e sem consulta aos anseios populares, impuseram uma anistia que absolveu a eles próprios, ao mesmo tempo em que absolveu apenas parte dos que eram contrários ao governo, excetuando todos que, mesmo também atuando por motivações políticas, teriam sido condenados por “crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal” (BRASIL, 1979).

Longe de questões irrelevantes, as considerações aqui efetuadas, em conjunto, levam à transformação da narrativa que o livro faz sobre o período. Ora, os autores propuseram, como objetivos do capítulo sobre o período ditatorial:

Compreender o processo histórico que resultou na implantação e no recrudescimento da ditadura militar no Brasil entre 1964 e 1985.
Compreender a importância da participação de vários setores políticos e sociais para a legitimidade e a manutenção do governo militar.
Reconhecer a violência – conceito trabalhado nessa unidade – como uma estratégia dos regimes ditatoriais para o controle sobre a sociedade
Compreender a importância dos mais variados movimentos de resistência para o fim da ditadura (AZEVEDO; SERIACOPI, 2013, p. 183).

Embora seja uma proposta interessante, entendemos que acaba consideravelmente limitada pelas problemáticas apontadas na narrativa efetuada: é importante refletir, nesse sentido, qual “compreensão histórica” foi realizada, ao colocar o Golpe como determinismo, sem contraposição; que “participação de vários setores políticos e sociais” é apresentada, quando suas

atitudes não são visíveis nos anos duros de ditadura e na resistência à redemocratização, bem como é importante destacar que a ditadura não foi legítima para todos os grupos; quanto à “violência”, esteve presente desde 1964, não apenas nos “anos de chumbo”; Por fim, o enfoque na “resistência” se torna seriamente prejudicado numa abordagem em que não são apresentados setores de apoio à ditadura no fim do período.

A narrativa possui importantes aspectos positivos, que devem ser revelados. Um deles é o esforço em relacionar passado e presente, bem como apresentar seções que discutem questões relacionadas aos indígenas e aos negros no período – embora estes elementos não estejam integrados ao texto – assim como o enfoque na resistência – apesar dos limites observados. Assim, dentro das problemáticas em suas bases teóricas, é possível entender que a narrativa foi elaborada com maestria nos aspectos técnicos e pedagógicos. As problemáticas na abordagem histórica, no nosso entendimento, partem da base bibliográfica da qual a narrativa do livro parte. Assim, identificamos os livros que abordam dedicadamente as temáticas relacionadas à Ditadura Civil-Militar, os quais serão discutidos em seguida.

O Frei Dom Evaristo Arns foi uma importante autoridade religiosa e sua obra *Brasil: nunca mais* (ARNS, 1985), produzida por um conjunto de especialistas, teve profundo impacto na narrativa da História e permanece tendo. A obra apresenta uma análise de mais de um milhão de páginas de processos judiciais, destacando mortos, torturados e responsáveis da ditadura, contribuindo significativamente para desvelar as injustiças do período. Porém, o livro não trata, explicitamente, de compreensões históricas. Trata, em especial, de explicitar como funcionava o terrorismo de Estado, explicitando métodos de tortura utilizados, relatos de pessoas torturadas, bem como caracterizar e discorrer sobre perseguidos e mortos do período, não sendo a principal discussão da obra o debate de conceitos e perspectivas historiográficas, focando na caracterização das atitudes do governo ditatorial. Assim, tanto pelo seu tempo como pelo seu lugar social, não pôde acompanhar o desenvolvimento dos debates historiográficos.

Quanto às obras de Élio Gaspari, *A ditadura emvergonhada* (GASPARI, 2002a); *a ditadura escancarada* (GASPARI, 2002b); *a ditadura derrotada* (GASPARI, 2003); e *a ditadura encurralada* (GASPARI, 2004), embora sejam importantes contribuições à pesquisa historiográfica e ao conhecimento de outras memórias sobre o tema, é importante ressaltar que o autor parte de uma perspectiva jornalística. O autor divide os militares em correntes opostas, explicando a “transição democrática” pela ótica dos “moderados”, não estando presentes discussões sobre a defesa da

Doutrina de Segurança Nacional e do terrorismo de Estado por militares atribuídos a esta linha. Gilberto Calil, ao criticar as produções citadas de Elio Gaspari, é claro ao afirmar que Geisel e Golbery não estavam buscando uma redemocratização como a propomos atualmente, senão “criar condições para uma transição que garantisse a consolidação e institucionalização do legado da ditadura e garantisse a impunidade aos agentes da repressão mesmo após a passagem do poder aos civis.” (CALIL, 2014a, p. 246). O autor também critica, nas obras de Gaspari:

[...] a desqualificação de João Goulart; a responsabilização da esquerda pelo desencadeamento do Golpe de 1964; a sobrevalorização da oposição entre militares “moderados” e “linha dura”; a amenização dos primeiros anos da ditadura; a desqualificação sumária das organizações de resistência armada; o elogio do processo de transição pelo alto; a minimização da repressão política sob o governo Geisel; a apreensão acrítica em torno do projeto distensionista, suas intenções e a forma como foi imposta e a relativização dos marcos temporais que definem o período ditatorial, promovendo seu encurtamento. Com ênfase no período do governo Geisel e no papel desempenhado por Golbery, Gaspari promove uma verdadeira regeneração de suas biografias, amenizando suas responsabilidades no exercício da repressão política e incorporando o discurso dos próprios personagens acerca do papel que teriam desempenhado no encaminhamento da “transição democrática” (CALIL, 2014b, p. 125-126).

No estudo das fontes, Gaspari demonstra, assim, ter assimilado elementos da narrativa dos grupos conservadores sobre o período. O trabalho histórico exige reflexão e questionamento exaustivo das próprias terminologias consolidadas nas memórias, através do debate e da crítica das fontes, já que não necessariamente a memória de determinado período reflete, tal e qual, os acontecimentos da devida conjuntura.

Quanto à obra *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender (2003), novamente, não há a preocupação com a discussão dos debates aqui apontados. O historiador e cientista social, que participou da luta armada e do processo de cisão dos grupos de esquerda na ditadura, retoma, a partir da memória e de pesquisas, o protagonismo e embates destes com as forças de situação no período. Tratando da perspectiva de esquerda, o autor não tem preocupação com os questionamentos aqui apontados, embora aborde, de forma implícita, a presença da resistência dos grupos de esquerda ao longo de toda a ditadura, o que não se demonstra incorporado no material didático. As outras críticas, portanto, não foram abordadas no enfoque do autor. Vale destacar, também, que algumas das perspectivas das quais estamos tratando ainda estavam se difundindo na época de escrita do livro de Gorender. Embora diversas críticas já atingissem parte significativa dos historiadores, é a partir de 2004, nos debates sobre os quarenta anos do Golpe,

que Carlos Fico passa a perceber (nos eventos de âmbito acadêmico) o abandono de alguns clichês no tratamento de questões ligadas à ditadura, dentre os quais:

[...] a idéia de que só após 1968 houve tortura e censura; a suposição de que os oficiais-generais não tinham responsabilidade pela tortura e o assassinato político, a impressão de que as diversas instâncias da repressão formavam um todo homogêneo e articulado, a classificação simplista dos militares em "duros" ou "moderados", etc. (FICO, 2004, p. 30).

A mesma discussão sobre o lugar social do autor pode ser apontada para Skidmore, já que o historiador brasilianista escreveu as obras *Brasil: de Getúlio a Castelo* (SKIDMORE, 1979) e *Brasil: de Castelo a Tancredo* (SKIDMORE, 1988) logo após os períodos abordados. Skidmore se diferencia, porém, ao reproduzir a concepção de transição pelo alto. O autor reproduz, assim, a problemática ideia, já discutida anteriormente, de que o protagonismo pelo processo de transição à democracia se deve aos grupos no poder. Em contraposição a esta narrativa, entendemos que a redemocratização não foi linear, mas marcada por interesses diferenciados (KONRAD, 2013), sendo que os interesses da oposição, como de garantia aos seus direitos democráticos, conflitavam com os interesses de aliados do governo, aos quais interessava a preservação do legado da ditadura e garantir a impunidade dos responsáveis pelo terrorismo de Estado.

Assim, é possível entender que, embora da apresentação de obras importantes na historiografia, ao fazer uso apenas de livros clássicos, sem ser apresentado uso suficiente de obras com outros enfoques e atentas às descobertas historiográficas, o livro didático analisado, com interessantes aspectos na abordagem pedagógica e na relação do passado com a atualidade, termina por reproduzir questões já ultrapassadas nos debates historiográficos, ignorando críticas com considerável importância para os objetivos aos quais o material se propõe.

Conclusão

As problemáticas historiográficas podem ser dialogadas, em grande medida, com a bibliografia em que se baseia o material, sendo esta constituída, principalmente, de livros que não acompanharam os novos debates sobre a ditadura. A obra de Arns (1984) analisa *como* funcionou em determinado período, o sistema de terrorismo de Estado, não sendo especial preocupação uma discussão conceitual ou processual da ditadura. A obra de Jacob Gorender (2003) trata da atuação da esquerda na ditadura. Embora não seja seu objetivo principal, implicitamente a obra demonstra que a ditadura foi continuamente acompanhada por resistência da oposição. Porém, esta perspectiva não aparece incluída no material didático. Dado o seu recorte, Gorender não

pôde contribuir para sanar uma série de outras questões sobre o período. As obras de Gaspari (2002a; 2002b; 2003; 2004), por sua vez, apresentam a dicotomia entre “duros” e “moderados”. As obras de Skidmore (1979; 1988) assimilam a ideia de “transição pelo alto”, naturalizando o processo de redemocratização e não destacando, assim, o conflito de diversos projetos de sociedade quando do fim da ditadura Civil-Militar brasileira.

A análise da obra não questiona sua qualidade diante da reprodução de uma corrente historiográfica legítima e reconhecida por parte dos historiadores, pois, enquanto modelo da concepção de que militares estavam divididos em posições marcadamente autoritárias ou marcadamente democráticas, o livro didático em questão representa o processo de forma interessante. De acordo com o conjunto de referenciais e das correspondentes críticas que explicitamos, pôde-se chegar a outra interpretação sobre o período e a significação de alguns de seus processos, na qual entendemos que não é pertinente a divisão entre militares tidos como “moderados” e “linha dura”.

A semelhança entre a perspectiva dos militares é cimentada, em parte, pela versão ideológica a que foram submetidos, a “Doutrina de Segurança Nacional”, que trazia a ideia de que o inimigo do exército estava, também, na própria população. Tal concepção se reforçaria nas terminologias e nos procedimentos: identificavam-se padres, estudantes, artistas, militares de esquerda e outros como “terroristas”. Em seguida, os “terroristas” prosseguiram a ser interrogados, torturados e, em parte dos casos, mortos. O estabelecimento de alguns militares como “moderados” levou, de acordo com o que analisamos, a interpretações diferentes de suas atitudes. Enquanto para os autores os militares “moderados”, que desejariam retornar o poder aos civis, tomaram atitudes acentuadamente autoritárias somente ou principalmente devido à demanda de militares “linha dura”, destacamos no artigo, embasados em parte significativa da historiografia pertinente, que havia demasiada semelhança entre ambos os grupos.

O conceito de “anos de chumbo”, igualmente problemático, possui relação com esta perspectiva: à medida que se naturalizam alguns militares como “duros” e outros como “moderados”, o período da “linha dura” no poder acaba sendo entendido como o único em que a violência foi acentuada. Porém, este enfoque acaba deixando de mencionar que as mortes e torturas já aconteciam desde 1964. Por outro lado, a carga pejorativa ao período ofusca, também, o apoio e a indiferença de alguns grupos para com a ditadura, fundamentais para a perduração desta por quase 21 anos.

Na abordagem da participação civil é necessário atentar-se para não tratar o Golpe Civil-Militar como um determinismo, dado que houve resistência, não se tratando o Golpe de um movimento “ganho”. Por outro lado, durante a ditadura em si, a participação civil dos grupos que apoiaram os militares deixa de ser frisada. No período final da ditadura, não foram apresentados grupos civis que lutaram pela permanência dos militares no poder. Na concepção de “abertura”, entendemos que os militares não podem ser compreendidos como defensores do modelo de democracia que acabou por vigorar. No modelo sob o qual se configurava a “democracia” das lideranças militares, indicava-se que permaneceriam diversas características do sistema autoritário. Porém, como afronta à concepção que os militares desejavam, estavam presentes a resistência e as demandas de grupos contrários à ditadura. A pressão destes grupos, expressa de inúmeras formas, seria a principal responsável pela completa retirada dos militares do poder e pelo efetivo fim do governo autoritário, já que, mesmo que tenha ocorrido de forma “lenta” e “gradual”, a abertura democrática não representou o resultado esperado inicialmente pelos militares, embora tampouco seja a completa representação do esperado pelos grupos opositores.

Referências bibliográficas

ARNS, P. E. **Brasil: nunca mais**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

AZEVEDO, G. C.; SERIACOPI, R. **História**: Gislane e Reinaldo. Disponível em: <<http://sites.aticascipione.com.br/historia/gislaneereinaldo/apresentacao.asp>>. s.d. Acesso em: 29 jun. 2019.

_____. **História em movimento**. v.3. 2 ed. São Paulo: Ática, 2013.

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. 1993. 370f. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1993.

BORGES, N. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano**. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. Lei n. 6, 683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Planalto**, 28 ago. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos**: PNLD 2015: história: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

_____. **Definição de critérios para avaliação dos livros didáticos**: 1^a a 4^a séries. Brasília: FAE, 1994. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002396.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

CAIMI, F. E. O que sabemos (e o que não sabemos) sobre o livro didático de história: estado do conhecimento, tendências e perspectivas. In: GALZERANI, M. C. B.; BUENO, J. B. G.; JÚNIOR, A. P. **Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de História**. São Paulo: Paco Editorial, 2013. P. 35-52.

CALIL, G. Elio Gaspari e o elogio da transição conservadora. **Outros tempos**, vol. 11, n. 17, p. 246-270, 2014a. Disponível em: <https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/338/264>. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Elio Gaspari. **Segle XX: revista catalana d'història**, v.7, p. 99-126, 2014b. Disponível em: <<http://revistes.ub.edu/index.php/segleXX/article/view/11240/13962>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.3, p.549-566, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000300012>. Acesso em: 06 abr. 2019.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 22, no. 43, p. 85-104, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n43/v22n43a05.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 jan. 2020.

FRANCO, C. de G. Editora Abril compra Ática e Scipione. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1º de setembro de 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/f01099919.htm>>. Acesso em: 04 jan. 2020

GALZERANI, M. C. B. Belas mentiras? A ideologia nos estudos sobre o livro didático. In: PINSKY, J. (Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988.

GASPARI, E. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GORENDER, J. **Combate nas trevas**. 6. ed. São Paulo: Ática. 2003.

KONRAD, D. A. A democracia brasileira não foi doada: a resistência na Ditadura Civil-Militar Brasileira. In: Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos - há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai, 2., 2013, Porto Alegre. **Anais da II Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos**, Porto Alegre: APERS. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1388085964.Ebook_II_Jornada_Ditaduras_e_DH.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

____.; LAMEIRA, R. F.; LIMA, M. da F. C. Ditadura Civil-Militar e Historiografia: repressão e resistência no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, E. S. (org.). **Cone Sul em tempos de**

Ditadura: reflexões e debates sobre a história recente. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013, p. 49-81.

MACHADO, C. E.; SAKATE, M. Abril assume controle da Ática e da Scipione. **Folha de São Paulo**, 02 de março de 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0203200414.htm>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

MUNAKATA, K. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. 1997. 217 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, E. C. de. Auro de Moura Andrade declara vaga a Presidência 1964. **Youtube**, 20 jun. 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B-3Ng_eaG2I>. Acesso em: 30 jun. 2019.

ROCHA, H. A ditadura militar nas narrativas didáticas. In: ROCHA, H.; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M. de S. (org.). **Livros didáticos de História: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SILVA, M. A. A Fetichização do Livro Didático no Brasil. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n.3, p. 803-821, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n3/06.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. 8 ed. Paz e Terra, 1988.

_____. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SPOSITO, M. E. B. A Avaliação de Livros Didáticos no Brasil Por Que? In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Livros didáticos de Geografia e História: avaliação e pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p.15-25.

Assim na terra como no mar: as relações raciais ilustradas no *Bom Crioulo* de Adolfo Caminha (1895)

On earth as it is in sea: the racial relations illustrated in the *Bom Crioulo* of Adolfo Caminha (1895)

Vinicius Barbosa Lima

Graduado em História

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

vinibarbosa371@gmail.com

Recebido em: 01/08/2019

Aprovado em: 06/11/2019

Resumo: O presente texto tem por objetivo analisar as representações do sujeito negro na última década do século XIX por meio do romance *Bom Crioulo*, do autor naturalista Adolfo Caminha. Publicada originalmente em 1895, esta obra é considerada uma das mais representativas produções literárias do naturalismo brasileiro. Caminha, um escritor republicano e abolicionista, vivenciou a efervescência do republicanismo da chamada geração de 1870. A ideia de progresso civilizacional, sustentada pelo pensamento científico e atrelada à ânsia republicana, no entanto, gera uma contradição: de que maneira será possível assegurar a liberdade e igualdade a todos os homens, e ao mesmo tempo manter a população negra em sua posição subalterna? Este dilema, exposto com veemência pelo autor da obra aqui analisada, é o objeto de nossas indagações.

Palavras-Chave: Bom Crioulo; modernidade republicana; relações raciais.

Abstract: The present text aims to analyze the representations of the black subject in the last decade of the nineteenth century through the novel *Bom Crioulo*, by the naturalist author Adolfo Caminha. Originally published in 1895, this work is considered one of the most representative productions of the Brazilian literary naturalism. Caminha, a republican writer and abolitionist, experienced the effervescence of republicanism of the so-called 1870's generation. The idea of civilizational progress, sustained by scientific thought, and linked to republican eagerness, however, generates a contradiction: in what way will it be possible to ensure freedom and equality to all men, and at the same time keep the black population in their subaltern position? This dilemma, vehemently exposed by the author of the work here analyzed, is the object of our inquiries.

Keywords: Bom Crioulo; republican modernity; racial relations.

A intelectualidade a serviço da República

O cenário representado pela ausência do negro escravizado enquanto sujeito social foi sendo pintado gradualmente, desde o surgimento da campanha abolicionista, e culminou na abolição, em 1888. Sua concretização trouxe um novo horizonte às perspectivas de um projeto

nacional. Muito embora os discursos abolicionistas já se vissem inflamados há algumas décadas, trazendo uma série de preocupações à aristocracia escravista, a efetivação desta expectativa forçou a categoria pensante do país a traçar novas projeções nacionais. Nas palavras de Tereza de Mello,

Sob a égide do cientificismo, a *intelligentsia* nacional quis valer-se da razão como guia único e seguro da reconstrução do Estado e da sociedade pátrios, deles expurgando a tradição de hierarquias fundadas sobre o privilégio e a caduca união trono-altar, para fundá-los sobre a ciência, a propulsora eficaz do progresso (MELLO, 2007, p. 95).

O pensamento científico assume a vanguarda dessas tentativas de projeção. Lília Schwarcz, n' *O Espetáculo das Raças*, buscou mapear a circulação dessas ideias científicas entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX. Em relação ao desenvolvimento de um modelo de pensamento no Brasil, Schwarcz define da seguinte forma:

No caso brasileiro, a 'ciência' que chega ao país não é tanto uma ciência do tipo experimental, ou a sociologia de Durkheim ou Weber. O que aqui se consome são modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação[...]. Nos institutos, nos jornais, nos romances, era como uma sociedade científica e moderna que o Brasil de finais de século pretendia se auto-representar (SCHWARCZ, 1993, p. 30).

Aí vemos o espectro dos anseios modernizantes. Conforme explica Tereza de Mello (2009), em outro texto, “Nas décadas finais do Império, o vocábulo *república* expandiu seu campo semântico incorporando as ideias de liberdade, progresso, ciência, democracia, termos que apontavam, todos, para um futuro desejado” (2009, p. 16). A este fenômeno a autora chama de “modernidade republicana”, referindo-se a uma associação simbiótica, na mente de boa parte da intelectualidade brasileira, entre o progresso civilizacional e a instalação da República.

A explicação de Schwarcz acerca da tentativa de produção da autoimagem brasileira vai ao encontro da ideia de “modernidade republicana” de Tereza de Mello (2009), e ao sintetizarmos as percepções das duas autoras, podemos afirmar que este imaginário de cunho científico, ou pretensiosamente científico, constituía parcialmente o pano de fundo da atuação de uma parcela da classe letrada brasileira, e tinha lugar importante nos sistemas de representação do conjunto social. É importante ressaltar que compreendemos a contraposição entre as noções de “Império” e “República”, percebidas dentro da analogia que àquele momento se fazia ao sinonimizar estes termos a “atraso” e “progresso”, respectivamente, como um evento com desdobramentos em diversos campos da vida social, e emergindo de variadas formas nas relações políticas institucionais, nas práticas e hábitos da população, na construção argumentativa jornalística e em diversos outros

espaços. Aqui, o desdobramento sobre o qual nos debruçamos é o surgimento, na literatura, de projeções quanto ao futuro da nação. Cremos serem plausíveis as observações levantadas por Thomas Skidmore (2012) sobre a origem eminentemente política da utilização dos discursos raciais naquele cenário, relacionada às rupturas no interior do regime monárquico, sobretudo a partir da Guerra do Paraguai e da crescente presença de grupos positivistas, como na Escola do Recife, formada em torno de Tobias Barreto, e posteriormente no grupo reunido ao redor de Benjamin Constant.

No caso específico de Adolfo Caminha – embora não fosse exclusivo nisso – havia, juntamente à agenda política, uma predisposição “civilizatória” atuante no campo do social e do cultural, perceptível em diversos de seus escritos. Essa predisposição assume traços definíveis e distinguíveis das manifestações puramente antimonarquistas, embora derivados da pauta republicana mais geral. Numa outra ocasião, ao publicar uma compilação de alguns de seus textos críticos, ressaltava Caminha:

A nova geração continua a fazer litteratura por simples dilettantismo, sem ideal definido e civilizador, reproduzindo ás mais das vezes, em estylo pobre e defeituoso, autores estrangeiros, cujos livros têm, para nós indigenas desta zona americana, o valor inestimável de fabulosas pedrarias, ainda mesmo que nada valham na verdade.

Não se estuda, não se trabalha, não se lê quasi, vive-se da producção estrangeira, no meio de uma apathia e de unia indiferença lamentáveis. (CAMINHA, 1895, p. 4).

Caminha entendia o avanço da arte literária como condição essencial ao avanço da nação, como se vê. Neste mesmo texto, mais a frente, o autor fará referência elogiosa a José de Alencar e sua obra, expressando que junto com o autor “morria o romance brasileiro”, um comentário que não passa despercebido se considerarmos ter sido escrito por um naturalista convicto. Na visão de Adolfo Caminha, o romance brasileiro voltou a ter uma literatura digna com o início da carreira de Aluísio de Azevedo, que “não teve companheiro na sua audaciosa jornada” até as publicações de Ferreira Leal, Pardal Mallet e Raul Pompeia. A frustração do autor está pautada na incapacidade do país em desenvolver um espaço cultural sólido e robusto, o que seria um sinal de atraso. Não obstante os elogios percebidos a nomes que julga proeminentes, saltam mais aos olhos as críticas e censuras lançadas pelo autor. Nesse quesito Caminha foi audacioso, tendo, inclusive, tido dificuldade em firmar sua carreira como escritor dado o seu temperamento – Olavo Bilac, Rodolfo Teófilo, Antônio Salles e Artur de Azevedo foram alguns dos escritores que sentiram a pena ferina de Caminha, sem contar as memoráveis polêmicas com Valentim Magalhães –, conforme atesta

Leonardo Mendes (2012), que também evoca o fato de que a entrada constante de livros estrangeiros no Brasil dificultava a venda de livros nacionais, sendo possivelmente um dos motivos pelos quais Caminha, que possuía escassos recursos financeiros, preocupava-se em estabelecer um mercado editorial nacional com maior espaço para as obras produzidas em terras brasileiras. De qualquer maneira, podemos reconhecer no texto do autor a ideia de que a vida literária era essencial ao progresso civilizacional; é importante que acentuemos isto uma vez que partimos do pressuposto de que o *Bom Crioulo* foi escrito no seio deste desejo civilizatório – assim como todas as obras de Caminha, e qualquer dos temas nele contidos devem ser abordados a partir desta perspectiva. A situação descrita acima pode ser ilustrada por este outro trecho do mesmo texto citado anteriormente:

A grande causa do atrazo a que me vou referindo é a vadiagem litteraria, o amor á popularidade barata, a falta de escrupulo em tudo que respeita as letras; e a prova disto é que de todos os generos o menos cultivado no Brazil é o romance, justamente porque demanda mais esforço, mais concentração, mais estudo e mais critério, emquanto por outro lado abundam poetas e folhetinistas, com especialidade na zona fluminense, poetas e folhetinistas de uma mediocridade lamentável (CAMINHA, 1895, p. 7-8).

O naturalismo literário, sintoma da expansão da sociedade burguesa (NAZÁRIO, 2017), ganhou forma a partir dos posicionamentos do “mestre” francês Émile Zola, considerado o fundador desta escola e principal referência de Adolfo Caminha. Claude Bernard na sua *Introdução ao estudo da Medicina Experimental* de 1865, lançou as bases de uma tentativa de compreensão mecanicista do corpo humano da qual Zola se apropria a fim de conceder realismo à sua obra – e que aqui é citado apenas para suscitar a comparação que o próprio Zola estabelece, não desejamos aprofundar o debate em torno da obra de Claude Bernard ou qualquer outro cientista da época. Este literato estabeleceu um método de construção narrativa inspirado no método científico que vigia à época; para o naturalista, a qualidade da obra literária se obtinha pela capacidade do escritor em descrever com detalhes o objeto de sua criação estética, sendo o equilíbrio entre a descrição crua da realidade e o cuidado estético do texto a chave para o engrandecimento da literatura. Suas concepções foram reunidas no livro *O romance experimental*, originalmente publicado em 1880, hoje visto como um tipo de “manifesto” da literatura naturalista. Zola se coloca como um escritor-cientista, assume tomar para si a obra de Bernard como referência a tal ponto que declara que aquela pode ser lida como referência a ele mesmo, bastando trocar onde se lê “médico” por “romancista”. Tendo proposto Bernard, queixando-se que em sua época a medicina era em parte ainda vista como arte, que o método de observação detalhada utilizado em “corpos brutos” pela

Química e pela Física deveria ser também aplicado aos “corpos vivos” pela Medicina e pela Fisiologia, Zola o cita elogiosamente, e deixa claro seu objetivo, fazendo paralelo ao que Bernard tentava no campo das ciências médicas: “Vou tentar provar por minha vez que, se o método experimental conduz ao conhecimento da vida física, ele deve conduzir também ao conhecimento da vida passional e intelectual” (ZOLA, 1982, p. 26).

Era esta também a perspectiva que Caminha defendia e enaltecia em todas as oportunidades que tinha, tanto quanto ao próprio Zola:

Naturalista ou épico, fisiologista ou poeta, a grande questão é que Zola commove, Zola triumpho sobre o coração humano, toda a vez que nos surpreende com um livro novo, com um novo drama passional, com uma criação nova de seu gênio maravilhoso e excepcionalmente fecundo (CAMINHA, 1991, p. 23).

Eis aí os dois pressupostos básicos das análises que se seguem: o de que a escrita caminhiana pode ser entendida como um testemunho desejoso do progresso civilizacional para a nação – embora isto de forma alguma esgote o conteúdo de sua produção –, e de outra parte, a proximidade ideológica que a ficção de Caminha possui em relação ao naturalismo de Zola, de caráter tendenciosamente cientificizante.

Havia uma contradição inerente àquele movimento, complexa e difícil de lidar, encontrada nos discursos científicos que tanto inspiravam aos republicanos, e que, no seio do imperialismo europeu de fins do XIX, tendiam a considerar a população negra como patologicamente subalterna e deficiente: como construir um projeto nacional que explicita a importância da liberdade e do tratamento humano a todas as pessoas, inclusive à população negra, ao mesmo tempo em que reforça o discurso científico – fundamentalmente racista, pilar central dos anseios de modernização? (MISKOLCI, 2013).

Nação, Raça e Ficção

É esta contradição que aqui será explorada por meio do romance *Bom Crioulo*. Publicada originalmente em 1895, esta obra contém um dos enredos mais controversos entre as produções literárias do fim do século XIX no Brasil. Um negro escravizado, de nome Amaro, foge de sua fazenda na juventude e vê a ingressar na Marinha. Passados alguns anos o marinheiro conhece o grumete Aleixo, um adolescente branco por quem se apaixona e a quem passa a proteger no ambiente por vezes hostil dos navios. Posteriormente o jovem Aleixo é seduzido por Dona Carolina, uma senhora amiga de Amaro, dona de um quarto onde o negro e o grumete viveram

juntos por um certo período. Descobrimo a “traição”, Amaro, ensandecido pelo ciúme, assassina o jovem Aleixo com um corte no pescoço. Caminha nunca figurou entre os autores canônicos mais presentes nas análises historiográficas brasileiras, mas seu nome tem sido frequentemente evocado nas últimas décadas graças a uma série de releituras do *Bom Crioulo* por parte de grupos militantes, que exaltam o protagonismo de um trabalhador braçal negro homossexual.

A relação sexual e afetiva mantida pelos protagonistas é bastante instigante, sobretudo quando se nota que Adolfo Caminha tinha as polêmicas sexuais como um ponto central no projeto de sua obra, e elas estão evidenciadas também em seus dois outros romances: em *A Normalista* verifica-se uma relação entre enteada e padrasto, e em *Tentação* um caso de adultério. Mas nesse momento, é o lugar ocupado por Amaro enquanto sujeito negro que nos interessa. Adolfo Caminha, naturalista, republicano e abolicionista. Como isto se evidencia em seu romance?

A confluência de fatores como a explosão dos mercados gráficos, o clima de agitação política, o sentimento de “aceleração do tempo” (NEVES, 2003) e a dinamização dos espaços urbanos deu origem a uma volumosa e orgânica produção literária, em que diversos temas do mundo social eram frequentemente discutidos, como nos lembra Nicolau Sevcenko (2003), as produções literárias brasileiras daquela época estiveram “ligadas à epiderme da História”. Para esta análise do *Bom Crioulo*, temos em mente a perspectiva de Antônio Cândido sobre as etapas de produção da obra literária, “a) o artista, sob o impulso de uma necessidade interior, orienta-se segundo os padrões da sua época, b) escolhe certos temas, c) usa certas formas e d) a síntese resultante age sobre o meio” (CÂNDIDO, 2006, p. 31). Desta forma, entendemos que a criação do personagem Amaro não é aleatória ou meramente circunstancial, mas uma escolha consciente do autor, carregada de significado, atribuído tanto pela sintonia do enredo com um cenário social concreto, quanto pelo desejo e imaginação de Caminha; aquilo que Cândido chamou de “relação entre elementos internos e elementos externos à obra”, e Sevcenko de “intersecção entre o processo social e o processo criativo”. Desta forma, analisar *Bom Crioulo* é, em alguma medida, analisar a sociedade brasileira do século XIX. Nessa perspectiva, ainda partindo de Sevcenko, não estaremos errados em inferir que o “processo social” no qual Caminha estava inserido e que o leva a “escolher certos temas” também o conduz à ação fora do mundo literário, pois o clima de transformação que perpassava a sociedade brasileira impelia, ao engajamento social, cultural e político, ou melhor dizendo, “Era em grande parte uma literatura encampada por homens de ação, com predisposição para a liderança e a gerência político-social: engenheiros, militares, médicos,

políticos, diplomatas, publicistas” (SEVCENKO, 2003, p. 237). Adolfo Caminha foi oficial da Marinha e posteriormente servidor no Tesouro Nacional, tendo mantido também a atividade jornalística paralelamente a todos os serviços que prestou, de forma que o peso das palavras de Sevcenko assenta perfeitamente na experiência desta pesquisa. Assim, é necessário compreender a relação construída entre o Adolfo Caminha ficcionista e o papel social do negro naquele cenário social.

Devemos notar que há um elemento crucial na construção dessas ideias: seu desdobramento no espaço urbano. A modernidade republicana é indissociável da vida urbana. Isto parece se dever, *a priori*, por dois fatores; num primeiro momento, pela própria dinamização do espaço urbano, principalmente tendo em vista que estes locais “guardiões” das novas teorias eram característicos das grandes cidades, bem como o eram a criação de um espaço social propício às produções escritas de diversas naturezas (BEZERRA, 2009); o segundo motivo é o fato de o Rio de Janeiro ser o centro político do Brasil naquele momento, e ter sentido mais do que outras cidades a abolição (CARVALHO, 1985). A própria escrita de obras como o *Bom Crioulo* é testemunho disso quando percebemos a descrição de cenários especificamente relativos a um ambiente social urbano repleto de negros fora da condição de escravizados.

Nos atenhamos agora ao tema escolhido para aprofundamento nesta pesquisa. Há uma produção considerável sobre o pensamento racial circulante no Brasil naquele fim de século. Sabemos que, em geral, o espaço consagrado à circulação do pensamento científico consistia nos centros de formação superior,

da *frenologia* dos museus etnográficos, à leitura fiel dos *germânicos* na Escola do Recife, passando pela análise liberal da Escola de Direito Paulista, ou pela interpretação “*católico-evolucionista*” dos institutos, para se chegar aos modelos “*eugênicos*” das faculdades de medicina [...]” (SCHWARCZ, 1993, p. 19).

A perspectiva pretensiosamente científica sobre a qual Caminha desenvolveu o *Bom Crioulo* era devedora deste “pensamento racial”, isto é, do conjunto – não necessariamente uníssono – de produções científicas brasileiras e estrangeiras que, de alguma forma, justificavam a estrutura de dominação que vigia antes dela. O que se entendia e pregava é que ter uma população saudável era uma condição para o avanço da nação. A medicina social havia dado o pontapé inicial deste processo no Brasil na primeira metade do século XIX recomendando medidas de cunho higienista para garantir a segurança das famílias elites, e neste movimento, “a enfermidade nacional que o pensamento social brasileiro mais diagnosticou foi uma que conectava a saúde individual ao bem-

estar nacional: a degeneração” (BORGES, 2005, p. 44). Conforme Dain Borges também explica, “A degeneração, ainda que jamais distante da cor no Brasil, era mais do que ela. Era uma psiquiatria do caráter, uma ciência da identidade e uma psicologia social” (2005, p. 44). As teorias racialistas encontraram no diplomata francês Arthur de Gobineau um solícito organizador e intérprete por meio de seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* de 1855, obra que denunciava um futuro sombrio para o homem, causado pela degenerescência física e mental trazida pelo cruzamento das raças superiores com as inferiores, e que daria base a diversas concepções e propostas de melhoramento da raça (SOUSA, 2013).

Nos atenhamos a um exemplo contemporâneo a Caminha: a obra *Attentados ao pudor* de Francisco José Viveiros de Castro. Como pudemos perceber, havia uma indissociabilidade entre a ideia de progresso civilizacional e o disciplinamento dos corpos. Francisco Viveiros de Castro tinha algo a dizer sobre isto ao citar a fala de uma “escriptora illustre” durante um congresso de “anthropologia criminal”, segundo a qual “as épocas de mestiçagem são as mais fecundas na criminalidade e na corrupção dos costumes, porque os mestiços, a par de uma intelligencia largamente desenvolvida, são baldos de senso moral e propensos á lubricidade”, e com a qual ele parece concordar (CASTRO, 1934, p. 7). Identificamos nessas palavras um termo central para compreender as teorias raciais: *mestiço*. “[...] a mestiçagem existente no Brasil não só era descrita como adjetivada, constituindo uma posta para explicar o atraso, ou uma possível inviabilidade da nação”. (SCHWARCZ, 1993, p. 13). Retomando a ideia do cientificismo como propulsor do avanço civilizacional, concluímos este pensamento tomando por certa a proposição de que o projeto de nação passava pela expectativa de melhoramento biológico da população brasileira, ou como muito didaticamente colocou Borges, “[...] a analogia entre a nação e um organismo e a metáfora da nação como um homem doente invadiram o pensamento de fins do século XIX”. (BORGES, 2005, p. 46). Viveiros de Castro também traz à tona a mentalidade teleológica que utiliza a ciência como instrumento de promoção da civilização, de forma que, sem ela, nenhuma sociedade pode alcançar um patamar digno: “Depois, para a sciencia na região em que ella se eleva, não ha assumpto immoral. Seu fim é a investigação da verdade e é d'essa investigação que resultam a dissipação dos erros que obscurecem a intelligencia, o aperfeiçoamento moral da espécie” (CASTRO, 1934, p. 9). Fato interessante é que Viveiros de Castro mantinha contato com Adolfo Caminha, embora não se possa especificar a extensão da relação. Sendo *Attentados ao pudor* um livro que versa sobre as “perversões sexuais”, no capítulo XVII, que trata sobre “os pederastas”, Viveiros de Castro menciona que “o prometedor romancista nacional” escritor d’*A Normalista* havia lhe

contado que estava escrevendo um livro sobre “a inversão” num caso que se passava a bordo de um navio de guerra, referindo-se ao *Bom Crioulo*. Embora a obra de Viveiros de Castro tenha como ponto central os comportamentos sexuais, verifica-se nela um discurso disciplinador semelhante àquele exposto pelo pensamento racial de que Caminha era adepto.

Neste momento, precisamos fazer algumas elucidações. Os tipos sociais de negros não-escravizados estavam se multiplicando, devido à dinamização e fluidez da própria sociedade escravista, que permitia a negros fugidos de fazendas ou alforriados se inserirem de diversas formas no meio social (CHALHOUB, 1990). Amaro, nosso protagonista, não é outra coisa que não um negro escravizado, que fugiu de sua fazenda em busca de alguma liberdade, e acabou como um praça da Armada Imperial. Há um aspecto temporal a ser considerado: se por um lado o imaginário em torno das perversões sexuais não está balizado de forma definitiva por nenhum marco específico, sendo fruto e elemento mais das relações de poder do que propriamente de fenômenos sociais bem delineados, na questão racial a abolição e a proclamação da república representam marcos cronológicos impossíveis de ignorar.

Um autoproclamado republicano e abolicionista como Adolfo Caminha, que passou a maior parte da vida sob o julgo do império e por alguns breves anos no regime republicano – considerando que Caminha faleceu em 1897 –, o que teria a dizer sobre os negros na sociedade carioca? Ou sobre os tratos para com os marinheiros embarcados? Estas perguntas seriam tanto mais fáceis de responder se Caminha materializasse um tempo histórico concomitante com o seu, fosse durante o império escravista, fosse já na vigência da república. Mas o fato de escrever o livro após a abolição e após a proclamação referindo-se a uma realidade encenada ainda no segundo reinado nos traz um questionamento: como a vivência no ambiente republicano influenciou a visão de Caminha sobre seu contexto social, marcado ainda por elementos do regime que havia sido deposto em 1889, e que ao mesmo tempo parecia nunca estar apto à efetivação do ideário republicano? Ao refletir sobre a realidade social do negro no pós-abolição, Célia de Azevedo diz:

A grande questão poderia ser traduzida assim: o que fazer com o negro após a ruptura da polaridade senhor-escravo, presente em todas as dimensões da sociedade? Sim, porque é bom lembrar, mesmo os negros que já viviam em liberdade durante a escravidão, e que no século passado chegaram a ultrapassar o número de escravos, estavam sujeitos a numerosas restrições legais ou simplesmente impregnadas nos costumes de uma sociedade dominada por uma diminuta elite branca. (AZEVEDO, 1987, p. 33).

O objetivo do trabalho desta pesquisadora era reconhecer os elementos envolvidos na construção do que chamou de “medo branco”, isto é, uma incerteza vivenciada por parte da elite aristocrática e burguesa brasileira sobre o futuro de sua rentabilidade, uma vez perdida a mão de obra negra, que era, ainda por cima, mal preparada para lidar com os regimes de trabalho que se impunham a um país ingressante numa economia capitalista, haja vista que o trabalho nas fazendas teria tornado a população negra recém liberta inábil, entre outras coisas, à divisão de trabalho, tornando assim o imigrantismo europeu uma solução “natural” a tal problema.

Sem dúvida, esta questão não diz respeito diretamente à nossa pesquisa, mas a citação acima levantada contém elementos que ajudam na compreensão de alguns aspectos do espaço representado por Caminha em seu romance, em especial na percepção das relações de poder vivenciadas a bordo da corveta e em menor grau nas vias urbanas do Rio de Janeiro. Essa citação de Azevedo constitui um significativo passo em direção ao descortino do papel de Amaro naquele mundo desigual, considerando que ele, caso fosse um personagem da vida real, não seria outra coisa que não um desses negros livres antes da abolição. É possível supor – à despeito de não acrescentar-se a tal suposição nenhum dado comprobatório – que após a abolição a quantidade de marinheiros negros tenha aumentado substancialmente. Além de Amaro, diversos outros marinheiros negros ou de pele escura são descritos na narrativa de Caminha; tal fato é significativo não no sentido de perceber seguimentos de normas sociais no espaço da Armada, mas em compreender a integração do negro – fugido ou liberto – naquele espaço, considerando que isto cria um novo tipo social – afinal, o negro atuante na Armada não era o mesmo negro que trabalhava como operário de obras, por exemplo – e institui um cotidiano que é ao mesmo tempo singular aos navios, e representativo do contexto social mais geral.

O mar e o negro

Adolfo Caminha era oficial da Marinha, e, certamente, presenciou diversas vezes cenas homólogas às que descreve em seu livro. Que proposta melhor caberia a um discípulo de Émile Zola, para quem a verdade na Arte se encontra justamente na observação metódica da realidade, com fins de descrevê-la? Os navios foram para Caminha um rico laboratório de observação e de experimentação. Quando iniciou sua trajetória na Marinha, é provável que não tivesse ainda a voracidade pelos detalhes característica dos naturalistas, de forma que o interesse por tais questões se deu não tanto pelos olhos do escritor – ao menos do escritor polêmico que viria a se tornar, não ignorando o fato de que desde a adolescência já se punha o jovem Adolfo a publicar aqui e ali

alguns textos e poemas –, antes é provável que pela curiosidade instigante que proporcionava ao jovem oficial o convívio com tais práticas nos navios. Sob este ponto de vista, o *Bom Crioulo* assume, até certo ponto, um caráter testemunhal.

A fuga de Amaro da fazenda em que trabalhava não era fenômeno dos mais incomuns, assim como não o era a entrada de negros fugidos na Armada. O historiador Álvaro do Nascimento analisou diversos casos de negros outrora escravizados que se refugiaram na Marinha, e buscou compreender as consequências disto, bem como os efeitos na vida social da cidade. O autor explica que a entrada na Marinha era uma forma eficiente de “sair de circulação”, já que, uma vez convocado para assentar praça numa embarcação, o marinheiro poderia ser enviado a qualquer parte do território marítimo nacional, e até para viagens em águas internacionais, embora houvesse sempre a chance de ser reconhecido, detido, e “devolvido” ao seu “dono”.

E havia diversas outras situações possíveis, por vezes chegando a Marinha a pagar um tipo de indenização ao proprietário para permanecer com o escravo em seus quadros, bem como requerer do dono como condição de restituição o valor pago em soldo ao escravo pelo tempo que esteve na Armada. A ação dos respectivos donos, uma vez desaparecido o “escravo”, precisaria ser rápida, uma vez que os trâmites burocráticos se complicavam consideravelmente se o cativo já estivesse alistado, haja vista que a Armada não fazia nenhum esforço em facilitar a devolução dos negros, ou como sintetizou este mesmo autor, tentando dar voz ao pensamento de um oficial, “Ora, se o senhor não ‘policiava’ seus escravos e ‘permitia’ que fugissem e se apresentassem voluntariamente, o problema não era do governo.” (NASCIMENTO, 2002, p. 96).

Havia, portanto, um “chão” social bastante real na situação de Amaro. Mas como funcionava a convivência no mar? Álvaro Nascimento reconhecia, em outra ocasião, a influência do pensamento racial dentro da própria Marinha, e o faz através da figura de José Eduardo Macedo Soares, um intelectual e político que atuou no início do século XX, que foi responsável pelo primeiro levantamento estatístico sobre a composição racial na Marinha de Guerra, chegando à conclusão de que 50% das guarnições eram de negros, estes ocupavam, sempre, as maiores parcelas das camadas inferiores da hierarquia militar. Este Macedo Soares escreveu, por volta de 1911, o livro *Política versus Marinha*, que versava sobre a então recém ocorrida revolta de 1910 e era, na análise de Álvaro do Nascimento, uma tentativa intencional do autor em responder a um questionamento crucial: por que, em pleno regime republicano, se conservavam, no interior da

Armada, costumes que eram típicos da sociedade escravista? A resposta do próprio Macedo é bastante incisiva:

A oficialidade da Marinha sempre foi, ao menos, uma das partes mais escolhidas da alta sociedade do Brasil; por que ela merecerá menos crédito quando afirma a imprescindível necessidade do castigo do que indignos políticos que advogam os próprios inconscientes interesses explorando uma falsa piedade pelo negro boçal que mata e rouba? Modificai a situação das guarnições: é o dever da política que legisla e do governo e depois daí largas ao humanitarismo. Enquanto a guarnição for o esgoto da sociedade, a disciplina, a ordem e a segurança têm os seus direitos e a chibata o seu lugar. (SOARES, 1911, *apud* NASCIMENTO, 2000, p. 63).

Para além dessa simbiose entre a ideia de inferioridade dos homens de cor e a indisciplina, essas palavras nos permitem pensar essas relações raciais dentro da própria Marinha. E tais relações eram, na verdade, não tão estranhas quando comparadas ao que se viu durante a vigência da escravidão. A república pode ter trago algum ideal de igualdade e humanidade na população em geral, mas os navios permaneciam como um microcosmo de subsistência das relações escravocratas.

Estamos, portanto, autorizados, até certo ponto, a compreender as relações de poder que Caminha descreveu, sobretudo no primeiro capítulo do *Bom Crioulo*, como reflexos dessa vida social característica da escravidão que a antecedeu. E diferentemente de outros dos nossos questionamentos, podemos afirmar sem receios que Adolfo Caminha estava bastante atento a esta questão. Já nas primeiras páginas de seu romance, narra o momento em que o tenente manda vir a corneta, trazida por um praça, descrito como “a figura exótica de um marinheiro negro, d’olhos muito brancos, lábios enormemente grossos, abrindo-se num vago sorriso idiota, e em cuja fisionomia acentuavam-se linhas características de estupidez e subserviência” (CAMINHA, 1991, p. 24). Logo em seguida, mostra como um oficial encarregado da disciplina preparava a tripulação para um momento solene,

[...] cabrocha pedante, muito cheio de si e de seus galões reluzentes, ia enfileirando a marinagem por alturas, num exagero metódico de instrutor de colégio, arredando uns para colocar outros, advertindo estes porque não tinham a camisa abotoada e aqueles porque não tinham fita no boné, ameaçando est’outro de levá-lo à presença de seu tenente porque recusava-se a perfilar... (CAMINHA, 1991, p. 24).

Descrevendo o momento que antecede ao castigo de chibata aplicado em marinheiros que haviam cometido faltas, Caminha narra:

O comandante, depois de um breve discurso em que as palavras disciplina e ordem repetiam-se, fez um sinalzinho com a cabeça e logo o oficial imediato, um

louro, de bigode, começou a leitura do Código na parte relativa a castigos corporais.

A marinagem, analfabeta e rude, ouvia silenciosa, com um vago respeito no olhar, aquele repisado capítulo do livro disciplinar, em pé, à luz dura e mordente do meio dia, enquanto o oficial do quarto, gozando a sombra reparadora de um largo toldo estendido sobre sua cabeça, ia e vinha, de um bordo a outro bordo, sem se preocupar com o resto da humanidade. (CAMINHA, 1991, p. 27)

As figuras de autoridade, com seu ar pomposo, vindos das classes “superiores” da sociedade carioca; e os marinheiros de baixo escalão, sem formação e sem inteligência, quase todos homens de cor, se pudermos confiar em Macedo Soares. E isso não veio sem uma contribuição das próprias instituições coercitivas, haja vista que os negros vadios e vagabundos vistos vagando nas ruas da cidade eram frequentemente levados e forçados ao alistamento (NASCIMENTO, 2000, p. 67).

Ao descrever o comportamento animalesco do guardião Agostinho, aquele que aplicava os castigos, Caminha atribui a ele, como não poderia deixar de ser, um alto grau de sadismo:

Ele ali se achava também, no seu posto, à espera de um sinal para descarregar a chibata, implacavelmente, sobre a vítima. Sentia um prazer especial naquilo, que diabo! cada qual tem a sua mania...

Vinte e cinco... ordenou o comandante.

Tira a camisa? quis logo saber Agostinho radiante, cheio de satisfação, vergando o junco para experimentar-lhe a flexibilidade.

Não, não: com a camisa...

E solto agora dos machos, triste e resignado, Herculano sentiu sobre o dorso a força brutal do primeiro golpe, enquanto uma voz cantava, sonolenta e a arrastada: Uma!... e sucessivamente: duas!... três!... vinte e cinco! (CAMINHA, 1991, p. 27-28).

Mario Maestri faz uma análise bastante apurada sobre as viabilidades legais do castigo de chibata na Armada, lembrando que os castigos corporais haviam sido expurgados logo nos primeiros dias após a proclamação, só para serem reconduzidos ao status de legalidade seis meses depois, por um decreto de abril de 1890. Embora o texto do decreto trouxesse um limite de 25 chibatadas por dia, muitos marinheiros eram sentenciados a um suplício substancialmente maior, a exemplo do próprio Amaro, ordenado como foi em receber cento e cinquenta chibatadas; o comandante poderia controlar esses números dentro de sua vontade. Nas palavras de Maestri, “Se ele era de forte constituição e destemido, o oficial prosseguia o castigo até que gritasse derreado pela dor ou desmaiasse. O fundamental era vergar e humilhar o marinheiro castigado” (MAESTRI, 2014, p. 42). De fato, a aproximação entre esta proposição de Maestri e a descrição do suplício sofrido pelos marinheiros da corveta é assustadora, quando num primeiro momento Caminha

descreve o pensamento do Comandante: “Corja! regougou o comandante brandindo a luva. Não se compenetraram de seus deveres, não respeitam a autoridade! Hei de ensiná-los: ou aprendem ou racho-os!” (CAMINHA, 1991, p. 27) e logo depois, ao descrever o castigo de Amaro; passagem que, apesar de um pouco extensa, valerá a leitura:

A chibata não lhe fazia mossa; tinha costas de ferro para resistir como um Hércules ao pulso do guardião Agostinho. Já nem se lembrava do número das vezes que apanhara de chibata...

Uma! cantou a mesma voz. Duas!... três!...

Bom-Crioulo tinha despido a camisa de algodão, e, nu da cintura para cima, numa riquíssima exibição de músculos, os seios muito salientes, as espáduas negras reluzentes, um sulco profundo e liso dalto a baixo no dorso, nem sequer gemia, como se estivesse a receber o mais leve dos castigos.

Entretanto, já iam cinqüenta chibatadas! Ninguém lhe ouvira um gemido, nem percebera uma contorção, um gesto qualquer de dor. Viam-se unicamente naquele costão negro as marcas do junco, umas sobre as outras, entrecruzando-se como uma grande teia de aranha, roxas e latejantes, cortando a pele em todos os sentidos.

De repente, porém, Bom-Crioulo teve um estremecimento e soergueu um braço: a chibata vibrara em cheio sobre os rins, empolgando o baixo-ventre. Fora um golpe medonho, arremessado com uma força extraordinária.

Por sua vez Agostinho estremeceu, mas estremeceu de gozo ao ver, afinal, triunfar a rijeza de seu pulso.

Marinheiros e oficiais, num silêncio concentrado, alongavam o olhar, cheios de interesse, a cada golpe.

Cento e cinqüenta!

Só então houve quem visse um ponto vermelho, uma gota rubra deslizar no espinhaço negro do marinheiro e logo este ponto vermelho se transformar numa fita de sangue (CAMINHA, 1991, p. 29-30).

Não passará despercebido a uma leitura atenta o paradoxo existente neste mesmo trecho quando, apesar de fazer parte do grupo que via uma aproximação entre a degeneração da raça e o atraso civilizacional brasileiro, Adolfo Caminha faz uma descrição elogiosa do físico do negro Amaro, ao mesmo tempo em que o degreda em outros momentos; instrumento narrativo este que não é mais do que uma tentativa de enaltecimento do elemento negro na constituição da identidade nacional, questão que já foi levantada acima.

Dessa forma podemos perceber o lugar que a obra de Caminha ocupa. Adolfo era atormentado pelo fato de nunca conseguir enxergar no seu meio social a concretização de seus anseios mais “nobres”, que incluíam os ideais de liberdade e progresso. Progresso que dependeria da subjugação das raças inferiores, negando a elas a liberdade que seria necessária para o alcance daquele mesmo progresso.

Considerações finais

Seguindo uma lógica exposta por Arnold Hauser, segundo quem a “modernidade artística” inicia-se na Europa na década de 1830, Eduardo Bezerra observa que o paralelo disso no Brasil se daria apenas na década de 1870, quando começam várias das efervescências que vão, em grande parte, caracterizar a vida cultural brasileira embalada pelos emblemas do avanço e do progresso. Seguindo esta lógica, diz Bezerra, “Adolfo Caminha não seria um autor do final do século XIX, mas um autor do seu ‘início’” (BEZERRA, 2009, p. 16).

As elites intelectuais e políticas atuantes próximas ao momento da virada de século colocavam no povo da nação o grande motivo de o Brasil permanecer, em plena época de modernização na Europa, um país atrasado; o mesmo povo a quem deveriam convencer de que a república seria, sim, bastante vantajosa – ou simplesmente eliminar certas parcelas opositoras da ideia, à exemplo do que viria a acontecer em Canudos.

De um país altamente miscigenado, mestiço, na periferia do imperialismo europeu, viria então o espectro da proposta de construir a identidade nacional, assentada na própria ideia de um povo “misturado”, ao mesmo tempo em que a categoria de intelectuais precisava dar conta da resposta aos fenômenos que se viam emergir desse novo contexto paradoxalmente estável e conflituoso. E é na brecha deste paradoxo que poderemos encontrar – ao menos um dos caminhos – para compreender a obra de Caminha: entre tantas outras caracterizações e compreensões possíveis, nos parece que o *Bom Crioulo* faz parte deste conjunto de representações que apresenta um mundo ao mesmo tempo estável – ou, no caso do Brasil, em processo de estabilização, entenda-se, de firme consolidação da República – e as rupturas e dissidências que nela emergiam.

Dissidências estas que não seriam possíveis em nenhum outro contexto histórico. Considerando o posicionamento de forças, instituições, sujeitos e práticas necessárias para que um cenário determinado se componha: não seria possível falar em discurso disciplinador das ciências médicas com ampla atuação no meio social, antes da formação da medicina enquanto disciplina ou campo de saber consolidado; ou da ideia de degeneração da civilização pela miscigenação antes do surgimento dos estudos de raça. Da mesma forma, seria impossível que Adolfo Caminha representasse castigos de chibata ocorridos dentro dos navios se a república não os tivesse reinstituído, ou que se propusesse a expor os escandalosos casos de pederastia na Armada sob o julgo das teorias patologizantes antes que emergissem os estudos psiquiátricos a que ele mesmo faz referência.

Ao passo em que o mundo europeu iniciava sua virada modernizante na arte no início do século XIX, o Brasil o faria próximo de seu fim, mas não houve modernização que desse jeito aos mesmos entraves que há décadas se discutia; o negro continuava empantando o progresso e seguiam os distúrbios na mente dos homens e das mulheres que pervertiam a sociedade. A literatura naturalista constituiu um dos principais espaços de tentativa de projeção de um futuro possível; no caso do *Bom Crioulo*, um futuro em que eram indesejáveis os castigos corporais, mas tampouco eram desejáveis os traços negróides na cultura brasileira, futuro no qual se intencionava uma sociedade livre das perversões de todas as formas, havendo, no entanto, um país incompetente em combatê-las adequadamente.

Referências Bibliográficas:

- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites — século XIX.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- BEZERRA, Carlos Eduardo de Oliveira. **Adolfo Caminha: um polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885-1897).** Editora UNESP, 2009.
- BORGES, Dain. “Inchado, feio, preguiçoso e inerte”: a degeneração no pensamento social brasileiro, 1880-1940. **Teoria & Pesquisa**, Brasília, n. 47, p.44-70, dez. 2005.
- CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade.** 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. O Rio de Janeiro e a República. **Revista brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 5. p. 117-138, abr. 1985.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MAESTRI, Mario. **Cisnes Negros: 1910: a revolta dos marinheiros contra a chibata.** Porto Alegre: Editora Fcm, 2014.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. **Tempo**, Niterói, v. 13, n. 26, p.15-31, jun. 2009
- _____. **A República Consentida: Cultura democrática e científica do final do Império.** Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2007.
- MENDES, Leonardo. O crítico Adolfo Caminha e as batalhas pelo reconhecimento literário. **Revista FronteiraZ**, São Paulo, n. 8, julho de 2012.
- MISKOLCI, Richard. **O desejo da Nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX.** São Paulo, Annablume, 2013.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra.** **Estudos Afro-asiáticos**, [s.l.], n. 38, p.85-112, dez. 2000.
- _____. **Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910.** 2002. 260 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002

NAZÁRIO, Luiz. Quadro histórico do período naturalista. In: GUINSBURG, Jacob; FARIA, Roberto. **O Naturalismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

NEVES, Margarida de Souza.. Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: Lucília Almeida Neves; Jorge Luís Ferreira. (Org.). **Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 13-44

SCHWARCZ, Lília. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p.21-34, jun. 2013.

Fontes:

CAMINHA, Adolfo. **Cartas litterárias**. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1895.

CAMINHA, Adolfo. **Bom Crioulo**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1991.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Attentados ao Pudor**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1934.

ZOLA, Émile. **O Romance Experimental**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

De onde eu venho, qual o meu passado e o que eu quero para o meu futuro? Memórias e identidades de Luíza Erundina de Sousa (1934 -)¹

Where do I come from, what is my past and what do I want for my future? Memories and Identities of Luiza Erundina de Sousa (1934 -)

Roger Camacho Barrero Junior

Doutorando em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

r.cb.j@hotmail.com

Recebido em: 26/10/2019

Aprovado em: 21/12/2019

Resumo: Memória e Identidade são conceitos que em geral andam juntos. Ao se perceber como mulher, trabalhadora, migrante e militante política, o sujeito articula suas vivências por meio daquilo que lembra (e de como lembra). Nesse sentido, a manutenção de práticas também é decorrente desse processo de articulação, mas num âmbito coletivo. Se afirmando como alguém pertencente a um grupo, a pessoa pode retomar aquilo que lhe foi transmitido pela família, amigos e vizinhos para se diferenciar de seu entorno e se inserir em outros espaços. Os olhares externos são igualmente formadores de pertencimentos. Na medida em que o indivíduo é reconhecido como o outro, ele pode reforçar sua origem, performando hábitos que considera próprios do local (ou grupo) de onde veio. Esse artigo é uma versão corrigida de um texto apresentado no Trigesimo Simpósio Nacional de História, no ano de 2019. Seu objetivo é analisar como Luíza Erundina de Sousa (1934 -) articula suas experiências de gênero, classe e origem para se compreender como uma mulher, migrante, trabalhadora e militante.

Palavras-chave: Trajetórias de Vida; Gênero; Memória.

Abstract: Memory and Identity are concepts that are often put together. When a person realizes herself as a woman, worker, migrant or political militant, she articulates her experiences through memories (and how she remembers it). In this sense, the maintenance of practices is also due to this articulated process, but in a collective sphere. Asserting oneself as part of a group, people can remember things that were transmitted by family, friends and neighbors to differentiate themselves from their surroundings and insert themselves into other places. The external views are also formers of identities. As one is recognized as another, people reinforce their origins,

¹ Este texto é uma versão resumida da seção *Migrar, trabalhar e estudar. Sempre! Luíza Erundina de Sousa*, a qual pertence ao primeiro capítulo de minha tese de doutorado (ainda em construção). Ele também é uma correção do texto *Quem sou eu? Nordestina, mulher, trabalhadora e militante: identidades e escritas de si nas memórias de Luíza Erundina de Sousa (1934 -)* apresentado no 30º Encontro Nacional da ANPUH (Recife, 2019). Esta pesquisa é orientada pelo professor doutor Benito Bisso Schmidt e é financiada pela CAPES.

performing habits considered as particular of places (or groups) from where they came. This article is a corrected version of a text presented at the 30th National Symposium of History, in 2019. Its aim is to analyze how Luíza Erundina de Sousa (1934 -) articulates her experiences of gender, class and origins to understand herself as a woman, migrant, worker and militant.

Keywords: Life Trajectories; Gender; Memory.

Introdução

Luíza Erundina de Sousa nasceu na cidade de Uiraúna (PB) no dia 30 de novembro de 1934. Filha de dois trabalhadores (Antônio Evangelista de Sousa e Enedina de Sousa Carvalho), é uma dentre os dez filhos do casal. Migrou mais de uma vez quando era criança devido à seca e morou com sua tia, Lindarosa, vindo a concluir o colegial e trabalhar como vendedora. Anos depois, foi professora e trouxe parte de sua família para morar consigo em Campina Grande (PB), permanecendo ali até 1964 (quando seu pai faleceu). Mudou-se para João Pessoa (PB) e transferiu-se da Escola de Serviço Social de Campina Grande para a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Defendeu sua dissertação de mestrado na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP) no ano de 1969. Retornou ao seu estado no ano seguinte, mas devido a ameaças políticas optou por voltar à capital paulista no ano de 1971. Reinstalada na cidade, ela se tornou funcionária pública municipal, em 1973, e conseguiu um emprego como professora nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) (1973-1982). Posteriormente foi eleita presidenta da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP), cargo que ocupou entre 1978 e 1981, e participou da greve dos servidores municipais de 1979.

Luíza filiou-se ao PT em 1980 e foi eleita vereadora em 1982, deputada estadual em 1986 e Prefeita de São Paulo em 1988. Ainda foi nomeada pelo Presidente Itamar Franco² como Ministra da Administração Pública Federal, em 1993, e concorreu ao Senado em 1994. Tentou voltar ao cargo de prefeita em 1996, 2000 e 2016, mas não conseguiu. Em 1998 desligou-se do PT e filiou-se ao PSB. Nesse ano, ela se tornou deputada federal e reelegeu-se consecutivamente em 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018. Nesse ínterim, ela saiu do PSB e ingressou no PSOL (2016). Contudo, nosso objetivo aqui não é realizar uma narrativa detalhada da vida dessa mulher tão conhecida no tempo presente, mas analisar suas memórias e como ela articula suas experiências de gênero, classe e origem para construir sua autoimagem, o que nos faz refletir, por meio de um

² Itamar Franco (1930 – 2011) foi Presidente da República entre 1992 e 1995. Era vice na chapa de Fernando Collor de Mello, mas após o impeachment deste, assumiu o posto. Seu ministério era composto por sujeitos oriundos de diferentes partidos. O aceite de Luíza para o cargo gerou atritos entre ela e a liderança do PT.

caso específico, sobre a atuação política de outras mulheres da segunda metade do século XX. Após tais considerações, voltemo-nos para autoras(es) e conceitos que norteiam este artigo para, em seguida, partirmos para a análise propriamente dita.

Ao tratarem da memória, Alistair Thomson (1997) e Michael Pollak (1989; 1992) nos fornecem uma gama conceitual pertinente para as nossas reflexões. O primeiro diz que uma pessoa compõe sua memória na medida em que entra em contato com lembranças de pessoas com vivências semelhantes às suas, reconhecendo-se nelas e reformulando, conseqüentemente, suas próprias recordações e identidades. Michael Pollak (1989) diz que a memória é enquadrada com base em uma seleção de fatos e/ou traços para atender a interesses e necessidades individuais ou coletivas e assim construir e preservar imagens sobre um fato ou período. Esta análise ajuda-nos, inclusive, para pensar as fontes (orais e relatos escritos) utilizadas neste artigo. O autor também mostra que a memória pode se solidificar e que esta pode revelar que fatos se tornaram essenciais na construção de identidades pessoais e coletivas (POLLAK, 1992).

Como o assunto envolve a História Oral, devemos apontar para os estudos que norteiam nossas análises. Primeiramente, citamos Alessandro Portelli (1997), o qual alerta para o fato de que essas fontes são diferentes de outros documentos por serem construídas pela oralidade e pela relação entre quem narra e quem entrevista. Cléria Botelho da Costa (2014) e Janaína Amado (1996) mostram que as referências com as quais uma pessoa teve contato em sua vida moldam a sua narrativa, interferindo na maneira como constroem seus pontos de vista e visões de mundo.

A memória também é o material para a gestação das escritas de si. De acordo com Angela de Castro Gomes (2004), os sujeitos não são uma reprodução fiel daquilo que narram e muito menos um resultado das reflexões que surgem desse exercício, o que nos ajuda a entender que devemos ter o cuidado de separar experiência e lembrança. No caso deste artigo, a ideia é nos debruçarmos sobre as memórias e as identidades de Luíza, as quais seriam fruto daquilo que a assistente social viveu em diferentes momentos de sua vida e das diversas temporalidades presentes no processo de sua reformulação.

No que tange as relações entre indivíduo e sociedade, Pierre Bourdieu (2009) escreve sobre os “campos”, os quais seriam construídos a partir de trocas simbólicas (e não apenas das relações objetivas entre os indivíduos). Cada campo criaria regras próprias e moldaria suas hierarquias a partir de capitais, os quais teriam utilidade em certos espaços, mas não em outros (como a academia, a política ou a religião). Contudo, os campos não são totalmente autônomos,

mas sofrem a interferência de outros. Bourdieu (2015) também alerta para o risco de naturalizarmos o que ele chama de *ilusão biográfica*. Ele escreve que as pessoas partem de uma noção essencialista de suas vidas para lhe dar um sentido e poder assim compreender a si mesmo. Sendo assim, expressões como “desde que nasci” ou “desde sempre” dariam uma sensação de homogeneidade para uma trajetória, o que deve ser lido com cautela por quem estuda uma vida. Outro autor, Gilberto Velho (1999), mostra que os sujeitos constroem projetos para alcançar determinados fins, mas que eles são limitados a um campo de possibilidades delimitado social e temporalmente. De acordo com o antropólogo, as pessoas ainda metamorfoseiam seus planos na medida em que tomam contato com outros sujeitos e situações, mostrando-nos que os indivíduos não podem ser entendidos como entes apartados do seu entorno social.

Por fim, tratamos de gênero e citamos Joan Scott (1991). De acordo com a autora, as relações binárias de gênero não dão conta de explicar a diversidade de experiências presentes entre homens e mulheres, pois existem diferentes masculinidades e feminilidades. Nesse sentido, uma mulher que é mãe e casada seria vista de uma maneira diferente de uma outra solteira e sem filhos. Tais representações geram hierarquias sociais e conseqüentemente barreiras ou aberturas para os projetos dessas pessoas. Lia Vainer Schucman (2012) mostra como as diferentes posições de branquitude são construídas, dentre outras questões, pelo gênero, pela estética e pela classe. Partindo dessas ideias, seriam delegadas certas características às mulheres brancas (como um fenótipo europeu e um capital econômico expressivo) e aquelas que não atendessem a esse padrão estético e econômico teriam menos possibilidades de inserção social.

Luíza: Uma mulher, sua escrita de si e seus campos de possibilidades

Sou migrante. Esta é a trajetória de minha vida. Minhas raízes estão arraigadas na terra seca do Nordeste brasileiro, no Estado da Paraíba, na cidadezinha de Uiraúna, onde nasci. Desde pequena, com toda a família, vivenciei a experiência dos retirantes que fogem do flagelo da seca, ainda endêmico na região. A primeira vez foi em 1942, quando minha família emigrou de Uiraúna para Crato, no Ceará (...). Os homens, meu pai à frente, andavam a pé, assim como minha mãe. Nós, as crianças, na sela dos burros em meio às malas. De noite tinha medo do escuro e também do passo muito lento de nossa caravana. De dia, padecia de calor e de sede, mas não chorava: aos oito anos de idade já sabia que não adiantava chorar (...). Lembro-me de que aos cinco ou seis anos já era capaz de observar esses sinais da natureza: o horizonte, os pássaros, o calor do sol, a intensidade do vento; tomava parte da ansiedade da pequena comunidade; havia as procissões, levavam-se estátuas de santos de casa em casa, faziam-se novenas: se não aparecessem os sinais propícios, iniciavam-se os preparativos para o êxodo. (BIMBI, 1996, p. 21)

Luíza inicia um relato concedido a Linda Bimbi³ dessa forma. Lembrando que uma produção autobiográfica não é costurada por um único sujeito, entendemos essa fonte como um relato de vida e que, mesmo transcrita por outros, auxilia a refletir sobre a forma como Luíza se apresenta (LEJEUNE, 2014, p. 133). Nesse texto, a narrativa é iniciada pela seca, que se torna elemento central. Tal representação, contudo, não é exclusiva de Luíza, mas está presente na fala de outros sujeitos. Durval Muniz Albuquerque Junior (2011) escreve que esse traço foi atribuído em diferentes momentos aos estados do nordeste, auxiliando a formação de uma unidade imagética sobre a região. Assim, dentre as diversas vozes que a constituíram, os grupos tradicionalistas ressaltavam características físicas e climáticas, a fim de distinguir o nordeste do restante do Brasil. Ele ainda explica que os Romances de 30 contribuíram para a circulação e absorção dessas imagens e que músicas e cordéis serviram igualmente para esse propósito (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 128). Muito das referências a que Luíza teve acesso veio daquilo que ela viu e ouviu em sua infância e juventude, o que incluiria referências como as acima citadas. Sobre os cordéis, Robson William Potier (2012, p. 18 – 19) escreve que essas poesias passaram a ganhar uma circularidade maior na primeira metade do século XX devido à ampliação do mercado gráfico, ganhando espaço nas feiras de cidades do sertão nordestino. Dentre os seus autores, João Athayde⁴ foi quem teve maior divulgação. Em um de seus cordéis ele escreve:

Se finda o mês de janeiro
E ninguém ouve trovão
O sertanejo não tira
O olho do matulão. (ATHAYDE, 2000, p. 195)

Athayde narra um sertão atacado pela seca e reforça a resistência do trabalhador sertanejo e de sua relação com a natureza. Muito dessa imagem aparece também em *Asa Branca* (1947), de Luiz Gonzaga⁵ e Humberto Teixeira,⁶ música com ampla circulação nas capitais e no interior do nordeste (CALLADO, 2013). Em sua letra, o cantor e compositor declama:

Quando *oié* a terra ardendo
Qual fogueira de São João

³ Linda Bimbi (1925 – 2016) foi uma freira italiana que teve atuação em movimentos em defesa dos direitos humanos no Brasil. Atuou como jornalista e construiu laços de amizade com Luíza Erundina de Sousa no decorrer de sua militância e gestão como prefeita de São Paulo.

⁴ João Martins de Athayde (1880 – 1959) foi um poeta e cordelista paraibano que teve grande circulação no interior e nas capitais nordestinas a partir da década de 1940. Tinha origem sertaneja.

⁵ Luiz Gonzaga do Nascimento (1912 – 1989) foi um cantor e compositor pernambucano que produziu canções sobre o sertão e seus habitantes. Escreveu *Asa Branca* em 1947 e teve grande visibilidade no Nordeste e em outras regiões brasileiras.

⁶ Humberto Cavalcanti Teixeira (1915 – 1979) foi um político e cantor cearense. Participou da composição de *Asa Branca* em 1947. Produziu canções para diferentes cantores de diferentes estados do Brasil.

Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação (...)
Inté mesmo a asa branca
Bateu asas do sertão
Entonce eu disse, adeus Rosinha
Guarda contigo meu coração (GONZAGA; TEIXEIRA, 1947)

Tanto no cordel quanto na canção, a imagem do sertanejo, da seca e da natureza compõem a imagem do cotidiano sertanejo. O relato de Luíza parte de um olhar semelhante para narrar a sua história e a de sua família. Como bem lembram Cléria Botelho da Costa (2014) e Janaína Amado (1996), a(o) pesquisadora(or) deve atentar para os repertórios que um indivíduo construiu no decorrer de sua vida e como eles servem de matéria para a formação de sua memória e de interpretações sobre certos fatos, pessoas e processos. Apesar de tratarem de uma metodologia da História Oral, as professoras fornecem subsídios para pensar as lembranças transmitidas por meio de outros suportes. Assim, a fala de Luíza não é uma representação *stricto sensu* de seu passado, mas um constructo realizado por meio daquilo que ela teve contato antes, durante e depois dos acontecimentos narrados. Portanto, o que nos chama atenção aqui não é se essas lembranças condizem ou não com o que foi narrado, mas como elas nos ajudam a refletir sobre as diferentes temporalidades de uma vivência, a subjetividade delas e o seu impacto em uma escrita de si.

Os fatos lembrados por Erundina tratam do período inicial dos deslocamentos coletivos para o sudeste (FONTES, 2008). Para além da seca, essas pessoas partiam em busca de emprego e em decorrência da expansão latifundiária no campo, sendo atraídas para metrópoles próximas e, posteriormente, para outros estados (FONTES, 2008). Um dos polos de recepção acessível à família Sousa era a cidade do Crato (interior do Ceará). De acordo com Ronald Albuquerque Filho (2015), os rios dessa região atraíam pessoas em busca de água em períodos de seca. Ele ainda mostra que a noção de que a cidade seria um local de chegada foi reforçada por memorialistas locais, fomentando a busca por trabalho e moradia. Tais imagens podem ter circulado entre os moradores de Canaã/Uiraúna e contribuído, conseqüentemente, para a construção de imaginários coletivos locais. Eles foram somados ao fato de que as duas regiões eram relativamente próximas, influenciando na escolha do local pelos genitores de Luíza. Essas representações surgem também em outros momentos, como em uma entrevista:

Nasci numa cidadezinha do serão da Paraíba, chama-se Uiraúna, no dia 30 de novembro de 1934. Sou filha de uma família numerosa, eram dez irmãos. Dois morreram ainda criança, e nós oito, de uma certa forma, fomos nos espalhando pelo país afora porque, a cada seca que tinha no Nordeste, minha família

migrava e meus irmãos mais velhos iam ficando nos lugares para onde a família tinha ido (...). Meu pai era agricultor, mas durante o período de inverno, de plantio e de colheita, é que ele trabalhava na roça. Nos meses que não tinha atividade na roça, ele se dedicava à atividade artesanal; trabalhava com couro. Era um artesão, trabalhava muito bem o couro: fazia sela para animais, arreios.... Tinha fama de que as selas que fazia não machucavam os animais. E ele fazia o processo inteiro: ia pegar madeira para fazer o suporte da sela, curtiá o couro para poder fazer a montagem da sela etc. (...) (SOUSA, 2002, p. 1)

Nos casos aqui apresentados, a migração é o ponto de partida de Luíza. Ao recordar, ela expõe como tais fatores interferiram em sua família, separando seus membros. Ao solidificar (POLLAK, 1992) a migração em suas memórias, Luíza reforça sua imagem de sertaneja e migrante. Como essa fala foi realizada após sua chegada a São Paulo, ela já havia ouvido relatos semelhantes, ou não, aos seus sobre a seca e as dissoluções familiares, compondo suas memórias e renovando assim seus próprios pertencimentos (THOMSON, 1997). De acordo com Paulo Fontes (2008), era comum os membros de uma família partirem aos poucos, instalando-se nas grandes cidades para depois trazer outros familiares. Nesse processo, formavam-se redes de solidariedade entre amigos e parentes.

Mas voltando ao relato acima posto, os genitores de Erundina ganham destaque logo no começo da narrativa. Percebendo-os como trabalhadores, ela entende que a condição social de sua família foi decisiva para a formação do seu senso crítico. Sobre tais pontos, Albuquerque Junior (2011, p. 208 – 209) escreve que a seca aparece na fala de intelectuais como forma de ressaltar um sentimento de revolta sobre a população rural dos estados do nordeste. Segundo o autor, tal perspectiva ainda diria que os problemas climáticos, a carência de regiões do interior e a repressão imposta pelos coronéis estimulariam essa rebeldia.

Além do mais, Erundina se utiliza daquilo que foi transmitido por seus familiares para refletir sobre si e sua origem. Nesse sentido, a troca de percepções acerca do que viveram em conjunto, ou mesmo de fatos que ocorreram antes de seu nascimento (sentidos por Antônio Evangelista e Enedina Carvalho) serviriam de base para a gestação dessas memórias. Mesmo sem negar a contribuição de seu pai, ela abre mais espaço à trajetória de sua mãe, construindo uma narrativa matriarcal acerca de sua família, a qual acaba sendo utilizada para interpretar suas decisões, sua carreira profissional e a sua militância. Em uma entrevista para professoras da FGV ela diz que sua mãe:

(...) era uma mulher muito forte, inclusive para segurar a barra, como se diz, de uma família numerosa, com tantas dificuldades. Era uma mulher muito forte e ajudava meu pai na manutenção da família, trabalhando: fazia bolos, torrava

café e vendia na feira da cidadezinha nos domingos. E fazia todo o trabalho doméstico. Era uma mulher muito forte, muito corajosa. Era o esteio da família, porque meu pai, como artesão, como artista, era uma pessoa muito sensível e, a meu ver, com dificuldade de enfrentar a dureza da vida. Minha mãe é quem dava o suporte, a firmeza, segurava a barra de uma família numerosa (...). Não me lembro de ter tido infância, porque já criança a gente estava ligada aos problemas dos adultos: tinha preocupação se ia chover ou não ia chover. A gente já aprendia a observar o horizonte para saber se tinha sinais de chuva ou não. (SOUSA, 2002, p. 1 – 2)

A narrativa em questão coloca a imagem de Enedina de Sousa Carvalho como o centro da família. A representação de uma mãe forte surge como elemento para a percepção de que suas irmãs e irmãos se apoiariam nesse membro, mesmo sem desconsiderar o trabalho de seu pai, Antônio Evangelista de Sousa. Essa memória matrilinear aparece em outros momentos, como em um texto escrito para a revista *Leia FELC*⁷ de Uiraúna – PB:

Falo de Dona Nonossa [sic.], minha avó materna, nossa inesquecível Bavéi. Era assim que nós, seus netos e netas, carinhosamente a chamávamos. Mulher humilde, mas muito respeitada na comunidade pela sua autoridade, sabedoria e bondade com as pessoas, principalmente as mais pobres (...). Muito jovem ainda, numa madrugada fria, fugiu de casa (...). Bavéi era o porto seguro da família. Quando tínhamos que migrar para fugir da seca, ela ficava com parte dos netos, até que a chuva chegasse e a família pudesse voltar (...). Minha avó teve muitos filhos e, o grave, todos eles nasceram sem visão e morreram crianças. Só duas filhas sobreviveram (...), minha mãe Enedina e minha tia Lindarosa (...). Fez uma promessa a Santa Luzia, protetora das pessoas com deficiência visual, que meu nome seria Luzia. No entanto, por engano, o escrivão do cartório escreveu na Certidão de Nascimento o nome Luíza. (...) (SOUSA, 2017, p. 20 – 23)

Suas memórias centram-se em parentes da linhagem materna. No relato acima, Luíza enquadra (POLLAK, 1989) a imagem de sua avó por meio de características como a rebeldia e a coragem, traços muitas vezes atribuídos ao trabalhador sertanejo (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011). Para tanto, ela se utiliza de lembranças transmitidas por sua mãe, avó e tias para interpretar os fatos. A militante dá centralidade à imagem de Dona Nozinha não apenas por se perceber como herdeira de seus hábitos e traços, mas para apresentá-la aos leitores de Uiraúna como um personagem histórico da cidade, preservando assim a sua memória. O relato matrilinear também seria fruto de traços culturais locais que valorizavam a imagem da mãe como protetora da família (VASCONCELOS, 2006, p. 97). Nesse ponto vale salientar que a imagem de seus pais se tornou uma memória solidificada em seus relatos, ajudando-nos a entender como nossa personagem

⁷ A revista *Leia FELC* é produzida pela Fundação Educacional Lica Claudino desde 2007 na cidade de Uiraúna (PB). Seu público alvo é a população local e ela em publicação anual. Dentre os seus textos há temáticas que vão desde a trajetória de personagens nascidos na região (muitos ainda atuantes), além da história da cidade, eventos culturais e a divulgação daquilo que é ali produzido.

constrói seus pertencimentos e que acontecimentos se tornaram importantes para ela, servindo como elo de coesão com um grupo (aqui no caso os trabalhadores sertanejos) (POLLAK, 1992).

Luíza parte das lembranças e relações afetivas construídas com familiares do sexo feminino para se reconhecer como representante de pautas de gênero/classe e assim compreender os caminhos que trilhou em sua trajetória política. Além do mais, ela se utiliza de lembranças coletivas sobre a migração e o trabalho no campo para interpretar sua origem, podendo assim se identificar como parte de um grupo e dos fatos que narra (POLLAK, 1992). Assim, a migração, as festas e algumas pessoas servem de apoio para a sua memória pessoal e familiar. Nesse processo de gestação de uma escrita de si, outras mulheres acabam surgindo. No relato de vida concedido a Linda Bimbi ela diz:

O estudo passou a ser decisivo, e devo muito a minha professora do primário, dona Palmira, também nordestina e viva até hoje. Uma mulher fantástica que me transmitiu bases sólidas de rigor gramatical. Quando terminei o último ano do primário, meu pai não tinha condições econômicas de me mandar para outro lugar a fim de continuar os estudos (...). A solução veio de tia Tina Rosa, a irmã mais nova de mamãe (...). Essas duas mulheres moravam em uma outra cidade do nosso Estado, Antenor Navarro, sede do município ao qual o nosso distrito pertencia. (...) o inverno de 1947 foi generoso no sertão da Paraíba e continuei os estudos (...). Assim comecei a migrar para estudar. Após algum tempo, minha prima Irene arrumou trabalho em Patos e nos transferimos de novo com ela. (BIMBI, 1996, p. 23 – 24)

As memórias escolares de Luíza também se voltam para figuras femininas. Mesmo sem negar a contribuição de seu pai, ela entende que a possibilidade de ter estudado lhe auxiliou a realizar seus projetos pessoais. Ao tratar deles, a militante traz à tona mais uma vez as suas experiências com a migração. Associando esses fatores à sua trajetória, Luíza reforça identidades com aqueles que tiveram de se deslocar devido à seca, reconhecendo suas motivações como parte dos anseios desses sujeitos e, assim como nos casos anteriores, compõe a sua memória com base naquilo que ouviu dessas pessoas (THOMSON, 1997). Em suas lembranças, a escola aparece como uma ruptura com o período no qual sofreu com a seca. Mesmo assim, as dificuldades com relação à necessidade de estudar não foram silenciadas, pois ela compreende que a possibilidade de permanecer naquele espaço foi fruto da atuação de seus familiares. A representação da migrante nordestina ganha outros traços, porém alguns permanecem na sua fala, como a rebeldia, o deslocamento e os problemas socioeconômicos. Em outro momento ela trata da relação afetiva com Antônio Evangelista de Sousa, o seu pai:

Meu pai era uma pessoa muito sensível e eu tinha uma afinidade muito grande com ele. Ele percebia a minha vontade de estudar (...). Eu tinha uma tia, irmã

da minha mãe, era a única irmã dela. Chamava-se Rosa, e tinha uma filha mais velha, chamada Irene. (...). Então, essa minha tia foi para uma outra cidade onde tinha colégio e essa minha prima, Irene, era quem sustentava a família. Minha tia era costureira, costurava muito bem, mas também tinha uma dificuldade muito grande para manter uma família de oito pessoas. (...). Foi graças a elas que eu estudei (...). E a minha situação na família era uma situação desconfortável, porque eu via que minha tia já tinha dificuldade de manter alimentados os filhos (...). Mas aí, consegui. Terminou havendo inverno naquele ano. Minha tia continuou na casa dela, eu fiz o exame de admissão, e o ginásio. (SOUSA, 2002, p. 3 – 4).

Compreendendo-se como nordestina e migrante, Luíza reforça sua escrita de si como uma rebelde. Entretanto, essa percepção não é algo nato, mas se formou na medida em que ela construiu relações com pessoas com experiências próximas (ou não) às suas (THOMSON, 1997). Lembrando que nossa personagem deu esses relatos após se inserir nos meios políticos, muitos dos repertórios utilizados por ela vieram de um momento pós-chegada a São Paulo. Durval Muniz (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 70–71) mostra que as imagens acerca da população dos estados do nordeste foram gestadas na oposição com o sudeste e o sul e muito do que foi atribuído à região veio igualmente desses polos. A maneira como Luíza foi vista por seus novos vizinhos vinha de referências como essas. Ao estudar outro grupo de migrantes, Regina Weber (2004) escreve que as imagens externas são utilizadas para a manutenção de identidades na medida em que reforçam pertencimentos e performatividades em um território estranho. Nesse sentido, tanto Luíza, quanto muitas (os) trabalhadoras (es) nordestinas (os) poderiam reforçar práticas e costumes como forma de construir um sentimento comum de origem.

Durval Muniz (2011) escreve que a figura do sertanejo foi utilizada tanto para homenagear, quanto para discriminar aqueles que chegavam dos estados do nordeste. Luíza circulou posteriormente na capital paulista e, lembrando que tais concepções poderiam permanecer em parte na sua fala, selecionou alguns de seus elementos e silenciou outros, dando manutenção às suas identidades. Dessa maneira, a assistente social se apropriaria dessas representações para se compreender, ao mesmo tempo em que se reconhece como parte de uma militância. Ela ainda construiu uma parcela do seu capital político a partir da origem regional, pois frequentava espaços com presença expressiva de migrantes. Céli Pinto e Augusta Silveira (2018) escrevem que a experiência profissional e a militância em movimentos sociais foram elementos importantes na construção dos capitais políticos de mulheres presentes em partidos de esquerda no final do século XX. Observando a campanha de Luíza no calor dos eventos, Maria Lúcia Penna (1990) mostra como a origem da candidata serviu para a construção de diálogos com o

eleitorado nordestino (grupo de grande expressão nas periferias paulistanas), ajudando-nos a compreender que as identidades também eram permeadas pela questão da origem.

Erundina rompe com uma imagem viril do trabalhador nordestino ao dar centralidade à atuação de mulheres em sua trajetória. Ao mesmo tempo, ela dissocia essas pessoas da rudeza e da violência, atributos muitas vezes postos sobre esses migrantes para discriminá-los (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011; FONTES, 2008). Ela reconhece seus familiares, amigos e a si própria como nordestinos, afastando-se de certos estereótipos, mas reforçando aquilo que lhe daria uma imagem positiva. Em meio às relações segregadas de gênero, Luíza teria uma abertura maior para se aproximar de outras mulheres e compreender seus problemas, o que foi percebido em um relato de vida transcrito por Linda Bimbi:

O estudo me apareceu então como instrumento para romper o cerco da miséria e o círculo vicioso dentro do qual via aprisionadas as mulheres mais velhas: a seca, a migração, o inverno e o destino de se casar e de ter filhos que seriam, por sua vez, oprimidos pelo mesmo mecanismo implacável. Recusei-me a fazer parte do jogo: queria ser livre para assumir responsabilidades coletivas. (...) (BIMBI, 1996, p. 23).

Ao se colocar como sujeito ativo, Luíza nota, mais uma vez, como a escola lhe deu condições para conseguir modificar sua posição social, porém se identificando como parte daqueles que ainda sofriam com a seca e as opressões de classe. Nas memórias transcritas por Linda Bimbi, ela ainda diz que:

Entendia que o casamento seria uma coisa minha, individual. A escolha feita no início da adolescência foi tão marcante que até hoje exerce influência positiva e negativa na minha vida. Não gosto de falar de renúncia, de sacrifício, pois sei que optei e opto por um fim que me dá uma sensação de plenitude, que me realiza. No entanto, meu caso revela o drama de muitas mulheres. A sociedade brasileira não prepara a mulher para o exercício do poder, não é organizada de modo a deixá-la participar da luta política (...). No Brasil, o machismo vive dentro da mulher e a discrimina; conseqüentemente, surgem os excessos do feminismo, que provocam, por sua vez, um retrocesso do fenômeno na classe média alta. Já as mulheres do povo não conhecem esses excessos porque estão envolvidas prioritariamente nas lutas sociais. Tenho em mente muitas mulheres do PT e de outros partidos que sofreram e sofrem, assim como eu, essa discriminação (BIMBI, 1996, p. 26).

Podendo olhar com distanciamento, Luíza entende que a sua escolha de não se casar seria um ato rebelde. A partir disso, ela se identifica com outras mulheres e ressalta os problemas decorrentes das relações de gênero, estabelecendo uma linha de continuidade entre as experiências de Uiraúna e as de São Paulo. Luíza cursou Serviço Social entre as décadas de 1960 e 1970, num período de discussões em torno do casamento e da maternidade (SCAVONE, 2001),

o que não deixaria de contribuir para formar seus imaginários. Além do mais, nossa personagem teve contato com militantes de grupos de mulheres e feministas no decorrer de sua trajetória no PT, o que igualmente lhe traria repertórios acerca das discussões de gênero. Ao estudar uma cidade do sertão baiano, Vânia Vasconcelos (2006, p. 120–123) mostra que entre as décadas de 1960 e 1980 a percepção sobre feminilidade e maternidade sofreram a interferência dos debates trazidos pelos movimentos de mulheres. Apesar das permanências, muito do que era considerado sacro ou profano se modificou, inclusive moldando as memórias de muitas das moradoras locais entrevistadas pela pesquisadora, as quais podiam recordar de si como rebeldes em meio àquilo que viveram décadas antes.

Da mesma forma, Luíza pôde perceber certas opressões e interpretar sua escolha como um rompimento com expectativas impostas a outras mulheres. Erundina talvez já notasse, naqueles anos, alguns problemas no cotidiano de vizinhas e parentes casadas. Mesmo assim, sua noção de machismo não teria surgido naquele período, mas foi fruto daquilo com o que ela teve contato no decorrer da sua vida. Ao se identificar com outras mulheres, ela se distancia do que considera elitista e critica posturas daquelas que identifica como distantes dos movimentos populares.

Luíza e sua cidade natal

O que está vivo na minha lembrança e que me dá saudade é ver a praça iluminada (...) em pouquíssimas horas da noite, visto que a energia era gerada por um pequeno motor movido a gás ou à gasolina (...) de pouca potência. Acrescente-se a isso outro atrativo, que a gente nunca esquece, era o alto-falante, instalado num dos postos da praça, e que tocava músicas famosas da época, principalmente, músicas românticas, a pedido dos casais de namorados que passeavam na praça (...). O alto-falante abria sua programação diária exatamente às 18 horas, “Hora do *Angelus*”, com a Ave Maria de Gounod (...). A Vila de Belém virou Uiraúna que, por sua vez, entrou na “Era do Rádio”, no início da década de 1940, portanto, antes mesmo de sua independência política que só ocorreu em 2 de dezembro de 1953. (SOUSA, 2018, p. 14 – 15)

Luíza se utiliza de um tom heroico para ressaltar o crescimento do distrito onde nasceu. Canaã é exposta como um lugar onde o ritmo do tempo não seria acelerado. Mesmo assim, essa perspectiva é fruto do contato que teve posteriormente com cidades maiores, como João Pessoa, Recife e São Paulo. Além do mais, ela se utiliza de uma perspectiva que opõe o interior paraibano ao dinamismo das capitais, a qual faz parte da imagem delegada ao nordeste (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011). Essa visão bucólica da região ainda é compartilhada com outros moradores locais:

De repente, dei de sonhar comigo menino, bem ali no mesmo lugar, 30 anos atrás, de calça curta e camisa de meia, olhando embasbacado para as montarias amarradas bem defronte da casa (...). Essa visão da cidade rural encantava-me poderosamente e eu viajava literalmente na maionese pastosa da mente infantil. (GALIZA, 2018, p. 41)

Assim como o relato de Luíza, o texto acima também foi escrito para a *Revista Leia FELC*, de circulação local. O autor buscava relatar sua infância e mostrar como a cidade havia mudado. Em um outro exemplar, uma moradora fez uma homenagem a um artista plástico local dizendo: “Ciro Fernandes nasceu no dia 31 de janeiro de 1942, no sítio Canadá, em Uiraúna – PB. Sua infância foi marcada por pessoas reunidas nas calçadas ouvindo a leitura de cordéis em voz alta.” (JALES, 2018, contracapa). Como as memórias são costuradas no contato com as lembranças de outros indivíduos e grupos (POLLAK, 1992), a visão de Erundina não estaria isenta da influência daquilo que seus conterrâneos compartilhavam entre si. Seja como for, ela foi construída tanto no momento em que ela estava vivendo na região, quanto posteriormente, já instalada em São Paulo. Como a militante tem contato com pessoas oriundas da sociedade uiraunense, ou atuantes em grupos locais, ela compõe e recompõe suas memórias nessas relações (THOMSON, 1997). Seguindo seu texto, Luíza recorda de sua infância e das experiências vividas:

(...) ainda muito criança, no final da década de 1930, lembro-me bem de que a única residência onde tinha um rádio, na Vila de Belém, era a do comerciante Joaquim Henrique e sua esposa Chica de Joaquim, como era conhecida na comunidade, e moravam na rua principal da vila. Às vezes, à noite, alguns vizinhos tinham acesso à casa deles para ver de perto a novidade, que não era o nosso caso, crianças de famílias pobres. Então, começamos a matutar como conseguirmos ter um rádio em nossas casas. Daí, inventamos um meio de realizarmos o nosso sonho de criança: rodar um peão e colocá-lo a girar dentro de uma gaveta fechada e ficávamos a ouvir, maravilhados, o barulho que, por alguns segundos, o peão produzia e, para nosso imaginário de criança, era como se fosse o som de um rádio de verdade. É realmente incrível o que o imaginário de uma criança é capaz. (SOUSA, 2018, p. 14 – 15)

Luíza se reconhece como filha de trabalhadores ao recordar da impossibilidade de ter um rádio em sua casa. Entendendo que havia apenas um comerciante com esse aparelho, ela diz que sua família não estava inserida na elite local. Contudo, ela não teve contato direto com as mudanças pelas quais a cidade passou após a sua emancipação, ocorrida no ano de 1953. Tendo de se mudar para Patos e Campina Grande antes desse processo, Erundina pôde partir daquilo que teve contato posteriormente para compreender e se inserir na história do município. No seu relato algumas tradições são reforçadas para diferenciar Uiraúna das demais cidades paraibanas.

Dentre esses costumes, entende-se que o município seria o principal formador de sacerdotes⁸ e músicos⁹ da Paraíba. Entretanto, devemos lembrar que essa visão não é uma reprodução fiel da história local, mas foi construída pelas experiências de diferentes gerações de moradoras(es). Luíza partilha dessa narrativa:

Em 18 de novembro de 1911, no sítio Quixaba, na Vila de Belém, hoje Uiraúna, na Paraíba, veio ao mundo mais um ser humano que recebeu o nome de Oriel [(1911 – 1970), padrinho de batismo de Luíza] e nasceu com o mesmo designio de tantos outros filhos daquela terra abençoada que deu inúmeros sacerdotes à Igreja de Deus no Brasil, ao ponto de ser considerada como o maior celeiro de padres, como de músicos do país. Isso lhe confere um enorme prestígio, projetando-a para além de suas fronteiras, para se tornar conhecida e celebrada na Paraíba e no Nordeste brasileiro. (SOUSA, 2019, p. 39 – 40)

O texto acima trata de um dos sacerdotes formados na cidade. Partindo da imagem desse sujeito, Luíza concorda que Uiraúna seria seleiro de padres e religiosos. Ainda, ela não deixa de convergir para outro traço dessa narrativa:

Comecei esta crônica abordando o Centenário de nossa banda de música, cuja história revela o talento musical dos uiraunenses, que contribui para tornar Uiraúna a “terra dos músicos e sacerdotes”, em razão do grande número de padres que saem de lá e do reconhecido talento de seus músicos. Existem, na cidade, quatro bandas e uma Escola de Música que forma jovens profissionais, o que ajuda a manter a posição de destaque de Uiraúna na vida cultural da Paraíba com grande repercussão no país. (SOUSA, 2019, p. 49)

Por meio de um tom de exaltação Luíza reconhece as bandas como parte essencial de sua cidade. A imagem de Uiraúna surge como parte de sua identidade regional e para reafirmar a origem de um senso crítico e atividade militante. Ao utilizar de perspectivas como essas, Luíza agencia seus pertencimentos de origem para compreender a si e dar legitimidade aos seus projetos pessoais, refletindo sobre o seu presente e construindo planos para o futuro. Seja como for, o espaço também é um meio pelo qual os indivíduos e os grupos apoiam as suas memórias (HALBWACHS, 2006). Nesse sentido, pontos de referência locais servem para dar apoio a narrativas coletivas. Da mesma maneira, a cronologia da história de Uiraúna seria utilizada para dar sentido às lembranças grupais de seus habitantes (HALBWACHS, 2006), além de elo de

⁸ Na revista *Leia FELC* há artigos que ressaltam a trajetória de sacerdotes. Cito: CARVALHO, Félix de. Considerações sobre a parábola do filho pródigo. *Leia FELC*, Fundação Educacional Lica Claudino. Ano XII, Edição nº 12, janeiro de 2018; SILVA, Teresina Claudino da. A teologia do abraço. *Idem*; FERNANDES, Severina. Padre Anacleto: o inesquecível servo de Deus. *Idem*. Ano XI, Edição nº 11, janeiro de 2017.

⁹ Cito os seguintes textos na revista *LEIA FELC*: SOUSA, Eliza Fernandes de. Tributo ao talento musical de Nick Brayan Costa Fernandes. *Leia FELC*, Fundação Educacional Lica Claudino. Ano XII, Edição nº 12, janeiro de 2018; EDITORIAL. *FELC* Comemora os 10 anos na BAMAJA. *Idem*; DUARTE, Josany. Ser músico na terra dos músicos. *Idem*. Ano XI, Edição nº 11, janeiro de 2017.

coesão de suas lembranças e identidades (POLLAK, 1992). Por fim, observar como nossa personagem especializa e temporaliza suas vivências ajuda-nos a analisar como ela se insere num grupo determinado e costura suas identidades, remetendo à Paraíba e à sua nordestinidade.

Atuando com trabalhadoras (es) e moradoras (es) da periferia

Chegando em Campina Grande, Luíza conseguiu emprego na educação em uma instituição religiosa com a ajuda de uma amiga que era freira. Como mulher, ela poderia se aproximar com mais facilidade desses grupos, o que lhe auxiliaria a construir uma rede de sociabilidade e se tornar docente em uma instituição católica, conseguindo arrecadar dinheiro para trazer sua família à cidade. Dentre as clérigas presentes na cidade, Erundina se aproximou de Irmã Zuleide Porto,¹⁰ a qual lhe auxiliou nesse e em outros momentos. Ao tratar do assunto em entrevista, esses laços foram levados em consideração:

Trabalhei em uma loja de secos e molhados, como se diz, que era de um parente meu, um primo meu. Foi meu primeiro emprego (...). Fiquei um tempo com esse primo meu e depois uma amiga minha, freira, irmã de caridade, conseguiu um trabalho para mim na própria escola onde ela trabalhava. Ela dirigia essa escola e eu fui lecionar nessa escolazinha. Fazia de tudo. Canto orfeônico. Enfim, trabalhava em várias coisas naquela escola. E foi um meio que tive para ajudar a manter minha família e estudar à noite. Eu fazia o curso colegial à noite, o curso científico de três anos. Eu trabalhava durante o dia e estudava à noite em um colégio estadual (SOUSA, 2002, p. 4).

O trabalho rural surge como constituinte do cotidiano da família de Luíza. Percebendo a distância de seu pai, ela se compreende como mantenedora de seus pares, o que pode ter se fortalecido após o falecimento dele em 1964. Mesmo assim, a opção por auxiliá-los financeiramente aparece como algo que a impossibilitou de ingressar no Ensino Superior, rompendo com seus projetos de se tornar médica. Seguindo o relato, ela atribui novamente à sua tia a possibilidade de estudar:

Retomo a minha trajetória de migrante a partir de 1964, quando pude me transferir para João Pessoa, para me matricular na universidade. Renunciei à medicina porque em todos aqueles anos tive experiências que me orientaram para outra direção. Quis me tornar assistente social. Tive um contato decisivo com numerosos aspectos do meu Nordeste quando trabalhava como assessora, em Campina Grande, do secretário municipal de Educação e depois como funcionária do Departamento de Serviço Social. Em 1958, ano de terrível seca, viajei por todo o estado da Paraíba acompanhando o governador José Américo de Almeida, Lembro-me de sua mala cheia de dinheiro que distribuía

¹⁰ Irmã Zuleide Porto (1919 – 2007) era uma freira vicentina que teve atuação religiosa e profissional na cidade de Campina Grande (PB). Auxiliou na formação e consolidação da Escola de Serviço Social de Campina Grande em 1958 e construiu laços de amizade com Luíza Erundina de Sousa naqueles anos.

inutilmente à gente atingida pela seca, que quase morria de fome. As cenas que vi naquela ocasião me marcaram por toda a vida (...). O fato de ter vivido e estudado na capital, mais uma vez morando com tia Tina Rosa e prima Irene, deu uma reviravolta decisiva na minha trajetória. As minhas atitudes profissionais assumiram caráter político (BIMBI, 1996, p. 26 – 27).

Luíza entende que seus empregos da década de 1950 lhe auxiliaram a cursar Serviço Social e, para tanto, faz uma retrospectiva dos eventos que considera mais importantes em sua carreira profissional. Analisando esses fatos, devemos lembrar que a partir de suas amizades com religiosas e sua experiência na docência, Luíza pôde se aproximar do secretário municipal Edvaldo do Ó,¹¹ tornando-se sua assessora e vindo a participar em 1958 do projeto de instalação da Escola de Serviço Social de Campina Grande.

Nesses anos, os debates em torno do Serviço Social se pautavam na atuação conjunta com o Estado, fazendo com que essas profissionais visassem construir projetos e políticas públicas em prol do desenvolvimento nacional (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006, p. 340 – 341). Em meio a tais reformulações teóricas, o Movimento de Reconceituação questionava a proximidade do Serviço Social com a Igreja Católica, visando uma intervenção crítica e opondo-se ao modelo assistencialista então vigente (SILVA et al., 2016). Transferindo-se para a UFPB em João Pessoa (PB), Luíza foi mandada para um período de estágio no bairro do Cordão Encarnado, onde trabalhou até 1966, quando se formou. A partir desses repertórios, Erundina se muda para São Paulo em 1968, para iniciar o seu mestrado na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP – SP). Segundo Iamamoto e Carvalho (2006, p. 346 – 347), a partir da década de 1960 muitos assistentes sociais passaram a se pautar em leituras da Psicologia Social, o que auxiliaria na formação dos repertórios de Luíza, na medida em que ela estudou em um período de efervescência desses debates. Em suas memórias:

(...) havia um conflito. Nós já estávamos com um engajamento na ação social concreta, com o povo. (...). E aí houve um conflito porque a gente às vezes sabia mais do que alguns dos professores. Sabia mais no sentido das questões que estavam postas na realidade, ali, naquele momento. Então, eram tensas as relações dentro das faculdades, em Campina Grande e em João Pessoa, particularmente em João Pessoa. Havia esse conflito entre uma geração que estava crescendo a partir de outras referências, de outros compromissos, de outra visão de mundo, de sociedade, e com um curso, no caso de João Pessoa, que era mais antigo, com uma marca religiosa muito forte (...). Lembro-me de um caso, me parece que foi em Campina Grande. O Serviço Social tem uma

¹¹ Edvaldo de Souza do Ó (1929 – 1993) foi secretário municipal na prefeitura de Campina Grande. Atuou como jornalista e dirigiu um jornal de grande circulação na cidade. Candidatou-se em mais de um momento para a prefeitura, mas não obteve êxito. Luíza trabalhou com ele no período da fundação da Escola de Serviço Social de Campina Grande.

marca feminina muito forte, é predominantemente constituído de mulheres. E tinha um rapaz que queria fazer o curso de serviço social. Aquilo foi motivo de um grande conflito, porque nós éramos favoráveis e na faculdade (...) (SOUSA, 2002, p. 10 – 11).

Luíza se utiliza de uma noção reconceitualista para entender a sua graduação. Para tanto, ela diz que buscou uma atuação engajada com a periferia e o campo. Percebendo-se como rebelde, Erundina cita um caso no qual um homem queria entrar no curso de Serviço Social da UFPB, mas sofreu resistência por parte da direção, tendo, porém, o apoio de outras estudantes. Titulada Mestra, ela voltou à João Pessoa em 1970, mas foi perseguida. Retornando a São Paulo, morou na Saúde (bairro de classe média da Zona Sul), o que foi possibilitado pelas relações construídas pela professora e assistente social, a qual tinha amigas e familiares residentes na cidade. Sobre tais fatos, Luíza diz em uma entrevista que:

Eu tinha horror daquela cidade. Era uma violência, uma violência em todos os sentidos: o trânsito, aquela invasão de informações.... Embora eu já conhecesse Recife, era outra coisa. E eu não estava disposta a viver ali (...). Fui trabalhar nas favelas e aí foi fantástico, porque fui trabalhar com aquela população, com o povo que vinha do campo. (...) Grandes levas de pessoas começaram a migrar para os grandes centros urbanos, principalmente para São Paulo, e eu fui trabalhar nas favelas. Não eram exatamente as mesmas pessoas, mas era o público com quem eu trabalhei na luta pela terra no campo. Quando cheguei, encontrei o mesmo povo lutando por um pedaço de chão para morar (SOUSA, 2002, p. 16).

Luíza nota uma linha de continuidade entre a sua militância na Paraíba e o trabalho em São Paulo. Mudando-se definitivamente para esta cidade em 1971, seu capital acadêmico não anulou a possibilidade de sofrer discriminação devido à sua origem, sendo que posteriormente ela foi vista de maneira pejorativa pela imprensa. Em uma matéria da revista *Veja* (1988, 34), escrita após a vitória de Erundina para a prefeitura de São Paulo, uma militante do PT relatou: “Tínhamos medo do desastre que representaria a candidatura, em São Paulo, de uma paraibana, mulher, xiita e, principalmente, solteira” conta uma intelectual do partido. Era demais.” Se por um lado não podemos negar que esses pontos de vista estavam presentes no cotidiano da agremiação (SECCO, 2011), por outro devemos questionar as intenções dos redatores da revista, os quais apresentam um olhar agressivo com relação às candidaturas petistas e reforçavam muito dos preconceitos de raça, classe e gênero presentes na sociedade paulistana. De acordo com Lia Vainer Schucman (2012), a branquitude possui escalas e hierarquias e na sociedade paulistana expressa-se pela discriminação a nordestinas(os) e na e na exaltação ao que for associado ao europeu. Contudo, elas devem ser vistas como fruto de uma conjuntura sócio-cultural local

(CARDOSO, 2017). Se pela raça e o fenótipo Luíza é branca, não o é da mesma forma na capital paulista.

Como funcionária administrativa, Erundina somente passou a atuar como assistente social após realizar um concurso público para ingressar no funcionalismo municipal paulistano. Assim, trabalhou em Guaianazes (Zona Leste) e em favelas próximas à Vila Maria (Zona Norte). Em 1973 conseguiu emprego nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) (SOUSA, 2002, p. 22 – 23), onde lecionou no curso de Serviço Social até 1982, quando foi demitida após ser eleita vereadora em São Paulo. Na construção da narrativa de Luíza, a militância passa por toda a sua trajetória. Apresentando-se dessa forma, ela entende que não apenas a atuação com moradores das periferias urbanas, mas a sua atividade docente também faria parte de um projeto maior de intervenção social.

Considerações Finais

As identidades são construídas e reformuladas por diferentes motivos e em momentos distintos por meio de experiências de classe, gênero ou origem, as quais seriam transmitidas por meio da família, do trabalho, do estudo ou de amigas(os). Elas também são geridas pelo contato que veio a ter com olhares externos na cidade de São Paulo (WEBER, 2004). Em meio a tal processo de autoconstrução, Luíza teve muitos de seus repertórios gestados ainda na Paraíba, mas a maneira como ela se percebe também advém daquilo que presenciou posteriormente, o que inclui seus deslocamentos. Dessa maneira, parte da imagem de Erundina sobre a sua “nordestinidade” veio das relações construídas em São Paulo na medida em que era reconhecida pelo entorno como uma mulher paraibana. Nesse jogo de trocas, ela pôde selecionar fatos para construir sua autoimagem e, ao ouvir as lembranças de outras(os) migrantes, compor memórias e reformular suas identidades (THOMSON, 1997).

Como uma mulher branca, Luíza não deixou de fazer parte das relações sociais pautadas pela raça. Durante muito tempo, as pessoas brancas não tiveram que atender como tal, sendo identificadas por outros fatores para além da cor de sua pele. Assim, devemos estabelecer os locais a partir dos quais nossa biografada fala e como as pessoas à sua volta a viam (SILVA, 2017). Em suas memórias, Erundina recorda das discriminações que sua irmã mais velha sofreu por ser negra: “Tatica, minha irmã de criação, que era negra e se casara com um negro, teve de ir morar com ele na rua dos Negreiros, não que meus pais a obrigassem a ir para lá, pois a tinham como filha, mas porque, naquele tempo, era costume e tido como natural” (SOUSA, 2019, pp. 29

– 34). Tal narrativa nos faz refletir sobre as diferenças entre as barreiras e possibilidades de cada uma. Contudo, não tivemos acesso a outros dados sobre o racismo em Uiraúna, mas podemos dizer que por ser branca/loira Luíza teria um campo de possibilidades maior para se inserir socialmente em sua cidade do que pessoas negras. Mesmo assim, não podemos tomar esse dado como uma regra ou fatalismo, mas entender que esses sujeitos poderiam se utilizar de outras estratégias e fatores para realizar seus projetos. Ao mudar-se para o sudeste, ela seria identificada como “menos branca” devido às discriminações existentes contra os migrantes nordestinos (SCHUCMAN, 2012), o que se manifestou principalmente no momento em que nossa personagem ganhou visibilidade.

Sobre as relações de gênero, ela construiu inicialmente a sua percepção enquanto mulher no contato com a família e vizinhas(os). Além do mais, assim como outras mulheres nordestinas, Luíza viveu em um período de debates que questionavam a centralidade da maternidade nas concepções de feminilidade (VASCONCELOS, 2006). Todas essas referências e relações moldaram a identidade de gênero de Luíza, a qual pôde se notar como rebelde ao ter optado em não ter filhos ou se casar. Assim, ela se compreende como representante de pautas de mulheres por interpretar posteriormente as opressões pelas quais passou e identificá-las com as experiências de outras pessoas. Apesar de se perceber como uma questionadora nata, não podemos dizer que Erundina nasceu com um olhar crítico sobre a sociedade, mas que teve contato com certas discussões nos períodos por ela vividos e nos grupos pelos quais circulava. Sendo assim, suas percepções acerca de um ideal de sociedade devem ser vistas como fruto de fatores espaço-temporais. Por fim, ao ter migrado em mais de uma ocasião, Luíza pôde perceber as opressões pelas quais passou, reformulá-las e assim identificar-se como mulher, nordestina e militante, criando novos projetos e atuando no PT (1980 – 1997), no PSB (1997 – 2016) e no PSOL (2016 -).

Fontes:

ATHAYDE. O Retirante. s/d. In: ATHAYDE, João Martins de. **Cordel**. Seleção de Mário Souto Maior. São Paulo: Hedra, 2000.

BIMBI, Linda. **Uma veia de utopia**: a trajetória de Luiza Erundina de Sousa. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CARVALHO, Félix de. Considerações sobre a parábola do filho pródigo. **Leia FELC**, Fundação Educacional Lica Claudino. Ano XII, Edição nº 12, janeiro de 2018.

EDITORIAL. FELC Comemora os 10 anos na BAMAJA. Idem; DUARTE, Josany. Ser músico na terra dos músicos. **Leia FELC**, Fundação Educacional Lica Claudino. Ano XI, Edição nº 11, janeiro de 2017.

FERNANDES, Severina. Padre Anacleto: o inesquecível servo de Deus. **Leia FELC**, Fundação Educacional Lica Claudino. Ano XI, Edição nº 11, janeiro de 2017.

GALIZA, Gentil. Ainda tem sertão no sertão? **Leia FELC**. Uiraúna – PB: Fundação Educacional Lica Claudino, Ano XII, edição nº 12, janeiro de 2018.

GONZAGA, Luiz; TEIXEIRA, Humberto. **Asa Branca**. Vou pra Roça (Disco de Vinil). Duração: 2:51 mins. 1947. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/47081/> Acesso: 17/12/2019 às 23:00 hrs.

JALES, Suzane. O menino de Uiraúna que ganhou o mundo. **Leia FELC** (encarte especial Ciro Fernandes). Uiraúna – PB: Fundação Educacional Lica Claudino, Ano XII, edição nº 12, janeiro de 2018.

S/A. A vitória da fera Radical. **Veja**. Ano 21, nº 47, São Paulo: Editora Abril, 23 de novembro de 1988.

SILVA, Teresina Claudino da. A teologia do abraço. **Leia FELC**, Fundação Educacional Lica Claudino. Ano XII, Edição nº 12, janeiro de 2018.

SOUSA, Eliza Fernandes de. Tributo ao talento musical de Nick Brayan Costa Fernandes. **Leia FELC**, Fundação Educacional Lica Claudino. Ano XII, Edição nº 12, janeiro de 2018.

SOUSA, Luiza Erundina de. **Luiza Erundina (depoimento, 2001)**. Rio de Janeiro, CPDOC/Ministério da Previdência e Assistência Social – Secretaria de Estado de Assistência Social, 2002. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista567.pdf> Acesso em: 12/07/2019 às 16:20.

_____. Fragmentos de uma história (in) comum. **Leia FELC**. Fundação Educacional Lica Claudino. Ano XI, Edição nº 11, janeiro de 2017.

_____. Uiraúna na “Era do Rádio”. **Leia FELC**, Fundação Educacional Lica Claudino. Ano XII, Edição nº 12, janeiro de 2018.

_____. Rua os Negreiros (2011). In: **Um hino de amor a Uiraúna**. Teresina; Halley, 2019.

_____. Centenário do Monsenhor Oriel (2013). In: **Um hino de amor a Uiraúna**. Teresina; Halley, 2019.

_____. Festa na “Morada do Pássaro Preto” (2014). In: **Um hino de amor a Uiraúna**. Teresina; Halley, 2019.

Referências Bibliográficas:

ALBUQUERQUE FILHO, Ronald de Figueiredo. **Cidade, Seca e Campo de Concentração: O início da modernização em Crato, Ceará (1900 – 1933)**. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2015.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **Projeto História**, São Paulo n. 14, p. 125 – 136, 1996.

BACK, Lilian. A vanguarda revolucionária tem dois sexos: gênero e moral nas esquerdas armadas brasileira e argentina. Os casos da ALN e do PRT-ERP. **Perseu: História, memória e política**. Nº 7, ano 5, p. 10 – 39, novembro de 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

CALLADO, Alisson Gomes. **O hino do sertão: a identidade nordestina em “Asa Branca”**. 2013. 18f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2013.

CARDOSO, Lourenço. O branco não branco e o branco-branco. In: MÜLLER, Tânia MP et CARDOSO, Lourenço (orgs.). **Branquitude – estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: dilemas da interpretação. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 47-65, jul./dez. 2014.

FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel paulista (1945-66)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

GOMES, Angela Castro de. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela; DE CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez [Lima, Peru] CELATS, 2006.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

MONTEIRO, Thiago William Nunes. **'Como pode um povo vivo viver nesta carestia': o movimento do custo de vida em São Paulo (1973-1982)**. São Paulo: Humanitas, 2017.

PINTO, Céli Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____; SILVEIRA, Augusta. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). **Opinião Pública**, v. 24, n. 1, p. 178-208, 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, nº 3, p. 3 – 15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Revista Estudos históricos**, v. 5, nº 10, p. 200 – 212, 1992.

PORTELLI, Alessandro et al. O que faz a história oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 14, 1997.

POTIER, Robson William. **O sertão virou verso, o verso virou sertão: sertão e sertanejos representados e ressignificados pela Literatura de Cordel (1900 – 1940)**. Dissertação (Mestrado). Departamento de História – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2012.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 5, p. 47-59, 2001.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo. 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, nº 16, p. 71 – 99, 1991.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Ateliê editorial, 2011.

SILVA, Anália Barbosa; SILVA Diego Tabosa; SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos. O Serviço Social no Brasil: das origens à renovação ou o “fim” do “início”. **4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**: 80 anos de serviço social, tendências e desafios. Belo Horizonte: CRESS-MG, de 19 a 21 de maio de 2016.

SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões sobre o campo de estudo. In: MÜLLER, Tânia MP et CARDOSO, Lourenço (orgs.). **Branquitude** – estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo memórias: questões sobre as relações entre a História Oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, Vol. 15, p. 51 – 71, 1997.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. **Evas e Marias em Serrolândia**: práticas e representações sobre as mulheres em uma cidade do interior (1970 – 1990); Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2006.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

WEBER, Regina. O avanço dos "italianos". **História em revista**. Pelotas, RS. Vol. 10 (dez. 2004), p. 75-94, 2004.

Memórias construídas: a Revolta Federalista e da Armada na correspondência de Santa-Anna Nery a Floriano Peixoto (França-Brasil, 1894)

Memories built: Federalist and Armada revolt in Santa-Anna Nery's correspondence with Floriano Peixoto (France-Brazil, 1894)

Waleska Sheila Gaspar
Mestre em História
Universidade de Passo Fundo
gaspar.waleska@gmail.com

Recebido em: 15/08/2018

Aprovado em: 09/09/2019

Resumo: Os primeiros anos da República no Brasil foram marcados pela tensão dos problemas políticos e pelas lutas pelo poder entre os diversos ramos civis e militares. Dois eventos, em particular, fizeram parte desses acontecimentos conflituosos, a Revolta da Armada no Rio de Janeiro (1893-1894) e a Revolução Federalista ocorrida no Rio Grande do Sul (1893-1895). Este trabalho busca analisar a correspondência enviada ao vice-presidente Floriano Peixoto, durante o decorrer desses conflitos, pelo intelectual e jornalista amazonense Frederico Santa-Anna Nery, enquanto este residia em Paris. Desse modo, a pesquisa tem como objetivo compreender, por meio do exame das fontes, a repercussão internacional das revoltas que ocorriam no país, bem como as interpretações e estratégias utilizadas por Santa-Anna Nery na defesa da política empregada por Floriano Peixoto frente à imprensa europeia.

Palavras-Chave: Revolta da Armada; Revolução Federalista; Correspondência.

Abstract: The first years of the Republic in Brazil were marked by a tension of the political problems and the battles for power between the several civil and military branches. Two events in particular were part of this conflictive period, the Armed Uprising in Rio de Janeiro (1893-1894) and the Federalist Revolution in Rio Grande do Sul (1893-1895). This paper seeks to analyze the letters sent to Vice Presidente Floriano Peixoto, during the period of these conflicts, by Amazonian intellectual and journalist Frederico Santa-Anna Nery, while residing in Paris. Thus, the research aims to understand, through the examination of the sources, the international repercussions of the conflicts that occurred in the country, as well as the interpretations and strategies used by Santa-Anna Nery in defense of the policy applied by Floriano Peixoto regardsthe European press.

Keywords: Armed Revolt, Federalist Revolution, Correspondence.

Introdução

Os primeiros anos da República no Brasil foram marcados por grande agitação política e militar. A transição do Império para a República por meio do golpe de 1889, a Constituição de 1891, a renúncia de Deodoro da Fonseca e as revoltas que eclodiram nesse período são alguns dos aspectos que contribuíram para o agravamento do cenário político do país.

Ascendendo à chefia do governo federal, após Deodoro da Fonseca abdicar em 1891, o vice-presidente Marechal Floriano Peixoto enfrentou duas graves revoltas, as quais revelaram o clima de tensão dos problemas políticos brasileiros da época e a crise de legitimidade do governo instituído. As revoltas que eclodiram, nesse contexto, foram a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893-1895) e a Revolta da Armada no Rio de Janeiro (1893-1894). A disputa pelo poder entre os diversos ramos civis e militares incentivaram o uso da força como meio de impor as diretrizes políticas que estavam em jogo.

Até certo ponto conectados, tais conflitos abalaram a ordem dos poderes instituídos, sendo combatidos por Floriano Peixoto, o qual acabou por ser reconhecido como “Marechal de Ferro” e “consolidador da República”, após por fim às revoltas. É neste contexto que se situa a análise deste trabalho, partindo da leitura de cartas endereçadas ao vice-presidente Floriano Peixoto, tendo como autoria o escritor e jornalista Frederico Santa-Anna Nery, enquanto este residia em Paris.

As fontes utilizadas neste trabalho fazem parte do Fundo Floriano Peixoto, disponível para acesso no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. O referido fundo é constituído de documentos produzidos e acumulados pelo titular no período em que exerceu a presidência da República (1891-1894). Dentre os registros, pode-se encontrar: correspondência pessoal, telegramas, correspondência diplomática, processos, mensagens, relatórios, memórias, manifestos, estudos, pareceres, protocolos, decretos, ofícios, petições, nomeações, entre outros.

O sistema de arranjo do acervo está organizado em diferentes seções reunidas em dossiês com numeração sequencial que vai de 1 a 1.493. Para fins desta pesquisa, foram selecionadas as correspondências recebidas por Floriano Peixoto e remetidas pelo jornalista Santa-Anna Nery. Em suma, o conteúdo presente no *corpus* documental corresponde a cartas comentando notícias veiculadas em jornais franceses, americanos e ingleses (*Journal des Débats, New York Herald, Times, Le Journal, L'epoque, Le Nouveau Monde, L'Eclair, Temps*) publicados durante dos anos de 1893 e 1894, sobre as revoltas que estavam ocorrendo no Brasil. Ademais, as informações são acrescidas de traduções e recortes de tais notícias e artigos publicados nestes jornais a mando de Santa-Anna Nery, em defesa do governo legal.

O uso de cartas na historiografia abre um grande campo de possibilidades para o historiador. A renovação no campo da história política também contribuiu neste sentido ao retomar a análise do documento escrito a partir de novas perspectivas, permitindo a adoção de diferentes aportes analíticos para sua interpretação. Desse modo, como salienta Teresa Malatian, ao tomar este tipo de documento como fonte, o historiador entra em contato com conversas fragmentadas a serem decodificadas em sua dimensão histórica ao mesmo tempo em que reconhece o contexto de uma época, entrelaçando a singularidade do indivíduo que escreve a uma dimensão coletiva (2013, p. 200). Assim sendo, essa proposta de análise tem como objetivo compreender, por meio da correspondência examinada, a repercussão internacional das revoltas que ocorriam no país, bem como a dinâmica das relações estabelecidas entre o remetente e o governo instituído. Também, buscar-se-á elucidar as interpretações e estratégias utilizadas pelo jornalista na defesa da política empregada por Floriano Peixoto frente à imprensa internacional, pretendendo perceber, ao mesmo tempo, o engajamento na vida política dos atores históricos envolvidos.

Em síntese, a proposta desta pesquisa visa contribuir com novas perspectivas sobre a dimensão que as revoltas, em estudo, alcançaram internacionalmente frente às discussões sobre a imprensa da época levantadas pelo remetente das cartas analisadas. Além disso, como ressalta Malatian, a análise de correspondências possibilita esclarecer a difusão das ideias entre determinado grupo, a fixação de certas visões como dominantes numa dada época e seu poder de influir nos acontecimentos (2013, p. 209).

A história política renovada e o uso de cartas como fonte na pesquisa histórica

A história política vem sendo rediscutida nas últimas décadas, levantando debates que envolvem seus paradigmas, conceitos e procedimentos metodológicos. Como salienta o autor José D'Assunção Barros (2009), enquanto a história política do século XIX mostrava uma preocupação praticamente exclusiva com a política dos grandes Estados – a chamada história política tradicional –, a nova história política, principalmente após a década 1980, passa a se interessar também pelo “poder” em outras modalidades. Conforme o autor,

Entre outros aspectos a serem oportunamente considerados, o que esteve em jogo na passagem de uma tradicional História Política, tal como ela era elaborada no século XIX, a uma Nova História política que terá o seu momento de especial intensidade a partir das últimas décadas do século XX, foi de fato um conjunto profundas mutações e disputas que se deram no interior da palavra "poder" ou através dos complexos desenvolvimentos históricos de sua compreensão pela comunidade científica. (...) "Poder" - de acordo com a nova ótica que foi se impondo gradualmente - é aquilo que exercemos através das palavras ou das

imagens, através dos modos de comportamento, dos preconceitos (BARROS, 2009, p. 149).

Quando nos referimos à história política enquanto tradicional ou renovada precisamos considerar que esta última, como a primeira modalidade da História¹, perpassou diversas mudanças no que compreende às correntes filosóficas e perspectivas de sua interpretação ao longo do tempo. A história política institucionalizou-se na segunda metade do século XIX com a configuração do positivismo, mas este como continuação, em novas bases, do pensamento Iluminista.

Como elucida Francisco Falcon, prisioneira da visão centralizada e institucionalizada do poder, a história política tradicional pretendeu ser também memória, “coube-lhe então, durante séculos, lembrar e ensinar pelos exemplos reais e ilustres de que era a única depositária” (1997, p. 54). A crítica endereçada à história política tradicional recaía, sobretudo, sobre a história positivista institucionalizada no século XIX. Conforme salienta Falcon (1997), o positivismo tinha como princípio a objetividade e a neutralidade dos historiadores ao “reviver” a História, baseando suas análises em perspectivas deterministas, utilizando-se de uma variedade de documentos oficiais ou escritos e ordenando os fatos mais importantes, geralmente ligados à política e aos grandes líderes, em uma ordem cronológica e linear de apreensão do tempo, descrevendo-os como o passado real da humanidade.

O predomínio do positivismo começaria a mudar a partir da década de 1920, quando se desenvolve uma nova fase na historiografia, especialmente a de cunho francês. Isso se deve, sobretudo, ao advento da *Escola dos Annales*, época na qual a história política perdeu seu prestígio à medida que avançava a renovação proposta e praticada pelo movimento, tendo como seus principais precursores Lucien Febvre e Marc Bloch.

A preocupação dos *Annales* com a construção de uma história-problema contrastava-se com a narrativa descritiva da velha história política - a ênfase nas séries, na conjuntura e na estrutura tornava o fato desprezível, a longa duração tornava o tempo do episódio insignificante, conforme Fernand Braudel (1982, p. 11), uma duração “caprichosa” e “enganadora”. Desse modo, como salienta Cassio Albernaz, o “combate”, no sentido *annaliste* à história política, parece confundir “o

¹ A história nasceu com a intenção de narrar episódios políticos, a exemplo dos trabalhos de Heródoto e Tucídides. Esta vertente tornou-se mais forte no século XIX, sob a influência de Leopold Von Ranke e seus seguidores, obstruindo o crescimento de outras abordagens que elegessem o cultural, o social ou o econômico para análise (BURKE, 1997, p. 11-12).

político” enquanto objeto de estudo que possibilita a compreensão de alguns fenômenos sociais, com as noções de acontecimento e de contingência (2011, p. 13).

Ao encontro disso, Jacques Julliard (1988), ao discutir o papel da história política na historiografia, defende que o problema não estava no objeto do político, mas sim, nos métodos empregados pelos historiadores. Longe de pretender interceder a favor da tradicional história condenada pelos *Annales*, o autor considera que por muito tempo a história política deixou de produzir uma problemática, o que justificaria a perda do seu prestígio frente à historiografia francesa. Sendo assim, Julliard ressalta que os limites impostos à história política estariam relacionados às questões metodológicas restritas e a simples narração dos fatos, configurando a ausência de problematizações mais profundas.

O ensaio crítico proposto por Julliard faz parte de um conjunto de trabalhos que vinham sendo produzidos na Europa nas décadas 70 e 80 do século XX, os quais se propuseram a debater a política do ponto de vista da historiografia, rediscutindo possibilidades e perspectivas para sua renovação. Para Jacques Le Goff (1983), as novas discussões que emergiam tinham como enfoque o político no sentido de cultura e de poder, em oposição a tradicional história política, visto que os fatos já não ocupavam lugar de destaque, mas sim as mentalidades, os signos e os símbolos políticos de poder.

Na órbita das discussões, o historiador René Rémond defende que o retorno de um interesse pela temática seria o signo de uma nova etapa no desenvolvimento da reflexão que a História faz sobre si mesma e, também, o resultado de uma nova configuração, marcada tanto pelas mudanças, que neste novo contexto passaram a afetar o político, como pelas que dizem respeito ao olhar que o novo historiador dirige a este político. Para o autor, o político não pode ser delimitado por uma coleção de objetos ou de um espaço, ele não tem fronteiras naturais, e por isso, somos levados a definições mais abstratas, onde a mais constante é pela referência ao poder. (2003, p. 444).

Assim, ao incorporar novos objetos e novas abordagens, visando compreender o universo do político de forma mais ampliada, a história política renovada aproximou-se de outras questões que perpassam os fenômenos econômicos, culturais e sociais. De acordo com esta nova ótica, o poder se estende a outras coletividades, setores das atividades humanas, é expresso nas palavras e nos modos de comportamento. Conforme Julliard (1988), o poder neste contexto, adquire uma noção muito mais ampla que o Estado. Sendo assim, há a preocupação de fazer aparecer as relações

entre as instituições políticas e as formações sociais subjacentes. A compreensão do político transcorre, neste sentido, no reconhecimento dos jogos de interesses, nas relações de poder estabelecidas e na multiplicidade de fatores que influenciam as decisões em diferentes esferas.

Em face disso, percebemos que, em parte, a recuperação do prestígio do estudo do político na historiografia recente tem sido possível devido à renovação das suas abordagens e métodos, bem como o contato estabelecido com novas fronteiras teóricas. Este contexto permitiu ao historiador levantar novas problemáticas e interpretações. É possível observar, desta forma, que diferentes perspectivas de análises podem servir ao estudo de fontes muitas vezes tidas como convencionais, como os documentos escritos e/ou oficiais. Um exemplo disso é o uso das cartas na pesquisa histórica. Há muito tempo utilizadas pelos historiadores em seus exames, as cartas são retomadas como o próprio objeto de investigação frente aos novos enfoques explorados pela historiografia. A autora Angela de Castro Gomes destaca que tal posicionamento requer mais investimentos na utilização e na análise das cartas, resultando em uma maior atenção às questões teóricas metodológicas que envolvem esse tipo de fonte (2004, p. 10).

Sendo assim, o uso de correspondências na pesquisa abre um grande campo de possibilidades para o historiador, constituindo um meio privilegiado de acesso a informações visto o papel cada vez mais relevante que as cartas assumiram nas sociedades ao longo dos séculos. O hábito da correspondência aumentou significativamente a partir do século XVIII com o crescimento da alfabetização. Nesse contexto, verificou-se a ampliação das práticas de escrita e de leitura alcançando, assim, diversas camadas sociais. As cartas eram utilizadas para expressar sentimentos, emoções, experiências, pedidos, recomendações, conselhos, entre muitas outras modalidades, chegando ao século XIX como o gênero mais difundido de escrita, tornando-se até mesmo uma moda (MALATIAN, 2013, p. 196).

Conforme afirma Malatian, ao utilizar-se de cartas na análise histórica inevitavelmente encontrar-se-á no caminho as especificidades do gênero epistolar, ou seja,

trata-se de documentos escritos com a preocupação de alcançar um destinatário. Tal preocupação os torna testemunhos de redes de comunicações entre indivíduos e grupos. É o receptor quem irá provavelmente controlar sua preservação ou destruição, numa prática de memória implícita ou explícita no pacto epistolar e seus desdobramentos, os atos de escrever, enviar, receber, ler, responder e guardar cartas (MALATIAN, 2013, p. 203).

Assim sendo, o historiador deve considerar que as cartas são fragmentos de uma história, pois nada impede que parte das correspondências sejam destruídas se assim for a vontade do titular,

ou que as condições de conservação e escrita tornem sua leitura um desafio. No caso de cartas produzidas ou endereçadas à pessoas com inserção pública e destacada, como é o caso das fontes utilizadas nesta pesquisa, estes aspectos devem ser levados em conta. Como salienta Malatian, correspondências de figuras públicas são conservadas com o conhecimento de sua importância enquanto fontes biográficas, sofrendo, nesse sentido, a seleção daquilo que deve ser preservado e divulgado para olhares futuros (2013, p. 202).

Determinadas questões acerca de categorias como a memória e o esquecimento também devem ser consideradas como possíveis interpretativos para a compreensão da documentação. Conforme o filósofo francês Paul Ricoeur, na tríade memória, história, esquecimento, a memória é um suporte do passado que define características na construção de imagens, ou seja, uma "memória manipulada" a qual estaria sujeita a "abusos do esquecimento" (2007, p. 454). Neste sentido, os homens tecem suas memórias a partir das diversas formas de interação que mantêm com outros indivíduos, bem como por meio de processos da reconstituição, no presente, de imagens do passado.

A análise da documentação selecionada para este trabalho nos convida a refletir sobre aspectos que perpassam a compreensão da memória e do esquecimento, visto que o esquecimento pode incorrer em exercícios de apagamento, omissão, invenção e imposição, em nome da memória. Aspectos estes denominados por Ricoeur como "esquecimento exercido" (2007, p. 427). Por isso, o esquecimento enquanto ação consciente do sujeito, deve ser examinado com cuidado pelo historiador na reconstrução dos discursos historiográficos.

Ademais, o uso de correspondências em análises históricas deve levar em consideração as narrativas construídas pelo indivíduo, considerando a subjetividade do documento. Sendo assim, Gomes ressalta que,

o que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de 'dizer o que houve', mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (2004, p. 15).

Desse modo, as narrativas presentes na correspondência a ser analisada, devem ser interpretadas à luz das seleções dos sujeitos envolvidos, pois, como bem elucida Ricoeur, "ver uma coisa é não ver outra. Narrar um drama é esquecer outro" (2007, p. 459). Dessa forma, a função narrativa que estrutura a memória é decorrente de uma seleção, resultado da tensão entre lembrança e esquecimento dos acontecimentos. Conforme afirma Ricoeur (2007, p. 98), a disputa do poder

rege o embate memorial, aí aparecem os abusos, distorções e táticas para a manutenção do *status quo*. Tais aspectos são relevantes e devem ser levados em consideração na pesquisa pretendida, pois, sobretudo, as revoltas em exame carregam consigo uma disputa pelo poder em um plano institucional e, sendo assim, entramos em contato com uma memória exercida, uma memória ensinada, ou seja, parte-se da premissa de que a memória é seletiva e por tal motivo, faz-se necessário identificar os princípios de seleção e observar como os mesmos variam.

Neste prisma, cabe trazer à discussão a noção sobre rastros de memória propostas por Ricoeur. Classificando os rastros, o autor chama a atenção para três classes: o rastro escrito, ou seja, o documento; o psíquico, aquele impresso na memória através de imagens sobre determinado evento marcante ou chocante; e, por fim, o rastro cortical, tratado pela neurociência como rastro mnésico. Nas palavras do autor:

Resta decifrar os hieróglifos, como quando se lê a idade da árvore, contando-se os círculos concêntricos desenhados no corte do tronco. Em resumo, para pensar o rastro, é preciso pensá-lo, simultaneamente, como efeito presente e signo de sua causa ausente. Ora, no rastro material não há alteridade, não há ausência. Nele, tudo é positividade e presença (2007, p. 434).

Para Ricoeur, o rastro é passível de ser alterado, destruído ou apagado. Sendo assim, como é possível sabermos os ciclos de uma árvore ao corta-la, é factível, pelos rastros da memória, reconhecer que algo aconteceu. Contudo, da mesma forma que no corte da árvore não é possível compreender o que de fato se passou até se chegar àquela fase, na memória ocorre algo semelhante: ficam os rastros de algo que aconteceu, mas eles não demonstram em si o conteúdo dos fatos ocorridos. Dessa forma, a manipulação pelo historiador destes rastros se dá no sentido de se tornarem fontes decifráveis ligadas à necessidade/tentativa humana de compreensão do passado.

Por esse motivo, cabe ao pesquisador decidir o que irá buscar nesses documentos, levantando problemáticas que correspondam aos objetivos propostos no trabalho, buscando não a veracidade dos fatos, mas sim, compreender os aspectos relacionados ao contexto no qual as correspondências foram produzidas, bem como os diversos papéis sociais, culturais e políticos dos atores históricos envolvidos. Malatian assinala que as considerações feitas sobre esse tipo de escrita:

Remete à constatação que as informações nelas contidas serão sempre versões individuais ou coletivamente construídas sobre determinados acontecimentos vividos pelo narrador ou dos quais se inteirou de diversas formas como conversas, leituras, relatos (2013, p. 204).

Em face disso, a proposta desta pesquisa é compreender a correspondência destinada ao vice-presidente Floriano Peixoto dentro dos aspectos anteriormente mencionados, os quais dão um novo lugar para a análise de cartas dentro da pesquisa histórica. Desse modo, as missivas utilizadas como fonte neste trabalho contribuem significativamente com novas percepções de um contexto específico, marcado pelas revoltas e pelo clima político de intensa agitação.

A República em tempos de guerra: as revoltas na correspondência de Santa-Anna Nery

A Revolução Federalista, que eclodiu em 1893, é resultado de um quadro de instabilidades que remontam a antigas rivalidades entre os partidos que disputavam o poder do estado rio-grandense. Com o advento da República, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) ascende ao governo sob o comando de Júlio de Castilhos, o qual empreende implacável perseguição e derrubada de seus opositores dos cargos públicos e posições de liderança e prestígio eleitoral nos municípios. Afastados do poder, chefes liberais e dissidentes republicanos fundam o Partido Federalista, no início de 1892, tendo como lideranças João Nunes da Silva Tavares e Gaspar Silveira Martins.

Organizados em território uruguaio², os federalistas arquitetaram a invasão do estado que ocorreu em fevereiro de 1893. O Exército participou ativamente do conflito, oficiais tidos como fiéis a causa republicana foram cedidos ao governo do estado rio-grandense, postos como comandantes de brigadas e batalhões. A guerra civil se estenderia até 1895, ultrapassando os limites do estado, chegando à Santa Catarina e ao Paraná, e deixaria a marca da extrema violência cometida nos campos de batalha, como a execução de prisioneiros através da degola (FLORES, 1996, p. 168).

Em setembro do mesmo ano, no Rio de Janeiro, deflagrava-se a segunda Revolta da Armada, quando oficiais da marinha insurgiram contra o governo de Floriano Peixoto. À frente da rebelião estava o ex-ministro da Marinha, Custódio de Mello, que esperava a renúncia do vice-presidente Floriano Peixoto, como o fez Deodoro da Fonseca na primeira Revolta da Armada

² De acordo com Ana Luiza Setti Recziegel (2015), as vinculações estabelecidas na fronteira entre os territórios do Uruguai e Rio Grande do Sul podem ser interpretadas pelos elementos regionais, que além das condições geográficas e as movimentações demográficas, estão ligadas às características étnicas e culturais, bem como aos padrões econômicos, comerciais e às alianças sociais e políticas, derivativos de uma história que se fez comum desde início da ocupação lusitano-espanhola, determinando o caráter de uma mentalidade coletiva que, na prática, ignorou, muitas vezes, as marcas dos limites nacionais. Muitos dos estancieiros que investiam seu capital em terras uruguaianas eram simpatizantes ou membros do Partido Federalista, sendo assim, o exílio no país vizinho permitiu aos federalistas traçarem suas estratégias de ação revolucionária e firmar alianças.

comandada por Custódio de Mello em 1891. Contudo, o Marechal manifestou sua intenção de resistir até as últimas consequências, resultando na retirada, após vários ataques frustrados, da esquadra dos revoltosos que ameaçava bombardear a cidade do Rio, para a Ilha de Desterro, atual Florianópolis, onde foi estabelecido um governo provisório.

Aderindo à revolta em dezembro, o almirante Saldanha da Gama deu a conhecer às autoridades a informação de que o comando das tropas revolucionárias passaria a ser exercido por ele. Nesse ínterim, as tropas federalistas do Sul tomaram o sentido leste para estabelecer contatos com os revoltosos da Armada que se encontravam em Desterro.³ Em março de 1894, Floriano Peixoto, amparado pelas forças do Exército, e com uma nova frota de navios adquirida no exterior, pôs fim ao movimento revoltoso da Marinha.

O conjunto documental utilizado neste trabalho refere-se a cartas endereçadas ao vice-presidente da República durante os primeiros meses de 1894, escritas pelo intelectual e jornalista Frederico Santa-Anna Nery (1848-1901), enquanto este residia em Paris. Cabe aqui fazer uma breve explanação sobre a vida de Santa-Anna Nery para a melhor compreensão de seu papel no contexto em análise.

Intelectual amazônico, Santa-Anna Nery se destacou como um dos principais divulgadores da região no exterior, tornando-se figura ativa nas relações internacionais brasileiras durante o Império e início da República. Além de escritor, Santa-Anna Nery era jornalista e escrevia em diversos jornais no exterior. Sobre a atuação do autor neste período, Ana Carolina de Abreu Coelho destaca:

Em 1874 mudava-se para Paris, local em que conquistou um círculo de amizades com gente ilustre como Vitor Hugo, Franz Liszt e o príncipe Roland Bonaparte; fora isso, vários intelectuais e pessoas da alta sociedade eram assíduos no salão de sua residência em Paris. Colaborou com os jornais franceses *L'Événement*, *Écho de Paris*, *L'opinion* e *Le figaro*, produzindo artigos sobre o Brasil. Foi diretor do periódico *L'Amérique* e o primeiro correspondente brasileiro do jornal *Republique Française* instituído por Leon Gambito um dos chefes prestigiados do partido republicano francês. Escreveu também para os jornais italianos *La Tribuna*, *Libertá*, *Journal de Rome* e *Il Século* e para o jornal londrino *Society* de 1874 a 1882 escreveu para o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, assinando a coluna *Ver, ouvir e contar*. Era um dos proprietários e diretores da *Revue du monde Latin* e diretor da

³ Cabe ressaltar que nesse contexto não havia total coesão entre os dois grupos rebeldes. A aproximação entre eles se deu pelo desejo de estabelecer um governo provisório, tendo como um dos objetivos principais conseguir atrelar relações com países do Prata, para que estes declarassem beligerância com o Brasil, o que impediria a venda de armamento ao governo federal. Porém, o propósito de fortalecimento dos movimentos revolucionários não foi alcançado (RECKZIEGEL, 2015, p. 141). Somado a isso, os líderes federalistas temiam a associação da revolução com o movimento monarquista, uma vez que as declarações do almirante Saldanha da Gama demonstravam suas inclinações monárquicas.

redação do periódico *Le Brésil*, revistas que procuravam expor uma imagem positiva do Brasil e dos países latino-americanos (2007, p. 15).

Um fator interessante a ser destacado sobre a vida de Santa-Anna Nery é sua postura política ambígua.⁴ Como ressalta Coelho, o jornalista tinha estreita ligação com a monarquia durante o Império no Brasil, sendo sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e recebedor de diversas homenagens pelo Imperador, contudo, podia se “ambientar” muito bem com políticos ligados à república (2007, p. 19). Tais aspectos podem ser observados nas leituras das cartas endereçadas a Floriano Peixoto, as quais tratam com muito prestígio a figura e a política adotada pelo vice-presidente enquanto este ocupava o cargo de chefe de Estado.

Neste contexto, é perceptível como Santa-Anna Nery buscava ser o elo entre a Europa e o Brasil. Nas revistas e jornais nos quais atuava no exterior, o autor procurava expor o desenvolvimento do Brasil e também da Amazônia, através de um discurso que propagava a ideia de um país aparentemente europeu em prosperidade e comunicação, com o diferencial de possuir uma excelente produtividade natural e um território bastante superior (COELHO, 2007, p. 30). Em suma, Santa-Anna Nery fazia parte de um círculo de intelectuais nacionalistas que, mesmo com a transição do regime monárquico para o republicano, não deixou de lado seu engajamento na vida política enquanto propagandista do Brasil no exterior.

As correspondências analisadas permitem reconhecer tais aspectos. As cartas buscavam informar e, ao mesmo tempo, alertar Floriano Peixoto sobre as notícias que estavam circulando nos jornais da Europa acerca das revoltas que aconteciam no Brasil, bem como salientavam as atitudes tomadas pelo jornalista em resposta e defesa do governo legal quando este era alvo de críticas.

Em carta datada de 19 de fevereiro de 1894, Santa-Anna Nery informava Floriano sobre uma nota que redigiu em resposta ao *Journal des Débats*, o qual, segundo o autor, não escondia suas simpatias aos revoltosos, mas que, mesmo assim, havia publicado a retificação, contudo, acompanhada de comentários recheados de inexatidões. Felizmente, continuava Santa-Anna Nery, outros “grandes órgãos da imprensa diária” haviam publicado sua nota, como *New York Herald* e outras folhas inglesas. Na mesma correspondência, o jornalista informava sobre algumas linhas

⁴ Cabe ressaltar que tal postura não se deu de forma isolada. A velocidade e a força do processo de transformação pelo qual o Brasil passou na segunda metade do século XIX, os quais resultaram no advento da proclamação da República, foi marcado por incertezas. Diante disso, os primeiros anos republicanos foram marcados pelas dissensões, pelas divergências e pelas disputas em torno do caminho a seguir e da conciliação dos diferentes interesses das forças que sustentavam o novo regime.

presentes no jornal *Times*, de Nova York, as quais se referiam a um telegrama expedido por Ruy Barbosa enaltecendo a necessidade de serem os revoltosos reconhecidos como beligerantes, ao passo que a folha respondia ser "Ruy Barbosa um mentiroso, que os insurgentes não tinham direito algum, e que logo estariam desbaratados" (NERY, 1984a).

Em outra correspondência, Santa-Anna Nery escrevia ter a honra de remeter a Floriano artigos que redigiu e mandou publicar em defesa do governo legal. Entre os assuntos, destacou que no periódico *Le Journal* escreveu um artigo tendo por finalidade mostrar que, não restava mais aos sediciosos sombra de pretexto para continuarem as suas "piratarías", havendo Floriano Peixoto demonstrado com fatos que respeitava à risca a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 (NERY, 1984b).

Dessa forma, afirmava ter respondido a boatos publicados nos jornais franceses *L'epoque* e *Le Nouveau Monde*, os quais versavam que a Revolta da Armada estava por alcançar a vitória, visto que o governo não tinha elementos suficientes para resistir. Por fim, dizia ter refutado, em termos enérgicos, as insolências do *Journal des Débats*, o qual não havia hesitado em aconselhar os insurgentes para que prosseguissem na luta (NERY, 1984b).

Visto dessa forma, é perceptível a atuação expressiva de Santa-Anna Nery enquanto jornalista que buscava contestar qualquer manifestação contrária endereçada ao governo brasileiro. As cartas evidenciam o papel desempenhado pelo intelectual na reverberação das diretrizes políticas tomadas por Floriano Peixoto, bem como comprovam as tentativas de mobilizar a imprensa em seu favor.

Ao mesmo tempo, devemos levar em consideração que o próprio poder instituído mantinha a preocupação de defender-se aos olhos estrangeiros. Em alguns casos, a atuação dos jornalistas estava ligada a superintendências administrativas no exterior que financiavam seus trabalhos para atuarem na imprensa fora do país. Isto fica claro em uma das cartas de Santa-Anna Nery quando o autor faz um apelo ao descrever a situação em que se encontravam os funcionários da superintendência em Paris:

Julgo haver assim cumprido meu dever, embora a superintendência se ache literalmente sem um real, não tendo podido nem mesmo pagar os ordenados de fevereiro dos seus empregados, todos pais de família e sem outros recursos em terras estranhas (NERY, 1984b).

Além de sua atuação na imprensa, Santa-Anna Nery mostrava-se inteirado sobre outros assuntos relacionados ao conflito, notificando medidas adotadas para evitar a compra de

material bélico na Europa pelos revoltosos. Sua influência nas relações internacionais permitia que tomasse conhecimento de alguns fatos intervindo diretamente em tais questões, as quais reportava de imediato ao vice-presidente Floriano Peixoto:

Tendo recebido informações, que me pareciam fidedignas, de que em Hamburgo se tinham efetuados embarques de chumbo, pólvora e até dinamite com destino a portos do Sul da República, dirigi-me, confidencialmente ao nosso ministro em Berlim, Barão de Itajubá, para que se dignasse providenciar a tal respeito. Deu-me segurança de que tal não se dará, suspeitando, porém, que embarques se tinha efetuado em Antuérpia, e acrescentando que já havia telegrafado ao Governo a tal respeito. O Sr. Consul em Londres compartilhou-me em reserva que tinha sido procurado pelos negociantes *Samuel and Brothers*, que desejavam expedir material de guerra para Santos. Escrevi-lhe logo que não deixasse partir material bélico algum sem que os encarregados da expedição comprovassem com documentos autênticos a remessa destinada exclusivamente ao Governo Legal. Ao levar essas ocorrências ao conhecimento de V. Ex.^a, tenho a honra de assinar-me com a mais sabida consideração e perfeita lealdade (NERY, 1984b).

Diante do exposto, percebemos como Santa-Anna Nery mantinha-se atento às informações que circulavam no interior dos assuntos envolvendo os conflitos que ocorriam no país e a capacidade que tinha em intervir em tais questões. E ainda, as entrelinhas das cartas revelam que o autor buscava mostrar-se eficiente perante Floriano, uma forma de dizer “estou aqui” e “minhas atitudes são significativas”, aumentando assim sua credibilidade. Ao mesmo tempo, o trecho revela a existência de toda uma rede de informações articuladas, demonstrando a abrangência alcançada pelas revoltas no exterior.

Com a derrota da Revolta da Armada, em março de 1894, Santa-Anna Nery passa a remeter ao vice-presidente as notícias sobre a vitória do governo, nas palavras do jornalista:

A notícia da vitória do governo foi aqui conhecida com tanta rapidez que a minha intervenção na imprensa tornou-se quase desnecessária. Os mesmos jornais que, dias antes, cobriam-nos de contrariedades, foram os primeiros a se indignarem contra os seus amigos da revolta (NERY, 1984c).

Dizia ainda que havia mandado divulgar nota sobre a vitória do governo legal, que foi publicada em jornais como *L'Éclair*, *Le Journal*, e *Temps*. E ainda anexava, junto à carta, um artigo escrito por ele, que foi publicado no jornal republicano *L'Événement*, em resposta ao periódico *Journal des Débats* que, “persistindo em sustentar a causa dos sediciosos, disse que Saldanha da Gama não se tinha rendido, mas que se tinha retirado simplesmente” (NERY, 1984c). O conteúdo escrito por Santa-Anna Nery em seu artigo de resposta atacava de maneira enfática Saldanha da Gama,

afirmando ironicamente que o “valente marinheiro” não havia a quem recorrer após a derrota da revolta, pois nem seus patrícios queriam tomar aquele incômodo. Seguiu seu texto escrevendo que,

Com efeito, não nos esquecemos de que os homens que assim jogaram tão levemente a paz do próprio país e a própria honra pessoal não hesitaram em semear a morte nos bairros mais populosos de uma cidade aberta. O bombardeamento do Rio de Janeiro fica sendo um facto sem desculpa possível desde que não se tratava, para os chefes que o efetuaram, de uma luta na qual deveriam arriscar a vida. Com que direito o almirante Gama apontou os canhões contra a capital do seu país infeliz, se a causa pela qual lutava tinha tão pouca importância que nem mesmo merecia um esforço pessoal da sua luta? (NERY, 1984c).

Frente a isso, Santa-Anna Nery ressaltava que a opinião pública não poderia estar com os “sediciosos”, pois não existia causa alguma nas reivindicações dos revoltosos, além de pretextos pessoais para empunharem armas, referindo-se ao conflito como uma “mesquinha insurreição”. Tomamos, nesse sentido, conhecimento de como a revolta estava sendo repercutida nos jornais europeus. O papel assumido por Santa-Anna Nery é representativo na medida em que demonstra que, para além da imprensa nacional, o assunto tomou lugar nas páginas periódicas no exterior, contando com a atuação de jornalistas que mantinham ligações estreitas com o governo instituído. Ao mesmo tempo, as cartas evidenciam a existência de jornais que apoiavam a causa revoltosa ou criticavam as ações do governo brasileiro, como é o caso do *Journal des Débats*, diversas vezes citado pelo autor.

Tais aspectos podem ser observados ainda em outra missiva, na qual Santa-Anna Nery reporta a Floriano que na data de 23 de março, os jornais haviam reproduzido um telegrama expedido pelo correspondente do *New York Herald*, que referia-se a notícia de que o vice-presidente do Brasil colocava em vigor os Decretos de 1838 e 1851, autorizando a execução, sem processo, de todas as pessoas, nacionais ou estrangeiras, que auxiliaram as revoltas direta ou indiretamente.⁵ Ressaltava o autor que, imediatamente, encaminhou telegrama à Floriano tratando sobre tal questão, com o intuito de fazê-lo “ficar habilitado para responder a qualquer ataque que, por acaso, aparecesse nos jornais simpáticos a causa dos revoltosos”. O jornalista continuava relatando que,

⁵ O Decreto ao qual refere-se Santa-Anna Nery é o de n. 1681, de 28 de fevereiro de 1894, que declarava que os crimes cometidos por civis ou militares estariam sujeitos a foro militar. Destaca Silva (2013) que tal decreto considerava “que o crime de rebelião deveria ser assimilado ao de guerra externa, invocando o decreto n° 61, de 24 de outubro de 1838, para justificar tal medida”, e “definia que os crimes a serem julgados em foro militar, cometidos por civis ou militares, seriam os mesmos arrolados no decreto n° 631, de 18 de setembro de 1851”. Para mais detalhes ver decreto n° 1.681, de 28 de fevereiro de 1894, disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=393726&tipoDocumento=DEC-n&tipoTexto=PUB>.

como já previa, no dia seguinte à publicação do *New York Herald*, em 24 de março, o jornal *Times*, de Londres, publicou notícia semelhante, em termos “assaz violentos”. Santa-Anna Nery não tendo recebido resposta do telegrama enviado ao vice-presidente, julgou ser urgente não demorar em responder tais investidas do jornal britânico: “mandei um artigo ao *Times* e dirigi cópia desse artigo ao *New York Herald* afim de demonstrar que, a verdadeira notícia, tinha ela plena justificação” (NERY, 1984d).

O artigo escrito aos editores do *Times* foi mandado como anexo para o conhecimento de Floriano. Santa-Anna Nery destacava que outra resposta estava sendo elaborada por ele, a partir da qual, buscava fazer um resumo de toda legislação francesa, com o intuito de provar que a atitude tomada pelo governo legal brasileiro não era mais draconiana do que a dos “diversos povos civilizados da Europa”.

Além disso, os argumentos utilizados no artigo de resposta buscavam justificar a atitude do governo frente à situação em que se encontrava o país. Assim defendia Santa-Anna Nery:

Primeiro que tanto, não é possível que se queira que os sediciosos sejam condenados sem julgamento, mas sim que sejam processados sumariamente, o que é muito diferente, se assim proceder, o marechal Peixoto não pratica nenhum ato arbitrário ou ditatorial; não fará mais do que proceder de conformidade com leis que datam do tempo do Império de Dom Pedro II, o qual por mais que essa circunstancia já ande muito esquecida, também teve que reprimir, durante o seu longo reinado, uma série de sublevações armadas ou verdadeiras revoluções (NERY, 1984d).

O jornalista aproveitava para contrapor as afirmações publicadas pelo jornal *Times* que diziam que o governo brasileiro sofria de um vício orgânico: a fraqueza e a covardia. Nas palavras do autor, diferentemente de Dom Pedro II, que tomou o caminho do exílio sem nenhum protesto, e de Deodoro da Fonseca, que renunciou seu cargo de presidente perante as ameaças da primeira Revolta da Armada, Floriano Peixoto soube resistir, defendendo a legalidade e, sendo assim, “ensinou ao povo brasileiro que é necessário lutar em prol da Constituição”. Por tal posicionamento assumido pelo vice-presidente, não deveria este deixar impune quem perturbava a paz e a ordem no país. Neste contexto, continuava o autor, o respeito à autoridade constituída era basilar e o perdão imediato dos revoltosos apenas levaria o Brasil ao abismo, portanto, a repressão aos insurgentes era algo louvável, não o contrário disso.

Novamente percebemos como Santa-Anna Nery buscava, através da imprensa, defender as atitudes de Floriano Peixoto, descrevendo a figura do chefe de Estado com muita credibilidade

frente às críticas externas. As considerações feitas pelo jornalista levam a constatação de que as informações escritas por ele tratavam de construções feitas por ele próprio, as quais pretendiam, através de exemplos, legitimar a repressão desencadeada naquele contexto. Isso pode ser observado na continuação do artigo, quando Santa-Anna Nery salienta que aqueles que manifestavam tanta ternura pelos chefes da insurreição no Brasil, deveriam ter ostentado os mesmos sentimentos quando, por exemplo, o presidente da França, Adolphe Thiers, castigou os autores da Comuna de Paris (NERY, 1984d).

O jornalista finalizava sua resposta aos editores do jornal britânico ressaltando que o Brasil, mesmo na condição de estar vivenciando uma guerra-civil, vinha cumprido com seus compromissos financeiros, comparando-o a Portugal que, em suas palavras, havia suspenso, em plena paz, o pagamento dos juros de suas dívidas. Completava a resposta em tom provocativo:

Se quiseres que o Brasil desça ao nível desse Estado, podeis aconselhar-lhe que deixe de aplicar as leis que punem a sedição. Mas, nesse caso, que será feito dos interesses que os ingleses têm naquele país que deve boa parte dos seus progressos aos capitais ingleses? (NERY, 1984d)

Todos os argumentos utilizados por Santa-Anna Nery pretendiam desconstruir aquilo que o jornal britânico *Times* havia publicado dias antes, tocando, inclusive, na questão financeira do país, algo que influenciava diretamente os interesses dos ingleses. Tais aspectos demonstram, mais uma vez, sua habilidade em intervir em assuntos que poderiam tanto corresponder às questões políticas como econômicas ou diplomáticas.

É perceptível, por meio da leitura das cartas e dos artigos anexados a elas, a missão a qual Santa-Anna Nery tomou para si, sendo um “porta-voz” no exterior dos interesses daqueles que governavam o Brasil no período. Seu papel não se diferenciava muito da atuação de outros sujeitos que, através da imprensa, das obras e das letras, caracterizavam as intrincadas relações de poder e a vida intelectual daquela época, tão próxima dos debates políticos e de seus desdobramentos.

Considerações finais

O uso de cartas como fonte na pesquisa histórica vem sendo cada vez mais reconhecido pelos pesquisadores. A importância desse tipo de documento revela muito mais do que a comunicação do remetente ao destinatário, desvendando, na escrita, o desejo de que as ideias incorporem os acontecimentos. Através das correspondências, o historiador tem a oportunidade

de penetrar nos jogos de interações sociais de determinada época, pois tal forma de escrita carrega consigo lugares, momentos particulares e sujeitos que fazem parte da história.

Refletindo sobre tais aspectos, torna-se necessário tomar os rastros presentes nas fontes selecionadas para esta pesquisa como fragmentos de uma história, sendo assim, dois aspectos podem ser explorados levando em consideração tal documentação. O primeiro, perpassa pelo reconhecimento de que os registros passam pela seleção daquilo que deve ser preservado e divulgado para os olhos futuros, ou seja, o que deve ser lembrado ou esquecido se assim for a vontade do titular de determinada documentação, sofrendo nesse sentido, a ação da ausência. O outro, faz referência aos rastros de memória e suas imbricações. O documento traz em si a subjetividade de quem o produziu, as experiências positivadas na memória do indivíduo, sua possível percepção sobre um determinado acontecimento. Nesse sentido, a memória individual, ou coletiva, é suscetível a usos e manipulações, sendo possível considerar, assim, que toda história tem seus limites de acesso ao passado.

Desse modo, somos levados a compreender como a memória passa a ser um trabalho contínuo sempre capaz de se sobrepor a processos estruturais pré-estabelecidos. As interpretações sobre o passado devem levar em consideração que este sempre está permeado por tensões, conflitos e relações ligados à experiência da história, à memória e ao esquecimento, em suma, na reconstrução daquilo que passou, não há nada de natural.

No que se refere a períodos de grande tensão e conflitos, como é o caso do tema que envolve as revoltas aqui abordadas, é notório como as memórias constituem-se dinamicamente entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Essas memórias são compartilhadas com o coletivo, auxiliam como elemento de identificação entre o grupo, o que confere, aos sujeitos envolvidos no processo, a noção de pertencimento. Por tais motivos, a análise pretendeu, no plano da memória coletiva, evidenciar as relações com a história e a luta política travada no momento. Sobretudo, evidenciou-se como o resgate historiográfico acaba entrando em conflito com aquilo que foi esquecido pelas versões oficiais da história e as lembranças vinculadas àqueles que têm o poder, que decidem quais narrativas deverão ser lembradas e quais deverão ser esquecidas.

A renovação na história política permitiu que novos olhares e problemáticas fossem levantadas sobre o documento histórico. Tais aspectos também podem ser percebidos quando utilizamos as correspondências enquanto fonte para pesquisa, através de novas perspectivas historiográficas. Sendo assim, mais do que a descrição ou a busca pela veracidade dos fatos, as

cartas tornam-se um meio privilegiado de acesso a atitudes e representações, cabendo ao historiador decidir o que irá buscar naqueles documentos, buscando decifrar a subjetividade entre as linhas daquele que escreve.

A correspondência analisada neste trabalho, a título de exemplo, constitui uma forma de compreendermos a arena política do contexto estudado através da abertura analítica proposta por essa renovação historiográfica. Neste sentido, as cartas endereçadas a Floriano Peixoto por Santa-Anna Nery colaboram com a compreensão sobre as intrincadas redes de relações existentes em um contexto particular, marcado pelas revoltas que o país enfrentava. Por meio de sua leitura, é possível verificar a existência de um arranjo internacional que contava com a participação de intelectuais, como no caso do jornalista amazonense, que desempenhavam, dentre outras coisas, papel fundamental na imprensa, tendo como objetivos proteger os interesses e a imagem do governo brasileiro no exterior.

Destaca-se, assim, o valor da fonte estudada, pois por meio dela é possível entrarmos em contato com o que estava sendo publicado e debatido em alguns periódicos internacionais sendo possível evidenciar, ainda, como as críticas levantadas eram contestadas. Tais indícios vêm reafirmar o relevante papel que a imprensa ocupava na época, principalmente enquanto meio de influir ideologias e concepções. Nesta perspectiva, a presente análise possibilitou, mesmo que de maneira sucinta, alargar algumas questões envolvendo os conflitos em estudo e os embates de opinião daquele momento histórico.

Sendo assim, o estudo permitiu evidenciar que as revoltas não ficaram restritas ao território nacional. Muito mais do que um problema interno, sua repercussão sugere que, internacionalmente, elas foram pautas de diferentes discussões, acabando por dividir opiniões. Neste cenário, é possível considerar que o poder instituído agia por meio de toda uma rede de comunicações entre indivíduos que compartilhavam, por intermédio das correspondências, suas experiências, preocupações e modos de agir frente a um contexto marcado pelos conflitos que convulsionaram os primeiros anos da República brasileira.

Fontes:

Carta de Frederico Santa-Anna Nery a Floriano Peixoto, Paris, 19/02/1894. Arquivo Nacional: BR AN,RIO Q6.LEG.COR,CAR.662.

Carta de Frederico Santa-Anna Nery a Floriano Peixoto, Paris, 05/03/1894. Arquivo Nacional: BR AN,RIO Q6.LEG.COR,CAR.662.

Carta de Frederico Santa-Anna Nery a Floriano Peixoto, Paris, 19/02/1894. Arquivo Nacional: BR AN,RIO Q6.LEG.COR,CAR.662.

Carta de Frederico Santa-Anna Nery a Floriano Peixoto, Paris, 05/03/1894. Arquivo Nacional: BR AN,RIO Q6.LEG.COR,CAR.662.

Referências bibliográficas

ALBERNAZ, Cássio A.A. **Prolegômeno historiográfico ao objeto político**. História. Rio Grande: v. 2, p. 9-24, 2011.

BARROS, José D'Assunção. **História Política**: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. Educere et Educare. Revista de Educação, Cascavel, n. 7, v. 4, p. 147-162, jan./jun. 2009.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. 4. ed. Lisboa: Presença, 1982.

BURKE, Peter. **Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997. p. 11-12.

COELHO, Ana Carolina de Abreu. **Santa-Anna Nery**: um propagandista “voluntário” da Amazônia (1883-1901). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, Belém, 2007.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, p. 61-91.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 5a Ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 180-196.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da História? In: **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 215-236.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, C. B; LUCA, T. R. (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **A Diplomacia Marginal**: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai. 2. Ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução. Alain François et al. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. Histórico da Justiça Militar brasileira: foro especial e crime político. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH-Brasil. Natal-RN, julho de 2013.

Memórias de migrantes rurais da Zona da Mata Mineira

Rural migrants' memories from Zona da Mata of Minas Gerais

Isadora Moreira Ribeiro

Doutoranda em Extensão Rural
Universidade Federal de Viçosa
isadora.moreiraribeiro@gmail.com

Sheila Maria Doula

Doutora em Antropologia Social
Universidade Federal de Viçosa
sheiladoula@gmail.com

Marco Paulo Andrade

Mestre em Extensão Rural
Universidade Federal de Viçosa
andrade.marcop@gmail.com

João Paulo Louzada Vieira

Mestre em Extensão Rural
Universidade Federal de Viçosa
joaopaulo.direito@yahoo.com.br

Jeferson Henrique dos Reis Lopes

Graduando em Cooperativismo
Universidade Federal de Viçosa
jeferson.h.lopes@gmail.com

Recebido em: 06/06/2019

Aprovado em: 11/11/2019

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar as narrativas de migrantes rurais da Zona da Mata de Minas Gerais, atentando-se para as alterações e permanências nos conteúdos narrados, a partir de um enfoque na temporalidade. Com base no histórico da inter-relação campo-cidade, utilizam-se referenciais teóricos que permitem considerar a memória como potência que aciona o cruzamento entre tempo e espaço na experimentação do presente e na projeção do futuro. A abordagem metodológica é de caráter qualitativo, compondo-se o *corpus* de 12 entrevistas realizadas com migrantes da microrregião de Viçosa, cujos conteúdos são analisados em termos do que é lembrado e de como é lembrado. Os resultados ressaltam a especificidade do trabalho na mobilização das migrações campo-cidade, destacando-se a família como núcleo basilar dos movimentos narrativos da recordação.

Palavras-chave: Migrações; Memória; Rural.

Abstract: This work aims to analyze the migrants' narratives from Zona da Mata of Minas Gerais, taking into account the changes and continuities in the narrated contents, considering the temporality. Based on the history of the country-city connection, theoretical references which allow us to consider memory as the potency that drives the intersection between time and space in the experimentation of the present and the projection of the future are used. The methodological approach developed is of a qualitative nature, with the *corpus* being composed of 12 interviews with migrants from Viçosa's micro region, which contents are analyzed in terms of what is remembered as well as how it is remembered. The results emphasize the specificity of the work in the mobilization of the rural-urban migrations, highlighting the family as the basilar nucleus of the memory narrative movements.

Keywords: Migrations; Memory; Rural.

Introdução

As noções de campo e cidade, construídas em inter-relação, inscrevem-se em distintas áreas de estudo, ancoradas em abordagens materiais e simbólicas. No contexto de mobilidade que caracteriza as variações temporais da percepção desses espaços, as representações literárias e históricas ilustram os enquadramentos diversos que se constituíram no entorno do rural e do urbano, como salienta Williams (2011). Por meio da observação das estruturas de sentimento que perpassam as narrativas de escritores ingleses, o autor descreve o processo de transformação social iniciado com a Revolução Industrial, demarcando a transição de uma sociedade agrária para a industrial, o que não se restringiu à Inglaterra.

Nesse percurso analítico, Williams (2011) reconhece, de início, uma identificação bucólica do campo, carregada de valores morais e ideais sobre a natureza. Essa visão mítica se intensifica com o avanço da industrialização e, em meio à política imperialista, a relação campo-cidade se internacionaliza, prevalecendo a ideia de que o rural tende a se urbanizar, o que consolida uma imagem nostálgica vinculada ao campo. Com isso, o autor indica que o eixo se desloca no sentido subdesenvolvimento-desenvolvimento, o que assinala a especificidade rural dos países outrora colonizados. Logo, “no campo e na cidade, fisicamente presentes e substanciais, a experiência encontra um material que corporifica os pensamentos” (WILLIAMS, 2011, p. 475), o que sugere a importância do espaço, do tempo e da memória como mediadores na visualização das relações que se tecem no circuito rural-urbano.

Pelo ângulo do processo de colonização, Freyre (2003, p. 79) assinala que a formação social brasileira se baseou numa estrutura agrária, caracterizada “pela base agrícola e pela permanência do colono na terra”, donde resulta a centralidade do núcleo familiar rural como

unidade produtiva do sistema colonial. Associada à política de distribuição de terras empreendida pela Coroa Portuguesa, essa centralidade teve como consequência, além da concentração fundiária, o “equilíbrio de antagonismos”, percebido nas polaridades entre as culturas europeia e indígena, os senhores e os escravos, os grandes e os pequenos proprietários (FREYRE, 2003). O percurso histórico ressalta, portanto, um antagonismo entre a produção visando ao abastecimento dos centros urbanos europeus, em que se nota a posição rural das colônias, conforme apresenta Williams (2011), e a produção de destinação interna, reconhecível em sua conexão com as cidades em formação no Brasil.

No decorrer do processo de urbanização, marcadamente acelerado no Brasil e na América Latina como um todo, ainda que a prevalência administrativa das cidades tenha sido evidente, a subsistência de uma herança simbólica rural é discernível (FAVARETO, 2006). Ao êxodo rural que se intensifica na segunda metade do século XX, como decorrência do modelo de modernização politicamente adotado, corresponde uma superurbanização, geradora de grandes cidades que concentram os setores industriais de serviços, o que reforça a abordagem setorial do campo como espaço de produção agrícola (WANDERLEY; FAVARETO, 2013). Por consequência, Wanderley e Favareto (2013, p. 40) destacam que o meio rural brasileiro é caracterizado por índices de pobreza, por restrições “no que se refere ao acesso a bens, serviços e oportunidades de trabalho” e pela tendência de migração da população para as cidades.

Nesse sentido, os dados do censo demográfico revelam a inversão na correlação entre população rural e urbana, com o predomínio desta a partir dos anos 1970. Na região Sudeste, contudo, tal mudança proporcional já é patente na década de 1960 e, nacionalmente, o último levantamento quantitativo da população residente nos espaços rurais equivale a pouco mais de 15% do total recenseado (IBGE, 2010). À tendência estatística de redução da população rural cabe um contraste, porém, com os critérios adotados para a delimitação territorial, mantidos desde os anos 1930, como parte do ideário desenvolvimentista de urbanização, pelos quais todas as sedes de municípios e distritos são consideradas regiões urbanas (VEIGA, 2003). Acrescentam-se, ainda, vertentes de estudo que sugerem um processo de “renascimento do rural” ou de nascimento de uma “nova ruralidade” na passagem do século XX para o século XXI (VEIGA, 2006), as quais retomam, de certa forma, a identificação entre campo e natureza.

Na dinâmica dos fluxos migratórios, a mudança no sentido dos deslocamentos para o meio rural particulariza essa inclinação à retomada do campo como espaço de moradia, lazer e

atividades que ultrapassam o setor primário da economia. Como aponta Veiga (2006), os vetores dessa nascente ruralidade estariam vinculados a condições suscitadas pela proposta de desenvolvimento sustentável, abrangendo os recursos naturais em suas potencialidades econômicas no que se refere à biodiversidade, ao turismo rural e às novas matrizes energéticas. Esse cenário não prescinde, todavia, dos problemas anteriormente atrelados às cidades, uma vez que o acesso a bens de consumo não mais é uma exclusividade dos grandes centros, o que incide sobre o arranjo das desigualdades sociais e econômicas, refletindo-se, a exemplo, na manifestação de novas práticas de violência e criminalidade nos espaços rurais.

Esse breve itinerário histórico das trajetórias percorridas pelos sujeitos inseridos no êxodo rural, pelos “novos rurais” e por outros migrantes, além da mobilidade espacial, permite vislumbrar a potência simbólica das narrativas atreladas a esse percurso, reforçando que “a vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamento e decisões” (WILLIAMS, 2011, p. 21). Com base nessas considerações, assume-se como objetivo deste trabalho analisar as narrativas de migrantes rurais da Zona da Mata de Minas Gerais, atentando-se para as alterações e permanências nos conteúdos narrados, a partir de um enfoque na temporalidade. O estudo é parte do projeto de pesquisa “Lugares de saída, lugares de chegada: caminhos e reconfigurações simbólicas da mobilidade socioespacial entre jovens rurais da Zona da Mata Mineira”¹.

A mesorregião da Zona da Mata subdivide-se em sete microrregiões, entre elas a de Viçosa, composta por 20 municípios. Com economia de base inicialmente agropecuária, a mesorregião é identificada, desde o século XX, como “tipicamente de emigração” (PAIVA; TOMA, 2005, p. 214). Nas décadas de 1960 e 1970, a Zona da Mata assistiu ao deslocamento de um grande contingente populacional em direção aos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. A dinâmica populacional mostra que, embora tenha se caracterizado como “tipicamente expulsora até 1980”, a região teve reduzida sua movimentação populacional entre os anos 1990 e 2000, observando-se o envelhecimento populacional (PAIVA; TOMA, 2005, p. 228) e a migração de retorno (BRITO, 2000). Entre as idas e vindas, as narrativas sobre os que chegam e os que partem são “temas moral e socialmente muito significativos” no cotidiano dos habitantes dos espaços rurais da mesorregião (COMERFORD, 2014, p. 119), o que reforça o objetivo aqui proposto.

¹ Projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

Tendo como eixo teórico os estudos da memória, entendida na conjugação que promove entre “a ausência da coisa lembrada e sua presença na forma de representação”, como pondera Ricoeur (2007, p. 72), salienta-se a potência das representações construídas pelos migrantes a partir de suas vivências e experiências nas pesquisas sobre migrações (LUCENA, 1999). Os testemunhos constituem, portanto, o suporte empírico na busca por articular os lugares de mobilidade às lembranças visadas pelo ângulo memorial. Dessa maneira, entende-se que campo e cidade se manifestam como lugares de memória em termos materiais, simbólicos e funcionais (NORA, 1993), o que permite tratar das recordações sobre os trânsitos migratórios em relação às temporalidades da partida, da chegada e do retorno, com ancoragem nesses espaços e no tempo presente da lembrança.

Compreendida em sua condição de potência sujeita às instabilidades do decorrer temporal, ao esquecimento e às influências do imaginário, a memória não é um reflexo reconstituído do passado, “mas ato produtivo de uma nova percepção”, nomeado por Assmann (2011, p. 117) como recordação. Trata-se de uma recomposição pretérita pelo acionamento de sentimentos presentes e a projeção de perspectivas futuras. No panorama testemunhal, associa-se ao recordar a intersecção ente as lembranças individuais e as coletivas, destacando-se o papel dos sociotransmissores como balizadores da memória de um grupo e intermediadores dos conteúdos transmitidos entre as gerações (CANDAU, 2005). Pode-se dizer que esses sociotransmissores, ao recorrerem à “experiência que passa de pessoa a pessoa”, assumem o papel de narradores na perspectiva benjaminiana (BENJAMIN, 2000, p. 198).

Candau (2005, p. 139) acrescenta que a memorização envolve um “esforço de ajustamento do passado às representações do tempo presente”, o que avança no sentido dos processos de seleção, enquadramentos e conflitos atrelados às recordações que são compartilhadas nas esferas públicas e privadas. A isso se somam os meios e as práticas de transmissão da memória, que incidem diretamente na conformação do que é lembrado individual e coletivamente. Apreendendo a memória como produção em interação de sujeitos em diálogo visualiza-se, portanto, seu potencial dinâmico em distintas temporalidades, além de sua coexistência com o esquecimento. Dessa maneira, o que é recordado assume conotações éticas, estéticas, históricas, sociais e culturais no que concerne a grupos identitários, núcleos familiares e demais estratos de organização da vida social, o que é tomado como aporte para a observação dos relatos dos migrantes rurais que constituem o *corpus* desta pesquisa.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa descritivo-exploratória, com abordagem quali-quantitativa (LAKATOS e MARCONI, 2003), desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico e pesquisa de campo realizada nas áreas rurais de nove municípios da Zona da Mata Mineira (Imagem 1), todos pertencentes à microrregião de Viçosa. A coleta de dados se deu em duas etapas. Na primeira, foram aplicados 76 questionários entre os meses de abril e setembro de 2017, com intuito de caracterizar os fluxos migratórios na perspectiva dos participantes. Os questionários eram compostos por 26 perguntas, sendo 9 de múltipla escolha e 17 dissertativas de resposta curta. A seleção dos participantes teve como único critério a autoidentificação como rurais. Nesta etapa, os primeiros questionários foram aplicados a informantes pré-identificados que indicavam novos participantes (“bola de neve”) (APPOLINÁRIO, 2006).

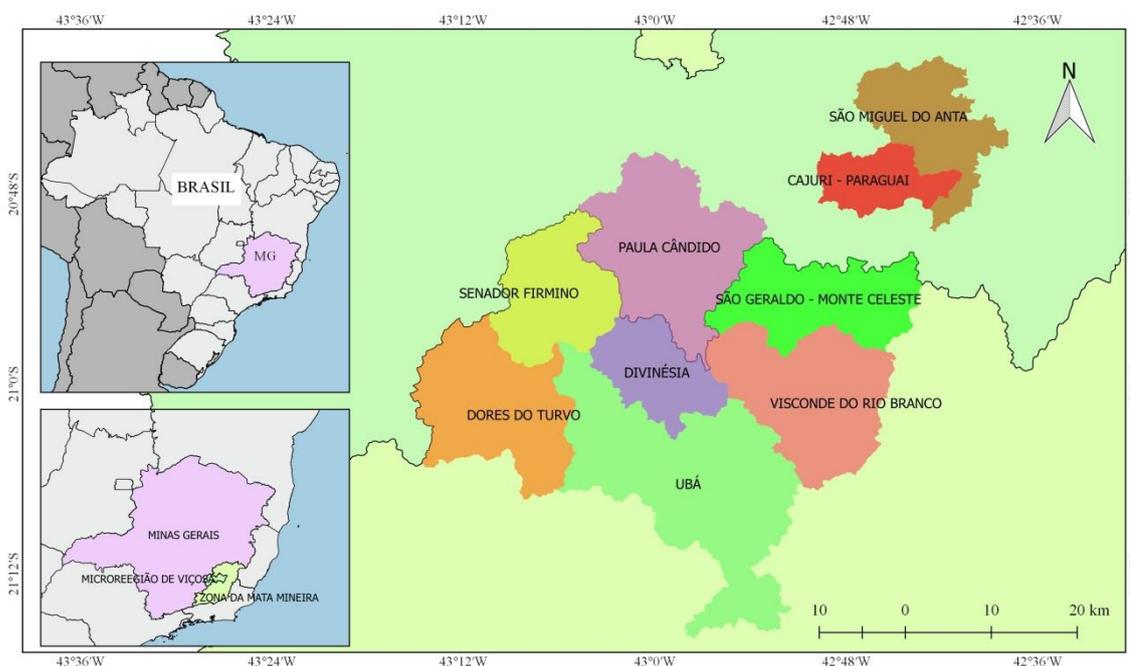
Na segunda, foram gravadas entrevistas, no período de abril a agosto de 2018, buscando aprofundamento nos aspectos valorativos envolvidos nas migrações familiares. Para a realização das entrevistas, os pesquisadores se deslocaram para as comunidades rurais da microrregião de Viçosa e abordaram os possíveis entrevistados nas proximidades de suas propriedades e nas praças das comunidades rurais, convidando-os a participarem da pesquisa. Do total de pessoas contatadas, 12 se dispuseram a contribuir com o estudo, às quais foram direcionados os seguintes questionamentos: “Você migrou para outras regiões do país? Qual o motivo? Você teve dificuldades de adaptação? Por que voltou? O que você percebe que mudou em relação à época em que você migrou e à época em que voltou?” O tempo médio de duração das entrevistas foi de 12 minutos, em conformidade com a disponibilidade dos sujeitos da pesquisa. Entre os entrevistados, 11 são homens, com idades entre 38 e 65 anos, residentes nos municípios de Cajuri, São Geraldo, São Miguel do Anta e Paula Cândido (Imagem 1) e 1 é mulher, com 56 anos, residente em São Geraldo².

Para a análise aqui proposta, foram consideradas as 12 entrevistas gravadas e transcritas, visando ao objetivo de examinar as narrativas memoriais dos migrantes. Considerando-se as aproximações nos conteúdos narrados, buscou-se descrevê-los interpretativamente, com intercalações teóricas e trechos representativos das falas dos entrevistados. Partindo-se das

² Ressalta-se que a prevalência de entrevistados homens está relacionada, empiricamente, à dificuldade de obter a concessão de entrevistas de mulheres durante a pesquisa de campo, o que se supõe como consequência do fato de o grupo de entrevistadores ser composto por três homens desconhecidos nas localidades. Tendo em vista, no entanto, a maioria quantitativa de homens migrantes de Minas Gerais, retornados e não retornados, entre as décadas de 1980 e 2000 (GARCIA; RIBEIRO, 2005), considera-se a amostra representativa.

indagações sobre o que é lembrado e como é lembrado, os conteúdos relatados foram ordenados em perspectiva temporal, reconhecendo-se as oscilações pertinentes à condição dinâmica que é própria da memória. Dessa forma, o tópico que se estrutura como “partida” corresponde às recordações referentes à emigração, a “chegada” refere-se às memórias ancoradas no destino de imigração e o “retorno” diz respeito às lembranças que têm como marco o regresso à terra natal, em confluência com o presente do narrador.

Imagem 1: Municípios abrangidos pela pesquisa de campo.



Fonte: elaborada pelos autores com o software QGIS.

No que se refere às questões éticas, o projeto foi submetido à apreciação e recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, conforme recomendações da Resolução n. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CNS/MS). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi apresentado a todos os participantes, os quais autorizaram, além da gravação das entrevistas, a divulgação dos resultados obtidos a partir dos dados coletados.

Resultados e discussão

As trajetórias migratórias narradas pelos entrevistados permitem observar que nos deslocamentos no eixo direcional rural-urbano esses espaços são, ao mesmo tempo, lugares de saída e lugares de chegada nos fluxos de idas e retornos, suscitando memórias individuais próximas no que se refere às representações temporalmente ambientadas. Tendo em vista que a maioria dos sujeitos da pesquisa encontra-se na faixa etária entre 55 e 65 anos, as proximidades notadas sustentam-se no pertencimento à mesma microrregião geográfica, na origem rural, nos destinos e épocas semelhantes, bem como nas motivações prioritárias da migração. Nesse sentido, os resultados permitem delimitar três marcos iniciais das lembranças contadas, os quais balizam o ordenamento subsequente: a partida, a chegada e o retorno.

Partida: a memória das expectativas

As histórias que retomam o tempo de partir caracterizam-se pela predominância de temas relacionados ao trabalho e às condições precárias de vida no campo. Nota-se a prevalência do deslocamento rural-urbano em perspectiva interestadual, tendo como destino principal a cidade de São Paulo, no intervalo da segunda metade do século XX. Depreende-se pelos relatos que a mudança para a “cidade grande” orienta-se pelo princípio da melhoria de vida (DURHAM, 1984), o que se conjuga à percepção do rural “como lugar das ausências”, conforme ressaltado por Silva (2009, p. 49). Na época, São Paulo era representado com um sul simbólico valorizado positivamente, embora fizesse parte da mesma região que Minas Gerais, o Sudeste (BRITO, 2000).

Essa memória das expectativas tem como enfoque a justificativa do deslocar-se, situando-se num contexto das carências de infraestrutura e oportunidades. A cidade grande, em consonância com o estudo de Lucena (1999, p. 43) sobre os moradores de Barbacena que se mudaram para São Paulo na mesma época, “é vista como o lugar onde encontrariam soluções para os problemas de trabalho, educação e saúde, onde teriam uma vida fácil, moderna, com mais conforto”. Como núcleo motivacional, a centralidade do trabalho é evidente em todas as falas, realçando a exaustão física e a baixa ou nenhuma remuneração das atividades na lavoura em contraponto à promessa de encontrar um emprego e um salário regular nas cidades. Como ilustra a descrição do Entrevistado 4 (homem, 62 anos), “naquela época não tinha emprego por aqui, tinha que sair, tinha tio e pai, naquele tempo tinha que trabalhar desde a hora que nasce. [...] era trabalhar ou apanhar”.

A infância de pobreza e dificuldades confirma a visão do rural como “*espaço da precariedade social*” (SILVA, 2009, p. 49, grifos no original), o que conecta a política de urbanização incentivada nas décadas anteriores à partida dos entrevistados. Apesar das dificuldades, surgem também recordações nostálgicas sobre “aquele tempo”: se por um lado o trabalho agrícola era árduo, por outro a fartura das lavouras e a variedade de produtos plantados é recordada com afeição, assim como os brinquedos confeccionados como alternativa a uma infância representada por múltiplas carências, a exemplo das bolas feitas de meia e das pernas de pau.

Nesse sentido, a memória dos tempos de partida sedimenta-se na busca pelo acesso aos benefícios associados ao urbano – o que retoma lembranças de sofrimento relacionadas às condições de vida rurais – e também se ampara no que se plantava e no que se fazia no campo – o que se ancora em um saudosismo que suaviza e dá suporte ao retorno à terra natal. Tal retorno estava no planejamento do projeto de vida dos imigrantes, embora o tempo de permanência no local de destino ainda fosse indefinido. Se no passado “não existia esse negócio de hospital não, era pobre e então não tinha esse negócio de médico” (ENTREVISTADO 4, homem, 62 anos), também se “plantava aqueles fumos de rolo, fazia rapadura, aquele sabão preto” (ENTREVISTADO 7, homem, 58 anos). A construção dessa avaliação não é possível no momento da partida, mas produto da memória que, no tempo presente, permite comparar perdas e ganhos em diferentes processos e temporalidades do passado.

Chegada: a memória da nova realidade

As recordações da chegada são fundamentadas na concretização da melhoria material visada, ainda que se mantenham as condições físicas intensas do trabalho e os custos de vida sejam maiores: “lá em cidade grande é assim: ganha fácil, mas pra sair é que nem água” (ENTREVISTADO 6, homem, 59 anos). Esta temporalidade da memória também retoma os problemas associados ao urbano, a exemplo dos assaltos e da violência, bem como as dificuldades infraestruturais iniciais, tendo em vista que a maior parte dos migrantes rurais se instalou na periferia ou na região metropolitana dos grandes centros, num cenário de urbanização acelerada e sem planejamento. Como argumenta Martins,

As favelas e cortiços desta nossa América Latina, e de outras partes, constituem enclaves rurais no mundo urbano, transições intransitivas, desumanos modos de sobreviver mais do que de viver. O mundo rural está também aí, como resíduo, como resto da modernização forçada e forçadamente acelerada, que introduziu na vida das populações do campo um ritmo de transformação social

e econômica gerador de problemas sociais que o próprio sistema em seu conjunto não tem como remediar (MARTINS, 2001, p. 33).

No ínterim que se inicia com o afastamento físico do campo, emerge e reforça-se o saudosismo e a busca pela manutenção de hábitos que retomem a experiência rural, sintetizados fundamentalmente nas imagens alimentares: cachaça, torresmo, frango com quiabo e a “comida mineira” de forma geral. De acordo com Ricoeur (2007, p. 43), o hábito corresponde à incorporação de uma experiência anterior “à vivência presente, não marcada, não declarada como passado”. Os hábitos alimentares apresentam-se, portanto, sob a forma de um rural simbólico e desterritorializado que persiste no tempo presente, com ele movendo-se, ainda que dificuldades como a “vida corrida” na capital se interponham nesse trânsito. Nesse ponto, é significativa a imagem do fogão a lenha, cuja representatividade, em termos de imaginário rural, é recorrente em outros estudos (SILVA, 2009). “Quando estava lá em São Paulo, sentia falta da comida, a comida feita no fogão a lenha é outra coisa”, declara o Entrevistado 8 (homem, 51 anos).

Dentre as práticas de experimentação do rural na metrópole, a música também assume sua relevância: “para matar a saudade, eu ia nos forró de lá”, recupera o Entrevistado 6 (homem, 59 anos). De forma mais proeminente, contudo, a preservação dos vínculos familiares é característica desta temporalidade, permitindo visualizar os meios de transmissão da memória e as lealdades aos valores repassados entre as gerações de famílias rurais em circunstâncias internas e externas, estas sujeitas à permeabilidade cultural, conforme expõe Bacal (2013).

Em relação aos meios para a manutenção dos vínculos afetivos e comunicacionais com as famílias que permaneceram no espaço rural, as cartas são dominantes, seja pelas características tecnológicas da época ou pelos recursos financeiros disponíveis, opondo-se às fotografias e ao telegrama: “era apenas por carta, mandava foto não, naquela época não tinha nada não e nem tinha dinheiro pra isso” (ENTREVISTADO 4, homem, 62 anos); “telefone de pobre antigamente era carta, nem telegrama podia mandar, o dinheiro não dava” (ENTREVISTADO 6, homem, 59 anos). Com base na descrição dos entrevistados, depreende-se que o acesso aos meios de se comunicar com os familiares, condicionado às limitações financeiras, está ligado a uma ruptura com as expectativas de trabalho que mobilizaram a migração: se por um lado reconhecem uma melhoria de vida, por outro relembram que, à semelhança do que ocorria na terra de origem, trabalharam “que nem um burro” (ENTREVISTADO 4, homem, 62 anos).

O norteamento assumido pelo trabalho, além de motivar a partida, expressa-se moralmente na chegada, realçando uma ética familiar de lealdade ao princípio da honestidade, o

que pode ser visto como marca cultural dos núcleos familiares rurais, ilustrada no relato do Entrevistado 5 (homem, 58 anos): “quando nós foi pra lá, nós não roubou porque meu pai não ensinou, porque vontade nós tinha, passemos vida de cachorro lá fora e voltemos sem dinheiro ainda”. Interligando-se a representatividade da família rural na formação brasileira (FREYRE, 2003) à tessitura de lealdades invisíveis entre as gerações (BACAL, 2013), confirma-se pelas narrativas analisadas que o trabalho honesto se configura como um valor estrutural do núcleo familiar rural. E é nesse ponto que os sociotransmissores (CANDAU, 2005), com destaque à figura paterna, sobressaem-se nos discursos. Observa-se, com base em Benjamin (2000), que os narradores familiares conjugam as experiências vividas às ouvidas, incorporando-as aos relatos que se propagam no seio familiar.

Como mostra a pesquisa de Sarti (2011, p. 85) em bairros periféricos de São Paulo, formados em sua maioria por descendentes de migrantes rurais que se deslocaram para a metrópole movidos pelo projeto de melhoria de vida, a noção de família se constitui “em torno de um eixo moral”. A partir das significações dos laços sanguíneos, de respeito e de confiança, os projetos familiares são traçados em épocas distintas, constituindo um universo simbólico expressivo, uma “linguagem” (SARTI, 2011, p. 86) de referência que perpassa o cotidiano e, no caso deste estudo, a memória dos entrevistados. É nesse horizonte imaterial que tem a família rural como orientação que o trabalho se inscreve como princípio moral de dignidade, permeando a memória roteirizada pelos migrantes.

Retorno: a memória da ressignificação

No circuito temporal tracejado a partir do percurso narrado pelos migrantes, o retorno à região de origem se pauta na imbricação entre os vínculos sensíveis com o pretérito da partida e a insustentabilidade da vida urbana após o cumprimento do objetivo laboral, que hoje se traduz na aposentadoria. No encontro entre a memória da partida e a realidade do retorno, porém, as diferenças são patentes, especialmente em termos de violência e da acessibilidade tecnológica, o que possibilita entrever este momento como uma ressignificação do campo.

Reconhecendo-se que o intervalo de tempo anterior aponta para a saudade da cultura, da família e da comida e para a tranquilidade de inspiração arcádica que mobiliza o “fugir da cidade” em busca de um “lugar ameno”, pode-se enquadrar a memória dos entrevistados, a princípio, numa estrutura de sentimento bucólica (WILLIAMS, 2011). “Eu sentia muita falta daqui dos colegas, da liberdade que eu tinha aqui”, conta o Entrevistado 6 (homem, 59 anos). “Não quis

ficar lá porque a vida aqui dentro de Minas Gerais é muito mais tranquila do que lá, porque para dar continuidade na vida lá, tinha que viver pelo menos assim, roubar banco ou ser traficante”, completa o Entrevistado 10 (homem, 38 anos).

Regressar à terra natal é, por esse caminho, uma idealização da lembrança. Nesse ponto, a memória potência, enraizada em um “local de geração”, estabelece uma “ligação fixa e duradoura com histórias de família” (ASSMANN, 2011, p. 320). Esses lugares que “nascem e vivem do sentimento”, como argumenta Nora (1993), estão atrelados ao “ato de habitar” de que trata Ricoeur (2007, p. 59). Nas palavras do autor, “os lugares habitados são, por excelência, memoráveis. Por estar a lembrança tão ligada a eles, a memória declarativa se compraz em evocá-los e descrevê-los” (idem). Logo, o deslocar-se por lugares conjuga recordações sensíveis a experiências vividas, as quais são nítidas no itinerário campo-cidade.

Se a vida difícil do campo motiva a primeira migração dos entrevistados, que também se deparam com outras adversidades nas cidades, a imagem de sossego ancorada no rural como lugar de memória geracional emerge como conforto e garantia da manutenção dos anseios futuros, nutrindo a expectativa da volta. Nesse fluxo, todavia, nota-se o conflito entre o passado memorizado e o presente vivenciado, representado por meio da violência, das drogas, dos roubos, da escassez de recursos naturais e da mecanização do trabalho, como demonstra o Entrevistado 6 (homem, 59 anos): “Hoje em dia está melhor viver na cidade, os ladrões estão saindo da cidade e indo para a roça. Antigamente podia dormir sossegado”. Essas impressões que ressignificam e contestam o campo idílico acionam, na memória dos sujeitos da pesquisa, laços invisíveis ancorados na família:

Hoje a máquina tomou a maioria do emprego rural, papai já falava isso, ele não sabia nem ler nem escrever, dizia tudo. Ele dizia que o mundo seria tomado pela droga, o filho não ia respeitar as mãe e hoje está tudo como ele falou. Falou que essa água nossa ia acabar, que eu e meus filho podia não ter mais (ENTREVISTADO 4, homem, 62 anos).

Para alguns, no entanto, a vida no campo ainda “é um céu” (ENTREVISTADO 10, homem, 38 anos) quando comparada à das cidades. É também a expressão de uma identidade caipira, fortemente arraigada à origem e ao “ser rural”, o que reforça a posição medular da família: quanto mais dela se distanciam, mais é favorecida a busca por meios de comunicação. Materializada a princípio pela escrita das cartas, essa memória agora se defronta com as facilidades possibilitadas pelas novas tecnologias, com destaque ao celular, que se interpõe nas práticas comunicativas.

Apesar da instantaneidade e fluidez das trocas comunicacionais contemporâneas, os relatos orais do passado permanecem, enfatizando a transmissão da memória pelos dispositivos culturais do núcleo familiar. Como “forma artesanal de comunicação” (BENJAMIN, 2000, p. 205), a narrativa assume uma função moral em termos de reminiscência intergeracional. Ao “contar minhas histórias lá de São Paulo para meus parentes” (ENTREVISTADO 1, homem, 65 anos), busca-se atualizar no tempo presente “os sufoco que passei lá [...] porque hoje ele [o filho] vive na mordomia” (ENTREVISTADO 7, homem, 58 anos). Ou seja, entre o “sufoco” e a “mordomia”, há um tempo social do desenvolvimento tecnológico entrecruzando as trajetórias familiares: o tempo longo da circulação das cartas e a temporalidade instantânea possibilitada pelas novas tecnologias de comunicação que contribuem, inclusive, pela supressão da noção de espaço-tempo na contemporaneidade.

Considerando-se que as narrativas se configuram conforme as possibilidades suscitadas pelas circunstâncias atuais, as temporalidades da recordação se entrelaçam em consonância com as lembranças evocadas, no sentido de uma “afecção” que desponta sem a intencionalidade da busca, como pondera Ricoeur (2007, p. 45). Resultando da interação entre o corpo e os lugares habitados, a reflexividade que se perpetua como marca da interioridade da memória (RICOEUR, 2007) é aparente nas narrativas do vivido e do sentido. Dessa forma, a vida no campo é rememorada de formas que variam interna e externamente aos sujeitos, pois a consciência que ela ativa oscila em concordância com a interioridade dos que lembram e com a estrutura de sentimento (WILLIAMS, 2011) que atravessa o tempo do lembrar. É nesse roteiro que os sociotransmissores familiares ocupam um papel intermediário entre o individual e o coletivo, entre o experimentado, o narrado e o imaginado.

Considerações finais

O ordenamento temporal das recordações dos migrantes rurais da Zona da Mata Mineira permite entrever, de início, as alterações materiais no meio rural brasileiro no decorrer do processo de urbanização empreendido a partir da década de 1930. Nesse contexto, parte-se do êxodo rural pretérito, movido pela busca por trabalho, e encerra-se com o retorno ao campo, defrontado com o acesso a tecnologias de comunicação e a condições infraestruturais outrora ausentes, as quais coexistem com as novas configurações da violência, da natureza e das relações de trabalho nesse espaço.

Pelas narrativas analisadas, confirma-se que a busca pela melhoria de vida pautada no trabalho se apresenta como motivação fundamental da partida dos migrantes, traduzindo a moralidade familiar de uma determinada época. Dessa forma, pode-se inferir que família e trabalho são os principais demarcadores temporais no processo de narrativização da memória dos que migraram. A família, em especial, tem nos sociotransmissores migrantes seus referenciais memoriais, o que aponta para a importância das histórias contadas na perpetuação das lealdades ao longo das gerações.

Depreende-se que, no processo de narrar, a linearidade do tempo de organização das lembranças pode ser confrontada com o tempo da narrativa, que é o presente. Nesse sentido, vislumbra-se a dimensão da memória em potência, que fomenta uma representação do passado ausente e de ausências em uma atualidade que resulta do cruzamento entre o campo idealizado durante a vida na cidade e aquele experimentado agora. Isso é evidente quando se trata da realidade da chegada e da resignificação do retorno.

Algo em comum entre a memória dos que migram parece ser, por fim, a força imanente das imagens que se constroem no entorno de determinados lugares, as quais colocam em movimento sensações que perduram como rastros nas recordações sujeitas às vicissitudes do tempo. E o campo e a cidade, como lugares e também como imagens, à medida que são visados como partida ou como destino, podem servir ao propósito mais amplo de refúgio diante dos muitos passados e presentes de insatisfações.

Referências bibliográficas:

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência: Filosofia e Prática da Pesquisa**. Ed. Pioneira Thomson Learning, 2006.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas de transformação da memória cultural**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

BACAL, Maria Elisa Almeida. **Lealdades visíveis e invisíveis: um estudo sobre a transmissão geracional da profissão na família**. 2013. 200 p. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia. Disponível em: http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0912471_2012_completo.pdf. Acesso em: 8 maio 2019.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In.: _____. **Magia a Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000, p. 197-221.

BRITO, Fausto. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**. Caxambu, 2000, p. 1-44.

Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/981/946>. Acesso em 19 nov. 2019.

CANDAU, Joël. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

COMERFORD, John. Vigiar e narrar: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, v. 57, n° 2, p. 107-142, 2014. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/89110/pdf_26. Acesso em: 26 maio 2019.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial**. 2006. 221 p. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo – SP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/pt-br.php>. Acesso em: 8 maio 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª edição. São Paulo: Global, 2003.

GARCIA, Ricardo Alexandrino; RIBEIRO, Adriana de Miranda. Movimentos migratórios em Minas Gerais: efeitos diretos e indiretos da migração de retorno – 1970-1980, 1981-1991 e 1990-2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 22, n° 1, p. 159-175, jan./jun. 2005. Disponível em: https://rebep.org.br/revista/article/view/262/pdf_243. Acesso em 19 nov. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 6 maio 2019.

LUCENA, Célia Toledo. **Artes de lembrar e de inventar: (re) lembranças de migrantes**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. In.: **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n° 43, p. 31-36, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a04.pdf>. Acesso em: 9 maio 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história, a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 9 maio 2019.

PAIVA, Maria Cristina S. de; TOMA, Paulo S. A dinâmica populacional da Zona da Mata mineira no período de 1960 a 1990. **Revista Científica da Faminas**. Muriaé, v. 1, n° 2, p. 213-233, maio/ago. de 2005. Disponível em:

<https://unifaminas.s3.amazonaws.com/upload/downloads/200910151703152427.pdf>. Acesso em: 26 maio 2019.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Gislene. **O sonho da casa no campo: jornalismo e imaginário de leitores urbanos**. Florianópolis: Insular, 2009.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2ª edição. Campinas: Autores Associados, 2003.

VEIGA, José Eli da. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 20, nº 57, p. 333-353, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a23v2057.pdf>. Acesso em: 9 maio 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; FAVARETO, Arilson. **A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas**. Brasília: 2013.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

O ensino cívico através do livro **Contos Cívicos** de **Theobaldo Miranda Santos**

Civic education through the Civic book by Theobaldo
Miranda Santos

Aline Aparecida Pauloski Alenski

Graduada em Pedagogia

UNICENTRO

alinepauloski@hotmail.com

Ernando Brito Gonçalves Junior

Doutor em História

Universidade Federal do Paraná

ernandobrito@gmail.com

Recebido em: 17/07/2019

Aprovado em: 14/10/2019

Resumo: Essa pesquisa possui como objetivo analisar o livro “Contos Cívicos do Brasil”, de Theobaldo Miranda Santos, um importante intelectual brasileiro que escreveu diversas obras sobre a educação nos anos de 1950. Nesse sentido, buscou-se analisar as construções heroicas de alguns personagens históricos elencados pelo autor. Para alcançarmos esse objetivo, foram utilizados autores que discutem a educação no período e a atuação de Theobaldo Miranda Santos no cenário nacional. Por fim, a pesquisa nos auxiliou a compreender a importância do livro didático como uma rica fonte de pesquisa para a história da educação, sendo um elemento chave para entendermos os meandros educacionais de determinados períodos históricos.

Palavras-chave: Educação; Livro didático; Civismo.

Abstract: This research aims to analyze the book "Contos Cívicos do Brasil ", by Theobaldo Miranda Santos, an important Brazilian intellectual who wrote several works on education in the 1950s. In this sense, we sought to analyze the heroic constructions of some historical personages listed by the author. To reach this objective, we used authors who discuss education in the period and the performance of Theobaldo Miranda Santos in the national scenario. Finally, the research helped us to understand the importance of the didactic book as an important source of research for the history of education, being a key element to understand the educational intricacies of certain historical periods.

Keywords: Education; Textbook; Civics.

Introdução

O referido texto trata sobre um livro didático utilizado nas escolas do Brasil nos anos de 1950, abordando sua importância e formas de utilização por parte dos professores. Nesse sentido, utilizaremos o manual intitulado *Contos Cívicos do Brasil*, de Theobaldo Miranda Santos, publicado em 1955 pela editora Nacional, tratando com particularidade, sobre sua proposta pedagógica. Além disso, tratamos sobre ao contexto educacional da época, abordando questões de patriotismo e progresso da educação com alunos da quarta série primária. Desta maneira, procuramos responder de que forma o livro didático em questão, contribuiu para idealizar essas noções de patriotismo e nomear heróis na década de 1950?

O estudo justifica-se na medida em que entendemos ser importante compreendermos a trajetória que a educação passou em nosso país, bem como qual era a visão do governo em relação à mesma, visando que este período ficou marcado pela expansão geral de ensino.

Além disso, buscamos entender o contexto histórico em que a sociedade estava, qual eram as metas do governo para a educação naquele momento e desta maneira, fazer relações com o livro didático. Outrossim, iremos apresentar uma breve explicação sobre o conceito do livro didático e sua importância no contexto escolar.

Dessa maneira, o foco principal de nosso artigo é analisar a construção dos heróis nacionais no livro *Contos Cívicos do Brasil*, de Theobaldo Miranda Santos. Decorrente desse objetivo principal, buscaremos ainda, apontar as contribuições que o livro didático oferece enquanto método de pesquisa, além de examinar a relação de poder do governo sobre a educação, principalmente nos materiais didáticos e compreender quais foram as concepções de educação que nortearam a década de 1950 nas escolas do Brasil. Por fim, tentaremos explicar as construções das imagens de heróis cívicos presentes no livro *Contos Cívicos do Brasil*, analisando questões de patriotismo e as propostas de exaltação a heróis naquela década.

Para dar suporte teórico para pesquisa em questão, utilizaremos os seguintes autores: Circe Maria Fernandes Bittencourt, Jaqueline de Andrade Calisto, Armindo Quilici Neto, Rosa Lydia Teixeira Corrêa, Ernando Brito Gonçalves Junior, Theobaldo Miranda Santos, dentre outros.

Para darmos conta dessa intenção de pesquisa, começamos fazendo uma incursão teórica sobre a utilização de livros didáticos como fonte de pesquisa. Em seguida, passamos a

contextualizar a figura de Theobaldo Miranda Santos e suas obras. Por fim, faremos a análise da obra do referido autor.

Livros didáticos como fonte de pesquisa

Bittencourt (2008) aponta que o livro didático é uma fonte de pesquisa e propagação ideológica de determinado tempo histórico. Ele está impregnado de ideologias sociais e políticas e, desta maneira, seus conteúdos remetem sempre a assuntos emergentes da sociedade. Corrêa (2000, p.12), complementa tal afirmação apenas dividindo-o em dois aspectos norteadores:

[...] primeiro, tratar-se de um tipo de material de significativa contribuição para a história do pensamento e das práticas educativas ao lado de outras fontes escritas, orais e iconográficas e, segundo, ser portador de conteúdos reveladores de representações e valores predominantes num certo período de uma sociedade que, simultaneamente à historiografia da educação e da teoria da história, permitem rediscutir intenções e projetos de construção e de formação social.

Nesse sentido, tanto Bittencourt como Corrêa, compreendem os materiais didáticos como suportes de auxílio para a prática dos professores em sala de aula, e não apenas reprodutores dos conteúdos curriculares.

Bittencourt (2008), ainda afirma que o livro didático se trata de um objeto cultural, multifacetada e de difícil definição. Seu uso e construção estão influenciados por um poder maior que a escola em si: esse poder é o Estado. (BITTENCOURT, 2008) O Estado, portanto, interfere diretamente nos conteúdos descritos nos manuais e ainda estabelece critérios de avaliação para uma possível comparação de metas a serem atingidas entre as escolas.

Gonçalves Junior (2016, p.107), aponta questões importantes:

Os livros didáticos são um material de grande importância no processo de construção de uma cultura escolar e de uma tecnologia de gestão da sala de aula e do coletivo de alunos, em que as noções de ordem e de método assumem uma enorme centralidade. Os manuais didáticos foram, simultaneamente, instrumentos de inovação e de controle, pois atribuíam legitimidade a um conjunto de ideias e de práticas e excluem outros.

Corrêa (2000) ainda estabelece que os livros escolares são veículos de circulação de ideias e valores. Somando ao fato de que o papel da escola é transmitir e auxiliar o aluno na busca do conhecimento, os manuais, por sua vez, acompanham a concepção oficial estatal. Neste sentido, então, “esse tipo de fonte pode servir como um indicador de projeto de formação social desencadeado pela escola”. (CORRÊA, 2000, p, 13)

Assim, percebe-se que os livros didáticos se tornaram transmissores de determinada cultura social em um certo tempo histórico. Estes, “podem nos revelar um pouco mais sobre a atmosfera educacional e política na qual foi concebido” (GONÇALVES JUNIOR, 2016, p. 107).

Pastro e Contiero (2002, p.60), afirmam que os livros didáticos mostram apenas um lado da História e há uma preocupação em oferecer aos estudantes apenas estratégias de “ordem”.

O que reforça esta ideia é o fato de se procurar oferecer aos estudantes uma história elaborada a partir de fatos fragmentados que impedem a compreensão de processos como um todo, visando escamotear a dominação da classe existente. (PASTRO; CONTINIERO, 2000, p. 60)

Com isso, compreendemos que as histórias encontradas nos livros didáticos, buscam atender a especificações de determinado governo ou política. Devemos lembrar também que o livro didático não só é um produto da indústria cultural, divulgador de saberes específicos, como também é mercadoria voltada para um público alvo, no caso professores e alunos. Percebe-se então, que a literatura escolar influencia diretamente na vida social do sujeito, bem como tem uma grande importância na economia do país com a produção dos mesmos, oferecendo um material seguindo padrões de avaliação do Ministério da Educação. (BITTENCOURT, 2008)

Dessa maneira, podemos entender essa produção didática como: “[...] mercadoria, obedece a critérios de vendagem, e por essa razão as editoras criam mecanismos de sedução junto aos professores [...]” (BITTENCOURT, 2008, p, 311) Geralmente, as editoras responsáveis pela venda e conseqüentemente visando o lucro, buscam inovar sempre na maneira como os conteúdos estarão dispostos nos livros, com imagens coloridas, diversas formas de textos e, principalmente, uma capa que chame a atenção.

Teobaldo Miranda Santos e suas obras

A educação no Brasil passou por diversas mudanças no decorrer dos anos. Essas mudanças ocorreram, em grande medida, conforme os ditames de políticas governamentais, visando muitas vezes, questões econômicas. Trataremos de um curto espaço de tempo, chamado Segunda República (1945 a 1964), para então compreender qual era o papel da educação naquela época.

Aranha (1989) aponta que o período da Segunda República foi “[...] caracterizado pelo populismo e marcado pelo otimismo resultante da esperança de um desenvolvimento acelerado” (ARANHA, 1989, p. 249). Havia uma perspectiva de mudança no setor econômico muito grande,

visto que a década de 1950 foi marcada no âmbito político com governos que queriam a internacionalização da economia.

Voltando o olhar propriamente para a educação, Salles (2002) afirma que “[...] esperava-se da educação que corrigisse as estruturas de desigualdades sociais e bolsões de pobreza predominantes na sociedade” (SALLES, 2002, p. 18). Neste sentido, percebe-se que a prioridade no momento era transformar a sociedade pobre e com classes sociais bem definidas, em uma sociedade que oferecesse educação, avanço industrial e comercial para todos. Logo, houve uma preocupação com a questão do planejamento educacional, pois o mesmo passou a ser compreendido como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento social e econômico do país. (ALMEIDA FILHO, 2007)

Salles ainda afirma que este momento da educação ocorre em contrapartida da educação tradicional, trazendo mudanças no currículo da escola, vinculado ao contexto social da época da época. Ele diz que as finalidades econômicas já estavam presentes na educação muitos antes da década de 1950 e que não seria surpresa tais mudanças. Assim as finalidades,

Ao ser incorporado ao ideário político-pedagógico nacional, primeiro como crítica à educação tradicional, depois como estrutura curricular, o tema das finalidades econômicas trouxe para dentro da educação a preocupação não só com o destino dos indivíduos, mas, sobretudo com o da sociedade. Esse fato, no entanto, não aconteceu desvinculado do contexto político-econômico-cultural da sociedade da época. (SALLES, 2002, p. 19)

Nesse sentido, diversos autores estavam discutindo a educação e os rumos que a mesma deveria tomar em um contexto de mudanças e turbulências. Dentre os diversos autores preocupados com essa temática, destacamos Theobaldo Miranda dos Santos.

Theobaldo Miranda Santos nasceu em 22 de junho de 1904, na cidade de Campos, estado do Rio de Janeiro, onde residiu a maior parte de sua vida. Frequentou o Liceu de Humanidades e a Escola Normal Oficial. Mais tarde, diplomou-se em Odontologia e Farmácia no Colégio Grambery, na cidade mineira de Juiz de Fora. Iniciou sua trajetória profissional na Cidade de Manhuaçu – MG como professor primário. Iniciou sua docência no ensino superior na Escola Superior de Agricultura e Veterinária e na Faculdade de Farmácia e Odontologia, sendo titular de Ortodontia e Odontopediatria. Na década de 1940, sua trajetória de vida profissional foi mesclada entre a docência e os serviços administrativos. (CALIXTO; NETO, 2014, p. 5)

Calixto e Neto, afirmam sobre Theobaldo: “o que se ressalta na vida do intelectual, como escritor, é que a partir da década de 1930 sua carreira transita entre a esfera

educacional/administrativa e literária, sendo considerado o autor que mais publicou em quatro décadas.” (CALIXTO; NETO, 2014, p. 6)

Theobaldo Miranda dos Santos acreditava que a educação cristã era a única maneira possível de formar a personalidade dos alunos e, para isso, seria necessário além da formação física, uma formação intelectual e moral. (CALIXTO; NETO, 2013, p. 9)

Quatro décadas de circulação das obras de Theobaldo Miranda Santos representam um vasto período de circulação de saberes que revelam um repertório de conteúdos e conceitos para a formação de professores. Este dentista, escritor, professor e administrador, foi um divulgador de saberes pedagógicos como também de práticas educativas católicas a fim de subsidiar os professores nas escolas. (ROBALLO, 2009, p. 5)

Theobaldo “Participa ativamente do movimento de luta da Igreja católica contra aqueles que defendiam a democratização e laicização do ensino” (CALIXTO; NETO, 2014, p. 3). Assim, temos vários indícios do modelo que a educação dos anos de 1950 queria nas instituições escolares, por mais que a ciência fosse o principal foco dos educadores. Esse conhecimento deveria seguir os moldes do governo vigente de Getúlio Vargas. Os autores destacam ainda, que Santos foi um grande professor, atuando em várias instituições conhecidas no Brasil e seus estudos e livros foram voltados a formação de professores. Percebe-se a forte influência da igreja católica nos textos de Santos quando, ele coloca que com apenas uma oração, um jesuíta fora capaz de restaurar a paz no meio de uma batalha, bem como, demonstra que os jesuítas eram pessoas calmas, que nada os atormentava e com isso levavam a paz onde estivessem e consequentemente, conseguiam vencer todas as batalhas.

Foi nessa situação terrível que Anchieta, calmo e resignado, resolveu escrever, nas areias da praia, um lindo poema dedicado à Virgem Maria. Enquanto escrevia os versos admiráveis que guardou na memória, ele invocava a proteção da Senhora dos Céus. Logo que terminou o poema, chegava Nóbrega à taba dos índios. A paz fora realizada. Estavam salvas as colônias! (SANTOS, 1955, p. 20)

O autor escreveu aproximadamente cento e cinquenta obras sobre diversos títulos, dentre os quais podemos citar: *Exercício da linguagem e Matemática* (1950), *Metodologia do ensino primário* (1950), *Métodos e técnicas do estudo e da cultura: Ler, escrever, conversar, estudar, adquirir cultura* (1957), *Organização social e política do Brasil* (1963), *Noções de história da educação: para o uso das escolas normais, Institutos de Educação e Faculdades* (1967), *Educação Moral e Cívica* (1970), dentre outros (ROBALLO, 2009). *Contos cívicos do Brasil: leitura para a quarta série primária e crianças de mais de nove anos* (1955), será o nosso objeto de estudo. (SILVA, 2014)

Análise do livro *Contos Cívicos do Brasil*

A obra *Contos Cívicos do Brasil*, faz parte de uma coleção de livros de literatura infantil e escolar com nome de Brasileira Infantil, de autoria de Theobaldo Miranda dos Santos. *Contos Cívicos do Brasil* é o volume IV da coleção, material didático indicado para ser trabalhado com alunos da 4.^a série primária da década de 1950.

Este livro possui como principal objetivo, a narração de “história de homens e mulheres que contribuíram, com sua bravura e seu patriotismo, para a conquista, a defesa, a liberdade e o progresso do Brasil” (SANTOS, 1955, p. 2). Os textos presentes no livro didático, objeto dessa discussão, são caracterizadas como narrações de histórias que aconteceram no Brasil, com algumas características específicas da época em que foi escrito e utilizado em sala de aula, como a exaltação de heróis e suas contribuições para o avanço do país.

O exemplar analisado é o número 2698 da coleção e possui cento e noventa e uma páginas. Suas histórias se apresentam com uma linguagem de fácil compreensão para o leitor e com um desfecho sempre vitorioso do personagem principal. Há sempre uma preocupação do autor em exaltar um “herói”, colocando-o como o motivo de paz entre as lutas, principalmente quando se trata de posses de terras.

As histórias que compõem o manual *Contos Cívicos do Brasil* estão divididas em capítulos que expressam, I - a conquista do Brasil, II - a defesa do Brasil, III - a liberdade do Brasil e IV - o progresso do Brasil.

O primeiro capítulo tem como título: a conquista do Brasil, possui 15 histórias que relatam as primeiras ações que os portugueses tiveram quando chegam ao Brasil, remetendo sempre a “descoberta” das terras brasileiras, com uma visão audaciosa que não havia outras pessoas neste lugar, antes de sua chegada.

O segundo capítulo intitulado Defesa do Brasil tem 16 histórias que apresentam como foi as lutas dos portugueses pela posse das terras brasileiras, contra os outros países ali nomeados invasores, “durante as lutas contra os holandeses, verificaram-se muitos atos de bravura e heroísmo por parte dos defensores da terra invadida” (SANTOS, p. 73). Portugal já se considerava dono das terras e não admitia que outro país tomasse posse nem se quer de uma pequena parte, através de batalhas grandiosas conseguia expulsar todos os inimigos.

A liberdade do Brasil é o título do terceiro capítulo do manual, este conta com 16 histórias e todas retratam um ato de bravura de alguém pelo Brasil, os títulos de cada história demonstram pessoas fortes “A heroína do Sul” (SANTOS, p. 143), e que deram a vida pelo país “a execução de Frei Caneca” (SANTOS, p. 115). Nas narrações é possível observar a exaltação que o autor faz a certas pessoas, consideradas como personagens principais, ele faz essa relação quando dá nomes apenas aos heróis das histórias, como por exemplo, “Miguel Joaquim de Almeida e Castro [...] era um homem de grande valor intelectual e moral.” (SANTOS, p. 113), o que demonstra a importância daquele indivíduo para o país.

Do primeiro ao terceiro capítulo há uma sequência temporal em relação às histórias narradas por Theobaldo, desde o momento em que os portugueses ‘descobriram’ as terras brasileiras até a proclamação da República. Porém no último capítulo, que tem como título o progresso do Brasil, há uma ruptura dessa linha de pensamento, onde o autor em 11 narrações elege pessoas que contribuíram de maneira artística no país. Neste capítulo, Santos exalta músicos, pintores, escritores, cientistas, os deixando com méritos de grandes heróis “[...] Osvaldo Cruz, quase desconhecido em sua pátria, era um dos maiores cientistas brasileiros” (SANTOS, p. 177), como também, deixa claro que o restante da população não passava de ignorantes, de pouca fé e invejosos “[...] A ignorância do povo e o despeito de muitos espíritos mesquinhos criavam, a cada momento, dificuldades à ação do grande médico” (SANTOS, p. 177).

Percebemos que no último capítulo Theobaldo Miranda Santos, não evidencia uma história mais contemporânea, preferindo abordar personagens relacionados a aspectos culturais (música, letras, ciência). Não conseguimos reunir dados suficientes para compreendermos os motivos reais dessa mudança na estrutura do livro, mesmo assim, acreditamos ser interessante apresentar essa constatação.

A conquista do Brasil

O primeiro capítulo do livro relata como os portugueses desbravaram as terras do Brasil. Inicia-se com os primeiros contatos dos indígenas com os tripulantes e como os mesmos ficaram admirados com tudo o que viram. Fazem-se relatos sobre como os tripulantes adentram as terras do país, quais foram os caminhos percorridos para chegar ao sul “A conquista do Sul” (SANTOS, p. 45), ao norte “caminhos do Norte (SANTOS, p. 21), leste “O poema de areia” (SANTOS, p. 18) e oeste com “Marcha para o Oeste” (SANTOS, p. 48), quais foram as aldeias encontradas no decorrer deste caminho e quais as riquezas de minérios recolhidas pelos mesmos.

O manual apresenta no início de cada história, uma ilustração evidenciando o personagem principal. Como exemplo, na história intitulada “Os primeiros visitantes” (SANTOS, 1955, p. 18), a ilustração possui um homem português bem vestido em primeiro plano, lendo, juntamente com outros que estão ordenando os trabalhos a serem feitos pelos indígenas, que estão representados na figura ao fundo.

Imagem 1: Sem título



Fonte: SANTOS, Theobaldo Miranda. Contos Cívicos do Brasil. Companhia Editora Nacional, 1955, p. 12.

Cada história do capítulo, explica um fato que ocorreu no Brasil, como foi a descoberta, como os indígenas reagiram com a chegada dos portugueses, como adentraram a Amazônia, a vinda da corte para o país, dentre outras. Percebe-se nos textos que há um cuidado em mostrar a visão do autor sobre o fecho do que ocorreu, sem apresentar as lutas entre os indígenas e a corte ou a visão dos indígenas sobre os acontecimentos relatados, como neste trecho:

Os tripulantes entraram então em contato com os habitantes da terra. Foram bem recebidos. Os índios ajudaram os marinheiros a carregar barris com água para os navios. Depois do trabalho, puseram-se a brincar de ‘roda’ com os portugueses [...]. (SANTOS, 1955, p. 10)

A recepção gentil demonstrada pelos indígenas com os tripulantes, remete a total segurança dos portugueses em desembarcar em terras desconhecidas e, mesmo assim, serem bem recepcionados pelos habitantes. Os indígenas ajudam os tripulantes de forma amigável, sem questionamentos sobre quem são e o que desejam nestas terras. Essa era uma ideia de tentar mostrar docilidade dos indígenas e uma construção histórica do Brasil pacífica e sem conflitos.

Porém nas seguintes narrações percebe-se que o autor trata os indígenas mais rude “[...] De um lado, os índios bravios e indomáveis, que resistiram a todas as tentativas de pacificação” (SANTOS, p. 16), os colocando sempre como pessoas ruins e que não contribuía para a boa índole que os portugueses queriam instaurar em terras brasileiras, além de sempre exaltar os padres e ministros da igreja como pessoas boas que só ajudam o restante da população, construindo escolas e espalhando a sua bondade “[...] Apesar da bondade dos padres, esse colégio era frequentemente assaltado por índios. Os selvagens não se conformavam em ceder suas terras a obra civilizadora dos brancos” (SANTOS, p. 18).

Percebemos nessa passagem, que Santos acreditava que os portugueses foram os responsáveis para trazer a “civilização” para o Brasil e entendo que os indígenas eram como animais que poderiam ser domesticados em contato com o branco, porém seriam selvagens em seu estado natural. Essa concepção é baseado em uma forma de pensamento eurocêntrica, na qual o processo de colonização se deu através de um processo de civilização baseada nos costumes europeus e na religião católica. Essa forma de pensamento se filia a uma longa tradição de pensamento europeu, muito difundido pela tradição cristã, da qual Theobaldo Miranda Santos foi defensor. (PRADO, PELLEGRINO, 2014)

Essa tradução Cristã Católica, ainda pode ser vista em outras passagens, como por exemplo na que se segue:

Na certeza de que seria atacado por índios e aventureiros – o que de fato, mais tarde, se verificou – Francisco Caldeira apressou-se em construir um forte guarnecido com muralhas de pedras e peças de artilharia. A fortaleza recebeu o nome de *Presépio*; a pequena povoação foi denominada *Nossa Senhora de Belém*; a igreja construída dentro do recinto fortificado ficou sob a invocação de *Nossa Senhora da Graça*, e a terra chamou-se de *Feliz Lusitânia*. (SANTOS, 1955, p. 22;23)

Novamente neste capítulo encontramos a forte influência da educação cristã seguida pelo autor, sempre enfatizando as bênçãos e graças recebidas pelo povo, colocando a fundação de

uma cidade, por exemplo, como algo divino, superior as coisas terrenas, sem nunca deixar a fé como prioridade nas cidades e povoados construídos.

A Defesa do Brasil

Este capítulo faz-se uma breve explanação sobre como foi que os portugueses impuseram sua autoridade sobre outros países que tentassem entrar em terras brasileiras. A corte queria a total posse de terras e, para isso, travou batalhas com quem tentou se fixar no país.

[...] o governador do Brasil organizou tropas para expulsar os franceses. A remessa dessas tropas teve o nome de *jornada milagrosa*, porque só mesmo um milagre poderia explicar a vitória que esses homens alcançaram contra os invasores. (SANTOS, 1955, p. 59)

A trecho acima é da história “A jornada milagrosa”. Esta, mostra que os franceses conseguiram permanecer no país durante alguns anos, mas sempre tendo que mudar de cidade com suas tropas, dando a entender que estavam sempre se escondendo dos portugueses.

Para que essas batalhas fossem vencidas com maior facilidade, houve um interesse dos portugueses em se aproximar de alguns indígenas e os encorajar a lutar a seu favor, prometendo títulos de nobreza aos mesmos, o que poderia garantir a eles um número maior de pessoas para as batalhas. A maneira que melhor obteve resultados, foi nomear “cidadãos de cor” para comandar tropas de índios que auxiliassem e lutassem pela conquista de terra, buscando a união da nação contra um invasor. No capítulo, alguns desses líderes foram colocados como heróis e esta, seria a recompensa dada pela bravura e coragem deles. “[...] encontrava-se também o negro Henrique Dias. Vinha à frente de um grupo de homens de cor, que desejavam defender o Brasil dos invasores holandeses” (SANTOS, 1955, p. 67). Na narração, enfatiza-se que este líder de tropas sofreu ferimentos e perdeu membros do corpo, mas mesmo assim, não abandonou seu principal objetivo, o de vencer a batalha.

No meio da luta, um tiro de arcabuz arrancou-lhe uma das mãos. Pretendia ainda continuar combatendo, mas seus companheiros o arrastaram para fora da luta, a fim de ser medicado. Sofrendo dores horríveis, suportou, com admirável serenidade, a amputação de metade do braço esquerdo. (SANTOS, 1955, p. 68)

Neste trecho, dá-se importância a coragem do personagem principal, Henrique Dias, em lutar e, mesmo ferido, não demonstrar fragilidade perante os adversários. O autor do livro expressa nessa narração um negro como herói, porém, toda a sua ação, parte de ideais da corte, onde o negro só é exaltado na medida em que ele luta pelos interesses do branco, que eram permanecer nas terras brasileiras.

A liberdade do Brasil

No terceiro capítulo do livro, as histórias relatam a revolta de caciques, padres, freis e revolucionários sobre a invasão dos portugueses nas terras brasileiras e a imposição de sua cultura sobre os habitantes. Porém há novamente o enfoque do autor em exaltar a fúria dos indígenas, os colocando como ameaças para os portugueses.

[...] Ajuricaba organizou uma verdadeira confederação de índios da região do rio negro. A cada investida dos portugueses, indígenas respondiam com um ataque em massa, fazendo grande morticínio entre os invasores de suas terras. (SANTOS, 1955, p. 106;107)

Segundo o autor, os indígenas defendiam suas aldeias contra a invasão dos portugueses, eles não queriam que ali se tornasse um lugar dominado pela cultura dos brancos. Dessa forma, com a derrota da batalha, o cacique chefe da aldeia era punido severamente pela rebeldia. Isso também acontecia com os padres que discordavam da posse da corte e organizavam revoluções. Estas pessoas passavam a ser vistas como ingratas aos olhos do restante da sociedade, que os acusavam de não deixar o país progredir. Na maioria das histórias, estas pessoas acabavam sendo mortas ou cometiam suicídio perante a pressão exercida pelas tropas.

Resolveram então os juízes fuzilar o sacerdote. Formou-se, diante dele, um pelotão de fuzilamento. Foi amarrado a um poste. E como os soldados demorassem a atirar, ele pediu com doçura:
_ Vamos, meus amigos. Não me façam padecer por mais tempo!
Uma descarga estrondou no espaço. E o frade herói caiu morto. (SANTOS, 1955, p. 117)

Percebe-se que, mesmo a maioria dos personagens morrendo, o principal motivo que o faz estar sendo citado no livro é o patriotismo que domina suas ações. “Era frei Joaquim. Dirigia-se a capela para despir suas vestes sacerdotais. Em seguida, seria enforcado. Por quê? Porque amava a sua Pátria e desejava a sua liberdade.” (SANTOS, 1955, p. 116). A construção de heróis em cada história remete a qual sociedade se queria para a época, buscava-se dar sentido a todas as mudanças que aconteceram no país. Com a exaltação dessas pessoas, criava-se um incentivo para os sujeitos se espelharem e isso, era necessário para o avanço do país nos moldes já determinados, pelo governo da década.

O progresso do Brasil

No quarto e último capítulo do manual, cada história retrata algumas pessoas escolhidas por Santos como sendo importantes para o processo de civilização brasileiro, eram professores “O mestre Anchieta (SANTOS, p. 155), músicos “A música de Carlos Gomes” (SANTOS, p.

164), pintores “A pintura de Vitor Meireles” (SANTOS, p. 168), advogado “A voz de Rui Barbosa”, que também demonstravam um amor pela pátria. “Vitor Meireles foi o maior e o mais brasileiro de nossos pintores. Era grande a sua “paixão pela arte através do amor à pátria” (SANTOS, 1955, p. 168). Essas pessoas eram nomeadas como as melhores se destacando dentre os outros pela inteligência, sem deixar de evidenciar o amor a pátria “Rui Barbosa foi um dos homens mais inteligentes e cultos do Brasil. Sua vida foi toda dedicada ao engrandecimento da Pátria” (SANTOS, p. 182), bem como, “[...] o menino, era a alma da casa. Sua operosidade e simpatia muito concorriam para que a loja tivesse muitos fregueses” (SANTOS, p. 172).

Esses heróis eram exaltados pela por suas benfeitorias, fossem elas para resolver uma questão emergente ou apenas por terem concluído uma obra de arte. Dentre as principais profissões destacadas no texto, há os mestres, pintores, músicos, políticos e cientistas, todos com uma ligação direta ou indireta com os nobres da sociedade.

O povo delirou de alegria. Durante mais de uma semana foi festejado o grande acontecimento. Dando água ao povo, Paulo de Frontin iniciava a série de benefícios que prestaria à sua cidade natal. Foi ele, sem dúvida um dos mais notáveis engenheiros do seu tempo e um dos maiores pioneiros do Rio de Janeiro. (SANTOS, 1955, p. 180) Como meio de produção dos alunos, ao final das histórias há questões de interpretação que sempre remetem a reforçar essas ideias de saber quem foram as pessoas que buscavam desbravar novas terras, quais foram suas batalhas e como conseguiram chegar aos seus objetivos. Temos como exemplo:

Quem foi Guia Lopes? Onde possuía ele um sitio? Quais as qualidades que demonstrou nessa perigosa retirada? Qual o golpe que o atingiu? Conseguem os soldados chegar ao sitio de Lopes? Depois de curados voltam os soldados ao Rio de Janeiro? (SANTOS, 1955, p. 102)

As respostas para as questões são encontradas no texto, porém percebe-se que para a resolução das mesmas, era preciso fazer a leitura novamente da narração, o que reforça assim, os métodos utilizados pela educação da década, em que o aluno deveria ler e encontrar as respostas sem fazer uma análise crítica sobre o assunto.

Um membro da expedição, que estava entre os soldados, era o guia Lopes [...], ele possuía um sitio em Mato Grosso, onde havia muito gado, muita água e muita fruta”.

Mais adiante, o comandante da tropa é vitimado pela cólera. [...]

Afinal, surge o rio Miranda. Do outro lado está o sitio de Lopes. [...]

Os soldados descansam. Mas ninguém pensa em voltar para o Rio de Janeiro. (SANTOS, p. 100; 101; 102, 1955)

Sendo assim, percebe-se que há o cuidado do autor em evidenciar todo sofrimento que o personagem principal passou, neste caso Lopes, como também podemos ver que os soldados da batalha só estavam salvos graças ao líder que possuía esse sítio que foi usado como refúgio.

Essas perguntas não provocam no aluno essa capacidade de interpretação, apenas buscam respostas prontas e fáceis de serem memorizadas. Percebemos a característica de memorização das perguntas em trechos como esse:

Quem foi o maior dos nossos pintores? Em que estado ele nasceu? Quem foi o seu primeiro mestre? [...] Vitor Meireles foi o maior e o mais brasileiro de nossos pintores. Era grande a sua “paixão pela arte através do amor a pátria”. Nasceu em Santa Catarina, na vila de S. José do Desterro, atual Florianópolis, a 18 de agosto de 1832.
[...] Nesta época, recebeu ele as primeiras lições de pintura do argentino Mariano moreno. (SANTOS, 1955, p. 168; 171)

As perguntas e respostas acima mencionadas, estão no corpo do texto que Santos escreveu no manual didático *Contos Cívicos do Brasil*. Cada resposta presente no texto está na mesma sequência das questões propostas, sem a necessidade de interpretação ou análise sobre as mesmas.

Percebemos também, que as questões encontradas no livro remetem a concepção da pedagogia tradicional, em que o aluno é passivo sobre os conteúdos, apenas é preciso memorizar as perguntas sem fazer análise crítica ou qualquer interpretação para encontrar as respostas. Essa concepção de ensino teve o método catequético jesuítico em sua base, em que o principal objetivo era a formação de uma nova sociedade e, que o autor do livro, como já mencionamos, defendia. Essa educação cristã era para Theobaldo o método que melhor iria encaminhar os alunos para serem bons cidadãos perante a sociedade.

Considerações finais

A década de 1950 foi um momento de grandes mudanças em todos os setores da sociedade. O governo vigente procurou trazer inovações e mudanças no cenário educacional brasileiro e a ênfase dada nos conteúdos curriculares das escolas era para idealizar heróis que contribuíram para o avanço do país.

Percebeu-se que no livro analisado, *Contos Cívicos do Brasil*, houve uma tentativa de exaltar alguns personagens escolhidos por Theobaldo Miranda Santos como sendo fundamentais para a construção da nação brasileira, evidenciando nos textos, o amor a pátria, motivo pelo qual o país progrediu na visão do autor. Buscava-se formar sujeitos passivos, admiradores da boa conduta,

que exaltassem os sujeitos que eram tidos como heróis pelo governo da época. Para isso, o autor escolhido para escrever os livros didáticos que seriam utilizados em sala de aula já tinha uma linha de pensamento voltada a essa tendência tradicional.

A tendência tradicional evidente no manual se contradiz ao que o governo anunciava em seu discurso. Pretendia-se usar o exemplo de bons homens para que aqueles alunos, a futura geração, continuasse se espelhando e não tomasse iniciativa em mudar a forma de governar, ou seja, a diferença de classes se sobressairia e acabava formando sujeitos acrílicos à realidade.

Por fim, acreditamos que a pesquisa em questão possa contribuir um pouco para desvendarmos as complexas relações educacionais nos anos de 1950. Além disso, buscamos evidenciar o livro didático como uma importante fonte de pesquisa para educação. Suas múltiplas facetas nos ajudam a vislumbrar aspectos políticos, sociais e pedagógicos de determinados contextos históricos. Assim, essas questões postas nos auxiliam a entender a trajetória educacional brasileira e, quiçá, compreender um pouco da complexa realidade do ensino brasileiro atual.

Referências bibliográficas

ALMEIDA FILHO, Orlando José de. Historiografia, história da educação e pesquisas sobre o livro didático no Brasil. **Revista Saberes Interdisciplinares**, São Paulo, n.1 v.1, p. 17-45, 2007.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. – 1º edição. – São Paulo: Moderna, 1989.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

CALIXTO, Jaqueline de Andrade. NETO, Armino Quilici. Pensamento educacional de Theobaldo Miranda dos Santos e suas reflexões no manual de filosofia da educação: breves apontamentos históricos. 2013. **Anais eletrônicos do VII Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2013 – UFMT / Cuiabá.

_____. Theobaldo Miranda Santos e suas contribuições para a história da educação brasileira (1942-1946). **Anais eletrônicos do IV Congresso Internacional de História: Cultura, sociedade e poder**, 2014 – UFG/ Jataí.

CORREA, Rosa Lydia Teixeira. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 20, n. 52, p. 11-23, Nov. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622000000300002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 23 jan. 2020.

GONÇALVES JR, Ernando Brito. **Educação em perspectiva crítica: inquietudes, análises e experiências**. Curitiba, Appris, 2016.

PASTRO, Sonia Maria Gazola. CONTIERO, Diná Teresa. Uma análise sobre o ensino de história e o livro didático. **História e ensino**, Londrina, v.8, edição especial, out. 2002.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela Pellegrino. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014.

ROBALLO, Roberlayne de Oliveira Borges. O passado que se tornou lição: os manuais de Afrânio Peixoto e Theobaldo Miranda Santos e as noções de história da educação para alunas normalistas. **Anais eletrônicos da 32ª Reunião Anual da Anped**, 2009.

SALLES, Fernando Casadei. História e ideologia da economia da educação no Brasil. **Intermeio: revista do Mestrado em Educação**, Campo Grande, MS, v. 8, n. 16, p. 16-29, 2002.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Contos Cívicos do Brasil**. Companhia Editora Nacional. 1955.

SILVA, Rafael Fernando da. Filosofia da educação: grandes problemas da pedagogia moderna, de Theobaldo Miranda Santos: um estudo sobre manuais de ensino. 2014. 81 f. **Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara)**, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/121921>>.

O ingresso de Siegfried Heuser na política¹

The entry of Siegfried Heuser in policy

Gustavo Henrique Kunsler Guimarães

Mestre em História

Universidade de Passo Fundo

ghkg18@gmail.com

Recebido em: 18/11/2018

Aprovado em: 16/10/2019

Resumo: O presente artigo tem por objetivo investigar a trajetória política de Siegfried Emanuel Heuser focando seu texto em levantar as hipóteses acerca dos motivos que levaram o personagem a ingressar na política. Para isso, faz-se necessário uma revisão acerca dos estudos em História Política, bem como a noção de campo político, problematizando, assim, as condições que possibilitaram e direcionaram Siegfried Heuser para a carreira política. O texto que se segue está amparado sobre uma revisão bibliográfica teórica voltada ao político, que dialoga com as fontes utilizadas para suscitar o contexto que proporcionou o ingresso de Heuser no Partido Trabalhista Brasileiro. Neste sentido, o artigo busca delinear a transição do personagem de sua área de atuação profissional como economista para deputado estadual.

Palavras-chave: Trajetória; Política; Siegfried Heuser.

Abstract: This article aims to investigate the political trajectory of Siegfried Emanuel Heuser focusing its text on raising the hypotheses about the reasons that led the character to enter in policy. In order to do so, it is necessary to review the studies in Political History, as well as the notion of political field, thus problematizing the conditions that enabled and directed Siegfried Heuser to the political career. The text that follows is based on a theoretical bibliographical revision directed to the politician that dialogues with the sources used to elicit the context that provided the same entry in the Partido Trabalhista Brasileiro. In this sense, the article seeks to outline the transition of the character from his area of professional performance as an economist to state deputy.

Keywords: Trajectory; Policy; Siegfried Heuser.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a trajetória do político Siegfried Emanuel Heuser, focando em investigar seu ingresso no meio político. Assim, se problematiza algumas visões de pesquisadores em História Política no sentido de denotar como a transformação desta foi um movimento profundo. Acerca disso, o artigo se direciona para a constituição de algumas

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

noções de poder dentro da História Política, observando a atuação de Heuser e pontuando onde está inserido na sociedade, dentro de um campo, segundo a perspectiva de Pierre Bourdieu ou inserido na sociedade, como sugere René Rémond.

Entende-se por trajetória, a partir da perspectiva de Bourdieu, uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (1996, p. 292). Sob tal perspectiva, a análise do ingresso de Heuser na política contribuiu para auxiliar na construção de sua imagem e ação política no decorrer do período em que esteve ativo neste campo, procurando “precaver-nos contra a criação da ilusão biográfica, situando claramente os agentes sociais em seu grupo social, procurando narrar e delinear claramente a construção diacrônica da trajetória dos grupos nos diversos campos” (MONTAGNER, 2007, p. 253).

Assim, neste estudo, o ponto da trajetória de Heuser a ser analisado será seu ingresso na política. Com extensa vida política, é válido levantar os pontos que contribuíram para o início da atuação de Heuser e que o levou a escolher as fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Natural de uma região de colonização germânica, poderia ter ingressado em outros partidos que tivessem maior recepção do eleitorado no município, como o Partido Social Democrático (PSD), ou o Partido Libertador (PL), por exemplo. Contudo, seus ideais políticos, o meio acadêmico e a proximidade com petebistas influenciaram seu ingresso no PTB.

Apontamentos para problematizar Siegfried Heuser no Campo Político

As pesquisas relacionadas a trajetória de políticos voltaram a ter espaço nos estudos historiográficos, sobretudo com o movimento de renovação da História Política. Para compreender a leitura e a inserção de Siegfried Heuser na política, é válido observar alguns pontos que possibilitaram o ressurgimento dessa vertente no campo historiográfico.

A renovação da História Política, permitiu que as pesquisas seguintes pudessem se aprofundar nas questões conceituais e metodológicas. Ainda que os ídolos da História Política continuassem, em certa medida, tendo espaço nas pesquisas, a maneira que eles foram tratados tornara-se mais aguda, com maior problematização, analisando o contexto e outras séries de fatores que cercam o espaço pesquisado. Uma das grandes preocupações dos historiadores era de que o descrédito da História Política se dava, em partes, pela presença da história factual que apresentava somente a espuma dos acontecimentos, ignorando ou colocando em segundo plano os contextos mais profundos que os acompanhavam e que, evidentemente, deveriam ser apreciados. Neste

sentido, entre os principais desafios da renovação da História Política, estivera a necessidade de se livrar dos seus três ídolos, condenados pelo movimento dos *Annales*: a Política, o Indivíduo e o Cronológico. Logo, pela maneira em que esta se estruturava, não sendo atrativa para esta geração, foi necessário uma adequação às pesquisas deste campo.

Jacques Le Goff, historiador da terceira geração dos *Annales*, apontou que “a história política não pode continuar a considerar-se a ossatura da história, mas continua a ser no entanto seu núcleo” (1983, p. 229). Le Goff salientou que, aos poucos, os estudos foram se voltando para as questões das profundidades, traduzidas sobretudo na questão do poder. José D'Assunção Barros afirma que “política e poder, é quase um truísmo dizer, são indissociáveis” (2009, p. 147).

A História Política se apresenta como um campo em constante transformação. No espaço de renovação desta, se percebe que os objetos de estudo têm como característica a presença direta ou indireta da noção de poder. Foi nesse sentido que se debruçaram alguns pesquisadores do campo, visando construir um espaço de estudo mais sólido, profundo, que ampliasse as problematizações e fugisse das velhas concepções estereotipadas. Nesta linha, Barros afirma que “a palavra “poder” rege os caminhos internos da História Política da mesma maneira que a palavra “cultura” rege os caminhos internos da História Cultural, ou que a palavra “imagem” erigi-se como horizonte fundamental para a História do Imaginário” (2009, p. 149). Percebe-se, então, que, dentro deste novo arranjo da História Política, o conceito de poder tem relação intrínseca com as pesquisas do campo. Nesse sentido, os debates ampliaram-se a partir de reflexões e contribuições de vários historiadores que acompanharam esse momento de transformação.

Tais estudos, tiveram um novo impulso a partir das publicações de René Rémond, ampliando as questões acerca de conceitos, fontes e métodos. Dentro deste processo de renovação, Sirinelli destaca a importância da análise de um contexto maior para entender o político, o mesmo afirma que “pasaron los tempos em los que los grandes sectores historiográficos concebían su expansión sólo a expensas de otros”² (1993, p. 26). Tal noção, de que o político não se constrói sozinho, evidenciou a necessidade da aproximação da História Política com outros campos, como a Sociologia, a Antropologia, entre outros, dentro de um espaço de interdisciplinaridade, para que ela pudesse dialogar de maneira mais profunda com as fontes e os estudos que se desenvolviam. À

² Passaram-se os tempos em que os grandes setores historiográficos concebiam sua expansão apenas em detrimento dos outros (tradução nossa).

exemplo deste diálogo com diversos campos, outra vez, se percebe a importância da noção de poder nos estudos políticos.

No que se refere ao objeto de estudo do presente artigo, o político Siegfried Emanuel Heuser, natural de Santa Cruz do Sul, nasceu em 22 de outubro de 1919. Após concluir seus estudos no Colégio Sinodal (atual Colégio Mauá) foi estudar em Porto Alegre. Graduou-se em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e no ano de 1943 em Ciências Econômicas e Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Dentro do espaço acadêmico participou da *Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul* e do *Conselho de Economistas Profissionais*.³ Casou-se com Ermengarda Bueno, com quem teve 5 filhos: Daniel, Adalberto, Jorge, Renato e Carla. Após enviuvar-se, casou-se novamente com Alice Simon, irmã de Pedro Jorge Simon⁴.

A ascensão política de Siegfried Heuser se deu a partir do seu ingresso no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No ano de 1950 Heuser elegeu-se pela primeira vez deputado estadual, reelegendo-se ainda no ano de 1954 e em 1958, quando obteve uma votação expressiva como terceiro deputado mais votado naquele pleito. Com formação na área econômica, o político petebista ingressou no governo do estado em 1959 como Secretário da Fazenda e, posteriormente, como Secretário da Economia, na gestão do então governador Leonel Brizola. Foi neste período, que, como secretário, fez uso da emissão das Letras do Tesouro como meio para lidar com a crise econômica que o estado passava. Ainda se destacou pela criação da Caixa Econômica Estadual e do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE).

No ano de 1962, foi eleito pela quarta vez para a Assembleia Legislativa do Estado, mas seu destaque no cenário político cresceu a partir do Ato Institucional nº2 (1965) e, conseqüentemente, do sistema bipartidário. Siegfried Heuser foi um dos principais organizadores do movimento que levou a criação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). À frente do MDB foi o primeiro presidente do partido no estado do Rio Grande do Sul. Em 1966 foi lançado como candidato ao Senado Federal, pelo MDB, contra três candidatos da Aliança Renovadora

³ A maior parte destas informações foram obtidas a partir do Histórico da Fundação de Economia e Estatística (FEE). Os dados podem ser acessados em <https://www.fee.rs.gov.br/sobre-a-fee/historico-da-fee/>. Acesso em 20 set. 2018.

⁴ Natural de Caxias do Sul, formado em direito e católico, Pedro Simon foi vereador, deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Com a extinção dos partidos políticos migrou para o MDB, onde foi eleito Senador. Foi o presidente do MDB no Rio Grande do Sul após a cassação de Siegfried Heuser em 1969 e primeiro presidente do PMDB no Rio Grande do Sul no início da década de 1980. Nas eleições de 1986 foi eleito Governador do Rio Grande do Sul.

Nacional (ARENA), ocasião na qual, apesar de ter obtido maior votação individual, acabou perdendo o pleito pelo sistema de legenda⁵ que vigorava no período, tendo 638.160 votos, enquanto a ARENA obteve 672.480 votos. No ano de 1969 Siegfried Heuser teve seus direitos políticos cassados, podendo retornar ao meio político somente no ano de 1979. Em 1982, o político elegeu-se mais uma vez, nesta ocasião como deputado federal pelo PMDB, formado após o fim do MDB. Em 1986, Siegfried faleceu devido a problemas cardíacos, enquanto participava do Campeonato Internacional de pesca de Trutas no Rio Serrano, em Punta Arenas, no Chile.

Inserindo Heuser nos estudos de História Política, pode-se pensar que a ampliação nas pesquisas, dialogando com outras áreas do conhecimento, possibilitou a expansão dos conceitos abordados. É cabível afirmar que a História Política não é unânime. Porém, ao longo de seu processo de renovação houve diversos momentos em que os pesquisadores entraram em acordo acerca de postulados específicos. Na procura de entender melhor a maneira como o político se configura e se organiza na sociedade Yves Déloye aponta que:

Questionar as razões históricas e culturais através das quais um indivíduo, uma situação, uma aposta é considerada “política”; considerar o grau de autonomia ou, a contrário, de heteronomia deste “político” em relação ao “social” (e vice-versa). Estas são as principais condições para uma abordagem sócio-histórica do poder, das instituições, do governo e do Estado-nação. (DÉLOYE, 1999, p. 38).

Com estas prerrogativas, Déloye buscou problematizar quais são as ações que definem situações como ações políticas, de que maneira estas ações se relacionam com o político e com a sociedade em que ele está inserido. Pensando em Heuser, percebe-se que no decorrer de sua atuação política as bandeiras levantadas por este estiveram ligadas ao seu eleitorado, como projetos de leis direcionados a economistas e contabilistas, mas, sobretudo, para o pequeno e médio produtor rural, com ênfase nos fumicultores, visto que o fumo era o principal produto na região da base eleitoral de Siegfried Heuser.

Deve ser observado que a volta da História Política foi, em certa medida, a consequência do crescimento do papel da política nas sociedades contemporâneas. Esse crescimento, ou se preferir, retomada das pesquisas, coloca em reflexão a importância de seu estudo. Conforme Rémond:

⁵ Criado pelo Ato Complementar 26, permitia que a organização partidária apresentasse até três candidatos para concorrer no pleito. Um candidato concorrendo pela legenda e outros dois por uma sublegenda. Nesse sistema, os votos da legenda e sublegenda da organização partidária eram somados e era eleito o candidato mais votado dentro do partido que recebeu o maior número de votos.

O político é uma das expressões mais altas da identidade coletiva: um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o, da mesma forma que seus outros comportamentos coletivos. (1996, p. 449-450).

Logo, segundo tal perspectiva, existe uma relação direta do político com a sociedade, relação de interdependência traduzida nas ações do indivíduo em benefício do coletivo. Contudo, o político e seu espaço de atuação, ou campo, tem particularidades que se somam na análise de sua trajetória. Pensando em Heuser, elementos como sua base eleitoral, luteranismo, ligações acadêmicas, formação profissional têm validade no sentido de compreender sua inserção política, em 1950, no Partido Trabalhista Brasileiro.

No que tange o conceito de campo político, e os debates que se sucedem acerca deste, pode-se, em certa medida, analisar que as construções e proposições sobre a constituição do campo apontam para a existência de requisitos para a inserção e permanência dentro do espaço político. Para Pierre Bourdieu (2011), a noção de campo político apresenta muitas vantagens, visto que, a partir de sua utilização, é possível construir a maneira que se opera o jogo político. Para isso, o autor entende que o campo político é uma espécie de microcosmo que se organiza, em certa medida, de maneira autônoma ajustando suas próprias regras de funcionamento. Tais regras são organizadas e fazem sentido apenas dentro do próprio espaço onde o campo político atua, dando a ele um toque de particularidade. O autor afirma que para ingressar no campo político se faz necessário contemplar dois pontos: o tempo livre e a educação. No caso de Siegfried Heuser, se destaca que sua formação profissional contribuiu para seu ingresso no campo, sobretudo pensando na possibilidade de Heuser converter o capital acadêmico e profissional em capital político, considerando a contribuição da área econômica na política. Conforme salienta Michel Offerlé

la manera en que un abogado de negocios hace política, no será igual que la política practicada por un maestro, un médico o un alto funcionario. Y conviene también explicar cuáles “calidades”, “saberes” y “competencias” son transferibles de un oficio, de una profesión a la actividad política (2011, p. 96)⁶.

Conforme destaca Maria Rita Loureiro, “a informação técnica que se transformou em recurso político foi o conhecimento econômico; e que este conhecimento, em suas dimensões tanto

⁶ A maneira em que um advogado de negócios faz política não será igual a política praticada por um maestro, um médico ou um alto funcionário. E convém também explicar quais “qualidades”, “saberes” e “competências” são transferíveis de um ofício, de uma profissão à atividade política. (Tradução nossa).

teóricas, quanto instrumentais, não é consensual, mas objeto de disputas entre diferentes grupos de economistas” (1997, p. 24).

Dentro de uma breve análise, tais proposições são cabíveis analisando que parte considerável das sociedades organizadas politicamente têm em seus quadros de atuação política indivíduos que estão creditados dentro dos pontos estabelecidos. Sob esta perspectiva, Bourdieu sugere que, quanto mais o campo político se autonomiza, mais ele tende a criar mecanismos que possibilitem a manutenção dos indivíduos já inseridos neste, e mecanismos que evitem ou dificultem o ingresso de outros. (BOURDIEU, 2011). Contudo, dentro desta análise o campo político nunca tem sua total autonomia, visto que ele depende da população para que se mantenha.

Nesse sentido, os políticos aproximam-se de discursos que estão alinhados com seu eleitorado e buscam representá-lo dentro de sua propaganda eleitoral. Apesar da manutenção dos políticos dentro do campo depender de sua eleição por meio do voto oriundo do eleitorado, isso não é uma garantia de que estes atuarão no sentido de satisfazer as necessidades dos votantes. Em muitas situações, os políticos eleitos têm suas atuações direcionadas à agremiação política que representam e, por motivos variados, como conflitos dentro do próprio campo político, tendem a deixar a representação da população em segundo plano.

A noção de campo relativamente autônomo obriga a colocar a questão do princípio das ações políticas e obriga a dizer que, se queremos compreender o que faz um político, é por certo preciso buscar saber qual é sua base eleitoral, sua origem social... Mas é preciso não esquecer de pesquisar a posição que ele ocupa no microcosmo e que explica uma boa parte do que ele faz. (BOURDIEU, 2011, p. 199)

Analisando Siegfried Heuser enquanto habitante de Santa Cruz do Sul, zona de imigração germânica, seria plausível compreender que ele iniciasse sua trajetória política em partidos que tivessem maior aproximação, dentro de seu programa partidário, com os imigrantes germânicos daquela região. Acerca disso, Andrius Noronha afirma que:

O campo liberal conservador em Santa Cruz do Sul, no período de 1945 até 1964, mostrou-se o mais forte em relação ao conjunto de todos os municípios do Rio Grande do Sul. O Partido Social Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN) obtinham expressiva votação e estiveram no comando do executivo em quase todas as gestões no período populista (2006, p.45).

Conforme visto nos resultados das eleições de 1947, o Partido de Representação Popular (PRP), o PL e até mesmo o PSD, demonstraram ter maior recepção no município de origem de Heuser do que o PTB. Em Santa Cruz do Sul o PSD, por exemplo, possuía Willy Carlos Frohlich

como um dos líderes. Frohlich foi prefeito de 1947 a 1950 e foi eleito deputado federal em 1950, sendo considerado uma expressiva liderança política municipal. Além disso, o Partido Libertador (PL) também elegeu deputado estadual em 1950 – primeira eleição que Heuser concorreu. Norberto Schmidt, que fora candidato pelo PL, foi em outras eleições, no decorrer da década de 1950, eleito deputado federal pelo partido. Cabe destacar ainda que nos pleitos municipais apenas em uma oportunidade o Partido Trabalhista Brasileiro venceu as eleições para prefeito. Tais questões salientam a força dos partidos do bloco liberal-conservador no município. Nesse sentido, seria plausível compreender a inserção de Siegfried Heuser em uma destas agremiações.

Porém, o contato e a aproximação com as ideias trabalhistas, que ocorreu durante a década de 1940 quando o político já morava em Porto Alegre, fez com que ele ingressasse no PTB e concorresse ao pleito já no ano de 1950. Conforme sua primeira fala na Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, Heuser argumentou: “preferi as fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro por parecer a sua doutrina a que mais objetivamente nos poderia conduzir a solução do eterno problema social, dentro de normas rigorosamente cristãs” (ESTREIA DO DEPUTADO SIEGFRIED E. HEUSER, 1951, p.3). A partir da inserção dentro da agremiação partidária, segundo Bourdieu, o peso do capital político do personagem estará ligado a seu partido, à atuação interna dentro do partido e à reverberação externa da imagem do indivíduo para seu eleitorado.

Dentro desta operacionalização dos partidos políticos, um ponto de considerável importância é a manutenção dos setores que garantam o funcionamento e a existência do campo político, dentro do qual as agremiações se organizam. Assim, com a atuação relativamente autônoma do campo, sustentada por uma base à quem o político presta contas (eleitores), a disputa de poder ocorre com o objetivo de obter o “monopólio da capacidade de fazer ver e de fazer crer de uma maneira ou outra” (BOURDIEU, 2011, p. 206). A própria disputa que se desenvolve internamente no campo político dificulta o acesso de indivíduos a ele. Tal leitura do autor, sugere que o campo político se constitui dentro da sociedade, contudo, de maneira singular, tendo seu espaço relativamente autônomo dentro dela.

Para René Rémond (1996), a ação do político é produto da organização social e da margem de manobra que a sociedade cede para este. O autor situa alguns exemplos nos quais a ação do político tem maior ou menor aceitação. Citando exemplos como os períodos bélicos e as crises em variados segmentos, o autor propõe uma reflexão acerca da ampliação do campo do político nestas situações, problematizando o fomento às suas ações dentro de um espaço de dilatação de sua

atuação política. Para Rémond “o campo político não tem fronteiras fixas, e as tentativas de fechá-lo dentro dos limites traçados para todo o sempre são inúteis” (RÉMOND, 1996, p. 443). Ainda que não dialoguem na mesma direção, esta observação de que o campo político não é um espaço fechado, também está presente na análise de Pierre Bourdieu acerca do campo do político. Ao longo de sua análise, porém, Rémond vai além afirmando que é inviável tentar definir o político a partir de uma série de objetos ou um espaço que lhe seja próprio.

Ainda que os apontamentos de Rémond tenham grande pertinência para pensar as ações do político, nossa análise utiliza a perspectiva abordada por Pierre Bourdieu, entendendo que o ingresso de Heuser na política pressupõe o ingresso em um campo que é relativamente autônomo, mas que deve prestar contas aos eleitores. Assim, se discute a organização dos partidos políticos no Rio Grande do Sul, as ligações pessoais e as afinidades de ideias para entender melhor o espaço em que Siegfried Heuser ingressou em 1950.

Siegfried Heuser e a Inserção na Política

Nesta seção utiliza-se da concepção bourdieusiana de campo político. No intuito de compreender a trajetória política de Heuser em seus momentos iniciais, os elementos apontados por Bourdieu dialogam com maior ênfase com as fontes investigadas. O que se procura é analisar o ingresso de Siegfried Heuser no meio político pela legenda petebista. Para isso, se colocam elementos como o meio acadêmico, relação com petebistas e a recepção de ideias que estiveram ligadas a políticos do partido a partir de sua formação, em 1945.

O fim do regime estadonovista é concomitante com a conclusão dos estudos de Heuser em Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É a partir do ambiente acadêmico, mas não apenas dele, que se pode analisar o início dos processos e associações que possibilitaram o começo da trajetória política de Siegfried Emanuel Heuser. Destaca-se que o título acadêmico também contribui para o reconhecimento de determinado sujeito na sociedade. Como salienta Bourdieu:

O título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo). Cada vez mais indissociável do título escolar, visto que o sistema escolar tende cada vez mais a representar a última e única garantia de todos os títulos profissionais, ele tem em si mesmo um valor e, se bem que se trate de um nome comum, funciona à maneira de um grande nome (nome de grande família ou nome próprio), conferindo todas as espécies de ganhos simbólicos (e dos bens eu não é possível adquirir diretamente com a moeda). (BOURDIEU, 2005, p. 148-149).

No ano de sua formatura, em 1943, quando o político formou-se na UFRGS, o país passava por um momento de transição, no qual o regime do Estado Novo dava sinais de esgotamento interno e externo, provocado sobretudo pela conjuntura do fim da Segunda Guerra Mundial. Apesar dos debates em diversos segmentos da sociedade acerca da saída de Getúlio Vargas do poder, o governo se organizou em 1945 visando garantir a transição governamental. Com a Lei Agamenon⁷ e a convocação das eleições, o país foi direcionado para o que ficara conhecido como experiência democrática.

Na esfera federal, no pleito de 1945, Eurico Gaspar Dutra venceu as eleições assumindo a presidência em 1946, promovendo uma nova constituição em seu primeiro ano presidindo o país. Em nível estadual, “o Rio Grande do Sul oferece um quadro político eleitoral atípico. Os partidos políticos organizam-se mais em função de clivagens ligadas ao padrão político – eleitoral anterior do que definidas pelas lideranças emergentes no pós-45” (NOLL; TRINDADE, 2004, p.77-78). Assim, para que se possa compreender a inserção de Siegfried Heuser nos quadros do Partido Trabalhista Brasileiro, é necessário entender a própria constituição do partido, visto que em sua primeira fala como deputado estadual ele denota que escolheu o PTB por ser a agremiação partidária que mais se aproximava das qualidades que este julgava essenciais para a atuação de um partido.

Em nível nacional, o Partido Trabalhista Brasileiro foi criado “graças a visão de Vargas da necessidade de mobilizar o voto das massas urbano em torno de uma legenda específica” (BODEA, 1992, p.15). Na esfera estadual, a formação do Partido Trabalhista Brasileiro constituiu características mais específicas do que no restante do país. Segundo Bodea (1992), o partido surgiu no espaço de 1945-1946 recebendo influência de três principais vertentes: a corrente sindicalista, a doutrinário-pasqualinista e a pragmática getulista. Acerca das três vertentes, se pode dizer que a primeira estava ligada, como o nome sugere, às principais lideranças sindicais do estado nos diversos segmentos do operariado. Formada a partir da ala sindicalista do PSD, esta vertente teve seus adeptos ligados ao movimento queremista no Rio Grande do Sul. Foi este grupo que em 14 de setembro de 1945, assinou a ata de fundação do PTB no Rio Grande do Sul.

A segunda vertente, doutrinário-pasqualinista, cresceu em torno das ideias do político Alberto Pasqualini. Pasqualini, neste período, já havia sido vereador pelo Partido Libertador em Porto Alegre e secretário, entre 1943 e 1944, na interventoria de Ernesto Dornelles, na pasta do

⁷ Decreto-Lei nº 7.596, de 28 de maio de 1945, que regulava no país o alistamento eleitoral e as eleições.

Interior e Justiça. Contudo, por estar em desacordo com as práticas do regime estadonovista, ele havia se desligado da função, opondo-se ao regime. As ideias pasqualinista tiveram considerável recepção na União Social Brasileira (USB), que se configurou como um grupo de simpatizantes e adeptos às ideias do político. Conforme Miguel Bodea:

Em junho de 1945, formou-se, sob a presidência de um padreiro progressista, João Monteiro dos Santos, o Movimento Popular em Favor das Ideias Políticas e Sociais de Alberto Pasqualini. Este movimento seria o precursor da União Social Brasileira (USB), agrupamento político dirigido por Pasqualini e lançado, em sessão pública, no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, no dia 21 de setembro de 1945. (1992, p.23)

Após o lançamento do Manifesto de criação da União Social Brasileira, ocorreu o diálogo entre o PTB e a USB, firmando um termo de compromisso político entre as agremiações, aproximando-as e facilitando, posteriormente, a incorporação da USB ao Partido Trabalhista Brasileiro. Por fim, a terceira via, pragmático-getulista, formou-se a partir de políticos oriundos dos quadros do Partido Social Democrático. Cabe salientar que dentro desta vertente encontravam-se nomes como Loureiro da Silva⁸ e José Diogo Brochado da Rocha⁹. Em certa medida, pode-se analisar essa terceira via como a mais próxima à cartilha política de Getúlio Vargas, contudo, os políticos que migraram do PSD para o PTB fizeram a troca devido às cisões internas dentro do Partido Social Democrático.

No que se refere à formação do PTB em Santa Cruz do Sul, cidade natural de Siegfried Heuser, não ocorreu na velocidade que o partido se organizara na capital. Ainda que houvesse simpatizantes e filiados ao Partido Trabalhista Brasileiro dentro do município, uma organização mais formal, como a criação de um diretório municipal do partido, aconteceu apenas em 1946, com o intuito de mobilizar a população santa-cruzense para as eleições estaduais de 19 de janeiro de 1947¹⁰.

⁸ Foi Intendente em diversas cidades do Rio Grande do Sul, inclusive a capital Porto Alegre. Foi um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro no Rio Grande do Sul e uma de suas lideranças nos anos iniciais.

⁹ Foi Intendente de Viamão e São Pedro do Sul. Participou do processo de fundação do PSD no Rio Grande do Sul, sendo deputado federal pelo partido. Migrou para o PTB e foi uma das lideranças no processo de organização partidária do petebista no Rio Grande do Sul. Pela agremiação foi eleito deputado estadual e federal. No ano de 1954 concorreu para Governador do Rio Grande do Sul pela legenda do Partido Social Progressista (PSP).

¹⁰ Para maiores informações acerca da formação dos diretórios municipais em Santa Cruz do Sul, ver GUIMARÃES, Gustavo Henrique Kunsler. As eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul pelas páginas da Gazeta de Santa Cruz do Sul: da formação dos diretórios municipais em Santa Cruz do Sul à articulação das lideranças político-partidárias. Monografia (Graduação) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016 Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11624/1345>>.

Sobre Heuser, em sua primeira fala como deputado estadual na Assembleia Legislativa, o político afirmou que não chegou ao cargo de deputado estadual por meio de um capital político herdado por parentes. Siegfried Heuser afirmou que não tinha “passado de projeção política, nem o tiveram meus ascendentes” (ESTREIA DO DEPUTADO SIEGFRIED E. HEUSER, 1951, p.3). Tendo conhecimento desta informação, faz-se necessário analisar a construção do capital político que lhe possibilitou eleger-se para deputado estadual no pleito de 1950.

Salienta-se, então, a importância do espaço acadêmico como um dos pontos que o aproximou da atuação política. Ainda em 1943 foi fundador da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul (SOCECON), com sede em Porto Alegre. Pode-se afirmar, com as devidas ressalvas, que a instituição contribuiu para o crescimento e o reconhecimento de seu nome dentro da sociedade do Rio Grande do Sul, visto que ela proporcionou o contato com profissionais de todas as regiões do estado. Observa-se que o espaço acadêmico forneceu a Heuser a possibilidade de construir seu capital acadêmico e profissional, que, posteriormente, foi usado em sua propaganda política durante sua candidatura a deputado estadual nas eleições de 1950. Igor Grill (2017) corrobora com outro elemento importante para a escolha pelo Partido Trabalhista Brasileiro, segundo o autor, Siegfried Heuser era considerado um seguidor do ideário de Alberto Pasqualini. O alinhamento com as ideias pasqualinista é pertinente, visto que, se por um lado as ideias de Pasqualini se fundiram com as ideias petebistas no processo de estruturação do partido, por outro lado é válido salientar que Heuser poderia se ver representado pelo político, visto que ambos eram descendentes de imigrantes, com elementos religiosos presentes em sua formação, além de oriundos do ambiente acadêmico.

Sobre o ambiente acadêmico, soma-se a este elemento o pensamento exposto por Heuser em sua primeira fala na Assembleia Legislativa, onde elucidou sua inclinação para a escolha do PTB como agremiação ao qual se filiou inicialmente.

Peço vênias aos meus nobres pares, para citar um conceito que considero lapidar, e em torno do qual pretendo estabelecer o ponto essencial das minhas atividades parlamentares. O conceito é do meu prezado mestre, Prof. Temperani Pereira, e está contido em sua obra de Economia Política.

O mundo tem se debatido, atônito e impotente, em graves crises de ordens várias - moral, jurídica, social, política, etc. Mas é curial e absolutamente certo que, na origem, no cerne, essas crises todas se encontram na tecitura das relações econômicas das sociedades. A grande e alevantada aspiração das nações modernas é acabar com as crises e as guerras. É forçoso que se reconheça que só a Economia Política pode fornecer aos homens bem intencionados a chave que resolverá os ternos problemas e enigmas, que têm infelicitado a humanidade. (ESTREIA DO DEPUTADO SIEGFRIED E. HEUSER, 1951, p. 3).

A observação a ser feita na fala do político é acerca do tratamento dado ao dono do conceito expresso por Heuser. A passagem em questão, citada pelo deputado, refere-se ao livro do professor “Armando Temperani Pereira, catedrático de economia política, que se intitula Introdução à economia política, tendo sido editado, também pela Globo, em 1946” (CORAZZA, 2009, p. 29). Ao chamar Temperani Pereira de mestre, o político implicitamente denotou a proximidade que tinha com ele. Tal aproximação se deu no período universitário de Heuser, quando Temperani Pereira fora seu professor de economia política. Armando Temperani Pereira¹¹ foi amigo de Getúlio Vargas e manteve relações com o político, de forma mais corriqueira, no período que sucedeu o fim do Estado Novo. Segundo observado por Bodea (1992), Temperani foi um dos responsáveis pela organização do Diretório Alberto Pasqualini, o qual ajudou no recrutamento de profissionais liberais para as fileiras do PTB. Dentro dessa conjuntura percebe-se que Heuser estaria mais alinhado a essa maneira de inserção no partido. Para um profissional oriundo da área de atuação econômica havia outras possibilidades de acesso a política, como cargos técnicos em gestões, sem necessariamente ser filiado a um partido. Porém, o ingresso de Heuser no partido, se deve, sobretudo, pela articulação de Armando Temperani Pereira e à recepção das ideias de Alberto Pasqualini. Também se destaca que o recrutamento de Siegfried Heuser era estratégico no jogo eleitoral. Com sua candidatura e eleição para deputado estadual em 1950, o Partido Trabalhista Brasileiro passou a ter uma liderança petebista em uma das zonas de colonização germânica do estado, onde os resultados eleitorais apontavam maior recepção para outros partidos, como PSD e PL.

Considerações Finais

No artigo, buscou-se apontar possibilidades para a inserção de Heuser na política. Para que essas hipóteses fossem lançadas, fora primeiramente necessário apresentar o político pesquisado, Siegfried Emanuel Heuser. Atuando dentro de sua filosofia de vida pública, tanto em seu campo de atuação profissional, como na economia, bem como na área política – atuando como deputado estadual em quatro ocasiões, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, Secretário da Fazenda do governo de Leonel Brizola, e deputado federal pelo PMDB, após o período de anistia política. Neste sentido, este artigo direcionou inicialmente sua atenção para a necessidade de pesquisar personagens políticos, abrindo espaço para as análises acerca da renovação das pesquisas em História Política,

¹¹ Além da atuação como professor da Faculdade de Economia da UFRGS, foi filiado ao PTB e amigo pessoal de Getúlio Vargas. Elegeu-se vereador em Porto Alegre no pleito de 1950 e deputado estadual nas eleições de 1954. Foi suplente a deputado federal pelo Rio Grande do Sul em 1958, chegando a ocupar uma cadeira na Câmara em 1959.

bem como para a construção e debate acerca da maneira que se constrói o político, dialogando tais abordagens com o ingresso de Heuser na política.

Assim, levantou-se hipóteses acerca da decisão de Heuser em ingressar nos quadros políticos do PTB. Para isso, o texto procurou entender o contexto que Siegfried Heuser estava situado no período de ingresso na política, analisando o ambiente acadêmico como um dos pontos que o direcionou para a posterior carreira pública. Dentro desta conjuntura foi salientado a importância da figura de Temperani Pereira para a escolha de Heuser pela sigla petebista, além da recepção as ideias de Alberto Pasqualini. O ingresso de Heuser no PTB deve ser entendido dentro de um contexto de inserção de profissionais oriundos de profissões liberais. Sua filiação ao partido também deve ser analisada como uma estratégia petebista a fim de ter uma liderança política em uma zona de colonização germânica do estado, onde os partidos ligados ao bloco liberal-conservador tinham maior aceitação.

Referências

BARROS, José D'Assunção. História Política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. **Educere et Educare** – Revista de Educação, Cascavel, n.7, v. 4, jan./jun. 2009.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1992

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.

_____. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 5, p. 193-216, 2011.

_____. **O Poder Simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 311 p.

CORAZZA, Gentil. **História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS; 1909–2009**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DÉLOYE, Yves. **Sociologia histórica do Político**. Bauru: Edusc, 1999.

ESTREIA DO DEPUTADO SIEGFRIED E. HEUSER. **Gazeta de Santa Cruz**, Santa Cruz do Sul, p.3, 09 mar. 1951.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da História? In: LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983.

GRILL, Igor Gastall. **“Heranças Políticas” no Rio Grande do Sul**. Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR, v. 3, n. 1, p. 471-484, 2017.

GUIMARÃES, Gustavo Henrique Kunsler. **As eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul pelas páginas da Gazeta de Santa Cruz do Sul: da formação dos diretórios municipais em Santa Cruz do Sul à articulação das lideranças político-partidárias**. Monografia (Graduação) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016 Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11624/1345>>.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Os economistas no governo: gestão econômica e democracia.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, c1997.

MONTAGNER, Miguel Ângelo et al. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, 2007.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul: 1823-2002.** Porto Alegre: UFGRS, 2004.

NORONHA, Andrius Estevam. **Instituições e elite política de Santa Cruz do Sul no contexto de internacionalização da economia fumageira: (1960-1970).** 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2006.

OFFERLÉ, Michel. Los oficios, la profesión y la vocación de la política. **PolHis. Boletín Bibliográfico Electrónico del Programa Buenos Aires de Historia Política**, v. 7, 2011.

RÉMOND, René. Do político. In RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1996.

SIRINELLI, Jean-François. El retorno do político. **Historia Contemporânea.** Bilbao, v. 9, 1993.

O intelectual da Idade Média Central: escolástico, urbano, universitário e humanizado – uma aproximação histórica dos estudos no século XIII¹

The intellectual of the Central Middle Ages: scholastic, urban, university and humanized - a historical approach to studies in the thirteenth century

Bruno Alves Coelho

Mestre em Identidad Europea Medieval

Universitat de Lleida

brunodasein@hotmail.com

Recebido em: 25/07/2019

Aprovado em: 07/01/2020

Resumo: O presente artigo pretende traçar um olhar sobre o intelectual do ocidente medieval do século XIII, dessacando as estruturas que possibilitaram a essencial mudança do *vir litteratus* para o *scholasticus*, ou seja, a cidade e a universidade medievais. Após estabelecer os métodos escolásticos de ensino e aprendizagem, propomos uma atenção especial para as *Collationes in Hexaëmeron* do teólogo franciscano Boaventura de Bagnoregio. De nosso ponto de vista, a *Collatio XIX* é esclarecedora sobre como se dava a formação dos intelectuais cristãos para além das lições em sala de aula.

Palavras-chave: Intelectual na Idade Média; Estrutura de ensino medieval; Boaventura de Bagnoregio.

Abstract: The present article intends to look at the intellectual of the medieval west of the thirteenth century, highlighting the structures that made possible the essential change from *vir litteratus* to *scholasticus*, that is, the medieval city and university. After establishing scholastic methods of teaching and learning, we pay special attention to the *Collationes in Hexaëmeron* of the Franciscan theologian Bonaventure of Bagnoregio. From our point of view, the *Collatio XIX* is illuminating about how the formation of Christian intellectuals was given beyond the lessons in the classroom.

Keywords: Intellectual in the Middle Ages; Medieval teaching structure; Bonaventure of Bagnoregio.

¹ Esclarecemos que parte da pesquisa aqui apresentada forma parte de nossa dissertação de mestrado defendida e aprovada na Universitat de Lleida em dezembro de 2018, embora não de forma integral e sim, em alguns casos, retrabalhada e acrescida de ideias e abordagens inéditas.

Introdução

No presente artigo propomos um olhar atento à Idade Média Central no Ocidente no tocante à novidade do ensino universitário, possível graças ao desenvolvimento das técnicas e fontes de ensino e estudo, como produto imediato do grande processo de desenvolvimento comercial e urbano desse contexto. Justamente por isso, problematizamos três conceitos fundamentais para se entender o intelectual medieval no século XIII e que, ao mesmo tempo, o definem: escolástico, urbano e universitário.

A fim de não deixarmos todo esse percorrido histórico tocando as margens genéricas das definições categóricas, como conclusão exemplificadora, trazemos também um necessário olhar para a figura do teólogo franciscano Boaventura de Bagnoregio. Ele ajudará a entendermos bem como todo esse processo foi absorvido pelos acadêmicos do século XIII e como o método de estudos deveria ser praticado pelos estudantes para além da *lectio* universitária.

A escolástica

O termo “escolástica” é empregado em sentido genérico para indicar o modo de fazer teologia nos séculos XII e XIII (MARANESI, 2003, p. 244), embora a maioria dos autores apresente a escolástica contida numa margem temporal maior ou menor. Martin Grabmann acrescenta que a escolástica é a especulação filosófico-teológica nascida nas escolas medievais (GRABMANN, 1928, p. 32), e afirma que o início está no século XI, com Santo Anselmo:

O pai da Escolástica é Santo Anselmo de Canterbury, um gênio especulativo que se destaca sobre seus contemporâneos, uma figura de pensador fortemente caracterizada, inflamada no espírito de Santo Agostinho, na qual se uniram e compenetraram a fé e a ciência, a teologia e a piedade, a especulação e a contemplação, o estudo dos Santos Padres e a dialética. Com a divisa: *Fides quaerens intellectum* [fé que busca entendimento], Santo Anselmo inaugurou a Escolástica propriamente dita (GRABMANN, 1928, p. 73).

Alain De Libera parece convergir com Grabmann sobre a questão metodológica e sobre o século XI, mas discorda sobre a originalidade de Anselmo: “[...] prolonga o estilo do debate lógico-teológico inaugurado por Lanfranco e Berengário, antecipa a maioria das novidades filosóficas que o método dialético de Abelardo fará triunfar no século XII” (DE LIBERA, 1998, p. 294), entretanto, de forma indireta, confirma Anselmo como *pai da escolástica*: “[...] graças a ele, o mundo cristão latinófono encontra sua identidade intelectual. Pela primeira vez desde Agostinho um pensador cristão latinófono constrói uma obra, forja instrumentos, inventa uma língua” (DE LIBERA, 1998, p. 294). Entretanto, De Libera faz uma original distinção sobre o início da teologia

escolástica. Para ele esse novo método teológico nasce no século XII com Pedro Lombardo ao redigir as Sentenças: “[...] o verdadeiro fundador da teologia sistemática foi Pedro Lombardo [...], que redige as suas próprias *Sententiae* nos anos 1155-1157 [...]. Pedro Lombardo redigiu, sem o saber, o manual de teologia da Idade Média” (DE LIBERA, 1998, p. 339). Franco Alessio irá compreender a escolástica apenas nos séculos XIII e XIV, atrelando-a apenas às universidades (ALESSIO, 2002, p. 367-382).

Paul Vignaux atesta o início da escolástica como sendo no século XI, com Santo Anselmo, mas afirma que essa novidade não possui apenas um fundador, mas vários: “Para apresentarmos os fundadores da Escolástica [...], temos que fazer uma escolha” (VIGNAUX, 1994, p. 68). Sob seu ponto de vista, quatro autores destacam-se nitidamente como fundadores desse novo método de pensamento, embora possam ser equiparados a outros pensadores contemporâneos: Santo Anselmo, Abelardo, São Bernardo e Ricardo de São Vítor. A posição de Vignaux é de que a escolástica seria um processo natural do pensamento ocidental, que não depende de uma personagem em especial, mas apresenta interdependência entre as várias figuras dedicadas à vida intelectual a partir do século XI.

Santo Anselmo ocupa um lugar cimeiro na sua época, a segunda metade do século XI. Mas no século XII, pode colocar-se ao lado de Abelardo o cartuxo Gilbert de la Porrée, outro mestre nas coisas da lógica e nas coisas de Deus [...]. Entre os místicos, adversários dos dialéticos, a obra doutrinária de Guilherme de Saint-Thierry equivale sem dúvida à obra, mais conhecida, de S. Bernardo. Na escola de S. Vítor, que reconcilia a mística com a dialética, Hugo precede Ricardo (VIGNAUX, 1994, p. 68).

Josep-Ignasi Saranyana irá identificar a escolástica como sendo englobada da pré-escolástica, século VIII, até meados do século XVI, com a chamada escolástica barroca (SARANYANA, 2006). M.-D. Chenu irá fazer a periodização escolástica do século IX ao século XIX (CHENU, 1970, p. 63-66), não obstante a escolástica tenha sido “marginalizada” pelos sistemas filosóficos a partir do século XV. Justamente por isso, criou-se uma interpretação errônea de que a escolástica teria tido seu fim no século XVI a partir do rompimento entre os pensadores “modernos” e os que ainda utilizavam o método medieval, ou seja, “a ruptura entre a Idade Média e a Era Moderna [...], leva a considerar que a escolástica [...], ‘sobrevive’ num universo cultural ao qual ela é estranha. Historicamente essa perspectiva está errada” (CHENU, 1970, p. 65). Continua Chenu: “as rupturas não podem ser contestadas, porém, há também uma continuidade clara. Aliás, Descartes, Leibniz e outros filósofos liam os pensadores medievais muito mais do que nós hoje. A teologia escolástica permaneceu viva, mesmo após a Idade Média” (CHENU, 1970, p. 65).

O início da periodização escolástica traz problemas ao historiador porque depende de uma opção pessoal sobre a compreensão do conceito de escolástica e, justamente por isso, os autores não estão de acordo em precisar eficazmente seu início. Evangelista Vilanova apresenta essa difícil encruzilhada com a qual se depara o historiador da escolástica a fim de identificar satisfatoriamente seu início, apresentando dois pontos de partida bastantes distintos: 1) a escolástica teria tido seu início a partir da introdução de Aristóteles no Ocidente; todavia, essa opção traz em si mesma grande dificuldade, porque o pensamento aristotélico foi incorporado ao pensamento ocidental de forma gradual, ou seja, essa opção praticamente impossibilita uma precisão de data inicial; 2) a escolástica teria sido iniciada a partir da introdução da *quaestio* nas disputas intelectuais, contudo, esse método já havia sido introduzido no século IX. Portanto, “é difícil resolver [...]. No entanto, com uma boa argumentação pode-se situar o início da teologia escolástica em fins do século XI” (VILANOVA, 1987, p. 532). Vilanova afirma também que a primeira escolástica, iniciada no século XI, perdura até os inícios do século XIII. Tal realidade é constatada pelo aumento nos registros do novo método teológico a partir de fins do século XI e essa “nova evolução é possível por meio de um novo contato com Aristóteles na metade do século XII” (VILANOVA, 1987, p. 532).

Após a busca de datação da escolástica torna-se necessário um olhar mais atento sobre o termo escolástica em seu contexto nascedouro e também como ele foi sendo abordado pela historiografia pós-medieval. Chenu afirma que o vocábulo “escolástica” carrega em si, atualmente, uma série de significados que lhe foram atribuídos posteriormente, a partir do desenvolvimento desigual da linguagem teológica e filosófica. “No estudo de um grupo de termos, costuma ser o uso que decide acerca do sentido das palavras e não um significado fundamental determinado *a priori*” (CHENU, 1970, p. 55), tal realidade legou ao que se entende por “escolástica” um duplo sentido de significados, o que, necessariamente, modificou seu sentido originário, afirma o autor supracitado.

Portanto, na visão de Chenu há duas correntes que significaram a escolástica de forma posterior. A *primeira corrente* advém da tradicional divisão entre Idade Média e Renascença, que levou à dura oposição entre escolástica medieval e as formas “modernas” da Renascença, a partir do século XV. “Essa oposição foi se formando pelos estilos literários, pelas maneiras de se expressar, pelo conceito de ciência e de espírito em geral” (CHENU, 1970, p. 55). Assim, a primeira resistência à escolástica nota-se pelo esforço renascentista em opor aquilo que era medieval àquilo que era moderno, do ponto de vista literário, estético e de interpretação dos autores clássicos. Já a *segunda corrente*, que desloca o significado originário da escolástica, brota do desenvolvimento interno da

Teologia afetada pela Reforma Protestante. O fato é que os reformadores protestantes questionaram a forma teológica escolástica em suas fontes extra bíblicas: Tradição², escritos patrísticos e razão. “Isso significou para a Escolástica uma dupla prova. Pois essa era uma teologia que por um lado acrescentava ao texto bíblico o patrimônio da tradição, e por outro colocava a razão ao serviço ativo da doutrina da salvação” (CHENU, 1970, p. 56). Enquanto o protestantismo inaugurado por Lutero afirmava o acesso à revelação apenas pelas Escrituras, pela graça e pela fé, o ramo teológico católico se empenhou ainda mais por legitimar essa busca pela razão e pela tradição somadas às fontes bíblicas. Com isso, a partir do século XVI a escolástica passou a ser designada, de forma pejorativa, como *teologia positiva*, pois, adquiriu um aspecto extremamente abstrato de especulação racional a partir de processos dedutivos estranhos e distantes do conhecimento da fé cristã.

Etimologicamente o termo *escolástico* traz o sentido original de “mestre-escola”, ou seja, não é empregado, num primeiro momento, para designar a forma de construção teológica medieval. Portanto, inicialmente, o *scholasticus* é a referência ao *magister scholae*; o que leva à segura consolidação do termo por volta do século XI no contexto do desenvolvimento das escolas municipais e catedrais.

Nas crônicas do séc. XI o termo aparece várias vezes nesse sentido. Êste uso reduz para uma determinada direção o sentido literal latino pós-clássico, que encontramos ainda na língua de Alcuíno, onde *scholasticus* designava ao mesmo tempo o mestre-escola e o homem culto, sobretudo aquele que, graças ao estudo da retórica, sabia se servir de uma língua distinta e elegante (CHENU, 1970, p. 57).

Na Alta Idade Média *scholasticus* é o mestre das artes liberais, das sete disciplinas livres do *Trivium* (Gramática, Lógica ou Dialética, Retórica) e do *Quadrivium* (Geometria, Aritmética, Astronomia e Música). A palavra *scholasticus* tem também, às vezes, até o século XII o significado de discípulo ou aluno. Mais tarde se chama escolástico em geral a todo aquele que dá ensino nas escolas, especialmente de Filosofia e Teologia (GRABMANN, 1928, p. 34).

Embora Chenu e Grabmann englobem num mesmo vocábulo “mestre-escola” e “homem culto” como sendo referidos por *scholasticus* de forma genérica até antes do século XII, Jacques Verger demonstra de outra forma, com a categoria de “letrados” o registro de homens cultos:

² De forma bem sintética entende-se por Tradição a maneira como a revelação contida nas Sagradas Escrituras foi passada para a Igreja, ou seja, em parte pelas páginas da Bíblia, em parte pela tradição oral e costumes inaugurados pelos apóstolos e primeiros cristãos. Assim, haveria dupla fonte paralela de como a Palavra de Deus foi legada à posteridade dos crentes: Sagrada Escritura e Tradição. Para maior aprofundamento dessa temática, (GEISELMANN, 1971, p. 351-363).

Em linhas gerais, na Idade Média Alta – excetuando-se o exemplo de algumas personalidades proeminentes – o homem culto era simplesmente o *vir litteratus*, isso é, o homem que sabia ler e escrever em um latim mais ou menos correto; por outro lado, havia nessa época uma identificação quase total entre o grupo dos *litterati* e o dos clérigos e monges, enquanto os leigos eram considerados, praticamente por definição como “iletrados” (embora na realidade sempre tenham existido, pelo menos na arissocracia, alguns leigos *litterati* e, ao contrário, muitos clérigos e monges ignorantes) (VERGER, 2001, p. 14).

Já a partir do século XII *scholasticus* refere-se clara e praticamente de forma exclusiva ao sentido técnico do termo, ou seja, designará o ofício do estudo e do ensino, quer seja empregado ao estudante, quer ao *magister* [mestre]. Tal associação restritiva de escolástica às escolas faz muito sentido devido à forma que o conhecimento será vivido e construído a partir das escolas e, posteriormente, das universidades. Progressivamente a forma de se passar o conhecimento ganha novos contornos no decorrer do século XII, a partir das escolas. Se até o século XI a forma de ensino cristã era baseada na mistagogia litúrgica, na instrução catequética e na *collatio* monástica, a metodologia escolar do século XII apresenta a doutrina cristã, a *doctrina sacra*, organizada como ciência e, conseqüentemente, elaborada e organizada pelo viés racional que induz à pesquisa, análise, repartição por conteúdos e sínteses. Portanto, “o *scholasticus* não é mais o diretor de um organismo escolar rudimentar [...]. Nem é mais [...] o chefe de uma escola municipal ou episcopal da primeira Idade Média” (CHENU, 1970, 58), mas designa claramente a profissão daquele que possui *licentia docendi*, isso é, aquele que ocupa o lugar de *magister*. Essa designação, todavia, passa, simultaneamente, a qualificar duplamente o *scholasticus*: a partir de sua competência no ensino de uma ciência e também por seu pertencimento a uma instituição corporativa como autoridade jurídica. Corroborando com essa análise de Chenu, Jacques Le Goff apresenta essa dupla qualificação do *scholasticus* no século XII e sua tomada de consciência de seu lugar no mundo urbano da seguinte forma: 1) no que diz respeito ao intelectual como profissão: “Homem de ofício, o intelectual tem consciência da profissão a assumir. Reconhece a ligação necessária entre a ciência e o ensino. Não pensa mais que a ciência deve ser entesourada: está persuadido de que deve ser posta em circulação” (LE GOFF, 2012, p. 88); e 2) no que diz respeito à corporação de ensino:

A esses artesãos do espírito incorporados ao impulso urbano do século XII, resta organizar-se no seio do grande movimento corporativo coroado pelo movimento comunal. Essas corporações de mestres e estudantes serão, no sentido estrito da palavra, as *universidades*. Essa será a obra do século XII (LE GOFF, 2012, p. 88).

A escolástica, então, apresenta ao mundo do saber três estruturas determinantes para a pesquisa e forma de ensino: o *scholasticus* não se confundirá mais com o homem culto, *vir litteratus*, encontrado seja no campo, seja na cidade, mas, a partir do século XII, ele será o homem urbano,

profissional da educação e juridicamente ligado a uma instituição de ensino, isso é, o intelectual é urbano, dedicado exclusivamente ao estudo e está organizado corporativamente com seus afins numa universidade.

A cidade medieval

Torna-se necessário um olhar mais detalhado para o mundo urbano devido à categórica afirmação de Le Goff: “No início foram as cidades. O intelectual da Idade Média – no Ocidente – nasceu com elas. Foi com o desenvolvimento urbano ligado às funções comercial e industrial [...] que ele apareceu” (LE GOFF, 2012, p. 29). Todavia, de forma geral, não há nada mais estereotipado atualmente, do ponto de vista morfológico, sobre Idade Média do que a cidade. Ou ela é apresentada tradicionalmente como uma pobre vila desprovida de recursos ou como uma enorme fortaleza composta por altos muros e um castelo no centro.

Os contemporâneos das cidades medievais tinham uma percepção clara de seu caráter distinto e, em muitos casos, os sítios arqueológicos testemunham suas características típicas. As muralhas, trincheiras e portões delimitavam o espaço urbano e as periferias do país. A comunidade da cidade isolava-se do resto da região no sentido literal e metafórico. Suas muralhas a protegiam de ataques e invasões. O modelo defensivo de uma cidade era uma reprodução ampliada das defesas de um castelo: muralhas em que se podiam andar em torno, ameias, torres de observação, portões fortificados e pontes levadiças (BLOCKMANS; HOPPENBROWERS, 2012, p. 348).

A vida urbana também não é muito bem apresentada, pois os habitantes regionais são nobres ou clérigos e o grosso da população é apresentada como trabalhadora rural, que, por sua vez sequer seria considerada urbana: “Por ‘cidade’ queremos dizer uma concentração espacial de uma população que não produz seus alimentos; portanto, não vive basicamente da agricultura, da criação de animais domésticos ou da pesca” (BLOCKMANS; HOPPENBROWERS, 2012, p. 343). Portanto, como nos aproximarmos da cidade medieval de forma mais adequada e verossimilhante?

Há algumas definições clássicas sobre o que seja a cidade medieval e sua relação com o mundo feudal como um todo que, de antemão, precisam ser discutidas. A definição tradicional apresenta a cidade a partir de uma *entidade* urbana que indica sua identidade. Ou seja, num mundo feudal, marcadamente rural, como afirma Michael Moïsssey Postan, “as cidades eram ilhas não-feudais num oceano feudal” (POSTAN, 1972, p. 239). Tal linha de abordagem foi muito comum nos historiadores pós-Segunda Guerra Mundial. O fato é que, nessa concepção, uma cidade era essencialmente distinta do mundo rural e jamais seria assimilada à economia e sociedades feudais/rurais, chegando ao extremo da afirmação de Fernand Braudel, de que “uma cidade é

sempre uma cidade onde quer que se situe, tanto no tempo quanto no espaço” (BRAUDEL, 2005, p. 441). Assim, a definição clássica da cidade pré-industrial, tanto por sociólogos quanto por historiadores é marcada pela presença do dualismo conceitual.

Rodney W. Hilton, fazendo a pergunta “*o que era uma cidade?*” (HILTON, 1992, p. 6), afirma que, para alguns sociólogos que se dedicaram a essa temática, a cidade medieval estaria assimilada, como sociedade feudal medieval, dentro da generalizada era pré-industrial ou “tradicional” da história humana e que, em suas longas perspectivas, perceberam uma dualidade entre cidade e campo, desde a Antiguidade em diante; assim, conceberam “a cidade” como uma inalterada essência social cuja economia, sociedade e *ethos* foram sempre e necessariamente específicos para um modelo de urbanismo, qualquer que seja a formação social (HILTON, 1992, p. 7). Segundo o mesmo Hilton, as abordagens dos historiadores, embora menos abrangentes no tocante à percepção da cidade pré-industrial, também são pautadas pelo conceito da cidade inalterada, justamente no contraponto com o rural, ou seja, há o dualismo cidade-campo. Portanto, essas seriam as características tradicionais que definiriam a cidade medieval: 1) distinta da economia e sociedade rurais; 2) permanente atividade de mercado; 3) não produz os seus próprios meios de subsistência, mas dedica-se à manufatura e ao comércio; 4) possui uma heterogeneidade ocupacional da economia, isso é, produz-compra-vende mercadorias diferentes dos produtos agrícolas (essa seria a característica essencial); 5) há uma dimensão institucional que concede liberdades básicas aos habitantes: liberdades de *status*, de posses, de movimento e de acesso ao mercado (HILTON, 1992, p. 7).

Dentro desse quadro supracitado, as definições de Henri Pirenne são sintomáticas. A tese principal de Pirenne é que “em nenhuma civilização a vida urbana se desenvolveu independentemente do comércio e da indústria” (PIRENNE, 2009, p. 103) e que tal fato pode ser observado tanto nas civilizações antigas como na atualidade, assim “sua universalidade explica-se pela necessidade” (PIRENNE, 2009, p. 103). Partindo dessa premissa o autor irá definir como uma aglomeração urbana pode se manter: “só pode subsistir pela importação de gêneros alimentícios que importa do exterior” (PIRENNE, 2009, p. 103), ou seja, pelo comércio de seus produtos manufaturados trocados pelos produtos rurais de seu entorno. Portanto, para o autor, a cidade medieval é um grande comércio definido basicamente pelas atividades produtivas e mercantis de importação e exportação de produtos que a envolve totalmente e a põe em relação com o seu entorno e o exterior. Pirenne localiza nas atividades mercantis, sejam fluviais ou terrestres, o ponto culminante para o nascimento das cidades medievais: como as distâncias a percorrer eram enormes

e determinadas pelo clima, os comerciantes precisavam de apoio ao longo da rota. Os burgos, pequenas fortificações, foram esses apoios por excelência. Com o progressivo robustecer comercial a partir do século X, esses burgos ganharam muito em importância e, aos poucos, foram sendo o destino do empreendimento migratório dos nascentes comerciantes.

Diferentemente dos mercados e das feiras, os burgos tornaram-se pontos diários de produção de manufaturas e escoamento de produção. Onde a nova atividade comercial, novos burgos, se uniu aos antigos burgos, tal união gerou a cidade medieval. Aos poucos essas cidades cresceram em população e, devido à violência da época, a cidade medieval está sempre encerrada em muralhas e possui o aspecto de fortaleza, mesmo não sendo apenas aquele limitado espaço dos antigos burgos. O fato é que “a situação geográfica junto à presença de uma cidade ou de um burgo fortificado surge como a condição essencial e necessária de uma instituição de mercadores” (PIRENNE, 2009, p. 109). Com essa nova configuração urbanística, surge também uma nova personagem da vida urbana: o burguês. Porém, esse nome não era aplicado a todos os habitantes da cidade, mas unicamente aos novos, ou seja, aos dos novos burgos³. Tal novidade impunha, necessariamente, um clima de conflito entre a estável ordem feudal, embasada nas relações verticais de vassalagem e senhorio, e a nova figura livre que, muito embora não fosse da nobreza, necessitava de terras e mão-de-obra para viabilizar a atividade mercante. Ou seja, o que define a cidade é justamente sua capacidade de comércio internacional, atividades que o campo não desempenha, pois, o próprio da atividade econômica feudal era a subsistência e o abastecimento das cidades.

Postan analisa a cidade medieval a partir dos pressupostos de Pirenne⁴. Porém radicaliza ainda mais o dualismo cidade-campo, embora a origem seja a mesma descrita por Pirenne, de que as cidades mercantes surgiram de burgos fortificados que davam guarida e proteção às caravanas mercantes (POSTAN, 1972, p. 236). Postan afirma que as cidades se destacaram da economia feudal não apenas pela capacidade do comércio internacional, mas, principalmente, por sua profissionalização no mercado e o desenvolvimento da indústria a partir dos pressupostos capitalistas da regulamentação de suas atividades e a busca do monopólio (POSTAN, 1972, p. 241). Com isso, as cidades não apenas se separaram da economia rural, mas a transferiram para um

³ PIRENNE, 2009, p. 119-120.

⁴ Postan analisa pormenorizadamente os argumentos de Pirenne sobre a temática do desenvolvimento histórico das cidades por conta da busca de proteção dos mercadores e seus desdobramentos para a historiografia da cidade medieval em: POSTAN, 1972, p. 236-238.

segundo plano de importância, isso é, o campo apenas alimentaria as cidades a partir de então, pois o artesão era agora habitante da cidade.

Mais do que uma visão de certa forma dualista das cidades medievais, parece que há um equívoco fundante na definição de feudalismo. A crítica de Hilton é que a tese mais tradicional o define assim: mostra-o como sendo a relação entre os diferentes estratos da classe dos senhores de terra, relação senhor-vassalo, manifestada concretamente na concessão de terras do feudo para rendeiros ou parentes em troca de obediência, serviço militar, ajuda e conselho. Outras definições, também limitadas, seriam: 1) fragmentação do poder devido às concessões de títulos nobiliárquicos e eclesiásticos; 2) base econômica era o trabalho dos agricultores dependentes dos senhores; e 3) sociedade estratificada numa rígida pirâmide social (HILTON, 1992, p. 9-10). De certa forma, esta seria uma visão acertada, mas apenas sobre um tipo de relação de classes.

Hilton propõe um olhar mais atento para as relações entre a classe dos senhores e os camponeses como o real conflito de classes existente no feudalismo e não os habitantes das cidades. Para ele, se partirmos do pressuposto de que as cidades precisavam gozar de algumas liberdades para exercer sua *vocação* mercantil, elas só o conseguiriam em decorrência de concessões vindas dos senhores ou mesmo da monarquia. Dessa forma, também a monarquia precisaria ser encarada como uma entidade não-feudal. Portanto, para uma compreensão mais acertada do papel que desempenhou a cidade no feudalismo é preciso não querer separá-la do todo, mas, ao contrário, integrá-la. O fato é que as cidades são mais uma importante peça na engrenagem feudal, e não sua antagonista (HILTON, 1992, p. 18). Para Hilton, o real propulsor do comércio foram as pressões dos senhores por arrecadar mais rendas. Com essas pressões os camponeses passaram a produzir em maior quantidade e, com isso, iniciou-se o comércio. É evidente que as cidades possuíam um maior tino para o comércio, contudo, elas não foram de forma alguma contra a cultura feudal da compra e venda, pois o próprio fato dos burgueses que lucravam com o comércio não fazerem parte da elite governante da cidade aponta para a realidade de que os verdadeiros compradores das manufaturas eram os senhores feudais (HILTON, 1992, p. 18).

Portanto, concordando com o ponto de vista apresentado por Hilton, as cidades não são estruturas estranhas à política e mundo feudais, mas, isso sim, são produto desse mesmo feudalismo. Assim, não é de se estranhar que as cidades movimentadas por grande fluxo comercial receberão gente de todas as classes, incluindo aqueles que querem dedicar-se à vida intelectual. Observando que algumas cidades receberão autorizações senhoriais para melhor se adaptarem à

nova forma de vida iniciada no século XII por conta do comércio e produção manufatureira, da mesma forma as cidades e suas estruturas se adaptariam à nova forma de vida e de trabalho, também o ensino e os mestres se adaptarão à nova forma do saber nas cidades.

O século XII, nas palavras de Le Goff, apresenta o papel ativo dos intelectuais também como tomando parte de um renascimento ou revolução cultural (LE GOFF, 2012, p. 31). O que se observa a partir do século XII em solo urbano é algo inédito no que se refere à cultura e ao ensino medievais. Le Goff não considera o renascimento carolíngio como no mesmo patamar do que se observa no século XII pelos seguintes motivos: 1) não tem nenhum dos traços quantitativos que o termo renascimento carrega em si; 2) melhora a cultura apenas para os filhos dos nobres e futuros clérigos; 3) acaba com os restos do ensino rudimentar que os mosteiros merovíngios davam para alunos de terras vizinhas; 4) a reforma da ordem beneditina de 817 acarreta nos fechamentos das escolas externas dos mosteiros; 5) tais reformas no ensino tinham como alvo apenas a monarquia clerical carolíngia, a uma elite fechada, visando formação de futuros administradores e políticos; 6) o movimento intelectual carolíngio é claramente um recrutamento para a direção da monarquia e da Igreja; 7) os magníficos manuscritos e livros dessa época são obras de luxo e considerados como “baixelas” preciosas, assim, o importante era seu valor material; 8) a circulação de livros é mínima; 9) o trabalho dos monges nos *scriptoria* monásticos é artístico ou tido como penitência, portanto, a preocupação com o conteúdo é secundária em relação à beleza ou ao trabalho caligráfico em si; 10) o conhecimento e a ciência são tratados como tesouro, por isso, devem ser acumulados e não distribuídos (LE GOFF, 2012, p. 31-33). Por isso, o renascimento cultural dos intelectuais iniciado no século XII transformará o método de ensino a partir do século XIII: profissionais do saber que vivem nas cidades, reunidos em universidades com o intuito de disseminar a ciência.

O século XII, enfim, apresenta novidades que afetarão e transformarão a vida escolar. Jacques Verger afirma serem três essas contribuições: os tradutores e as traduções, o desenvolvimento urbano e, finalmente, as novas condições da vida escolar⁵. Diferentemente de Le Goff, Verger não chega a tecer nenhum juízo de valor negativo sobre a época carolíngia; em sua abordagem ele é mais objetivo no sentido de buscar as contribuições dessa época para o século XII. Afirma que a “época carolíngia vira um primeiro e notável esforço [...] para conferir e recopiar os manuscritos da Bíblia, dos Padres latinos e dos autores clássicos. Mas uma parte da literatura

⁵ Trabalharemos esse assunto no subtema seguinte “A universidade medieval”.

latina e [...] toda literatura grega permaneciam desconhecidas no Ocidente” (VERGER, 1990, p. 23). Sobre a literatura grega, ela só poderia chegar por traduções no Ocidente pelo inequívoco fato da língua grega praticamente inexistir nessa região europeia no século XII. É interessante notar que os maiores centros de traduções durante o século XII não coincidem geograficamente com os locais de escolas importantes e, em muitos casos, sequer desenvolveram alguma escola ou universidade no século seguinte⁶. “Estavam eles essencialmente em contato com os países em que a herança grega permanecera viva: Bizâncio e sobretudo o mundo muçulmano, onde os textos gregos haviam sido [...] conhecidos e traduzidos mas enriquecidos com comentários [...] originais” (VERGER, 1990, p. 23-24). Outro ponto distinto dos tradutores do século XII e os monges carolíngios é sobre a qualidade de suas obras.

Criticou-se frequentemente a obra dos tradutores do século XII. Suas traduções, estritamente literais, não ambicionavam nenhuma elegância e são de leitura penosa; quanto aos textos gregos, numerosos intermediários (em siríaco, em árabe) haviam-se muitas vezes interposto entre o original e a tradução. Em resumo, contudo, essas traduções revelam-se geralmente muito mais exatas do que se poderia ter pensado (VERGER, 1990, p. 24).

O trabalho dos tradutores do século XII gerou muitos frutos: quase toda a obra de Aristóteles era conhecida já ao fim do século, sendo que, para o século seguinte restaria apenas aos ocidentais o conhecimento da Retórica, Ética, Economia e Política aristotélicas; sendo que foram a ele atribuídas, equivocadamente, várias outras obras de outros autores. Apresentaram ao Ocidente os clássicos sábios gregos como Euclides, Arquimedes e Ptolomeu. Houve também a tradução para o latim de vários tratados árabes, comentários de obras gregas, de Matemática, Astronomia, Ciências naturais, Medicina e comentários sobre Aristóteles feitos por al-Fârâbi e Avicena. Também no campo do Direito o século XII acrescentou e enriqueceu o estoque de textos e de conhecimento dessa área para os estudos nas escolas (VERGER, 1990, p. 24-26).

Tomando a análise de Verger sobre o grande trabalho de tradução do século XII, chamamos a atenção sua observação sobre a não coincidência desses locais de grande atividade intelectual com os locais de grande atividade escolar. É certo que a grande propagação dos conteúdos traduzidos por solo ocidental foi possível pela grande circulação de pessoas nesse contexto, proporcionada pelo desenvolvimento urbano que, na visão de Verger, “foi uma das consequências do desenvolvimento demográfico do Ocidente. Foi, antes de tudo, dos campos vizinhos que as cidades extraíram o aumento de sua população” (VERGER, 1990, p. 26). Embora Verger entenda

⁶ Verger faz uma bela lista dos locais de grande atividade de tradutores no século XII em VERGER, 1990, p. 24.

a cidade do ponto de vista de Postan, “as cidades do século XII [...] se opunham ao campo que as rodeava [...] pelo fato de oferecerem aos que vinham habitá-la condições econômicas, sociais políticas completamente novas” (VERGER, 1990, p. 26-27), seu argumento é bastante acertado ao localizar que os centros de traduções não irão se transformar no século XIII em centros universitários porque o renascimento urbano do século XII não ocorreu nesses centros. Portanto, se a forma administrativa da cidade medieval é um reflexo das corporações de ofício que a compõem, “aprendiam, enfim, a instalar formas do governo municipal muitas vezes muito próximas da organização das guildas e corporações profissionais” (VERGER, 1990, p. 28), necessariamente, a forma de ensino nessas grandes e importantes cidades do século XIII será pela chancela da universidade, a corporação dos *scholasticus*.

O movimento intelectual urbano medieval irá localizar nas cidades dois aspectos fundamentais da vida quotidiana e os relacionará diretamente com o ideal cristão de sociedade: a cidade como realização das promessas escatológicas bíblicas e a atividade mercantil como metáfora da salvação. José Comblin, citando Max Weber, diz que “a cidade grega proclamou o desejo de liberdade, mas, o município medieval foi o advento da sociedade livre” (COMBLIN, 1991, p. 174), todavia, segundo Comblin, o município medieval só é o lugar da liberdade por causa do cristianismo (COMBLIN, 1991, p. 80). Justamente por essa realidade nova de liberdades e reunião de pessoas, os mestres medievais, sobretudo os franciscanos, teologizaram o município medieval, ou seja, a cidade seria o lugar do encontro real entre os homens entre si e entre o homem e Deus, portanto, estaria na linha da interpretação bíblica da Nova Jerusalém, realizando, assim, o sentido das cidades: a concretização da comunhão (COMBLIN, 1991, p. 52); daí, a cidade é o lugar da fé comunitária e, conseqüentemente, da salvação, afinal, fé e salvação são comuns (COMBLIN, 1991, p. 66). De forma prática, os mestres medievais propuseram à cidade um programa de vida que estava de acordo com o Evangelho, visível nas irmandades propagadas fundamentalmente pelos mendicantes. “As irmandades foram a única iniciativa católica de sociedade fundada na justiça, liberdade e igualdade de seus membros” (COMBLIN, 1991, p. 216), ou seja, os mendicantes conseguiram cristianizar a vida comum através da doutrina social, das corporações e das irmandades e, com isso, organizaram o tecido da vida comunal urbana pela caridade (COMBLIN, 1991, p. 220).

Dentro do esforço intelectual da organização urbana, os mestres medievais também se preocuparam muito acerca da vida mercantil. Se a cidade, em suas instituições, representa o caminhar histórico da humanidade rumo à salvação eterna, também o comércio será contemplado

nessas reflexões teológicas. Comblin chega a mencionar a realidade mercantil da cidade, donde a atividade econômica seria a maior expressão da colaboração entre os homens urbanos, pois, demonstra ação comum voluntária e exige lealdade (COMBLIN, 1991, p. 69). Mas, Giacomo Todeschini é quem aprofunda mais essa realidade urbana medieval do comércio. Aos poucos as autoridades eclesiásticas necessitaram legitimar a atividade econômica devido à sempre mais crescente inclusão no espaço econômico urbano de comerciantes anônimos e leigos que desempenhavam a função da construção da *civitas* cristã (TODESCHINI, 2008, p. 88). Embora o comércio em sua massiva representação estivesse sob a tutela dos leigos, os mestres medievais tinham ampla carga teológica para teorizá-lo de acordo com o modo de vida cristã, pois, desde o século IV, com Ambrósio de Milão e Agostinho de Hipona, a vida mercantil era utilizada teologicamente como metáfora da salvação, afinal, essa só fora possível porque o Crisso abria mão de sua condição divina para fazer-se homem, uma clara referência à troca, embora numa esfera divina (TODESCHINI, 2013, p. 410).

A importância da teologização e normatização da atividade mercantil era extremamente necessária na cidade medieval porque havia a coincidência entre vivência da fé e vivência civil, ou seja, a cidade medieval era espaço coletivo concordante entre essas duas realidades humanas. Assim, com a crescente retomada comercial a partir do século XII, houve a real necessidade de se integrar *ortodoxamente* a atividade mercantil à legítima vivência cristã. Daí, nascem sempre mais tratados sobre a questão dos usurários e dos simoníacos, demonstrando que a legítima atividade comercial cristã não deveria contemplar essas realidades (TODESCHINI, 2013, p. 416), ilustrados sobretudo pelo episódio da expulsão dos vendilhões do templo por Jesus (Mt. 21, 12), demarcando, pois, a centralidade dos mercadores cristãos na sociedade (TODESCHINI, 2013, p. 419).

Em nome do bem comum e com critérios ético-teológicos, finalmente, os mestres franciscanos dedicados à economia chegam a uma síntese definindo o ofício do mercador: 1) é eixo da organização social; 2) deve ser honrado, rico e piedosamente devoto; 3) deve ser capaz de definir bem o valor das coisas; 4) deve ser capaz de se enriquecer e também enriquecer sua comunidade (TODESCHINI, 2013, p. 420). Tal definição, contudo, tinha como horizonte a ética da justiça nas trocas e também da circulação das riquezas, que consistia no preço justo para compra e venda e na realidade do não acúmulo pessoal de bens demonstrado pelo risco dos investimentos. Justamente por conta do risco, ou seja, o comerciante poderia ter êxito ou não em suas transações, ele se diferenciava dos usurários e dos infieis, pois, vivia seu ofício de modo humanístico e ético, mesmo em prejuízo próprio, demonstrando que não tem apego pecaminoso ao dinheiro (TODESCHINI,

2008, p. 96). Também pela noção mental do risco, havia a possibilidade concreta da circulação das riquezas entre os mercadores cristãos e toda a sociedade. Daí os mestres franciscanos conseguiram estabelecer o mercado, definindo a justa relação valor/preço das mercadorias de modo a torná-las trocáveis e circuláveis, como espaço da relação de fiéis, de cristãos conscientes (TODESCHINI, 2008, p. 97).

A universidade medieval

Devido ao fato de Henri Pirenne abordar as cidades medievais sob a óptica comercial e, conseqüentemente pela participação ativa da burguesia laica, ele afirmará que o intelectual no século XII terá tímida participação no processo de mudança das relações sociais, econômicas e políticas naquele contexto, pois, até então,

a ciência permanece o monopólio exclusivo do clero e não se emprega outra língua senão o latim. As literaturas em língua vulgar só se dirigem à nobreza, ou, pelo menos, exprimem as idéias e os sentimentos que são seus. A arquitectura e a escultura não produzem as suas obras-primas senão na construção e ornamentação das igrejas (PIRENNE, 2009, p. 174).

A tal argumento generalizante de Pirenne sobre a ausência de movimentos intelectuais mais presentes na vida urbana no século XII de forma dissonante dos valores clericais ou nobres, Jacques Le Goff apresenta a realidade parisiense dos goliardos: “De origem urbana, camponesa ou nobre, antes de tudo são errantes, representantes típicos de uma época em que o desenvolvimento demográfico, o despertar do comércio [...]. Os goliardos são o produto dessa mobilidade social característica do século XII” (LE GOFF, 2012, p. 48). E acrescenta, os “goliardos são fugitivos. Fugitivos sem recursos, formam nas escolas urbanas aqueles grupos de estudantes pobres” (LE GOFF, 2012, p. 48) e tido por muitos como “uma espécie de *intelligentsia* urbana, um meio revolucionário, aberto a todas as formas de oposição declarada ao feudalismo” (LE GOFF, 2012, p. 47)⁷. Ainda fazendo um confronto de pontos de vista entre Pirenne e Le Goff sobre o século XII, Pirenne será categórico ao afirmar que praticamente o domínio escolar era do clero e que a nascente intelectualidade laica burguesa teria acesso apenas ao ensino prático naquilo que dizia respeito à vida comercial⁸.

Todavia, Le Goff apresenta elementos discordantes sobre o caráter das escolas. Por mais que o ensino estivesse já estabelecido e cristalizado a partir de instituições educacionais, havia ainda,

⁷ Le Goff faz pormenorizada análise desse tipo de crítica à sociedade medieval do século XII, a partir de poesias dos goliardos que teve acesso. Ver: LE GOFF, 2012, p. 52-59.

⁸ PIRENNE, 2009, p. 174-175.

a presença de mestres itinerantes e também a possibilidade de os alunos buscarem os saberes de forma errante pelas várias cidades, apresentando uma forma alternativa de se adquirir o saber fora das escolas.

Esses estudantes pobres que não se ligam a nenhum domicílio fixo, não dispõem de nenhuma prebenda, nenhum benefício, partem assim para a aventura intelectual, seguindo o mestre que lhes agrada, buscando aqueles que estão na moda, recolhendo de cidade em cidade migalhas de seus ensinamentos nelas ministrado. Constituem o corpo dessa vagabundagem escolar tão característica, ela também, no século XII (LE GOFF, 2012, p. 49).

O século XII traz dupla novidade no que se refere à vida intelectual. A primeira diz respeito ao aspecto quantitativo dos centros estudantis. Até então as escolas monásticas praticamente eram restritas à zona rural e, com a reforma carolíngia do século IX, praticamente se restringiram, a partir daquela data, aos mosteiros de forma interna. “O século XII viu as escolas multiplicarem-se por toda a parte, pelo menos nas cidades” (VERGER, 1990, p. 28). Verger confirma esse argumento com dois elementos daquela época. O primeiro é um testemunho de um aluno de Anselmo de Laon que “convidava seus colegas para vir morar com ele pois o afluxo dos estudantes desejosos de ouvir o célebre teólogo provocara uma verdadeira crise de moradia e, mesmo para um aluguel elevado, tornara-se difícil alojar-se em Laon” (VERGER, 1990, p. 28). O segundo são as decisões do III Concílio de Latrão, 1179, referentes às instituições escolares tradicionais que estavam superlotadas de mestres e alunos; são elas: 1) cada capítulo catedral era obrigado a ter uma escola; 2) destinação de uma prebenda para manutenção do mestre – isso afirmava a gratuidade do ensino, visto que o mestre viveria de benefício eclesiástico; 3) a concessão da *licencia docendi* deveria ser gratuita e jamais negada a quem a exigisse e estivesse apto para ensinar – essa medida atesta o aumento na procura do ensino e declara que as instituições existentes até então talvez não dessem conta de atender à demanda.

A segunda novidade diz respeito ao sentido qualitativo do ensino. Os exemplos da multiplicação das escolas pelas cidades e a autorização da *licencia docendi* já acenam para essa qualificação do ensino no século XII, todavia, um escrito de Guiberto de Nogent, de 1117, deixa essa realidade ainda mais escancarada:

outrora [...] e mesmo ainda ao tempo de minha juventude, os mestres eram muito pouco numerosos; não existiam nos burgos e mal eram encontrados nas cidades. E quando eram encontrados, seu saber era tão escasso que não podia ser comparado ao dos pequenos clérigos errantes de hoje (VERGER, 1990, p. 28).

Tomando o relato de Guiberto de Nogent como verdadeiro, a qualidade escolar do século XII é tão superior às gerações precedentes que mesmo os goliardos possuem mais conhecimentos que os mestres da geração anterior. Isso foi possível porque a pedagogia escolar foi modificada e enriquecida graças às traduções e ao surgimento de novos textos advindos pela introdução da dialética contida na obra completa de Aristóteles *Organon*. Com isso, as escolas ganharam um novo método de ensino: “com a dialética podia-se, agora, isolar da massa dos textos um certo número de problemas (*quaestiones*) filosóficos e científicos, nos quais o homem se interrogava sobre si mesmo, o mundo e Deus” (VERGER, 1990, p. 30).

Do ponto de vista do saber, parte dos historiadores afirma que o nascimento das universidades no século XIII é algo espontâneo e natural decorrente da evolução dos métodos de ensino que encantou e arrastou os homens desejosos pela novidade do conhecimento para dentro de suas instituições. Entretanto, outra parte de historiadores também insiste que o motivo do surgimento das universidades deu-se pela pressão exercida por aqueles que queriam uma melhor qualificação profissional a fim de obterem diplomas para fazerem carreira eclesial ou civil (VERGER, 2001, p. 63). De qualquer forma, as universidades nascem por ação direta de mestres e alunos, apoiadas pelas vontades políticas do poder civil (rei ou príncipe) e do poder eclesial (papa) que lhes conferiram legitimidade, autonomia e *status* jurídico. Ademais, segundo H. S. Denifle, as universidades medievais, em seu nascimento, podem ser classificadas em dois tipos: formações espontâneas ou fundações, sendo que as fundações podem ser pelo viés civil (imperial) ou pelo eclesiástico (pontifício) (SALMORÁN, 1987, p. 39).

Com as mudanças ocorridas nas cidades a partir do século XII, a vida urbana passou a apresentar, paulatinamente, a especialização dos ofícios e o agrupamento desses artesãos em corporações. Com o ensino também ocorreu essa mudança, pois, houve a “fixação do movimento intelectual em centros organizados: as Universidades” (LE GOFF, 2012, p. 58-59), fazendo com que desaparecesse o movimento dos intelectuais errantes. Portanto, o “século XIII é o século das universidades porque é o século das corporações. Em cada cidade que existe um ofício agrupando um número importante de membros, [...] se organizam para a defesa de seus interesses, a instauração de um monopólio de que se beneficiem” (LE GOFF, 2012, p. 93).

As universidades aparecem no século XIII⁹ e aos poucos irão se multiplicando em todo o território europeu ocidental nos séculos seguintes. Todavia, até meados do século XIII, existiam “apenas sete ou oito: Bolonha, Paris, Oxford, Cambridge, Montpellier, Salamanca, Nápoles, talvez Pádua ou Vercelli” (VERGER, 2001, p. 190). Universidade deriva do latim medieval *universitas*, que significa “comunidade” (VILANOVA, 1987, p. 676). Assim, afirma Evangelista Vilanova, a *universitas studiorum* é uma comunidade original que escapa do regulamento do direito comum e que tem a intenção de alcançar a universalidade do conhecimento pelo viés do pensamento e do raciocínio, portanto, essa instituição está inserida em todas as funções da sociedade e tem um claro papel político que será pouco a pouco assumido pelos nascentes e crescentes nacionalismos, donde exercerá papel destacado nas transformações sociais regionais (VILANOVA, 1987, p. 676-677). O advento da universidade é tão significativo para a vida intelectual ocidental que Alain De Libera enxerga que o intelectual só aparece no século XIII, pois, o intelectual encontra sua identidade apenas no mundo das universidades: “O aparecimento do intelectual no século XIII é um momento decisivo na história do Ocidente. [...] A Idade Média, dizem, inventou um tipo de homem novo: o ‘universitário’” (DE LIBERA, 1999, p. 139).

A universidade medieval organizou-se em cada parte como um estabelecimento auto governativo e cada instituição aprimorou, a seu modo, sua vocação docente. Entretanto, mesmo que as primeiras universidades possuíssem áreas do saber distintas e especializadas no tocante ao ensino superior, por exemplo, Paris ficou célebre pelas faculdades de artes e teologia, Montpellier pelas faculdades de direito civil e medicina, Bolonha pelo direito em geral, é sabido que praticamente todos os estudantes (jovens com idade de 14 a 20 anos) candidatos ao ensino superior deveriam passar pelo ensino secundário nas faculdades de artes. A gestão de pessoal qualificado também ficava a cargo da instituição, pois, de forma geral, mestres e estudantes no século XIII não eram fixos, ficavam alguns anos preestabelecidos em alguma instituição e depois partiam para outra o que, por sua vez, conferia à formação acadêmica um caráter de universalidade pela constante troca de saberes entre as culturas. Por isso, os cargos administrativos e docentes eram preenchidos por escolhas entre os já formados professores.

A presença das universidades, centros de ensino com grande afluência de mestres e estudantes, praticamente não se enquadra nas decisões do III Concílio de Latrão sobre a forma de

⁹ Verger analisa o caso do surgimento da Universidade de Paris da seguinte forma: “A multiplicação das escolas colocou em breve problemas de organização. Foi desse reexame das instituições escolares que devia sair, nos primeiros anos do século XIII, a universidade de Paris”, (VERGER, 1990, p. 31).

pagamento dos mestres, pois, o século XIII não apresenta a estrutura de uma simples escola catedralícia com apenas um mestre. Assim, como a função docente passa a ser uma profissão, os mestres irão viver de seu trabalho, ou seja, além de possíveis benefícios eclesiásticos recebem também a retribuição de seus ouvintes (VILANOVA, 1987, p. 679). Entretanto, essa forma de ganhar a vida por parte dos mestres seculares será questionada abertamente quando os mestres provenientes das ordens mendicantes passarem a também integrar o corpo docente universitário. Para os mendicantes o ensino não seria uma forma de ganhar a vida, não era um trabalho como os outros, mas, uma forma de pregar a Palavra de Deus e, por isso, não poderia ser cobrado, mas, gratuito. Contudo, para além da teologia da pregação, franciscanos e dominicanos gozavam o *status* da novidade carismática de seus fundadores e atraíam para seus conventos muitas vocações e também muitas doações financeiras, com isso, de fato não precisavam das rendas provenientes do estudo para se sustentarem.

A forma de ensino universitário consistia na técnica da leitura e compreensão dos textos a partir de minuciosa análise formal, tendo como método a dialética lógica aristotélica, que conduz ao enunciado da verdade e suas aplicações (VILANOVA, 1987, p. 680). Ou seja, o ensino é, antes de tudo, uma leitura comentada, uma tentativa de interpretação, clarificação e harmonização dos textos. A leitura conduz a uma discussão original de proposições que têm autoridade (VILANOVA, 1987, p. 680-681). Portanto, o ensino universitário contava com a participação ativa dos estudantes no processo de construção dos saberes, embora a *quaestio* fosse reservada apenas aos mestres e esses eram os condutores do processo tecendo os juízos e definindo os argumentos que comporiam a síntese final. Sobre a organização dos estudos, cada instituição era livre para programá-lo e isso também influía na questão da duração dos estudos e nas condições dos exames. Sobre a idade dos estudantes, Le Goff faz interessantes questionamentos sobre a dificuldade de precisá-la de forma concreta¹⁰.

Le Goff, entretanto, arrisca uma aproximação temporal dos estudos: os estudo básico das *artes* teria a duração de seis anos para alunos com a idade entre 14 e 20 anos – sendo que esse estudo compreendia duas etapas: os primeiros dois anos correspondiam à obtenção do diploma secundário (*baccalauréat*) e o doutoramento (*doctorat*) após os quatro anos seguintes; às idades seguintes, isso é, entre os 20 e 25 anos, eram disponibilizados os cursos de medicina e direito (os estatutos de Paris preveem um tempo de seis anos para qualquer uma dessas disciplinas, depois de alcançada maestria

¹⁰ LE GOFF, 2012, p. 104-105.

em artes); finalmente, a teologia exigia idade mínima de 35 anos e sua duração era de oito anos para a obtenção do doutoramento, mas, parece que a formação teológica estendia-se por quinze ou dezesseis anos: durante os seis primeiros anos o estudante participava dos estudos como ouvinte e deveria cumprir o programa da explicação das Escrituras durante quatro anos e as *Sententiae* de Pedro Lombardo noutros dois anos (LE GOFF, 2012, p. 105).

Por fim, gostaríamos de destacar duas novidades que as universidades cristalizaram na cultura medieval: a função política e a vida literária e culta. As escolas do século XII forneceram aos poderes administrativos civis grande número de bons profissionais, assim, também as universidades deveriam tomar parte ativa nessa política. Para tal fim, os príncipes passaram a interferir de forma mais clara em alguns centros universitários na tentativa de formarem uma elite administrativa, fomentando sempre mais o ensino da lógica e do direito. Não por acaso a partir do século XIV e ao longo do século XV as coroas irão criar muitas universidades. Mas, a grande contribuição está na eclosão definitiva de uma crescente cultura letrada em solo europeu. Diferentemente das escolas do século XII, a maioria dos estudantes não se tornariam clérigos após os estudos, isso é, dos estudantes das faculdades de artes, poucos davam prosseguimento aos estudos na faculdade de teologia¹¹. Nunca é demais recordar que também os leigos burgueses passaram a integrar a vida universitária por conta de seus negócios. Assim, as universidades apresentam-se sempre mais como belas possibilidades de uma vida intelectual ou por necessidade de carreira aos leigos. Ademais, por causa do método de ensino ser baseado na leitura de textos para todos os estudantes, houve a multiplicação de textos mais baratos; com isso, o trabalho de copistas e livreiros consolidou o gosto pelos livros também entre os leigos. Finalmente os livros deixaram suas edições luxuosas nas bibliotecas e em formas mais simples e manuseáveis foram para as mãos de leitores, obviamente, não com parâmetros atuais, mas, aos moldes medievais em quantidade e acesso, pois, de forma geral, a maior parte das populações eram rurais¹² e analfabetas¹³.

¹¹ De Libera atesta esse fato, embora, reconheça que a historiografia não tenha se detido atentamente a esse aspecto da vida intelectual no século XIII, DE LIBERA, 1999, p. 142.

¹² Hilário Franco Júnior traça um importante dado da expansão demográfica na Idade Média central e confirma a presença de grandes cidades, JÚNIOR, 2004, p. 23.

¹³ Apesar da efervescência universitária, é difícil quantificar o número de pessoas que passavam pelos estudos universitários e, muitos que passavam pela universidade não completavam os estudos, Ver: VERGER, Jacques. “Cultura, ensino”...: 14. Ademais, Hilário Franco Júnior chama a atenção sobre a cultura dos séculos XII e XIII. Segundo ele o que se populariza não é a cultura erudita e universitária, mas, a cultura popular narrada pelas fábulas, trovas, canções de gessa, hagiografias, românico e gótico, ou seja, popularizou-se um tipo de cultura intermediária (laica e clerical ao mesmo tempo) entre uma presente cultura vulgar (laica) e a cultura erudita e científica produzida pelas universidades (clerical) (JÚNIOR, 2004, p. 113-120).

Boaventura de Bagnoregio: além da pedagogia universitária, um método sistemático e *humanizador* de estudos

O teólogo franciscano do século XIII, Boaventura de Bagnoregio, em sua produção acadêmica, os sermões sobre o *Hexaëmeron* – conhecidos como *Collationes in Hexaëmeron*¹⁴ – na Universidade de Paris no ano de 1273, legados à história por um notário, em certa altura testemunha bem a forma de estudos dos acadêmicos de seu tempo, pelo menos no tocante à Teologia, porém, resguardada certas peculiaridades próprias desse setor do conhecimento, provavelmente suas observações mais genéricas sem dúvidas poderiam ser utilizadas pelas demais faculdades.

É importante o destaque que à época das *Collationes in Hexaëmeron* em Paris, Boaventura não era apenas dos maiores mestres dessa instituição, já gozando de ampla fama e concorrência para a audição de suas prédicas, mas também era o Ministro Geral da Ordem dos Frades Menores. Assim, Boaventura, quando fala do método de estudar, fala com dupla autoridade: acadêmica e eclesial. Portanto, sua proposta de metodologia nos estudos é de suma importância para todos os ouvintes, um auditório formado por cento e sessenta pessoas, entre mestres da Universidade de Paris, estudantes e membros da Ordem dos Frades Menores. É importante ressaltar o contexto dos sermões sobre o *Hexaëmeron*: a crise dentro da Universidade instaurada entre o clero secular e o regular ainda não estava totalmente sanada e havia também a polêmica sobre a acolhida das obras aristotélicas; o seio da Ordem dos Frades Menores estava em profunda crise devido aos *espirituais*, muito afeitos aos ideais da pobreza extrema, desvalorização dos estudos e apegados ao joaquinismo¹⁵. Portanto, as palavras de Boaventura são dirigidas a um seletivo grupo de ouvintes e têm o claro objetivo de tomar posição diante das dificuldades da Universidade e de sua Ordem.

O *Hexaëmeron* de Boaventura é a última obra desse importante teólogo do século XIII, e por isso é tida como o “canto do cisne” desse autor e também sua obra mestra por trazer à tona toda sua maturidade intelectual. É qualificada como uma obra-prima do pensamento medieval. Não por acaso a obra foi apreciada por Jules d’Albi e por A. Dempf, respectivamente, como 1) a obra mais original, a mais rica e talvez a mais poderosa da literatura escolástica, sendo a mais surpreendente obra do pensamento cristão; e 2) o mais amplo projeto de *Summa* de toda a Idade

¹⁴ As referências a essa obra de Boaventura estarão com a consagrada abreviatura “Hex.”. Esclarecemos também que os trechos da obra aqui apresentados foram traduzidos por nós de forma livre do Latim para o Português, com o devido auxílio do texto espanhol dessa edição bilíngue que utilizamos.

¹⁵ RATZINGER, 2004, p. 44.

Média e a mais importante filosofia da história e da sociedade medieval¹⁶. Bernard McGinn a define como sendo “uma obra-prima da teologia simbólica e mística”¹⁷. A data de sua elaboração, ou melhor, em que foram pronunciadas as conferências que formam essa obra vai da Páscoa até Pentecostes, ou seja, de 09 de abril a 28 de maio de 1273, em Paris. É preciso ressaltar, contudo, que o programa de elaboração do *Hexaëmeron* ficou inacabado, pois, em 28 de maio de 1273 Boaventura foi nomeado cardeal e, com isso, precisou interromper suas conferências em Paris.

No tocante ao conteúdo, há grande concordância entre os estudiosos de que essa obra de Boaventura apresenta um embate polêmico sobre a recepção de Aristóteles e os erros averroístas em Paris ou basicamente a Teologia da História boaventuriana como resposta à crise instaurada entre os franciscanos da Universidade de Paris. De fato, o *Hexaëmeron* de Boaventura não foge a essas temáticas, mas, não se resume a elas. Assim, percebemos espalhada por toda a obra vasta gama de temas, além dos polêmicos supracitados: Cristologia, Trindade, sabedoria divina, exegese e os sentidos das Sagradas Escrituras, finalidades das Sagradas Escrituras, formas de entendimento das Sagradas Escrituras, ética/moral, política, entendimento humano, Tradição, doutrina da predestinação, Teologia da Criação (COELHO, 2019), Teologia da História, lugar da ciência, Eclesiologia e metodologia/pedagogia do estudo teológico. Tracemos um olhar mais detalhado sobre esse último tema.

A pedagogia boaventuriana no *Hexaëmeron*

Uma vez mais ressaltamos que a metodologia toca diretamente os estudos teológicos e deve levar em consideração todo o processo acadêmico descrito mais acima no subitem “A Universidade Medieval”. Pois bem, aos estudantes que dão prosseguimento à vida acadêmica dentro da Teologia, a primeira recomendação do mestre franciscano é que “o modo de estudar deve ter quatro condições: ordem, assiduidade, gosto e medida” (Hex. XIX, 6, p. 540).

No tocante à ordem, Boaventura se refere às fontes, ou seja, é necessário saber bem a dignidade de cada uma. Assim, ele elenca as quatro fontes ou escritos a serem utilizadas para os estudos teológicos em escala decrescente, isso é, da fonte principal e de maior dignidade e importância para as secundárias:

Há quatro gêneros de escritos, sobre os quais é necessário lidar com ordem. Em primeiro são os livros da sagrada Escritura. No antigo testamento, segundo [São] Jerônimo, há vinte e dois livros e no novo testamento são oito. Os livros

¹⁶ RATZINGER, 2004, p. 45.

¹⁷ HUGHES, 2005, p. 107.

segundos são os originais dos Santos; terceiros, as Sentenças dos mestres; quartos, as doutrinas sobre o mundo ou dos filósofos (Hex. XIX, 6, p. 540).

Deixando ainda mais clara a precedência das Sagradas Escrituras em relação aos outros escritos, ela é a única fonte pura de toda a ciência teológica e, assim, se alguém quiser alcançar o real aprendizado das coisas sagradas, por elas devem começar: “Quem quiser, pois, aprender, busque a ciência em sua fonte, quer dizer, na Sagrada Escritura, porque nos filósofos não existe ciência que perdoe os pecados, nem tampouco nas *Summas* dos mestres, visto que eles beberam nos originais dos Santos e esses, na Sagrada Escritura” (Hex. XIX, 7, p. 540).

Boaventura, porém, ao elevar o *status* da Sagrada Escritura em relação aos outros três tipos de escritos, não os desmerece, pois, como exímio teólogo sabe que esses são fundamentais para a compreensão aprofundada da mesma. Assim, é necessário entender esses quatro tipos de escritos como degraus hierarquizados do maior para o menor que inserem o estudioso na ciência divina, ou seja, na Teologia que nada mais é um caminho para a santidade. Portanto, seria como que os quatro tipos de escritos estivessem totalmente interligados e seriam todos interdependentes, embora, a Sagrada Escritura seja a fonte pura e os outros escritos não desfrutem desse estado contendo assim, na visão de Boaventura, certos perigos quanto mais o estudioso descender nessas fontes.

O segundo tipo de escritos – chamados “originais dos Santos” – é assim definido e valorizado pelo teólogo franciscano: “o homem não pode chegar por si a essa inteligência [à revelação divina] senão àqueles a quem Deus tenha revelado, a saber, pelos originais dos Santos, como os de Agostinho, Jerônimo e outros. É, pois, necessário recorrer aos originais do Santos” (Hex. XIX, 10, p. 542). Entretanto, como esses escritos são de difícil linguagem [certamente por conta de sua antiguidade], o estudioso deve buscar socorro nas *Summas* dos mestres a fim de aclararem tais dificuldades. Mas, antes de entrar no terceiro tipo de escrito, Boaventura adverte sobre os perigos do segundo tipo: segundo o pregador, há uma perigosa sedução nos originais dos Santos no tocante à beleza da linguagem empregada, justamente por utilizarem os recursos da oratória e retórica antigas; realidade bem distinta da Sagrada Escritura que não se fez em linguagem tão bela (Hex. XIX, 10, p. 542).

O terceiro tipo de escritos – as *Summas* e *Sententiae* dos mestres – é uma vastidão de apanhados da Sagrada Escritura, originais dos santos, ditos de filósofos e opiniões dos mestres. Tem a sua importância pelo fato de vasculhar a vastidão dos ensinamentos e tentar aclarar as dificuldades no tocante à compreensão do tema discutido, tornando o dado revelado disponível à

inteligência (Hex. 10, p. 542). Porém, esse tipo de escrito oferece maior perigo que o segundo, pois, “nas *Summas* dos mestres, às vezes se desliza o erro; acreditam entender os originais e não entendem, e mesmo chegam a contradizê-los” (Hex. XIX, 11, p. 542). Assim, há que se ter cautela no lidar com esses escritos, evitando sua multiplicidade e “optando por seguir sempre a opinião mais comum” (Hex. XIX, 11, p. 542).

O quarto tipo de escritos, finalmente, provém dos filósofos. Aqui, penso ser necessário um esclarecimento sobre a opinião de Boaventura no tocante à produção filosófica. O teólogo franciscano não descarta o valor desses, mas, justamente por esses não levarem em conta o dado da fé cristã, todos eles erram por essa ignorância, sendo suas produções como que favos de vespas, ou seja, assim como as abelhas constroem esse tipo de abrigo, mas, diferentemente dessas, são vazios, pois não produzem mel¹⁸, nesse caso o mel seria como que alcançar a sabedoria e o favo vazio a representação de sistemas bem estruturados mas repletos de erros. Justamente por isso Boaventura dirá que esse é o tipo de escrito que mais oferece risco ao estudante. Demonstra que os filósofos chegam a despertar grande atração ao estudante que esse, a exemplo mesmo de São Jerônimo¹⁹, pode chegar a preferi-los em detrimento da Escritura. Acentuando ainda mais esse erro que o estudante pode cometer, cita a Profecia de Isaías²⁰ aplicando-a ao estudioso que abandona a Escritura e se refugia nas palavras dos filósofos: enquanto esses legarão a eterna decepção, aquela lega a suma perfeição (Hex. XIX, 12, p. 542-544). Portanto, a ordem nos estudos consiste em ter em mente que a Sagrada Escritura é a fonte principal, mas, não exclui as três fontes secundárias, porém, é importante que o estudante não permaneça nessas, mas, após baixar-se a elas, retornar à principal (Hex. XIX, 15, p. 546); esse é o critério boaventuriano da boa ordenação das pesquisas.

As três condições seguintes dizem respeito ao estudante como agente de construção do saber. Por isso, é necessário que se estude com assiduidade, ou seja, que haja frequência nas leituras a fim de se construir um rumo seguro na construção do saber, na tentativa de se esgotar o máximo

¹⁸ Boaventura tece larga arguição sobre os filósofos e seus erros nas *collationes* anteriores, por isso, aqui os ouvintes já sabem qual a sua posição sobre eles, (Hex. I, 8, p. 180) (comparação vespas-abelhas), Hex. III, 4, p. 232, Hex. IV, I, p. 254 (motivo do erro dos filósofos).

¹⁹ São Jerônimo nutriu tanto apreço para a forma e a obra de Cícero que chegou mesmo a perder interesse pelos livros proféticos da Sagrada Escritura.

²⁰ Livro do Profeta Isaías (Is 8, 6-7): “Visto que esse povo rejeitou as águas de Siloé que correm mansamente, apavorado diante de Rason e do filho de Romelias, o Senhor trará contra eles as águas impetuosas e abundantes do rio, a saber, o rei da Assíria com todo o seu poderio. Ele encherá todos os seus leitos e transbordará todas as suas ribanceiras”. Esse oráculo de Isaías contra o povo de Judá deu-se porque recusaram se confiar no único auxílio de Deus (águas serenas de Siloé) e se fiaram no auxílio militar assírio que, após defendê-lo, acabaria por se voltar contra ele, daí a metáfora do rio Eufrates inundando tudo. Aqui Boaventura diz que a filosofia pode se voltar contra o estudante porque esse, ao invés de se fiar na sabedoria divina contida na Sagrada Escritura, permanece num terreno cheio de erros e, com isso, acaba por colher a eterna decepção.

possível dos sentidos do texto; isso implica constância e não ficar trocando as leituras, ou seja, ora uma coisa ora outra, pois, dessa forma inconstante nada se guarda na memória (Hex. XIX, 16, p. 546). A terceira condição é estudar com gosto. Esse gosto é adquirido porque a constância já tornou o texto estudado de algo estranho a algo familiar. Assim, o estudante deve se deleitar com aquilo que lê, dando tempo para que as associações e compreensões brotem de seu intelecto, assim, esse processo é comparado por Boaventura como o ruminar: ter gosto por se alimentar de algo bom e voltar à elaboração desse alimento até que esse se incorpore a seu ser (Hex. XIX, 17, p. 546-548). A quarta condição é estudar com medida, ou seja, respeitando o ritmo e talento individual e mesmo dando intervalos para que o estudo não se torne algo cansativo e venha a drenar as forças do estudante fazendo-o ficar pelo caminho; nesse ponto o estudante deve se conhecer e ser honesto consigo mesmo, não deve tentar ir além de suas forças e capacidade, mas, também não deve render menos do que pode (Hex. XIX, 19, p. 548-550).

Por se tratar de sermões dirigidos aos professores, estudantes e frades menores na Universidade de Paris, o teor teológico e religioso é que ditará a forma do progresso nos estudos: assim, Boaventura conclui com quatro conselhos para se progredir nos estudos e quatro necessários exercícios pessoais que cada um deve assumir a fim de se alcançar a sabedoria divina que garante a santidade de vida. Os quatro conselhos: ter santidade para levar uma vida bem direcionada, não sendo um num ambiente e outro noutro ambiente (Hex. XIX, 20, p. 550); fazer tudo por amor a Deus (Hex. XIX, 21, p. 550); moderação dos cinco sentidos (Hex. XIX, 22, p. 550); e ter uma vida edificante para o próximo (Hex. XIX, 23, p. 550). Os quatro exercícios propostos brotam como resultado daquele que se dedica à ciência e à sabedoria divina: o reconhecimento dos próprios defeitos. Assim, o primeiro exercício está no adágio “conhece-te a ti mesmo”, fazendo com que o estudante tenha consciência de seus limites e defeitos a fim de que seja humilde (Hex. XIX, 24, p. 550-552); o segundo exercício consiste na mortificação das paixões, a fim de que se viva com maturidade e não infantilmente guiado pelos impulsos (Hex. XIX, 25, p. 552); o terceiro exercício é a ordenação dos pensamentos no sentido de que sejam sempre em conformidade com o estilo de vida próprio do religioso e também se programar certas atividades para se ocupar delas (Hex. XIX, 26, p. 552); o quarto exercício, finalmente, é a elevação dos desejos para Deus, pois isso dá valor a todos os outros e lança o estudante para frente, ou seja, traça em sua vida um ideal: o próprio Deus (Hex. XIX, 27, p. 552).

Considerações finais

Levando em consideração a forma estabelecida para os estudos nascida com a escolástica, a *Collatio XIX* de Boaventura mostra-se profundamente importante como testemunha desse método e também como confirmação desse. Levando-se em conta todo o contexto próprio, a metodologia de estudo aqui apresentada por Boaventura é sim uma resposta positiva a duas dificuldades reais: a validade dos estudos dentro da Ordem dos Frades Menores e como se deveria aproximar intelectualmente dos filósofos.

Boaventura de Bagnoregio foi o sétimo Ministro Geral da Ordem dos Frades Menores. Sua eleição ocorreu após a desastrosa gerência de João de Parma que fora deposto de sua função na Ordem por conta de sua adesão radical aos ideais joaquinitas e, conseqüentemente, seu posicionamento junto aos espirituais. Boaventura assume uma postura de equilíbrio ante o ambiente de divisão entre os minoritas. Justamente por isso, e respeitando sua formação espiritual e intelectual, sua fala será ajustada entre o valor dos estudos para os pregadores minoritas, demonstrando que esses são fundamentais para o crescimento interior do pregador e também para maior proveito dos receptores da mensagem evangélica (HEX. XIX, 20-27, p. 550-552). Ademais, atrelando os estudos à pobreza, o estudante deve se inserir totalmente na vida acadêmica como sendo seu compromisso de vida, sua contribuição para a Ordem (HEX. XIX, 16-19, p. 546-550). Ademais, os estudos teológicos podem sim ter contato com outras fontes extra bíblicas, mas, há que se ter cautela quanto a eles, sabendo que a primazia pertence às Sagradas Escrituras (HEX. XIX, 6, p. 540) e que os escritos filosóficos possuem grande importância para a Teologia, muito embora tenham seus evidentes limites e riscos (HEX. XIX, 12, p. 542-544).

Em suma, trazendo todo o recorrido dos programas pedagógicos das universidades medievais no século XIII, nossa abordagem sobre o ensino nesse contexto ficaria incompleta sem a importante *Collatio XIX* de Boaventura. Ela é de grande importância para percebermos a maneira contínua da formação intelectual dos estudantes de Teologia: eles não recebiam apenas informações intelectualizadas nas aulas, mas, recebiam a necessária formação humana e cristã como que servindo de base para o sustentáculo das exigentes cargas de matérias teológicas. Assim, a universidade medieval não foi apenas o lugar da recepção de conteúdos ou produção dos mesmos, mas, também o lugar da formação do caráter e humanização de seus alunos, que deveriam se comprometer com o avanço científico e também com o engajamento ético no trato com seus contemporâneos.

Fontes:

Bíblia de Jerusalém. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

Obras de San Buenaventura, “Colaciones sobre el Hexaëmeron o Iluminaciones de la Iglesia”, ed. Leon Amoros, Bernardo Aperribay, Miguel Oromi. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1957: III, 139-659.

Referências Bibliográficas:

BLOCKMANS, Wim; HOPPENBROWERS. **Introdução à Europa Medieval, 300-1550.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

BRAUDEL, Fernand: **Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII.** As Estruturas do Cotidiano: o Possível e o Impossível. São Paulo: Martins Fontes, 2005: I.

COELHO, Bruno Alves. **A Teologia da Criação de São Boaventura.** Uma necessária comparação do *Hexaëmeron* de São Boaventura (séc. XIII) com o *Hexaëmeron* de Santo Ambrósio (séc. IV). Curitiba: Editora CRV, 2019.

COMBLIN, José. **Teologia da Cidade.** São Paulo: Paulinas, 1991.

DE LIBERA, Alain. **A Filosofia Medieval.** São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **Pensar na Idade Média.** São Paulo: Editora 34, 1999.

GRABMANN, Martin. **Filosofia Medieval.** Barcelona: Labor, 1928.

HILTON, Rodney W. **English and French Towns in Feudal Society.** Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

HUGHES, Kevin L. St. Bonaventure’s Collationes in Hexaëmeron: Fractured Sermons and Protreptic Discourse. **Franciscan Studies**, v. 63, p. 107-129, 2005.

JÚNIOR, Hilário Franco. **A Idade Média, nascimento do Ocidente.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

PIRENNE, Henri. **As Cidades da Idade Média.** Mem Martins: Publicações Europa-América, 2009.

POSTAN, Michael Moïsssey. **The Medieval Economy and Society.** An Economic History of Britain 1100-1500. Los Angeles: University of California Press, 1972.

SALMORÁN, Rolando Tamayo y. **La Universidad Europea Medieval.** Notas para un estudio sobre el surgimiento de la universidad en el alto medievo. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 1987.

SARANYANA, Josep-Ignasi. **A Filosofia Medieval.** Das origens patrísticas à escolástica barroca. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2006.

TODESCHINI, Giacomo, Cristianesimo e modernità economica. In: MENOZZI, Daniele (org). **Le religione e il mondo moderno.** Cristianesimo. Torino: Einaudi, 2008: I, p. 86-108.

_____, Giacomo. Origens medievais da racionalidade econômica moderna. **Interthesis**, v. 10, 2013: t. II, p. 409-423.

VERGER, Jacques. **As Universidades na Idade Média**. São Paulo: Unesp, 1990.

_____. **Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII**. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. **Gentes del Saber en la Europa de fines de la Edad Media**. Madrid: Editorial Complutense, 2001.

VIGNAUX, Paul. **A Filosofia na Idade Média**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

VILANOVA, Evangelista. **Hissoria de la Teología Cristiana**. De los orígenes al siglo XV, I. Barcelona: Herder, 1987.

O Muro de Berlim: símbolo maior da Guerra Fria

The Berlin Wall: largest symbol of the Cold War

Charles Sidarta Machado Domingos

Doutor em História
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul-rio-grandense
csmd@terra.com.br

Laura Martins de Lima

Discente no Curso Técnico Integrado de Mecatrônica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul-rio-grandense
lauraamartins23@gmail.com

Rafaela Gulgelmin Collovini

Discente no Curso Técnico Integrado de Mecatrônica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul-rio-grandense
rafaela.collovini@icloud.com

Recebido em: 28/10/2019

Aprovado em: 06/12/2019

Resumo: Em 2019, a queda do Muro de Berlim completa seu 30º aniversário. Não obstante, a carência de análises sobre o posicionamento brasileiro perante os fatos do maior palco de competição entre as duas potências – Berlim – mostrou-nos a importância da produção de conhecimento que outrora englobou de forma representativa os conflitos pertinentes à Guerra Fria. A pesquisa teve enfoque na maneira com que a divisão alemã influenciou uma sociedade que assistia atônita à luta pela conquista hegemônica mundial entre dois blocos antagônicos e com políticas extremamente divergentes. Tomando os periódicos como fonte principal de pesquisa, especificamente a *Folha de São Paulo* e o *Jornal do Brasil*, visamos obter contato direto com as sociedades que enfrentavam conflitos internos e externos simultaneamente – tanto nas Alemanhas quanto no Brasil.

Palavras-chave: Muro de Berlim; Guerra Fria; História e Imprensa.

Abstract: In 2019, the fall of the Berlin Wall completes its 30th anniversary. However, the lack of analysis about the Brazilian position on the greater battlefield between the two powers – Berlin – showed us the importance of the production of knowledge that once encompassed in a representative way the conflicts related to the Cold War. This research focused on the way the German division influenced a society that was watching astonished the fight for the worldwide hegemonic conquest between two antagonistic economic blocs which had extremely divergent policies. Taking journals as the main source of research, specifically *Folha de São Paulo* and *Jornal do Brasil*, we aimed to keep in close contact with societies that faced simultaneously internal and external conflicts – both in Germany and in Brazil.

Keywords: Berlin Wall; Cold War; History and Press.

Introdução – Tempos de Guerra Fria

No verão de 1961, quando a Guerra Fria adentrava seus dias mais quentes, Berlim amanhecia dividida com a Cortina de Ferro imposta sobre si. O arame farpado, que podia ser visto por qualquer berlinense que tentasse cruzar a fronteira entre a República Democrática Alemã (RDA) e a República Federal da Alemanha (RFA), agora separava não só relações políticas e diplomáticas mas também sociais. A cidade se encontrava dividida assim como o restante do mundo.

A divisão física denominada mundialmente como Muro de Berlim, e vista aos olhos ocidentais como "Muro da Vergonha", marcou tempos de divergência no âmbito econômico-social, quando duas grandes potências lutavam por sua hegemonia perante o restante do mundo. A construção do Muro nada mais foi que uma representação da ideia de "conflito ideológico", onde havia ausência de confrontos bélicos primeiro-mundistas, pois este foi construído com o intuito de obstruir a migração do lado Oriental (socialista) – insatisfeito com sua economia – para o lado Ocidental (capitalista) – que tentava os habitantes orientais com seu progresso econômico. A partir disso, o ambicioso fragmento oriental da Alemanha não via outra maneira de estancar a hemorragia imigratória a não ser por meio de medidas drásticas que, claramente, descontentavam a população já saturada da RDA.

Construído nos tempos de apogeu e triunfo da União Soviética – num contexto em que os estadunidenses se desfaziam de seu predomínio hegemônico existente desde o início do confronto – o Muro de Berlim, então, fez parte do cenário mundial e da Guerra Fria por quase três décadas, separando dois setores totalmente antagônicos. Foram as insatisfações sociais do oriente juntamente das manifestações, protestos e das diversas tentativas de fuga somadas, ainda, com a crise econômica interna de uma RDA que, com seus dias contados, acompanhava a prosperidade econômica e o padrão de vida crescente de sua vizinha, RFA, levaram à queda do grande ponto crucial da estratégia soviética, o que mostrava o início do processo do evidente colapso que viria a assombrar os dias da URSS.

Muitos dos estudantes e até mesmo historiadores deixam passar despercebido as mudanças políticas e econômicas, tensões e manifestos sociais consequentes da construção, bem como a forma com que a queda influenciou na desagregação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no enfraquecimento do socialismo, no fim da bipolaridade mundial e, principalmente, na reunificação da Alemanha, onde o lado Oriental foi absorvido pelo lado Ocidental. A partir

disso, foi tomado como objetivo compreender como a imprensa brasileira retratou as tensões relativas ao Muro de Berlim, analisando as principais mudanças ocorridas tanto no cenário da Guerra Fria quanto para a sociedade alemã.

A Guerra Fria teve, entre seus elementos mais consideráveis, a oposição entre duas formações econômico-sociais: o capitalismo e o socialismo. Praticamente em toda a segunda metade do século XX, as disputas entre os blocos capitalista e socialista deram a tônica da vida social. O fenômeno histórico conhecido por Guerra Fria pautou a relação entre os países do globo, mesmo àqueles que contestavam essa nova ordem internacional como, por exemplo, o Egito, a Indonésia, a Jugoslávia, que almejavam novos espaços de relação política entre as nações.

Ao longo do tempo, de acordo com Fred Halliday, os estudiosos de Relações Internacionais tem tido certa “relutância em analisar o fenômeno em termos teóricos” (HALLIDAY, 2007, p. 71). Não seria exagero apontar que os historiadores também apresentam essa dificuldade, o que pode ser depreendido da leitura de obras sobre a Guerra Fria. Embora estabelecer uma leitura teórica da Guerra Fria não seja a preocupação central de nossa tese, faremos uma breve incursão pelo tema para, ao menos, situar o leitor sobre nosso entendimento do fenômeno Guerra Fria.

Procurando solucionar essa deficiência, Halliday¹ se preocupa em destrinchar as quatro abordagens consideradas por ele como mais importantes: a realista, a subjetivista, a internalista e a intersistêmica. (HALLIDAY, 2007, p. 189)

O autor aponta que a abordagem realista entende a Guerra Fria como uma continuação do conflito, mesmo que com novas características como “as armas nucleares, a corrida armamentista e a rivalidade ideológica entre o capitalismo-comunismo” (HALLIDAY, 2007, p. 189). Desse modo, a abordagem realista não poderia dar conta da complexidade que o mundo de pós-guerra traz para a análise meticulosa da situação.

A perspectiva subjetivista preconiza o papel desempenhado pelos atores diretamente

¹ Além dessa organização proposta por Halliday, Sidnei Munhoz estabelece as seguintes abordagens: ortodoxia norte-americana (também conhecida como tradicionalista) e que culpa a URSS pela Guerra Fria; a história oficial ou ortodoxia soviética, que vê as origens do conflito e sua permanência no imperialismo estadunidense; o revisionismo, que contesta a ortodoxia norte-americana, vendo a Guerra Fria a partir das determinações internas dos EUA; o pós-revisionismo, sendo entendido como a reatualização, sob vestes acadêmicas, da ortodoxia norte-americana; e o corporatismo, que entende a política externa como profundamente influenciada pela política interna nos EUA. (MUNHOZ, 2004, p. 264-268) Após destacar essas “escolas”, Munhoz declara que “devo ainda mencionar, além do já exposto, o inovador trabalho de Fred Halliday” (MUNHOZ, 2004, p. 268). Em razão disso, trabalharemos no corpo do texto de nossa tese com as abordagens demonstradas por Fred Halliday e não com as abordagens propostas por Munhoz.

envolvidos na formulação das políticas externas, sejam esses atores individuais (políticos) ou coletivos (opinião pública). O eixo central dessa “escola” está calcado na percepção, seja ela correta ou equivocada, do contexto internacional através da informação, pois “o conflito poderia ter sido evitado se somente cada um dos lados tivesse sido melhor informado sobre o outro” (HALLIDAY, 2007, p. 190). A abordagem subjetivista necessita, desse modo, de grande argúcia do analista bem como de informações precisas. Esquece-se, no entanto, que um fenômeno como a Guerra Fria se alimenta justamente da ocultação das melhores informações.

Para Fred Halliday a abordagem internalista destaca a “dinâmica da Guerra Fria dentro, ao invés de entre, dos blocos contendores” (HALLIDAY, 2007, p. 190). Assim, a Guerra Fria seria uma necessidade para as duas formações econômico-sociais, pois justificaria uma série de medidas tomadas com objetivos internos sob uma camuflagem externa. Entender a Guerra Fria a partir dessa visão internalista oculta as diferenças entre as formações econômico-sociais, pois restringe o olhar apenas para o teatro doméstico, prejudicando a comparação entre os produtos das duas realidades.

A “escola” intersistêmica, por sua vez, entende a Guerra Fria como uma disputa entre duas formações econômico-sociais distintas. Através da análise dos pronunciamentos e das práticas dos atores privilegiados do sistema é possível verificar o estatuto de competição que existia entre as duas superpotências, cada qual querendo afirmar-se como mais universalista.

Embora seja uma corrente muito forte entre os estudos de Relações Internacionais,² a abordagem realista não parece dar conta do fenômeno Guerra Fria por não entendê-lo a partir de suas especificidades plenas. Ao não distingui-la do período entre-guerras ou mesmo do pós-Guerra Fria, o realismo perde o componente de historicidade para analisar as relações entre os Estados. A mesma falta de densidade se aplica ao paradigma subjetivista, pois há um forte componente de idealismo presente, obstaculizando o entendimento das condições herdadas do passado em sua análise.

A disputa na forma de entender a Guerra Fria se acirra entre as abordagens internalista e intersistêmica, também conhecidas, respectivamente, como sistema e conflito. Dentre os autores que melhor representam os dois paradigmas, fizemos a opção de trabalharmos com Noam Chomsky e Fred Halliday em razão de fazerem parte de um mesmo arcabouço teórico, o

² Para além do próprio Halliday, ver o ensaio de GONÇALVES, 2004.

marxista, e pelo alcance de suas reflexões perante a Academia.³

Os argumentos expostos aqui, representativos da abordagem internalista e da abordagem intersistêmica, tem a finalidade de exemplificar as diferentes leituras feitas sobre a Guerra Fria para, em seguida, esclarecer ao leitor nossa orientação teórica sobre a questão.

Noam Chomsky demonstra, em seus estudos, uma crítica intensa aos Estados Unidos e à União Soviética nos quadros da Guerra Fria. Para o autor, que vive e produz em solo estadunidense, tanto seu país quanto a URSS obtiveram vantagens no clamor ideológico da Guerra Fria:

O fato básico e crucial, que nunca é demais repetir, é que o **sistema** da Guerra Fria é altamente funcional para as superpotências, e é por isso que ele persiste, apesar da probabilidade de mútua aniquilação no caso de uma falha acidental, que ocorrerá mais cedo ou mais tarde (CHOMSKY, 1985, p. 190 – Grifos nossos).

Seria mais realista considerar o **sistema** da Guerra Fria como uma macabra dança da morte na qual os governantes das superpotências mobilizam suas populações em apoio a medidas severas e brutais contra as vítimas no interior daqueles que consideram seus respectivos domínios, onde estão “protegendo seus legítimos interesses”. Com esta finalidade, o recurso à suposta ameaça do poderoso inimigo global tem-se verificado dos mais úteis. Neste sentido, a Guerra Fria revelou-se altamente funcional para as superpotências, sendo este um dos motivos pelos quais persiste, não obstante a perspectiva de dizimação recíproca se o **sistema** sair dos trilhos, o que provavelmente acontecerá mais cedo ou mais tarde (CHOMSKY, 2007, p. 321-322 – Grifos nossos).

Percebe-se que, para o autor, tanto EUA quanto URSS utilizam-se da retórica apocalíptica da Guerra Fria para defender/expandir os interesses mais prementes de seus governantes. Não há maiores críticas a esse respeito. Todavia, nos parece que Chomsky, ao associar diretamente os governantes das superpotências com o papel de cada sistema econômico-social, limita em muito os aspectos ideológicos de cada superpotência. A nosso ver, embora sua crítica não seja desvalida de conteúdo histórico, ela coloca no mesmo nível as duas concepções de mundo em disputa no período conhecido como Guerra Fria, ocultando, assim, elementos significativos de análise.

Fred Halliday, talvez, seja a maior expressão do paradigma intersistêmico. O autor demonstra que há diferenças entre as duas formações econômico-sociais, logo, elas não buscavam os mesmos objetivos. Ao enfatizar que o capitalismo existe e faz parte das características de uma das formações econômico-sociais, embora os teóricos da Guerra Fria

³ Dentro desses mesmos critérios, poderíamos ter também escolhido Edward Thompson e Eric Hobsbawm. Não o fizemos em razão de estarmos mais convencidos dos argumentos de Chomsky e Halliday enquanto leitura “de fundo” da Guerra Fria, em específico.

obscureçam esse fato, Halliday consegue fortalecer sua tese de que há diferenças fundamentais entre EUA e URSS. (HALLIDAY, 2007, p. 195) Logo, fica patente que o conflito entre Estados Unidos e União Soviética existe e molda as relações internas e externas:

*Enquanto os dois sistemas distintos existiram, o **conflito** da Guerra Fria estava destinado a continuar: a Guerra Fria não poderia terminar com o compromisso ou a convergência, mas somente com a prevalência de um destes sistemas sobre o outro. Somente quanto o capitalismo prevalecesse sobre o comunismo, ou vice-versa, o conflito intersistêmico se encerraria (HALLIDAY, 2007, p. 192 – Grifos nossos).*

Despojado de suas referências específicas aos EUA [George Kennan], e de seu tom vanglorioso, isto apresentou um programa claro para a conduta de um **conflito** intersistêmico, baseado, acima de tudo, na competição entre dois sistemas e no objetivo, não da paz ou do compromisso, mas de finalmente prevalecer sobre o outro. O que é impressionante é como esta formulação, explicitada em uma das afirmações estratégicas clássicas da Guerra Fria, encontrou tão pouca reflexão na teoria das RI ou em subseqüentes reflexões sobre o caráter essencial do conflito (HALLIDAY, 2007, p. 194 – Grifos nossos).

A experiência histórica provou que Halliday estava correto. A Guerra Fria terminou – embora a data de término seja passível de debates, como veremos a seguir – tendo tido um vencedor e um derrotado. No entanto, cabe o registro de que quando Noam Chomsky escreveu os dois textos utilizados aqui, havia muitas indefinições quanto ao futuro da Guerra Fria. Ao passo de quando Fred Halliday escreveu seu livro a Guerra Fria já estava encerrada e os Estados Unidos eram a potência hegemônica no sistema internacional.

“Há um Muro de Berlim, dentro de mim, tudo se divide, todos se separam”

Para fins desse artigo, além das referências bibliográficas, utilizamos os jornais – especificamente, o Jornal do Brasil e a Folha de São Paulo – como fonte primária de pesquisa, em busca de adentrar às formas com que a imprensa e a sociedade brasileira se posicionaram diante das divergências político-econômicas estabelecidas em parâmetros mundiais, marcadas, principalmente, pela divisão física e geográfica que fora o Muro de Berlim. A partir disso, realizamos a leitura do texto de Tania Regina de Luca com o intuito de nos familiarizarmos com o uso dos jornais brasileiros para fins de pesquisas acadêmicas.

Inicialmente, os jornais e periódicos pouco eram utilizados para meios acadêmicos e diversos eram os fatores que justificavam tal desuso, sendo o principal a censura e repressão vindas do regime socialista recebidas pela forte influência da ditadura militar brasileira sobre os mais diversos meios de comunicação existentes na época. Por muitos anos, a sociedade deixara

de acreditar em diversas notícias devido ao regime militar que, por sua vez, censurava e manipulava todo e qualquer meio de comunicação, desde a televisão e o rádio às músicas, livros e jornais produzidos na época. Sem contar o fato de que o regime ditatorial e alienador sempre pendiam para o lado que o favorecia, ou seja, reprimia todo e qualquer meio de oposição, como traz Tania Regina:

Não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição de difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político (Capelato apud LUCA, 2005, p. 129).

Outro ponto que deixa ainda mais evidente a insegurança da sociedade em relação às notícias da época é o fato de que as pessoas "tomavam a imprensa como instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos" (LUCA, 2005, p. 116), ou seja, a imprensa satisfazia as vontades das camadas mais elevadas e com maior poder aquisitivo, podendo, assim, manipular ainda mais uma sociedade já extremamente alienada.

Já na década de 1990, após a segunda redemocratização do Brasil dada pelo fim do Regime Militar, a publicidade e propaganda brasileira finalmente atingiram seu apogeu - dando início a época que ficou conhecida como a dos "tempos eufóricos" na imprensa brasileira. Nesse contexto, a indústria cultural ganhou forte destaque entre a sociedade, onde as revistas, que apresentavam um conteúdo amplo e diversificado – o que ganhou popularidade imediata na época – bem como os jornais, juntamente da tecnologia emergente, dentre diversos outros meios, se destacaram como principais fontes de informação. Foi então que os jornais adquiriram espaço tanto no cotidiano da população que busca, até hoje, por informações instantâneas quanto para análise com finalidades acadêmicas – como realizadas neste artigo.

O estudo por meio dos periódicos traz consigo o questionamento do porquê tornar-se notícia, pois, para que haja tamanha repercussão, o acontecimento tende a ser significativo. Visando esse aspecto, utilizamos das pesquisas para compreender o impacto causado na sociedade alemã que se encontrara segmentada, os manifestos ocorridos, a luta em prol de sua queda, a migração desenfreada ocorrida antes e após a queda, assim como a ligação direta que este

evento teve com a posterior desagregação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A partir do texto de Tania Regina de Luca, buscamos em fontes locais a repercussão da importância do Muro de Berlim, escolhendo, especificamente, o Jornal do Brasil e a Folha de São Paulo, a fim de compreender a influência do papel deste acontecimento tanto no cenário interno de Berlim quanto para o cenário mundial diante do conturbado conflito ideológico que se intensificara de forma significativa. O uso dos jornais abrange a curiosidade por trás da forma com que as notícias dos conflitos externos eram projetadas aos olhos de brasileiros cegados pela censura militar, que outrora fora a principal fonte de informação.

Enquanto o mundo se despedia daquele que fora o holocausto do século XX, marcado por um horripilante cenário de dor e ultimado pelo horror nuclear, era acolhido de braços abertos por um novo conflito ideológico conhecido por sua divisão político-econômica - a Guerra Fria.

Há quem considere seu início marcado no pós-Primeira Guerra Mundial, em 1922, com a fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que já se mostrava como o maior bloco de ameaça aos Estados Unidos desde a Guerra Civil Russa, iniciada em 1918, onde os EUA obtiveram uma tentativa falha de intervenção militar na mesma, tendo como resposta o bloqueio econômico-diplomático conhecido como *Cordon Sanitaire*. Há também quem considere que a Guerra Fria teve seu início no período pós-Segunda Guerra Mundial, mais precisamente após os atentados nucleares a Hiroshima e Nagasaki - que serviram como mera demonstração de poder dos EUA sobre a URSS com o intuito de limitar a divisão territorial estabelecida nos acordos de Yalta apenas à Europa.

O general Groves, responsável pelo projeto Manhattan (produção da bomba A), afirmou em 1942 - em plena vigência da aliança EUA-URSS - que esta seria uma importante arma contra a União Soviética! No mesmo ano, Churchill elaborou seu *Memorandum Secreto*, onde afirmou que, assim que o Eixo deixasse de construir uma ameaça, os aliados anglo-saxões deveriam considerar que a URSS era o *verdadeiro inimigo* (VIZENTINI, 2003, p. 199).

A verdadeira hegemonia norte-americana foi exposta ao fim da Segunda Guerra, pois além de fornecer recursos básicos para a reconstrução de uma Europa devastada pelo conflito, obteve grandes avanços militares e tecnológicos. Além disso, a fundação da Organização das Nações Unidas, em 24 de outubro de 1945, fortaleceu o capitalismo internacional, favorecendo ainda mais a posição dos EUA. Contudo, havia um forte temor pela reestruturação industrial europeia, fazendo com que o governo capitalista pressionasse Truman, responsável pelo poder executivo, a tomar medidas ainda mais rigorosas em relação ao bloco opositor. Assim, foi

implantada a Doutrina Truman (em março de 1947), que consistia no auxílio financeiro com o intuito de conquistar aliados e adeptos ao regime capitalista, além de buscar conter a propagação do socialismo stalinista – o que cabe, também, como uma proposta plausível ao verdadeiro começo da nova Guerra.

Após a inserção da Doutrina Truman, como um ato de instigação à Guerra, o serviço de inteligência governamental se tornou a chave para o desencadeamento do conflito, onde os planos e medidas se tornaram a principal estratégia para debilitar os avanços do bloco adversário. Em julho do mesmo ano, foi elaborado o Plano Marshall, que serviu como um aperfeiçoamento do plano antecedente. O mesmo consistia em empréstimos com juros a baixo valor, com o intuito de venda de mercadorias ao povo europeu. Foi com essa ação, considerada como apoderação econômica pelos soviéticos, que a abstenção do lado oriental tornou-se significativamente forte e reforçou os atritos de ambos perante o conflito. Ao tentar implantar o Plano Marshall sobre a Checoslováquia, o bloco capitalista foi surpreendido pela recusa de Praga, o que, com auxílio da URSS, acarretou na deposição dos conservadores que obtinham alto poder governamental, consolidando-se, assim, o Golpe de Praga. A partir deste ponto, o socialismo era finalmente instaurado em toda a Zona Soviética, intensificando totalmente a divisão geopolítica da Europa.

Com a Europa politicamente dividida em dois blocos econômicos extremamente divergentes entre si, os Estados Unidos, juntamente com a França e a Grã-Bretanha, implantaram a nova moeda comercial - conhecida como Marco Alemão. A formação da nova moeda criada pelo regime capitalista desvalorizou o fluxo do comércio socialista, feito a partir da antiga moeda alemã – o Reichsmark. Em meio ao cenário de déficit econômico oriental, Stalin viu-se forçado a tomar medidas drásticas relacionadas às zonas fronteiriças entre Berlim Ocidental e Berlim Oriental e ordenou, então, que os limites terrestres que interligavam a cidade dividida fossem imediatamente bloqueados. Ele acreditava que assim obteria domínio sobre ambas as partes de uma Alemanha segmentada e, ainda, restabelecer o equilíbrio na balança comercial, além de livrar-se do capitalismo, que era o principal empecilho para a ascensão do socialismo em parâmetros mundiais.

O temor capitalista pela perda territorial assombrava o governo de Truman, pois os EUA já houveram exposto seu interesse em todo e qualquer território que se opusesse a seu regime. Assim que os níveis de escassez de recursos básicos se tornaram alarmantes, o que dava má

imagem ao bloco que se denominava superior em padrões de qualidade de vida, providências imediatas tiveram de ser tomadas a respeito do bloqueio para que se mantivesse o *status quo* norte-americano. Com o auxílio de William H. Tunner, o general Albert Wedemeyer, em 1949, recriou a ponte aérea - que outrora serviu como parte fundamental para o abastecimento da China na Segunda Guerra - com o intuito de fornecer suprimentos variados ao lado ocidental de Berlim. Durante aproximadamente 300 dias a ponte aérea tornou-se o único meio de acesso estrangeiro para a cidade. Foi a partir do Bloqueio Aéreo de Berlim que as tensões entre as áreas de influência socialista e capitalista começaram a se acirrar.

Em 11 de maio de 1949, o fim do Bloqueio Aéreo acarretou no acordo que permitiria o acesso fixo e perdurável capitalista a Berlim, como uma forma de prevenção a outro futuro bloqueio similar. A consequência de tal acordo foi a fundação da República Federal Alemã, em 23 de maio de 1949, tendo sua capital em Bonn e, ainda, mantendo e aprofundando o controle militar dos Estados Unidos sobre sua área. Em contrapartida, a União Soviética, ainda no mesmo mês, em 30 de maio de 1949, fundou a Constituição da República Democrática Alemã, que viria a ser fundada oficialmente em 7 de outubro de 1949, com sua capital em Berlim. Ademais, o bloqueio, anos após, acarretou na eclosão de diversos conflitos terceiro-mundistas, onde a interferência dos dois grandes blocos econômicos se tornou significativa para seus respectivos desfechos. No mesmo ano, a União Soviética obteve êxito no lançamento de sua primeira bomba atômica.

A situação de Berlim ou até mesmo a Guerra Fria poderiam ter tido seus dias contados em 1952, quando Stalin enviou uma proposta de reunificação alemã a Adenauer, que foi imediatamente recusada. A condição era que houvesse eleições livres e uma única Alemanha, retirando toda e qualquer aliança militar. Desejava também que o Ocidente renunciasse a antigos territórios da Prússia. No mesmo ano, os Estados Unidos obtiveram êxito em seu primeiro teste com a bomba de hidrogênio. Já em 1953, com a morte de Stalin, Khrushchóv tomou a frente da União Soviética e, em 1955, devido ao temor pelo rearmamento da RFA, assinou um tratado de cooperação e aliança militar mútua com os demais países socialistas da Europa - o chamado Pacto de Varsóvia. Em 1957, a Corrida Espacial teve seu marco inicial dado a partir do lançamento do satélite artificial *Sputnik 1* pelos soviéticos, a 4 de outubro. Em contrapartida, os Estados Unidos, em 31 de janeiro de 1958, lançaram seu primeiro satélite - o *Explorer 1* e, em seguida, fundaram a NASA (Administração Nacional Aeronáutica e Espacial), a 1º de outubro. Em 1959, eclodiu a Revolução Cubana, apoiada diretamente pela União Soviética.

Em 1961, o cenário da Guerra Fria mudava drasticamente. O tão contemplado bloco capitalista tropeçara sobre os próprios pés. Três meses após a posse de John F. Kennedy, o fracasso na Baía dos Porcos somado ao recente êxito obtido pelo lado soviético no lançamento do primeiro homem ao espaço deixaram explícitas as formas com que o equilíbrio da Guerra se sucederia. Além disso, em agosto do mesmo ano, o Presidente do Conselho de Estado da República Democrática Alemã, Walter Ulbricht, com apoio do Kremlin, ordenou que as fronteiras entre Berlim Oriental e Berlim Ocidental fossem fechadas por tempo indeterminado. Por mais de 20 anos, o Muro de Berlim desempenhou seu papel na divisão física de Berlim e, simbolicamente, do mundo inteiro.

O ano de 1962 fez-se de dois pontos: a intensa tensão entre as duas superpotências gerada a partir da Crise dos Mísseis em Cuba foi sucedida pelo período conhecido como *détente*, onde os dois blocos econômicos desfrutaram de um longo período de pacifismo – ou uma segunda coexistência pacífica - que permaneceu até quase o fim da Guerra. Em 1964, por meio de desavenças internas de seus aliados dentro de seu próprio partido e até mesmo por acusações de má administração política e econômica, Khrushchóv foi deposto de seu cargo. Leonid Brejnev, então, assumiu o cargo de Secretário-Geral da União Soviética.

Os Estados Unidos, ao fim da década de 1960, recuperaram seu prestígio global ao enviar o primeiro homem à Lua. Já em 1975, o império capitalista decaiu. Chegara ao fim o maior conflito bélico simultâneo à guerra uma vez considerada ideológica. Ultimada a duradoura Guerra do Vietnã, os Estados Unidos mais uma vez demonstraram fraqueza. A derrota do vangloriado bloco capitalista gerou um profundo sentimento de derrota a todos os aliados estadunidenses, o que ficou conhecido como Síndrome do Vietnã.

Nos anos que se sucederam, as crises internas da URSS eram cada vez mais alarmantes. Os soviéticos não poderiam ficar um passo atrás no plano internacional e este foi, então, o grande deslize para sua derrota. A corrupção e a falta de suprimentos básicos para abastecimento da população e a descrença no socialismo juntamente de uma crise econômica que se agravava profunda e aceleradamente deixavam o colapso da União cada vez mais próximo. Em 1986, o desastre nuclear de Chernobyl deixou ainda mais evidente a fraqueza socialista, mostrando, também, que os dias da União Soviética estavam definitivamente contados.

No mesmo ano, como uma forma desesperada por reconstrução e ajustes no modo econômico-social com o intuito de restaurar os padrões de sucesso obtidos no início do conflito,

Gorbachev (sucessor de Brejnev) implantou medidas conhecidas como Perestroika e Glasnost – uma jogada estratégica que diferia aos moldes dos ideais socialistas.

Em 1989, as manifestações em Berlim já eram incontroláveis. A revolta por parte de uma população extremamente insatisfeita com a situação que se agravava cada vez mais era somada a um governo saturado pelas tentativas fracassadas de repressão às mesmas, ainda assim, "contudo e apesar das evidências, ninguém ousava dizer o indizível: a URSS estava prestes a desaparecer" (REIS FILHO, 2002, p. 175). Decorrente disso, a queda do principal alicerce da União Soviética foi inevitável. O Muro de Berlim vinha a desmoronar. Não levou muito tempo para que não só os ocupantes da Zona Soviética mas também o restante do mundo percebesse que a URSS engatinhava para seu fim.

O conceito de socialismo de Marx não passara de 1991, onde a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas chegava ao fim, levando consigo marcas do maior conflito ideológico.

Do arame ao cimento: a crítica e representação da *Folha de São Paulo* sobre a construção do Muro de Berlim

O fracasso na reunião das quatro potências em Paris no ano de 1960 deixou Khrushchóv desesperançoso em relação a seus opositores e suas intenções. Sua nova e última esperança era o auxílio na candidatura de John F. Kennedy à frente do bloco opositor, pois acreditava que, pelo fato do candidato ser inexperiente e com ideais diferentes de seus antigos representantes, as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética partiriam daquela para melhor. O problema de Berlim precisava ser resolvido em 1961.

O Kremlin esperava estabelecer finalmente sua proposta de governo de coexistência pacífica, pois acreditava que, assim como ele, John não obtinha interesses ligados a confrontos militares e armamentistas. O socialista apressado precisava ter paciência caso não quisesse desencadear uma guerra da qual sairia em desvantagens.

Momentos antes do fim da campanha de Kennedy, Khrushchóv decidiu acompanhar os fatos mais de perto: viajou para Nova Iorque, a bordo do *Baltika* – navio alemão que os soviéticos conquistaram na Segunda Guerra –, a fim de se fazer presente na posse do novo presidente americano tentando, assim, conquistar a simpatia do mesmo.

Assim que Kennedy assumiu a liderança dos EUA e se tornava o novo opositor do premiê, imediatamente o Kremlin enviou, como forma de agrado, dois pilotos de caças aéreos

que foram aprisionados em Berlim após serem apreendidos por meio de espionagem. O presidente, como esperado, cedia às boas ações do camarada socialista. A relação amigável, porém, tinha seus dias contados... Não demorou muito para que Khrushchóv exigisse uma reunião às pressas com o novo presidente para tratar do impasse entre as duas potências: Berlim.

Inúmeros foram os acontecimentos que ocorreram antes da Cúpula em Viena que mudaram totalmente o foco da primeira reunião entre o líder socialista e o capitalista. Um exemplo disso foi o fracasso da Baía dos Porcos, em que os EUA obtiveram grande fracasso - para felicidade socialista. As desavenças partidárias e até mesmo o grande primeiro erro em relação aos socialistas iniciaram através do primeiro telegrama de Thompson. O premiê já se encontrara impaciente para resolver quaisquer situações que fugissem de seu interesse por conta do descaso do presidente sobre seu encontro.

A situação de Berlim se agravava cada vez mais e Khrushchóv continuava a dizer que tomaria medidas assim que se encontrasse com Kennedy. O número de refugiados orientais que cruzavam a fronteira diariamente crescia de forma desenfreada e, de alguma forma, o premiê não se preocupava tanto com isso. Ulbricht acreditava que a solução mais eficiente para a migração desenfreada seria o fechamento definitivo da fronteira entre os dois setores da cidade e, portanto, a pressão sobre Khrushchóv era constante.

Frederick Taylor aponta que:

Em junho de 1961, 19.198 refugiados (aproximadamente 630 por dia) foram registrados no centro de triagem de Marienfeld. Em julho, o total chegava a 30.444 (mil por dia), o mais elevado desde 1953. Nos dias 2 e 3 de agosto, 1322 refugiados chegaram a Marienfeld; a 3-4 de agosto, 1.100; a 4-5 de agosto, 1.155; e a 5-6 de agosto, 1.283. No fim de semana de 6-7 de agosto, 3.268 pessoas deixaram a Alemanha Oriental rumo a Berlim Ocidental. O total do dia seguinte foi de 1.741 (TAYLOR, 2009, p. 192).

Os dados eram definitivamente alarmantes e Khrushchóv não vira outra saída. As fronteiras de Berlim precisavam ser fechadas imediatamente ou a RDA se tornaria auto insuficiente. Dado o sinal verde aos planos de Ulbricht, Eirck Honecker tomou providências imediatas. A operação extremamente secreta – que recebera o codinome de "Operação Rosa" – tinha como objetivo mobilizar membros escolhidos a dedo para executar o fechamento da fronteira de Berlim Oriental que se daria no domingo de 13 de agosto.

A Alemanha comunista decidiu, conforme foi apurado ontem em círculos autorizados na zona oriental alemã, proibir as viagens de cidadãos do setor oriental para o ocidental e vice-versa.

A decisão, para evitar o contínuo e crescente êxodo de habitantes da zona comunista para o lado ocidental deverá [...] ser anunciada oficialmente pelas autoridades da República Democrática Alemã dentro das próximas horas (FOLHA DE SÃO PAULO, 12/08/1961, capa).

Na manhã do 13 de agosto, milhares de berlinenses às primeiras horas do dia se depararam com o resultado do êxito oriental obtido na Operação Rosa. A operação sigilosa fora tão bem sucedida que até mesmo os setores ocidental, francês e britânico da cidade foram surpreendidos. As fronteiras de Berlim foram, de fato, fechadas até segunda ordem e, os berlinenses só haveriam de cruzá-la por via aérea. O arame farpado estendido a partir do Portão de Brandemburgo por todo o entorno da divisa entre os setores berlinenses denotava a ideia da divisão política, econômica e social mundial. O Muro de Berlim fora, de fato, o maior símbolo da Guerra Fria.

"Cortina de Ferro" isola zona comunista de Berlim: O governo da República Democrática Alemã fechou na noite de sábado para domingo a fronteira entre Berlim Oriental e Berlim Ocidental e desde ontem de manhã uma cortina de ferro isolou hermeticamente o setor comunista do setor ocidental da ex-capital alemã [...]. Cercas de arame farpado e barricadas foram levantadas na madrugada de ontem para delimitar a nova fronteira (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/08/1961, p. 2).

Passada a surpresa oriental, o cenário mudou. Ao tomar consciência da magnitude dos fatos, o clima de tensões era facilmente perceptível. As manifestações na RDA já eram evidentes e ganhavam popularidade. A população berlinense estava profundamente insatisfeita e repudiada às medidas tomadas pelo governo socialista, que teve de tomar medidas imediatas com o intuito de repreender as mesmas. A despeito disso, a Folha também fez uma nota, ainda no mesmo dia (14):

Durante o dia, as autoridades da Alemanha Comunista haviam posto a sua própria capital praticamente em pé de guerra, ao mobilizar, dentro de seu perímetro, fortes contingentes armados com tanques soviéticos, bombas lacrimogêneas e mangueiras de água.

As medidas militares de precaução têm por objetivo impedir que possa surgir uma revolta entre os elementos anticomunistas que circularam ontem pedindo que se voltem a abrir as rotas de fuga a Berlim Ocidental (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/08/1961, p. 2).

Após a vergonha no agosto de 1961, onde os norte-americanos se sentiram incapacitados e desprovidos de estratégias que pudessem ser tomadas sem que o conflito rumasse diretamente para uma disputa a níveis nucleares, agora precisavam mostrar aos russos e ao próprio povo ocidental que a *pax americana* ainda era eminente no conflito. Decidiram, então, mostrar a

grandeza de seu poder bélico-militar sobre os soviéticos direcionando tanques de guerra às extremidades da fronteira. Não obstante, os soviéticos responderam à altura: seus dirigentes, de imediato, enviaram militares munidos de armamento de guerra para fazer frente ao seu lado da fronteira. A URSS mostrava-se, novamente, como uma concorrente com grande capacidade de ascender mundialmente como uma potência hegemônica.

Como já lhe apresentara fotos do exército de Clay na floresta, onde tanques derrubaram uma réplica do Muro, achava que o premiê tinha de levar a sério a possibilidade de os americanos tentarem invalidar o sucesso soviético. Khrushchóv, que administrara a crise pessoalmente, apesar do Congresso do Partido, já havia ordenado que mais de 23 tanques rumassem para Berlim (KEMPE, 2013, p. 465).

Os EUA não chegaram à medida extrema em vão. As tentativas de negociação com os orientais eram falhas. A RDA não estava adepta a quaisquer conversações a respeito do Muro pois acreditava que essa era a única maneira de controlar o fluxo de desertores e não voltaria atrás em sua decisão. As fronteiras ainda permaneceriam fechadas até que se dissesse o contrário. Do outro lado do concreto, os ocidentais insistiam em seu fim pois, ao enfraquecer o socialismo de Berlim, poderiam finalmente assumir o território na Europa e assim conquistar novamente seu triunfo aos olhos mundiais.

Os Estados Unidos exigiram da URSS que restabeleça o livre acesso dos aliados a Berlim Oriental ou encare a possibilidade de que não se iniciem negociações sobre a ex-capital alemã. A URSS rejeitou imediatamente a exigência, reabrindo o "impasse" sobre Berlim (FOLHA DE SÃO PAULO, 27/10/1961, p. 2).

O socialismo de arame farpado nunca poderia dar certo. Por outro lado, cabe perguntar: e se Khrushchóv deixasse os portões de Brandemburgo abertos, restaria alguém para apagar a luz?

Cortina de Fumaça: a repercussão da queda do Muro de Berlim pelo Jornal do Brasil

A magra margem de vitória da União das Republicas Socialistas Soviéticas engatinhava-se ao fim. A mesma se encontrava dentro de uma grave crise interna, tanto política quanto econômica e, sobretudo, social. A década de 1980 vinha sendo a pior para os soviéticos, que não obtiveram mais o alcance esperado para a corrida ideológica. A explicação para a decadência era óbvia: uma economia que não conseguira suprir suas próprias necessidades e ainda tentara competir tecnologicamente com seu opositor.

A situação em Berlim era ainda mais complicada. A ênfase da insatisfação e dos manifestos se concentrava na República Democrática Alemã, que passava por uma grave crise

econômica interna que acarretava na falta de mantimentos básicos para uma população naquelas estatísticas numéricas.

Em 1989, as manifestações saíram, definitivamente, do controle. Um grande número de alemães orientais tentava migrar a qualquer custo para o Ocidente. No início de setembro, as fronteiras da RDA com a Tchecoslováquia foram reabertas e a migração rumo ao Ocidente foi desenfreada.

Alemães tentam em Praga fuga para o Ocidente: Mais de 1.200 alemães-orientais lotaram a Embaixada da Alemanha Ocidental, em Praga, em busca de vistos de emigração. O governo da Alemanha Oriental reabriu na quarta-feira a fronteira com a Tchecoslováquia, depois de mantê-la fechada desde 3 de outubro para evitar a saída em massa (JORNAL DO BRASIL, 3/11/1989, capa).

As manifestações sociais foram extremamente intensas na primeira semana de setembro. O regime socialista estava por um fio. Apesar das tentativas desesperadas de Gorbachev a fim de reforçar o regime frente às camadas sociais com a *Perestroika* e a *Glasnost*. As estratégias constituíam em “reconstrução” e “transparência”, onde procuravam estabelecer decisões das quais o povo oriental pudesse influenciar na atuação do Estado. Sem deixar para trás seu lado conservador, os soviéticos procuravam reconquistar seus adeptos através de manipulações totalitárias. Diferiam dos aspectos antecedentes que consistam em usar o regime ditatorial para sua nova reconquista perante os parâmetros mundiais. Apesar disso, os planos vinham muito a tardar. Os orientais já estavam extremamente saturados do regime soviético, nada faria a decisão do povo mudar e nem mesmo drásticas mudanças no sistema que era considerado imutável.

Uma vez fracassadas tais tentativas, foi aberto um rol de rompimentos de diversos países pertencentes à Zona Soviética com a mesma que, mais tarde, fundaram a Comunidade dos Estados Independentes. O Socialismo já não servia como modelo. A sociedade ansiava por seu fim.

Pedindo por eleições livres, maior liberdade econômica e de expressão, melhor qualidade de vida e outros diversos fatores que não eram disponibilizados pelos russos, milhares de soviéticos foram às ruas, afinal, armamentos não constituíam em um povo mas sim em uma guerra armada do qual a URSS dizia jamais iniciar. No caso do lado oriental de Berlim, ainda reivindicavam pelo fim do Muro e, conseqüentemente, do bloqueio entre as fronteiras da cidade por via terrestre.

Mais de 1 milhão de pessoas saíram às ruas de Berlim Oriental exigindo

democracia, na maior manifestação da história do país e uma das maiores de todo o Leste europeu. [...] "Chega da ditadura do PC" e "Viva a liberdade de expressão" eram algumas das reivindicações impressas nas faixas (JORNAL DO BRASIL, 5/11/1989, capa).

O Kremlin não teve outra opção a não ser aderir pouco a pouco às reivindicações sociais. Aos poucos, as fronteiras eram liberadas. Viagens vinham sendo permitidas entre um setor e outro de Berlim.

Mas então, qual seria o futuro do saudoso Muro de Khrushchóv? Outrora construído com o intuito de impedir a fuga e emigração em massa, a 9 de novembro de 1989, o Muro de Berlim era derrubado pelo mesmo motivo. Em uma coletiva de imprensa transmitido a toda a Alemanha Oriental, percorrida por Günter Schabowski, foi anunciado que qualquer cidadão poderia novamente transitar entre ambas as partes de Berlim. Porém, a medida só entrava em vigor em outra data – o que Schabowski não sabia. Considerado por muitos como um grave equívoco, foi dito que os berlinenses estavam livres de imediato. Os soldados que patrulhavam a fronteira, desorientados, não conseguiram conter a grande aglomeração que se formava confronto aos portões e acabaram liberando a passagem.

Com decisão do governo alemão oriental, termina uma era. "As viagens para fora do país poderão feitas por todos os postos fronteiriços entre nosso país e a Alemanha Ocidental ou outros vizinhos", anunciou Günter Schabowski, novo dirigente reformista da Alemanha Oriental. Embora o Muro de Berlim, a marca geográfica mais grotescamente poderosa com que o mundo aprendeu a conviver nesta segunda metade de século, permaneça intacto, na prática perdeu todo seu significado (JORNAL DO BRASIL, 10/11/1989, capa).

O Muro, então, desmoronara. O maior símbolo da Guerra Fria, a hipocrisia do século. Em uma nova forma de manifesto, no dia 10 de novembro, os cidadãos de Berlim deram ao Muro seu merecido fim. Picaretas, machados, barras de ferro e quaisquer outros meio de depredação foram utilizados para fazer o divisor ir ao chão.

Os dirigentes e estrategistas da URSS se viam em colapso com o seu maior plano estrutural indo ao chão. Sentiam-se tão impotentes quanto os norte-americanos após a construção. O ponto crucial da situação era que caso não houvesse uma medida para apaziguar a fúria do povo oriental, hora ou outra a divisão acabaria. Os soviéticos transformaram a sua medida imediata - construção do Muro – em seu próprio fim.

A queda do muro de Berlim, em novembro de 1989, é considerado o símbolo máximo do final da Guerra fria, embora essa tenha se extinguido oficialmente com a desintegração da URSS em 1991 (QUINSANI; GONZAGA, 2009, p. 174).

A repercussão da queda atingira todos os continentes do mundo, principalmente aos que uma vez foram aliados da União das Republicas Socialistas Soviéticas. A mesma se via enfraquecida perante o cenário global e drasticamente diminuída diante aos Estados Unidos da América. A tensão se tornava maior no ano seguinte, quando a Alemanha fora reunificada e a URSS perdia seu maior eixo de competição. Berlim desenvolveu um papel de extrema importância para o cenário da guerra e a crise na mesma vinha se agravando mesmo antes de sua construção, foi onde duas super potências mostravam seu valor e tentavam conquistar o restante do mundo. Não houvera outro palco central e local mais perigoso que a capital Alemã durante o conflito. A disputa que jamais fora encerrada com um acordo, mas sim por meio de forças em que acarretava na perda de um dos lados e, conseqüentemente, em seu fim.

Muro da vergonha vira brinquedo: Numa espécie de estado de choque, embriagados da liberdade súbita e mal acreditando na surpresa de ter hoje o que parecia fora de alcance para muitas gerações ainda, os alemães continuaram a comemorar ontem a derrogação do Muro de Berlim e o fim da proibição de ir e vir entre as duas partes da nação. "Foi o dia mais feliz da história dos alemães", comemorou o prefeito de Berlim Ocidental, Walter Momper (JORNAL DO BRASIL, 11/11/1989, capa).

Além da reunificação alemã, a queda do Muro de Berlim agravou a situação soviética ao ponto de, em 1991, a URSS teve de realizar um Referendo para discutir o futuro da mesma. A votação concordou em que mudanças deveriam ser tomadas para que o futuro da potência fosse garantido mesmo após a possível perda da Guerra. Dessa forma Gorbachev se via em maus lençóis e não encontrava outra maneira a não ser reajustar os parâmetros do governo, tendo que deixar para trás seu conservadorismo.

Nada mais salvaria a União Soviética de seus problemas, Gorbachev renunciara seu cargo em 25 de dezembro de 1991. Ninguém acreditara no que estava prestes a acontecer: a União das Republicas Socialistas Soviéticas chegara a seu fim. O verdadeiro socialismo morreria. Aquela que, outrora, fora nomeada como Cortina de Ferro passava a ser conhecida como Cortina de Fumaça.

Considerações finais

O Muro de Berlim, como símbolo maior da Guerra Fria, marcou o início das tensões entre as duas superpotências, da mesma forma com que marcou o fim das mesmas. Sua repercussão foi mundial em todas as formas e meios de comunicação. O Brasil, por sua vez, não esteve alheio aos fatos. Mantendo relações de interesses diplomáticos com ambas as potências, os periódicos brasileiros se manifestaram de diversas formas. Tais divergências podem ser vistas, por exemplo, nos jornais analisados. A Folha de São Paulo, em relação à construção do Muro de

Berlim e às vésperas do reatamento das relações brasileiras com a União Soviética, se manteve menos tendenciosa, exprimindo os fatos como mera fonte de informação, porém, um pequeno ponto da influência capitalista. O Jornal do Brasil, por sua vez, expressou explicitamente a sua visão capital-hegemônica através dos artigos publicados, deixando evidente a sua afeição à posição dos Estados Unidos da América no confronto.

A análise crítica dos jornais, como esperado, correspondeu, mesmo que parcialmente, à hipótese: dentre os periódicos, a influência capitalista, subentendida ou explicitamente, se fez presente nos dois casos, denotando a verdadeira *pax americana* por trás do cenário conturbado da Guerra Fria.

O palco central entre capitalismo e socialismo, nascido no berço do apogeu soviético influenciou o mundo inteiro, marcando o ponto principal do conflito: a disputa pela ascensão e domínio da economia mundial. O concreto, que não só criou atritos mas também a dissolução de uma superpotência, foi responsável pelo término da Guerra Fria.

Fontes primárias

Folha de São Paulo – Acervo online da Folha de São Paulo Jornal do Brasil – Hemeroteca Digital

Referências bibliográficas

CHOMSKY, Noam. Armas Estratégicas, Guerra Fria e Terceiro Mundo. In: THOMPSON, Edward (org.). **Exterminismo e Guerra Fria**. São Paulo: Brasiliense: 1985.

_____. **Rumo a uma nova guerra fria**: Política Externa dos EUA, do Vietnã a Reagan. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GONÇALVES, Williams. Relações Internacionais: um balanço teórico-histórico. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **O Século Sombrio**: uma História Geral do Século XX. Rio de Janeiro: Campus, 2004, p. 39-42.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2007.

KEMPE, Frederick. **Berlim: 1961**: Kennedy, Kruschóv e o lugar mais perigoso do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **O Século Sombrio**: uma História Geral do Século XX. Rio de Janeiro: campus, 2004, p. 261-281.

QUINSANI, Rafael Hansen; GONZAGA, Sandro. A Vida dos Outros e de Todos Nós: a divisão cinematográfica da República Democrática Alemã ou o dia em que o big brother se afeioou ao little brother. In. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; DOMINGOS, Charles

Sidarta Machado; BECK, José Orestes; QUINSANI, Rafael Hansen. (Orgs.). **A Prova dos 9: A História Contemporânea do Cinema**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009, p. 165-188.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Crise e desagregação do socialismo. In. REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (Orgs.). **O Século XX: O tempo das dúvidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 163-183.

TAYLOR, Frederick. **Muro de Berlim: um mundo dividido 1961-1989**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

VIZENTINI, Paulo G. Gagundes. A Guerra Fria. In. REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (Orgs.). **O Século XX: O tempo das crises**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 197-225.

Possibilidades do sublime em Walter de Maria (1968-1977)

Possibilities of the sublime in Walter de Maria (1968-1977)

Ana Lúcia Guimarães

Mestre em História

Universidade de Passo Fundo

anaguimaraes008@hotmail.com

Recebido em: 15/01/2019

Aprovado em: 16/12/2019

Resumo: Este artigo busca, por meio de uma breve revisão bibliográfica de Kant e Burke, observar as fontes do sublime em propostas artísticas de Walter de Maria entre 1968-1977. Compreendemos que, entre as teorias de Kant e Burke e as intervenções de Maria existe uma lacuna temporal considerável, contudo, o conteúdo dessas produções pode ser aproximado, sendo esse o grande objetivo do presente trabalho. Serão debatidas também questões como a crítica a mercantilização da obra de arte e sua institucionalização pelos museus e galerias de arte. Cabe salientar ainda, que as práticas de Maria são compreendidas no interior da tendência artística da *land art* e do contexto histórico mais amplo dos anos 1960 e 70.

Palavras-chave: Walter de Maria; Sublime; *Land art*.

Abstract: Through a brief bibliographical review by Kant and Burke, this article seeks to observe the sources of the sublime in Walter de Maria's artistic proposals between 1968-1977. We understand that between the theories of Kant and Burke and Maria's interventions there is a considerable time gap, however, the content of these productions can be approximated, which is the main objective of the present work. Issues such as criticizing the commodification of the work of art and its institutionalization by museums and art galleries will also be discussed. It should also be noted that Maria's practices are understood within the artistic trend of land art and the broader historical context of the 1960s and 70s.

Keywords: Walter de Maria; Sublime; Land art.

Introdução

O século XX é marcado indubitavelmente pela revisão de inúmeros dogmas e paradigmas sociais. Dentre eles, está a constituição do objeto artístico, que passa por profundas reformulações desde o início do século. Marcel Duchamp torna-se exemplar nesse contexto, “[...] confundindo as fronteiras, a princípio auto evidentes, entre a ficcionalidade da arte e a literalidade

da vida” (FREITAS, 2015, p. 239). Apesar de compor o movimento Dadaísta, Duchamp é recorrentemente lembrado em sua trajetória “solo”, apresentando em seu trabalho marcas e características específicas, que mesmo alinhadas ao Dadá, extrapolavam seus preceitos. Em suas obras, concebe o que é considerado por muitos o embrião da arte contemporânea: os *ready-made*. Essas obras de Duchamp, colocam em debate fatores como: a genialidade do artista que já não produz o objeto, mas o seleciona dentre outros objetos pré-fabricados; a forma de conceituação do que é e do que não é arte; o *status* atribuído à obra de arte; e outros elementos que levam a questionar a própria arte enquanto tal. Duchamp nega tanto a discussão tradicional da arte pela beleza quanto a de seus pares modernistas da pureza da arte de fronteiras, tomando para si a potencialidade de gerar reações múltiplas, como o espanto ou estranhamento. Ao negar as convenções da arte de seu tempo, inaugura ainda uma nova relação artista-espectador. O sistema de comunicação já não é consensual, o que é apresentado enquanto obra de arte não se baliza por moldura e pedestais; não se discute cor, forma ou bi/tridimensionalidade. Relega-se ao espectador uma nova função intelectual sobre o objeto da arte, que não apresenta mais temas claros e definidos, mas incita-o a reflexão de todas as questões apontadas até então.

Os debates iniciados no modernismo e, especificamente pelos *ready-mades* de Duchamp, se aprofundam e passam por mudanças no decorrer do século. A partir dos anos 1960, com a arte conceitual, a arte passa por um amplo processo de desmaterialização, onde as intervenções artísticas passam a apoiar-se mais em ideias do que em objetos concretos. Nesse sentido, surgem as primeiras propostas da *land art* ou *environmental art*. Esses termos são utilizados para descrever práticas artísticas que têm como ponto de conexão o conceito de espaço (físico, histórico e cultural) e a reorientação do ato escultural, sendo projetos:

[...] fundamentalmente esculturais (no sentido de criação em três dimensões) e/ou baseados em performances (nos termos de sua orientação no sentido do processo, lugar e temporalidade). Eles procuram como ambos, tempo e forças naturais, impactam em objetos e gestos; ao mesmo tempo de forma crítica e nostálgica a noção de ‘jardim’; agressiva e carinhosa com a paisagem. (KASTNER, 2015, p. 11, tradução nossa)

Assumindo uma nova relação com o espaço, os *land artists* tendem a adotar uma postura diferenciada também com relação à natureza, que passa de modelo representativo (como era considerada em movimentos artísticos anteriores) a palco, objeto e tema de suas intervenções. Tendo isso em mente, já não fazia sentido preconizar a beleza representativa, como em obras do passado. Em sua relação com a natureza, a *land art* destaca seu caráter grandioso, por vezes

assustador, que vai muito além da simples contemplação pelo prazer do belo. Desvinculando-se do sentimento prazeroso, o sublime pode gerar uma série de reações. Como aponta Burke:

Tudo que seja de algum modo capaz de incitar as ideias de dor e de perigo, isto é, tudo que seja de alguma maneira terrível ou relacionado a objetos terríveis ou atua de um modo análogo ao terror constitui uma fonte do *sublime*, isto é, produz a mais forte emoção de que o espírito é capaz. Digo a mais forte emoção, porque estou convencido de que as ideias de dor são muito mais poderosas do que aquelas que provêm do prazer. (BURKE, 1993. p. 48, grifo do autor)

Essa visão do sublime atrelado apenas ao medo não é consensual, uma vez que Kant (1991a, p. 146) afirma que “[...] o sentimento do sublime tanto pode ser acompanhado de tristeza ou de medo, tanto de admiração tranquila como ainda aliar-se ao sentimento de uma augusta beleza.” Sendo assim, Kant classifica o sublime a partir de três categorias: “[...] eu denominaria sublime-terrível a primeira espécie de sublime, sublime-nobre a segunda, sublime-magnífico a terceira.” Essas e outras afirmações sobre o sublime podem ser observadas em intervenções de inúmeros artistas da *land art*, porém, tomamos as propostas de Maria como exemplos focais para sua observação.

O sublime nas propostas de Walter de Maria

Walter de Maria é um artista norte-americano, nascido na Califórnia em 1953. Faleceu em 2013 também no estado da Califórnia. Formado pela Universidade Berkeley em 1959, Maria participou de inúmeras exposições solo e em grupo ao redor do mundo. Expande a noção de espaço aplicada no Minimalismo, procurando destacar a relação entre a arte e o entorno natural. “Os temas geométricos e a aparência de princípios numéricos e de medição definem a escultura de Maria. [...] Sua escultura matemática e metódica, simples na forma e apresentação, promove uma maior consciência do mundo que o circunda”.¹ Além disso, ao observar intervenções como *The lightning field* (1971-1977), percebemos a possibilidade de materialização e exemplificação das três categorias elencadas por Kant. O que não descarta a proposição de Burke sobre o sublime atrelado às ideias de medo, dor e terrível. Uma vez que a obra nega (de forma planejada) sua apreensão total pela fotografia – o que será discutido mais adiante –, tomamos como apoio a descrição detalhada de Beardsley para sua compreensão:

[...] A peça de Maria é composta de 400 postes de aço inoxidável de duas polegadas de diâmetro, de pé em uma altura média de vinte pés, sete e meia

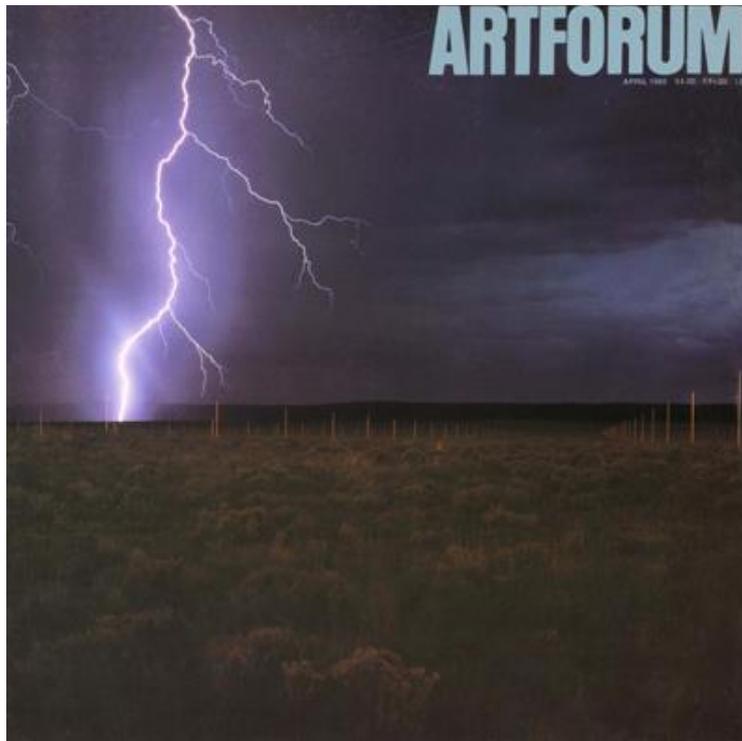
¹ Informações veiculadas pela galeria Gagosian. Disponível em: < <https://www.gagosian.com/artists/walter-de-maria>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

polegadas, de tal forma que todos os topos são nivelados. Eles são organizados em uma grade com dezesseis filas de vinte e cinco postes que se estendem de leste a oeste e vinte e cinco fileiras de dezesseis postes que se estendem de norte a sul. [...] com a dimensão de uma milha de leste a oeste e de um quilômetro de norte a sul. O campo do relâmpago está em uma bacia plana, semiárida no centro-oeste do Novo México; o local é anelado por montanhas distantes. Esta é uma área de vistas aparentemente ilimitadas e uma população humana numericamente insignificante. É também uma região com uma incidência relativamente alta de relâmpagos. Por todas estas razões, foi um local que atraiu particularmente de Maria. Ele planejou seu trabalho meticulosamente para atrair o relâmpago e, assim, para celebrar seu poder e esplendor visual. Ele queria um lugar onde se pudesse estar sozinho com uma terra sem rastros e um céu mais arqueado para testemunhar o seu potente intercâmbio através de uma descarga elétrica aparentemente devassa. Como tal, o trabalho não é nem da terra nem do céu, mas é de ambos; é o meio para uma epifania para os espectadores suscetíveis a um fenômeno natural incrível. Poucos deixam *The Lightning Field* intocados pela esplêndida desolação de seu cenário e pela majestade de seu propósito. (BEARDSLEY, 1982, p. 227, tradução nossa)

Percebe-se então uma série de fatores: a) a localização da intervenção não é de acesso facilitado e é praticamente impossível apreender toda sua dimensão pela fotografia: o próprio artista, em entrevista² afirmou preferir que vinte ou trinta pessoas vissem seu trabalho em sua totalidade presencial em um ano do que muitas pessoas o vissem parcialmente por fotografias; contudo, o mesmo Maria realiza uma série de experiências de mediação de sua obra, incluindo a fotografia; b) pode-se dizer que todos os aspectos da proposta foram pensados para causar impacto no espectador: desde sua dimensão à manipulação das noções de espaço, tempo e clima.; c) o espectador que procura *The lightning field* se depara com sua correlação com o acaso: nas condições planejadas pelo artista, toda a potência de uma tempestade de raios seria reunida nesse espaço delimitado, criando um verdadeiro show de luz e sombra, revelando a proporção diminuta do ser humano frente a uma força que transcende o limite entre céu e terra. Contudo, vista sob o sol forte do deserto, a obra se tornaria quase invisível, podendo ser reconhecida apenas ao amanhecer e ao crepúsculo.

² A entrevista referida foi citada por McFadden (2009, p. 71), tendo sua primeira publicação no *The New Yorker*, em 5 de fevereiro de 1972, p. 42.

Imagem 1: DE MARIA, Walter. *The lightning field*, 1971-1977. Capa da revista *Artforum*, abril de 1980.



Fonte: Fotografia de John Cliett. Revista *Artforum*, abril, 1980. Disponível em: <<https://www.artforum.com/print/198004/the-lightning-field-35819>> Acesso em: 18 maio 2018.

Essas questões nos levam a retomar a teoria de Burke (1993) sobre o sublime, onde nos aponta algumas de suas fontes. Em *The lightning field* é possível observar ao menos três delas: a *infinitude*, a *sucessão* e a *uniformidade*. Esses aspectos foram definidos da seguinte forma: “[...] a infinitude tem uma tendência a encher o espírito daquela espécie de horror deleitoso, que é o efeito mais natural e o teste mais infalível do sublime.” (BURKE, 1993, p. 78) Ou seja, a sensação do indivíduo de estar diante de um objeto infinito, ou que o pareça, é dual entre o deleite e o horror, por presenciar algo tão grandioso e por perceber sua pequenez frente a ele. Essa infinitude natural pode ser replicada de forma artificial utilizando-se das duas outras fontes:

A sucessão e a uniformidade de partes constituem o infinito artificial. 1. *Sucessão*: ela é condição indispensável para que as partes possam seguir-se por tanto tempo em uma direção tal que, por seus repetidos estímulos sobre os sentidos, inculquem na imaginação uma ideia de sua continuidade para além de seus limites reais. 2. *Uniformidade*: porque se as formas das partes mudam, a imaginação, a cada mudança encontra um obstáculo; sois exposto a cada alteração, ao término de uma ideia e ao início de outra, o que resulta na impossibilidade de continuar aquela progressão ininterrupta que é o único meio capaz de imprimir em objetos limitados o caráter de infinitude (BURKE, 1993, 79-80).

Voltando à descrição de Beardsley, observa-se em *The lightning field* a planejada sucessão das formas, sendo elas idênticas, colocadas a mesma distância umas das outras. A extensão da obra também é proposital. Vê-se, nesse aspecto a herança dos minimalistas na obra de Maria, pois, em negação à pintura gestual e buscando a impressão de equilíbrio: “[...] introduziram um cubo epistemológico; este simbolizou um compromisso com a clareza, com o rigor conceitual, a literalidade e a simplicidade. Eles desejavam desviar a arte para um rumo alternativo de metodologias mais precisas, medidas e sistemáticas.” (GABLIK, 2000, p. 212) No caso de Maria, o rigor matemático se aplica em uma forma cúbica não somente em negação à expressão, mas em um sentido de criação de *infinitude*:

[...] A implicação do infinito é reforçada por uma sequência matemática clara e inteligente: o número de postes no lado do quilômetro equivale a quatro ao quadrado; no lado da milha, cinco ao quadrado; o número total de postes é vinte ao quadrado. Pode-se extrapolar uma grade infinita de sua fórmula (BEARDSLEY, 1982, p. 228, tradução nossa).

A combinação de sua grande escala – de uma milha por um quilômetro – com a magnitude de poder atraída pelo raio, reforça no espectador a sensação de estar diante do sublime ao percorrê-la. Pois, quando atingida por este, a percepção de distinção entre céu e terra é afetada, ganhando dimensões horizontais e verticais, tendo o espanto potencializado pela proximidade de seu poder devastador. Essa condição influencia outro aspecto apontado por Burke: uma extensão horizontal dificilmente causará o mesmo impacto que a mesma extensão vertical. Ou seja, *O campo relampejante* (tradução livre para o título da obra) visto a luz do dia em sua horizontalidade gera a sensação de infinitude, mas essa é elevada ao seu potencial máximo quando associada a verticalidade do raio. Beardsley reforça essa noção afirmando que:

[...] Sua imagem central é poder - o poder às vezes letal do raio. As condições de solidão e silêncio são parte integrante da experiência do trabalho; é vasto, tanto em suas próprias dimensões quanto no cenário que emprega. E em toda parte é a implicação do infinito. Os postes estão em sucessão imponente, uniformes em altura e na distância entre eles. À medida que diminuem à distância, criam os postes telefônicos ilusórios ou trilhos de trem - uma progressão sem fim. [...] O infinito também está literalmente em evidência, se não na propagação horizontal da terra, depois nos domínios extraterrestres para os quais a obra aponta enfaticamente (BEARDSLEY, 1982, p. 228, tradução nossa).

Sendo assim, a proposição de Burke de que o sublime se afirma pelo sentimento de dor/medo/horror e pela grandiosidade se aplicam a proposta. Vale observar, então, que o espectador não encontrará na composição de Maria um objeto suave, gentil e agradável, que

suscita o belo. Pelo contrário, será evocado o assombro, que, para além da capacidade racional humana, é tido como efeito máximo do sublime, e que em níveis secundários gera admiração, reverência e respeito. *The lightning field* cria uma associação muito perspicaz entre a construção artificial do infinito e a potência natural de grandiosidade.

A postura do espectador não é mais a de observador passivo. Primeiramente, ele deve procurar a obra, percorrer longas distâncias para apreciá-la; quando a encontra, pode se deparar com o invisível e/ou com o sublime; não há uma representação ou alusão direta a qualquer coisa extrínseca a obra, o que gera a necessidade de uma cognição específica sobre a mesma; em vias finais, esse indivíduo irá se colocar de forma interativa em uma infinitude espacial construída, o que extrapola completamente as noções de neutralidade e afastamento. O indivíduo que interage com esse tipo de intervenção artística sente, de forma mais acentuada, a ação da natureza. É como se sua existência naquele local potencializasse a observação das características ambientais, o que destaca que:

Apesar das obras só serem visitadas por artistas ou por pessoas extremamente ligadas à questão, a Land Art não é uma arte voltada para si mesma, na medida em que incorpora a esfera pública de forma explícita, reinventando, enquanto produto da cultura, outras modalidades de relação da arte com a natureza, não mais baseadas na representação (FERREIRA, 2000, p. 187).

As intervenções de Maria e da *land art* de modo geral não deixam de predispor a apreciação para sua concretização enquanto arte. Porém, o espectador precisa também situar-se nas convenções aplicadas para que possa interagir com as propostas, não enquanto representação, mas como parte do espaço e da natureza. Esse tipo de “obra” caminha no sentido de afastamento proposital do lugar da arte também ao dispensar a mediação com a natureza pela técnica representacional, levando o espectador a observar diretamente a paisagem e/ou as ideias que quer se transmitir por meio dela. Essa condição é colocada já na fase de projeto da obra, na qual se espera a proximidade daquele que a observa:

O modo como a obra é vista não extrínseco à sua condição e significado, mas parte destes. Em suas anotações para o trabalho, Maria salienta, por exemplo, que observar *Campo Relampejante* do alto não teria nenhum valor, uma vez que a relação entre céu e terra é muito importante; a centralidade dessa relação é claramente visível do solo, especialmente quando o relâmpago tão comum naquela área, vem se bifurcando pelo ar (ARCHER, 2012, p. 99-100).

Vemos, na análise de Berleant sobre a construção filosófica de Kant, que “[...] a apreciação para a estética tradicional requer uma atitude especial, uma atenção desinteressada e contemplativa de um objeto para seu próprio bem.” (BERLEANT, 2004, p. 77, tradução nossa)

Ou seja, mesmo uma postura neutra é dotada de sentido: o afastar-se, sem sentimento ou razão, torna possível a satisfação estética. Por conseguinte, o bem-estar na apreciação faz o indivíduo considerar o objeto belo, o que faz com que tal postura seja mantida por séculos. Observa-se então que a neutralidade, apontada por Kant como característica do espectador na estética tradicional, é rompida pela *land art*.

A chamada arte contemporânea voltando-se para esse aspecto, propõe além do óptico, o engajamento do espectador de outras formas. É possível observar que “[...] essa mudança ocorreu em particular nas práticas conceituais e foi fundamental para o potencial crítico do trabalho associado ao termo. O potencial cognitivo e filosófico da arte e sua diferenciação da cultura visual em geral estavam em jogo.” (MCFADDEN, 2009, p. 71, tradução nossa) Colocando seu trabalho alinhado a essa arte conceitual, Maria irá levar a crítica ao visual a um nível específico, desafiando-o por meio da adoção do invisível enquanto elemento da obra. Firmando-a nas experiências da arte que não são visivelmente articuladas – como o exemplo dos *merchants* modelos citado anteriormente. São inúmeras as propostas do artista que realizam jogos dos mais variados, indo de ilusões complexas a ideia de “agora você vê, agora não vê”. Sendo parte dessa arte conceitual, que por desdobramento se associa a *land art*, a obra de Maria predispõe uma invisibilidade filosófica nata, à medida que ela é gestada e pormenorizada em primeira instância de maneira inteligível e é impossível ver o que outras pessoas pensam.

Buscando outras intervenções de Walter de Maria como *Earth Room* (1968), e *The Vertical Earth Kilometer* (1977) vemos mais uma vez a aplicação desses preceitos do sublime: a primeira consiste no preenchimento da galeria de Heiner Friedrich em Munique até um metro e meio de altura com terra. “Não havia maneira de ver toda a galeria a partir da entrada e assim muito da obra tinha que ser imaginado ou aceito sem discussão, como a paisagem de onde os materiais haviam sido retirados.” (ARCHER, 2012, p. 98) A segunda proposta, exposta em Kassel, Alemanha, era composta de uma barra de latão de dois quilômetros enterrada verticalmente de forma a revelar apenas uma superfície de duas polegadas de diâmetro. “Apesar do seu material e tamanho, a obra existe principalmente na mente do espectador, embora essa existência seja consideravelmente intensificada pelo conhecimento de que tão grandiosa concepção, foi, de fato, levada a cabo.” (SMITH, 2000, p. 229) Nessas duas ocasiões, Maria concretizou as noções de sublime de Kant: a grandiosidade das obras existe, exposta ou escondida, mas depende da imaginação e crença do espectador para se consolidar. Então, o sublime está posto não em sua materialidade, mas em sua forma mental.

A inexistência de fronteiras – do espaço em sua condição natural, não política ou cultural – é o que havia levado Kant, séculos antes, a perceber o sublime na natureza. Essa força grandiosa e incontrolável que não podia ser manipulada pela estética tradicional. O caráter catastrófico da natureza do século XX carrega ainda essa condição de poder para além da capacidade humana. É interessante perceber que em ambos os momentos se destaca que o sublime está presente não na natureza em si, mas em nossa mente, no significado da razão, que implica no sentido de intencionalidade. Diferentemente da contemplação neutra proposta pela estética tradicional, o sublime necessita envolvimento físico e cognitivo.

Imagem 2 – DE MARIA, Walter. *The Vertical Earth Kilometer*, 1977



Fonte: Fotografia de Nic Tenwiggenhorn. 2014. Disponível em: <<https://www.diaart.org/visit/visit/walter-de-maria-the-vertical-earth-kilometer-kassel-germany>>. Acesso em: 19 maio 2018.

Considerações Finais

Investigando as contribuições estéticas dos artistas da *land art*, com foco especial para as obras de Maria, é possível perceber uma série de fatores que os diferem da concepção tradicional do artista enquanto gênio criador e da sua obra como objeto de exposição e venda, em sua aura de autenticidade. Esses e outros elementos corroboram para a afirmação de que: “A contemporânea *land art* dificilmente pode ser descrita como uma forma de arte convencional.” (BEARDSLEY, 1982, p. 232, tradução nossa) Não ser convencional não leva, contudo, essa reconfiguração da arte a um lugar estritamente *inovador*, uma vez que foi possível observar pela

análise de algumas intervenções, que a *land art* “[...] tem suas raízes, no entanto, na tradição de manipulação em grande escala da paisagem para fins estéticos, uma tradição que remonta pelo menos a Le Notre em Versalhes.” (BEARDSLEY, 1982, p. 232, tradução nossa) Sendo assim, não se cria uma nova estética, mas se utiliza do sublime e pitoresco de forma aplicada à arte, e não mais unicamente com vias a contemplação da natureza.

Tal condição de apressamento pelo sublime e pitoresco, em seu lugar tradicional no campo da estética, ocorre não pela incapacidade criativa do artista, mas porque a busca pelo progresso e inovação havia sido levada à exaustão até as vanguardas modernistas. O retorno ao sublime, já evocado séculos atrás pelos jardins e parques europeus, pode ter sido uma via conhecida em sentido estético que permitiu a libertação das estruturas formais e da objetificação da arte. Ao afastar-se de objetos criados com a finalidade específica de “obras de arte”, a *land art* aproxima-se do cotidiano, tanto nos objetos quanto nos gestos. Intervenções como *The lightning field*, tornam explícitas e estéticas ações cotidianas de construção e destruição do tempo e espaço. Datando e conceituando atos diários, como o nascer e o pôr do sol, tempestades e caminhadas, que, de outra forma, passariam despercebidos a olhares distraídos ou atarefados. Algumas propostas são como pausas. Levam-nos a pensar sobre coisas que estão dadas, mas que fogem à nossa atenção. As propostas da *land art* assumem e apresentam como estéticas e artísticas coisas banais, como o percurso até o trabalho, uma trilha pelas montanhas ou a deterioração de um edifício. Talvez por isso sejam tão intrigantes: a partir de sua apreciação, toda caminhada ganha ares contemplativos, a arquitetura da cidade torna-se viva, os processos da natureza são dotados de uma capacidade quase mágica de instigar a reflexão sobre os mais variados temas. Somos levados a pensar que a arte, após sua morte, torna-se viva, randômica, andarilha e inquieta.

Walter de Maria, em *The lightning field*, reúne as três fontes do sublime, definidas por Burke, enquanto sucessão, uniformidade e infinitude. A união desses fatores e o caráter da intervenção levam o espectador a transitar entre um estado de espírito maravilhado e temeroso de sua potência. Além disso, *The lightning field* suscita uma das grandes questões formais da *land art* e de outras propostas contemporâneas, fazendo refletir sobre a horizontalidade da terra, os limites entre ela e o céu e da própria obra de arte no espaço. As possibilidades analíticas a partir dessa intervenção, do conceito de sublime e da relação entre arte e natureza na *land art* (brevemente abordada nesse artigo) são inúmeras. Detivemo-nos à questão do sublime, especialmente da abordagem de Burke e Kant, na tentativa de debater, mesmo que parcialmente algumas dessas possibilidades.

Referências bibliográficas

- ARCHER, Michael. **Arte contemporânea: uma história concisa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- BEARDSLEY, John. Traditional Aspects of New Land Art. In: **Art Journal**, v. 42, n. 3, Earthworks: Past and Present, 1982. p. 226-232. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/776583>> Acesso em: 17 maio 2018.
- BERLEANT, Arnold. The aesthetic of art and nature. In: _____; CARLSON, Allen. (org.). **The aesthetic of natural environments**. Mississauga: Broadview Press LTDA., 2004.
- BURKE, Edmund. **Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campina: Papyrus, 1993.
- FERREIRA, Glória. Land Art: paisagem como meio da obra de arte. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Coord.). **Paisagem e arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar**. São Paulo: CBHA/CNPq/FAPESP, 2000, p. 185-188.
- FREITAS, Artur. A literalidade e os modos do moderno do início do século XX. In: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 17, n. 30, p. 227-243, jan-jun. 2015. Disponível em: <http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF30/20_A_literalidade_e_os_modos_do_moderno.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- GABLIK, Suzi. Minimalismo. In: STANGOS, Nikos (org.). **Conceitos da arte moderna**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- KANT, Immanuel. Observações sobre o sentimento do belo e do sublime. [1764]. Tradução de R. Kempf e Vrin. In: RIBON, Michael. **A arte e a natureza**. São Paulo: Papyrus, 1991a.
- _____. A crítica do juízo. [1790]. Tradução de Philonenko e Vrin. In: RIBON, Michael. **A arte e a natureza**. São Paulo: Papyrus, 1991b.
- KASTNER, Jeffrey. Preface. In: _____ (edit.). **Land and environmental art**. Londres: Phaidon Press, 2015.
- MCFADDEN, Jane. Earthquakes, Photoworks, and Oz: Walter de Maria's Conceptual Art. In: **Art Journal**, v. 68, n. 3, 2009. p. 68-87. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25676492>> Acesso em: 19 maio 2018.
- SMITH, Roberta. Arte conceitual. In: STANGOS, Nikos (org.). **Conceitos da arte moderna**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

Progressão do conhecimento histórico: um olhar sobre a produção brasileira (2014-2019)¹

Progression of historical knowledge: a look at Brazilian production

Matheus Oliveira da Silva

Licenciado em História

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

matheos_oliveira@hotmail.com

Recebido em: 05/08/2019

Aprovado em: 11/12/2019

Resumo: Este texto tem como objetivo apresentar um olhar sobre a produção de historiadores brasileiros a respeito da progressão do conhecimento histórico, observando possíveis definições, características do conceito, as identidades profissionais dos autores e suas principais referências teóricas, entre os anos de 2014 e 2019, chamando a atenção para a forma como a progressão tem sido tratada no Brasil. Para isso, recorreu-se a um levantamento bibliográfico da produção de historiadores e constatou-se, ao fim, que nossa produção é pontual, devido à escassez de reflexões e estudos sobre progressão; utiliza-se majoritariamente de referências internacionais de diferentes áreas – onde o assunto é amplamente consolidado em universidades, órgãos públicos e instituições de pesquisas – e que é necessário estabelecer um diálogo entre teoria da história, teorias da aprendizagem e estudos de progressão para pensá-la a partir da História.

Palavras-chave: Progressão; conhecimento histórico; Brasil.

Abstract: This work presents a look at Brazilian production about the progression of historical knowledge, exploring authors and references. This task is part of the research Progression of historical knowledge in the first version of the BNCC, was undertaken from a bibliographic study and aims to provide parameters for the insertion of this research in the production on the subject, as well as draw attention to how progression has been addressed in Brazil. Finally, our production is punctual, due to a lack of reflections and studies on progression; is used mainly for international references from different areas - where the subject is widely consolidated in universities, public agencies and research institutions - and that it is necessary to establish a dialogue between theory of history, theories of learning and studies of progression to think it from history.

Key-words: Progression; historical knowledge; Brazil.

¹ Este texto contempla a revisão bibliográfica da pesquisa intitulada *Progressão do conhecimento histórico na primeira versão da BNCC*, orientada pela Prof.^a Dr.^a Margarida Maria Dias de Oliveira (UFRN), desenvolvida por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e financiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PROPESQ/UFRN).

Introdução

Com quantos anos deveríamos começar a estudar História? O que nossa idade e nossas características cognitivas têm a ver com o quando, como e para quê estudar História? Em que aquilo que aprendemos se relaciona com o que foi e será aprendido? Quais competências e habilidades mobilizamos ou deveríamos mobilizar? E como deveríamos aprender aos 10 e aos 60 anos de idade? Essas e outras perguntas possuem, é claro, múltiplas respostas. Porém, há um prisma pelo qual se pode procurá-las com mais nitidez. Este prisma é o da “progressão do conhecimento” (histórico). Para Freitas, a progressão se traduz em “formas de distribuição criteriosa dos conhecimentos e habilidades relativos a determinada matéria” (FREITAS, 2014, p.148).

Se desmembrarmos essa definição, seria possível inferir que as séries ou as fases de ensino representariam a “distribuição” e que “criterioso” seria o estabelecimento de objetivos dentro delas. O conceito de “revolução”, aplicado, por exemplo, à compreensão do que foi a Revolução Francesa, e a análise de fontes como meio para empreender tal compreensão, seriam os “conhecimentos” e “habilidades”. A História seria, conseqüentemente, a “determinada matéria”.

O exercício de aplicar cada elemento da definição de Freitas à História ocorre por lidarmos com um conceito aberto e não proposto para uma ciência de referência específica. Partindo disso, pode-se explicar por que o adjetivo “histórico” do prisma da progressão encontra-se entre parênteses: temos uma definição por fazer.

Mas, então, o que já temos feito? Em face da demanda colocada acima e do questionamento posterior, este texto tem como objetivo apresentar um olhar sobre a produção de historiadores brasileiros a respeito da “progressão do conhecimento histórico”, observando possíveis definições, características do conceito, as identidades profissionais dos autores e suas principais referências teóricas. Recorreu-se a trabalhos de diferentes níveis, como artigos e dissertações, o que resultou num conjunto de seis referências que, por suas datas de publicação, demarcaram o período entre 2014 e 2019 como recorte temporal desta análise.

Constituem, assim, nosso *corpus* os textos: *Progressão da aprendizagem do conhecimento histórico nos currículos prescritos de social studies dos EUA (1995-2012)* de Máira Ielena Cerqueira Nascimento; *A progressão do conhecimento histórico na educação básica: dilemas da transição entre os níveis fundamental e médio* e *Progressão do conhecimento histórico entre o ensino fundamental e o ensino médio: um olhar sobre o livro didático*, ambos de Flávia Caimi e Sandra Regina de Oliveira; *Formação da Consciência Histórica a partir das ideias de progressão do Livro Didático: uma proposta de pesquisa com estudantes do Ensino Fundamental II*, escrito

por Aaron Sena Cerqueira Rei; *Progressão dos conteúdos históricos em currículos nacionais da América, Europa e Ásia (1995-2012)*, de Itamar Freitas; e *Progressão do conhecimento histórico*, de Flávia Caimi.

Esta seleção obedeceu aos seguintes critérios: 1) ter como autor ou autora profissionais de história e 2) tratar da progressão do conhecimento histórico². Tais orientações revelam uma posição clara. Chama-se a atenção para o fato de que ter a História como referência implica na possível revisão de definições sobre progressão, seus fundamentos teóricos, suas abordagens e suas estratégias, encarregando os historiadores da tarefa de definir o que é necessário para aprender História e como alcançar este objetivo ao longo das diferentes fases do ensino. Em suma, defende-se que é possível falar em progressão a partir da História e que, mais do que isso, é dever do historiador fazê-lo.

Progressão do conhecimento: diferentes tratos e a ausência de um consenso

A discussão sobre progressão é feita a partir de diferentes objetos e objetivos. Por isso, dividimos nossa análise em tipos de produção, oferecendo um panorama sobre cada trabalho, para ao final termos um balanço dessa produção³.

Trabalhos de Pós-Graduação

Do conjunto aqui relacionado, apenas *Progressão da aprendizagem do conhecimento histórico nos currículos prescritos de social studies dos EUA (1995-2012)*, de Máira Ielena Cerqueira Nascimento, é um trabalho desenvolvido em Pós-Graduação. Esse primeiro aspecto é importante para destacar que o tema ainda não aparece em estudos de História neste nível de ensino, uma vez que o trabalho de Nascimento foi defendido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe.

A maneira como a autora aborda o estudo da progressão é similar a Freitas (2014), uma vez que fora sua orientanda. Seu foco, não obstante, é o currículo norte americano. Uma das principais contribuições de Nascimento (2015) é ratificar a necessidade de conhecer, para além da História, os sujeitos – em suas idades e maneiras de pensar – aos quais se ensina. Junto a Freitas, corrobora para demonstrar que nos currículos são as expectativas de aprendizagem as detentoras da estrutura da progressão.

² O critério aqui é semântico, ou seja, textos que se propunham a tratar, como fosse, de “progressão”, uma vez que o que entendiam como tal era justamente, dentre outras coisas, o que nos interessava descobrir.

³ Acredita-se que dividir os trabalhos desta maneira ressalta quais patamares o tema da progressão tem alcançado entre os historiadores, demarcando sua relevância ou não.

Artigos

O texto de Reis (2015) é parte de seu trabalho de doutorado⁴. Embora seu objetivo geral da tese seja compreender a formação da consciência histórica em livros didáticos de História, o texto em questão trata dos conceitos de Didática da História alemã e Educação Histórica Inglesa. Sua pesquisa, aqui, poderia ser entendida como uma tentativa de identificar quais elementos epistemológicos da História podem ser fundamentais à compreensão sobre como os estudantes progredem. O autor trabalha com a ideia de que o livro didático de História considera a variação de progressão do conhecimento histórico para estruturar, sequenciar e distribuir seus conteúdos. Com isso, Reis reafirma que a progressão do conhecimento histórico deve pautar-se em conceitos e reflexões de natureza históricas.

Ainda sobre o livro didático, Caimi e Oliveira são autoras de dois textos que tratam da questão, sob duas vertentes. Num primeiro momento, buscam visualizar a progressão na transição entre o ensino fundamental e médio por meio de diretrizes curriculares como as DCN e o livro didático – projeto gráfico editorial e ordenação dos conteúdos. Neste trabalho em específico, chama a atenção a ideia de que o tempo é uma categoria essencial para ordenar a progressão no ensino. No tempo estão inclusos os pressupostos de avaliar qual a idade dos estudantes, suas estruturas mentais e sociais, além de evidenciar a necessidade de seleção de conteúdos a partir dos objetivos visados. Feito isso, poderá se observar a progressão pelos conhecimentos selecionados, a organização temporal escolhida e os recortes temáticos (CAIMI; OLIVEIRA, 2017, p. 536).

Agora, tratando exclusivamente dos livros didáticos, ambas as autoras retomam os pressupostos apontados, afirmando que

A noção de progressão não se limita a registrar a apropriação de conceitos substantivos da História (Ditadura Militar, Revolução Francesa, Independência do Brasil), e sim volta-se predominantemente para os chamados conceitos de segunda ordem, como causalidade, empatia, mudança, cuja apropriação se dá pela mobilização de noções como evidência, explicação, narrativa, dentre outras. Nessa perspectiva, sem prescindir do conhecimento histórico em si (conceitos substantivos), busca-se, na potência da noção de progressão, a possibilidade de compreender como se constroem e desenvolvem as ideias dos alunos acerca do passado, como essas ideias se transformam no decorrer dos processos de aprendizagem escolar, das séries, ciclos e segmentos de escolarização (CAIMI; OLIVEIRA, 2017, p.487)

⁴ Apesar disso, foi classificado na condição de artigo porque é justamente com um que se trabalha aqui.

Para isso, o ensino deve estar estruturado de maneira que descobrir o que é proposto acima seja uma tarefa viável. A composição da progressão nos livros didáticos, por exemplo, deve ser pautada no “ordenamento”, na “sequência”, na “continuidade” e na “gradualidade”⁵. É também a partir desses elementos que as autoras percebem as ideias de progressão.

Livros

Não há nenhum livro, até o momento, sobre progressão do conhecimento histórico produzido no Brasil por um historiador brasileiro. O que se encontrou foi um capítulo de livro, de autoria de Freitas (2014), intitulado *Progressão dos conteúdos históricos em currículos nacionais da América, Europa e Ásia (1995-2012)*, onde é possível encontrar a mesma definição que foi apresentada na introdução deste texto e com a qual se concorda, caso queiramos ter um ponto de partida.

Para o autor, a progressão tem sido entendida como objeto da Didática, enquanto na História essa ideia é apenas compreendida como a passagem do simples ao complexo. Analisando os currículos da Argentina, Chile, Índia, Tailândia, Inglaterra e França, o autor percebe que, apesar de todas as diferenças, de fato a ideia da referida passagem é o que marca a elaboração dos currículos, mas contando sempre com estratégias para mobilizar determinadas habilidades. Outro aspecto fundamental é que tudo isso está condicionado aos objetivos atribuídos ao ensino de História em cada país, logo, a progressão não existe por natureza, mas é consequência de um projeto de formação humana e cidadã (FREITAS, 2014, p. 159, 169).

Finalmente, o verbete de Flávia Caimi (2019), *Progressão do conhecimento histórico*, encerra esse ciclo de análise trazendo importantes contribuições para as discussões sobre progressão, porém também não é propositivo em fornecer uma definição categórica do que estamos entendendo como tal. A autora se aproxima dessa tarefa ao afirmar que

a progressão pode ser caracterizada por diferentes competências, como capacidade de fazer ligações e conexões dentro e entre períodos históricos; aprofundamento gradativo do domínio de conteúdos substantivos; maior compreensão e proficiência no uso de instrumentos de análise histórica, os chamados conceitos de segunda ordem; crescente capacidade de aplicar conhecimentos e mobilizar estratégias de compreensão conceitual em diversos textos e contextos históricos; ampliação do domínio da narrativa histórica, com o aprimoramento gradual da habilidade de comunicar o conhecimento por meio de linguagem adequada e pertinente ao campo (CAIMI, 2019, p.211, 212)

⁵ Ou seja, deve haver uma relação lógica e sequenciada entre os elementos do livro (textos, imagens, atividades etc.) que parte de um ponto a outro, sendo modificada progressivamente.

Para compreender melhor o que o texto em questão estabelece em relação à progressão, atentemo-nos aos seguintes trechos:

A noção de progressão não se limita a registrar a apropriação de conteúdos substantivos da história (Ditadura Militar, Revolução Francesa, Independência do Brasil), e sim volta-se predominantemente para os chamados conceitos de segunda ordem, como causalidade, empatia, mudança, cuja apropriação se dá pela mobilização de noções como evidência, explicação, interpretação, relato, narrativa, entre outras (CAIMI, 2019, p. 211)

Nessa perspectiva, sem prescindir do conhecimento histórico em si (conteúdos substantivos), busca-se na potência da noção de progressão a possibilidade de compreender como se constroem e desenvolvem as ideias dos alunos acerca do passado, como essas ideias se transformam no decorrer dos processos de aprendizagem escolar, das séries, ciclos e níveis da escolarização (CAIMI, 2019, p. 211)

A progressão pode dar conta de definir padrões gerais de mudança a respeito dos modos como os estudantes se apropriam de ideias históricas cada vez mais poderosas e, com isso, ajudá-los a desenvolver uma mente histórica disciplinada. Essa mente disciplinada implica o domínio dos conceitos históricos, o que não pode ser alcançado sem o esforço por realizar uma profunda compreensão do passado, estimulando os estudantes para a investigação rigorosa. (CAIMI, 2019, p. 211)

Observando cada citação, respectivamente, a autora estabelece qual é o “objeto”, qual a “função” e, finalmente, quais as “potencialidades” da progressão. Assim, nos restam algumas questões. É inegável que esses elementos são imprescindíveis para qualquer reflexão que queira tomar a progressão como objeto. O que não é possível identificar é uma definição. Além de partirmos de uma referência do que seria “progressão”, como a articulação dos conceitos de segunda ordem e do método histórico poderiam ser incorporados à progressão em História?

Contrastando diferentes tratos

Demonstrado como os trabalhos acima se relacionam com a progressão, é preciso apreender como se relacionam dentro de um espaço de produção cujo tema/objeto é o mesmo e quais características podem ser enumeradas para visualizar como tem-se constituído um campo de estudos sobre progressão em História no Brasil.

Enquanto Freitas (2014) e Nascimento (2015) voltam seus olhares para os currículos, os demais autores olham para o livro didático. Se para Caimi e Oliveira (2014; 2017) o que se deve observar no livro didático, a respeito da progressão, são as imagens ou o tamanho da fonte, nos currículos, ressalta Nascimento, são os comandos. Essa pluralidade é considerada positiva, pois

permite compreender diferentes objetos como espaços onde residem estratégias diversas de progressão do conhecimento, como os comandos, as atividades, as imagens e os conceitos.

Cada autor, do conjunto de trabalhos analisados neste texto, apresenta uma percepção sobre a progressão. Contudo, parece ser comum que há aspectos pelos quais esta pode ser organizada e estudada e todos utilizam-se de pressupostos da História, mas não dissociando-os de outros conhecimentos, como aponta o texto de Reis (2015). Ou seja, há uma clara afirmação de que se deve tomar por base os conceitos históricos, os objetivos de uma aula de História, relacionar a História a um projeto de formação maior e que, dentro da própria História, é necessário formular a progressão por elementos da Teoria da História – como o conceito de tempo, por exemplo – e as Teorias da Aprendizagem – como as noções de ordenação e sequência. Uma das hipóteses para isso está na maneira como se discute o assunto e quem o faz. Segundo Caimi e Oliveira

as discussões neste domínio não podem mais prescindir do diálogo entre a ciência de referência, a psicologia cognitiva e a cultura escolar, por mais difíceis que sejam os deslocamentos epistemológicos e metodológicos, ou por mais desconfortáveis que possam parecer as pesquisas em zonas de fronteira disciplinar (CAIMI; OLIVEIRA, 2017, p.522).

Ainda segundo as autoras, “no Brasil, o debate sobre a progressão não vem ganhando a atenção que se julga compatível com a importância da questão” (CAIMI; OLIVEIRA, 2017, p.487). Já para Freitas, a literatura nacional não discute a progressão em História (FREITAS, 2014, p. 148). Todos esses apontamentos podem relacionar-se com o fato de que apenas seus trabalhos – dos aqui citados – tocam na progressão.

É muito mais coerente compreender o recente interesse pelas questões próprias da progressão como uma aproximação dos historiadores com intelectuais da teoria da história que discorrem sobre o ensino e aprendizagem a partir da ideia de progressão, como será explicitado mais adiante. Reflexo disso seria que os historiadores brasileiros têm percebido que o tema é tratado, em outros países, por meio das ciências de referência. Mas essa é apenas uma hipótese com a qual se trabalha. A outra são as mudanças recentes que vêm ocorrendo na educação nacional – Plano Nacional da Educação, Base Nacional Comum Curricular, Programa Nacional do Livro Didático, Reformas das Licenciaturas, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – que teriam impulsionado uma maior reflexão sobre o ensino, seus objetos, métodos, áreas de interesse e etc.

Mesmo assim, a justificativa para o estudo da progressão não aparece com frequência. Isso se contrasta ao que Caimi e Oliveira afirmam a respeito da incumbência de pensar a progressão:

Na medida em que o Estado brasileiro assume a tarefa de estender a educação obrigatória dos quatro aos dezessete anos e de integrar três níveis de escolarização numa mesma etapa, no caso, a educação básica, há que providenciar o manejo de ações coordenadas entre os níveis e a articulação entre os agentes educativos (CAIMI; OLIVEIRA, 2017, p.484)

As mesmas autoras ainda afirmam que “[...] delega-se à União a incumbência de coordenar a política nacional de educação de forma a articular os diferentes níveis e sistemas (LDB – Art. 8º, 1º)” (CAIMI, OLIVEIRA, 2014, p.524). São elas, portanto, quem parece estar chamando a atenção à tarefa do Estado em assegurar as condições para que a progressão seja bem estruturada. Isso se reflete no fomento a pesquisas sobre o tema e o envolvimento de especialistas no desenvolvimento de políticas educacionais e curriculares, por exemplo.

Uma possível explicação para isso é que, até encontrar um consenso que afirme a necessidade do Estado coordenar essas ações de progressão – da maneira descrita acima –, os próprios profissionais de História precisam estar convencidos que também é dever deles falar a partir dela, o que, como demonstra a escassa produção, ainda não aconteceu.

Quem tem produzido sobre progressão do conhecimento histórico no Brasil?

Embora os autores de cada texto já tenham sido citados, este tópico é reservado a apresentar com mais precisão o perfil de quem tem se disposto a escrever sobre o tema abordado neste estudo. Isso decorre do entendimento de que, na academia, a reivindicação sobre o pioneirismo em determinado debate, a origem dos primeiros trabalhos e a especialização em algo, por exemplo, acabam por legitimar indivíduos ou grupos dentro de uma memória historiográfica e visando benefícios como angariar recursos, instituir locais e pessoas como referência em um tema. É de fundamental importância, portanto, mapear quem e de onde se fala sobre progressão do conhecimento histórico no Brasil.

O primeiro ponto é que a produção sobre o assunto está, aparentemente, na academia. Não se encontram relatos de professores de História que atuam na educação básica. Isso em virtude da inexistência dessa reflexão na formação de professores no Brasil. Contudo, se faz necessária para salientar que a progressão deve fazer parte da prática docente e, assim sendo, poder-se-á falar sobre ela.

A consequência direta do exposto acima é que são os professores universitários e pesquisadores quem têm falado de progressão do conhecimento histórico no Brasil. Mesmo sendo todos historiadores de formação, destes, apenas Cainelli e Oliveira, são professoras lotadas em departamentos de História, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 1 – Perfil profissional dos autores

Autor	Graduação	Mestrado	Doutorado	Vínculo profissional	Instituição
Itamar Freitas	História	História	Educação e História	Professor - Edu.	UFS
Marlene Cainelli	História	História	História	Professora - Hist.	UEL
Maria Auxiliadora Schimidt	História	Educação	História	Professora - Edu.	UFPR
Sandra Regina Oliveira	História	Educação	Educação	Professora - Hist.	UEL
Maira Ielena Nascimento	História	Educação	-	Coordenadora de Políticas Educacionais	Secretaria Municipal de Educação de Aracajú
Aaron Sena C. Reis	História	Educação	Educação	-	-

Fonte: Plataforma Lattes

Reis, assim como Nascimento, foi orientado por Freitas no mestrado, porém seu trabalho não estava relacionado à progressão. Apenas em seu doutorado, orientado por Katia Abud, que o autor adentra o tema. Porém, é importante notar como Reis e Nascimento estão ligados a Freitas, o que talvez aponte para um pequeno polo de onde poderiam surgir mais estudos sobre progressão. Os dois últimos, aliás, são os únicos do Nordeste que, de lá mesmo, falam sobre progressão, uma vez que Reis desenvolve seu trabalho na USP.

Quem são as referências para os autores brasileiros?

Como demonstrado, a produção sobre progressão do conhecimento histórico no Brasil por parte de historiadores é localizada. Os poucos nomes e trabalhos dão subsídios para compreender esta pauta como algo não consolidado no meio dos profissionais da área, até mesmo entre os que discutem ensino. Assim, quem são as referências desses autores? Para esta resposta, foi feito um levantamento a partir das referências utilizadas por cada autor dos textos aqui analisados⁶.

⁶ Cada autor citado no *corpus* dos textos foi elencado nesta tabela, assim, ela não representa um levantamento da bibliografia, mas sim do cerne do quadro teórico de cada artigo.

Tabela 2 – Referências nos estudos de progressão no Brasil por área do conhecimento

AUTOR	TEMA
Lev Vigotsky	TEORIA DA APRENDIZAGEM
Jean Piaget	
Frederic Skinner	
B. S. Bloom	
Jerome Bruner	
Phillipe Perrenoud	
Robin Collingwood	TEORIA DA HISTÓRIA
Jörn Rüsen	
Peter Lee	
Reinhart Koselleck	
Geoffrey Hawthorn	
Oldimar Cardoso	
Isabel Barca	
Itamar Freitas	
Klaus Bergman	PROGRESSÃO
Itamar Freitas	
Kieran Egan	
Peter Lee	
Jörn Rüsen	
Margarida M. D. Oliveira	
Margaret Heritage	
Katia Maria Abud	
Isabel Barca	
Rosalyn Ashby	
Alaric Dickinson	

Fonte: produzido pelo autor

É possível perceber que há, no geral, três grandes blocos que constituem o quadro teórico dos escritos sobre progressão. Eles se dividem em autores que tratam de aspectos da teoria da história, das teorias da aprendizagem e da progressão em si. Isso demonstra que pensar como se progride em história requer um diálogo entre essas áreas do conhecimento.

Existe um grupo de autores brasileiros muito pequeno que aparecem como referências. São eles Kátia Abud, Circe Bittencourt, Itamar Freitas, Margarida Dias e Maria A. Schmidt. Estes são nomes que têm uma vasta produção na área do Ensino de História, portanto, conhecem os dilemas necessários a serem mais trabalhados nas discussões dentro da área, como é o caso da progressão. Porém, destes, Freitas e Margarida Dias são os que apareceram, nos textos lidos, como referências diretas à progressão.

Todos os demais autores da tabela acima são de países onde essa discussão já se encontra consolidada nas academias e nas pastas governamentais especializadas da educação, como nos Estados Unidos e Inglaterra⁷. Isso explica, em parte, sua utilização. Outra hipótese é que a entrada de autores como Lee, Ashby e Rüsen, por exemplo, se deu por meio de outras vertentes de pesquisas dos intelectuais brasileiros, tornando-os, assim, referências.

Considerações finais

Então, por onde começar a estudar a progressão do conhecimento histórico? Seria possível apontar alguns passos importantes, muitos dos quais foram seguidos pelos autores citados neste texto. O primeiro deles é observar as experiências internacionais, como fizeram Freitas e Nascimento. Dada a escassez, no caso brasileiro, esta tarefa pode render significativos questionamentos e reflexões para o ensino de História no Brasil.

Outro passo importante é entender os processos de aprendizagem do conhecimento histórico, ou como se conforma o pensamento histórico. Essas respostas só podem ser encontradas na Teoria da História, associadas diretamente às experiências vividas e analisadas por professores em sala de aula, como demonstraram Reis, Caimi e Oliveira.

Também não se pode abrir mão de alguns pressupostos, tais como o fato de que a progressão deve estar vinculada a um projeto maior, ou seja, deve estar condicionada a um objetivo formativo. Ao mesmo tempo, este objetivo – que no caso brasileiro é a formação de um cidadão

⁷ Como exemplos de instituições que se dedicam às questões da progressão (histórica) temos a *American Psychological Association* e *American Historical Association* nos Estados Unidos, *Association of School and College Leaders* e *Yorkshire History Education Partnership* na Inglaterra. Já para documentos curriculares, temos os *Contenidos Basicos Comunes* na Argentina, os *History - The Statutory National Curriculum for England* na Inglaterra e os *Programmes du collège*, na França. Também podem ser mencionados alguns pesquisadores como Peter Lee na Inglaterra, Jörn Rüsen na Alemanha e Pierre-Philippe Bugnard, na França, por exemplo. Para saber mais, ver: Freitas (2014) e Nascimento (2015).

específico⁸ – é político. Outro importante pressuposto é que o diálogo entre História e Teorias da Aprendizagem é imprescindível e inevitável⁹.

O que é possível notar, a partir dos poucos trabalhos, é que a produção brasileira ainda não está consolidada. No entanto, é fato que tem avançado. Basta visualizar que os poucos historiadores que estão se dispondo a estudar a progressão em História o fazem a partir da ciência de referência. Esta é, acima de tudo, uma posição teórica e política fundamental na delimitação de objetos de estudos e áreas de atuação e pesquisa.

Em síntese, lidamos com um estado da arte localizado geográfica e academicamente no Brasil, que se utiliza de uma bibliografia, no geral, internacional e que percebe a progressão por meio de estratégias como comandos, ordenação de conteúdos, quantidade de habilidades requeridas, entre outros. Se não foi possível encontrar um consenso para uma definição sobre o que seria progredir em História, é certo que os elementos citados constituem a maneira como a progressão pode ser desenvolvida e observada, oferecendo elementos para que, talvez em breve, haja (ou não) uma definição que possa orientar práticas docentes, currículos, materiais didáticos, políticas educacionais, entre outros.

Bibliografia

_____. **Progressão do conhecimento histórico.** In: FERREIRA, Marieta Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (Org.). *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 209-213.

CAIMI, Flávia Eloísa & OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. **Progressão do conhecimento histórico entre o ensino fundamental e o ensino médio: um olhar sobre o livro didático.** *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 39, p. 483-495, 2017.

FREITAS, Itamar. **Progressão dos conteúdos históricos em currículos nacionais da América, Europa e Ásia (1995-2012).** In: FREITAS, Itamar. *Aprender e ensinar história nos anos finais da escolarização básica*. Aracaju: Criação, 2014, p.145-177.

⁸ Se relacionarmos o Artigo 3, 205 e 206 da Constituição Federal, pode-se compreender claramente que há um projeto de nação para o qual estão estabelecidos como metas a formação e exercício de uma cidadania pautada em valores democráticos. Levando em consideração ainda que a Educação está englobada em tal projeto, entende-se que seu papel é fundamental para o desenvolvimento de uma nação e cidadãos capazes de, por exemplo, conviver com a pluralidade de ideias, que compreenda e vivam o mundo do trabalho, entre outros. Tudo isso, somado, converte-se em uma sociedade justa, igualitária, livre de preconceitos de todos os tipos e, sobretudo, democrática.

⁹ Imprescindível na medida em que 1) a Teoria da História não tem todas as respostas para as questões da aprendizagem, 2) as Teorias da Aprendizagem têm uma significativa produção que, além de empiricamente desenvolvida, não pode ser ignorada – aspectos importantes para pensar a aprendizagem histórica, como como se aprende em diferentes fases da vida, como as crianças desenvolvem suas bases cognitivas, entre outras questões, encontram-se refletidas nestas teorias, como nos estudos de Piaget, Vygotsky, Skinner, Bloom, Bruner e Perrenoud, para ficarmos nos clássicos. Partindo de tal imprescindibilidade, considera-se inevitável que dialoguemos com as Teorias da Aprendizagem.

NASCIMENTO, Maira Ielena Cerqueira. **Progressão da aprendizagem do conhecimento histórico nos currículos prescritos de social studies dos Estados Unidos da América (1995-2012)**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

REIS, Aaron Sena Cerqueira. **Formação da consciência histórica a partir das ideias de progressão no livro didático: uma proposta de pesquisa com estudantes do ensino fundamental II**. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. *Anais*.

Quando a espada “corta” a pena: censura moral no romance *Terra Encharcada*, de Jarbas Passarinho

When the sword “cuts” the feather: moral censorship in the novel *Terra Encharcada*, by Jarbas Passarinho

Francisco Américo Martins Moraes

Mestre em Estudos Literários

Universidade Federal de Rondônia

framerico@yahoo.com.br

Recebido em: 26/11/2019

Aprovado em: 20/12/2019

Resumo: Este trabalho, baseado no romance *Terra Encharcada*, publicado pela Editora Clube do Livro de São Paulo, em 1968, única obra de ficção escrita pelo então Ministro do Trabalho e Previdência Social, Coronel de Artilharia do Exército Brasileiro e político Jarbas Gonçalves Passarinho, cujo enredo original retratou casos de natureza sexual, sobretudo, homoafetiva entre seringueiros no interior da Amazônia paraense, procura esclarecer e demonstrar de que forma atuou a censura moral da Ditadura Militar (1964-1985). Por essa razão e, dentre outras, a referida editora, afinada às diretrizes ideológicas do Regime Militar, “operou” vários cortes no enredo de *Terra Encharcada* não só de natureza sexual, bem como de linguagem de baixo calão no ano subsequente a oficialização da censura sobre os livros e diversões públicas com a ortogação da Constituição Federal de 1967.

Palavras-chave: *Terra Encharcada*, Jarbas Passarinho, Censura.

Abstract: This work, based on the novel “Terra Encharcada”, published by “Clube do Livro Editora” of São Paulo in 1968, the only work of fiction written by the Brazilian Government Minister; Brazilian Army Artillery Colonel and politician Jarbas Gonçalves Passarinho, whose plot original portrayed cases of a sexual nature, especially homoaffective sexual among rubber tappers in the interior of the Paraense Amazon Forest, seeks to clarify and demonstrate how the moral censorship of the Brazil’s Military Dictatorship Government (1964-1985) acted. For this reason, and others, the publisher, agreeing with the ideological guidelines of the Military Regime, “made” several cuts to the plot of “Terra Encharcada” novel, not only of a sexual nature, but also of profanity in the year following the official censorship of books and public amusement with the orthogation of the Federal Constitution from 1967.

Keywords: *Terra Encharcada*, Jarbas Passarinho, Censorship.

Introdução

Em regimes autoritários, como o que ocorreu no Brasil entre os anos de 1964 e 1985, uma das primeiras providências é organizar e institucionalizar órgãos destinados a restringir a

liberdade de expressão e opinião, pois, tais práticas configuram “[...] uma forma de dominação pela coerção, limitação ou eliminação das vozes discordantes” (REIMÃO, 2014, p. 75). Com efeito, a censura passa a ser oficial, legal e prática diária posta em execução sobre todos os veículos de comunicação, informação e igualmente no campo da arte em todos os seus gêneros de expressão. As obras literárias foram, sem dúvida, um desses gêneros.

Na verdade, a censura pós-64 foi oficializada, segundo Sandra Reimão (2014, p. 75), somente a partir da outorgação da Constituição de 1967 e “[...] em geral exercida pelo Ministério da Justiça (MJ) por meio do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), setor do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP)”. No entanto, Reimão (2014) ainda afirma que livros e revistas só passaram a ser examinados pelo DCDP a partir do ano de 1970.

Apesar disso, a “tesoura censória” (expressão tomada de empréstimo de MARCELINO, 2006) sobre os livros já atuava ativamente após o Golpe de 64. Isso foi percebido, por exemplo, por John Milton (1996) com relação à Editora Clube do Livro em seu artigo “As traduções do Clube do Livro”. Nesse artigo, Milton (1996, p. 58) notou que a citada editora – a qual “[...] fazia o máximo possível para manter boas relações com o governo militar após 1964” –, realizava cortes de referências sexuais, religiosas, políticas e escatológicas em todas as suas publicações que eram, em sua maioria, clássicos nacionais e estrangeiros, já desde o ano de 1943 – e, convém dizer, sem se importar com a integridade estética das obras.

Geralmente, nesse sentido, os prefácios e introduções das edições do Clube do Livro enfatizavam, de acordo com Milton (1996, p. 57), “[...] seu papel iluminador, trazendo cultura para o povo brasileiro. Sua intenção era recrear-lhes o espírito, ilustrá-lo e, quando possível, elevá-lo”. Porém, continua Milton, esse papel reconhecido

[...] foi solapado por fatores ideológicos, políticos e econômicos. Esse farol de cultura era uma empresa que tinha uma ligação forte com o regime militar (1964-1984), que não mostrava nenhum interesse nos fatores estilísticos das obras originais, que censura a obra original quando ela continha material considerado politicamente ofensivo ao regime militar, quando tinha referências escatológicas ou sexuais ou quando era necessário reduzir o original ao número padrão de páginas (180 páginas de 1960 até 1970 e 160, após 1970 [...]) (MILTON, 1996, p. 57).

Não por coincidência, uma das edições do romance *Terra Encharcada* pós-64, única obra de ficção escrita por Jarbas Gonçalves Passarinho (Coronel de Artilharia do Exército Brasileiro, político e um dos articulistas do Golpe Militar), foi publicada pela Editora Clube do Livro, em 1968, e com uma tiragem surpreendente de quase 30 mil exemplares, cujo alcance atingiu “[...]”

todo o território nacional, com um público leitor de mais de 100 mil leitores categorizados em nosso País” (NOVAES apud PASSARINHO, 1968, p. 7).

No entanto, tal informação acerca do sucesso de tão expressiva tiragem e de leitores de *Terra Encharcada* parece ser um tanto quanto suspeita, uma vez que a tiragem média para um romance, naquela época, girava em torno de 3.000 exemplares para um autor reconhecido e, além disso, grande parte das vendas da Editora Clube do Livro era destinada às bibliotecas públicas (MILTON, 1996) o que, em tese, não garantia um interesse genuíno do público leitor pela obra – não que o livro fosse ruim, pelo contrário, pois a obra foi agraciada com o mais importante prêmio literário do Estado do Pará, o prêmio Samuel Wallace Mac Dowell, em 1959. Mas não podemos nos abster de registrar o fato de que o autor era coronel do exército e Ministro do Trabalho e Previdência Social no governo do presidente linha dura Costa e Silva.

Provavelmente, portanto, a fim de não perder o filão das bibliotecas públicas, a referida editora deveria se alinhar às diretrizes ideológicas do Regime Militar para se garantir no mercado editorial o que, de um modo ou de outro, parece ter havido nessa “relação”, entre o Ministro Jarbas Passarinho e o Clube do Livro, o atendimento de interesses particulares de ambas as partes. Com efeito, a fim de esclarecer tais questões em torno do romance *Terra Encharcada*, faz-se necessário a apresentação de um resumo de seu enredo original e, em seguida, os pormenores de como a censura operou cortes que acabaram por ampliar os problemas estéticos da obra citada. Ressalta-se ainda que, neste estudo, não se fará análise estética, mas da atuação histórica da censura militar sobre uma obra literária, no caso, sobre o romance *Terra Encharcada*.

Resumo do enredo original do romance *Terra Encharcada*

A trama romanesca de *Terra Encharcada* desenrola-se em dois polos narrativos centrados em dois personagens nordestinos: Zé Luís e José Cesário. Ambos, castigados pela seca do Nordeste, e motivados por causas distintas além da seca, decidem migrar para a Amazônia em busca de uma ilusória vida melhor trabalhando no mercado da borracha.

É fugindo da morte que Zé Luís, o pai Oliveira e sua mãe (inominada pelo narrador) inauguram o drama de dores e angústias provocados pela seca no interior do sertão do Ceará. Por consequência, migram para Fortaleza em meio a uma verdadeira “maré” de retirantes igualmente imolados pela seca e miséria social. Às portas da cidade, Zé Luís e os pais são reunidos num precário acampamento destinado ao confinamento da imensa massa de flagelados, entre a promiscuidade e a insalubridade do lugar. Como consequência disso, os pais de Zé Luís contraem

febre tifóide e falecem. Sozinho e órfão no mundo, Zé Luís parte num vapor para os seringais do Pará.

José Cesário, por sua vez, provindo do interior do Rio Grande do Norte, viajava para Manaus com a esposa Alba e o filho Maneco com recursos próprios e mais seis companheiros. No vapor, Zé Luís e José Cesário se conhecem e fazem amizade. No entanto, quando a embarcação aporta em São Luís, José Cesário é preso pela polícia acusado pelo corrupto Simão Salim – aliciador de “brabos”, isto é, inexperientes no trabalho de coleta de látex da seringueira e no fabrico da borracha bruta –, de ser chefe do cangaço e que, por esse motivo, fugia para Manaus. Por consequência da prisão e de um sistema corrupto de captação de mão-de-obra, José Cesário, a família e seus companheiros são, por assim dizer, “sequestrados” para as terras do riquíssimo coronel de barranco Antônio Carlos – o barranco faz alusão às terras onde se localizavam os seringais, geralmente à margem dos barrancos dos rios amazônicos – no interior do Pará onde, juntamente com Zé Luís, trabalhariam no corte de seringa/fabrico de borracha na condição de escravos por dívidas.

Chegando a Arubatuba, sede dos domínios de Antônio Carlos, Zé Luís, José Cesário e os demais trabalhadores recém-chegados são separados e distribuídos pelas várias filiais mata adentro. Escolhido pelo gerente Loureiro, Zé Luís vai para o seringal “Cachoeirinha”, onde recebe uma “estrada” de seringa (que, geralmente, correspondia a uma determinada trilha na mata densa, na qual poderia conter de 30 a 50 árvores de seringueira) e passa a ser instruído no novo ofício pelo seringueiro “manso” (seringueiro experiente) Marcelino, o qual passa a assediá-lo sexualmente. Diante da rejeição de Zé Luís, Marcelino assedia outro companheiro de trabalho, o Manuel Sena, que viera junto com Cesário do Rio Grande do Norte e, assim, tornam-se amantes.

José Cesário, também separado da esposa e filho, é lotado no seringal Igarapé Taguari gerenciado por Manuel Lira. Contudo, ao saber que o filho ficara doente e que estava em condições precárias junto com a mãe em “Cachoeirinha” e, depois, em Arubatuba, Cesário arquitetava uma revolta junto com o amigo Calixto, pois não se conformava com a separação de sua família nem com o tratamento que dispensavam a ele e aos seus. Diante disso, Cesário, usando sua grande capacidade de liderança e persuasão, e com a ajuda de Calixto, vai dominando pacificamente as filiais uma a uma.

Ao atingir “Cachoeirinha”, Cesário resgata Zé Luís na “estrada” onde trabalhava. Marcelino, que não pretendia aderir à revolta, ao perceber que seu amante o deixaria, mata

Manuel Sena e em seguida se suicida. Depois do trágico episódio, cerca de 500 homens sob a liderança de Cesário seguem para dominar Arubatuba e acertar as “contas” com o coronel Antônio Carlos. Diante dele, Cesário toma posicionamento enérgico e resoluto. Senhor de uma pretensa infalibilidade calcada em sua fortuna e influência política, Antônio Carlos, em particular, tenta subornar Cesário por duas vezes que, naturalmente, não cede e em tom imperativo, exige a Antônio Carlos designasse um empregado de “categoria” (espécie de funcionário de reconhecida experiência e conhecimento em determinada função administrativa (NOGUEIRA, 2015) a fim de acompanhá-los até Belém para acertar as notas de despesas com eles na capital.

Em seguida, os revoltosos embarcam no vapor “Cidade de Alenquer” e partem para Belém. Contudo, assim que a embarcação zarpa de Arubatuba, Antônio Carlos telegrafa para o Governador avisando-o que havia ocorrido uma revolução em suas terras, provocada por cangaceiros que por lá estavam como seringueiros, os quais haviam matado, saqueado fazendas e estavam baixando para Belém muito bem armados. Em pouco tempo, portanto, a notícia se espalhou rapidamente pelos jornais deixando a cidade em polvorosa. As autoridades ficaram, pois, de sobreaviso aguardando a chegada dos revoltosos.

Entre outros pormenores, Noel, advogado e filho de Manuel Lira, gerente do seringal Igarapé Taguari, intercedeu pelos amotinados na condição de testemunha ocular das injustiças perpetradas nas terras do coronel Antônio Carlos. A defesa de Noel fora veiculada nos jornais da capital, fato que atraiu a solidariedade da população pelo sofrimento dos fugitivos de Arubatuba, ora prisioneiros das autoridades em Belém.

Por fim, todos foram liberados. Sem dúvida, a revolta de Cesário, geniosamente “arquitetada” e inusitadamente pacífica, foi extremamente exitosa. José Cesário, a família, Zé Luís e os amigos – com exceção, é claro, de Manuel Sena que fora morto por Marcelino – regressam de volta ao Nordeste contrariando o destino de morte nas terras encharcadas da Amazônia.

A atuação da “tesoura censória” no romance *Terra Encharcada*

Como não poderia ser de outra forma, a “tesoura censória” do Regime Militar atuou sofregamente operando cortes substanciais, sobretudo, de cunho sexual em *Terra Encharcada* – aquiescido e autorizado pelo próprio autor. Em suas memórias, *Um híbrido fértil*, Passarinho afirma que o escritor e presidente do Clube do Livro de São Paulo, Mário Graciotti, “tomado de certa tendência puritana”, pediu-lhe autorização para publicar uma edição de *Terra Encharcada*,

mas que concordasse em suprimir uma passagem “[...] meramente insinuada, de pederastia no seringal” (PASSARINHO, 1996, p. 345). Mas o corte não se resumira tão-somente a isso.

Houve, em realidade, uma verdadeira “peneira” em toda a obra que resultou no corte de toda e qualquer insinuação sexual ou ataque à moral e bons costumes: desde a substituição de adjetivos “picantes” por outros mais “comportados”, até a supressão de passagens inteiras que, de uma forma ou de outra, compromete a compreensão integral do romance quando se lê apenas a versão adulterada pós-64, pois é possível perceber várias “pontas” soltas em todo o enredo. Com efeito, supõe-se que isso ocorreu com *Terra Encharcada* a fim de a obra ser encaixada dentro de um padrão moral daquilo que os militares consideravam como literatura “limpa” e de “valor” e, assim, evitar de ser taxada de imoral conforme o romance *Dona Flor e seus dois maridos*, de Jorge Amado (MARCELINO, 2006) e, dentre outros, reunidos numa espécie de *index* da censura militar: uma lista de mais de 500 obras proibidas à época do governo do Presidente Geisel (SILVA, 2010).

De fato, os cortes da censura operaram certo desequilíbrio na compreensão geral do enredo de *Terra Encharcada* contribuindo, com isso, por ampliar os problemas estéticos da obra. Talvez isso não seja percebido por um leitor desatento, mas no caso contrário, o leitor terá no mínimo uma sensação de estranheza, de dúvidas em algumas passagens da obra. O caso mais evidente recai sobre a personagem de Zé Luis, pois este, no texto adulterado, recebe quase toda a atenção do narrador nos primeiros capítulos, o que dá ao leitor uma falsa certeza de ser ele a personagem-protagonista. Contudo, tal certeza vai se desvanecendo gradativamente quando o narrador apresenta José Cesário, já a partir do segundo capítulo, quando o mesmo conhece Zé Luís na embarcação que os levariam de Fortaleza para a cidade de Belém e, daí em diante, quase que desaparece completamente no momento subsequente à entrada deles nos seringais do coronel Antônio Carlos.

À primeira vista, sem o conhecimento dos cortes da censura, isto pode nos parecer uma falha no enredo de *Terra Encharcada*. Mas não, pois no texto original pré-64 podemos perceber dois polos narrativos que, vez por outra, se encontram. Um dos polos narrativos se ocupa do jovem adolescente Zé Luís desde o seu drama da seca no Ceará e o seu esforço de se desvencilhar do assédio homoafetivo por parte do seringueiro experiente Marcelino nas terras do coronel. E o outro polo, foca em José Cesário com seu drama pessoal e familiar, cujo fato culminaria na liderança de uma rebelião que os libertariam do cativo na Amazônia ensejando-lhes o retorno para o Nordeste.

Antes, porém, de apresentar os cortes mais importantes detalhar-se-á algumas alterações que não comprometeram a compreensão do enredo de *Terra Encharcada*, mas que – alguns – “maculavam” a moralidade ilibada preconizada pelos militares. Nesse sentido, uma das alterações que se nota na versão original pode ser percebida no capítulo III (da edição da Falangola Editora) quando José Cesário, preso em São Luís acusado por Simão Salim de ser chefe do cangaço no Rio Grande do Norte, recebe a visita do advogado Chico Alencar na delegacia oferecendo-lhe os seus serviços desde que ele, Cesário, se colocasse “sob a proteção do **Senador** Antônio Carlos” (PASSARINHO, 1960, p. 24) [Grifo meu]. A mudança nesse trecho, pois, se daria na simples substituição do pronome de tratamento **Senador** para **Coronel**. [Grifos meus] A partir daí, Antônio Carlos, sempre que citado nas edições adulteradas, será chamado de coronel ou de senhor (**Sr.**).

Outra pequena alteração, que se vê em algumas passagens da obra, se dá na substituição ou eliminação de adjetivos com um tom mais agressivo/ofensivo, isto é, oriundos de uma linguagem de baixo calão ou picante, ligado, obviamente, a referências sexuais – e também substituições de substantivos. No final do capítulo IV (do texto original) vê-se a passagem em que Duca Neno, gerente de negócios do coronel Antônio Carlos em Belém, discutia com amigos o problema da crise da borracha amazônica no mercado internacional. Quase ao final da conversa, um corretor de nome Henrique toca no assunto do roubo das sementes de seringueira pelo botânico inglês Sir Henry Alexander Wickham (JACKSON, 2011) que seriam plantadas nas colônias britânicas na Ásia que, conseqüentemente, pôs a borracha amazônica em crise e inevitável decadência: “– E dizer-se que daqui do Pará, deste mesmo porto de Belém saíram as sementes, que o inglês **safado** levou pra Grã-Bretanha, pra desgraça nossa!” (PASSARINHO, 1960, p. 32) [Grifo meu].

Nos textos modificados do Clube do Livro e demais editoras que publicaram *Terra Encharcada* pós-64, com efeito, o adjetivo “**safado**” foi naturalmente retirado. Vejamos isso na última edição de *Terra Encharcada*, publicada em 2001: “– E dizer-se que daqui do Pará, deste mesmo porto de Belém, saíram as sementes que o inglês levou pra Grã-Bretanha, pra desgraça nossa!” (PASSARINHO, 2001, p. 74). Mais adiante, o exemplo acima se repete no capítulo VI quando encontramos Antônio Carlos enfurecido pelas notícias dos jornais de Belém que o acusavam de explorar retirantes miseráveis em suas propriedades. Assim ele se expressa: “– **Uns porcos**, uns canalhas! Ah! os bons tempos, em que se fazia um sacripanta desses engolir, a porrada, o artigo inteirinho, feito pílulas” (PASSARINHO, 1960, p. 42) [Grifos meus]. Não por

acaso, encontramos o mesmo trecho na edição do Clube do Livro, de 1968, e demais editoras, da seguinte forma: “– Uns canalhas! Ah! os bons tempos, em que se fazia um sacripanta desses engolir, a porrada, o artigo inteirinho, feito pílulas” (PASSARINHO, 1968, p 50).

Quanto a substituições de substantivos e de adjetivos, ao mesmo tempo, podemos citar, ainda no capítulo VI, a seguinte passagem em que se vê o duro capataz Ferreira provocando Calixto, o fiel amigo e braço direito de Cesário na revolta que se daria no desfecho da obra:

– Mais depressa, seu “brabo”. Não **gêma** não, que isso é coisa pra homem. Êpa, quem mandou parar? Vagabundo aqui não come!

Cesário notou a irritação crescente de Calixto. Procurou falar-lhe, mas não houve tempo. Já o capataz, de pajeú à cinta, o interpelava:

– Por que leva uma táboa só? Não sabe que são duas?

E provocante:

– Ou suas mãos são de **fêmea**?

O olhar de Calixto era um desafio. Parado, defronte do outro, sua expressão era de menosprêzo. Irritantemente calmo, replicou, devagar:

– De **fêmea** ou não, elas servem para esganar cabra **safado** (PASSARINHO, 1960, p. 43-44) [Grifos meus].

Na edição do Clube do Livro de 1968, com efeito, o trecho acima aparece com as devidas alterações nos substantivos, adjetivos e até mesmo de alguns verbos:

– Mais depressa, seu “brabo”. Não **vá gemer**, não, que isso é coisa pra homem. Êpa, quem mandou parar? Vagabundo aqui não come!

Cesário notou a irritação crescente de Calixto. Procurou falar-lhe, mas não houve tempo. Já o capataz, de pajeú à cinta, o interpelava:

– Por que leva uma tábua só? Não sabe que são duas?

E provocante:

– Ou suas mãos são de **mulher**?...

O olhar de Calixto **parecia** um desafio. Parado, defronte do outro, sua expressão era de menosprêzo. Irritantemente calmo, replicou, devagar:

– De **mulher**, ou não, elas servem para esganar cabra **ordinário** (PASSARINHO, 1968, p. 52) [Grifos meus].

Agora vamos aos trechos cortados pela “tesoura censória” quanto aos casos de natureza sexual. Assim, a fim de resgatar e ampliar a compreensão do enredo original de *Terra Encharcada* reproduzirei integralmente os trechos mais relevantes cortados pela censura. O primeiro trecho suprimido acontece, pois, no capítulo V, o qual sugere um caso de adultério de uma mulher casada de nome Nair com o coronel/senador Antônio Carlos. Desse relacionamento nasceu um menino que fora batizado de Pinheiro (“Pinheirinho”), que mais tarde se tornaria comandante de uma das embarcações da frota de Antônio Carlos. Nair e o marido – cujo nome o narrador não revela, mas diz que era “um alcoólatra incorrigível” – eram empregados do coronel em

Arubatuba. Quando Nair falece – o narrador não revela o destino do marido, se morreu ou não – Antônio Carlos leva o menino para sua casa dizendo o seguinte para sua irmã:

– Amélia, – disse à irmã solteirona, que lhe governava a casa –, êste menino é filho de Nair, que morreu há uma semana. É meu afilhado, vem morar conosco. Quero fazer dele um homem.

Bem viu que o sorriso de Amélia não era amigável, mas sarcástico.

– Filho da Nair, não?

Pareceu mirá-lo de cima a baixo, com o mesmo riso de mofa e perguntar com maldade:

– Não achas que êle tem traços teus, de nossa família? A boca, então, é sem tirar nem pôr a do tio Alberto.

– Coincidências, mulher – cortou Antônio Carlos – ou invenções dos teus olhos.

O incidente pareceu encerrar-se ali. Mas não para êle (**Pinheirinho**) que, daí por diante, ouviria a irmã de Antônio Carlos, repetidas vezes, comentários picantes sobre a semelhança fisionômica (PASSARINHO, 1960, p. 36-37) [Grifo meu].

Em particular nesse trecho, não parece ficar tão evidente – aos “olhos” da censura – o possível caso de adultério de Nair com o coronel, na insinuação irônica de Amélia quando sugere que a criança possuía traços de seu irmão e da família, como ao tio Alberto, por exemplo. Porém, ao trecho subsequente, que fora suprimido, sem dúvida, haveria a confirmação para os leitores o caso de adultério. Certamente, por este motivo, o citado excerto não estaria na edição do Clube do Livro e nas futuras edições de *Terra Encharvada*. Vejamos as observações do narrador através das memórias de Pinheirinho sobre esse caso:

Certo dia, que nunca pôde entender, Antônio Carlos reagira de modo inesperado. A irmã tornara a chamar-lhe a atenção para as feições do afilhado:

– Andei revendo uns álbuns de família, mano. O teu afilhado é a tua cara, quando tinhas uns 12 anos.

– É? – perguntou Antônio Carlos, como quem está desinteressado. – Pois então o melhor é que êle te chame tia.

E o que parecia um gracejo, tornou-se imperioso cumprir, porque o **Senador** fêz disso questão fechada.

A reação de Amélia foi constante e, por vezes, impiedosa (PASSARINHO, 1960, p. 37) [Grifo meu].

De todo modo, Antônio Carlos, tanto no original como no texto pós-64, jamais admitiu o caso abertamente e sequer reconheceu Pinheirinho como seu filho legítimo, senão como afilhado. Mas a questão ficou no ar, sutilmente explícita, sugestiva, indicando a relação de adultério. Caso semelhante, porém mais grave, se dá no capítulo IX que faz referência a uma relação afetivo-sexual entre um dos gerentes de Antônio Carlos, o Manuel Lira, homem casado e já quase idoso, e uma jovem adolescente de nome Raimunda que, para melhor entendermos essa

relação, faz-se necessário sabermos como ela era fisicamente. O narrador a descreve da seguinte forma:

O físico de Raimunda traía a adolescência de privações. Corpo de menina raquítica. Os seios mal se delinearam. A opilação e o impaludismo haviam-lhe emprestado à cútis o tom macilento. O pé aleijado, torto por defeito congênito, obrigava-a a claudicar penosa e ridiculamente. Nem assim, porém, os homens do seringal do Taguari deixavam-na em paz. Convites, gestos obscenos, insinuações grosseiras, tudo ela sofria sem reclamos. A disputa foi permanente (PASSARINHO, 1968, p. 63).

Em seguida, o narrador descreve o interesse de Manuel Lira por Raimunda:

A princípio, Manuel Lira não lhe reparou senão o andar coxeante. Depois, motivado pela concupiscência, começou a desejar ver, naquele pobre corpo, mais do que os andrajos, normalmente, permitiam ver.

Um beliscão, uma apalpadela audaciosa, e Raimunda protestava sem calor:

– Não bula na gente, seu Lira. Tenha modos.

Por fim, afastou o restinho de escrúpulo. Sentiu-se nada à vontade, diante da indiferença da cabocla. Parecia distante, alheia, sem participar daquele jogo amoroso, em que ele se descobria desajeitado, meio cretino:

– Vem comigo, que eu te vou dar uma boneca bonita, como nunca viste na tua vida (PASSARINHO, 1968, p. 63).

É exatamente neste ponto que o corte é operado suprimindo um trecho razoável que revela um relacionamento sexual que, fosse nos dias atuais, chamaríamos de pedofilia:

A consciência, quase esmagada, ainda falou:

– “És um bode velho. Ela tem idade de ser tua filha”.

Lúbrico, tomado da obsessão da posse, colheu-lhe a virgindade. E passaram a morar juntos.

Gaudêncio, feito caixeiro no armazém, controlava os garrafões de cachaça, livre para tomar seus tragos sem dar satisfação a ninguém.

A pequena Raimunda tornava, agora, mais suportável com seu calor juvenil, a solidão das noites de Lira, que fazia desabrochar, numa verdadeira e exótica floração, a árvore, já exausta, dos seus amores (PASSARINHO, 1960, p. 56).

Embora o trecho acima, como se vê, não mostre nada de mais explícito no tocante a alguma imagem erotizada, no entanto, foi cortada pela censura certamente por retratar uma relação adúltera de um homem casado e bem mais velho com uma adolescente mal saída da infância (o narrador não revela sua idade) – cujo pai, Gaudêncio, pelo fato de sua filha estar mantendo uma relação amorosa com o chefe, acaba se beneficiando disso dando vazão ao seu alcoolismo no barracão do seringal Taguari –, o que, em última instância, arranharia a máscara da hipocrisia da moral e dos bons costumes do Regime Militar.

Vale dizer também – abrindo-se aqui um parêntese –, sobre a questão da escassez/falta de mulheres nos seringais. Da forma em que Jarbas Passarinho a aborda, tomando Raimunda como exemplo, retrata a situação lamentável das poucas mulheres que poderiam se encontrar nos seringais amazônicos. Com efeito, as descrições físicas e a condição de mulher de Raimunda no seringal, feita pelo narrador, entra em consonância com o que afirma o escritor, historiador e crítico amazonense Márcio Souza acerca desse assunto:

A presença feminina no seringal era rara e quase sempre em sua mais lamentável versão. Para os seringueiros isolados na floresta e presos a um trabalho rotineiro, geralmente homens entre vinte e trinta anos, portanto premidos pela exigência do seu vigor, a contrapartida feminina chegava sob a forma degradante da prostituição. Mulheres velhas, doentes, em número tão pequeno que mal chegavam para todos os homens [...] (SOUZA, 2010, p. 108).

Prostituta, é evidente, não era a condição de Raimunda, pois entende-se que ela deva ter nascido no seringal e não trazida de outro Estado para aquela finalidade – como era comum ocorrer em muitos seringais, uma vez que o próprio narrador de *Terra Encharcada* confirma esse fato quando afirma que a esposa de Cesário, Alba, havia sido alojada em Arubatuba num barracão de “marafonas”, cujo substantivo, naquelas paragens, fazia referência pejorativa a prostitutas. Ao saber disso, Cesário se enfurece ainda mais e decide adiantar os preparativos para a rebelião.

Voltando a Raimunda, o que salta aos olhos, na verdade, era a cobiça/desejo sexual que ela despertava nos homens do seringal Igarapé Taguari e, em especial, no gerente Manuel Lira, não obstante a sua condição física lamentável. Dito isto, o narrador, no capítulo XII, retoma o caso Manuel Lira/Raimunda onde, naturalmente, ocorreu novo corte por reforçar a relação adúltera de Manuel Lira. O narrador, no entanto, não encerra o caso Raimunda/Lira. Volta a ele no capítulo XVIII quando José Cesário e Calixto, mais cerca de 500 pessoas, dominam o seringal Taguari administrado por Manuel Lira.

É nesse capítulo que o leitor atento percebe mais fortemente outra ponta solta – deixada pelo corte da censura – da relação Manuel Lira/Raimunda, pois não se pode compreender detalhadamente porque Lira, diante de Cesário, suplica a Raimunda que não o abandone. Apesar disso, Raimunda deixa-o alegando que ele, Manuel Lira, não poderia dar a ela o que desejava: “Eu quero ser mãe” (PASSARINHO, 1968, p. 106). Em seguida, Raimunda, do que se afere, engrossa a multidão liderada por Cesário em direção à liberdade na cidade de Belém.

Contudo, o dano mais drástico no enredo, ou seja, o corte mais substancial se daria mesmo no caso de assédio homoafetivo do seringueiro Marcelino sobre Zé Luís que, ao ser por este rejeitado, realiza seus desejos sexuais com o outro companheiro de trabalho, o Manuel Sena advindo de Caicó (RN) com José Cesário. Vamos finalmente, agora, a esse caso. É, pois, nos dois primeiros parágrafos do capítulo X da versão original, cortados pela censura nas edições pós-64, que o narrador começa a descrever as primeiras impressões de Zé Luís acerca do comportamento exagerado e afetado de Marcelino por ele:

Zé Luís vinha notando o exagerado interesse de Marcelino por si. A princípio supôs que os cuidados e as ajudas tão freqüentes fôssem pena pela sua idade (**16 anos**). Mesmo sem revelar qualquer antipatia por Sena, Marcelino deixava clara a sua preferência por Zé Luís. Dera-lhe assistência por mais tempo no corte, e embora ele já soubesse defumar quase tão bem quanto o mestre, sempre encontrava jeito e ocasião de retocar os ensinamentos. Pela manhã, continuava a chamá-lo, a despertá-lo com brandura, quase com carinho. Sena, esse que despertasse por si mesmo.

Zé Luís ficou encabulado, com vontade de dizer a Marcelino que não se preocupasse tanto, pois que já era um homem e ali estava para fazer exatamente o que todos os outros faziam. Mas não encontrou modo de executar seu pensamento. Temia ser rude com quem lhe oferecia amizade. E acabou concluindo que era isso mesmo, era amizade e só lhe cabia agradecer e corresponder aos sentimentos desse bom amigo (PASSARINHO, 1960, p. 61) [Grifo meu].

Neste ponto, o narrador meio que interrompe o detalhamento desse caso para descrever as atividades triviais do trabalho da produção de borracha, sobretudo, do sucesso da pesca de um peixe-boi. Depois, o retoma no capítulo seguinte, ocupando-se dele do meio até o final:

Caminhando pela “estrada”, no escuro da madrugada umbrosa, Zé Luís estranhou a presença de Marcelino. A insistência em ajudá-lo deixava-o contrafeito. Já começava a molestá-lo a presença constante do outro, a clara preferência que ele lhe dava. Embora não desejando ser grosseiro, perguntou, rude:

– Que fazes aqui, Marcelino?

O companheiro, um sorriso desajeitado posto nos lábios trêmulos, o olhar medroso rodando no chão, respondeu:

– Vim dar uma olhada, “Luizinho”.

Não vinha gostando dessa deturpação carinhosa do seu nome. Há alguns dias já que Marcelino se saíra com esse negócio de “Luizinho”. Notara, até, uma ponta qualquer de malícia no modo como Sena o encarou, ao ouvir esse diminutivo afetuoso. Resolveu aproveitar o ensejo:

– Olha aqui, Marcelino, não gosto dessa história de mudar meu nome. Se tu és meu amigo me chama, como todo mundo, pelo nome que eu tenho.

– Bobagem, “Luizinho”. Eu quero ser diferente dos outros porque gosto mais de ti do que os outros. Me deixa te chamar de “Luizinho”.

Zé Luís com o rosto contraído, estava justamente a fixar uma tijelinha no rebordo da ferida na seringueira. Marcelino chegou-se mais perto e Zé Luís

supôs vê-lo ligeiramente a tremer, quando lhe segurou a mão para corrigir a posição. Compreendeu, então, que Marcelino exagerava a lição, e que a nova situação nada tinha de melhor. Ia protestar quando sentiu o corpo do outro, como que naturalmente, roçar-se no seu.

Inquieto, meio aturdido, começou a caminhar. Já não prestava atenção nem ao caminho, nem ao serviço. Seu cérebro fervia em pensamentos desordenados. A revolta misturava-se a estranhos e novos desejos que jamais pensara ter. Ao mesmo tempo, crescia-lhe a impaciência, o temor de estar enganado, formulando pensamentos injuriosos. Logo, porém, a memória lembrava:

– “E o peixe que ele lhe trouxera? E aquele cuidado, vindo vê-lo na rêde, a perguntar-lhe, à noite, se estava bem agasalhado?”.

A consciência, porém, argumentava:

– “Tudo isso nada prova. E, se provar, nem se sabe quais são as verdadeiras intenções”.

Só aí Zé Luís sobressaltou-se. Ocorrera-lhe uma hipótese nova, inquietadora. Ligou tudo à sua pouca idade, ao seu corpo de adolescente. Recordou-se de que, insistentes vêzes, Marcelino se referira, em conversa no “taperi”, ao seu rosto sem barba:

– “Parece o rosto de uma fêmea”.

Sena, meio rindo, ajuntara:

– “Que ninguém se engane com a cara dele”.

Percebendo tudo isso, olhou rapidamente para Marcelino e tranquilizou-se, quando o viu desarmado. Acariciou o rifle e voltou-se para Marcelino:

– Acho melhor tu ires embora. Tens tua “estrada” e eu sei cuidar da minha, sozinho.

Notando-lhe as feições alteradas e o tom de voz agressivo, Marcelino ainda sorriu e reclamou:

– Que diabo é que te deu, rapaz, então eu estou te fazendo algum mal?

Zé Luís, num instante, apanhou a frase e calculou se valia a pena mostrar que estava entendendo tudo. Depois, indeciso, julgou que poderia ser inconveniente. Já o outro insistia:

– Que é que tens, hoje? Por que essa prosa de que sabes fazer tudo sozinho? Isso é bobagem, “Luizinho”.

Exasperado, Zé Luís voltou-se num movimento brusco, porque Marcelino de novo se aproximava, com os olhos mostrando um brilho estranho, o corpo meio gingando. Segurou o rifle em atitude ameaçadora e intimou:

– Volta daqui Marcelino, volta daqui, ou...

Não terminou a frase. Ficou atoleimado. Em lugar do atrevimento que esperava, viu os olhos de Marcelino marejarem e, como colhido por brutal tristeza, afastar-se com um ar de cão desprezado e enxotado. Baixou a arma, considerou por um momento a figura amargurada do outro, afastando-se de cabeça baixa, e impregnou-se de uma desolação avassaladora. Teve vontade de chamá-lo, gritar-lhe pelo nome e correr atrás dele, para desfazer aquele gesto que, agora, reconhecia estúpido. Afinal, de que poderia acusá-lo? De que? Mas a boca ficou fechada, como se uma força superior impedisse a execução que o cérebro ordenava ao corpo. Parado, no meio da “estrada”, viu Marcelino desaparecer na curva, humilhado e infeliz (PASSARINHO, 1960, p. 67-69).

Aqui, o narrador novamente dá nova pausa retomando-o no capítulo XIII que, com o corte, ficara reduzido de 6 para apenas 2 páginas nas edições pós-64:

O desaparecimento de Marcelino inquietou profundamente Zé Luís. Abalado, supondo-se responsável, demonstrou tanto a sua perturbação que Sena, à tardinha, não se conteve e perguntou o que havia. Zé Luís contou-lhe o incidente da manhã, na “estrada”, ocultando o que lhe parecia comprometedor.

Sena gostava de Zé Luís. Além disso, havia a recomendação de Cesário:

– Olhe por Zé Luís, que é quase uma criança.

Sena inquiriu:

– É isso que te preocupa tanto?

– Sim, porque afinal eu respondi com ingratidão a uma prova de amizade.

– Deixa estar. Êle volta e ainda vai te pedir desculpas, tornou Sena, tranquilo e terminante.

Ainda que Zé Luís insistisse em saber porque, Sena não explicou. Sorria apenas. Um sorriso entre divertido e malicioso.

Por fim, já noite, terminaram a defumação. Sena, cansado e suarento, desceu ao igarapé para o banho. Zé Luís ouviu passos. Voltando-se, viu Marcelino, que caminhava para a barraca. Estêve a ponto de correr ao seu encontro e dizer-lhe tudo aquilo que, por tantas vezes, havia ensaiado, durante o dia. Ficou parado, dominado por um nervosismo estranho, que teimava em mantê-lo inerte, sem esboçar um gesto, sem articular uma palavra.

Marcelino sorriu, um pouco desconfiado ao vê-lo e subiu a escada.

– “Luizinho” não está de mal comigo, não é?

Então Zé Luís venceu a inibição e protestou:

– Ora, Marcelino, eu é que fui grosseiro contigo. Estive à tua espera todo êste tempo...

Marcelino cortou:

– Eu queria que o “Luizinho” me desculpasse.

Abraçaram-se satisfeitos. Marcelino, exultante, foi afogar a comoção na ardência de um trago de cachaça. Depois, puseram-se a conversar sôbre a borracha, as provisões que já rareavam e a produção crescente de Sena. Êste, ao voltar do banho, deparando com os dois companheiros no colóquio animado, pilheriou com Marcelino:

– Então, fazendo feriado hoje, não?

Marcelino corou, baixou os olhos e, perturbado, alinhavou uma explicação flagrantemente falsa.

À noite, Zé Luís acordou sobressaltado. Virou-se, rápido, na rêde, e nada viu. Levantou-se. Inspeccionou o “taperi”. A rêde de Marcelino, porém, parecia mover-se brandamente. Nenhum sinal de bicho selvagem que, mais ousado, tivesse penetrado na cabana. Fracassadas as buscas, deitou-se novamente, jogando as varandas da rêde, cruzadas, sôbre si.

Não havia retomado o sono quando passos abafados caminharam em sua direção. Resolveu esperar, fingindo dormir.

Cauteloso, assustado, voltando a cada instante a cabeça para trás, Marcelino, semi-nu, chegou frente à rêde de Zé Luís, refletindo indecisão. Estêve, assim, por algum tempo. De súbito, porém, resolveu-se. Segurando com mansidão as abas rendadas da rêde, puxou-as docemente de cima do corpo do rapaz. Abaixou-se, reparou-lhe o rosto e pareceu satisfeito por julgá-lo dormindo.

Músculos retesados, os nervos tensos, a palpitação acelerada fortemente, Zé Luís aguardava que o outro se definisse. Quando a mão de Marcelino, ágil, extremamente leve, correu em apalpadelas superficiais na sua região pubiana, Zé Luís sentiu asco e revolta. Enfurecido, flexionou as pernas e levou-as ambas, com violência, de encontro ao busto nu de Marcelino.

A pancada, surda e forte, reboou um instante no silêncio da noite. Sena mexeu-se, mas não pareceu acordar. Zé Luís, em atitude desafiadora, se punha de pé num segundo. Marcelino, ressabiado, olhou-o com desprêzo e falou, num cochicho:

– Ingrato!

Depois, mergulhou na sua rêde e pareceu cair, em pouco tempo, em sono profundo.

Embalando-se, alvoroçado, sentindo-se sufocar, Zé Luís não mais conciliou o sono.

Tinha nojo (PASSARINHO, 1960, p. 75-77).

Em nova pausa, o narrador descreve a reação que a carta de Alba havia causado em seu esposo Cesário relatando-lhe sobre a doença do filho e as dificuldades crescentes em Arubatuba, além de mostrar a propensão de Calixto à vingança contra as pessoas que o colocaram na situação de semiescavidão em que vivia, mesmo sob a ameaça de ser “varado por uma bala de 44”. Em seguida, volta a Zé Luís:

Zé Luís passou alguns dias sem encarar Marcelino. Levantava-se mais cedo, pela manhã, de modo a evitar que tomassem café juntos. À tarde, na ocasião de defumar, fazia o seu fogo mais longe.

Os seus sentimentos eram confusos. Não esquecia os benefícios e os cuidados que recebera do outro. Repelia, todavia, a benevolência no julgamento do proceder de Marcelino. Para êle, era infame. Simplesmente infame. Punha-se a conjeturar, por largo tempo, como era possível que aquêle homem, vigoroso, másculo no enfrentar os múltiplos terrores da selva hostil, pudesse degradar-se tanto. Pior que isso, causava-lhe ódio o cinismo revoltante com que o via olhá-lo e falar-lhe, após o incidente da noite, como se nada houvera acontecido. Nessas poucas ocasiões teve tal repugnância, que por pouco não perdeu o contrôle, lançando-se sôbre êle, a esbofeteá-lo. Longe dêle, sem a desvantagem da sua presença física, inclinava-se a desculpá-lo, a compreender, mesmo, as suas fraquezas. Tinha mêdo de ser exagerado e mau. Lembrava-se dos pais, na vida de dificuldades do sertão. Renasciam, na sua alma, as restrições que sempre fizera ao pai, o horror que lhe tinha pela idéia precisa e terrível que êle lhe transmitia de uma severidade doentia. Estaria incorrendo no mesmo êrro? Numa conjuntura como essa, qualquer outro se sairia bem, sem mortificação moral, sem choques violentos que provinham da timidez de ser grosseiro e da necessidade de ser decente. Enfim, sentia-se incapaz de dar por encerrado o incidente, com o ponta-pé que, num momento de indignação profunda, aplicara em Marcelino. Agora, porém, com os nervos controlados, sentia-se vítima de um mal estar indefinível, de uma angústia que lembrava a dos acontecimentos ainda recentes, no Ceará, e que se enganara supondo morta.

Pensou em falar a Sena, referir-lhe o ocorrido, desabafar. Assim diminuiria a tensão que o oprimia. Talvez vencesse a suas preocupações e abrandasse a contínua agitação do cérebro e o choque dos sentimentos. Logo, porém, mudou de idéia. Não era justo, não era correto contar o que se passara. E mergulhava, outra vez, na confusão que teimava em abalar-lhe os nervos.

Dias depois, resolvera-se Zé Luís a procurar Sena e pedir-lhe conselhos. Entrou a perseguí-lo a idéia de uma desforra de Marcelino. O diabo estava em conseguir uma oportunidade de conversar com Sena. Enquanto não a tinha, pôs-se a observar, disfarçadamente, os movimentos de Marcelino. Viu-o muito

chegado, agora, de Sena. Era natural – concluía – já que não devia ter coragem de reaproximar-se. Não estranhou, mesmo, o tratamento afetivo que se deslocara, então, para o “Seninha”, já que os diminutivos eram muito próprios de Marcelino. A possibilidade de encontrar Sena a sós era, cada vez, mais remota. Marcelino estava assíduo como nunca ao serviço e, embora a sua produção não fôsse senão pouco menos que insignificante, jamais lhe vira tal atividade (PASSARINHO, 1960, p. 78-79).

O narrador, aqui nesse ponto, prossegue suas descrições que estão em todas as edições de *Terra Encharcada*, mas, agora, voltado para outras questões triviais de pouca relevância para o drama pessoal de Zé Luís. Contudo, no final do capítulo da edição original, volta a tocar no assunto, cujo trecho fora cortado:

À noite, sem poder dormir, Zé Luís meditava sobre a estranha conduta de Sena, permitindo que Marcelino lhe fizesse o trabalho. Entrando pela noite alta, insone, prêso a luta dos seus sentimentos, teve a atenção despertada para um ruído abafado, de passos cautelosos. Virou-se, para verificar o que se passava. Viu a rêde de Marcelino vazia e pôde notar, ainda, quando êle, nu, deitava-se mansamente na rêde de Sena.

A brisa suave que atravessava a barraca pareceu-lhe de fogo, cáustica, asfixiante.

Sem poder explicar por que, oprimido, sentiu uma tremenda vontade de chorar (PASSARINHO, 1960, p. 81).

Depois desse ocorrido, o narrador se ocupa de Cesário e o problema de sua família no capítulo XIV. Só volta ao trio Zé Luís/Marcelino/Sena no capítulo XV de onde é cortado o segundo parágrafo do texto original. Nele, o narrador – não sem deixar sua opinião sobre o caso – descreve a satisfação sexual de Marcelino com o Sena da seguinte forma:

Feliz na satisfação de suas **perversões sexuais**, esmerava-se, agora, em cumular de cuidados o companheiro. Frequentemente insistia em fazer o trabalho de ambos, enquanto Sena gozava de uma ociosidade há muito não desfrutada (PASSARINHO, 1960, p. 87) [Grifos meus].

Convém comentar que, sem o conhecimento desse trecho, não é possível ao leitor compreender o comportamento estranho de Marcelino e de Manuel Sena, pois o primeiro passa a trabalhar na coleta/produção de borracha de sua “estrada” como na do companheiro Sena. Este, por sua vez, não fora trabalhar porque ficara na barraca desfrutando a tranquilidade de sua rede. O estranhamento não se explica naturalmente porque é sabido que nos seringais, geralmente, o seringueiro que não produz borracha o barracão não lhe fornece os mantimentos, ou seja, os aviamentos. Tal assertiva se confirma quando um fiscal do gerente Loureiro de nome Hermógenes surpreende Sena gozando sua doce ociosidade sem o leitor saber, de fato, o porquê disso, uma vez que a chave para entendê-lo foi retirada pela censura.

Um pouco mais adiante, ainda no capítulo XV, o narrador descreve, noutro trecho cortado, o estado de angústia de Zé Luís diante da própria situação de autoisolamento e da relação de Marcelino e Sena que, para ele, parecia ser inaceitável:

Há muito que vinha se alimentando mal, constrangido com a ligação dos dois companheiros. Pouco lhes falava. Tinha desejos de esbofetear a ambos, para si igualmente cínicos, igualmente desprezíveis. Sena, êsse despertava-lhe asco. Não lhe perdoava, sobretudo, a miserável exploração que exercia sobre o outro. Quando lhe ouvia a voz, sentia-se inquieto, exasperando-se se êle lhe falava. Sofria, com isso, uma segregação quase completa (PASSARINHO, 1960, p. 88).

Quase em seguida a esse ponto, o narrador volta sua atenção a Cesário e a execução de seu plano de Rebelião. Esta, gradativamente, foi obtendo êxito no domínio de todas as filiais e gerentes do coronel Antônio Carlos. Com efeito, ao passar por Cachoeirinha, José Cesário resgata Zé Luís e, assim, o narrador retoma o caso homoafetivo de Marcelino e Sena. É, então, no capítulo XX que temos um novo dado importante a ser analisado, o qual foi prejudicado pela censura, pois o referido capítulo no texto original e nas edições pós-64 não são iguais. Não o são simplesmente porque o citado capítulo no texto cortado corresponde ao capítulo XXI da edição original. Exatamente, a censura eliminou integralmente o capítulo XX da versão original, uma vez que nele se vê o desfecho da relação homoafetiva entre Manuel Sena e Marcelino. Vejamos, então, o capítulo suprimido:

A vanguarda alcançou o “taperi” à tarde, com os seringueiros em plena defumação. Zé Luís foi o primeiro a ver os homens da coluna, entrando pela clareira. À estupefação, sucedeu-lhe uma alegria incontida, ao reconhecer Cesário. Veio-lhe ao encontro, alvoroçado, seguido de perto pelos companheiros.

– Que é isso, “seu” Cesário? – perguntou Sena, que reclamava um abraço.

– É a liberdade, Sena. Não só nossa, mas de todos êsses pobres infelizes, há anos escravizados.

Marcelino observava, atento. Mal percebeu de que se tratava, pediu:

– Sena, tu podes vir até aqui?

Percebendo o embaraço do amigo, apelou, a voz súplice:

– Um instantinho só, sim?

Zé Luís estremeceu, de leve. Sena, indeciso, acabou por atender. Caminharam ambos de volta ao local de defumação. Marcelino, já longe dos outros, perguntou:

– “Seninha”, tu não vais embora, não é?

O outro cortou, agressivo:

– Olha bem, aqui na presença de “seu” Cesário não quero confiança comigo. Entendes?

Marcelino não entendia:

– Que mudança é essa? Por que se zangar à tôa? Só queria ter a certeza de que tu não vais me abandonar aqui. Vais?

Sena franziu o sobrecenho e advertiu, categórico:

– Se tu não queres ficar, vem conosco. Mas tudo que houve entre nós é coisa morta. Não quero nem ouvir falar no assunto, percebes?

Deixando Marcelino só, o nordestino veio reunir-se a Cesário e Zé Luís.

Já o grosso da coluna de retirantes se acercava da clareira, quando Sena percebeu a falta de Marcelino. Gritou por êle. Repetiu o grito, sem êxito. Tornou-se-lhe a face de palidez mortal. A comissura dos lábios, contraída, emprestou-lhe uma feição cruel. Correu ao “taperi”, apanhou o 44 e mergulhou, sem dar uma palavra, na estrada que conduzia a “Cachoeirinha”.

Zé Luís, súbito, compreendeu o perigo. Certo, Marcelino iria denunciar o movimento, para impedir a fuga de Sena.

Num segundo, resumiu suas apreensões para Cesário, de sorte a deixá-lo conhecedor do que se passava.

De um salto, Cesário tomou a direção de “Cachoeirinha”, apreensivo. Zé Luís seguia-o. A tensão nervosa era enorme. Zé Luís notou-lhe a dura aparência do rosto transtornado, a vigilante atenção com que perscrutava a mata em redor e o modo decidido com que empunhava o rifle, com a bala puxada para a agulha. A marcha forçada, quase correndo, prolongou-se por mais de meia hora, quando reboou o som de um tiro.

Zé Luís sentiu um frio correr-lhe a espinha. Teve a sensação de ter mergulhado num vazio. Pisou em falso, num volumoso tronco apodrecido, o pé se lhe entrou pelo cerne fôfo e todo êle abateu de cheio no chão. Cesário praguejou e voltou-se para ajudá-lo.

Torcera o pé. Não podia correr.

Um segundo tiro ecoou na floresta, com um som rouco e soturno.

Pouco mais adiante, Cesário parou. Marcelino jazia por terra, parecendo ainda chorar, abraçado ao cadáver de Sena, cujo rifle não chegara a ser usado.

Olhando o sangue rútilo de ambos, que se misturava no chão, Zé Luís teve uma náusea violenta.

Afastou-se, deixando sós aquêles corpos unidos pela morte, como tantas vêzes unidos estiveram na depravação e no vício (PASSARINHO, 1960, p.113-114).

O desfecho do caso homoafetivo foi, portanto, trágico para os amantes Marcelino e Manuel Sena. Além disso, nota-se, no final do trecho acima, uma nova intromissão do narrador tecendo sua opinião e julgamento do caso quando observa Zé Luís se afastando dos dois mortos unidos no chão no final do trecho acima.

Por fim, ainda há um último corte que se dá quase no final do capítulo XXI da versão pré-64, no qual o narrador revela um outro envolvimento amoroso do coronel Antônio Carlos com Maria, sua empregada doméstica em Arubatuba, no momento em que Cesário se posta diante de seu chalé exigindo a sua presença: “Da cama larga do Coronel, Maria, em camisola, saltou sobressaltada, correndo à janela” (PASSARINHO, 1960, p. 119). É bem verdade que se trata de um pequeno trecho, mas que sem ele não se entende outra aparente falha de enredo localizada no capítulo XI das versões pós-64, onde o narrador descreve a irritação do coronel Antônio Carlos ao saber que um de seus gerentes, de nome Pádua, “[...] fôra visto a tentar

arrastar a asa à Maria” (PASSARINHO, 1968, p. 72), fato que provocou a intolerância do coronel.

Conclusão

Diante do exposto, pudemos ter uma dimensão do quanto e como a “tesoura censória” do Regime Militar deformou e prejudicou a compreensão do enredo de *Terra Encharcada* nas edições pós-64. Os objetivos – implícitos – parecem ter ficado claros: evitar que o romance escrito pelo Coronel do Exército e Ministro Jarbas Passarinho não fosse taxado de imoral ou figurar em alguma lista de livros proibidos pela censura por abordar um relacionamento homoafetivo entre dois seringueiros e, assim, igualmente preservar duplamente as imagens do autor, membro da alta cúpula do Regime Militar, e da Editora Clube do Livro que, como vimos, se esforçava por manter “boa relação” com a Ditadura.

Essa “boa relação”, portanto, certamente garantiria a permanência da citada editora no mercado editorial com tiragens expressivas destinadas às bibliotecas públicas e, necessário dizer, sem se importar com os “fatores estilísticos” das obras (MILTON, 1996) de seu, digamos, “portfólio”. Convém ressaltar também que o romance *Terra Encharcada*, além de haver sido mutilado com vários cortes em seu enredo original, ficou à sombra de seu autor, isto é, os atos políticos sombrios de seu criador a deixou ignorada, rejeitada ou não visível à crítica nacional, mesmo depois de 34 anos do fim da Ditadura Militar e da censura, pois Jarbas Passarinho ainda publicou uma última edição de seu romance, em 2001, com o mesmo enredo censurado com sua autorização. Com efeito, isto justifica o título do presente estudo e nota-se o porquê de não haver fortuna crítica em torno de *Terra Encharcada* até hoje.

Referências Bibliográficas:

- JACKSON, Joe. **O ladrão no fim do mundo**. Trad. Saulo Adriano. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- MARCELINO, Douglas Attila. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- MILTON, John. **As traduções do Clube do Livro**. 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/viewFile/49894/54000>>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno. **Entre catéguas e muniças: territórios e territorialidades da morte na cidade de Porto Velho**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, 2015.

- PASSARINHO, Jarbas G. **Terra encharcada**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2001.
- _____. **Um híbrido fértil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.
- _____. **Terra encharcada**. Rio de Janeiro: Sá Cavalcante Editores, 1970.
- _____. **Terra encharcada**. São Paulo: Clube do Livro, 1968.
- _____. **Terra encharcada**. Belém: Gráfica Falangola Editora, 1960.
- _____. **Terra encharcada**. Lisboa - PT: Livros do Brasil Lisboa, [s. d.]. (Coleção Livros do Brasil – nº 86).
- REIMÃO, Sandra. **“Proíbo a publicação e circulação...” – censura a livros na ditadura militar**. 2014. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/79684/83686>>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- SILVA, Deonísio da. **Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64**. 2ª ed. rev. Barueri, SP: Manole, 2010.
- SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo**. Manaus: Editora Valer, 2010.

Quando no Oeste construía-se uma Nação: os Povos Indígenas e a formulação de novos projetos nacionais (1937-1948)

When a Nation was being built in the West: Indigenous Peoples and the formulation of new national projects (1937-1948)

Thays Fregolent de Almeida

Mestranda em História

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

thaysfregolent@gmail.com

Recebido em: 22/03/2019

Aprovado em: 20/01/2020

Resumo: Este artigo busca identificar os nexos existentes entre a Marcha para o Oeste e a construção de um novo projeto nacional, durante o Estado Novo (1937-1945), responsáveis por intensificar a dominação dos povos indígenas do Centro-Oeste e a conquista de suas terras. Para tanto, analisaremos a campanha que culminou no projeto de reconhecimento, ocupação e integração do território nacional, assim como a articulação que incorporou a imagem simbólica dos povos indígenas dentro da construção de um ideal de brasilidade. Desse modo, interessa-nos refletir acerca das questões relativas à política indigenista do período, com especial ênfase no caso da Expedição Roncador-Xingu (1943-1948), ponta de lança do projeto expansionista de Getúlio Vargas.

Palavras-chave: Estado Novo; Expedição Roncador-Xingu; Marcha para o Oeste.

Abstract: This article aims to identify links between the Brazilian March to the West and the construction of a new national project, during the Estado Novo (1937-1945), responsible for intensifying the domination of indigenous populations and the conquest of their lands. For that we will proceed an analysis of the campaign that culminated in project of the recognition, occupation and integration of the national territory, as well as the articulation that incorporated the symbolic image of the indigenous population within the construction of an ideal of "Brazilianness". Thus, we are interested in the reflection on the issues related to the indigenist policies of the period, focusing on the Roncador-Xingu Expedition (1943-1948), the spearhead of the expansionist project of Getulio Vargas.

Keywords: Estado Novo; March to the West; Roncador-Xingu Expedition.

Introdução

O Estado Novo (1937-1945) representou um momento decisivo para consolidar a reorganização política que Getúlio Vargas havia iniciado em 1930. As políticas já propostas no período anterior foram reafirmadas de maneira mais incisiva no pós-1937, tais como o incentivo ao desenvolvimento econômico, a industrialização e a soberania nacional. Junto ao Estado Novo, o Governo Federal lançou as bases da Campanha da Marcha para o Oeste, ambicioso projeto de exploração e integração econômica dos "fundos territoriais"¹ do país.

Anunciada em simbólico discurso no dia primeiro de janeiro de 1938, a Marcha para o Oeste previa a ocupação e o desenvolvimento da região Centro-Oeste, especialmente os estados de Goiás e Mato Grosso, de modo a realizar o planejamento do investimento em setores estratégicos, como a orientação de migrações e promoção de infraestrutura de transporte e comunicação. Essa política de valorização do mercado interno funcionou como força motora para a Marcha, que também previa a ampliação da produção agrícola orientada tanto para a exportação quanto para o mercado interno brasileiro (LENHARO, 1986); (DUTRA E SILVA, 2017).

Junto aos esforços pragmáticos do novo projeto nacional, o Governo se ocupou em formular uma nova identidade nacional para o país. Como aponta Lúcia Lippi, o espaço territorial constituía elemento central dessa nova identidade (2008, p. 14). Historicamente relacionada à questão territorial, as populações indígenas também foram elementos centrais desse ambicioso projeto. Durante esse período foram elaborados diversos pronunciamentos sobre os povos indígenas, no sentido de definir e regular os seus limites territoriais em favor do desenvolvimento da Nação.

Dentre os esforços governamentais mobilizados para a Campanha da Marcha para o Oeste, optamos por analisar a Expedição Roncador-Xingu (1943-1948), ponta lança do projeto de adentramento aos "fundos territoriais" brasileiros durante o período recortado. Para melhor desenvolver a análise será traçado um panorama da política indigenista da primeira metade do século XX, personificada no Serviço de Proteção aos Índios e nos trabalhos do marechal Cândido

¹ A categoria "fundos territoriais", formulada pelo geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes, foi elaborada a partir do diálogo com as noções de "território" e "território usado", de Milton Santos. Segundo a formulação de Moraes, os "fundos territoriais" são espaços formais que ainda não haviam sido ocupados, mas que já apareciam representados na cartografia sob a jurisdição de alguma autoridade, isto é, trata-se de verdadeiras "reservas de espaço para a expansão futura da ação colonizadora" (MORAES, 2002).

da Silva Mariano Rondon (1865-1958), assim como nos trabalhos realizados por sertanistas, grande frente de influência dentro da questão indígena do período.

Isso posto, destacamos que o presente artigo procura compreender os nexos existentes na construção de uma nova identidade nacional e na Campanha da Marcha para o Oeste, de modo a compreender alguns dos fundamentos de dominação dos povos indígenas durante o recorte histórico estabelecido.

O Estado Novo em Marcha para o Oeste: a construção de uma nova Identidade Nacional

Em novembro de 1937, momento que Getúlio Vargas instaurou a ditadura do Estado Novo, a integração nacional foi convertida em um dos principais projetos políticos do Governo, sendo promovida como imperativo para a segurança e a soberania nacional. A implantação do novo projeto, ancorado na perspectiva de um Estado centralizador e interventor, tinha dentre seus objetivos lidar com a baixa densidade e a dispersão populacional que marcavam partes do território nacional brasileiro, como era o caso dos estados de Goiás, Mato Grosso e Amazonas.

Como aponta Valdon Varjão (1989), no final da década de 1930, cerca de 93,4% da população estava distribuída por apenas 35,7% do território, compreendendo essencialmente a região litorânea. Ou seja, cerca de $\frac{2}{3}$ do território brasileiro - compreendendo as atuais regiões Norte e Centro-Oeste - possuía uma densidade populacional de cerca de $\frac{1}{2}$ habitante por km² (1989, p. 53).

A proposta de Vargas, após 1937, era organizar uma nova concepção de nação, integrada, a partir da edificação de uma nova identidade nacional, que pudesse ser reconhecida pela coletividade (GOMES, 2013). Um trabalho de grandes proporções, afinal, tratava-se de um território com dimensões continentais, ao longo do qual havia uma população escassa em número, mal distribuída no espaço geográfico e muito mal observada pelo poder público.

Para além das questões internas brasileiras, se faz necessário refletir sobre a influência externa sofrida pelo Brasil nesses anos que antecedem e que permeia a Segunda Guerra Mundial. Uma das questões de grande peso para as novas preocupações governamentais com o território brasileiro foi a tônica do espaço vital, que propunha que as áreas vazias ou mal aproveitadas do planeta deveriam ser ocupadas e exploradas por nações que historicamente tivessem demonstrado

eficiência na gestão de territórios². É nesse momento que as áreas ditas “desconhecidas” do sertão brasileiro passaram a ser vistas com preocupação pelo Estado (REIS, 1968, p. 135).

É dentro desse contexto, que marcou o final dos anos 1930, que podemos compreender a criação da Campanha da Marcha para o Oeste. Foi o próprio presidente quem, através de um pronunciamento de rádio – o mais importante meio de comunicação da época –, lançou as bases do ambicioso projeto ao saudar os brasileiros à meia noite do dia 31 de dezembro de 1937:

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: - dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial (VARGAS, 1938, p. 124).

Inflamado por um discurso nacionalista, o projeto ambicionava efetivar a integração do território brasileiro através da colonização e do desenvolvimento econômico dos “fundos territoriais” do país. O intuito era fazer com que as fronteiras políticas coincidissem com as fronteiras econômicas. Como podemos observar no trecho destacado acima, a Marcha para o Oeste, relacionada ao tradicional movimento das Bandeiras, fez-se a melhor tradução das ambições governamentais de um movimento identitário e unificador. Foi em vista disso que, após a instauração do Estado Novo, a mobilização da tradição bandeirante – historicamente localizada no seio da produção da memória regional paulista – passou a ser mobilizada como uma grandiosa tradição nacional, que agora seria relacionada ao tão almejado movimento de interiorização.

Como aponta Antonio Celso Ferreira (2002), a construção da “epopéia bandeirante”³ se deu entre 1870 e 1940 através das produções de diversos intelectuais paulistas integrantes do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, assim como através da representação construída dentro do Museu Paulista por Affonso de Taunay nas primeiras décadas do século XX. O uso da mitologia bandeirante durante o Estado Novo deu-se sob novas bases, não mais comprometido com o regionalismo paulista mas sim com o novo ideal nacionalista da Marcha para o Oeste.

A nova campanha de interiorização teve seu início com uma série de viagens empreendidas por Getúlio Vargas para as atuais regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. Como aponta

² A tônica do espaço vital foi originalmente desenvolvida por Friedrich Ratzel e retomada no período da Segunda Guerra Mundial. Para Ratzel, cada Nação deve ser do tamanho da sua capacidade de organização e ocupação (COSTA, 2016).

³ Categoria desenvolvida por Antonio Celso Ferreira acerca do processo de construção de uma identidade paulista pautada no bandeirantismo (FERREIRA, 2002).

Seth Garfield (2000, p. 14), sua visita à Ilha do Bananal, em 1940, foi um momento chave na construção da Campanha da Marcha para o Oeste, afinal Vargas foi o primeiro presidente da República a visitar uma área indígena e o Oeste da nação. Essa ocasião, que foi marcada por ampla cobertura da imprensa nacional, explicita a centralidade da valorização das populações indígenas dentro do novo projeto nacional⁴.

Dentre os esforços governamentais mobilizados dentro da Campanha da Marcha para o Oeste temos a criação, no ano de 1941, das Colônias Agrícolas Nacionais. Projeto que visava a fixação do homem à terra, alegando a necessidade de disciplinar a mão de obra excedente em alguns locais. No ano seguinte foi realizado o “batismo cultural” de Goiânia, com o objetivo de associar a criação da nova capital de Goiás e a refundação desse estado ao projeto da Marcha. Ainda em 1942 foi criada a Coordenação de Mobilização Econômica⁵ e em 1943 foram criadas duas das mais importantes instituições da Campanha: a Expedição Roncador-Xingu (ERX) e a Fundação Brasil Central (FBC).

Os meios de comunicação, amplamente ocupados por diversos intelectuais e ideólogos estadonovistas, tiveram papel incontornável na consolidação da Marcha para o Oeste ao realizar a articulação entre o passado bandeirante e o presente expansionista, assim como na divulgação e legitimação do novo movimento de interiorização. Foi através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que se deu a legitimação do conjunto de preocupações que valorizavam os esforços de integração nacional (VELLOSO, 2017, p. 147-176). Nesse sentido, o Estado Novo acabou por politizar o debate acerca da ocupação do imenso e esparsamente povoado território, de modo a sustentar o sentido de colonização do novo projeto e, ainda, relacioná-lo ao dever que implicava a brasilidade: ocupar as áreas a fim de assegurar a soberania nacional.

Assim, fica evidente a importância de uma análise que englobe tanto as questões internas brasileiras, quanto o contexto externo da Segunda Guerra Mundial e da entrada no Brasil na Guerra. O evento foi decisivo para redefinir a centralidade da questão territorial no âmbito estatal, assim como para definir o rumo das políticas internas e externas daquele momento (CAPELATO, 2017, p. 109-140). Como aponta a historiadora Elizabeth Cancelli:

⁴ Compreendemos que a valorização discursiva do elemento indígena para a composição da identidade brasileira não é uma novidade trazida pelo Estado Novo, mas algo que vinha sendo feito desde o período colonial e imperial. Sobre o assunto ver: (MONTEIRO, 2001) e (TREECE, 2008).

⁵ Órgão responsável por orientar a economia brasileira no contexto de emergência gerado pela entrada do Brasil na guerra, assim como por estimular a produção agrícola e industrial do país.

Era o próprio Getúlio quem, naqueles tempos de Segunda Guerra Mundial, quando a disputa por territórios e zonas de influência marcavam drasticamente o mundo, dizia “que nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra que é sangue e carne de seu corpo” (CANCELLI, 2017, p. 46).

Como já colocado, simultaneamente a campanha de integração nacional, o governo Vargas buscou realizar a construção de uma nova identidade nacional, alinhada ao novo projeto. Interessante notar que ambos os projetos eram complementares. O primeiro atuava em termos práticos – através da Campanha da Marcha para o Oeste –, o segundo atuava em termos simbólicos: através da construção de um conjunto de características que pudesse fomentar uma maior identificação entre os brasileiros e o Brasil. Cabe lembrar, que por volta da década de 1930 a “teoria do branqueamento”⁶ começou a ser gradualmente substituída pelo mito da “democracia racial”⁷. Essa mudança que começava a se esboçar, possibilitou novas formulações que firmavam a “capacidade dos brasileiros de conviver e se adaptar ao meio e à variedade de raças” (OLIVEIRA, 2017, p. 326). De modo que o Brasil passaria a ser reconhecido não mais como uma grande nação branca, mas mestiça. Essa mudança diz respeito ao lugar e o papel de um elemento central da construção da identidade nacional: o “povo brasileiro”.

A valorização da mestiçagem como elemento dessa nova identidade nacional que passou a ser construída a partir de meados da década de 1930, estava em perfeita sintonia com os acontecimentos mais recentes da Primeira Guerra Mundial. O conflito fomentou novas reflexões que acabaram por reorientar o pensamento sobre o Brasil. Como aponta a historiadora Lúcia Lippi de Oliveira, as novas formulações acerca da Europa e da América foram marcadas pelas seguintes noções: a primeira passava a ser representante do velho e do decadente, enquanto que a segunda como espaço do novo e do futuro. A autora ainda aponta que:

Passou-se a considerar que os brasileiros não podiam mais ser tributários dos decadentes valores europeus. Passou-se a combater a cópia, o vício de imitação. A elite brasileira que vivia sob o signo do exílio, que gostaria de ser europeia, precisava quebrar sua mentalidade europeizante e voltar-se para as “verdadeiras” raízes brasileiras. Inventa-se a autenticidade das raízes nacionais, que são buscadas em um passado histórico ou em tempos imemoráveis. É dentro desse espírito de reinvenção do Brasil que se volta para eventos do passado - principalmente no período colonial - ou para mitos que teriam dado origem ao povo brasileiro. É no povo brasileiro que estaria a raiz da nacionalidade, é nele

⁶ Crença de que a solução para os problemas do povo brasileiro (povo mestiço e pouco civilizado) estaria na entrada de grandes contingentes de imigrantes brancos. A partir da miscigenação com os imigrantes, supunha-se que em três ou quatro gerações a população se tornaria cada vez mais branca (OLIVEIRA, 2017, p. 326).

⁷ A ideia que o Brasil seria um país sem preconceito racial, com a capacidade de assimilar o “estrangeiro”, onde todas as raças convivem harmonicamente sem distinção entre elas (OLIVEIRA, 2017, p. 327).

que se encontraria o brasileiro autêntico. (OLIVEIRA, 2017, p. 327)

Desse modo, a autenticidade brasileira passou a ser captada no mundo rural, ou seja, no sertão e no sertanejo. Junto a valorização desses elementos rurais como símbolos da nacionalidade, o bandeirante do período colonial também foi recuperado como importante expressão da brasilidade por sua bravura e ímpeto expansionista, através da produção de intelectuais ligados ao Estado Novo, como é o caso de Cassiano Ricardo, questão que será desdobrada mais a frente.

Por fim, mas guardando a mais alta relevância para os fins do presente artigo, a valorização simbólica das populações indígenas representou elemento central dentro do conjunto da formulação da nova identidade nacional, através do reconhecimento de suas contribuições para a formação histórica e cultural do Brasil. Como aponta Seth Garfield (2000, p. 14), os indígenas seriam defendidos por conterem “as verdadeiras raízes da brasilidade”. No entanto, como veremos, tal projeto – que também previa uma política de desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste – acabou por criar um discurso cultural de dominação dos grupos indígenas e seus territórios. Ainda segundo Garfield:

Obrigando os povos indígenas a entregar o controle territorial e a autonomia política em nome do interesse “nacional”, o Estado afirmava possuir conhecimento e capacidade exclusivos para engendrar índios *melhores*: agricultores sedentários, trabalhadores rurais disciplinados, consumidores do mercado e cidadãos patriotas. O Estado brasileiro, como em outros países da América em meados do século XX, pregava a “civilização” dos indígenas por meio de métodos não coercitivos e esclarecidos - métodos “respeitosos” da cultura indígena, ainda que adequadamente propulsores de uma jornada transformadora e sem retorno para dentro das correntes socioeconômicas dominantes. (GARFIELD, 2011, p. 17).

Desse modo, diversas terras indígenas ancestrais foram classificadas pelos estrategistas militares como “zonas de segurança nacional” (IDEM), o que acarretava no estabelecimento do contato e, posteriormente, a modificação da produção e organização social das populações indígenas desses locais. Seja através de um contato desassistido – como com a construção de rodovias ou exploração (muitas vezes privada e/ou ilegal) da área –, seja através de frentes de expansão do Estado em trabalho conjunto com o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), como foi o caso da Expedição Roncador-Xingu.

Para o Estado Novo – Governo que levantou uma bandeira modernizadora e promotora de uma identidade nacional pautada por aspectos homogeneizantes da população brasileira – as populações indígenas e suas diferenças culturais representavam um grande obstáculo. Por outro lado, os povos indígenas eram portadores de forte simbolismo como “primeiros cidadãos e marco

de uma excepcionalidade nacional” (IDEM, p. 18), tema que foi amplamente explorado pelo Governo através da inauguração de formalidades e cerimônias incumbidas de ajudar na consolidação da imagem do indígena como integrante da nacionalidade. Como foi o caso da criação do Dia do Índio em 19 de abril de 1943 e o incentivo dado para a exibição de exposições, programas de rádio, discursos e filmes sobre as populações indígenas (IDEM, p.53). As questões acima apontadas desnudam algumas das diversas contradições constitutivas do projeto estadonovista, assunto que será desenvolvido a seguir.

Notamos que ao se “celebrar” o nativo, algumas concepções eurocêntricas da história e da cultura tradicionalmente mantida até o começo do século XX eram subvertidas. A essência da brasilidade, não vinha mais do outro lado do Atlântico e sim do interior do território nacional. Entretanto, nessa onda de valorização de sujeitos relacionados à essas zonas interioranas do país, há uma clara contradição: a valorização e exaltação tanto das populações indígenas, quanto dos bandeirantes.

Destacamos que o grande "personagem" da Campanha da Marcha para o Oeste, ou melhor, as características que melhor condensavam a proposta do novo projeto eram aquelas historicamente associadas aos bandeirantes: o ímpeto expansionista e explorador/desbravador. Cassiano Ricardo foi o principal articulador da construção que estabelecia uma relação entre a brasilidade e o ímpeto explorador no âmbito do Estado Novo. Importante ideólogo estadonovista, Ricardo através de um ensaio sociológico publicado em 1940 intitulado *Marcha para Oeste: influência da 'bandeira' na formação política e social do Brasil*, procurou relacionar a expansão da fronteira Oeste com o desenvolvimento social, político e cultural brasileiro⁸. Além de construir a excepcionalidade da conquista territorial como um traço da própria brasilidade, Cassiano Ricardo procurou exaltar a importância do trabalho conjunto das três raças na lógica de organização das bandeiras, assim como na lógica de organização do Estado brasileiro. Entretanto, conforme nota George Coelho (2010, p. 75-104), esse aparente elogio ao convívio das três raças e à miscigenação, resguarda uma construção que justifica a hierarquização da força de trabalho, isto é, a hierarquização racial. Essa construção, amplamente absorvida pelo Estado Novo, pode ser identificada na Marcha para o

⁸ A visão proposta por Cassiano Ricardo era donatária da visão turneriana da Fronteira desenvolvida nos Estados Unidos no final do século XIX. Para Jackson Turner a excepcionalidade da expansão da fronteira no continente americano era a representação máxima do rompimento com as suas raízes europeias e o desenvolvimento de uma cultura própria. Sobre a tese de Jackson Turner e sua influência na historiografia brasileira, ver: (WEGNER, 2000).

Oeste, projeto que criou um discurso cultural de dominação das populações indígenas e seus territórios, questão que será explorada a seguir.

Reflexões sobre a política indigenista e os modelos de atuação sertanista no Brasil da primeira metade do século XX

O século XX foi marcado por mudanças no âmbito da política indigenista brasileira, como foi o caso da criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Essas mudanças estão, em certo nível, associadas às políticas de intervenção sobre o território nacional impulsionadas com maior vigor a partir das últimas décadas do século XIX, com especial destaque para o início do período republicano. Foi o caso da expansão do telégrafo, grande projeto de reconhecimento do território nacional e promoção dos meios de comunicação⁹. A "Comissão Rondon", como ficou conhecida, foi parte importante de um projeto interessado na defesa do território nacional, atendendo à questões de ordem geopolítica e militar. Entretanto, para além do reconhecimento de seus trabalhos empenhados na expansão dos meios de comunicação pelo território nacional, o caráter científico que os trabalhos da Comissão assumiram acabou por jogar luz sobre uma importante questão: as populações indígenas localizadas no interior do país (AMOROSO, 2017, p. 174-195). O acervo fotográfico e filmográfico acerca das populações indígenas, um dos grandes legados da Comissão Rondon, foram amplamente divulgados na época através dos Departamento de Imprensa e Propaganda (TACCA, 2011, p. 204-216); (MACIEL, 1998, p. 243-292).

A ebulição de novas informações resultante dos contatos estabelecidos com as populações indígenas no decorrer dos trabalhos da Comissão, fomentou diversos debates acerca do tratamento e da política que deveria ser desenvolvida. Conforme aponta Felipe Milanez, essa movimentação de ideias acabou por delinear dois pólos de opinião: os que defendiam sua proteção e assimilação e os que os defendiam o seu extermínio (2015, p. 37). Os principais representantes do debate eram: Marechal Rondon – na época renomado como importante sertanista e indigenista –, defendendo a proteção dos povos indígenas através de palestras e artigos em jornais e, de lado oposto, Hermann von Ihering – então diretor do Museu Paulista –, defensor do extermínio dessas populações, como fica expresso em seu texto publicado em 1907 na Revista do Museu:

Os atuais índios do Estado de São Paulo não apresentam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros estados do Brasil, não se

⁹ Embora a expansão do telégrafo tenha tido seu início na segunda metade do século XIX, foi apenas na última década desse século e, principalmente, nas duas primeiras do século seguinte que, sob orientação do Marechal Rondon, suas atividades alcançaram algumas regiões mais distantes das zonas litorâneas, como os atuais estados de Goiás, Mato Grosso e Rondônia (MACIEL, 1998).

pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados, e como os Kaingang selvagens são um empecílio para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, se não o seu extermínio. A convenção dos índios não tem dado resultado satisfatório; aqueles índios que se uniram aos portugueses imigrados só deixaram uma influência maléfica nos hábitos da população rural. (VON IHERING, 1907, p. 215)

Foi essa movimentação de ideias que marcou os primeiros anos do século XX, principalmente na imprensa, sobre o que deveria ser feito em relação aos povos indígenas que levou à criação de um órgão oficial incumbido de tratar da questão. Através do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC)¹⁰, do Apostolado Positivista e do Museu Nacional que foi criado, por meio do Decreto Federal nº 8.072 de 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN) – o órgão teve o nome abreviado para Serviço de Proteção aos Índios (SPI) a partir de 1918 (MILANEZ, 2015, p. 37).

Embora a legislação do SPI não tenha sido escrita pelo Marechal Rondon, o órgão respondia aos três princípios básicos por ele sustentado: “proteção eficiente dos dos grupos indígenas, respeito por sua identidade cultural, assistência nacional desinteressada” (DAVIS; MENGET, 1981, p. 65). Rondon foi convidado a dirigir o órgão pelo reconhecimento que ganhara no trato com os povos indígenas nos trabalhos das Comissões de Linhas Telegráficas e por conta das ideias positivistas sobre os indígenas, em pleno acordo com “os projetos de colonização e povoamento definidos na criação do MAIC” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 113).

Poucos anos após a criação do Serviço, outras mudanças foram introduzidas a partir do Código Civil de 1916. Dentre elas, nos interessa aqui aquela que definia os povos indígenas como relativamente incapazes no que diz respeito às questões civis, impondo, dessa maneira, a necessidade de uma proteção por parte do Estado. Ideia proclamada pelo positivismo, cujos princípios detinham grande influência dentro do círculo militar e civil envolvido com o SPI. Segundo Seth Garfield (2011, p. 64), tal mudança teria sido introduzida “sob o pretexto de fornecer proteção legal constante contra a fraude e a exploração”. No entanto, a posição paternalista assumida pelo Estado converteu-se com facilidade em arrogância e abusos. O próprio discurso do Estado Novo reforçava a suposta infantilidade dos indígenas, que só seria superada “por meio da instrução cívica e vocacional” (IDEM).

¹⁰ O MAIC, criado em 1909, fora embasado por valores positivistas de progresso e de defesa de uma ciência aplicada. Importante que se pontue que desde sua criação estava previsto na sua estrutura a instituição de um “serviço para catequese e civilização dos índios” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006. p.107).

Como aponta o antropólogo Darcy Ribeiro, o SPI enfrentou a dificuldade de atuar entre duas forças: o governo central e os governos locais. O primeiro, representando interesses vinculados à expansão da fronteira, já o segundo, defendendo interesses econômicos e agrários que entravam em confronto com às terras indígenas (RIBEIRO, 1970, p. 186-190). Para Ribeiro, a atuação do SPI se dava no sentido de intervir para salvar certo povo do extermínio, no entanto, não conseguia impedir o estado de miséria que passava a atingir essas populações após o contato e a competição com populações brancas mais numerosas e mais bem equipadas materialmente. Dentre os maiores problemas do SPI, o antropólogo apontou a escassez de recursos orçamentários e pessoal qualificado. Como aponta Carlos Augusto da Rocha Freire e Milton Guran (2010, p. 13):

Criado para intervir nas situações de conflito, evitando o extermínio de indígenas, o SPI tinha um projeto de “civilização” dos índios desenvolvido a partir das atividades de atração e pacificação. Essas atividades eram caudatárias das técnicas de contato e conquista instaurados pelo jesuítas ao criar aldeamentos indígenas à época colonial. Essa herança, reconhecida por Rondon, nem sempre foi detalhada em normas e regulamentos do SPI. (FREIRE; GURAN, 2010, p. 13)

O antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima (1995), em pesquisa que desenvolve uma análise crítica acerca dos trabalhos e métodos utilizados pelo SPI, assim como acerca da ideologia de ação dos trabalhos realizados por Rondon, aponta o SPI como um órgão responsável por implantar e reproduzir as lógicas de poder do Estado de modo a "manter o monopólio sobre o exercício de diversos poderes sobre os povos nativos" (p. 39). Segundo Lima a lógica do "poder tutelar"¹¹ está na base das atividades desenvolvidas pelo SPI, de modo o SPI constitui "um poder estatizado num aparelho de pretensa abrangência nacional, cuja função a um tempo é estratégica e tática, no qual a matriz militar da guerra de conquista é sempre presente" (LIMA, 1995, p. 74). Essa lógica de ação, amplamente utilizada nas primeiras décadas do século XX, é apontada pelo autor como donatária do molde colonizador ibérico, pautado na territorialização – isto é, conquista de territórios – através da força militar, sendo esse um dos principais traços da formação do Estado Nacional no Brasil.

Para além da atuação do SPI, órgão governamental especializado e organizado para lidar com as questões indígenas brasileiras, destacamos a importância dos trabalhos das frentes de

¹¹ "Poder tutelar" é uma categoria desenvolvida pelo antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima para designar a forma de ação do Estado brasileiro sobre as populações indígenas durante o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Essa forma de ação é definida como "uma forma reelaborada de guerra, ou, de maneira muito mais específica, do que se pode construir como um modelo formal de uma das formas de relacionamentos entre um "eu" e um "outro" afastados por uma alteridade (econômica, política, simbólica e espacial) radical, isto é, a conquista, cujos princípios primeiros se repetem – como toda a repetição, de forma diferenciada – a cada pacificação" (p. 43).

penetração do Estado, isto é, a atuação dos próprios sertanistas¹². Durante a década de 1940, delinearam-se dois modelos de atuação sertanista: os protecionistas e os integracionistas. Marechal Rondon e os herdeiros de suas práticas de pacificação, os irmãos Villas Bôas, eram os grandes nomes do modelo protecionista. Já Francisco Meirelles, reconhecido por seus trabalhos de pacificação de um grupo de índios Xavante, era o principal representante do modelo integracionista. Como aponta Freire e Guran (2010, p. 17), “Rondon, Francisco Meirelles e os irmãos Villas Bôas foram os sertanistas mais famosos do século XX, durante a existência do SPI”.

O modelo integracionista, pautado por metas desenvolvimentistas, acreditava que as populações indígenas deveriam ser rapidamente integradas à economia da sociedade brasileira com a fim de impulsionar e integrar as economias regionais do país (FILHO, 2006, p. 58). A seguinte declaração de Francisco Meirelles, já na década de 1970, recuperada por Carlos Augusto da Rocha Freire condensa bem as ideias desse modelo:

O índio entrará como fator étnico na formação da raça brasileira, por miscigenação e não por extermínio; a idéia é promover a confraternização de índios com civilizados, pois não se pode “contrariar uma política do governo de abertura de estradas que ele julga necessárias para nosso desenvolvimento”; (...) É um “tributo à civilização”; discriminação é não deixar que os índios tenham acesso a nossos bens; a política indigenista é “assunto tão difícil que Rondon passou toda sua vida buscando uma solução e deixou tudo na estaca zero, apesar do prestígio e da força que ele teve”. (FREIRE, 2008, p. 106)

No trecho acima pode-se notar a crítica aos trabalhos de marechal Rondon, principal referência do modelo protecionista. Ainda cabe notar, que o modelo de pacificação de Meirelles era o “clássico”, herdado de Rondon, mas com algumas variantes que acabaram por criar um outro estilo de atuação sertanista. À medida que Rondon propunha “o respeito ao tempo de resposta dos índios às inovações tecnológicas e sociais” (IDEM, p. 110), Meirelles acreditava que o índio deveria ser emancipado como trabalhador “desenvolvendo seu potencial rapidamente” (IDEM, p. 109). O último ainda fazia uso de técnicas intimidadoras de pacificação com finalidades integracionistas e assistencialistas; as estratégias do contato partiam de iniciativas pacíficas com

¹² A historicidade e a polissemia da categoria social “sertanista” atravessa toda a história do Brasil”. No período Colonial, os sertanistas eram aqueles que adentravam o continente em expedições para o aprisionamento de indígenas, em sua maioria, os bandeirantes paulistas. Tais práticas perduraram, com modificações e permanências, até o final do século XIX. Com o início do século XX e principalmente a partir da divulgação dos trabalhos da Comissão Rondon, a categoria “sertanistas” passou a ser usada para designar os trabalhadores da comissão. Era assim que a imprensa identificava os trabalhadores da Comissão e como o próprio Rondon se apresentava em suas conferências. Após o pioneirismo da Comissão, a atuação de Leonardo, Cláudio e Orlando Villas Bôas na Expedição Roncador-Xingu acabou por dar novo destaque à prática sertanista relacionando-a ao indigenismo, que ganhava forma na primeira metade do século passado. Ver: (FREIRE, 2008. p.107).

expedições numerosas, o “namoro”¹³ e também a invasão de aldeias ou acampamentos indígenas, ou a técnica de transferência imediata de populações inteiras para outros locais, que na maioria das vezes causava grande mortandade por falta de assistência sanitária e médica; por fim, previa-se “a introdução de técnicas econômicas e integração ao mercado regional” (IDEM, p. 110). Ou seja, para os integracionistas a questão indígena se limitava em transformá-los, o mais rapidamente, em trabalhadores nacionais.

Notamos que as ideias do modelo integracionista estavam em perfeita sintonia com as ideias mais gerais do projeto de integração nacional do governo, encarnado na Campanha da Marcha para o Oeste. O pesquisador Seth Garfield aponta que, na viagem de Getúlio Vargas à Ilha do Bananal, evento construído para reforçar o projeto de valorização simbólica das populações indígenas, o presidente prometeu que seriam distribuídas terras aos índios e caboclos daquelas regiões e que a fixação do homem na terra era importante parte de seu plano de desenvolvimento do Oeste (GARFIELD, 2000, p. 15).

No que tange aos trabalhos desenvolvidos por marechal Rondon, que também enxergava a questão indígena como uma questão nacional, destacamos uma distinção: a integração das populações indígenas não se encontrava exatamente no âmbito do mercado regional, mas do serviço do povoamento e proteção das fronteiras nacionais (MONTERO, 2017, p. 104). Ambas as propostas de atuação – que partiam de uma forma de conhecimento pautada na experiência do trabalho e da vivência – tinham como principal divergência o tempo da integração: imediata ou ao longo de gerações.

Contudo, dentro do modelo protecionista haviam distinções entre as propostas de Rondon e a dos irmãos Villas Bôas. Os últimos divergiam do viés positivista que fundamentava a visão de Rondon, segundo o qual a incorporação do índio à comunhão nacional era vista como decorrente do próprio desenvolvimento das sociedades indígenas. Isto é, “o positivismo tratava a questão indígena como um processo evolutivo, que obedecia a leis inexoráveis. Com o tempo, os indígenas iriam necessariamente passar a outros estágios civilizatórios” (KURY; FEDI, 2017, p. 238). Os irmãos Villas Bôas, em linhas gerais, caminhavam no sentido da orientação pacifista rondoniana, no entanto, não se restringiam à ela. Desse modo, passaram a defender não apenas preservação

¹³ A técnica do “namoro” consiste principalmente na oferta e na troca de objetos para adquirir a confiança dos povos a serem contatados e pacificados.

física dos indígenas (como fazia Rondon), mas também a preservação de sua integridade cultural. Perspectiva que acabou sendo abraçada por Rondon no final de sua vida.

A Expedição Roncador-Xingu (1943-1948): tensão entre integrar e preservar os indígenas do Brasil Central

A Expedição Roncador-Xingu, ponta de lança da Campanha da Marcha para o Oeste, será analisada de modo a desnudar as contradições no que tange ao papel reservado às populações indígenas dentro do novo projeto de Nação impulsionado no pós-1937 por Getúlio Vargas. Instituída em 3 de junho de 1943, através da Portaria nº77, da Coordenação de Mobilização Econômica (CME)¹⁴, a expedição representou uma das principais medidas do movimento de interiorização da década de 1940. Conforme o documento de sua criação, suas atividades visavam “a necessidade de explorar e povoar o maciço central do Brasil nas regiões das cabeceiras do rio Xingu”, na época, tido como um dos locais “mais desconhecidos da terra” (PORTARIA Nº 77). De maneira geral, sua função consistia em estabelecer vias de comunicação pelo interior do país até o Amazonas a partir da exploração e povoamento dessas regiões, possibilitando condições propícias para a chegada do chamado desenvolvimento. Nas palavras de Maria Eduarda C. G. Galvão:

povoar, explorar e sanear aquela parte do território nacional era uma proposta que apostava no progresso econômico através da ocupação de uma porção do Brasil que, embora ainda pouco conhecida e de difícil acesso, deveria ser definitivamente integrada ao território nacional. (GALVÃO, 2014, p.7)

Para a realização desses objetivos, a Roncador-Xingu foi considerada de interesse militar poucos meses após sua criação, através do decreto-lei nº5.801 de 8 de setembro de 1943¹⁵. Sua chefia foi confiada ao tenente-coronel Flaviano de Matos Vanique, sob a supervisão do militar João Alberto Lins de Barros, idealizador da empreitada¹⁶. Cabe destacar outro importante objetivo da expedição: a expansão da rota aérea nacional. Para tanto, foi doado, pelo Ministério da Aeronáutica, um avião para os trabalhos de transporte da expedição.

¹⁴ O documento integral que instituiu a Expedição Roncador-Xingu consta no livro publicado por Acary de Passos Oliveira, relator da Expedição nos seus dois primeiros anos de atuação (OLIVEIRA, 1976, p. 175-176).

¹⁵ O documento integral que considerou a Expedição Roncador-Xingu de interesse militar consta no livro publicado por Acary de Passos Oliveira, relator da Expedição nos seus dois primeiros anos de atuação (OLIVEIRA, 1976, p. 177).

¹⁶ João Alberto Lins de Barros (1897-1955) foi um militar e político pernambucano, integrante da Coluna Prestes e Ministro da Coordenação de Mobilização Econômica de Getúlio Vargas, assim como primeiro presidente da Fundação Brasil Central. Tendo sido uma figura fundamental no projeto da Marcha para o Oeste durante o Estado Novo.

Declaradamente enraizada em interesses militares e estratégicos do Governo, a Roncador-Xingu deveria atravessar os estados de Goiás e Mato Grosso, abrindo os caminhos ainda inviolados pelo homem branco, criando as condições necessárias para a implantação de "núcleos de civilização" no decorrer do seu trajeto. A abertura dos caminhos, realizada pela vanguarda da expedição, deveria ser seguida pela construção de acampamentos, campos de pouso e instalação de bases radiofônicas. O projeto a ser executado pelos escalões seguintes consistia em melhorar os caminhos e fixar cerca de duzentas famílias por ano em pontos favoráveis para agricultura e instalação de campos de aviação. Previa-se, portanto, além do aproveitamento dos recursos naturais e humanos daquela região, sua incorporação à rota aérea nacional.

Ao analisar o documento que instituiu a Expedição Roncador-Xingu, notamos a ausência de alusão à existência de populações indígenas nas regiões delineadas para seu percurso, desse modo, não foi assumido de maneira explícita nenhum modelo de conduta específico. Entretanto, ao consultar as reportagens divulgadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* acerca das atividades da Roncador-Xingu¹⁷, pudemos observar que era de conhecimento do governo e das forças militares envolvidas a inevitabilidade do contato. Ainda notamos que era de conhecimento dos chefes da expedição algumas das etnias que seria encontradas no decorrer do caminho, como era o caso dos Xavante, conforme observamos na declaração prestada por João Alberto no dia da instituição da expedição divulgada pelo jornal no seguinte. Segue parte da notícia que transcreveu a declaração dada por telefone, cujo um dos subtítulos questionava: "E OS CHAVANTES? Não houve essa pergunta, mas devia estar nos olhos de todos nós, porque o Coordenador [João Alberto] disse, esclarecendo, que os nossos irmãos matadores de gente ficarão à distância" (GRANDE, 1943, p. 8). Na mesma ocasião, João Alberto ainda afirmou a presença do Serviço de Proteção aos Índios durante os trabalhos da expedição.

A primeira contradição que notamos está na ausência de menção acerca das populações indígenas, sendo que era de conhecimento geral a inevitabilidade do contato. As normas de conduta, portanto, entre a expedição, o SPI e os indígenas ficaram de fora dos documentos oficiais. Poucos dias após a primeira notícia, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um artigo sobre a reunião entre os chefes da expedição e o marechal Rondon na sala de sessões do Conselho

¹⁷ Durante o período de Iniciação Científica localizei, na hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade, quarenta e sete notícias do jornal *O Estado de S. Paulo* entre os anos de 1943 e 1948 sobre os trabalhos desenvolvidos pela Expedição Roncador-Xingu.

Nacional de Proteção aos Índios (CNPI)¹⁸, na qual João Alberto expôs os objetivos da expedição de modo solicitar a colaboração do SPI. Conforme veiculado pelo jornal: "O general Rondon, a seguir, tomou a palavra para aplaudir a exposição feita pelo ministro João Alberto, declarando, por outro lado, que facilitaria à expedição todos os meios de que, no momento, dispõe o S.P.I. naquela longínqua região" (PREPARATIVOS, 1943, p. 12).

Segundo João Pacheco Oliveira e Carlos Augusto Freire (2006, p. 115) ainda podem ser apontadas outras contradições nos trabalhos desenvolvidos pelo SPI. Embora o órgão devesse respeitar as terras e a cultura indígena, era comum a transferência de índios para a liberação de territórios para colonização. O sociólogo João Marcelo Maia (2012), responsável por desenvolver importante trabalho acerca da Fundação Brasil Central - órgão responsável por fazer o planejamento das atividades da Expedição Roncador-Xingu – aponta que a Fundação teve uma relação conflituosa e contraditória com o SPI. A comunicação entre os dois órgãos era constante, o que não impediu que o SPI buscasse facilitar o trabalho da Fundação e da Roncador-Xingu, que irremediavelmente adentraria em terras de povos indígenas ainda isolados. Como aponta o autor, o que predominava era a necessidade, formulada pelo governo, de adentrar nessas terras e que elas "deveriam ser alvo de iniciativas colonizadoras no pós-guerra, que levassem ao estabelecimento da "civilização" na região" (p. 77).

A partir das questões acima expostas, das notícias selecionadas e tendo em vista os objetivos propostos para a expedição dentro do contexto no qual foi impulsionada, é de se supor que o viés de conduta esperado da Roncador-Xingu fosse de acordo com o modelo integracionista, isto é, um rápido processo de integração das populações indígenas à sociedade brasileira, de modo a transformá-las em trabalhadores nacionais. Ainda chamamos a atenção para o fato de ter sido Francisco Meirelles, principal representante do modelo integracionista, o encarregado escolhido pelo SPI para comandar o processo de contato e a "pacificação" dos Xavante. Do mesmo modo notamos que a proposta da rápida transformação dos indígenas contatados em trabalhadores nacionais estava em pleno acordo com as a política de desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste, desenvolvidas pela Marcha para o Oeste e pela Expedição Roncador-Xingu.

Entretanto, após o primeiro contato com os Xavantes, realizado através do SPI, os

¹⁸ Criado durante o Estado Novo, em 22 de novembro de 1939 através do Decreto-lei nº 1.794, enquanto órgão consultivo, ele deve ser relacionado aos interesses do governo de mudar os procedimentos de tomada de decisões, o que possibilitou o aparecimento de "projetos caracterizados pela tentativa de planificação de programação de objetivos a partir de estudos especializados"#. Em suma, o CNPI era acionado pelo SPI (ou por instituições culturais e educacionais públicas ou privadas) diante de problemas de difícil solução no âmbito da questão indígena.

contatos seguintes, ficaram quase todos a cargo da própria vanguarda da expedição concentrados nos trabalhos dos irmãos Villas Bôas. Em julho de 1945 foi realizado o primeiro contato com os índios Xavante. No ano seguinte, foi estabelecido o contato com os índios Kalapalo na região do rio Kuluene – um dos formadores do Xingu. A vanguarda da expedição atingiu, finalmente, o rio Xingu em 1947, momento em que se deu o contato com os povos Kamayurás, Mehinakús e Awetis. Um ano depois em uma exploração da região do rio Tanguro foram contactados os índios Waurás. (MEIRELLES FILHO, 2011, p. 116-131).

Ainda que a conduta adotada pela Roncador-Xingu – através dos trabalhos dos irmãos Villas Bôas – tenha sido protecionista, herdeira do modelo desenvolvido por marechal Rondon, foi elaborada uma proposta distinta das antigas práticas adotadas pelo mestre positivista. Nos anos finais da expedição, momento que já havia um alto número de indígenas contactados na região do rio Xingu, começou a ser formulada a proposta de criação de uma reserva indígena com a finalidade de “assegurar a reprodução simbólica e material das comunidades, segundo seus usos e costumes, até que a sociedade brasileira estivesse apta a recebê-las e elas prontas para serem integradas, sem perder com isso a identidade cultural” (FILHO, 2006, p. 47). Entretanto, a ideia só conseguiu se consolidar no ano de 1961, com a criação do Parque Nacional do Xingu, primeira terra indígena homologada no Brasil. A demora de quase duas décadas para a realização da proposta é altamente representativa de sua incompatibilidade com as forças políticas e os projetos desenvolvimentistas e expansionistas da década de 1940.

Considerações finais

Como vimos, a primeira metade do século XX assistiu a mudanças relevantes, abrindo novos caminhos de discussão e ação dentro da política indigenista brasileira, como a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), primeiro órgão governamental laico encarregado das questões indígenas. Do mesmo modo, inaugurou-se um debate público acerca da necessidade de assistência e respeito cultural e material para essas populações. Entretanto, concomitantemente às mudanças no terreno político, Getúlio Vargas lançou mão de seu ambicioso projeto de ocupação e colonização dos “fundos territoriais” brasileiros.

Durantes o final da década de 1930 e início de 1940, a expansão territorial, tônica da história do Brasil, passou a ser identificada como a própria ideologia do Estado, através da Campanha da Marcha para o Oeste. O complexo e multifacetado projeto foi mobilizado tanto no

âmbito pragmático quanto simbólico, através da formulação de uma nova identidade nacional em pleno acordo com o projeto de desenvolvimento das regiões interioranas brasileiras.

Um ponto chave dessa formulação foi a eleição do ímpeto expansionista como símbolo máximo da brasilidade. O bandeirante, sujeito colonial, era valorizado por sua qualidade de desbravador do território nacional, ao passo que toda história de exploração e dizimação das populações indígenas era mascarada frente a importância do processo de expansão. Apesar da tentativa de expressar a valorização da cultura indígena dentro da formação cultural brasileira, a própria eleição do bandeirante como sujeito homenageado escancara o local destinado aos povos indígenas dentro do novo projeto governamental.

Ao passo que a nova identidade nacional buscava valorizar a mestiçagem, os indígenas eram vistos como parceiros na construção de um projeto nacional, desde que tutelados pelo Estado, em pleno acordo com um modelo de governo paternalista, incumbido de proteger e outorgar a cidadania e os direitos dos grupos sociais marginalizados. Os indígenas, relegados como o “outro” étnico tinham participação apenas simbólica, sem protagonismo dentro das decisões dos projetos e das políticas governamentais. Nesse sentido, verifica-se uma continuidade com o modelo identitário advogado pelo romantismo brasileiro um século antes¹⁹.

Isso posto, chamamos a atenção para os nexos entre o movimento de valorização simbólica dos povos indígenas dentro da construção de uma nova identidade nacional e os interesses envolvidos no movimento de expansão territorial que se seguia, principalmente, através da Marcha para o Oeste. Desse modo, duas questões nos parecem centrais: os povos indígenas foram elementos centrais na construção e na promoção de uma identidade nacional brasileira, assim como, foram peças fundamentais dentro do projeto de colonização e ocupação territorial promovido por Getúlio Vargas.

Acreditamos que pensar o caso da Expedição Roncador-Xingu nos permite compreender qual era o tipo de relação estabelecido entre as frentes de penetração do Estado e o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Conforme vimos, dentro dessa relação, flexível e pouco assistida, os projetos nacionalista e desenvolvimentista do governo eram sempre favorecidos, fazendo com que a efetivação prática da política indigenista fosse relegada a um lugar secundário em relação a necessidade de assegurar o desenvolvimento e da soberania nacional.

¹⁹ Sobre o papel relegado às populações indígenas no período do século XIX, ver: (SPOSITO, 2012) e (ALMEIDA, 2010).

Embora seja necessário reconhecer a relevância dos trabalhos desenvolvidos pela Roncador-Xingu sob a liderança dos irmãos Villas Bôas, cujo fruto foi a criação do Parque Nacional do Xingu, não se pode relegar o contexto e os projetos políticos da qual ela faz parte. A Expedição Roncador-Xingu constituiu importante política de ação do grande projeto de expansão territorial proposto por Getúlio Vargas no período estadonovista, projeto esse responsável por inflamar o processo de invasão e espoliação das terras indígenas na região Centro-Oeste.

Fontes:

Documento da Portaria nº 77, de 3 de junho de 1943, do coordenador da Mobilização Econômica. In: OLIVEIRA, Acary de Passos. Roncador-Xingu roteiro de uma expedição. Barra do Garças, Araguaia 1943 - Rio das mortes. Xavantina 1944. Goiânia: UFGO, 1976. p.175-176.

OLIVEIRA, Acary de Passos. Roncador-Xingu roteiro de uma expedição. Barra do Garças, Araguaia 1943 - Rio das mortes. Xavantina 1944. Goiânia: UFGO, 1976.

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938, vol.V.
VILLAS BÔAS, Orlando. *Histórias e causas*. São Paulo. FDT – 2005.

VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. *A Marcha para o Oeste – A epopeia da Expedição Roncador-Xingu*. São Paulo. Companhia das Letras, 2012 [1ª ed. 1994].

Periódicos:

GRANDE expedição partirá em breve para a Serra do Roncador. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 4 de jun. 1943. p.8.

PREPARATIVOS para o início da Expedição Roncador-Xingu. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 10 de jun. 1943, p. 12.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Editora: FGV - Fundação Getúlio Vargas, 2010.

AMOROSO, Marta. "A intenção de arquivo: o inventário etnográfico na Comissão Rondon". In: KURY, Lorelai; SÁ, Magali Romero (org). **Rondon: inventários do Brasil**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2017.

CANCELLI, Elizabeth. **O Estado Novo em Marcha para o Oeste**. Editora CRV. 2017.

CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”. In FERREIRA, Jorge; COSTA, Walderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2016 [1ª ed. 1992].

COELHO, George Leonardo Seabra. **Marcha para o Oeste: entre a teoria e a prática**. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

DAVIS, Shelton H., MENGET, Patrick. “Povos primitivos e ideologias civilizadas no Brasil”. In: JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgar de A. (Orgs). **Antropologia e Indigenismo na América Latina**. São Paulo; Cortez, 1981.

DUTRA E SILVA, Sandro. **No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. “Vida de Sertanista: a trajetória de Francisco Meirelles”. In: **Revista Tellus**, ano 8, n.14, p.87-114, abr. Campo Grande - MS, 2008.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha; GURAN, Milton. **Primeiros Contatos: atrações e pacificações do SPI**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2010.

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. **A Expedição Roncador-Xingu e a tarefa de ocupar, civilizar e urbanizar o Brasil Central**. Rio de Janeiro, agosto, 2014. FGV. Dissertação de Mestrado em História.

GARFIELD, Seth. “As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.20, n°39, p. 14-36. 2000.

_____. **A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para o Oeste e os índios Xavante (1937-1988)**. Tradução: Cláudia Sant’Ana Martins - São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GOMES, Angela de Castro. “População e Sociedade”. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. **História do Brasil Nação: 1808-2010**. Vol. 4. Olhando para dentro: 1930-1964. Rio de Janeiro, Objetiva, 2013.

KURY, Lorelai; FEDI, Laurent. “Rondon e o positivismo: a defesa dos fetichistas”. In: KURY, Lorelai; SÁ, Magali Romero (org). **Rondon: inventários do Brasil**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2017.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1995.

MACIEL, Laura Antunes. **A Nação por um fio – Caminhos, Práticas e Imagens da Comissão Rondon**. São Paulo, EDUC, 1998.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **Estado Território e imaginação espacial. O caso da Fundação Brasil Central.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MEIRELLES FILHO, João. **Grandes Expedições à Amazônia Brasileira: Século XX.** São Paulo: Metalivros, 2011.

MILANEZ, Felipe (Org). **Memórias sertanistas: Cem anos de indigenismo no Brasil.** São Paulo: SESC, 2015.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo.** 2001. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

MONTERO, Paula. “A catequese secular de Rondon”. In: KURY, Lorelai; SÁ, Magali Romero (org). **Rondon: inventários do Brasil.** Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2017.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Território e História no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano - Vol. 2: O tempo do nacional-estatismo.** 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

REIS, Arthur Cezar. **A Amazônia e a cobiça internacional.** Rio de Janeiro. Record. 1968.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização.** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970.

SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845).** Editora Alameda, 2012.

TACCA, Fernando de. **O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio.** História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p.191-223.

TREECE, David. **Exilados, Aliados e Rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o Estado-Nação Imperial.** São Paulo: Nankin Editorial/Edusp, 2008.

VARJÃO, Valdon. **Aragarças: Portal da Marcha para o Oeste.** Brasília. Senado Federal. 1989.

VELLOSO, Monica Pimenta. “Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano - Vol. 2: O tempo do nacional-estatismo.** 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

Surrealismo: gênese de uma leitura revolucionária

Surrealism: genesis of one revolutionary reading

Thayná Alves Rocha

Licenciada em História

Universidade de Santo Amaro

thaynalves17@gmail.com

Recebido em: 18/07/2018

Aprovado em: 11/09/2019

Resumo: O presente trabalho visa estudar o movimento surrealista criado em 1924, na França, por André Breton para, deste modo, compreender as origens das práticas revolucionárias e os pontos de convergência com as teorias revolucionárias de Karl Marx e de Leon Trotsky. O objetivo implicou observar como a prática literária e as apropriações feitas por André Breton, referente as obras de Trotsky e Marx, influenciaram nas crenças e ações do grupo surrealista, e se tornaram base para as produções do movimento. O método histórico empregado nesta pesquisa analisou documentos, manifestos, cartas e periódicos produzidos por surrealistas, a fim de melhor compreender as ligações das ideologias surrealistas com as ideologias revolucionárias, bem como para melhor entendimento do cenário no qual o grupo está inserido. Os resultados obtidos desvelam a importância e o impacto da prática literária na vida de um indivíduo, assim como no círculo social no qual este está inserido.

Palavras-chave: Surrealismo; Revolução; História da Leitura.

Abstract: The present work aims to study the surrealist movement; it was created in 1924 in France by André Breton in order to understand the revolutionary practices' origins and the convergence's points with the revolutionary theories of Karl Marx and Leon Trotsky. The objective was observing how the literary practice and the appropriations made by André Breton, referring to the works of Trotsky and Marx influenced the beliefs and actions of the surrealist group, and became the basis for the productions of the movement. The historical method used in this research analyzed documents, manifestoes, letters and periodicals produced by surrealists, in order to understand better the links between surrealist ideologies and revolutionary ideologies, as well as to better understand the scenario of which the group is inserted. The results obtained reveal the importance and impact of literary practice in the life of an individual, as well as in the social circle of which he is inserted.

Keywords: Surrealism; Revolution; History of Reading.

Introdução

O presente trabalho visa estudar o movimento surrealista, criado por André Breton (1886-1966), em 1924, na França, como um movimento social que desenvolveu em suas ações artísticas um meio de resistência aos padrões sociais e políticos comuns à época.

Este trabalho se desenvolveu tendo como fontes centrais os manifestos produzidos e publicados na revista surrealista *La Révolution Surréaliste*, sendo o primeiro manifesto publicado no ano de 1925, e o segundo, em 1929, no último número da revista. Também foi estudado o *Manifesto Por Uma Arte Revolucionária Independente*, escrito em 1938, por André Breton e Leon Trotsky (1879-1940), no México.

Além dos manifestos, foram estudadas algumas cartas e artigos escritos por Breton e Trotsky, através do livro organizado por Valentim Facioli (1985), que abrange uma coleção de documentos e textos referentes aos debates e desejos em torno do Surrealismo, e outros escritos acerca das questões sobre a arte revolucionária.

A teoria aplicada neste trabalho faz uso da História da Leitura, a partir de Roger Chartier (1992). Através dos estudos de Chartier, entende-se a trajetória da leitura como uma prática social, através da qual podemos compreender as sociedades, suas necessidades e crenças, considerando as significações sociais dos textos. Com isso, o autor buscou discutir em seu trabalho como a prática da leitura implica nos significados que aquele que lê elabora sobre o texto lido, focando no processo de apropriação do leitor sobre os textos, enfatizando as relações entre o significado do texto atribuído por aquele que o desenvolveu e por seus leitores.

Sendo assim, sob luz da História da Leitura, foi possível analisar o impacto que a leitura teve sob as ações dos surrealistas, principalmente na vida pessoal do criador do Surrealismo, André Breton que, influenciado por pensadores revolucionários como Karl Marx (1818-1883), Leon Trotsky, entre outros, enxergou na arte e na poesia uma forma de militância e luta.

Foram essenciais para este trabalho os livros de Karl Marx, *O Manifesto do Partido Comunista* (1848) e *O Capital* (1867), e as obras de Leon Trotsky, *A Revolução Permanente* (1930) e *Literatura e Revolução* (1923), que possibilitaram fazer algumas associações às escritas surrealistas, entendendo as apropriações feitas por André Breton e seus companheiros, referentes a estas obras, adaptando-as à ação surrealista.

A obra de Michael Löwy, *A estrela da manhã: Surrealismo e marxismo* (2002), possibilitou uma compreensão das teorias e concepções marxistas no Surrealismo. Partindo de sua trajetória, leva-se em conta as visões e experiências dos participantes do movimento e de pensadores que estudavam o grupo.

Para analisar o contexto histórico no qual o grupo estava inserido, foi indispensável a visão de Eric Hobsbawm (2014) em sua obra *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*, pois nela o autor discute o período da Primeira Guerra Mundial, e o cenário social e econômico, mostrando as consequências que o entre guerras trouxe para a sociedade, momento em que surge o Surrealismo e outros movimentos artísticos que fizeram uso da linguagem artística como forma de resistência à realidade que viviam.

Outros autores muito importantes para este trabalho foram Fábio Mascaro Querido (2011), Risolete Maria Hellmann (2012), Maria de Vasconcelos Rebouças (1986), Anderson da Costa (2013), Rita Oliveri (1984) e Eclair Antonio Almeida Filho (2006), que abordam uma variedade de debates em torno do movimento surrealista, contribuindo imensamente para a pesquisa, possibilitando uma análise e reflexão mais aprofundada sobre a temática.

Aproximei-me da temática por conta do interesse particular em estudar o Surrealismo em si, por conta da grande admiração que sempre senti em relação ao movimento e às obras produzidas. Durante os estudos, deparei-me com a questão política que cercava o grupo, sendo uma maneira de respostas às opressões cometidas por uma sociedade burguesa conservadora do período. O Surrealismo nunca foi apenas uma escola literária, assim com o também não se resume apenas a um grupo de artistas e intelectuais. Muito além disso, é "mais propriamente um movimento de revolta do espírito e uma tentativa eminentemente subversiva de re-encantamento do mundo" (LÖWY, 2002, p. 9).

Os ideais revolucionários surrealistas fizeram-me refletir sobre os diversos movimentos artísticos durante a história, percebendo a permanência de um discurso referente à arte e seus limites. Por este motivo, debater o Surrealismo é trazer um debate teórico relevante para a discussão sobre a arte contemporânea e os padrões comportamentais da sociedade, e compreender que a arte, para além de sua estética, dialoga com as necessidades e lutas de diversos movimentos sociais, que buscaram e buscam sair da marginalização que lhes é imposta por

determinados grupos que são favorecidos pelos sistemas sociais, políticos e econômicos existentes.

Com isto, esta pesquisa pretende contribuir com o debate sobre a ação surrealista tendo como objetivo explorar a trajetória do movimento, considerando que o Surrealismo, antes de tornar-se movimento artístico, surgiu com base em teorias de viés revolucionário, envolvendo uma participação política extremamente ativa de seus participantes, que faziam da arte e da poesia um meio para a libertação completa do espírito humano, que, para eles, permanecia até então, escravo das imposições de normas e padrões sociais. Os surrealistas acreditavam que era dever do artista a sinceridade total, assim como estar em completa harmonia com seu interior e seus desejos primitivos, para que pudessem, então, alcançar a emancipação social de homens e mulheres, promovendo a revolução social e o rompimento com a sociedade burguesa.

Tendo em vista a ação política acerca do grupo surrealista, por intermédio de uma sondagem feita nas plataformas da *Capes* e da *SciELO*, foi possível observar que pouco foi produzido referente ao tema analisado nesta pesquisa. De um total de 2006 trabalhos encontrados, aproximadamente 300 estão em português, sendo este um número encontrado somente na plataforma da *Capes*, levando em conta as publicações repetidas de alguns artigos. Já na plataforma da *SciELO*, nenhum trabalho sobre o movimento surrealista foi encontrado. Pode-se concluir que entre estes encontrados poucos se referem à questão da revolução surrealista em si, sendo os tópicos mais explorados os temas referentes à trajetória surrealista, à linguagem e à literatura e às artes visuais no movimento.

Neste sentido, este trabalho visa responder as seguintes problemáticas: como o movimento surrealista expressa a ideia de revolução em suas produções? Quais aspectos do marxismo estão presentes nos manifestos de André Breton? Como se deu a aproximação entre Leon Trotsky e o trotskismo? Quais aspectos do trotskismo estão presentes no pensamento surrealista?

Entre 1914 e 1918, a Europa sofria as consequências da Primeira Guerra Mundial. Ocorreram, neste momento, diversas transformações sociais, políticas e econômicas, as quais criaram nos movimentos artísticos a necessidade de compreender o ser humano, e a sociedade em si, de outras maneiras. Na década de 1920, o mundo sofria a maior crise social, política e econômica da história do capitalismo. Como resultado, desenvolveu-se uma queda no comércio

mundial e na produção de alimentos. Com o passar do tempo, a crise que assolava o setor agrícola foi responsável pelo desabastecimento das cidades, causando desemprego e fome.

Segundo Hobsbawm (2014), "o grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram" (2014, p. 30), assim como a economia mundial estagnou no período entre guerras, causando um impacto negativo na economia e na sociedade. Os países europeus ainda se encontravam com grandes problemas sociais após a Primeira Guerra Mundial, situações essas que serviram de engrenagem para a criação dos movimentos artísticos, chamados de vanguardas, pela História da Arte, nas primeiras décadas do século XX.

É neste cenário caótico, que surge o movimento surrealista, na França, nas mãos de André Breton e seus companheiros. Breton nasceu em uma aldeia no oeste francês, em 1896, posteriormente sua família o leva para Paris, quando ele era ainda muito criança. Aos quinze anos, o jovem entrou em contato com a leitura da poesia moderna, pela qual desenvolve enorme paixão, sendo Charles Baudelaire (1821-1867), Stéphane Mallarmé (1842-1898), J-K Huysmans (1848-1907), desde esse período, grandes inspirações.

Em 1913, Breton ingressou na universidade para cursar medicina, por insistência da família. Para ele, "as aulas não eram mais que uma prisão insuportável, de onde fugia recorrendo à imaginação e à fantasia" (COUTO, 1984, p. 12). Em 1916, durante a Guerra, foi mobilizado, como estudante de medicina, para trabalhar em um centro neuropsiquiátrico do hospital auxiliar em Nantes, onde se aproximou da psicanálise e de Freud, após a leitura de um manual de psicanálise. A partir disso, Breton desenvolve grande interesse pelos pacientes do centro, e inicia diversas observações referentes ao mecanismo de funcionamento do pensamento inconsciente, e sobre os delírios e interpretações dos sonhos relatados por eles. Os estudos de Breton o levaram a compreender que os pacientes do hospital apresentavam, em seus distúrbios ou desvios psíquicos, uma forma de insubmissão à realidade vivida.

Nota-se que durante toda a trajetória de vida de André Breton, a leitura sempre esteve muito presente. Os autores citados nesta pesquisa, desde sua adolescência até sua vida adulta, serviram de grande inspiração para a criação do movimento surrealista, como Baudelaire, Freud, Marx e Trotsky. A vida de André Breton entrelaça-se à trajetória do Surrealismo, como Couto (1984) afirma, "falar André Breton é dizer Surrealismo" (1984, p. 7). Foi a partir de suas leituras

que Breton encontrou um meio de desenvolver uma nova linguagem artística e poética, apropriando-se de termos e conceitos de outros autores que, em 1924, transformaria em algo novo.

O movimento dadaísta, ao chegar na França, em 1919, serviu de inspiração e influência sobre André Breton, que ficou encantado com as propostas revolucionárias do grupo. Tão logo, Breton propõe desenvolver um trabalho parceiro com os dadaístas, disponibilizando a revista *Littérature* que, dirigida por ele e alguns colegas, se tornou, naquele momento, uma espécie de órgão oficial do Dadaísmo.

O niilismo dadaísta era, para Breton, um grande erro, e durante o período que participou do movimento, compreende-se que suas necessidades não foram supridas pela proposta dadaísta. Com isto, André Breton buscou formular uma nova proposta artístico-literária, que pudesse levar ao mundo não somente o pessimismo causado pelo caos social da época, mas promover uma crítica social a partir de elementos da magia e do sonho, utilizando como método a exploração e o transcender do inconsciente individual.

Pode-se observar, então, que o Surrealismo despertou do niilismo encontrado no Dadaísmo, desenvolvendo uma nova maneira de analisar o mundo. Como cita Alexandrian (1976), o Surrealismo não teria existido sob a forma que se conhece, sem a experiência Dadá.

Os surrealistas tiveram um treino físico e espiritual durante esses dois anos, que os fez encarar os problemas, a partir de então, com um conhecimento do combate de vanguarda que não possuíam antes. Seria falso dizer que o Surrealismo nasceu depois do Dadá, como uma fênix renascendo das cinzas. Ele apareceu durante o Dada e tomou consciência dos seus meios no decorrer da sua ação política. (ALEXANDRIAN, 1976, p. 49)

Assim como no movimento dadaísta, o Surrealismo buscava desenvolver críticas à sociedade burguesa, a partir de uma produção revolucionária, em que os métodos de produção artística e literária serviram como resposta às opressões cometidas por essa sociedade. O Surrealismo possui em sua essência uma radicalização no desejo de liberdade, contra o convencionalismo, a tradição e os valores da cultura ocidental.

A luta surrealista se dava contra a visão de realidade lógica e do conservadorismo encontrados na sociedade burguesa. Seus mentores queriam, através do movimento, re-encantar o mundo, trazendo para o homem momentos considerados mágicos, sufocados pela sociedade burguesa e seus costumes.

O Surrealismo perdurou até pouco tempo depois da morte de André Breton, em 1966. Mesmo com o fim do movimento surrealista, toda a inspiração poética e revolucionária perdura em sua história, servindo como combustível utópico para a reafirmação da possibilidade de um futuro, como afirma Querido (2011). O Surrealismo ainda se mantém vivo na memória e nos sonhos mais profundos daqueles que ainda creem na revolução pela arte.

As origens do pensamento revolucionário no Surrealismo e o impacto do pensamento marxista

A ideia de André Breton com a criação do Surrealismo foi romper com o padrão artístico e, desde a formação do movimento, negou que o grupo seguisse uma doutrina específica. Teve como objetivo, por meio de suas produções e ações, expor as novas necessidades do momento vivido. As ações do grupo se dão pela revolta absoluta contra a estética artística e poética, a fim de alcançar a liberdade total da imaginação e da inspiração humana.

O Surrealismo repousa sobre a convicção de que no espírito humano há tesouros escondidos. Esta convicção levou-o a proclamar que existem, no legado cultural do passado, personalidades e obras a descobrir que deveriam ser preferidas aos nomes e títulos venerados pelo ensino oficial. Houve na sua ação uma vontade constante de remodelar a história da arte, de demonstrar ao público que os artistas que ele estava habituado a admirar, de Rembrandt, a Rubens, eram de interesse menor, enquanto outros, esquecidos ou malditos durante muito tempo, mereciam ser citados como exemplo. (ALEXANDRIAN, 1976, p. 13)

Os poetas e pintores surrealistas estavam unidos para protestar contra todos os abusos e privilégios intelectuais, denominavam-se os “especialistas da revolta”, justificando seus atos como uma preocupação em denunciar os obstáculos que impediam os indivíduos de viverem a vida como uma aventura poética, bem como uma reformulação do modo que a História e a arte eram construídas, através do ensino oficial.

Em 27 de Janeiro de 1925, foi declarado pelos surrealistas que o movimento não possuía um caráter de expressão novo ou fácil, mas sim um meio de libertação total do espírito e de tudo que se lhe assemelha. O Surrealismo contou, em sua essência, com um gosto pela revolução, um desejo de rompimento com a tradição e com o conservadorismo, impregnados na sociedade ocidental burguesa. Como é possível observar na obra de Couto (1984), referente às ideias e à vida de Breton:

A miséria do mundo: o homem é um animal mutilado, privado há séculos de sua metade mais bela, a metade do sonho, da noite e da magia. Cortado o cordão umbilical que o integrava ao cosmo, ele é jogado à arena da História, da

agressão à natureza, das contradições sociais. A ciência proscree e a religião manipula o desejo que temos de sermos inteiros, de atingirmos o absoluto. A família nos ensina desde o berço a nos conformarmos com nossa condição de mutilados; a polícia e os hospitais psiquiátricos cuidarão dos que se rebelarem, que o digam Sade, Baudelaire, Van Gogh e Artaud. (COUTO, 1984, p. 72)

Para os surrealistas, a revolução se daria com a quebra das correntes em relação às instituições sociais, pois estas, como apresenta o trecho anterior, são responsáveis por moldar os indivíduos conforme as regras morais dos grupos em que estão inseridos. Breton (1985) afirma: "Deve-se fazer tudo, todos os meios devem ser bons, para destruir as ideias de família, pátria, religião" (1985, p. 103). É possível compreender que essas convicções, como relata Anderson da Costa (2013, p. 4), revelava para os surrealistas que, para haver o surgimento do "novo homem", no sentido marxista do termo, era essencial que o indivíduo rompesse e se libertasse dos padrões e normas ditadas pela sociedade burguesa.

Nascia, em 1924, a revista surrealista *La Révolution Surréaliste* que, para seus criadores, era a revista mais escandalosa do mundo, na qual publicavam-se diversos contos, poesias, crônicas, análise de sonhos, pinturas e colagens. Foi nela que André Breton publicou seu Primeiro Manifesto, no ano de 1925, oficializando o movimento surrealista, buscando fazer transcender a liberdade individual de cada ser: "Só o que me exalta ainda é a única palavra: liberdade." (BRETON, 1985, p. 35). A liberdade para Breton se dá a partir da imaginação, fazendo uma ponte entre o estado de vigília com a realidade do sonho que, para ele, é uma única realidade.

Desde o surgimento do Surrealismo, é possível notar, na escrita do primeiro manifesto por Breton, o objetivo do movimento de revolucionar o meio artístico-literário, no entanto, não é encontrado nenhuma menção direta às teorias de Karl Marx. O Manifesto de 1925, escrito no ano anterior à sua publicação, é marcado pela teoria psicanalítica de Sigmund Freud, na qual os artistas faziam uso da análise dos sonhos e da escrita automática para se ter acesso ao inconsciente e, com isso, expor os desejos e sentimentos reprimidos pela moral exigida pela sociedade.

Breton trouxe a proposta de revolução partindo da linguagem, da arte e da poesia. Para ele, a poesia se apresenta, neste momento, como a única capaz de manter o indivíduo em estado anárquico, para então romper com as rivalidades e seleções absurdas, interligando, assim, a teoria surrealista à teoria marxista, que começa a influir no movimento a partir do ano de 1925, quando Breton teria se aproximado da obra *Lênin* de Leon Trotsky. A influência foi expressiva, a ponto

de Breton publicar, no número cinco da revista *La Révolution Surréaliste*, uma resenha acerca das impressões que a obra lhe causou, além de defender os ideais de Lênin e da Revolução Russa em sua escrita.

Na concepção de Breton, o marxismo foi incorporado no Surrealismo como o antídoto contra o racionalismo positivista. Observa-se sua crítica ao racionalismo e ao realismo mesmo antes da adesão definitiva ao materialismo histórico. Pode-se confirmar a oposição ao pensamento positivista analisando o seguinte trecho do Manifesto de 1925:

O processo da atitude realista deve ser instruído, após o processo da atitude materialista. Esta, aliás, mais poética que a precedente, implica da parte do homem um orgulho sem dúvida monstruoso, mas não uma nova e mais completa deposição. Convém nela ver, antes de tudo, uma feliz reação contra algumas tendências derrisórias do espiritualismo. Enfim, ela não é incompatível com uma certa elevação de pensamento. Ao contrário, a atitude realista inspirada no positivismo, de São Tomás a Anatole France, parece-me hostil a todo impulso de liberação intelectual e moral. Tenho-lhe horror, por ser feita de mediocridade, ódio e insípida presunção. É ela a geradora hoje em dia desses livros ridículos, dessas peças insultuosas. Fortifica-se incessantemente nos jornais, e põe em xeque a ciência, a arte, ao aplicar-se em bajular a opinião nos seus critérios mais baixos; a clareza vizinha da tolice, a vida dos cães. (BRETON, 1985, p. 36)

Como apresentado no trecho anterior, Breton acredita que o positivismo é responsável pela limitação do intelecto do indivíduo, questão essa que tem ligação com a teoria apresentada por Marx, que afirma que o positivismo produz a incapacidade de fazer com que haja um rompimento com os mecanismos de alienação.

A ideologia surrealista converge com a teoria marxista em diversos pontos, vale ressaltar a crítica moral de Marx ao capitalismo, através da qual ele salienta as desigualdades sociais gritantes que o capitalismo gera, sendo responsável por impedir que os indivíduos desenvolvam suas potencialidades, e de tornar o ser humano plenamente realizado, de modo emocional e intelectual. Assim como Marx, Breton condena o sistema capitalista pela degradação e desumanização do indivíduo, que, a partir da desumanização da classe operária, deforma as personalidades individuais de cada ser, transformando as atividades necessárias à sobrevivência em mercadorias (HUNT; SHERMAN, 2005, p. 96).

É no ano de 1925 que se observa, mais claramente, um engajamento político no grupo. A união da poesia com a prática revolucionária toma espaço, trazendo proposições retomadas de Karl Marx e Arthur Rimbaud: "transformar o mundo, segundo Marx; mudar a vida, segundo

Rimbaud" (REBOUÇAS, 1986, p. 20), essas palavras tornaram-se palavras de ordem para os surrealistas. Mas afinal, quais aspectos da teoria marxista estão presentes no Surrealismo? Como os manifestos expõem isto?

Os estudos sobre o marxismo levantados nesta pesquisa apontam a pluralidade de interpretações sobre a teoria original de Marx, de modo que são observadas as diversas vertentes alternativas de uma tradição teórico-política. Sendo assim, as análises documentais que foram feitas nesta pesquisa, indicaram um tipo de marxismo no movimento surrealista, como relata Michael Löwy (2002), o marxismo gótico¹ de Breton, mais propriamente "um materialismo histórico sensível ao maravilhoso, ao momento negro da revolta, à iluminação que dilacera, como um raio, o céu da ação revolucionária" (2002, p. 32).

O marxismo de Breton distingue-se também da tendência racionalista/cienticista, cartesiano/positivista, fortemente marcada pelo materialismo francês do século XVIII – que dominava a doutrina oficial do comunismo francês – por sua insistência na herança dialética hegeliana do marxismo. (LÖWY, 2002, p. 33)

Sobre Hegel, Breton afirma:

Hegel, em sua *Estética*, enfrentou todos os problemas que podem ser tidos atualmente, no plano da poesia e da arte, como os mais difíceis, os quais, com sua lucidez sem igual, em sua maioria ele resolveu [...] Afirmando que ainda hoje é Hegel que se precisa interrogar sobre os bons ou maus fundamentos da atividade surrealista nas artes. (BRETON, 1972 apud LÖWY, 2002, p. 33)

Breton acreditou, insistentemente, na importância dos fundamentos hegelianos para a criação surrealista, proclamando em seu discurso no Congresso dos Escritores pela Defesa da Cultura, em junho de 1935, que o materialismo dialético era a única teoria capaz de combater de frente as crenças positivistas e racionalistas.

Contudo, foi no Manifesto de 1929 que apareceu oficialmente a adesão dos surrealistas ao materialismo histórico e sua aproximação com o marxismo.

A crença nos pontos de convergência entre marxismo e Surrealismo, como o desejo de rompimento com a sociedade burguesa, com os padrões impostos por ela em todos os âmbitos sociais que levam a alienação dos indivíduos, como o conservadorismo, o tradicionalismo, seguindo as ideias de família, pátria e religião, e a necessidade de uma revolução para o

¹ Define-se por uma forma de pensamento que analisa as formas culturais do passado pré-capitalista e, como afirma Löwy, rejeita a racionalidade fria e abstrata da sociedade industrial moderna. Ver obra: LÖWY, Michael (2002, p. 32).

rompimento total com o capitalismo, levou os surrealistas à aproximação nada harmoniosa com o Partido Comunista Francês, durante dez anos, de 1925 até 1935.

De acordo com Anderson da Costa (2013), após 1925, alguns membros do grupo surrealista passam a integrar o Partido Comunista Francês, "tão logo aceitos pelo PCF passam a divergir abertamente em relação às práticas revolucionárias do partido" (2013, p. 1). Para este autor, a passagem pelo Partido é considerada uma fase turbulenta dentro do movimento surrealista, pois:

Tal aproximação levou a momentos de dramática tensão no interior do surrealismo, em especial no Grupo de Paris, tendo como consequência o afastamento voluntário e a expulsão de alguns dos seus principais membros, além do suicídio de René Crevel em 1935 durante o Congresso dos Escritores para a Defesa da Cultura, o qual marcará o rompimento definitivo, não exatamente com o marxismo, mas sobretudo com o stalinismo, então predominante na maioria dos partidos comunistas da época. (COSTA, 2013, p. 3)

Os textos estudados para o desenvolvimento desta pesquisa apontam que neste momento o Surrealismo aproximou-se das posições de Leon Trotsky, e da Oposição de Esquerda, que se denominava como um grupo político existente dentro do Partido Bolchevique, no período de 1923-1928, que se opunha à política stalinista. Logo, mesmo com a filiação dos surrealistas ao Partido Comunista e à Assembleia dos Escritores e Artistas Revolucionários (AEAR) – que considerava Trotsky e suas ideias uma forma de traição à Revolução de Outubro – é possível compreender os primeiros momentos de manifestações em defesa de Trotsky dentro do Surrealismo.

Surrealismo e Trotskismo: por uma arte revolucionária independente

Por intermédio de Marguerite Bonnet (1975), entende-se que a relação entre Breton e o trotskismo já era existente desde os primeiros anos do Surrealismo, quando Breton publica, em 1925, na *La Révolution Surréaliste* um artigo "acerca das impressões que lhe causaram a leitura do livro que o comandante do Exército Vermelho escrevera sobre o líder da Revolução Russa." (COSTA, 2013, p. 3). Ele finaliza o texto com a seguinte afirmação:

Viva Lênin, portanto! Saúdo humildemente Leon Trotsky, a ele que pôde, sem o auxílio de muitas ilusões que nos restam e talvez sem, como nós, crer na eternidade, manter para o nosso entusiasmo esta inesquecível palavra de ordem: "E se o sino sobrar a finados no Ocidente – e dobrará –, poderemos estar

enterrados até o pescoço em nossos cálculos, em nossos balanços, na N.E.P.², mas responderemos à chamada sem hesitação e sem demora: somos revolucionários da cabeça aos pés, já o fomos e assim permaneceremos até o fim. (BRETON, 1925 *apud* FACIOLI, 1985, p. 76-77)

O que foi constatado a partir do estudo dos documentos no presente trabalho, foi a existência de cartas que legitimam a aproximação entre ambos, e que comprova que o afastamento dos surrealistas do PCF foi necessariamente o desligamento com a AEAR e com o stalinismo.

Os surrealistas romperam completamente com o Partido Comunista Francês em 1935, em oposição às suas práticas, que tinham ligação com a política stalinista. Löwy (2002) relata que o rompimento com o Partido Comunista, não foi um rompimento com as ideais revolucionárias, muito menos com os ideais marxistas, mas sim com "o oportunismo de Stalin" (2002, p. 34), que ao implantar o socialismo em um único país, desligou-se totalmente das aspirações revolucionárias da Revolução Russa, logo, desligou-se das diretrizes marxistas. A Revolução foi reduzida ao nacional, o que ia contra o objetivo de destruição do sentimento nacionalista responsável, segundo os revolucionários, pelos grandes conflitos capitalistas, fato que causou grande revolta em Trotsky, bem como todos aqueles que se aliaram à Oposição de Esquerda, inclusive André Breton e seus companheiros surrealistas.

De acordo com Netto (1985), as concepções stalinistas não trouxeram de forma alguma as ideias originais do pensamento socialista revolucionário, e, ao que indica, era precário o conhecimento de Stalin referente aos textos e a teoria de Marx. Sendo assim, toda trajetória turbulenta no PCF, levou Breton a crer que a figura de Leon Trotsky, era a personificação do comunismo puro, da Revolução não corrompida.

Como Trotsky afirma em sua obra *Revolução Permanente*: "Nem sempre a história marcha direito. Passa, às vezes, pelos becos escuros de Stalin." (TROTSKY, 1979, p. 91). Em diversos parágrafos e trechos de *Revolução Permanente*, Trotsky afirma que a campanha de ódio contra a revolução internacional foi apenas uma forma de perseguição política a ele e não a uma oposição de sua teoria, e expõem os abusos que o stalinismo estava cometendo contra a própria Revolução Russa.

² Sigla da Nova Política Econômica, criada em 1921, durando até 1928. Foi a política levada pelo Partido Comunista e o Estado Soviético durante o período de transição do capitalismo ao socialismo. Ela se rompe quando Stalin começa a coletivização forçada gerando, por consequência, a morte e a deportação de muitas pessoas na U.R.S.S. Ver obra: FACIOLI, Valentim (1985, p. 77).

A campanha de ódio contra a revolução permanente serviu, apenas, para abrir caminho à teoria do socialismo num só país, isto é, do nacional-socialismo recentemente formado. Essas novas origens sociais da luta contra o "trotskismo" não trazem, naturalmente, nenhum argumento contra ou a favor da teoria da revolução permanente. (TROTSKY, 1979, p. 38)

Desta forma, de que maneira a teoria trotskista se apresenta no Surrealismo e como se deu a aproximação de Breton com Trotsky?

A luta de André Breton contra as ordens burguesas e a censura cometida pelo regime encontrado na então URSS, durante o período em que Stalin esteve no poder, sempre foi muito marcante, e o fato que mais interliga as ideologias surrealistas com o trotskismo foi a defesa pelo comunismo oficial, com a ideia de revolução continuada, ou permanente.

A revolução socialista começa no âmbito nacional, mas ele não pode permanecer. A revolução proletária não pode ser mantida em limites nacionais senão sob a forma de um regime transitório, mesmo que este dure muito tempo, como demonstra o exemplo da União Soviética. No caso de existir uma ditadura proletária isolada, as contradições internas e externas aumentam inevitavelmente e ao mesmo passo que os êxitos. Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas contradições. Sua salvação reside unicamente na vitória do proletariado dos países avançados. Deste ponto de vista, a revolução nacional não constitui fim em si, apenas representa um elo da cadeia internacional. A revolução internacional, a despeito de seus recuos e refluxos provisórios, representa um processo permanente. (TROTSKY, 1979, p. 24-25)

A teoria da revolução permanente, citada anteriormente, já era defendida por Marx no *Manifesto do Partido Comunista*, nas palavras dele: "proletários de todos os países, uni-vos!" (2009, p. 103). Bem como em todo o processo revolucionário, no qual é possível compreender que para a eficácia da vitória do proletariado sobre o sistema capitalista e suas normas, a revolução teria que ser em escala global.

Os surrealistas tinham como objetivo a contribuição para a promoção do proletariado e de sua revolução, que deveria destruir a sociedade capitalista. Breton prosseguiu um verdadeiro apostolado, como discute Alexandrian (1976), que consistia em convencer as organizações de esquerda de que a arte revolucionária não deveria ser uma arte de propaganda, mas sim, a arte que pudesse liberar, de toda forma, os verdadeiros sentimentos humanos. Ao escrever o livro *Position politique du Surréalisme*, em 1935, Breton declara sua posição perante a necessidade de liberação da arte, sendo que esta deveria permanecer desligada de qualquer espécie de finalidades práticas, pois ela perderia seus verdadeiros significados. Esta declaração tomaria mais força

posteriormente, quando Breton escreveria ao lado de Trotsky, o *Manifesto por uma arte revolucionária independente*, em 1938.

O encontro entre ambos não foi fruto do acaso, podem-se observar uma necessidade histórica e a consequência de uma longa evolução política. Como já referenciado, os surrealistas e André Breton opuseram-se, desde o começo da década de 1930, às atitudes tomadas pelo Partido Comunista e pela Internacional Comunista, sendo oposição à proposta imposta pelos teóricos da AEAR e da Associação Russa dos Escritores Proletários (AREP), sustentando seus argumentos baseando-se nas teorias de Trotsky referente ao que este defendia em sua obra *Literatura e Revolução*. Em 1934, Breton e seus companheiros defendem abertamente Trotsky, em um panfleto nomeado de *Planeta sem Passaporte*, quando o revolucionário é expulso da França.

Os laços entre André Breton e Trotsky tornaram-se mais fortes quando, em 1938, Breton viaja ao México, para a cidade de Coyoacán, a fim de conhecer pessoalmente o teórico da *Revolução Permanente*. Esse encontro foi marcado pela formação da Federação Internacional da Arte Revolucionária (FIARI), que serviu como uma tentativa de oposição à arte encontrada no governo de Stalin, à AEAR e à AREP, da qual Breton fez parte durante sua ligação com o PCF.

A arte produzida na URSS, naquele período, era chamada de realismo-socialista, onde a arte e a literatura se tornaram um instrumento de propaganda política, da qual Breton e Trotsky sempre declararam descontentamento e desaprovação.

A infeliz imprensa soviética, evidentemente por ordem superior, queixa-se com insistência nesses últimos dias do "empobrecimento" da produção científica e artística na URSS e reprova os escritores e artistas soviéticos por falta de sinceridade, de ousadia e de envergadura. É inacreditável: a jiboia dá ao coelho uma lição de moral sobre a independência e a dignidade pessoal. Hediondo e ignóbil quadro, bem digno, entretanto, de nossa época. (TROTSKY, 1938 apud FACIOLI, 1985, p. 49)

Breton, em 11 de novembro de 1938, em seu discurso para comemoração da Revolução Russa, relata sobre a visita a Leon Trotsky, bem como suas posições referentes à arte proletária, apresenta a ideia de que a arte do governo stalinista entraria na história como a expressão do declínio da arte proletária, pois a arte, a ciência ou a poesia não pedem ordens e não as toleram. Neste processo, toda prática artística foi controlada pelo Partido Comunista. Tendenciosa, a proposta era produzir obras que promovessem a Revolução, de modo em que as personagens deveriam ser divididas em duas categorias, os bons seriam retratados como os comunistas, e os maus, aqueles que não concordavam com as práticas stalinistas.

É de grande impacto as teorias e obras trotskistas na vida de Breton e nos seus atos políticos e sociais, de modo que são incorporadas no próprio movimento surrealista. No relato intitulado *Visita a Leon Trotsky*, Breton finaliza seu discurso com as seguintes palavras: "Saúdo o camarada Trotsky, soberbamente vivo e que verá de novo soar a sua hora, saúdo o vencedor e o grande sobrevivente de outubro, saúdo o teórico imortal da revolução permanente." (BRETON, 1938 *apud* FACIOLI, 1985, p. 64).

Analisando a carta nomeada *Pela liberdade da arte*, Trotsky dirige a Breton as seguintes palavras:

A luta pelas ideias da revolução na arte deve começar novamente pela luta pela verdade artística, não no sentido de tal ou tal escola, mas no sentido da fidelidade inabalável do artista a seu interior. Sem isso não há arte. "Não mentirás", essa é a fórmula da salvação [...] A FIARI, evidentemente, não é e não pode tornar-se uma escola estética ou política. Mas a FIARI pode arejar a atmosfera em que os artistas têm que respirar e criar. A criação verdadeiramente independente em nossa época de reação convulsiva, de declínio cultural e retorno à selvageria não pode deixar de ser revolucionária pelo seu próprio espírito, pois não pode procurar uma saída para uma intolerável sufocação social. Mas que a arte, no seu conjunto, que cada artista, em particular, procurem essa saída por seus próprios meios, sem esperar alguma ordem do exterior, sem tolerar e rejeitando-a e cobrindo de desprezo todos os que se submetem a ela. (TROTSKY, 1938 *apud* FACIOLI, 1985, p. 49)

A criação da FIARI foi o ápice da luta em que Breton tanto acreditou, a partir dela foi produzido por ele, Trotsky e Diego Rivera, o *Manifesto Por uma Arte Revolucionária Independente*. Este manifesto pode ser considerado o documento mais importante para a comprovação da união do Surrealismo e do trotskismo, unindo os ideais de luta e resistência, e busca pela emancipação do homem através da arte e da poesia, ideias que Breton sempre cultivou em seus textos e declarações acerca do movimento surrealista, como podemos ver no trecho seguinte:

Reconhecemos, é claro, ao Estado revolucionário o direito de defender-se contra a reação burguesa agressiva, mesmo quando se cobre com a bandeira da ciência ou da arte. Mas entre essas medidas impostas e temporárias de autodefesa revolucionária e a pretensão de exercer um comando sobre a criação intelectual da sociedade, há um abismo. Se, para o desenvolvimento das forças produtivas materiais, cabe à revolução erigir um regime socialista de plano centralizado, para a criação intelectual ela deve, desde o começo, estabelecer e assegurar um regime anarquista de liberdade individual. Nenhuma autoridade, nenhuma coação, nem o menor traço de comando! [...] consideramos que a tarefa suprema da arte em nossa época é participar consciente e ativamente da preparação da revolução. No entanto, o artista só pode servir à luta emancipadora quando está compenetrado subjetivamente de seu conteúdo

social e individual [...]. (BRETON; TROTSKY, 1938 apud FACIOLI, 1985, p. 42-43)

O Manifesto da FIARI apresenta de modo impactante as teorias marxistas e trotskistas, abordando diversas questões relacionadas às críticas sobre a censura artística e literária na URSS, temática debatida pelo próprio Trotsky em sua obra *Literatura e Revolução*.

Tanto para Trotsky, como para Breton, a arte é necessariamente emoção, que exige do artista ou poeta a sinceridade total. Neste contexto, há um desejo de unir, como eles mesmos sugerem no manifesto, os marxistas e anarquistas, para a luta contra qualquer tipo de política reacionária, "a arte revolucionária independente deve unir-se para a lutar contra as perseguições reacionárias e proclamar bem alto seu direito à existência" (BRETON; TROTSKY, 1938 apud FACIOLI, 1985, p. 45).

Vale ressaltar que para Breton e Trotsky, a produção artística, literária e científica não deveria ser usada como mercadoria, pois:

A ideia que o jovem Marx tinha no papel do escritor exige em nossos dias, uma retomada vigorosa. É claro que essa ideia deve abranger também, no plano artístico e científico, as diversas categorias de produtores e pesquisadores. O escritor, diz ele, deve naturalmente ganhar dinheiro para poder viver e escrever, mas não deve em nenhum caso viver e escrever para ganhar dinheiro... O escritor não considera de forma alguma seus trabalhos como um meio. Eles são o objetivo em si, são tão pouco um meio para si mesmo e para os outros que sacrifica, se necessário, sua própria existência à existência de seus trabalhos... A primeira condição da liberdade de imprensa consiste em não ser um ofício. (BRETON; TROTSKY, 1938 apud FACIOLI, 1985, p. 41)

Considerando a proposta de Marx, compreende-se que o trabalho se converte em mercadoria como qualquer outra, em que o capitalista adquiriria uma possibilidade de obter lucro. A produção artística deveria ser o objetivo em si, e não uma forma de mercadoria, caso contrário, ela perderia seu objetivo de alcançar a própria liberdade.

Durante muitos anos, Breton defendeu, em relação à produção artística, o direito daquele que produz de dispor de suas particularidades, sem necessidade de uma ordem para produzir.

Mesmo em sua trajetória dentro do Partido Comunista Francês, ele combateu de frente as propostas do realismo-socialista, no interior da própria AEAR. De modo que pudesse preservar a integridade da pesquisa artística, como ele afirma em seu relato sobre a visita a Leon Trotsky, para que a produção artística continue sendo um fim, jamais tornando-se um meio.

Breton e Trotsky finalizam seu manifesto desejando a independência da arte para a revolução, e a revolução, para a liberação definitiva da arte. Deixando claro a necessidade da existência da total licença para a arte, exceto contra a revolução proletária.

Considerações finais

O movimento surrealista foi um dos movimentos artísticos mais marcantes do século XX. Seu criador, André Breton, propôs, através das práticas do movimento, explorar o inconsciente dos indivíduos, a fim de trazer à realidade vivida todos os verdadeiros sentimentos primitivos, que são reprimidos e considerados imorais pela sociedade ocidental burguesa, buscando construir uma nova forma de linguagem artística, rompendo com os padrões estéticos produzidos até o momento.

O século XX foi marcado por grandes mudanças sociais, políticas e econômicas, em decorrência das guerras que assolaram o mundo e das diversas crises que geraram na população um sentimento de medo e revolta. Nesse cenário, Breton e seus companheiros almejavam, partindo de suas obras, a emancipação social de homens e mulheres, e, com isto, contribuir, de alguma maneira, à promoção do proletário e da Revolução Social, interligando as ideias empregadas no Surrealismo às teorias e conceitos encontrados em algumas obras de Karl Marx e do ex-líder do Exército Vermelho, Leon Trotsky.

A ideia de revolução é expressa considerando a arte e a literatura como meios de alcançar a liberdade definitiva do ser humano, pressupondo a revolta absoluta contra as instituições sociais, discursos morais e normas impostas para a população. Neste sentido, os artistas, poetas e intelectuais surrealistas estavam unidos com o propósito de denunciar os abusos e censuras cometidos pela burguesia, que era responsável por limitar a criatividade intelectual dos indivíduos e impedir que as pessoas tivessem uma vida feliz e plena.

Sob a História da Leitura, teoria que norteou esta pesquisa, foi possível entender que a prática da leitura se entende como uma apropriação do texto, onde o universo do texto encontra-se com a realidade vivida pelo leitor. Roger Chartier (1992) reitera que quando há essa ligação de leitor e texto, a interpretação da obra lida finaliza-se na interpretação do eu próprio.

Constatou-se, então, a influência da prática da leitura para a gênese do pensamento revolucionário surrealista. Breton, responsável pela criação do movimento e de suas práticas, baseou-se no materialismo histórico, conceitualizado por Karl Marx, e na teoria da Revolução

Permanente, pensada por Trotsky, e a partir da apropriação dessas teorias, as transformou e as adaptou para a prática surrealista, gerando, assim, parte das crenças de viés revolucionárias empregadas no grupo.

Neste sentido, conclui-se que o Surrealismo se tornou o que conhecemos hoje graças às apropriações feitas por André Breton, e por seus companheiros, de diversas obras literárias e teóricas de autores diferentes, que juntos colaboraram para a criação do pensamento do movimento.

Referências bibliográficas

ALEXANDRIAN, Sarane. **O Surrealismo**. São Paulo: Verbo, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

BONNET, Marguerite. **Trotsky e Breton**. 1975. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/bonnet/1975/mes/trotsky-e-breton.htm>>. Acesso em: 29 set. 2017.

BRETON, André. **Manifestos do Surrealismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Leon Trotsky: Lenin. **La Revolution Surréaliste**, Paris, n. 5, p. 29, out. 1925.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn (org). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. cap. 6, p. 211-228.

COUTO, José Geraldo. **André Breton**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COSTA, Anderson da. Surrealismo e Marxismo: a necessidade contra o desejo de ortodoxia. **Tabuleiro das Letras**, [s. L.], n. 6, p.1-19, jun. 2013.

FACIOLI, Valentin (org). **Por uma arte revolucionária independente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HELLMANN, Risolette Maria. A trajetória da arte surrealista. **Nupem**, Campo Mourão, v. 4, n. 6, p.119-131, jan./jun. 2012.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HUNT, E.K.; SHERMAN, Howard J.. As Doutrinas Socialistas: a Teoria Econômica de Marx. In: __. **História do pensamento econômico**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. cap. 6, p. 91-106.

LÖWY, Michael. **A Estrela da Manhã: Surrealismo e Marxismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Escala, 2009.

NETTO, José Paulo. **O que é stalinismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVERI, Rita. Surrealismo e Marxismo na obra de André Breton. **Sitienbus**, Feira de Santana, 2(4), p.57-66, jan./jun. 1984.

QUERIDO, Fabio Mascaro. Romântico, moderno e revolucionário: O surrealismo e os paradoxos da modernidade. **Cadernos de Campo**, Campinas, v. 14, p.81-97, 2011.

REBOUÇAS, Maria de Vasconcelos. **Surrealismo**. São Paulo: Ática, 1986.

TROTSKY, Leon. **Revolução Permanente**. São Paulo: Ciências Humanas LTDA, 1979.

Medievalismo: uma breve introdução

Medievalism: a very short introduction¹

Eduarda Moysés Temponi

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais
eduarda.temponi@gmail.com

Luiz Felipe Anchieta Guerra

Mestrando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
anchietaguerra@gmail.com

Resumo: tendo começado como uma subdivisão à margem dos estudos medievais propriamente ditos, e tendo suas raízes na área dos estudos culturais, o medievalismo vem se tornando cada vez mais um elemento central dos estudos medievais, ao passo que eles começaram a reconhecer a importância fundamental de questões teóricas, tais como periodização e temporalidade.

Palavras-chave: temporalidades; periodização; estudos culturais; pós-colonialismo.

Abstract: Having begun as a marginal subdivision of medieval studies proper, medievalism with its roots in cultural studies is increasingly becoming a central element of medieval studies, as medieval studies begins to acknowledge the fundamental importance of theoretical issues such as periodization and temporality.

Palabras clave/Keywords: temporality; periodization; cultural studies; postcolonialism.

O medievalismo, aqui entendido como a investigação acerca das diferentes formas sob as quais a Idade Média foi apreendida e construída por períodos posteriores, se tornou nos últimos trinta anos um dos ramos que mais crescem dentro dos estudos medievais. Há conferências regulares tratando do medievalismo, existe um periódico sobre medievalismo, e, ao longo da última década, não houve praticamente ano algum sem a publicação de um ou mais livros sobre filmes medievais. Inclusive, em 2010, o congresso da New Chaucer Society chegou a sediar uma sessão dedicada ao “medievalismo medieval”. Esse evento parece marcar o triunfo final do medievalismo como um campo de estudos:

¹ BERNIS, Ute; JOHNSTON, Andrew James. **MEDIEVALISM: A VERY SHORT INTRODUCTION**. European Journal of English Studies. Volume 15, 22 jul 2011, republicado com a permissão do editor Taylor & Francis Ltd, <http://www.tandfonline.com>

em uma brecha flagrante do decoro cronológico, a questão parece ter nos trazido de volta ao ponto de partida. Caso seja possível identificar dentro da própria cultura medieval essas estruturas de pensamento e questionamento, e esses tropos e topoi que moldaram a noção mais recente do medieval – algo que foi também debatido em uma monografia recente (Johnston, 2008) – então, ironicamente, parece que o medievalismo se encontra na iminência de assumir a centralidade como uma área de pesquisa e discussão acadêmica dentro do estudo da Idade Média.

De onde essa fascinação crescente com o medievalismo vem e quais são as forças que a conduzem? Até um certo ponto, o medievalismo é um típico derivado dos estudos culturais, e, desde seu início, teve um foco muito forte em imagens corriqueiras da Idade Média; nos filmes e quadrinhos, nos jogos de computadores e nas formas de reencenação histórica. Entretanto, também tratou de fenômenos de elite, como é o caso das recriações Vitorianas do passado medieval como defendidas, por exemplo, pelos Pré-Rafaelitas. Especialmente em seus estágios iniciais e na medida em que se preocupava com temas populares, o medievalismo parecia carecer de credenciais acadêmicas e ameaçava permanecer um esforço acadêmico muito marginal. Todavia, quanto mais os estudos culturais se consolidaram nos currículos, mais o medievalismo atingiu respeitabilidade – sem a qual nenhuma temática de estudos pode passar de uma moda passageira a uma preocupação central da comunidade acadêmica.

Concomitantemente, o medievalismo foi alimentado por outros importantes impulsos, os quais, apesar de nem sempre explicitamente alinhados ao medievalismo como um projeto, contribuíram para a configuração do fenômeno que tomamos por medievalismo nos dias de hoje. Um exemplo importante desse tipo de medievalismo pode ser visto na incisiva crítica medievalista de Lee Patterson (1987) ao então empolgantemente novo Novo Historicismo. O que Lee Patterson (57-74) apontou na época foi nada menos que – devido às raízes foucaultianas e às outras abordagens pós-estruturalistas das quais o Novo Historicismo ainda dependia – ele, na realidade, reforçava as barreiras de periodização tradicionalmente impostas, as quais relegaram à Idade Média ao papel de um Outro genérico em relação aos (primeiros) Modernos.

A questão então levantada é de cronologia e temporalidade. Cada vez mais, os medievalistas começaram a questionar os limites da periodização que marcavam a Idade Média, tanto em relação à Antiguidade Tardia, quanto ao Renascimento. Tipicamente, esse questionamento seguiria uma de duas

trajetórias. Ou ele se concentraria na noção de periodização em si, resultando, portanto, em uma investigação acerca dos enquadramentos ideológicos que ajudam a manter as fronteiras temporais no lugar, ou ele tomaria parte na desestabilização dessas fronteiras de periodização ao, simplesmente, permitir que os medievalistas se movimentassem em territórios do início da Idade Moderna. Obviamente, essas duas trajetórias não são mutuamente excludentes, posto que frequentemente as encontramos combinadas. E esse [esforço] também não é um projeto unilateral. Os empenhos feitos por medievalistas têm sido progressivamente aclamados e apoiados pelos estudiosos do Renascimento. Portanto, os últimos cinco anos foram agraciados com uma série de publicações nas quais medievalistas e estudiosos do início da Era Moderna colaboraram a fim de criticar ou redefinir os conceitos vinculados à Idade Média e ao início da Idade Moderna (ex. CUMMINGS e SIMPSON, 2010; MACMULLAN e MATTHEWS, 2007). E não é coincidência alguma que uma dessas últimas coleções editadas comece com um artigo (DE GRAZIA, 2010, p.13–32) que investiga a noção de anacronismo e o papel que essa ideia desempenhou na formação dessas disciplinas acadêmicas que, a partir do século XVII, têm determinado o estudo acadêmico do passado medieval – tanto em áreas da Filologia quanto da História.

Com isso, embora não tenha perdido de forma alguma o seu interesse pelas reconstruções populares da Idade Média, o medievalismo se expandiu dentro daquilo que tradicionalmente é visto como estudos medievais propriamente ditos. Esse crescimento está fornecendo, cada vez mais, perguntas e abordagens à área, visando esmiuçar essas mesmas temporalidades, tão facilmente tomadas como naturais quando se fala sobre a Idade Média – questão essa discutida por Richard Utz em sua contribuição para este volume.

Uma fonte de inspiração que tornou isso possível foi o paradigma pós-colonial, com suas análises sobre a forma de estabelecimento de uma noção do Outro. Apesar de que a maioria das instâncias individuais dos estudos pós-coloniais, e grande parte da teoria pós-colonial, tenderam a não considerar os conceitos de tempo e de periodização que moldaram a base dessa criação do Outro [othering] – “[a teoria pós colonial] negligenciou o estudo do passado distante, posicionando, e não interrogando, a anterioridade contra a qual regimes de poder modernos supostamente emergiram” (COHEN, 2003, p. 19)–, alguns proeminentes teóricos pós-coloniais se mostraram muito conscientes do fato de que as formas de marginalização culturais e geográficas do sujeito colonial podem ser

verdadeiramente estudadas caso se preste atenção à maneira como as noções ocidentais de temporalidade participam na formação do sujeito colonial: “O historicismo, portanto, supôs o tempo histórico como medida da distância cultural (ao menos no desenvolvimento institucional) que supostamente existe entre o Ocidente e o não-Ocidente”. (CHAKRABARTY, 2000, p.7).

As afinidades entre as inquietações recentemente suscitadas e as ideias convencionais de periodização em estudos medievais, de um lado, e o projeto pós-colonial, de outro, resultaram não somente em um número crescente de publicações sobre a Idade Média pós-colonial, mas podem também ajudar na explicação do motivo dos acadêmicos estarem dispostos a conceituar, ao final da primeira década do novo milênio, uma noção aparentemente monstruosa como a de “medievalismo medieval”, já mencionada anteriormente. Assim como a ideia de “pós-colonial” [postcolonial] – em oposição a simplesmente “após a colonização” [post-colonial] – transgride, no nível da teoria, a ideia de que o pós-colonial está predominantemente preocupado com o que aconteceu depois do colonialismo, o medievalismo pode ser visto, na realidade, não meramente em termos de como a Idade Média foi construída depois que tinha, para todos os efeitos, acabado, mas sim como uma empreitada teórica e metodológica crucial que nos ajuda na reconciliação com as formas de periodização dominantes no discurso histórico do Ocidente por séculos, e, possivelmente, por milênios, isto é, desde quando existiu alguma noção de Ocidente – e isso pode inclusive nos levar à época de Heródoto.

Dessa forma, longe de representar meramente um adendo marginal aos estudos medievais, o medievalismo promete se encarregar de uma das mais revigorantes tendências não apenas dos estudos medievais, mas dos estudos do início da modernidade, do romantismo, da era Vitoriana, do pós-colonialismo e do cinema. Os artigos compilados neste volume anseiam representar ao menos algumas variedades de medievalismo correntes, com Richard Utz, proporcionando um panorama da história do medievalismo e das implicações teóricas dessa história; com Felix Sprang e Wolfram R. Keller, investigando o relacionamento dialógico entre o medieval e o começo do moderno na literatura inglesa; com as reflexões de Candace Barrington sobre os efeitos da Guerra Civil Americana em um leitor específico de Chaucer e Spencer, e como isso mostra até a que ponto as atitudes acadêmicas podem, elas mesmas, serem moldadas por respostas supostamente populares aos textos medievais; e com Elke Koch e Margitta Rouse, analisando as formas como a mídia contemporânea conceitua o medieval e isso, assim, – em maior ou menor grau – se reflete em seu próprio status como mídia.

Referências bibliográficas:

- Chakrabarty, Dipesh (2000). **Provincializing Europe**. Postcolonial Thought and Historical Difference. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- Cohen, Jeffrey Jerome (2003). **Medieval Identity Machines**. Medieval Cultures 35. Minneapolis and London: University of Minnesota Press.
- Cummings, Brian and Simpson, James (2010). **Cultural Reformations**. Medieval and Renaissance in Literary History. Oxford: Oxford University Press.
- De Grazia, Margreta (2010). **'Anachronism.'** **Cultural Reformations. Medieval and Renaissance in Literary History**. Eds Brian Cummings and James Simpson. Oxford: Oxford University Press. 13–32.
- Johnston, Andrew James (2008). **Performing the Middle Ages from Beowulf to Othello**. Turnhout: Brepols.
- Macmullan, Gordon and Matthews, David, ed. (2007). **Reading the Medieval in Early Modern England**. Cambridge: Cambridge University Press.
- Patterson, Lee (1987). **Negotiating the Past: The Historical Understanding of Medieval Literature**. Madison: University of Wisconsin Press.

Do singular ao plural: pensar e operar a multiplicidade temporal na/da história

SALOMON, Marlon (org.). Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos. Goiânia: Ricochete, 2018

Maicon da Silva Camargo
Doutorando em História
Universidade Federal de Goiás
maiconcamargo.msc@gmail.com

Recebido em: 18/12/2019
Aprovado em: 20/01/2020

[...] o tempo é quanto dura um pensamento –
Clarice Lispector, Água viva.

Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos, lançado em 2018, é um livro que apesar de suas muitas vozes possui uma sintonia. Aliás, é uma obra que através de suas muitas vozes alcança a sintonia. O livro é composto por doze estudos, uma entrevista com o filósofo Jacques Rancière e a tradução de um texto de Bachelard, ainda inédito em língua portuguesa – um dos inauguradores deste problema da multiplicidade temporal. Ao todo, são quatorze vozes diferentes ressoando; de historiadores e filósofos, brasileiros e estrangeiros.

A obra contrapõe-se a uma imagem-identidade de tempo já criticada pela filosofia e pela história desde o entreguerras, no entanto, essa crítica será mais desenvolvida na história a partir das décadas de 1970 e 1980, e que persiste ainda em ser pensada em diversos campos do saber dessa mesma maneira: um tempo fluido, linear, contínuo, cumulativo, sincrônico, único, progressivo. Seus estudos evidenciam a realidade de um tempo pensado, sentido e vivido como um tempo múltiplo, plural, descontínuo, desordenado, não-homogêneo, não-linear.

A obra, tanto em conteúdo quanto em forma, apresenta e produz uma mesma imagem múltipla/heterocrônica de tempo. Como conteúdo, a multiplicidade aparece no livro como modo de pensar o tempo, de caracterizá-lo, o que afeta também o modo como se pensa e se pratica a historiografia. Como forma, a multiplicidade se dá por sua pluralidade de vozes e perspectivas distintas. Não se trata simplesmente da reunião de vários estudos sobre o tempo. A pluralidade de vozes aparece e evidencia a pluralidade de caminhos possíveis que se abrem quando se passa a

refletir e operar tempos múltiplos. A multiplicidade temporal implica também em uma descentralização do pensamento de uma ou outra perspectiva. Isto possibilita e permite a emergência da pluralidade de saberes, escritas, sujeitos, teorias, métodos e epistemologia (SANTOS, 2010).

Até mesmo nos elementos gráficos da obra, percebe-se o empenho na construção de uma imagem para esse tempo plural. A capa com o título sendo inscrito de maneira repetida em círculos concêntricos que parecem mover-se em direções contrárias. A contracapa repete o design da capa, acrescentando-se inúmeras linhas que parecem sair de um centro, não de reunião, mas de um espaço de explosão/implosão; linhas sem começo nem fim. Notas de rodapé que fogem ao formato padronizado do “Justificado” e utilizam o “Alinhar à Esquerda” deixando a margem direita desalinhada, desordenada. Todos esses detalhes materiais, pensados através de imagens-identidades que esforçam-se em traduzir uma ideia de tempo que, para além de certa filosofia, literatura ou historiografia, está também presente na forma como o homem contemporâneo relaciona-se, vive e experimenta o tempo.

Imagem de tempo que pode ser pensado assim como descrito por Bachelard: “um círculo que não é de modo algum vicioso, mas que gira nos dois lados” (BACHELARD, 2018, p. 354). Círculos concêntricos em movimentos rotacionais que rompem com a ideia de um tempo linear, evolutivo e progressista e também com o tempo circular presente nos mitos. Círculos que se alargam e modificam-se evidenciando a qualidade movente e transformadora de um tempo que pode ser pensado por sua repetição e sua novidade, um tempo que se modifica através daquilo que acumula, mas que não é um simples depósito, ao contrário, um tempo que produz e instaura a diferença e a novidade.

Desse modo, ao trabalhar, em forma e conteúdo, a pluralidade temporal, *Heterocronias* coloca, de forma estética, ou literária, o problema das múltiplas temporalidades ao pensamento contemporâneo e, especialmente, ao historiador, cujo ofício envolve ser um artesão do tempo. Colocar o problema de forma estética, como analisa Jacques Rancière, significa não um mero esforço de ornamento textual, mas de buscar na própria racionalidade através da qual um discurso é construído, os problemas que ele busca resolver, bem como os modos como esse problema é pensado no interior de sua discursividade (RANCIÈRE, 2011).

O título, *Heterocronias*, faz referência ao conceito cunhado em 1874 pelo biólogo Ernst Haeckel e, posteriormente, ressignificado pelo biólogo Gavin Beer para referir-se aos processos evolutivos dessincronizados que, em lugar de um processo gradual, contínuo ou ininterrupto, há

descontinuidades e diferenças de ritmos (SALOMON, 2018, 15). Essa alusão, embora ainda pouco utilizada nas ciências humanas, ajuda-nos a pensar um tempo que irrompe em uma multiplicidade de tempos.

Há, aqui, uma curiosa ironia. A ideia de raça, amplamente utilizada para se pensarem as diferentes culturas, é um conceito que foi deslocado das teorias da evolução para o campo das ciências humanas. Ao longo dos séculos XIX e XX, tal conceito justificou várias políticas imperialistas, genocídios e etnocídios. Este conceito possui uma concepção de história e, portanto, de tempo, bem definida: linear, contínua e evolutiva (LÉVI-STRAUSS, 2017). As diferentes culturas e raças humanas encontravam-se em diferentes estágios da evolução. A simultaneidade da multiplicidade do homem foi tomada como não-contemporaneidade. O tempo cunhado na teoria da evolução clássica refletia o tempo presente na filosofia da história do historicismo e dos determinismos. Todavia, o próprio avanço das teorias evolucionistas, ao perceber a multiplicidade temporal no interior dos processos evolutivos, ao pensar as heterocronias, rechaça essa imagem de tempo linear que outrora justificava e endossava os estudos sobre as sociedades humanas pensadas de forma hierárquica e evolutiva.

Heterocronias possibilita ao leitor perceber um tempo com múltiplas linhas de temporalidades. Um tempo multiforme para além do passado, presente e futuro que se unem em um eixo comum, o tempo, tal como alguns historiadores dos *Annales* o pensou e o operacionalizou (FEBVRE, 2009). A ruptura deste tempo que se assemelha a duração/eternidade em inúmeras temporalidades. Diferente de um tempo tal como desenvolvido por Lucien Febvre, único que, como a atmosfera, engloba a todos, encontramos, em seu lugar, um emaranhado de diferentes processos, períodos, narrativas, camadas de tempo que se sobrepõe e se compõe (KOYRÉ, 2010).

Tempo desordenado, o que não implica a impossibilidade de sua racionalização, afinal, o próprio Bachelard (2007) pensou a multiplicidade temporal de modo racionalista. No entanto, tal tempo apresenta-se como crítica a certa racionalidade, ao empirismo, realismo, idealismo e com a filosofia clássica de um modo geral, de forma a conectar-se com o pensamento pós-colonial e pós-guerras. O tempo, assim, não pode mais ser pensado através do esquema newtoniano e de sua causalidade. A física quântica revelou um tempo relativo e ofereceu racionalidades através das quais tal tempo poderia ser pensado e operacionalizado. Não gratuitamente, a multiplicidade temporal apareceu primeiramente entre os estudiosos da epistemologia e da história das ciências do que entre os historiadores, preocupados, nesse mesmo período – o entreguerras – com a fundação da

cientificidade de sua disciplina, todavia, baseados em uma noção de ciência que nem mesmo as ciências da natureza apoiavam-se mais (SALOMON, 2018, 142-166).

A apresentação do livro, feita por seu organizador Marlon Salomon, bem como o capítulo escrito por Enrico Gattinara, situam o leitor de como o problema da multiplicidade temporal entrou na história e como ele afetou a produção de saber de diversas disciplinas. Os capítulos escritos por Fábio F. de Almeida, Marlon Salomon, Antoine Lilti e Silvia Caianiello, estudaram como o tempo foi pensado no interior da disciplina da História, especialmente pelos *Annales*, bem como as consequências epistemológicas dessa postura. Em especial, apesar de os historiadores do período se esforçarem para salvar o tempo do caos da multiplicidade, a filosofia, a história das ciências e a epistemologia estavam mais atentas e abertas para pensar a pluralidade do tempo e, nesse sentido, trouxeram contribuições profícuas para o pensamento histórico.

Deslocando as discussões do terreno francês, Afonso Iacono analisa como a multiplicidade temporal está presente na forma como o historiador italiano Arnaldo Momigliano pensou e fez história. Para Iacono, há, nessa concepção de tempo e de história de Momigliano, uma crítica ao pensamento alemão e à concepção de história de Hegel, oferecendo, assim, um caminho para se pensar o tempo e a história que atende às demandas criadas após a derrota dos nazistas e aos processos de descolonização. Sérgio da Mata analisa a multiplicidade do tempo na antropologia e na sociologia através das contribuições do alemão Arnold Gehlen, apresentando, por meio de sua perspectiva, uma crítica à concepção de tempo de François Hartog (2013) e evidenciando o que estaria, de fato, na concepção de tempo de Koselleck (2006). O capítulo desenvolvido por Helge Jordheim percebe que a multiplicidade temporal foi comumente pensada como camadas e estratos de tempo. Estas são imagens retiradas da geologia e que são amplamente utilizadas por historiadores tais como Koselleck, Hartog, Braudel e Krzysztof Pomian – inclusive, neste livro, Eugênio Carvalho analisa a concepção de tempo no pensamento deste último. Assim, Jordheim analisa as obras do italiano Nicolaus Steno (1638-1686), considerado um dos fundadores da geologia, para aprofundar os sentidos dessa imagem-concepção de tempo.

Em seu texto, Peter Pelbart, partindo de uma perspectiva deleuziana, estuda a multiplicidade temporal como uma sensibilidade esquizofrênica, louca ou irracional, presente no interior das artes e de nossa experiência temporal cotidiana. Estevão Martins também contribui com um estudo que evidencia que a experiência da multiplicidade temporal está presente nas nossas vivências cotidianas antes mesmo que na história ou filosofia. Nesse sentido, o estudo de Durval Muniz ilustra bem como uma sensibilidade, a saudade, evoca diversas temporalidades. O estudo

dele exemplifica como entender e aceitar a multiplicidade temporal enriquece o conhecimento produzido pela história.

O tempo é, portanto, uma das questões centrais para o pensamento, pois, mesmo quando ele não é objeto de investigação, ele é condição de existência para o pensamento. *Heterocronias* traduz um esforço de historicizar um problema que há quase um século a história, com raras exceções, vem adiando: as multiplicidades temporais. Um esforço em evidenciar que as subjetividades contemporâneas não podem mais ser pensadas, ou pensarem seus objetos, através de um tempo uno, singular e homogêneo. Uma obra que colabora com todos os filósofos e pesquisadores das ciências humanas e sociais, pois todos esses lidam, com e/ou no tempo.

Nosso mundo é heterocrônico. Quanto maior for nossa consciência dessa experiência temporal e nossa habilidade em manipular a multiplicidade temporal, maior será a contribuição de nossa prática intelectual/historiográfica para a construção de saberes que se aproximam da vida e que são capazes de oferecer instrumentos que nos possibilitam pensar, destruir e construir novas categorias, saberes, práticas, instituições e realidades.

Referências bibliográficas:

- BACHELARD, Gaston. **A intuição do instante**. Lisboa: Versus, 2007.
- BACHELARD, Gaston. A continuidade e a multiplicidade temporal. In: SALOMON, Marlon (org.). **Heterocronias: Estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos**. Goiânia: Ricochete, 2018, p. 354.
- FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: A religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HARTOG, François. **Croire en l'histoire**. Paris: Flammarion, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.
- KOYRÉ, Alexandre. Filosofia da história. In: SALOMON, Marlon. **Alexandre Koyré, historiador do pensamento**. Goiânia: Ricochete, 2010.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: _____. **Antropologia estrutural II**. São Paulo: Ubu Editora, 2017, p. 337-376.
- RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó: Argos, 2011, p. 21-50.
- SALOMON, Marlon. Heterocronias (Apresentação). In: _____. (org.). **Heterocronias: Estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos**. Goiânia: Ricochete, 2018, p. 8-38.
- SALOMON, Marlon. Temporalidade história em Lucien Febvre e Alexandre Koyré. In: _____. (org.). **Heterocronias: Estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos**. Goiânia: Ricochete, 2018, p. 142-166.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS; MENESES (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

Entrevista com Bernardo Jefferson de Oliveira

Bernardo Jefferson de Oliveira é professor titular da Faculdade de Educação (UFMG). É licenciado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1983) e mestre e doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1988 e 2000, respectivamente). Foi diretor do museu Espaço do Conhecimento UFMG e atualmente coordena a exposição Sentidos do Nascer juntamente com a professora doutora Sônia Lansky. Suas pesquisas e produções concentram-se nas áreas de História da Educação, História da Ciência, Filosofia da Técnica e Museus de Ciência e Imaginário Científico.

Entrevista concedida via correio eletrônico a **Henrique Rodrigues Caldeira** e **Laura Jamal Caixeta**, discentes na linha de Cultura e Ciência na História, do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e membros da Comissão Editorial da Revista Temporalidades.

[Revista Temporalidades] As inovações e desenvolvimentos técnicos e científicos – sobretudo aqueles relacionados à internet – parecem oferecer, ao mesmo tempo, conteúdo e meios importantes para a divulgação científica. No entanto, vemos que ferramentas cada vez mais sofisticadas como os sites de vídeo e as redes sociais acabam favorecendo indistintamente discursos acerca da ciência, muitos dos quais geram bastante desinformação. Como você vê o impacto dessas mídias na atividade de divulgação científica? E como pesquisadores poderiam tirar melhor proveito das possibilidades que elas oferecem?

[Bernardo Jefferson de Oliveira] Sim, as inovações na comunicação disponibilizam vários novos recursos para a divulgação científica, abrindo muitas possibilidades. Creio que os pesquisadores já se deram conta do valor e das dificuldades de fazer essa comunicação de forma efetiva e alcançar diferentes públicos. Mas o desafio é enorme. Acho que ainda estamos engatinhando. E na medida que vamos caminhando esses recursos vão mudando numa rapidez... É difícil acompanhar.

Um pouco como no processo de ensino, em que os professores vão incorporando, mas num ritmo bem mais lento do que os estudantes trilham e demandam. E assim como na educação, não se trata apenas de usar as novas tecnologias, mas adaptar a novas práticas, de forma que se possa qualificá-las e incrementá-las. O que demanda muita criatividade. De uma forma geral, pesquisadores já reconhecem o valor cognitivo do processo de comunicação. O termo “conhecimento em trânsito” cunhado pelo historiador James Secord sintetiza a ideia, que vem sendo explorada em diversos estudos de circulação do conhecimento, e da comunicação como algo que envolve muito mais do que transmissão de informações ou práticas. Transformações no conhecimento são reconfiguradas quando abordadas em novos contextos, veículos e públicos.

[RT] Para além das mídias digitais, os museus são também um importante espaço de divulgação científica. Quais as especificidades desse espaço, no que se refere a suas possibilidades de comunicação pública da ciência? Como você vê o futuro dos museus em nossa cultura crescentemente digital?

[BJO] Desde o século XVIII, os museus são um importante espaço de divulgação científica, mas eles também foram (e seguem) se transformando e, hoje em dia, utilizam bastante os recursos digitais. Tanto nas exposições quanto fora delas, em sites e redes sociais. É a ideia do museu expandido, que vai muito além das visitas. Mas os museus mantêm sua especificidade. Primeiramente pelo local de fala, a instituição lhe confere autoridade, e que funciona como uma consagração do que está sendo apresentado. Segundo que ele possibilita experiências diferentes do acesso doméstico e individual às informações. Museus são instância de educomunicação *sui generis*. Eles conjugam objetos, dispositivos e mediações como nenhuma outra instituição.

Museus podem (ainda que nem sempre o façam) propiciar diálogos e encontros inesperados. Não só com mediadores que saibam puxar conversas e instigar reflexões, mas também com o que chamamos de interações horizontais, com outros visitantes. Muitos museus criam situações que provocam essas interações coletivas, por exemplo com jogos que não se pode jogar sozinho. Os museus têm se reinventando, se diversificado e reafirmado seu papel em nossa cultura.

[RT] Finalmente, gostaríamos que comentasse um pouco sobre sua experiência na curadoria e coordenação da exposição Sentidos do Nascer, que promove uma reflexão sobre a percepção do nascimento e incentiva a valorização do parto normal. Quais atitudes do público em relação à exposição chamaram mais a sua atenção?

[BJO] Foi uma grande surpresa a reação do público a esta exposição. Quando estávamos desenvolvendo o projeto não imaginávamos como a grande maioria dos visitantes ficaria emocionada. Muitas reelaborando suas histórias pessoais naquele momento, visivelmente tocadas. Outras fortalecidas em suas convicções. As pessoas retornavam trazendo amigos, familiares. Eu nunca tinha visto isso nas exposições que acompanhei. Elas queriam compartilhar a experiência, sensibilizar amigas ou convencer seus familiares de que eles estavam mal informados.

[RT] E como foi trabalhar com a questão da controvérsia na exposição - algo tão importante para uma crítica dos saberes e práticas médicas, mas também tão delicado em tempos de crise de confiança na ciência?

[BJO] As controvérsias têm um enorme potencial gerador de reflexão sobre nossas convicções, como também para discussão sobre os saberes. Elas entremeiam visões divergentes, algumas antagônicas, que ajudam a situar a complexidade de questões, e a dimensionar os problemas e soluções. O contraponto de perspectivas é enriquecedor e fazem as pessoas oscilar entre as visões, entender melhor as razões e motivações diferentes das que conhecem. Ao longo do diálogo, quem está assistindo se transfere e revê suas identificações e divergências no processo. Temos utilizado esse recurso também como atividades didáticas¹.

Para a elaboração dos roteiros e falas dos personagens da exposição Sentidos do Nascer havíamos coletado discursos e argumentos recorrentes, que são apresentadas de forma vívida, com ótimas representações de atores profissionais.

A crise de confiança na ciência não estava dada naquele momento, como está nos dias atuais. Assim, várias falas se apoiam em evidências científicas, ou na chamada medicina baseada em evidências. Ela era o eixo que se contrapunha a certas práticas médicas fundadas na experiência

¹ Ver Oliveira, Fonseca e Segantini. "Writing, Acting and Engaging in Socioscientific Controversies as a Way to Learn about the Nature of Sciences". *In: Transversal: International Journal for the Historiography of Science*, n. 5, 2018, p. 146-156. (Disponível em <http://www.historiographyofscience.org/index.php/transversal/article/view/107/141>. Acesso em 20/01/2020.)

clínica de alguns médicos e na autoridade da tradição. É o que chamamos de medicina baseada em eminências, para contrapor à baseada em evidências. Mas além dos fundamentos cognitivos, há dimensões políticas dos conhecimentos nas disputas de representação. Isso ocorre por todos os lados. É um dos elementos constituintes do conhecimento. Mas na temática que estávamos abordando, o espírito corporativo é exacerbado. De uma forma geral, as corporações médicas e conselhos de medicina no Brasil lutam com unhas e dentes pelo seu mercado, como no caso do monopólio do ato médico, buscando impedir enfermeiras de atuar em procedimentos, como na colocação do DIU ou na assistência ao parto, que elas fazem com total reconhecimento em diversos países do mundo. As controvérsias possibilitam trazer à tona diversas facetas do conhecimento, como os interesses políticos e motivações pessoais. Elas são ricas para a discussão dos valores da ciência, como também para debate sobre suas limitações e lacunas.

Creio que no momento atual em que o governo combate e procura desmontar as instituições científicas e universidades públicas, temos que retomar o debate a partir de questões básicas: para que servem essas instituições? Como funcionam? Como realizam suas pesquisas? Vemos que o governo atual ainda tem apoio de gente que não faz ideia do valor do conhecimento científico, de como são feitas as pesquisas. A meu ver, isto deve ser tratado como mera ignorância. Temos que trazer para o debate suas questões. O recurso das controvérsias, no qual essas visões são contrapostas e o debate flui, pode nos ajudar a reconstruir a confiança na racionalidade que vem sendo minada pelo bando de malucos que está no poder.

Entrevista com Maria da Glória Oliveira

Maria da Glória Oliveira é professora de História da Historiografia, Teoria e Metodologia da História, do Departamento de História e Relações Internacionais/UFRRJ e professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPHR/UFRRJ) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFRRJ). É mestre em História pela UFRGS, e doutora em História Social pela UFRJ, com a tese "A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista", vencedora do Prêmio ANPUH-RJ 2010, com publicação pela Editoras FGV/EDUR. É pesquisadora líder do HISTOR (Núcleo de Pesquisas de Teoria da História e História da Historiografia). Recentemente tem voltado suas pesquisas para as teorias decoloniais e estudos de gênero. Publicou nos últimos anos dois textos que tiveram bastante repercussão, *Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia* (2018) e *A História disciplinada e seus "outros": reflexões sobre as (in)utilidades de uma categoria* (2019), propondo reflexões acerca da história da historiografia a partir de perspectivas feministas decoloniais.

Entrevista concedida via correio eletrônico a **Henrique Rodrigues Caldeira** e **Laura Jamal Caixeta**, discentes na linha de Cultura e Ciência na História, do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e membros da Comissão Editorial da Revista Temporalidades.

[Revista Temporalidades] Sabemos que, desde a segunda metade do século XX, as teóricas feministas e os estudiosos do gênero se propuseram a repensar e questionar a crença numa estrutura naturalizada do fazer historiográfico científico como um empreendimento pretensamente universal, objetivo e neutro. Entretanto, em seu texto "A história disciplinada e seus "outros"", a partir do diálogo empreendido por você com a produção de Eleni Varikas, entendemos que a categoria de gênero foi e ainda é utilizada para produção de análises mais descritivas do que propriamente

analíticas e interpretativas, fortalecendo o processo de guetização dessa área de estudos. Como promover um uso da categoria de gênero que coloque em jogo sua potência crítica mais radical?

[Maria da Glória Oliveira] A guetização dos estudos de gênero e da história das mulheres não é nenhuma novidade e, paradoxalmente, acompanha a própria ampliação e consolidação dessa área de pesquisa, na medida em que esses estudos passam a delimitar um “nicho” ou uma agenda específica de problemas. Antes mesmo de Eleni Varikas usar essa expressão, a própria Joan Scott já chamava a atenção para o paradoxo da perda da potencialidade crítica da categoria de gênero no início dos anos 1990. Um dos sinais mais evidentes desse processo está na fraca institucionalização do ensino sobre relações de gênero em todos os níveis de educação, da escola fundamental ao espaço universitário. Nos cursos de graduação na área das Humanidades, por exemplo, os conteúdos relacionados a gênero costumam ser abordados em disciplinas ofertadas em caráter optativo/eletivo que costumam atrair predominantemente discentes do sexo feminino e/ou LGBTQI. É muito comum o desinteresse, e até mesmo um certo desdém, dos alunos do sexo masculino para esses assuntos, considerados “particulares” ou demasiadamente “parciais”, frente às questões consideradas “universais”. Tomando o contexto universitário brasileiro, quantos cursos de graduação em História incluíram alguma disciplina sobre gênero e/ou história das mulheres como componentes obrigatórios de suas grades curriculares? Como mencionei acima, essa falta de centralidade institucional se torna ainda mais surpreendente se considerarmos que, atualmente, a área de estudos de gênero possui indicadores robustos no Brasil, com a produção de pesquisa consistente e volumosa que pode ser acessada em periódicos científicos qualificados, eventos consolidados internacionalmente e programas de pós-graduação específicos. Poderíamos pensar que, diante desse problema, um movimento semelhante ao que deu visibilidade às demandas das lutas antirracistas com a Lei 10639/03 que estabeleceu, há dezesseis anos, a obrigatoriedade do ensino da história da África, talvez fosse a solução. No caso dos estudos de gênero e da história das mulheres, penso que há algumas peculiaridades que tornam essa conquista mais complexa. Isso porque, para tornar o ensino das relações de gênero obrigatório, talvez seja necessário enfrentar uma resistência que está instalada no âmbito disciplinar, ou seja, dentro das próprias áreas de conhecimento. No caso da História, entendo que o caráter suplementar ainda atribuído aos estudos de gênero está associado, em grande parte, a certos pressupostos tácitos da chamada história

social que, tradicionalmente, privilegiou recortes de análise baseados no conceito de classe como categoria explicativa central. Assim, não é incomum encontrar historiadore(a)s que defendem a análise das “relações sociais” como perspectiva mais ampla, totalizadora e, portanto, mais “nobre” dos fenômenos do que aquela que leva em conta os modos como o sexo, a sexualidade, e aí podemos incluir também a cor da pele, estruturam as experiências e as relações dos indivíduos e coletividades. Portanto, em um primeiro momento, essa externalidade dos problemas de gênero pode ser explicada pela dinâmica própria da constituição disciplinar dos saberes e pela partilha de temas, objetos, problemas e categorias teóricas que definem as especialidades de pesquisa nas grandes áreas de conhecimento. Não podemos esquecer que essa partilha define aquilo que Foucault chamou de “economia dos discursos de verdade” que estaria na base do funcionamento do próprio corpo social perpassado por múltiplas relações de poder. Por outro lado, é necessário mencionar que, no caso da História, essa guetização se torna menos natural e, portanto, mais surpreendente, quando consideramos que em disciplinas afins, como a Sociologia e a Antropologia os impactos do movimento e do pensamento feminista podem ser identificados em debates teóricos acumulados desde, pelo menos, as últimas três décadas. Para citar um exemplo, no caso específico da Ciência Política, o aporte do pensamento feminista, desde os anos 1980, tornou-se um componente crucial e renovador, por conta do questionamento que os feminismos promoveram quanto ao próprio significado do político como categoria conceitual. Não se trata, portanto, de um corpo teórico alternativo ou da introdução da categoria de gênero como um simples adendo da disciplina. Na tentativa de responder a sua pergunta, eu diria que um dos caminhos possíveis para a historiografia superar a usual resistência e fazer um uso mais radical da categoria de gênero esteja no diálogo interdisciplinar, ou seja, através da abertura e de um contato mais próximo e produtivo com áreas de conhecimento em que os movimentos sociais feministas e LGBTQs talvez tenham provocado impacto mais efetivo e radical.

[RT] “Parem de falar em línguas, parem de escrever com a mão esquerda. Não cultivem suas peles coloridas, nem suas línguas de fogo se quiserem prosperar num mundo destro” (ANZALDÚA, 1981, P. 30). A afirmação de Gloria Anzaldúa nos traz algumas indagações. Se a teoria, enquanto produto da modernidade e da colonialidade, como nos sugere Linda Alcoff, espelha a produção de desigualdades;

como os sujeitos canhotos, marginalizados pelas bases da epistemologia dominante, produzem conhecimento num mundo destro? Pensando no caso das primeiras historiadoras brasileiras, por exemplo, estariam elas se ajustando a um discurso hegemônico pautado em sua exclusão?

[MGO] A questão articula problemas que, em minha percepção, representam desafios centrais para as ciências humanas hoje. Esses desafios se acumulam há algumas décadas a partir dos debates em torno da condição pós-colonial, das subjetividades dos sujeitos subalternos e da chamada descolonização do conhecimento e, é importante destacar, o seu impacto crítico mais radical vem afetando de modo desigual as disciplinas da grande área das humanidades. Uma autora como Gloria Anzaldúa, citada na sua pergunta, ainda é pouco conhecida entre o(a)s historiadore(as) brasileiro(a)s, embora a sua obra remonte aos anos 1980, no contexto de eclosão nos EUA do chamado feminismo da diferença ou interseccional, em que despontaram figuras como a de Audre Lorde e bell hooks, cujos textos começaram a ser traduzidos no Brasil mais recentemente. Quando tomamos contato com essas escritoras, o que está em jogo não é apenas a afirmação das suas experiências como mulheres intelectuais negras, mestiças (como Anzaldúa) e, por conseguinte, sujeitos subalternos historicamente emudecidos, mas a radicalidade da crítica às formas hegemônicas de linguagem para descrever e elaborar essas experiências. Quando Gayatri Spivak apontou para certa impossibilidade de uma resposta plenamente afirmativa para a pergunta “pode o subalterno falar?”, estava chamando a atenção para os processos históricos de violência epistêmica que implicaram a hierarquização e a exclusão de sujeitos e de formas de conhecimento. É necessário considerar que essa violência epistêmica somente adquire eficácia estrutural na medida em que se perpetua tacitamente através da memória disciplinar e do ensino. Para citar um exemplo mais próximo da minha área de atuação acadêmica, podemos tomar a chamada “teoria da história”, oferecida como conteúdo curricular obrigatório dos cursos de formação dos profissionais da História. Embora haja uma resistência a nomeá-la como “epistemologia” da História, trata-se de uma matéria que aborda as especificidades e/ou as condições de possibilidade do conhecimento produzido pelos historiadores. Pois bem, a célebre noção de “operação historiográfica”, de Michel de Certeau, autor canônico dos programas de teoria, talvez seja aquela que conquiste maior consenso entre os praticantes do ofício na contemporaneidade, ciosos na defesa da “história-ciência”, na medida em que evoca uma tríplice face para Clio: a História não é *apenas* um gênero textual

narrativo, como nos lembrou Paul Veyne ao retomar a sua conformação antiga seminal, mas é efeito da dinâmica indissociável envolvendo um lugar social, um conjunto de práticas e de uma escrita. Mas fica a questão: quem é o sujeito que opera nos lugares, efetua as práticas e a escrita nos processos de fabricação da historiografia? Certeau quis enfatizar que o texto historiográfico resulta do complexo de uma fabricação específica e coletiva, não podendo ser tomada como obra de um indivíduo. A figura do historiador como aquele que escreve a história designa sempre um sujeito plural, um “nós” subentendido no lugar deixado em branco ou “não dito” que sustenta o seu discurso. E é precisamente *porque e na medida em que* a historiografia dissimula os lugares/tempos da sua práxis e, podemos acrescentar, torna imperceptíveis os sujeitos que a organizam, que ela adquire sua legitimidade “científica” como forma de representação supostamente não situada da “realidade” do passado. A partir desta forma de se conceber e de se ensinar sobre o que fazem os historiadores, perpetuamos um conjunto de pressupostos epistêmicos supostamente “universais” que se não apagam, no mínimo tornam irrelevantes os marcadores sociais particulares (de gênero, sexo, cor da pele, classe) que condicionam a produção do saber histórico, assim como de todo saber. Como efeito desse processo, aponte em um artigo recente que, na história da disciplina histórica e na história da historiografia, predomina certa naturalização acerca da ausência e da pouca visibilidade da produção intelectual feminina.¹ Durante a minha pesquisa de doutorado sobre as biografias históricas no Brasil do século XIX, eu mesma não vislumbrava qualquer problema no fato de não haver figuras femininas no elenco de autores que, vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, deram início à pesquisa e à escrita da história nacional. Até então, sempre me parecia natural pensar na figura daquele que escrevia a história como um “homem de letras”, vinculado a uma esfera institucional na qual era praticamente inexistente, invisível e até mesmo indesejável a presença feminina. Como a maior parte das alunas formadas no curso de História, me acostumei ao argumento historicista quanto a certas “impossibilidades” históricas que nos leva a compreender (no sentido de aceitar como um dado) as mulheres como componentes pouco visíveis do “social”, porque limitadas à esfera doméstica, como se essa invisibilidade não fosse produzida política e historicamente. A explicação historicista para essa invisibilidade também é uma opção política. Quando, algum tempo depois, tive contato com o livro da Bonnie Smith,

¹ Cf. OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da historiografia*, v. 11, n. 28, 2018, pp.104-140.

Gender of History, sobre uma escrita “amadora” da história que ela identificava nas obras de autoras norte-americanas e inglesas no século XIX, como Mercy Ottis Warren, Lydia Maria Child e Catherine Macaulay, meu primeiro impulso foi o de buscar produção semelhante no contexto brasileiro.² Foi uma busca de certa forma frustrada, mas que me levou a ter contato com o conjunto vasto de “mulheres de letras” no Brasil oitocentista, excluídas do cânone literário, cuja produção já havia sido, em sua maior parte, “resgatada do esquecimento” e recenseada na área dos estudos literários. Foi então que percebi como a nossa memória disciplinar reforça e naturaliza a invisibilidade da produção intelectual feminina, na medida em que define não apenas autores e obras que podem ser incluídos nos cânones literário e historiográfico, mas, antes de tudo, circunscreve, por meio de apagamentos e exclusões, o que é “literário” e “historiográfico”. Se avançarmos no contexto do século XX, as primeiras mulheres formadas nos cursos universitários de história despontaram no campo intelectual brasileiro marcado pela condição histórica colonial e periférica, cujas dinâmica androcêntrica dificilmente poderia ser superada por simples esforço ou “vocaçãõ” individual. Nos anos 1940, o caso de Alice Canabrava, preterida no concurso para a cátedra de História da América na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, mesmo tendo obtido médias mais altas nas provas do que o professor concorrente escolhido pela comissão julgadora, é emblemático neste sentido.³ Outras figuras dessa chamada primeira geração, formada na USP entre 1940 e 1970, como Olga Pantaleão, Maria Yedda Linhares e Eulália Lahmeyer Lobo, também enfrentaram desafios que, se não foram tão dramáticos como o de Canabrava, tampouco foram menos desafiadores. Tentando responder a sua pergunta, talvez seja infrutífero buscar nas historiadoras dessa primeira geração um discurso contra-hegemônico ou algo próximo a uma crítica da condição feminina na academia. Isso não diminui o valor e a importância dessas autoras para exercitarmos uma leitura das suas trajetórias a partir das ferramentas críticas da teoria feminista de que dispomos na atualidade. Em suma, são historiadoras que merecem ser estudadas e integradas à nossa memória disciplinar não por seu suposto caráter heroico, fundado em uma noção vaga de pioneirismo, mas porque representam trajetórias que se constituíram por escolhas possíveis e não por um voluntarismo livre dos

² SMITH, Bonnie C. **Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica**. Bauru/SP: EDUSC, 2003 [1998].

³ Cf. ERBERELI JUNIOR, Otavio. De preterida a preferida: considerações em torno da trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava (1935-1951). **História da Historiografia**, n. 22, dezembro 2016, pp. 97-115.

constrangimentos estruturais relacionados a gênero, sexualidade, cor da pele e classe social ao qual todas estiveram e ainda estamos submetidas.

[RT] Ainda em diálogo com a questão anterior, é quase consenso na historiografia, ousamos dizer, que a História não é uma produção de conhecimento neutra, contudo subsiste uma crítica contundente aos historiadores que declaram valer-se de uma teoria afeita às lutas sociais e pautadas em tomadas de posição política. Para você, estaria essa resistência ligada a um argumento de manutenção da colonialidade do saber e perpetrador de violência simbólica?

[MGO] Sim, penso que é ainda possível identificar a resistência a certas perspectivas de pesquisa dentro da academia e, neste caso, me refiro, de modo específico, à historiografia de viés explicitamente feminista. Não estou sozinha nesta percepção. É por demais evidente o quanto os movimentos feministas e dos grupos de LGBTQs impulsionaram os estudos de gênero, das feminilidades, masculinidades e travestilidades, através de um intenso e produtivo diálogo interdisciplinar nas últimas décadas. Contudo, o campo historiográfico, como assinalou há alguns anos a professora Joana Pedro, na contracorrente desse processo, ainda se mantém como um dos mais resistentes a esse diálogo. É curioso como, neste caso, parece que o espectro de uma história militante, supostamente não “científica”, continua a nos assombrar. É mais interessante ainda notar que ferramentas conceituais igualmente tributárias de movimentos sociais externos à academia como raça e etnia não parecem sofrer a mesma desconfiança e desqualificação que a categoria de gênero.⁴ Isso pode explicar, em grande parte, o tratamento concedido ao gênero como noção “complementar” e daí o esvaziamento da potência do conceito como chave de leitura dos fenômenos históricos mais amplos. Por exemplo, no âmbito do ensino, por que há tanta resistência em abordar os processos como o da colonização como um ato político generificado, levado a cabo por uma força de trabalho composta majoritariamente por homens brancos recrutados através de ocupações masculinizadas como o serviço militar ou o comércio de longas distâncias? Por que não se inclui nos programas de história moderna o tema do estupro de mulheres em sociedades colonizadas como prática comum da conquista europeia ultramarina? Na

⁴ PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, pp. 270-283.

conjuntura política assustadora que vivemos no Brasil, como se não bastassem as “assombrações” internas próprias a nossa área disciplinar, temos agora que enfrentar os ataques externos, advindos de um governo de direita que faz o jogo perverso da negação, demonizando a palavra “gênero” para denunciá-la como embuste, ilusão e ideologia. Diante disso, temos, no mínimo, duas frentes de batalha a serem enfrentadas. Mas como o debate sobre colonialidade do saber entraria nisso? Na minha visão, as reflexões mais recentes em torno do chamado “giro decolonial”, promovidas pelo grupo Modernidade/colonialidade abrem possibilidades importantes para a crítica à teoria e aos pressupostos epistêmicos da história.⁵ Como um dos desdobramentos diretos desse debate, as reflexões da filósofa argentina Maria Lugones em torno de um feminismo decolonial me parecem centrais para o enfrentamento dessas resistências porque se apoiam no argumento de que o uso compartimentado das categorias de raça, classe, sexo e sexualidade nos leva a uma cegueira epistemológica e a uma incapacidade de enxergar e compreender fenômenos como o do aumento dos índices de violência contra as mulheres. De modo mais específico, frente às demandas dirigidas atualmente à disciplina histórica, não podemos nos contentar mais com a diversificação empírica de objetos de análise e a pluralização de sujeitos da narrativa histórica que se verifica, por exemplo, na profusão de pesquisas em história das mulheres/gênero e estudos africanos, pois já é notório que isso não implica necessariamente uma inflexão crítica dos artifícios epistêmicos que estabelecem e mantêm um “mesmo” como referência universal, regulatória, normativa e excludente de seus “outros”, múltiplos e particulares. Categorias como raça, etnia e gênero não podem funcionar como “adendos” postíços ou conteúdos suplementares, mas devem ser exploradas no sentido de promoverem a refundação do campo historiográfico e do próprio conceito de história. Enfim, a tarefa política e intelectual a ser enfrentada talvez esteja na reabertura de espaços de contestação dos artifícios narrativos e epistêmicos que sustentam as pretensões fundacionais da história como esquema “universal” de representação. Observe que quando falo em contestar artifícios epistêmicos não estou defendendo um “vale-tudo” no sentido de abolir qualquer racionalidade para a produção do conhecimento histórico. Também é importante lembrar que não se trata de um desafio crítico completamente inédito para os historiadores, acostumados a diagnósticos de “crise” que, em diferentes contextos, sempre rondaram a

⁵ Sobre esse ponto, desenvolvi alguns argumentos em OLIVEIRA, Maria da Glória de. A história disciplinada e seus outros: reflexões sobre as (in)utilidades de uma categoria. In: AVILA, A. L.; NICOLAZZI, F.; TURIN, R.(orgs.). **A história (in)disciplinada**. Vitória/ES: Milfontes, 2019, pp. 53-72.

nossa prática acadêmica e disciplinar. O que me parece novo e urgente na situação atual é a retomada da potência crítica mais radical dirigida à condição situada da produção do conhecimento e dos discursos de verdade. Isso implicaria pensar no que Judith Butler chamou de “fundações contingentes” que, para o caso da história corresponderiam a todas as premissas que autorizam, ao mesmo tempo que excluem e domesticam os seus “outros”, funcionando como o inquestionado e o inquestionável da disciplina, presentes não apenas na história pesquisada, mas sobretudo na história ensinada, nas práticas docentes e nos currículos ocultos como mecanismos silenciosos da sua reprodução.

Interview with Ronald L. Numbers

Ronald L. Numbers is Hildale Professor of the History of Science and Medicine Emeritus. He is B.A. in Mathematics and Physics, 1963, Southern Missionary; M. A. in History, 1965, Florida State University; and Ph.D. in History of Science, 1969, University of California, Berkeley. His book on the history of creationism, *The Creationists: From Scientific Creationism to Intelligent Design* (2006), is widely acknowledged as the main reference on such topic. His most recent book is *The Warfare between Science and Religion: The Idea That Wouldn't Die* (2018), coedited with Jeff Hardin and Ronald A. Binzley, which presents a reevaluation of the historiography of Science and Religion.

Interviewed by **Henrique Rodrigues Caldeira** and **Laura Jamal Caixeta**, students of the graduate program in History of the Federal University of Minas Gerais (UFMG) and members of the Editorial Board of *Temporalidades*.

[Revista Temporalidades] We would like to begin with a couple of questions about your trajectory. Today you are one of the most distinguished scholars on the history of science and religion. What prompted you, in the beginning, to study this subject?

[Ronald L. Numbers] Well, originally, as an undergraduate, I studied mathematics and physics. And briefly I went to graduate school in mathematics. But I found out that you couldn't talk to people about mathematics (laughs). I wanted to have a more social discipline to work in. And being a resident of the state of Florida, I visited the Florida State University (FSU) to explore maybe doing something in the social sciences. The head of the M.A. program in the social sciences discouraged me from applying. Because I loved reading history, I went next door to the History Department and they welcomed me. So I decided to get a master's degree in history, where they had a professor who taught American intellectual history and the history of science. I had no idea there were such animals! But I loved them both and did well in them. When I was finishing my M.A. at FSU, I applied to the University of California, Berkeley, to pursue a doctorate in the history of science and got in there. From 1965 through 1969, I studied at Berkeley. When I first went there,

I thought I would work on the history of physics in the 19th century, especially thermodynamics. But my major professor there, A. Hunter Dupree, had written an outstanding biography of Asa Gray (Darwin's foremost American disciple), who was very religious. And that was the first time I realized that the study of science and religion was a legitimate topic in the history of science. So, basically, in the physical sciences I latched on to the history of the nebular hypothesis, which became my dissertation¹ – and would have been my first book if the University of Washington Press hadn't taken over six years to publish it. Thus, *Prophetess of Health: A Study of Ellen G. White*², the second book I wrote, became my first book. These days many young scholars expect to have their revised dissertation out in a year or so. And I always discourage them with my story (laughs).

[RT] The first books you published dealt with the history of science and religion in more domestic settings, restricted basically to America and Christianity. Recently, you have written and edited works with a wider scope, addressing other national and religious contexts. What has motivated this shift?

[RLN] Well, I think it's just part of maturing and expanding my interests. It's very rare that you would see a young scholar take a really broad topic for a dissertation. I think it is kind of the normal curve. It starts with more focused study. But when I came here [Madison, Wisconsin], in 1974, Wisconsin had an established history of science department with half a dozen or so historians. And I came from a very religious background. Most of my male relatives were ministers. The incoming chair of this program in the history of science was David Lindbergh (recently deceased). He also came from a conservative evangelical background, and his father was a minister as well. So we hit it off. He did early stuff, medieval primarily and the Scientific Revolution. And I did 19th, 20th century. There were no good surveys of the history of science and religion back then. So I sketched one out with different chapters and he loved it. He had not worked on the history of science and religion before. So we were able to get some grant money and organize a conference, which resulted in the book *God and Nature*³, which did quite well, although it was a little bit more technical than we had imagined. About 20 years later we did another collection of essays, *When Science and*

¹ NUMBERS, R. *Creation by Natural Law: Laplace's Nebular Hypothesis in American Thought*. Seattle: University of Washington Press, 1977.

² NUMBERS, R. *Prophetess of Health: A Study of Ellen G. White*. New York: Harper and Row, 1976.

³ NUMBERS, R.; LINDBERGH, D. *God and Nature: A History of the Encounter between Christianity and Science*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1986.

*Christianity Meet*⁴, which is more accessible. But it was collaborating with David Lindbergh that got me into doing broader stuff.

[RT] Talking about internationalization, in *Galileo Goes to Jail* you have called attention to the fact that creationism, despite its American pedigree, has broken out in many parts of the globe, including Brazil. This seems to have happened particularly in the 60s and 70s, when many other products labelled "Made in America" also flooded the world, from t-shirts and jeans to action movies and free-market ideas. In your view, is there a relation between the high export rate of creationism and those of other American products?

[RLN] I think there are intriguing parallels. I think it was more in the eighties and nineties that creationism really got to spreading abroad. Earlier, especially in the 1920, when the Made in America label was slapped on creationism, most commentators in other countries made fun of hillbilly Americans (in Tennessee especially, because of the Scopes Trial) and thought that something like that would never happen in their country. But 60 years later, it started appearing in other countries, in Australia especially. South Korea became a big promoter of American-style creationism. One of the things that had happened at that time, in the late 20th century, is that creationists had stripped biblical creationism of its biblical references and started selling it as a scientific creationism or "Creation Science." In some places that seems to have helped a lot because they could say, "Oh, we're just adopting American or Western science."

I helped organize a conference a number of years ago on creationism in Europe, the papers of which have appeared as a book, *Creationism in Europe*⁶, edited by Stefaan Blancke, Hans Henrik Hjermitsev, and Peter C. Kjærgaard. The contributors found a fairly significant following of creationism in Europe. Now I'm collaborating with a South Korean, Park Hyung Wook, on a multi-authored study of creationism in Asia. There the story gets a little more complicated because, for example, you find a number of anti-evolutionists among the Hindus of India that tend not to insist on a young Earth at all. They don't accept human evolution, but they don't have a six to 10,000-year history either. The person who's contributing an essay on Japan, G. Clinton Godart, focuses

⁴ NUMBERS, R.; LINDBERGH, D. *When Science and Christianity Meet*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

⁵ NUMBERS, R. (Ed.). *Galileo Goes to Jail and Other Myths about Science and Religion*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

⁶ BLANCKE, S.; HJERMITSLEV, H.; KJÆRGASARD, P. (Eds.). *Creationism in Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.

on the Buddhist antievolutionists, who are not Young Earth creationists. In South Korea most of the creationists are American-style antievolutionists.

[RT] Over the last years, we have been witnessing – both in Brazil and in the US – a growing presence of movements questioning consensual scientific knowledge, such as the sphericity of our planet, global warming, and the efficacy of vaccines. Do you see any relation between these movements and creationism?

[RLN] I think it's a complicated story. I do see both pro-evolution and anti-evolution organizations spreading out to encompass climate change. One leading anti-creation organization, the National Center for Science Education, is now dedicated equally to opposing deniers of climate science. Some creationist organizations, such as the Institute for Creation Research, are promoting the opposition to climate change as well as creationism. But the link between opposition to evolution and climate change is not logically necessary.

There is an interesting study by a sociologist of science and religion, John Evans, “*Morals not Knowledge*”⁷ (which has a free version available online⁸), that shows that most of the people he surveyed among US conservative Christians accepted most scientific claims. It was only when those scientific claims impinge on their religious values that they resist science; most of chemistry and astronomy and physics, they would have no questions about. There are also two other books I might mention that might be good for reviewing this issue. One is by Naomi Oreskes. She has a brand new book out, *Why Trust Science?*⁹. In a recent issue of *Time Magazine*, she has a guest editorial, “You can trust in science,”¹⁰ making the case for trusting in science. And then there is a new book by Elaine Ecklund, *Religion vs. Science: What Religious People Really Think*¹¹, where she surveys attitudes toward science and religion in, I believe, eight different countries. So you get a really broad survey from around the world.

⁷ EVANS, J. *Morals Not Knowledge: Recasting the Contemporary U.S. Conflict between Religion and Science*. Berkeley: University of California Press, 2018.

⁸ Available at <https://www.luminosoa.org/site/books/10.1525/luminos.47/>. Last access in 11/30/2019.

⁹ ORESKES, N. *Why Trust Science?*. Princeton: Princeton University Press, 2019.

¹⁰ ORESKES, N. “Science Isn’t Always Perfect—But We Should Still Trust It”. *Time*, New York, 10/24/2019. Available at: <https://time.com/5709691/why-trust-science/>. Last access in 11/30/2019.

¹¹ ECKLUND, E.; SCHEITL, C. *Religion vs. science: What religious people think*. Nova York: Oxford University Press, 2018.

[RT] Finally, last year you co-edited a book¹² about the “Conflict Thesis” in the history of science and religion (an interpretation that science and religion have always been – and will always be – at odds). The book makes it clear that the success of this now outdated historiographical model can be understood by looking at the context in which it was produced, a time in which scientists struggled for professional status and institutional positions. What effects do you think our present context, especially considering the growing skepticism about scientific authority, may have on the historiography of science and religion?

[RLN] I think one of them is what you’ve referred to earlier: the internationalization of the study of science and religion. Even in a single nation you’ll have different versions of science and different versions of religion. So we have to be very careful as we move around the world and specify which religious and scientific groups we’re talking about. Because a lot of people tried to market their product as science. You have “Christian Science” for example, and “Creation Science”. And just because something’s called science doesn’t justify its claims of science.

[RT] And do you think the history of science and religion can help us deal with this complex issue of scientific authority?

[RLN] Well... I'd be happy to see it happen.

to see it happen.

¹² HARDIN, J.; NUMBERS, R.; BINZLEY, R. (Eds.). *The Warfare between Science and Religion: The Idea That Wouldn't Die*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2018.

Entrevista com Ronald L. Numbers

Ronald L. Numbers é professor emérito da *University of Wisconsin-Madison* (EUA). É bacharel em Matemática e Física pela *Southern Missionary College* (1963), mestre em História pela *Florida State University* (1965), e doutor em História da Ciência pela *University of California, Berkeley* (1969). Suas pesquisas e produções concentram-se nas áreas de História da Ciência, História da Medicina, História da Religião, Estudos de Ciência e Religião e História dos Estados Unidos. Seu trabalho sobre a história do Criacionismo, *The Creationists: From Scientific Creationism to Intelligent Design* (2006), é hoje a principal referência no assunto. Seu livro mais recente é *The Warfare between Science and Religion: The Idea That Wouldn't Die* (2018), coeditado com Jeff Hardin e Ronald A. Binzley, na qual apresenta uma reavaliação da historiografia produzida acerca das relações entre ciência e religião.

Entrevista concedida via telefone a **Henrique Rodrigues Caldeira** e **Laura Jamal Caixeta**, discentes na linha de Cultura e Ciência na História, do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e membros da Comissão Editorial da Revista Temporalidades.

[Revista Temporalidades] Gostaríamos de começar com algumas perguntas sobre sua trajetória. Hoje o senhor é um dos mais importantes pesquisadores na área de História da Ciência e Religião. O que o levou, no princípio, a se dedicar a esse assunto?

[Ronald L. Numbers] Bem, inicialmente, na graduação, estudei matemática e física. E, por pouco tempo, fiz pós-graduação em matemática – mas descobri que não se podia conversar com as pessoas sobre matemática (risos). E eu queria uma disciplina mais social para estudar. Então, quando ainda morava no estado da Flórida, visitei a Universidade Estadual da Flórida para explorar a possibilidade de fazer Ciências Sociais. O diretor do programa de mestrado em Ciências Sociais me desencorajou a inscrever. Como eu amava ler História, então fui para o Departamento de História ao lado e eles me receberam bem. Então decidi fazer mestrado em História e eles tinham um professor que ensinava História Intelectual e História da Ciência. Eu não fazia ideia de que

existissem tais animais! E eu os amei. E me saí bem. E quando estava terminando, eu me inscrevi para a Universidade da Califórnia, Berkeley, para fazer doutorado em História da Ciência, e fui aceito. E, entre 1965 e 1969, estudei em Berkeley. Quando comecei lá, pensei que fosse trabalhar com a História da Física no século XIX, especialmente termodinâmica. Mas meu orientador, A. Hunter Dupree, havia escrito uma biografia fantástica do Asa Gray (o principal discípulo de Darwin nos Estados Unidos), que era muito religioso. E aquela foi a primeira vez que eu percebi que o estudo de Ciência e Religião era um tópico legítimo na História da Ciência. Então, basicamente, das ciências físicas eu me agarrei à filosofia da Hipótese Nebular e essa foi minha tese – e deveria ter sido meu primeiro livro¹, não tivesse a editora da Universidade e Washington demorado seis anos para publicá-lo. Então, *Prophetess of Health: A Study of Ellen G. White*², o segundo livro que escrevi, tornou-se meu primeiro livro. Hoje em dia, jovens acadêmicos esperam ter sua tese revisada e publicada em um ano e pouco. E eu sempre os desencorajo com a minha história (risos).

[RT] Falando sobre livros, suas primeiras publicações foram dedicadas à História da Ciência e Religião em contextos mais domésticos, restringindo-se basicamente aos Estados Unidos e ao cristianismo. Recentemente o senhor tem escrito e editado livros com um escopo mais amplo, abordando outros contextos nacionais e religiosos. O que motivou essa mudança?

[RLN] Bem, creio que é apenas parte de amadurecer e expandir meus interesses. É muito raro ver um jovem acadêmico escolher um tema realmente amplo para sua tese. Acho que essa é a curva normal. Começa com um estudo mais focado. Mas quando eu vim para cá [Madison, Wisconsin], em 1974, Wisconsin tinha um departamento bem estabelecido de História da Ciência, com mais ou menos meia dúzia de historiadores. E eu vinha de um contexto muito religioso. A maioria dos meus parentes homens eram pastores. E o diretor desse programa de História da Ciência era o David Lindbergh (recentemente falecido). E ele também vinha de um contexto evangélico conservador, e seu pai também era pastor. Então nós nos demos muito bem. Ele trabalhava com coisas antigas, principalmente Idade Média e Revolução Científica. E eu trabalhava com século XIX e XX. Não havia bons estudos gerais de História da Ciência e Religião na época. Então esbocei um com diferentes capítulos e ele adorou. Ele ainda não havia feito nada relacionado à História da

¹ NUMBERS, R. *Creation by Natural Law: Laplace's Nebular Hypothesis in American Thought*. Seattle: University of Washington Press, 1977.

² NUMBERS, R. *Prophetess of Health: A Study of Ellen G. White*. New York: Harper and Row, 1976.

Ciência e Religião. Então nós conseguimos um subsídio e organizamos uma conferência, que resultou no livro *God and Nature*³, que teve bastante sucesso, embora fosse um pouco mais técnico do que tínhamos imaginado. Então, cerca de 20 anos mais tarde, nós fizemos outra coleção de ensaios, *When Science and Christianity Meet*⁴, que é mais acessível. Mas foi colaborar com o David Lindbergh que me lançou nesses trabalhos mais amplos.

[RT] Ainda sobre ampliação e internacionalização, em *Galileu vai para a prisão...*⁵ o senhor chama atenção para o fato de que o criacionismo, apesar de seu *pedigree* norte-americano, espalhou-se para várias partes do mundo, incluindo o Brasil. Isso parece ter acontecido particularmente nos anos 1960 e 1970, quando muitos outros produtos etiquetados com “*Made in USA*” tomaram o mundo, desde camisetas e calças jeans a filmes de ação e ideias de livre mercado. Na sua visão, há alguma relação entre essa alta taxa de exportação do criacionismo e de outros produtos norte-americanos?

[RLN] Acho que há paralelos interessantes. Penso que tenha sido mais nos anos oitenta e noventa que o criacionismo realmente se espalhou mundo afora. Antes, especialmente nos anos 1920, quando o rótulo “*Made in USA*” foi colado no criacionismo, a maioria dos comentadores de outros países riam dos “caipiras” norte-americanos (em Tennessee especialmente, por causa do Caso Scopes⁶) e pensavam que algo como aquilo nunca aconteceria em seus países. Mas, 60 anos depois, o criacionismo começou a aparecer em outros países; na Austrália, especialmente. A Coréia do Sul se tornou um importante promotor do criacionismo de estilo norte-americano. Uma das coisas que aconteceu naquele período, no final do século XX, foi que criacionistas pegaram o criacionismo bíblico e tiraram as referências bíblicas e começaram a vendê-lo como “criacionismo científico” ou “Ciência da Criação”. E em alguns lugares isso parece ter ajudado bastante, pois eles podiam dizer: “Nós estamos apenas adotando ciência norte-americana ou ocidental”.

Eu ajudei a organizar uma conferência há alguns anos sobre criacionismo na Europa, cujos registros apareceram como livro, *Creationism in Europe*, editado por Stefaan Blancke, Hans Henrik

³ NUMBERS, R.; LINDBERGH, D. *God and Nature. A History of the Encounter between Christianity and Science*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1986.

⁴ NUMBERS, R.; LINDBERGH, D. *When Science and Christianity Meet*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

⁵ NUMBERS, R. (Ed.). *Galileo Goes to Jail and Other Myths about Science and Religion*. Cambridge: Harvard University Press, 2009. (Há uma edição portuguesa: NUMBERS, R. (Ed.). *Galileu na prisão e outros mitos sobre ciência e religião*. Lisboa: Gradiva, 2012.)

⁶ Ocasão em que um professor do ensino secundário, John T. Scopes, foi julgado e condenado por ensinar a teoria da evolução em uma escola no Tennessee, onde uma lei estadual proibia tal prática.

Hjerimitslev e Peter C. Kjærgaard⁷. Os contribuidores descobriram uma presença bem significativa do criacionismo na Europa. Agora eu estou colaborando com um sul-coreano, Park Hyung Wook, em um estudo sobre criacionismo na Ásia. E lá a história fica um pouco mais complicada, pois, por exemplo, você encontra alguns antievolucionistas entre os hindus na Índia, os quais tendem a não insistir nem um pouco em uma Terra Jovem⁸. Eles não aceitam a evolução humana, mas também não aceitam uma história teológica de seis ou dez mil anos. A pessoa que está contribuindo com um ensaio sobre o Japão, G. Clinton Godart, foca nos antievolucionistas budistas. E criacionistas budistas não são criacionistas da Terra Jovem. No entanto, na Coreia do Sul, a maioria dos criacionistas são antievolucionistas de estilo norte-americano.

[RT] Nos últimos anos, temos visto – tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos – uma presença crescente de movimentos questionando o conhecimento científico consensual, desde a esfericidade da Terra, o aquecimento global e a eficácia das vacinas. O senhor vê alguma relação entre esses movimentos e o criacionismo?

[RLN] Penso que é uma história complicada. De fato, vejo tanto organizações pró-evolucionistas quanto antievolucionistas ampliando-se para abarcar a questão da mudança climática. Uma das principais organizações anticriacionistas, a *National Center for Science Education*, agora está igualmente engajada em se opor aos que negam a ciência climática⁹. Algumas organizações criacionistas, como o *Institute for Creation Research*, estão promovendo a oposição à ciência climática tanto quanto o criacionismo. Mas não há uma relação lógica necessária.

Há um estudo interessante de um sociólogo da ciência e religião, John Evans, “Morals not Knowledge”¹⁰ (que tem uma versão gratuita disponível online¹¹), que mostra que as pessoas que ele entrevistou entre cristãos conversadores norte-americanos aceitavam a maioria das afirmações científicas. É apenas quando as afirmações científicas tocam em seus valores religiosos que elas resistem à ciência; quanto à maior parte da química e astronomia e física, elas não têm qualquer

⁷ BLANCKE, S.; HJERMITSLEV, H.; KJÆRGASARD, P. (Eds.). *Creationism in Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.

⁸ O *Young Earth Creationism* [Criacionismo da Terra Jovem] é uma vertente comum do criacionismo norte-americano que afirma que nosso planeta tem entre seis e dez mil anos de idade.

⁹ Provável referência à National Center for Science Education (NCSE).

¹⁰ EVANS, J. *Morals Not Knowledge: Recasting the Contemporary U.S. Conflict between Religion and Science*. Berkeley: University of California Press, 2018.

¹¹ Disponível em: <https://www.luminosoa.org/site/books/10.1525/luminos.47/>. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

objeção. Há outros dois livros que eu poderia mencionar que poderiam ser bons para lidar com essa questão. Um é da Naomi Oreskes. Há um livro dela novinho em folha, *Why Trust Science?*¹². Em uma edição recente da revista *Time*, ela publicou um editorial como convidada¹³, no qual defende a confiabilidade da ciência. E há também um novo livro da Elaine Ecklund, *Religion vs. science: What religious people think*¹⁴, no qual ela sonda atitudes em relação a ciência e religião em, creio eu, oito países diferentes. Assim você tem uma pesquisa mundial realmente ampla.

[RT] Ano passado o senhor coeditou um livro¹⁵ sobre a “Tese do Conflito” na História da Ciência e Religião (uma interpretação de que ciência e religião sempre foram – e sempre serão – rivais). O livro deixa claro que o sucesso desse modelo historiográfico, agora ultrapassado, pode ser entendido ao se observar o contexto no qual foi produzido, um tempo em que cientistas lutavam por status profissional e posições institucionais. Que efeitos o senhor imagina que nosso contexto presente, especialmente considerando o crescente ceticismo quanto à autoridade científica, possa ter sobre a historiografia da Ciência e Religião?

[RLN] Creio que um deles é algo em que você já tocou antes: a internacionalização dos estudos de ciência e religião. Mesmo em uma única nação você encontrará diferentes versões de ciência e diferentes versões de religião. Então nós temos que ter bastante cuidado ao nos movermos mundo afora e especificar sobre quais grupos religiosos e científicos nós estamos falando. Há a “Ciência Cristã”, por exemplo, e a “Ciência da Criação”. E só porque algo é chamado de ciência, isso não justifica suas pretensões de cientificidade.

[RT] E o senhor acredita que a História da Ciência e Religião possa nos ajudar a lidar com essa complexa questão da autoridade científica?

[RLN] Bem... eu ficaria feliz em ver isso acontecer.

¹² ORESKES, N. *Why Trust Science?*. Princeton: Princeton University Press, 2019.

¹³ ORESKES, N. “Science Isn’t Always Perfect—But We Should Still Trust It”. *Time*, Nova York, 24 out. 2019. Disponível em: <https://time.com/5709691/why-trust-science/>. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

¹⁴ ECKLUND, E.; SCHEITTE, C. *Religion vs. science: What religious people think*. Nova York: Oxford University Press, 2018.

¹⁵ HARDIN, J.; NUMBERS, R.; BINZLEY, R. (Eds.). *The Warfare between Science and Religion: The Idea That Wouldn't Die*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2018.